

Paulo Almeida Fernandes

A Igreja Pré-românica de São Pedro de Lourosa



Dissertação de Mestrado
Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras
Setembro de 2002

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

Paulo Manuel Quintas de Almeida Fernandes

A igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa

Orientadores:

Maria João Baptista Neto (Universidade de Lisboa)

Manuel Núñez Rodríguez (Universidade de Santiago de Compostela)

Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro
Setembro de 2002

INTRODUÇÃO

Parte I

De Oviedo ao “regresso” a Toledo.
O Ocidente peninsular cristão de Afonso III a al-Mansur

Parte II

Reintegração; Reconstituição; Restauro.
Descoberta e Restauro da Igreja de São Pedro de Lourosa.
1911-1932

Parte III

A igreja de São Pedro de Lourosa entre a tradição clássica e a(s) inovação(ões) do século X

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE

06... **Agradecimentos**

09... **INTRODUÇÃO**

Sobre o moçarabismo de Lourosa e outros dogmas historiográficos

20... **PARTE I**

De Oviedo ao ‘regresso’ a Toledo. O Ocidente peninsular cristão de Afonso III a al-Mansur

21... 1 - Uma arte sem nome: o conceito de *Pré-românico hispânico*

24... 1.1. - O sucesso da *arte moçárabe*

29... 1.2. - As propostas alternativas

1.2.1. - *arte de repovoamento*

33... 1.2.1.1. - O papel dos moçárabes na formação e desenvolvimento da arte cristã peninsular entre os séculos IX a XI

38... 1.2.2. - *arte de reconquista*

43... 1.2.3. - *arte fronteiriça*

46... 1.2.4. - *arte de época condal*

50... 1.3. - *Pré-românico hispânico*. Uma proposta para um consenso

52... 1.3.1. - O ecletismo cultural e a impossibilidade de definição de *um estilo*

58... 1.3.2. - Uma arquitectura para uma liturgia

- 63... 2 – Um absoluto silêncio documental... e uma igreja. Lourosa na Alta Idade Média
- 2.1. – sobre fronteiras, os dois condados e os limites do nosso conhecimento histórico
- 74... 2.2. – A permanência da organização romana
- 82... 2.3. - A continuação do silêncio: a primitiva organização cristã do território
- 87... 2.4. – Os limites da conquista e da (re)organização de Afonso III
- 101.. 2.4.1. - A *civitas* de Seia
- 109.. 2.4.2. - A defesa das terras de Seia: uma (aparente) contradição?
- 113.. 2.5. – O problema do moçarabismo de Coimbra
- 115.. 2.5.1. - O primeiro período (715 – 878)
- 120.. 2.5.2. - O segundo período (997 – 1064)
- 131.. 2.6. – A integração no reino de Portugal
- 132.. 2.6.1. - A conquista definitiva do território e o ordenamento da primeira metade do século XII
- 136.. **PARTE II**
- Reintegração; Reconstituição; Restauro. Descoberta e Restauro da Igreja de São Pedro de Lourosa 1911-1932*
- 137.. 1 - Uma ponte de mil anos em nome da legibilidade do edifício
- 139.. 1.1. 1911-1936/49: Metodologia
- 143.. 2 - Ciclo da *Arte* (1911-1927)
- 145.. 2.1. Joaquim de Vasconcelos e Vergílio Correia: a disputa pela primazia na *descoberta* do monumento
- 154.. 2.2. Primeiras tentativas de reconstituição da planta de São Pedro de Lourosa: o marco planimétrico visigótico

- 165.. 3 - Ciclo da *Ilustração Moderna* (1929-1936/49)
- 168.. 3.1. Projectos de restauro da igreja de São Pedro de Lourosa
- 169.. 3.1.1. - Um programa de intervenção exemplar
- 174.. 3.1.1.1. – *Reconstituição I*: o primeiro projecto de José Vilaça (1929)
- 180.. 3.1.2. - *Reintegração*. O projecto de Baltazar de Castro
- 184.. 3.1.3. – *Reconstituição II*: o segundo projecto de José Vilaça
- 191.. 3.2. A procura de um consenso definitivo
- 193.. 3.2.1. - *Restauro*. A intervenção de Gómez Moreno, solução final para a igreja de São Pedro de Lourosa e ideologia restauradora
- 201.. 3.3. Conclusões
- 206.. **PARTE III**
- A igreja de São Pedro de Lourosa, entre a tradição clássica e a(s) inovação(ões) do século X
- 207.. 1 – A primitiva igreja de São Pedro de Lourosa: os recursos e os instrumentos para uma reconstituição
- 216.. 2 – A reforma românica
- 219.. 2.1. – Um novo templo para uma nova liturgia: as alterações ao edifício pré-românico
- 231.. 3 – O espaço e a arquitectura.
- 236.. 3.1. – Compartimentação. O espaço da liturgia hispânica
- 241.. 3.1.1. – O *narthex*
- 249.. 3.1.2. – As naves
- 259.. 3.1.2.1. As colunas
- 263.. 3.1.3. – A nave transversal, o coro e o valor da *eikonostasis*
- 276.. 3.1.4. – A cabeceira

- 287.. 3.2. – A arquitectura em altura
290.. 3.2.1. – A torre cruzeiro
298.. 3.2.2. – A câmara supra-absidal e a tribuna ocidental
304.. 3.2.3. – A iluminação
- 310.. Proposta de reconstituição do alçado nascente
314.. Proposta de reconstituição do alçado Norte

317.. **CONCLUSÃO**

- 318.. 1. San Julián de los Prados. Um (o) modelo basilical asturiano como principal fonte de influência
- 322.. 2. Entre a influência asturiana e a criação do pré-românico hispânico. A arquitectura em altura
- 325.. 3. São Pedro de Lourosa e a corrente classicizante da arte cristã do século X na Península Ibérica

331.. **BIBLIOGRAFIA**

AGRADECIMENTOS

O tema desta dissertação devo-o à Prof^a. Doutora Maria João Baptista Neto. Em 1998, terminada a licenciatura em História, Variante de História da Arte, havia sido integrado no *projecto de estudo do edifício da Sé-Catedral de Lisboa*, dedicando-me às fases medievais do monumento. Paralelamente, viajava para Trás-os-Montes, com vista a tentar definir um futuro projecto de investigação sobre aquele Românico periférico, que primeiro me encantou. Certo dia, a Prof^a. Doutora Maria João Baptista Neto falou-me de uma pequena igreja, situada para os lados da Serra da Estrela, num dos muitos vales que por ali existem, e que havia sido tremendamente restaurada por Baltazar de Castro, no período áureo de intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

A princípio, encarei com indisfarçável relutância esta sugestão de trabalho. Nesses dias, pensava ainda dedicar-me apenas ao Românico. Por outro lado, os séculos do Pré-românico hispânico eram verdadeiramente obscuros: nunca haviam sido abordados ao longo da licenciatura e pouco conhecia do trabalho de Manuel Luís Real e de Carlos Alberto Ferreira de Almeida nessa área.

O tempo, todavia, encarregou-se de me impôr o tema. Pouco tempo depois, por sugestão dos Profs. Doutores Vítor Serrão e Maria João Baptista Neto, foi possível apresentar um projecto de investigação à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que então intitulei: *A arte de repovoamento em território português: os testemunhos da actividade construtiva cristã no Ocidente peninsular entre os séculos IX e XI*. Aprovado no ano seguinte para o biénio 1999-2001, pude dedicar-me, a tempo inteiro, a este complexo período, desenvolvendo, então, o grosso da investigação que conduziu a esta dissertação.

As primeiras palavras de agradecimento vão, portanto, para os coordenadores do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, os Profs. Doutores Maria João Baptista Neto e Vítor Serrão. À primeira, devo a chamada de atenção para o pré-românico (por via da História do Restauo), bem como a orientação desta tese. Ao segundo, a direcção dos trabalhos do referido projecto de

investigação, mesmo correspondendo a uma área científica que nunca o havia entusiasmado.

Segue-se o Professor Doutor Manuel Núñez Rodríguez, da Faculdade de Xeografia e História da Universidade de Santiago de Compostela. Desde o princípio que a ideia foi realizar uma dissertação em História da Arte da Alta Idade Média. Neste sentido, uma das minhas principais preocupações relacionava-se com a definição de conceitos operativos sobre o período artístico que se desenvolve do reinado de Afonso III ao Concílio de Burgos. O recurso ao Professor Doutor Manuel Núñez Rodríguez justificou-se por uma dupla motivação: por um lado, o contributo de quem havia feito um Doutoramento em arte da Alta Idade Média e que conhecia a realidade espanhola deste período como poucos; por outro, o contacto com quem não se confortava com as opções conceptuais avançadas ao longo de quase um século de historiografia. Ao Professor Doutor Manuel Núñez Rodríguez devo a co-orientação desta dissertação. E devo, principalmente, a chamada de atenção para a “complexa realidade artística do século X peninsular”.

Fora do círculo de orientação deste trabalho, devo agradecer ao Dr. Manuel Luís Real, que amavelmente colocou à minha disposição abundante material inédito sobre a igreja de São Pedro de Lourosa, que vinha produzindo ao longo dos anos, bem como a sua biblioteca. O seu apoio constante, na derradeira fase de escrita, foi um dos mais importantes estímulos à conclusão desta tese.

No universo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, agradeço aos Profs. Doutores Hermenegildo Fernandes e Amílcar Guerra e ao Drs. Nuno Simões Rodrigues e Manuel Batoréo. Por vias distintas e em várias ocasiões, as conversas que tivémos foram decisivas para algumas das opções aqui tomadas. Algumas pecaram, apenas, por tardias.

À Dra. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, agradeço toda a amizade demonstrada ao longo destes anos, vínculo afectivo que está na origem dos insistentes pedidos que lhe faço sempre que quero ter uma segunda opinião acerca dos meus textos. Esta dissertação não foi uma excepção e aqui agradeço a paciência que teve ao ler e comentar estas infindáveis páginas.

À Dra. Maria José Almeida, que não se cansou de me incentivar a reduzir o plano geral desta dissertação. Ao seu apurado sentido crítico agradeço o comentário sobre a organização romana da bacia do Alva, assim como a amizade que nos une.

À Dra. Maria do Rosário Carvalho, devo os desenhos técnicos de suporte às minhas propostas de reconstituição dos alçados nascente e Norte da igreja de Lourosa. Agradeço-lhe, ainda, o tempo que lhe roubei nas suas muitas tarefas diárias, para o preencher abusivamente com conversas sobre uma coisa estranhíssima que dá pelo nome de *pré-românico hispânico*.

À Dra. Sílvia Leite, “colega de escritório” numa das alas do Palácio Real da Ajuda, agradeço todo o interesse demonstrado nesta dissertação e os amáveis conselhos em aspectos de pormenor de alguns capítulos. O sentimento é recíproco e cá estou eu para comentar a sua tese.

À DGEMN, devo agradecer as facilidades de estudo e o carinho com que sou tratado naquela casa.

À Dra. Mónica Brito, que comigo foi bolsreira da FCT, agradeço as informações prestadas acerca do restauro da igreja de São Frutuoso de Montélios, bem como a amizade.

À Dra. Teresa Marques, com quem tenho o prazer de trabalhar, agradeço todo o apoio e compreensão, na derradeira fase de redacção deste texto. Prometo compensar com muitas fichas de inventário.

A todos os meus amigos, um agradecimento muito sincero pela compreensão demonstrada quando o meu tema de mestrado monopolizou os encontros que tanto prezo. Dr. Pedro de Freitas, Dr. José Alberto Ribeiro, João Camacho, Dr. Vasco Resende, Dra. Ana Fonseca, Dra. Paula Carvalho, Dr. Paulo Mendes Pinto, Dra. Ana Teresa Santa Clara, Dr. Nuno Ferreira; Dr. João Miguel Simões; Dra. Patrícia Monteiro; Dra. Sandra Cavaco; Dr. Daniel Santana. Muito obrigado a todos.

À Dra. Carla Varela Fernandes, por partilhar comigo as alegrias e frustrações de todos os dias. Esta tese nunca teria sido possível sem o seu constante apoio e incentivo, bem como sem a sua preciosa ajuda nos momentos mais difíceis, quando o prazo de entrega parecia ser demasiado curto. Esta tese também só tem sentido por existirmos os dois, lado a lado.

Finalmente, uma palavra para os meus pais. A eles retirei muitas horas de convívio, na fase final de redacção desta tese, facto tão incisivamente realçado nas suas vozes do outro lado da linha. A materialização deste trabalho é uma pequena compensação destes dias de ausência, mas representa também o ponto de chegada de todo o esforço que comigo tiveram ao longo de 28 anos.

INTRODUÇÃO.

SOBRE O MOÇARABISMO DE LOUROSA E OUTROS DOGMAS HISTORIOGRÁFICOS

1.

A igreja de São Pedro de Lourosa tem sido um dos mais incompreendidos templos construídos em território português nos obscuros séculos que coincidem com os primórdios da (Re)conquista. Na primeira metade do século XX, quando foi descoberta para a História da Arte e, posteriormente, quando foi restaurada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), foi um dos monumentos mais discutidos pela comunidade científica nacional. No entanto, as últimas décadas reservaram-lhe um progressivo esquecimento, conferindo-lhe um lugar menor no pré-românico português. Este estatuto secundário deve-se, do nosso ponto de vista, a duas conclusões amplamente generalizadas na historiografia artística portuguesa, mas que se revelam claramente inadequadas: os pretensos moçarabismo e ruralismo da igreja de São Pedro de Lourosa.

Começemos pelo moçarabismo. Até aos anos 50-60 do século passado, a “historiografia artística nacionalista” viu nesta construção uma notável sobrevivência do espírito cristão, em época de preponderância islâmica, e numa zona de fronteira onde, teoricamente, a repressão muçulmana sobre os cristãos autóctones mais se fez sentir¹. Mais recentemente, à medida que os nacionalismos exacerbados foram sendo liminarmente rejeitados para explicar o devir histórico medieval, o templo de Lourosa adquiriu uma importância secundária, acentuando-se o seu (pretense) carácter rural, próprio de uma construção implantada numa área geográfica distante dos principais centros de poder peninsular.

O problema do moçarabismo de Lourosa teve ainda outras implicações historiográficas que não apenas as que atribuímos à aplicação do nacionalismo, tão

¹ Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a arquitectura românica em Portugal V. Presbyterio de Lourosa”, *Arte*, nº83, Porto, ed. Marques Abreu, Nov. 1911, p.84: “entrei na egreja e senti, como em Balsemão, ha trinta anos, a palpitação da alma nacional, a voz da historia, antes de Ourique (...) tal como a faria um pegureiro de Viriato”. Esta mesma passagem foi reproduzida em 1934 por Manuel de Aguiar BARREIROS, *A igreja de São Pedro de Lourosa*, Porto, ed. Marques de Abreu, 1934, como segunda citação de abertura da monografia.

característico do longo século XIX português, à Arte. Existe um outro factor demasiado importante para que o moçarabismo de Lourosa tenha sido – e, em certa medida, seja ainda – um obstáculo à realização de estudos mais rigorosos sobre este templo e, numa perspectiva mais vasta, sobre a conjuntura artística em que foi concebido: a menor importância da Alta Idade Média como objecto de estudo no nosso país. Este facto levou, por exemplo, à manutenção do termo *moçárabe* como categoria operativa estilística para definir conceptualmente esta igreja, quando em Espanha, desde pelo menos 1948, o *estilo moçárabe* era debatido e até liminarmente rejeitado.

Até ao limiar do século XXI continua a falar-se em estilo moçárabe em Portugal, para referir monumentos cristãos levantados em território cristão durante os séculos X e XI, quando o *moçárabe* deve ser entendido de forma bastante mais restrita e com carácter marcadamente étnico ou sociológico: cristãos, que se mantêm cristãos, em território nominalmente controlado pelo Islão.

Esta diferenciação básica de utilização dos conceitos de um e de outro lado da actual fronteira peninsular, conduziu a uma das mais discutíveis caracterizações do templo de Lourosa, repetida constantemente em obras de referência: a de que a sua construção foi efectuada por moçárabes que emigraram para o Norte asturiano-leonês².

A segunda destas conclusões é o seu pretenso ruralismo. O principal impulsionador desta apreciação foi António Nogueira Gonçalves, que por diversas vezes, ao longo da sua vida, se referiu nestes termos à igreja de Lourosa. Ficaram célebres as suas palavras sobre as portas adinteladas com arco de descarga como uma solução que revela “o mau tipo de construção local, que ainda hoje se vê nas construções utilitárias de mais baixo nível”³. Este tipo de afirmações foram alargadas,

² São vários os autores que comungam desta ideia. Para citar apenas alguns exemplos, veja-se Fernando REBELO e Pedro DIAS, *Coimbra e sua região*, Coimbra, Epartur, 1978, p.83: “Os seus construtores foram seguramente populações moçárabes fugidas do sul islâmico, onde a vida dos cristãos se tornava insuportável (...)”; Gerhard GRAF, *Portugal roman*, vol. I, Yonne, Zodiaque, 1986, p.93: Lourosa foi “ao que parece, povoada por moçárabes vindos do Sul, o que explica algumas particularidades da sua igreja”; Cláudio TORRES e Santiago MACIAS, *O Legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p.62: não obstante “um ou outro aspecto que se possa considerar de influência asturiana, é clara a adopção de alguns modelos da arte islâmica”. Na obra estiveram presentes “mãos de alarifes do sul”.

³ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Inventário artístico nacional*, vol. IV, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952, republ. *Estudos de História da Arte medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, p.45. Veja-se, também pp.51-52. Esta ideia do Professor de Coimbra fez escola no seu campo universitário natural: para além da referência de Fernando Rebelo e de Pedro Dias, que atrás citámos, veja-se também Saúl António GOMES, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Semente*

por este autor, a outros aspectos do templo, como o reaproveitamento de materiais romanos ou algumas particularidades do aparelho construtivo.

Assim se afirmou o ruralismo de Lourosa, sobre o seu pretenso moçarabismo.

Mas foram mais os dogmas historiográficos com que os sucessivos historiadores da arte, que se dedicaram a esta igreja, entenderam o monumento. Nas primeiras abordagens à sua planta, foi consensual a semelhança com o plano de San Pedro de la Nave, uma das mais importantes igrejas de época visigótica, como então se considerava. Esta convicção foi amplamente difundida nos estudos efectuados ao longo da primeira metade do século XX sobre a igreja de Lourosa, culminando com o tão discutido quanto radical restauro a que foi sujeita na década de 30. Por via planimétrica, o visigotismo de Lourosa foi repetido ao longo de praticamente oitenta anos, reafirmando, também por esta via, o arcaísmo da construção, em detrimento dos possíveis pontos de originalidade artística. A convicção do seu visigotismo levou também alguns autores a catalogarem algumas peças aparecidas no restauro como do período da monarquia de Toledo⁴.

Na altura de dedicar a nossa dissertação de mestrado a este edifício, a opinião ainda corrente é a de que se trata de uma igreja moçárabe, rural, com mais elementos arcaizantes próprios de um retrocesso artístico, que inserida numa qualquer corrente estilística da arte do seu tempo. Não obstante os trabalhos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, de Manuel Luís Real e de Mário Barroca, publicados ao longo da última década e meia, os dogmas historiográficos foram profundamente assimilados, numa História da Arte portuguesa que constantemente secundariza a Alta Idade Média. São esses dogmas que estão na origem de alguns textos que fazem ainda história – cujo conteúdo é sistematicamente repetido em abordagens posteriores – mas que se revelam desajustados ao estado actual dos nossos conhecimentos sobre a fértil conjuntura peninsular cristã dos séculos IX a XI, sobre as vias de criação artística na arte dos reinos do Norte peninsular neste período e, em primeira e última análise, sobre a nossa igreja de São Pedro de Lourosa.

em boa terra – raízes do Cristianismo na Diocese de Coimbra, catálogo de exposição, Coimbra, Diocese de Coimbra, 2000, p.127: Lourosa “é bem um símbolo visível da arte moçárabe de carácter rural comum na região”.

⁴ Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a arquitectura românica...”, *Op. Cit.*, Aarão de LACERDA, *História da Arte em Portugal*, 1942, António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.49. O último autor a formular uma hipótese neste sentido foi Luis CABALLERO ZOREDA, “Pervivencia de elementos visigodos en la transición al mundo medieval. Planteamiento del tema”, *III Congreso de Arqueología Medieval Española* (Oviedo, 1989), Oviedo, Universidad de Oviedo, 1989, p.120.

Não é verdade que a construção da igreja de Lourosa se deva a contingentes de moçárabes imigrados no reino asturiano. Bem pelo contrário. O seu projecto arquitectónico deve, antes, atribuir-se a colonos asturianos, estabelecidos no vale do Alva ainda durante o reinado de Afonso III, e na sequência da organização da *civitas* de Seia, ou, em sentido mais lato, do amplo território do Condado de Coimbra, limitado a nascente pela Serra da Estrela.

Não é verdade que Lourosa corresponda àquele ruralismo de que nos falou António Nogueira Gonçalves. A visão que presentemente temos é, até, diametralmente oposta a esta perspectiva. Se no início da investigação ponderei ainda a possibilidade de se inserir num hipotético modelo paroquial do período de transferência da capital de Oviedo para León, hoje assumo que se trata de uma marca do poder asturiano na zona mais meridional do reino.

Também não é verdade que Lourosa seja mais arcaísmo que inovação. Ao contrário do que pensou Nogueira Gonçalves, o reaproveitamento de material romano não significa, directamente, uma menor qualidade construtiva, tanto mais em edifícios do século X cujo tratamento final das paredes exteriores incluía frequentemente um reboco homogéneo final⁵. Como a caracterizou Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em Lourosa houve a “vontade de construir em bom aparelho, bem esquadriado e de bom tamanho (...). Arquitectonicamente, Lourosa é uma construção muito cuidada”⁶. As características de plano e, especialmente, de construção em altura, que evidenciarei na Parte III desta dissertação, e na sua Conclusão, fazem desta igreja um marco artístico de primeira importância no contexto do pré-românico hispânico.

Por outro lado, não é verdade que o classicismo da construção, visível na sobriedade decorativa ou no reaproveitamento de colunas romanas como elementos de suporte, seja uma prova de debilidade construtiva. O classicismo de Lourosa é uma opção estética perfeitamente actualizada em relação às correntes artísticas da arquitectura do século X no Ocidente peninsular, mas também nos principais centros

⁵ São vários os monumentos nestas condições, desde as Astúrias ao mundo islâmico peninsular, passando por edifícios aparentemente de menor relevância, como a *Mesquita-Catedral* de Idanha-a-Velha. Sobre a problemática do revestimento exterior em edifícios asturianos, veja-se a pequena nota de Achim ARBEITER, “Sobre los precedentes de la arquitectura eclesiástica asturiana en la época de Alfonso II”, *III Congreso de Arqueología medieval española*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1989, p.170, nota 69, em que o autor, concordando com Arias Páramo, acredita ter existido uma espécie de revestimento fingindo silharia.

⁶ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal – o Românico*, Lisboa, Presença, 2001, p.30.

de poder da Península e, até, em vastas áreas da Europa até ao limite oriental do Mediterrâneo.

Finalmente, não é verdade que o seu plano seja directamente conotado com soluções visigóticas e, por esta via, Lourosa se filie numa tradição construtiva anterior sem qualquer ponto de inovação. Muito pelo contrário. A solução planimétrica de Lourosa tem o seu modelo no século IX asturiano e é à igreja de San Julián de los Prados que teremos recuar. Nem mais para trás, para a arquitectura de época visigótica. Nem mais para a frente, em direcção à anti-regra que tão bem caracteriza a arquitectura religiosa do século X peninsular. Ao nível da planta, Lourosa é um produto astuuriense tardio, filiado nas soluções áulicas da monarquia de Oviedo, e afasta-se do numeroso grupo de igrejas do século X que adoptaram soluções planimétricas díspares. Em relação à arquitectura em altura, como veremos, o caso é já diferente.

Mas se dúvidas existirem, ainda, sobre a qualidade dos seus elementos, lá está o exemplo da inscrição que data o edifício, considerada por Mário Barroca como de “uma qualidade epigráfica inusitada”⁷.

2.

Em 1911, quando os *descobridores* da igreja de São Pedro de Lourosa encontraram o templo, ele estava substancialmente transformado. Não só as várias campanhas construtivas e artísticas da Baixa Idade Média e da época Moderna haviam adulterado os espaços, a altura e a decoração originais, como haviam corrompido as próprias paredes fundacionais, abrindo aqui portas, fechando outras ali, recuando ou prolongando fachadas, rasgando janelas, etc.

Uma breve análise à planta realizada por José Pessanha antes de se iniciar o restauro prova o prolongamento generalizado do templo em todas as direcções, quer tenha sido para Ocidente, com a deslocação da fachada principal, quer para Oriente, a que se adossaram construções modernas. Dos dois lados das naves, outras dependências de apoio à igreja e à comunidade haviam sido erguidas.

⁷ Mário BARROCA, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1995), publ. Lisboa, FCG / FCT, 2000, vol. II, t.1, p.32. E mais adiante: “O rigor, o equilíbrio e a qualidade das letras, que certamente devem ser atribuídos ao autor da sua *ordinatio*, revelam-nos o cuidado posto na concepção e execução desta inscrição”.

Neste complexo panorama, compreende-se a dificuldade sentida por Joaquim de Vasconcelos e por José Pessanha em delimitar, em traços muito gerais, o plano fundacional da igreja. Por outro lado, os escassos dados disponíveis sobre a história da Península no período em que a igreja foi construída conduziram a atribuições não provadas acerca da função e da cronologia do edifício. Já nos referimos à pouco provável existência de uma basílica de época visigótica. Outros autores referiram-se a uma hipotética *uilla* romana em Lourosa⁸ e não faltou, mesmo, quem lhe tivesse atribuído a função de mesquita, readaptada para esse fim aquando da conquista de al-Mansur⁹.

Passado quase um século sobre a sua descoberta, a igreja de São Pedro de Lourosa continua a ser um enigma. Apesar do já considerável número de abordagens histórico-artísticas a si consagradas, são ainda demasiadas as perguntas sem resposta. Infelizmente, esta é uma igreja cujo potencial histórico e arqueológico foi drasticamente destruído pelo restauro dos anos 30 do século passado. Não fosse o notável registo fotográfico realizado por Marques Abreu, que com este templo manteve uma indisfarçável relação de afectividade, e as lacunas extender-se-iam também ao campo artístico.

Sobre a destruição dos registos arqueológicos, não houve qualquer preocupação em desenhar fosse o que fosse a uma cota inferior à do pavimento da igreja. Numa das plantas que acompanha o Boletim de restauro do edifício, publicado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) em 1949, desenhou-se, apenas, o afloramento rochoso a NO. do templo, onde se encontra uma necrópole de sepulturas ao ar livre. Mas nenhuma informação é prestada a respeito de alicerces e de outras sepulturas do interior da igreja e respectivas orientações. Mesmo perante a regularização do terreno que envolve a igreja, rebaixado em relação à cota que se verificava na viragem para os anos 30 do século XX, não se presta qualquer indicação acerca de possíveis vestígios materiais. Sinais dos tempos do restauro monumental em Portugal, mas que inviabilizam um maior conhecimento acerca deste imóvel.

Sobre os avanços e recuos da nossa historiografia, os dados coligidos têm sido igualmente escassos. O segundo capítulo desta dissertação intitula-se “Um absoluto

⁸ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.49, entre outros autores.

⁹ António Borges COELHO, *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, Caminho, 1986, p.91.

silêncio documental... e uma igreja. Lourosa na Alta Idade Média”. E com este título penso deixar bem claro as deficiências documentais que se enfrentam para um melhor conhecimento da igreja, da região onde se inseria há mil anos atrás e do próprio período em que foi construída. A mancha de documentação sobre a localidade de Lourosa começa a ser definida apenas a partir da Baixa Idade Média e, mesmo assim, de forma muito descontínua. Nas Inquirições de 1258, refere-se que a Ordem do Hospital possui uma herdade em Lourosa¹⁰. A 6 de Fevereiro de 1347, em Coja, o bispo de Coimbra concedeu-lhe o seu primeiro foral¹¹. O foral manuelino foi passado a 12 de Setembro de 1514.

Também o recheio artístico que a igreja possuía em 1911 foi totalmente desbaratado, à excepção de algumas imagens que ainda permanecem no seu interior. Mas também aqui as informações seguras referem-se à Idade Moderna, com excepção de dois capitéis góticos, catalogados dos séculos XIII-XIV, um dos quais ainda conservado no *narthex* da igreja.

Do século XVI foram encontrados fragmentos de um retábulo em pedra de Ançã, que alguns autores identificaram com o foco renascentista do aro de Coimbra, em especial com o túmulo do Conde de Sortelha em Góis¹². Dessa mesma época datavam quatro fragmentos de, pelo menos, duas inscrições, que foram sumariamente analisadas por António Nogueira Gonçalves antes de desaparecerem¹³. Segundo este autor, algumas delas poderiam estar associadas a uma capela dedicada a São Martinho, “que existiu para a parte da cabeceira”, mas, neste momento, não é possível ter qualquer certeza sobre os locais que ocupariam no templo.

No século XVII o edifício não cessou de ser alvo de reformas artísticas e estruturais, datando dessa época algumas portas e janelas. A reforma principal terá sido dada na parte ocidental do conjunto, dotando-se a entrada principal de um novo arco e ocupando-se o prolongamento para Ocidente da nave Sul com a capela de

¹⁰ Cfr. Paula Maria Pinto COSTA, *A Ordem militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, p.122.

¹¹ Tarquínio HALL, 1993, p.50. Este é, efectivamente, o primeiro foral conhecido passado à povoação. Como o próprio autor refere, na *Tavoada de Forais Novos da Comarca da Beira*, lê-se que “«apesar de haver memória de antigo particular foral, a terra é do Bispo de Coimbra». Isto significa que houve um foral particular anterior a 1347”, mas de que se desconhece.

¹² José PESSANHA, *Arquitectura pre-românica em Portugal. S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, p.67.

¹³ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, pp.43 e 50: “e dos sécs. XV-XVI quatro pedras com letreiros, lendo-se numa *domvs / dey* e noutra, *domvs marti / ni*, nas outras, uma delas reempregue agora, *ih (es) us*”.

Nossa Senhora da Piedade, ao que tudo indica uma capela privada instituída por Simão Tavares e Susana de Bárquia por volta de 1677, data constante de uma inscrição no local da capela¹⁴.

“A tudo isto, porém, não é demais acentuá-lo, as malfadadas obras do século XVIII superaram, num cúmulo desconcertante de incoerência e desprezo pelo passado”¹⁵. Foi na época barroca que mais alterações foram feitas ao edifício, com particular incidência na cabeceira. Deve datar desta época a supressão da nave transversal e sua inclusão na capela-mor e nas duas dependências a Norte e a Sul. Nesta altura, havia uma capela dedicada aos Mártires, que segundo Nogueira Gonçalves é difícil de localizar¹⁶.

Em Março de 1811, em pleno período de invasão napoleónica, a pequena aldeia de Lourosa foi alvo de um violento ataque. Das informações prestadas pelo pároco local às Memórias Paroquiais de 8 de Maio desse mesmo ano, afirma-se que a igreja ficou em estado desolador, destruindo-se as imagens, quebrando-se as pedras de ara e arruinando-se as capelas privadas¹⁷. Devem datar dos anos imediatamente seguintes a feitura de novos retábulos e de outros arranjos da estrutura e do património artístico da igreja, também eles suprimidos pela DGEMN.

3.

A dissertação que nos propusemos efectuar sobre a igreja de São Pedro de Lourosa visou a reconstituição do seu projecto original. O objectivo foi, sempre, o de voltar a 912, ao reino das Astúrias recentemente transformado em reino de León, ao Condado de Coimbra e à organização do seu território, às vagas de colonos que deram forma ao *repopoamento* de Afonso III, à multiplicidade de soluções artísticas que, confluindo no Norte cristão, foi responsável pelo fim da arte asturiana e pelo princípio de uma outra arte, que ninguém ainda conseguiu designar consensualmente.

A presente dissertação divide-se em três partes, num total de quatro capítulos, a que juntámos um extra-texto de justificação das propostas de reconstituição em altura para a igreja de Lourosa. No ponto de maior extensão deste plano, uns meses

¹⁴ IDEM, *Ibidem*, p.50.

¹⁵ Manuel de Aguiar BARREIROS, 1934, p.39.

¹⁶ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.51.

¹⁷ Cfr. Laurindo Marques CAETANO, 1989, p.30. A pp.7-8, o autor refere que a 17 de Março de 1811, a passagem do exército napoleónico provocou duas mortes na aldeia, tendo os populares guardado os corpos algum tempo sem os levarem para a igreja pela insegurança causada nessa altura e que, como vimos, atingiu também a igreja.

antes de concluir o texto que agora apresentamos, figurava um quinto capítulo, intitulado *São Pedro de Lourosa e a corrente classicizante na arte cristã peninsular do século X*. Quando o projectámos, era nossa intenção percorrer esse fenómeno de “retorno ao clássico” durante a Alta Idade Média peninsular, mas esta foi uma intenção que não chegámos a concretizar. Não só o volume de texto há muito havia ultrapassado o número de páginas aconselháveis, como foi manifesta a falta de tempo útil para abordar as múltiplas perspectivas de investigação que se colocavam a esse respeito. Em todo o caso, as ideias gerais do nosso pensamento actual sobre esse fenómeno, para os séculos IX a XI, foram incluídas na Conclusão deste trabalho, ainda que não se encontrem suficientemente fundamentadas numa mais abrangente análise estilístico-formal e temática.

A primeira parte – *De Oviedo ao ‘regresso’ a Toledo. O Ocidente peninsular cristão de Afonso III a al-Mansur* – constitui a base historiográfica e histórica onde assenta o duplo modelo conceptual que aqui propomos. Um modelo para o complexo histórico-artístico da arte desenvolvida em território cristão durante os séculos X e XI. Mas também um modelo para a organização do território onde se construiu a igreja de São Pedro de Lourosa.

Na sua essência, esta parte representa um contributo para uma discussão. Não é completamente destituída de “provocação” (entenda-se, de motivo para discussão) a proposta pelo *pré-românico hispânico* como conceito operatório em História da Arte. Não é também sem alguma “provocação” que subordinamos genericamente a arquitectura religiosa então produzida a um fenómeno tão desconhecido quanto inexplorado: a liturgia hispânica. E a “provocação” continua quando vislumbramos uma acção (re)conquistadora de Afonso III em direcção ao Tejo, desenvolvida não preferencialmente pela via das armas, mas por outros meios como o da aproximação religiosa entre comunidades. E foi ainda essa “provocação” que nos levou a questionar o moçarabismo de Coimbra, ao longo de todo o período de dominação islâmica, rejeitando então qualquer visão unitária e uniforme dessa longa duração. A mesma “provocação” está na origem da rejeição do moçarabismo, não apenas enquanto conceito estilístico aplicável indistintamente a um e a outro lado das terras de fronteira no século X, mas também como qualificativo para os construtores da igreja de São Pedro de Lourosa.

A segunda parte, dedicada à *Descoberta e Restauro* da igreja, situa-se no campo estrito da História do Restauro. Por que razão este modesto templo, perdido

num pequeno planalto a caminho da Serra da Estrela, foi um dos mais debatidos ao longo da primeira metade do século XX? A resposta a esta pergunta pensamos dever atribuí-la a um homem que marcou extraordinariamente o rumo da nossa História da Arte nessas décadas: Marques de Abreu. E aqui continua a “provocação”. Não é sem “provocação” que enaltecemos a memória do fotógrafo que mais cristalizou o nosso Românico, em prejuízo da acção do Director dos Monumentos Nacionais do Norte, Baltazar de Castro, principal responsável pelo restauro monumental nas primeiras décadas de actuação da DGEMN no Norte do país. Não é igualmente sem “provocação” que nos referimos ao projecto de Marques de Abreu, com José Vilaça, com Manuel de Aguiar Barreiros e com José Pessanha, como um *projecto de intervenção exemplar*, multi-disciplinar, por oposição ao empirismo de Baltazar de Castro, ainda que os fins deste último tenham sido menos interventivos (menos fantasistas) no edifício. Finalmente, é ainda uma “provocação” a diferenciação que fazemos entre *Reconstituição*, *Reintegração* e *Restauro*, como três perspectivas de intervenção, não definidas pelos respectivos autores, mas claramente identificáveis no complexo processo de restauro a que o monumento foi sujeito.

A terceira parte deve muito à anterior. Apesar do tom crítico com que encaramos hoje o que foi o restauro monumental em Portugal até há poucos anos, *pelo restauro se conhece algo do que foi o original*. Neste aspecto, Lourosa é um caso de sorte, pois não contamos apenas com o lacónico, exaltado e propagandístico Boletim de Restauro publicado pela DGEMN. Graças a Marques de Abreu, os principais passos dados no restauro do monumento estão parcialmente documentados. E as opções finais de Baltazar de Castro foram magistralmente criticadas por Aguiar Barreiros, logo no momento de encerrar os trabalhos de reintegração.

Nesta última parte propomos uma reconstituição do plano original da igreja de São Pedro de Lourosa. Aqui, no entanto, as dificuldades adquirem outra amplitude, pela impossibilidade de ultrapassar convenientemente a maioria delas, no estado actual do nosso conhecimento histórico, arqueológico e histórico-artístico acerca dos aspectos que se relacionam com esta igreja. Em todo o caso, pensamos manter um certo grau de “provocação”. Isto é, de propostas para uma discussão. A torre cruzeira é hoje consensualmente aceite pela comunidade científica que mais directamente estuda estas matérias. Mas não o é a perspectiva de uma cabeceira tipicamente asturiana, tripartida e com os limites orientais sobre uma mesma parede fundeira, ou salientando-se ligeiramente a capela-mor. Também não o é a proposta que aqui

fazemos de iluminação da nave central, a partir de alguns fragmentos resgatados aquando do restauro, mas entretanto desaparecidos. E não o é, ainda, a arquitectura em altura que coloca a uma mesma cota os telhados da nave central, da nave transversal e da capela-mor.

Ao longo de todo o texto que agora apresentamos à consideração do júri, há uma constante preocupação em propor para discutir. A isso nos leva o recorrente elogio da monografia enquanto principal campo de investigação em História da Arte. Serão ainda precisas mais monografias, sobre a igreja de Lourosa, mas também sobre a controversa mesquita de Idanha-a-Velha, sobre a igreja de São Gião da Nazaré, sobre Santo Amaro de Beja, sobre São Pedro de Balsemão, sobre Montélios, a Costa, São Torcato, o Prazo, Lisboa, Coimbra, Viseu, Lamego, o Porto, Guimarães, Chaves... antes de se proceder a uma síntese sobre o pré-românico hispânico em Portugal. Mas são também imprescindíveis as monografias sobre o outro lado da fronteira, em especial aqueles monumentos tão acerrimamente catalogados como visigóticos e que começamos hoje a considerá-los como construções do século X, ao menos parcialmente: Quintanilla de las Viñas; San Pedro de la Nave; Bande; etc.

Finalmente, esta tese não é dirigida contra ninguém em especial. Falamos em propostas para consensos. Falamos em contributos para discussões. E se aqui utilizamos expressões como “dogmas historiográficos”, ou “provocação”, é apenas para reforçar as cautelas com que a historiografia artística tem de tomar as conclusões que julga hoje definitivas. De resto, se até ao momento, fomos tão poucos a aventurarmo-nos na Arte da Alta Idade Média em Portugal, mais temos de saudar esse esforço de um número restrito de homens, ao longo de quase um século de moderna historiografia artística em Portugal.

Alcochete, Setembro de 2002

2 - UM ABSOLUTO SILÊNCIO DOCUMENTAL... E UMA IGREJA. LOUROSA NA ALTA IDADE MÉDIA

2.1. - SOBRE FRONTEIRAS, OS DOIS CONDADOS E OS LIMITES DO NOSSO CONHECIMENTO HISTÓRICO

A história de Lourosa durante a Alta Idade Média resume-se a uma data inscrita numa pedra colocada hoje sobre o lintel do portal principal da sua igreja matriz, que indica, muito provavelmente, a data de construção (sagração) do templo: 912. Para trás e para a frente, num longo lapso temporal que pode considerar-se entre a organização do território da cidade romana de Bobadela e o (re)povoamento do vale do Alva já no século XII, não possuímos qualquer outra indicação cronológica precisa, que permita caracterizar, em alguma medida, a história da aldeia desde a sua fundação até à integração plena no reino português.

A data 912 não é só importante para a cronologia da nossa igreja pré-românica. Ela é também um marco muito preciso na conturbada história medieval peninsular e representa mesmo um ponto fundamental em relação ao início e ao fim de ciclos históricos dos lados opostos da contenda civilizacional a que se convencionou chamar (Re)conquista.

Do lado cristão, nesse ano de 912, as tropas do reino asturiano - cuja capital estava em transição para a cidade de León - chegavam a El Burgo de Osma, no extremo oriental do rio Douro. Com esta conquista, passava-se a controlar todo o curso do grande rio do Norte, ao mesmo tempo que se estabelecia uma linha de penetração para Sul, em direcção à meseta central. Dois anos depois, Ordonho II lançava um violento ataque a Mérida, uma das cidades do Sul mais revoltosa contra o Emirato durante o século IX. Nunca, como até então, a antiga capital visigótica de Toledo havia estado tão perto de ser conquistada, significando estes sucessos militares uma clara esperança de retorno à hegemonia cristã sobre a Península. Mas estas conquistas, que conjugadas com outras a Ocidente, haviam permitido ao antigo reino cristão das Astúrias estabelecer uma base territorial muito ampla e em condições

estáveis para atacar as possessões islâmicas mais a Sul, acontecia já no fim de um ciclo.

Durante as décadas anteriores, Afonso III havia ampliado extraordinariamente o reino, desenvolvendo uma política expansionista contínua, legitimada ideologicamente pelo ideal neovisigotista¹. Em 910, pouco antes de morrer, todo este novo território foi repartido pelos seus três filhos, dando início a um longo período de praticamente cem anos de retrocesso do lado cristão. Apesar de as Crónicas do século X terem um claro pendor de continuidade em relação ao ciclo cronístico de Afonso III² - e mesmo de a política seguida pelos seus mais directos sucessores ser igualmente de clara continuidade³ -, o que é certo é que o avanço cristão foi parado logo em 920 na Batalha de Valdejunquera e mais tarde, de forma quase definitiva, em Simancas.

Internamente, a divisão do reino pelos três filhos do segundo rei cognominado de “o Magno” levou a uma progressiva e desgastante perda de autoridade da figura real em benefício dos poderes locais de raiz condal. A ampla rede de condados estabelecida por aquele monarca, como forma de administrar mais eficazmente os

¹ Sobre o neovisigotismo do reinado de Afonso III já nos referimos no capítulo precedente. Ele é perfeitamente evidente neste reinado, mas decaí impressionantemente ao longo do século X, para ressurgir apenas na segunda metade do século XI perante a perspectiva da conquista de Toledo. E aí já com um outro sentido: muito mais o ideal de cruzada propagandeado pela reforma cluniacense, que o desejo de restaurar o velho - e nesta altura tão heterodoxo - reino visigótico. Sobre o ideal de cruzada no seio da monarquia leonesa-castelhana nos finais do século XI, veja-se o já citado trabalho de Josep TORRÓ, “Pour en finir avec la «Reconquête»...”, *Op. Cit.*, nº78, 1999, pp.81-82. Sobre o simbolismo da conquista de Toledo e a sua relação com as novas autoridades eclesiásticas de Roma e de Cluny, veja-se Julián MONTEMAYOR, “O sonho imperial”, *Toledo, séculos XII-XIII. Muçulmanos, Cristãos e Judeus: o saber e a tolerância*, (1991), Lisboa, Terramar, 1996, pp.49-52. O facto de no século XIV Afonso VI ter “adquirido dimensões míticas” e de, por exemplo, o *Livro de Deão* relacionar as famílias portuguesas mais com este rei e menos com D. Afonso Henriques (José MATTOSO, “A nobreza de Entre-Douro-e-Minho na história medieval de Portugal” (1975), republ. *A Nobreza medieval portuguesa. A família e o poder* (1986), ed. Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p.215) pode ser entendido como um claro sinal de continuidade visigotista, mas não no sentido estritamente civilizacional com que alguns autores têm colocado esta questão. Lembramos que foi este rei leonês que escassos cinco anos antes de conquistar Toledo fez celebrar o concílio de Burgos, em que formalmente se afastou a liturgia de origem visigótica. Na ampla discussão sobre o neovisigotismo pós-Concílio de Burgos – logo, substancialmente distinto do que animou as Crónicas asturianas – há que reconhecer que a nova ordem romano-cluniacense foi extremamente selectiva com este passado civilizacional, propagandeando o que lhe interessava e deixando inexoravelmente morrer o que contrariava as suas directrizes reformistas.

² Cfr. Manuel RECUERO ASTRAY, *Op. Cit.*, 1996, p.88, nota 284.

³ Apesar das conturbadas décadas que se seguiram, os reis leoneses tentaram sempre incrementar o povoamento de base civilizacional cristã emanada dos territórios do Norte peninsular nas áreas em redor do vale do Douro (veja-se, adiante, os exemplos que damos acerca do que se passou no Condado de Coimbra durante o século X). O verdadeiro corte com esta opção e a brutal adopção de um modelo de sobrevivência assente em bases puramente militares e, em certos casos, numa política de terra queimada, aconteceu apenas às portas do ano mil, com a entrada em cena de al-Mansur, que

novos territórios ocupados – alguns (re)conquistados –, revelou-se nefasta para a própria sobrevivência da monarquia, assim que esta mostrou os primeiros sinais de enfraquecimento e os condes puderam ultrapassar as funções para as quais haviam sido nomeados.

A opção pela partilha do reino em três territórios abriu caminho a uma ininterrupta série de revoltas em que participam os sucessores directos dos filhos de Afonso III. É assim que em 925, morto Fruela, rei das Astúrias e que entretanto havia unificado todo o antigo território alcançado até à primeira década do século X, deu-se nova fracção, desta vez pela revolta dos filhos de Ordonho II (rei da Galiza de 911 a 923). O reino de Leão haveria de ser novamente unificado escassos oito anos mais tarde, na figura de Ramiro II, que conseguiu estabelecer um período de relativa tranquilidade durante cerca de vinte anos, mas as décadas de 50 e de 60 desse século X voltaram a assistir às querelas entre figuras da casa real pela posse do poder⁴.

Neste conturbado período, os condes desempenharam um papel fundamental, adquirindo maior protagonismo quanto mais periféricos fossem os territórios a seu cargo. Esta aparente contradição, explicada pelas áreas de acção em que Castela e o Ocidente peninsular se situavam na situação de guerra com o Islão, levou a que os condes de Portucale, de Coimbra e de Castela assumissem maior relevância, fazendo da aliança de casamentos uma arma importantíssima para o sucesso das suas pretensões autonómicas⁵. A abdicação de Afonso III e a repartição do reino em três territórios distintos contou com o apoio expresso do conde castelhano. As histórias de

desequilibraram extraordinariamente os pratos da balança de um e de outro lado do confronto civilizacional.

⁴ É particularmente sintomática a guerra travada entre Sancho I (956-958 e 961-966) e Ordonho IV (958-961) pelo poder. Sancho, inicialmente apoiado por Fernán González, foi posteriormente preterido pelo conde castelhano em favor de Ordonho IV, pretendente apoiado também por alguns condes ocidentais, entre os quais o de Coimbra. A investida decisiva contra Ordonho deu-se em 959, ano em que Sancho I contou com o apoio do próprio Califa de Córdoba, que enviou um exército para combater ao lado dos partidários de Sancho I. Ordonho IV, depois de dois anos em fuga por territórios cristãos, acabou por se exilar na corte de Córdoba, precisamente junto do califa que havia contribuído decisivamente para a sua ruína. Sancho I morreu enquanto rei, envenenado em Viseu, ao que tudo indica pelo conde de Coimbra (Cfr. A. de Almeida FERNANDES, *Portugal no período vimaranense (868-1128)*, sep. *Revista de Guimarães*, Barcelos, Ed. Minho, 1972, pp.96-100; José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.538, esclarece as diversas versões que posteriormente surgiram nas crónicas leonesas e na moderna historiografia acerca do real papel dos condes de Coimbra e de Portucale neste momento específico do reino de León).

⁵ As estratégias de actuação do modelo condal foram já estudadas por vários autores, pelo que remetemos aqui para os trabalhos de José MATTOSO, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, (1982), 3ªed., Lisboa, Guimarães Editores, 1998, pp.26-34 (em que o autor assinala três características fundamentais comuns – a estratégia matrimonial endogâmica, a imitação do modelo real de sucessão e a dispersão do património fundiário – e analisa as

poder entre Sancho I e Ordonho IV, descrita anteriormente, e a de proximidade-afastamento que Ordonho III manteve para com os condes de Portucale e de Castela nos escassos cinco anos em que reinou⁶, são bem o testemunho de como os condes detiveram enorme “influência sobre uma monarquia fragilizada pelas crises internas e intrigas palacianas”⁷.

Do lado muçulmano, em 912, subia ao poder Abd al-Rahman III, momento que significou o início de um dos mais gloriosos períodos do domínio islâmico na península. Até 929, ano em que se proclamou Califa, Abd al-Rahman desenvolveu uma política expansionista em relação aos territórios cristãos do Norte, e uma intensa actividade militar interna, cujo objectivo foi o de sufocar pelas armas as muitas revoltas que haviam surgido em solo nominalmente dominado por muçulmanos, durante os anos finais do Emirato.

Nas duas primeiras décadas do seu governo (em 932 conseguiu finalmente pacificar a maior parte do território; pacificado, não consolidado⁸), Abd al-Rahman viu-se confrontado com três frentes de actuação militar: a Norte, o ímpeto expansionista asturiano-leonês; a Sul, o estabelecimento do estado islâmico fatímida; internamente, as numerosas revoltas herdadas do Emirato⁹.

Para o caso que aqui nos interessa, o confronto militar de Valdejunquera deu início a um período de ataques e de contra-ataques entre os dois lados do enfrentamento civilizacional. A Batalha de Simancas (939) colocou frente a frente um reino leonês a caminho da divisão interna e um estado islâmico em franco

condições da decadência dos condes ao longo do século XI) e de Maria João Violante Branco Marques da SILVA, “Portugal no reino de León...”, *Op. Cit.*, 1993, pp.558-563.

⁶ Ordonho III (951-956) sustentou um grave conflito com o seu genro, o conde castelhano Fernán González. A esta relação de poder, ocorrida num momento em que o condado de Castela procurava afirmar a sua independência face a León, A. de Almeida FERNANDES, *Op. Cit.*, 1972, pp.66-68, adicionou um complexo enredo amoroso que constantemente aproximou o rei de Elvira, filha de Paio Gonçalves (conde de Portucale), de quem viria mesmo a ter um filho, ao que tudo indica, o futuro Bermudo II (982-999). O monarca surge, assim, como uma figura esvaziada de poder e actuando entre o espaço proporcionado por dois dos seus condes e respectivas filhas.

⁷ Maria João Violante Branco Marques da SILVA, “Portugal no reino de León...”, *Op. Cit.*, 1993, p.545.

⁸ Como bem advertiu Anwar G. CHEJNE, *Historia de la España musulmana*, (1974), 4ª ed. espanhola Madrid, Cátedra, 1999, p.40. Esta distinção básica entre “pacificação” e “consolidação” do território pode ser entendida de forma meramente militar. No entanto, entendemos que estes conceitos aplicam-se a muitos outros aspectos e momentos da presença islâmica na península, com especial importância para os fenómenos culturais e de povoamento. Sobre este assunto, veja-se o que à frente dizemos a respeito do moçarabismo de Coimbra entre o pacto de rendição da cidade após a invasão de 711 e a sua conquista definitiva por Fernando, o Magno, em 1064.

⁹ Sobre os sucessos militares de Abd al-Rahman nestas três frentes veja-se Hugh KENNEDY, *Muslim Spain and Portugal. A political history of al-Andalus*, Londres, Longman, 1996, pp.87-97. Com maior

crescimento e afirmação, mas num terreno geográfica e politicamente adverso para o califa. No confronto, Abd al-Rahmann perdeu o apoio militar de partes significativas das suas tropas e esteve prestes a morrer em combate. A assunção da derrota significou o retorno à ordem anterior, em que cristãos e muçulmanos permaneciam separados por pequenas células de poder praticamente autónomas, sem chefes com alguma notoriedade, servindo apenas como zonas de tampão e de transição entre um e outro lado.

No ocidente peninsular, teoricamente uma zona periférica em relação aos principais centros de poder, o ano de 912 é também importante.

Para a história do Condado de Coimbra, é o ano da morte do Bispo Nausto, que se fez sepultar na igreja de Sto. André de Trobe, na Galiza¹⁰. Nomeado bispo de Coimbra ainda antes de conquistada a cidade para a esfera cristã¹¹, Nausto comandou os destinos do Bispado durante mais de quarenta anos e foi uma figura de importância considerável, não apenas para a demonstração da continuidade do quadro diocesano moçárabe mas, sobretudo, para a primeira organização territorial de base cristã que se seguiu à conquista de 878¹².

detalhe, Émile LÉVI-PROVENÇAL, “El califato omeya de Córdoba (912-1031)”, *Historia de España*, dir. Ramón Menéndez Pidal, 3ªed., t.IV, Madrid, Espasa-Calpe S. A., 1967, pp.261-321.

¹⁰ Variam muito as opiniões acerca da origem e actuação de Nausto à frente do episcopado de Coimbra. Ao que tudo indica, era oriundo de uma importante família galega (Manuel Luís REAL, *A arte românica de Coimbra (novos dados – novas hipóteses)*, Porto, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974, p.8), ainda que outros autores, sem grande base sustentável, apontem uma origem moçárabe (José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.474). O facto de se ter feito sepultar numa igreja galega, numa altura em que o território coimbrão era alvo de um intenso processo de povoamento, é um indicador que pode abonar em relação à tese galega. Sobre as origens galegas de Nausto vejam-se ainda as informações toponimicas constantes do pequeno trabalho de Joseph M. PIEL, “A propósito do nome do Bispo Nausto de Coimbra (867-912)”, *Revista Portuguesa de História*, t. III, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947, pp.558-560.

¹¹ A data consensualmente aceite para o início do episcopado de Nausto é 867, precisamente um ano antes da presúria do Porto. Nausto foi, assim, bispo de Coimbra sob domínio islâmico mais de uma década. Saúl António GOMES, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Semente em boa terra – raízes do Cristianismo na Diocese de Coimbra*, catálogo de exposição, Coimbra, Diocese de Coimbra, 2000, p.128, aponta a data de 876, com certeza um erro involuntário do autor na transposição dos dados.

¹² Torquato de Sousa SOARES, “O repovoamento do norte de Portugal no século IX”, (1940), *Biblos*, vol. XXVIII, t.I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1942, pp.197-201, coloca a hipótese de a conquista de 868 do Porto estar relacionada com a perda de Coimbra, cidade que se encontraria na posse asturiana desde 867, pelo menos. Neste sentido, compreender-se-á melhor a acção do bispo Nausto no processo de povoamento, em íntima ligação com o poder delegado condal antes de 878. Sobre esta questão, veja-se o que adiante dizemos no ponto 2.5.1. desta Parte II. Nausto possuía várias propriedades na região de Coimbra, doadas por Afonso III, o que revela a importância da sua acção no povoamento de finais do século IX.

Para a história da Beira Interior setentrional é o ano da construção de uma igreja em Trancoso¹³, ao que supomos o principal centro desta região durante a primeira metade do século X e onde estaria sediada uma *civitas*, não necessariamente integrada no vasto condado de Coimbra.

No Ocidente peninsular a Sul do rio Minho, em 912, existiam dois condados politicamente definidos, em torno dos quais se organizava o território: o de Portucale, com capital em Guimarães e um intenso povoamento rural, e o de Coimbra, sediado, ao que tudo indica, em Viseu ou muito próximo desta cidade, e com jurisdição sobre todo o entre-Mondego-e-Douro.

No século XI, estes dois territórios, unidos, darão forma ao Condado Portucalense. Mas durante o século X, num lapso temporal de aproximadamente cem anos, os dois condados permaneceram autónomos e foram mesmo vizinhos hostis durante largos períodos.

O empenhamento dos vários condes na sucessão da monarquia leonesa levou à construção de uma ampla rede de relações privadas, tão complexa quanto frágil e conjuntural¹⁴. Na medida exacta das suas conveniências, mais imediatas ou visando a perpetuação da estirpe, os condes raramente hesitaram em apoiar um pretendente ao trono, para de seguida, caso se justificasse, apoiar o seu mais directo inimigo. “Todos se ligavam com todos, procurando na multiplicidade de matrimónios a legitimação da sua posição e a continuidade e acréscimo do seu poder político e fundiário”¹⁵.

Ao longo deste século X, raras vezes os condes de Portucale e de Coimbra estiveram do mesmo lado, circunstância que A. de Almeida Fernandes atribuiu a um

¹³ Sobre esta igreja, conhece-se uma lápide que, segundo Mário BARROCA, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, publ. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, vol. II, t. 1, p.34, insc. N°4, deve apontar para a data de 912. No entanto, esta inscrição encontra-se em paradeiro incerto, pelo que não foi possível a este autor comprovar a datação proposta.

¹⁴ As genealogias das famílias condeais e seus mais directos ramos que actuaram no território ocidental a Sul do Douro durante o século X foram já rigorosamente estabelecidas, graças ao labor de muitos historiadores, cujos nomes principais são Rui de Azevedo, Paulo Merêa, Emilio Sáez Sánchez, M. Rúben García Álvarez, A. de Almeida Fernandes e José Mattoso. Seguimos aqui a síntese elaborada por este último autor, “As famílias condeais portucalenses dos séculos X e XI”, *Studium General*, n°12, 1968-1969, pp.59-115, revista e actualizada na versão publicada em 1986 na colectânea de artigos *A Nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, ed. Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp.75-117. Também do mesmo autor, “A nobreza portucalense dos séculos IX a XI” (1968), *Do Tempo e da História*, n°3, 1970, pp.35-50, republ. *Ibidem* (1986), ed. Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp.191-201.

¹⁵ Maria João Violante Branco Marques da SILVA, “Portugal no reino de León...”, *Op. Cit.*, 1993, p.560.

antagonismo secular de base rática entre galaicos e lusitanos¹⁶. A esfera meramente política em que as alianças foram celebradas inviabiliza os argumentos deterministas de Almeida Fernandes, aqui citados como mais um exemplo do elevado grau de divergência a que as duas famílias condeais chegaram do que propriamente qualquer colagem a esta teoria vincadamente biológica.

São vários os episódios em que o antagonismo entre os dois condados se fez sentir. Ramiro II, que começou por governar em Viseu, quando ocupou o trono de León retirou o condado portugalense à família de Vímara Peres e entregou-o a Mendo Gonçalves, que o legou hereditariamente aos seus descendentes. Já no tempo de Gonçalo Mendes, Ximeno Dias, conde de Coimbra, manteve sempre uma querela inultrapassável com a família condal portugalense, situação que foi evidente durante o conturbado reinado de Ordonho III, como vimos anteriormente.

Em 959, quando Sancho I empreendeu a investida decisiva sobre Ordonho IV, o exército muçulmano enviado pelo califa em auxílio de Sancho passou livremente pelo território de Portucale, ao contrário do que aconteceu com os chefes de Coimbra e de Tui que, fiéis a Ordonho, opuseram-se a este contingente. Nesta acção militar, os partidários conimbricenses invadiram mesmo o território a Norte do Douro e chegaram às portas de Guimarães. O problema foi resolvido apenas anos mais tarde, quando Sancho I se deslocou a Viseu. Aqui, na suposta capital do condado de Coimbra, Gonçalo Moniz envenenou o monarca e abriu caminho ao reinado de Ramiro III¹⁷, monarca que foi apoiado por Coimbra e por Castela contra a pretensão do conde portugalense.

Mesmo ante a ameaça de al-Mansur, numa fase de claro retrocesso cristão, a atitude dos dois condados foi diametralmente distinta. Enquanto Mendo Gonçalves de Portucale permaneceu fiel à coroa leonesa – então na posse de Bermudo II – Froila Gonçalves e Veila Gonçalves, filhos de Gonçalo Moniz de Coimbra, lutaram ao lado de al-Mansur¹⁸ e estiveram presentes na grande ofensiva contra Santiago de Compostela (998).

A breve digressão que acabamos de fazer em torno dos conflitos que animaram as relações entre Portucale e Coimbra, ao longo de todo o século X, leva-

¹⁶ A. de Almeida FERNANDES, *Op. Cit.*, 1972, pp.72-73.

¹⁷ IDEM, *Ibidem*, pp.97-100.

¹⁸ Froila conquistou o Castelo de Montemór e Veila, à frente de um exército misto de cristãos e de muçulmanos, ultrapassou o Douro e atacou o castelo da Maia, pilhando, de seguida, o entre-Douro-e-

nos à conclusão da manutenção do Douro enquanto fronteira. Ainda que a propriedade fundiária destas famílias condais estivesse dispersa por todo o Ocidente peninsular, desde a Galiza ao Mondego, não restam muitas dúvidas sobre os reais limites de acção político-militar de uma e outra estirpe à frente dos respectivos condados.

Em boa verdade, a este Douro-fronteira entre territórios cristãos temos de acrescentar o conceito de Portucale enquanto unidade política isolada, na medida em que não foi apenas com o condado de Coimbra que os condes portugalenses mantiveram divergências. No conturbado século X, Portucale parece actuar sempre em oposição às restantes unidades condais, seja Coimbra, seja Tui, seja Castela. Uma estratégia deliberada de contra-ciclo, delineada pelos condes de Guimarães para alargar a sua área de influência a outros territórios que não os circunscritos à zona sobre que efectivamente detinham mandato régio¹⁹.

É nesta perspectiva que podemos compreender a constante tentativa para concentrar vastas áreas sob domínio de uma família²⁰, enquanto outras propriedades permaneciam (propositadamente?) dispersas. É também neste sentido que podemos encarar a célebre doação de D. Flâmula (ou D. Chamôa Rodrigues) ao Mosteiro de Santa Maria de Guimarães, das numerosas propriedades que detinha na Beira Alta Interior, um acto que colocou nas mãos do mais poderoso mosteiro do entre-Douro-e-Minho um vasto território, exterior aos limites físicos portugalenses e, julgamos muito importante, um território de carácter essencialmente militar.

Desta forma, se o mandato dos condes sobre o território assentava em *commissa* directamente estabelecidos pelo monarca, depressa pretenderam ultrapassar esse limite geográfico de acção e tentaram definir novas fronteiras para a sua autoridade. Os ritmos e as direcções preferenciais deste processo expansionista permanecem ainda largamente desconhecidos, mercê de uma documentação parca em informações. Por exemplo, sabemos que o condado de Portucale ocupava o actual

Ave (Cfr. José MATTOSO, “Sobre a origem do Estado Português. A ideia de Portugal”, *História*, nº6, 1979, pp.44-53, republ. *Portugal Medieval. Novas interpretações*, 2ªed., Lisboa, IN-CM, 1992, p.90).

¹⁹ Esta estratégia é referida logo nos primeiros estudos acerca do Porto condal após o reinado de Afonso III (e. g. Paulo MERÊA, *De «Portucale» (civitas) ao Portugal de D. Henrique*, Porto, Portucale, 1967, pp.20-23).

²⁰ José MATTOSO, *Op. Cit.*, 1982, 3ªed., 1998, p.28: ao analisar a dispersão de propriedades das famílias condais do ocidente peninsular, que posteriormente fará parte do território português, o autor realça uma outra tendência para a concentração das famílias em algumas áreas específicas. Assim, Vímara Peres em Braga; Hermenegildo Gonçalves em Guimarães; Gonçalo Moniz em Coimbra; Gondesendo Eriz no Vouga; Paio Bermudes no Riba Lima, etc.

entre-Douro-e-Minho, mas não possuímos qualquer indicação do seu limite oriental, se fazia fronteira com um hipotético condado sediado em Chaves²¹, nem se se prolongava pela terra quente de Trás-os-Montes. Por outro lado, a organização militar e social dos homens da (Re)conquista revela-se de grande mobilidade, estando documentados alguns nobres – muitos mais haveria – ao serviço dos condes. Eles próprios tiveram outros condes em quem delegaram poderes, como se depreende pelo título de *dux* atribuído aos chefes de Coimbra e de Portucale²² e como se conclui pela existência dos dois ramos da família Fernandes (Ero e Diogo) que, sem ascenderem ao estatuto condal de Portucale e de Coimbra, possuíam terras e *commissa* nestes condados, ostentando o título de condes – assim é mencionado, pelo menos, Ero²³.

As fronteiras entre cristãos assumem, assim, um carácter bastante mais específico que as vigentes entre cristãos e muçulmanos nesta altura. Ao contrário da fronteira mais ou menos distante para com o mundo muçulmano, estabelecida a partir do raio de influência de aglomerados populacionais relevantes, a multiplicidade de senhorios em que se organizava o mundo cristão fomentou o reconhecimento de fronteiras específicas e geograficamente definidas.

Falar da fronteira entre cristãos e muçulmanos no século X é referir-se a um modelo conceptual de amplitude territorial incomparavelmente mais vasta que nos séculos seguintes. Até ao verdadeiro início de conquista de território islamizado (ocorrida após a mudança dinástica que impôs a monarquia navarra no reino leonês), a fronteira entre os dois blocos civilizacionais que protagonizaram a (Re)conquista é longínqua, imprecisa, medida na exacta distância que separa o território de influência

²¹ Situada em pleno vale do Tâmega, Chaves foi (re)conquistada em 872 por um enigmático nobre afonsino, Odoário. Também Bragança foi presuriada em data desconhecida por um outro conde, Paio. Sobre estes dois chefes militares e sua descendência pouco ou nada se sabe, desconhecendo-se ainda completamente os territórios que lhes foram confiados, a sua extensão e localidades principais, etc. Não existe mesmo qualquer certeza sobre a organização de base condal em Trás-os-Montes, dadas as lacunas da documentação. Ricardo Jorge TEIXEIRA, *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, pp.195-198, a partir de uma doação de um tal Odonio ao Mosteiro de Celanova, datada de 982, admite que Odoário desempenhou um papel de certo relevo na consolidação do território flaviano, em certa medida semelhante ao que se passou mais a Ocidente, mas, até ao momento, uma primeira aproximação do espaço medieval desta região só pode ser feita para a segunda metade do século XI, quando a documentação começa a ser mais abundante.

²² Maria Ângela BEIRANTE, “A «Reconquista» cristã”, *Op. Cit.*, vol. II, 1993, p.284.

²³ Ero Fernandes é um dos condes que está em Lugo em 910. Tem propriedades em Lafões e por todo o Vouga, detendo ainda territórios na Galiza. Diogo Fernandes, seu irmão, estabelece-se no entre-Mondego-e-Douro e possui propriedades em Braga, Vouga e Viseu (onde detinha um Paço), tendo estado também bastante relacionado com o Mosteiro de Lorvão. Também Oveco Garcia, marido de Godinha Gonçalves de Coimbra, é conde (Cfr. José MATTOSO, “A nobreza portugalense dos séculos IX a XI”, *Op. Cit.*, ed. 2001, p.194.

de determinado centro populacional. No conturbado caminho peninsular rumo ao ano mil, “as áreas periféricas funcionam como um espaço de transição sobre o qual o poder se irá, em princípio, exercendo de forma cada vez mais frouxa à medida que vai aumentando a distância em relação ao núcleo central ou aos secundários que em torno dele gravitam”²⁴.

No século XII, o avanço para Sul dos reinos setentrionais levou ao encurtamento de centros políticos antagónicos e a chamada “terra de fronteira” passou a ser um território necessariamente menos vasto, mais perigoso e, acima de tudo, um espaço que importava conquistar ao outro. A ocupação de terras deixadas entregues a si próprias por incapacidade do reino asturiano e por desinteresse do Emirato tinha terminado. A partir de meados do século XI, seguindo a política efectivamente (re)conquistadora de D. Fernando, o Magno, as comunidades locais viram extraordinariamente reduzido o espaço de manobra. Conquistava-se ao outro o seu território e era necessário ocupar civilizacionalmente o seu espaço, através de um amplo programa de povoamento e de consolidação da autoridade. A política “integracionista” de al-Mansur na primeira metade do século XI, no antigo condado de Coimbra, é já um indicador nesse sentido, como veremos adiante a propósito do moçarabismo desta cidade do Mondego. Mas foi do lado cristão, que mais avançou sobre o terreno opositor, que essa consolidação é hoje historiograficamente visível²⁵.

No ocidente peninsular, ainda que a acção povoadora de Afonso III e seus mais directos descendentes tenha levado a fronteira cristã, pelo menos, até ao rio Mondego – adiante veremos alguns indicadores que nos permitem supor que essa acção ultrapassou, mesmo, este rio – o Douro manteve-se como fronteira entre cristãos. Para o século X, José Mattoso refere-se-lhe como “verdadeira fronteira (...) mesmo quando os cristãos dominavam Coimbra”²⁶. E assim permaneceu como fronteira “interna” pelos séculos seguintes. Na identificação medieval do País, o

²⁴ Hermenegildo FERNANDES, “Fronteiras e Reconquista”, *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia – IPM, 1998, p.270.

²⁵ Entre a fronteira distante e indefinida do século X ao progressivo reconhecimento físico dessas marcas verifica-se o processo de transformação de uma “sociedade de fronteira” em uma “fronteira entre sociedades”, como magistralmente definiu José Angel GARCÍA DE CORTÁZAR, “De una sociedad de frontera (el valle del Duero en el siglo X) a una frontera entre sociedades (el valle del Tajo en el siglo XII)”, *Las Sociedades de Frontera en la España Medieval*, Zaragoza, 1993, pp.51-68.

²⁶ José MATTOSO, “Sobre as origens do Estado português...”, *Op. Cit.* (1979), republ. 2ªed., 1991, pp.87-99. E estas palavras não se devem seguramente ao facto de a “ideia de Portugal” ter partido dos infanções do condado portucalense – não condado de Portucale – em clara expansão territorial para Sul que Mattoso defende esta posição, pois do outro lado desta barricada ideológica, António José Saraiva reconhecia também diferenças importantes de um e outro lado do Douro.

Douro foi a linha divisória entre um entre-Douro-e-Minho, onde o modelo senhorial ancestralmente enraizado permaneceu para cá da Idade Média, e um Sul maioritariamente concelhio, que não escapou ao avanço da senhorialização, é certo, mas que se caracterizou por outras opções de exploração dos recursos e de organização dos homens²⁷.

Este Douro-fronteira a que nos referimos, evidente a um nível político-militar no século X e progressivamente adquirindo contornos também económicos e sociais à medida que avançamos para a Baixa Idade Média, é hoje, também, fronteira do nosso conhecimento histórico. Para o século dos dois condados, o Douro assume-se como uma verdadeira fronteira historiográfica, separando um Norte sobre o qual temos mais informações e um Sul menos explorado pelos historiadores, mais indefinido nos seus limites físicos e políticos, decididamente mais difícil de caracterizar à luz da documentação subsistente.

Obviamente que aqui teremos de distinguir os dois Douros em que o grande rio do Norte se transforma ao percorrer o actual território português: a Ocidente, numa extensão relativamente pequena, atrai as margens; a Oriente, num curso bastante maior, separa-as²⁸. Em ambos os casos, mantém-se como fronteira política.

A este Douro, fronteira histórica e fronteira do nosso conhecimento histórico, há também que juntar uma outra, de carácter menos perceptível pela dificuldade de identificação de pontos geográficos precisos, mas tão efectiva quanto a que este rio representa. É a fronteira litoral-interior. De um lado, as férteis e mais povoadas terras da faixa litoral entre os rios Minho e Mondego, onde se concentrou o grosso do esforço povoador, as explorações senhoriais e os mosteiros²⁹. De outro, os planaltos de Trás-os-Montes e da Beira Alta, desde a fronteira setentrional que confina com a província de Ourense até ao maciço central da Serra da Estrela e aos campos abertos para leste desta montanha.

²⁷ A “oposição” entre os territórios a Norte e a Sul do Douro é uma constante no pensamento de José MATTOSO, *Identificação de um país*, vol. I (Oposição), 5ªed., Lisboa, Estampa, 1995, pp.50; 89-90, 98-99, etc..., funcionando mesmo como “base interpretativa da História portuguesa no seu primeiro período” (p.299). Uma visão drasticamente simplificada e, por isso mesmo, de mais fácil apreensão, encontra-se em IDEM, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, 1992, vol. I, p.454.

²⁸ Como enunciou recentemente Luís Miguel DUARTE, “O Vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações”, *Douro. Estudos & Documentos*, nº2, Porto, GEHVID / Afontamento, 1996, p.56.

²⁹ Dos pouco menos de cem mosteiros que se conhecem em território português entre os séculos VIII e XI, a esmagadora maioria deles situa-se no eixo Braga-Porto-Terras de Santa Maria, confirmando essa vocação preferencialmente litoral de todo o povoamento asturiano-leonês nesta parcela do território (Cfr. Maria Ângela BEIRANTE, “A «Reconquista» cristã”, *Op. Cit.*, vol. II, 1993, p.319).

Para os séculos seguintes, é possível verificar como as estratégias senhoriais ultrapassaram largamente o Douro e tentaram implantar regimes semelhantes nas terras mais férteis do Sul, não apenas o entre-Mondego-e-Douro, mas também a Estremadura, o Alto Alentejo ou a Beira Interior. Mas num século X em que a documentação raramente vai para além da acção das famílias condeais mais importantes ou da conjugação de esforços entre estas figuras e os mosteiros a que se ligavam, o entre-Mondego-e-Douro é um território largamente desconhecido, desvendado a espaços por alguma indicação documental sem continuidade, uma referência geográfica mais ou menos segura...

Neste imenso interior desconhecido, as interrogações são demasiadas e as respostas insatisfatórias. Desde o definitivo avanço asturiano para Sul e a organização territorial do século XII, quando o reino de Portugal se instituiu, desconhecem-se por completo as formas de organização de grande parte destas regiões, os ciclos de imigração e de estabelecimento, as vias de comércio e de ligação ao complexo civilizacional em que forçosamente estavam inseridas. “Seriam verdadeiras terras de ninguém? Estariam habitadas por uma população diminuta, ou apenas desorganizadas?”³⁰.

É neste amplo contexto que se situa a vila de Lourosa. Ao longo do presente capítulo tentaremos responder a algumas das questões aqui enunciadas, mas reconhecemos, à partida, as enormes dificuldades em traçar uma linha de caracterização definitiva. Bem pelo contrário, as respostas a que adiante chegaremos adquirem um carácter tão provisório que apenas devem ser consideradas como propostas de trabalho.

Um trabalho em Alta Idade Média que cada vez mais é a construção de modelos historiográficos erigidos em torno de alguns dados históricos seguros, mas cujo pilar fundamental continuará a ser a coerência argumentativa de um todo conceptual.

2.2. - A PERMANÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO ROMANA

A pequena aldeia de Lourosa da Serra da Estrela localiza-se na margem direita do rio Alva, afluente do Mondego, sensivelmente a meio do seu curso. Estando as

³⁰ IDEM, *Ibidem*, 1993, p.255.

indicações cronologicamente precisas sobre a sua história reduzidas àquela inscrição de 912, colocada sobre o lintel do portal principal da igreja, há que tentar compreender a existência desta pequena localidade no complexo histórico-geográfico mais vasto em que se insere, nas suas dimensões diacrónica e sincrónica.

O primeiro ponto a focar neste processo de relação que pretendemos evidenciar é a organização romana da bacia do Alva e, por acréscimo, do território entre Mondego e as serras da Estrela e da Lousã. Ainda que desconheçamos, por completo, o período em que a pequena aldeia de Lourosa passou a existir como realidade física³¹, é à ocupação romana que teremos de ir buscar as primeiras respostas, uma vez que data desse período o primeiro ordenamento programado da região, em torno de uma cidade dominante e dos recursos naturais existentes. Tal não deve implicar, todavia, a recusa de uma Lourosa pré-romana mas, até ao momento, não possuímos qualquer dado sobre essa hipotética realidade.

Está hoje suficientemente provado que uma parte significativa do povoamento altimedieval peninsular assenta em antigas estruturas romanas, facto tornado ainda mais importante pela constante recuperação de locais e de materiais clássicos durante as monarquias toledana e asturiano-leonesa.

Independentemente dos processos de ruralização e de encastelamento que caracterizam toda a Alta Idade Média ocidental e que a afasta do mundo romano pleno, são numerosos os indicadores que confirmam a linha de continuidade entre a época de domínio romano e as sucessivas vagas civilizacionais que se sucederam no espaço peninsular entre os séculos V e XII. A cristianização de muitas *villae* e

³¹ É possível que o topónimo *Lourosa* illustre, de alguma forma, a origem da localidade. A opinião mais consensual e seguida tradicionalmente, regista a consolidação toponímica de Lourosa a partir de um fito-topónimo, que não pode ser outro que não “louro”, “loureiro” (Cfr. Américo COSTA, *Diccionario Chorographico de Portugal continental e insular*, vol. VII, Azurara, ed. autor, 1940, p.793). A semelhante conclusão chegou Maria Cecília Rodrigues REIS, *Lourosa. Sua História e gentes. Monografia*, Lourosa, Junta de Freguesia de Lourosa, 1989, p.7, a respeito de uma outra Lourosa no concelho de Santa Maria da Feira. A ser este o caso, a toponímia pouco ou nada esclarece quanto à cronologia em que esta designação se fixou. Por outro lado, a derivação a partir de “louro” não é completamente aceite, podendo equacionar-se outras possibilidades para a origem do topónimo *Lourosa*. A. de Almeida FERNANDES, *Toponímia portuguesa. Exame a um dicionário*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1999, pp.397-398, refere que nos topónimos aparentemente conotados com “louros” e “loureiros”, existe uma base pré-romana comum: “lor(a)”; o mesmo autor argumenta que “não é possível entender que um simples «louro» (loureiro, um arbusto) pudesse promover e manter um topónimo”. Citamos aqui estas duas posições por reconhecermos que os estudos até agora efectuados sobre esta matéria não são conclusivos. Por outro lado, também não somos nós minimamente habilitados para concluir sobre este assunto, pelo que aguardamos novos dados que elucidem a origem do topónimo *Lourosa*.

posterior transformação em paróquias³²; a reutilização de pontes e de caminhos³³; a manutenção das antigas cidades, do direito, da organização territorial em *civitates*; mesmo em termos artísticos, o retorno ao clássico é um processo recorrente, desde a época visigótica aos ciclos asturiano e pré-românico, passando pela hispanidade muçulmana.

A circunstância da fundação de Lourosa, em época romana ou já na Alta Idade Média, não escapa a estes condicionalismos, não obstante a relação da sua igreja com a anterior organização romana da região não ter sido ainda suficientemente colocada em relevo.

Em altura desconhecida, mas que se deve situar entre as medidas de ordenamento territorial de Augusto e a dinastia cláudio-juliana³⁴, estabeleceu-se a sede de uma *civitas* em Bobadela, cidade que dominou o vasto território circundante, correspondente, grosso modo, a uma área entre a foz do Alva e a vertente ocidental da Serra da Estrela.

As várias campanhas arqueológicas aqui efectuadas desde 1980, ano em que o Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC) decidiu iniciar esse projecto, foram preferentemente dirigidas ao núcleo romano de Bobadela³⁵. Esta metodologia secundarizou as tarefas de prospecção sistemática do território da cidade,

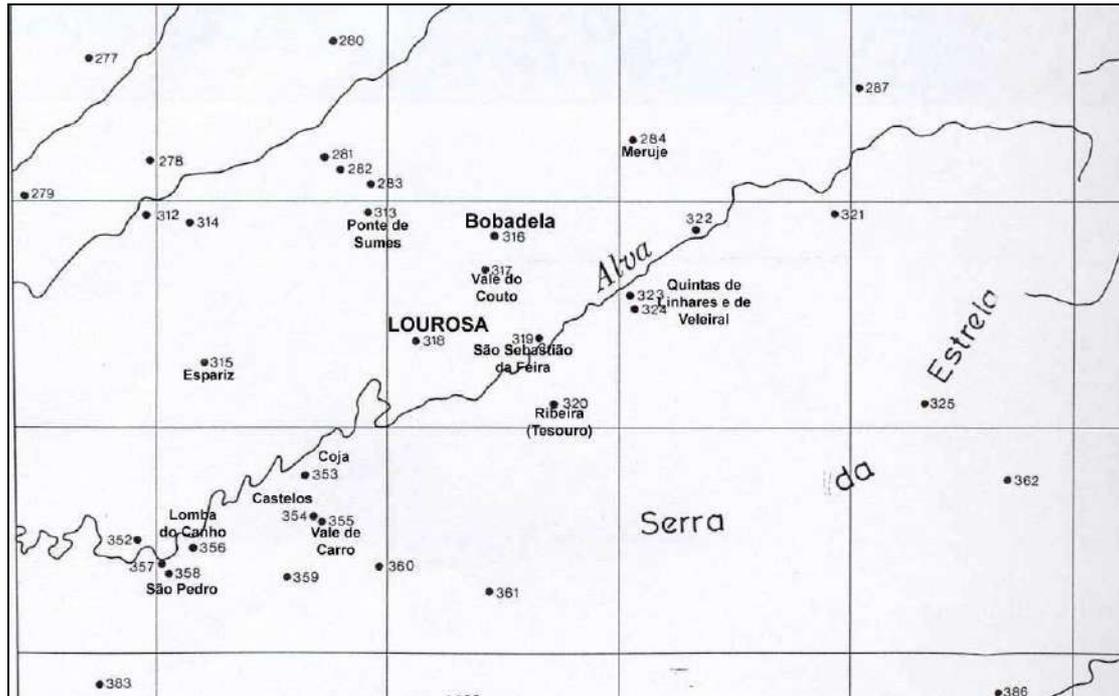
³² Ainda que muitas paróquias medievais tenham surgido de igrejas monásticas e de igrejas sem precedentes históricos romanos, “por agrupamentos de camponeses que se associavam para as construírem e elegerem um presbítero” (José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.470).

³³ Como alerta Vasco MANTAS, “A rede viária romana do território português”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. II (O mundo luso-romano), coord. Victor Gonçalves, Lisboa, Ediclube, 1998, p.221, o conhecimento da documentação medieval é importantíssimo para a identificação das vias romanas, uma vez que os caminhos continuaram a ser os mesmos durante muitos séculos.

³⁴ Jorge de ALARCÃO, *Roman Portugal*, vol. II, fasc.1, Worminster, Aris & Phillips Ltd., 1988, p.67: “Parece-nos difícil admitir que Augusto tenha criado um município em Bobadela; Mas é perfeitamente viável que a cidade tenha sido fundada por Augusto e convertida em município por um dos júlio-claudianos”.

³⁵ São já numerosos os trabalhos publicados relativos às campanhas arqueológicas efectuadas na localidade e respectivos progressos de identificação de estruturas e de materiais. As acções levadas a cabo na primeira fase encontram-se amplamente documentadas nos artigos de Clara PORTAS, “Bobadela - escavações arqueológicas de 1982”, *Munda*, nº6, Coimbra, GAAC, Mai. 1984, pp.32-42; A. Eugénio Maia do AMARAL, “Escavações arqueológicas na Bobadela”, *Mundo da Arte*, nº3, Coimbra, Epartur, 1982, pp.29-35; IDEM, “Considerações preliminares acerca do Forum II de Bobadela”, *Munda*, nº4, Coimbra, GAAC, Mai. 1983, pp.3-14 e Clara PORTAS, “Bobadela – escavações arqueológicas de 1983”, *Munda*, nº8, Coimbra, GAAC, Mai. 1985, pp.37-46. Uma síntese das campanhas arqueológicas efectuadas nos primeiros quinze anos encontra-se em Helena FRADE, José Carlos CAETANO, Clara PORTAS e José Luís MADEIRA, “Notas para o estudo do urbanismo da cidade romana de Bobadela”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35 (I Congresso de Arqueologia Peninsular), fasc. 4 (Actas VIII), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1995, pp.221-241. Especificamente sobre o anfiteatro romano, veja-se a breve notícia de Clara PORTAS e Helena FRADE, “Oliveira do Hospital. Anfiteatro romano de Bobadela”, *Informação arqueológica*, nº9, Lisboa, IPPAR, 1994, pp.54-55.

desconhecendo-se quase totalmente a estrutura agrária envolvente, as vias de comunicação com o exterior, a organização dos homens e dos recursos na vasta área dependente³⁶. Em muitos aspectos, o conhecimento da cidade romana de Bobadela – entendida no seu amplo estatuto de capital de *civitas* e de base civilizacional ordenadora do *territorium civitatis* – permanece uma “encruzilhada de dúvidas”, retomando aqui a expressão com que Fernando Dias Coelho se lhe referiu há mais de trinta anos³⁷.



Mapa nº1 – carta arqueológica de época romana da bacia do Alva, adaptado de Jorge de Alarcão, 1988. Apesar de Lourosa não apresentar vestígios evidentes de ocupação romana, surge referida neste mapa para realçar a sua localização em relação ao rio Alva e à cidade de Bobadela

Ora este elevado grau de desconhecimento do território de Bobadela estende-se à sua rede viária. Perante a impossibilidade de identificar as manchas agrícolas mais importantes em torno da cidade - facto que poderia trazer novos dados sobre a localização de Lourosa junto a uma eventual *uilla* - o conhecimento das vias de ligação desta sede de *civitas* a outros territórios é uma circunstância fundamental para que possamos reconhecer (ou não) a existência de Lourosa durante a época romana.

³⁶ Já em 1988 Jorge de ALARCÃO, *Op. Cit.*, vol. II, fasc.1, p.50, concluiu que em redor de Bobadela “there must be many sites awaiting discovery”.

³⁷ Fernando Dias COELHO, *Bobadela, encruzilhada de dúvidas*, Coimbra, ed. autor, 1970 (policopiado).

De Bobadela conhecem-se as principais vias de ligação ao Norte, rumo a Viseu e à grande estrada *Emerita-Braga*³⁸. Mas para Sul, numa vasta extensão que ultrapassava o rio Zêzere e confinava com o território de *Sellium*, pouco ou nada sabemos³⁹. A estrada que ligava *Sellium* a *Conimbriga* não tem, até ao momento, aparentes *diverticula* dirigidos a Bobadela e mesmo a secção Nordeste do território conimbrigense, que confrontava com o de Bobadela, apresenta numerosas interrogações de povoamento romano.

Menos problemática parece ser a ligação entre Bobadela e *Aeminium*, seguindo o curso do rio Alva, via cuja existência está arqueologicamente certificada em alguns troços e na orientação geral do seu traçado. Trata-se, todavia, de um conhecimento com algumas lacunas, permanecendo por identificar partes fundamentais do seu percurso, em especial o local em que atravessava o Mondego e qual o itinerário que seguia na zona do Alva, se a Norte se a Sul do rio.

De acordo com os trabalhos de Jorge de Alarcão, a que juntaremos o que o autor elaborou em colaboração com Maria da Conceição Lopes e Maria Helena Moura, a estrada romana passava o Mondego em São Pedro (freguesia de Avô), onde existe ainda um pequeno troço, e seguia depois para Aldeia dos Dez, um pouco acima do Mosteiro⁴⁰ (**Mapa n°2**). Esta seria a via a Sul do Alva, que ligava as actuais localidades de Arganil a Avô e daqui a Alvoco da Serra, já no concelho de Seia.

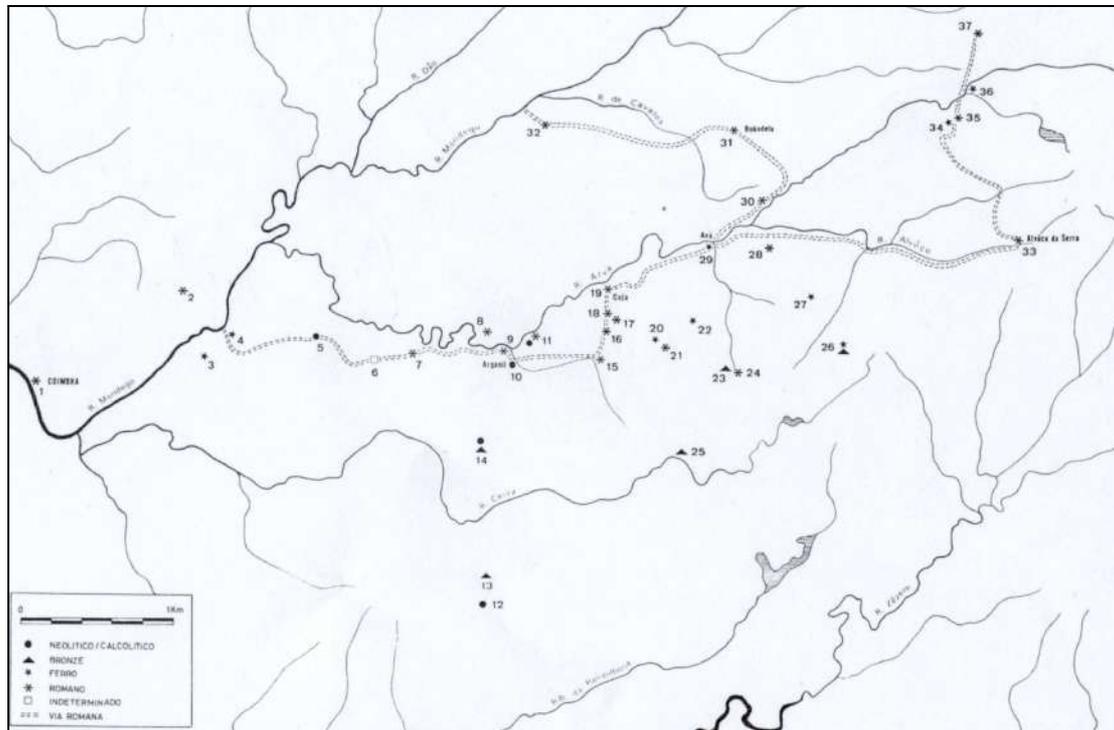
Mais recentemente, a investigação da rede viária romana no território hoje português apontou outras hipóteses para o real traçado desta via. Na zona do

³⁸ Já identificadas, nas suas linhas gerais, por João Luís de Inês VAZ, “Breves notas para o estudo da viação antiga das Beiras”, *Beira Alta*, n°35, vol. 3, Viseu, Junta Provincial da Beira Alta, 1976, pp.353-359.

³⁹ Vasco Gil MANTAS, “Vias romanas da região de Tomar: os miliários”, *O Espaço rural na Lusitânia. Tomar e o seu território* (1989), Tomar, 1992, pp.31-46, refere mesmo que o actual concelho de Zêzere foi uma importante via de ligação litoral-interior, pela proximidade com *Sellium* (Tomar). Daqui partiam duas estradas para Norte, uma para Chão de Cource e a Serra de Ancião e outra seguindo o curso do Nabão rumo a *Conimbriga*. Sobre os vestígios romanos do vale do Zêzere (não das serras que separavam *Sellium* de Bobadela), veja-se Joaquim Candeias SILVA e Álvaro BATISTA, “Romanização da margem esquerda do Zêzere. Abordagem sumária”, *Ibidem*, 1992, pp.71-78. Uma abordagem de natureza epigráfica foi realizada por Luís da Silva FERNANDES, “A população romana de Ferreira do Zêzere”, *Munda*, n°34, Coimbra, GAAC, 1997, pp.37-48.

⁴⁰ Jorge de ALARCÃO, Maria da Conceição LOPES, Maria Helena MOURA, “As origens do povoamento na bacia do Alva”, *Arqueologia*, n°12, Porto, 1985, p.185 (mapa). Em época mais recuada, Moreira de FIGUEIREDO, “Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras V”, *Beira Alta*, ano XII, n°1, Viseu, Junta de Província da Beira Alta, p.48a, havia delineado a via romana que acompanha o curso do Alva por Arganil – Coja – Avô – Oliveira do Hospital – Seia, fazendo confluir esta estrada Este-Oeste com outra Norte-Sul em Arganil. Entre as muitas críticas que este pioneiro trabalho em torno das vias romanas da Beira Alta mereceu, importa realçar a sobrevalorização de Oliveira do Hospital como ponto de passagem e a inexistência de qualquer menção a Bobadela, factos que colocam este trabalho muito longe daquilo que conhecemos ser hoje o percurso viário romano da região.

Mondego, a passagem seria muito mais próximo da cidade, sensivelmente na área de Rebordosa ou mesmo ainda mais a Sul (Mapa nº3).



Mapa nº2 – Rede viária romana da bacia do Alva, segundo Jorge de Alarcão, Maria da Conceição Lopes e Maria Helena Moura, 1985 (adaptado)

Quanto ao traçado junto do rio Alva, poderá ter existido um troço pelo lado Norte, ligando directamente a estação de São Pedro Dias e a cidade de Bobadela. Jorge Alarcão, Maria da Conceição Lopes e Maria Helena Moura equacionaram a existência desta outra ligação, mas de forma bastante cuidadosa, impossibilitada uma conclusão no sentido afirmativo pela escassez de indicadores de ordem material ao longo deste pretenso percurso⁴¹. Mas em trabalho posterior, o próprio Alarcão traçou conjecturalmente esta via no seu mapa viário romano, indicação seguida também mais recentemente por Carlos Fabião⁴² e ampliada por Vasco Mantas⁴³ (Mapa nº4).

A identificação da rede viária romana, e a sua (ainda) hipotética passagem por Lourosa, ou muito perto, não significa que a aldeia tenha sido fundada durante este período, como ponto de apoio às diversas actividades das áreas administrativamente

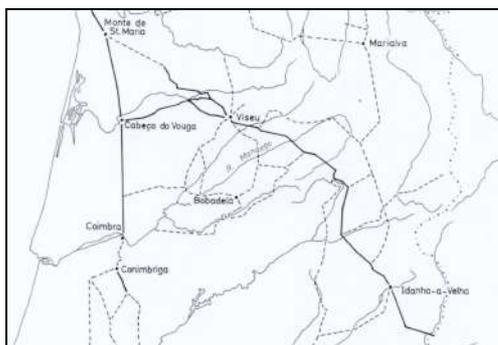
⁴¹ Jorge ALARCÃO, Maria da Conceição LOPES e Maria Helena MOURA, “As origens do povoamento na bacia do Alva”, *Op. Cit.*, nº12, p.190.

⁴² Carlos FABIÃO, “A romanização do actual território português”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p.258.

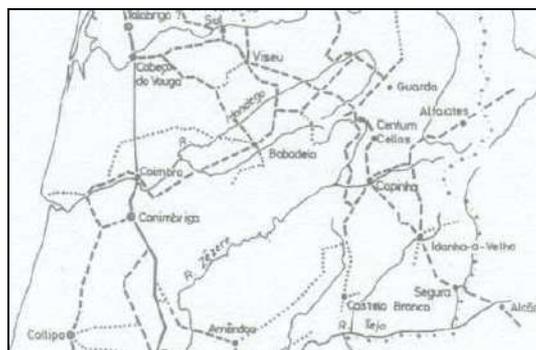
⁴³ Vasco MANTAS, “A rede viária romana do território português”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol.II (coord. Victor Gonçalves), Lisboa, Ediclube, 1994, p.226.

dependentes de Bobadela, ou mesmo que aqui se tenha implantado uma *uilla*. O conhecimento da estrutura viária que os romanos conferiram ao território não resulta importante apenas para o período em que efectivamente dominaram, mas também para grande parte da Idade Média, mantendo-se estas estradas como eixos ordenadores dos espaços e dos homens no longo lapso temporal que assistiu à derrocada do Império, ao estabelecimento de núcleos bárbaros e depois islâmicos e às diferentes vagas da (Re)conquista. Como em muitos outros aspectos civilizacionais, também as estradas romanas permaneceram activas muito depois de findo o Império.

Neste sentido, ainda que Lourosa possa não recuar ao domínio romano – pelo menos assim entendemos a existência de indicadores nesse sentido –, com certeza que a sua fundação, já em época medieval, beneficiou de uma localização privilegiada junto a uma antiga estrada romana. O mapa de vias da Reconquista que Maria Ângela Beirante traça é elucidativo quanto a uma estrada que acompanhava o curso do rio Alva e ia entroncar a leste com a grande via Mérida-Braga, no seu longo troço entre Idanha-a-Velha e Viseu.



Mapa nº3 – Rede viária romana na região centro do actual território português, segundo Jorge de Alarcão, 1988. A estrada Bobadela-Aeminium passa a Sul do Alva



Mapa nº4 – Rede viária romana na região centro do actual território português, segundo Vasco Mantas, 1994. A estrada Bobadela-Aeminium passa a Norte do Alva

Ora não é apenas pela possibilidade de Lourosa ter sido um ponto na estrada que colocava em contacto Bobadela e as terras de *Aeminium* que recuamos até à época romana. Uma outra circunstância, de inegável importância para a presença romana nestas terras, é a existência de explorações auríferas em torno do Alva, que podem estender-se até à Serra da Lousã e ao Alto Zêzere. Ainda que se desconheçam as características essenciais desta exploração, assume especial relevo a hipotética relação destas jazidas com o estabelecimento do acampamento militar de Lomba do Canho, facto que, a confirmar-se, significaria que a actividade mineira nesta região foi muito

precoce, coincidente ainda com a permanência do exército, ocorrida “em torno do segundo e terceiro quartéis do século I a. C.”⁴⁴.

Jorge de Alarcão refere esta planícies de ouro para a época romana, e coloca a hipótese de estarem ainda activas no século XII⁴⁵. Para o período de afirmação do reino português, não possuímos informações concretas acerca destas explorações auríferas, mas, por exemplo, António Nogueira Gonçalves relacionou a manutenção da actividade mineira com a construção dos castelos do rio Alva (Avô, Arganil e Coja), já durante a primeira dinastia portuguesa⁴⁶.

As informações que possuímos acerca da exploração do ouro nestas paragens durante a Alta Idade Média não permitem tecer uma linha de continuidade ininterrupta entre a época romana e o século XII. Por exemplo, durante os períodos em que este território foi nominalmente dominado por muçulmanos, não existe qualquer indicação de que a exploração de ouro no Alva tenha continuado⁴⁷. Em todo o caso, as muitas e inultrapassáveis dúvidas que se apresentam sobre o domínio muçulmano fazem com que este silêncio possa não ser mais que mero desconhecimento e não qualquer conclusão objectiva no sentido de negar completamente a continuidade da actividade mineira neste ponto específico do território.

Como podemos facilmente concluir, a inexistência de um trabalho arqueológico em continuidade nesta região é um obstáculo intransponível ao normal progresso da investigação histórica. Destituída de um plano de intervenção coerente e sem o correspondente inquérito de conjunto que a prospecção sistemática poderia

⁴⁴ Carlos FABIÃO, “Lomba do Canho (Arganil)”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. II, (coord. Victor Gonçalves), Lisboa, Ediclube, 1994, p.192; IDEM, “A romanização do actual território português”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.260. Sobre o acampamento militar de Lomba do Canho, veja-se J. Castro NUNES, Carlos FABIÃO, Amílcar GUERRA, *O acampamento militar de Lomba do Canho (Arganil)*, Arganil, Museu Regional de Arganil, 1988.

⁴⁵ Jorge ALARCÃO, Maria da Conceição LOPES e Maria Helena MOURA, “As origens do povoamento na bacia do Alva”, *Op. Cit.*, nº12, p.188.

⁴⁶ António Nogueira GONÇALVES, “O castelo de Avô”, *Arte e Arqueologia*, nº1, Coimbra, 1933, republ. *Estudos de arte medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, p.326. O mesmo autor voltaria, muitos anos depois, a referir-se a esta rede de castelos que protege o curso do Alva pelo seu lado Sul, reafirmando a exploração romana dos recursos nesta área e a manutenção, pelos séculos seguintes, dos caminhos então traçados (Cfr. António Nogueira GONÇALVES, “Os castelos do Rio Alva e as razões da sua construção”, *Arganilia*, II Série, nº10, Arganil, s. ed., 1999, p.112.

⁴⁷ Cfr. Cláudio TORRES, “O Garb al-Andaluz”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp.388-389.

trazer, a cidade de Bobadela e o seu território permanecem desconhecidos em muitos dos aspectos importantes⁴⁸.

As sugestões de relação que aqui deixamos, quanto aos traçados das vias de ligação da cidade a Ocidente e quanto à extensão do fenómeno de explorações auríferas na região, aconselham a que o estudo da localidade de Lourosa se vá fazendo em paralelo com as descobertas relativas a Bobadela. Se, por conclusão arqueologicamente comprovada, Lourosa não tiver qualquer origem romana⁴⁹, então a sua fundação medieval explicar-se-á pela localização junto a uma antiga via romana.

2.3. A CONTINUAÇÃO DO SILÊNCIO: A PRIMITIVA ORGANIZAÇÃO CRISTÃ DO TERRITÓRIO

Se a arqueologia romana da parte Sul da grande meseta central se encontra numa fase ainda francamente exploratória, a arqueologia medieval deste espaço ainda

⁴⁸ Um desconhecimento que se aplica também a Seia. Como afirmou Jorge de ALARCÃO, “As origens do povoamento na região de Viseu”, *Conimbriga*, vol. XXXV, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996, p.31, “Seia surge numa área romanizada, mas parece uma fundação altomedieval”. Precisamente porque faltam as informações de cronologia romana, dados que apenas a prospeção sistemática e a opção por algumas intervenções arqueológicas em sítios considerados geograficamente importantes poderão ser obtidos. Pela sumária recolha de informações acerca de presumíveis achados romanos nas imediações de Seia efectuada por J. Quelhas BIGOTTE, *Monografia da vila e concelho de Seia*, Seia, ed. autor, 1981, pp.46-48, não parecem restar muitas dúvidas do rico potencial arqueológico que se vislumbra na área.

⁴⁹ Alguns autores equacionaram a presença romana na aldeia, explicando assim a reutilização de abundante material romano sem ter que recorrer à provável importação de Bobadela. Foi o caso de António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Inventário Artístico Nacional*, Distrito de Coimbra, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1952, pp.169-176, republ. *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, p.49, que vislumbrou na pequena aldeia de Lourosa uma *uilla* romana, com várias construções, incluindo um santuário. Para este autor, a continuidade de povoamento neste local foi ainda uma realidade durante a época visigótica, “como parecem atestar pedras avulsas, mas que no momento não se podem examinar”. Mais recentemente, Tarquínio HALL, “A igreja moçárabica de Lourosa”, *Munda*, n.º26, Coimbra, GAAC, 1993, concluiu que “a presença dos romanos em Lourosa é testemunhada pelas colunas em que se apoiam os seis arcos em ferradura (...); em algumas sepulturas antropomórficas (...) e ainda em algumas pedras soltas”. Pelo que ficou dito atrás, duvidamos francamente destas sugestões, tanto mais que todo o material romano identificado em Lourosa está claramente reaproveitado e ainda nenhuma notícia indicou a existência de qualquer achado no sub-solo. A hipótese de a grande pedreira romana para os povoadores do século X ser Bobadela assume-se como via de estudo claramente mais sólida, ainda que José PESSANHA, *A arquitectura pré-românica em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, p.44, refira que as pedras romanas reaproveitadas procedem de uma pequena localidade nas imediações denominada Carvalhal, um povoado de que não temos qualquer informação material credível. António Nogueira GONÇALVES, “Evocação do XI centenário da primeira reconquista cristã de Coimbra”, *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, 1978, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.353, refere que grande parte do material romano reaproveitado na igreja pertenceu a um templo dedicado a Júpiter, certamente pela inclusão de uma inscrição dedicada a *Iupiter Optimus Maximus* nas paredes da igreja (Cfr. José d’ENCARNAÇÃO, 1975, pp.259-260). Por via documental, Damião PERES, “A

não começou verdadeiramente. São muitas as circunstâncias que contribuem para este estado de coisas, desde a manifesta recente autonomização do campo medieval cristão no âmbito da arqueologia portuguesa, até às evidentes dificuldades que este território apresenta, destituído, como se encontra, de meios e de agentes que dêem início à tarefa de prospecção sistemática e de promoção de campanhas arqueológicas especificamente dirigidas ao período da Alta Idade Média.

Sobre os três séculos que medeiam entre a entrada dos povos ditos bárbaros e a conquista muçulmana de grande parte da península, as vagas e discutidas informações escritas que se conhecem ainda não foram validadas ou negadas pela Arqueologia.

Sobre o amplo fenómeno de cristianização das *uillae* romanas, identificado um pouco por todo o Ocidente e com testemunhos marcantes no nosso país, não existem quaisquer indicadores para o antigo território de Bobadela. As Quintas de Linhares e do Veleiral, na freguesia de Panalva de Alva, pela aparente importância regional de que disfrutaram como *uillae* romanas – dado ainda não provado mas adivinhado pela extensão dos vestígios identificados – poderão ser um desses casos de cristianização de antigas propriedades agrárias romanas⁵⁰, mas até que aqui se desenvolva um projecto arqueológico coerente esta será apenas mais uma das muitas perspectivas que este vasto território motiva.

No *Parochiale* suevo (*Divisio Theodemiri*), obra redigida em finais do século VI (c. 572)⁵¹, menciona-se a paróquia *Subverbena*, que A. de Almeida Fernandes relacionou com Seia, alertando para uma organização paroquial anterior a este documento que deveria ter a sua sede em Manteigas (possível *Beteca*)⁵². De 1968 até

Reconquista cristã”, *Op. Cit.*, vol. I, 1928, concluiu pela existência de uma *uilla* em Lourosa, informação que se revelou errada para Rui de Azevedo (Cfr. adiante, nota 89 desta Parte II).

⁵⁰ No mesmo caso situa-se a Quinta da Torre, na freguesia de São Paio de Gramaços, onde Tarquínio HALL, “Abundantes e valiosos testemunhos pré-históricos, romanos e visigóticos no coração de S. Paio de Gramaços”, *Correio da Beira Serra*, 28 de Outubro de 1991, republ. *Concelho de Oliveira do Hospital – subsídios para a sua História*, Oliveira do Hospital, s.ed., 1998, p.293, identificou algumas peças que considera romanas.

⁵¹ Sobre este documento e respectiva datação, em pleno reinado de Miro, veja-se Pierre DAVID, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI ème au XIIème siècle*, Lisboa-Paris, Institut Français au Portugal, 1947, pp.7-82. O confronto das teses defendidas por este autor foi feito por A. de Almeida FERNANDES, *Op. Cit.*(1968), republ. 1997. Sobre a reorganização paroquial do reino suevo ao tempo de São Martinho de Dume e respectivas fontes de inspiração, veja-se Manuel Justino MACIEL, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, ed. autor, 1996, pp.81-82.

⁵² A. de Almeida FERNANDES, *Op. Cit.*, (1968), republ. 1997, p.67 (mapa), p.84, nota 242 e p.104 (quadro). Na p.85, o autor identifica a paróquia *Coleia* com Gouveia, o que faria com que existissem duas *paroecias* – para seguirmos aqui a terminologia adoptada por Almeida Fernandes – muito próximas geograficamente, quando é consensual serem os territórios destas antigas paróquias, principalmente a Sul do Douro, bastante grandes e até indefinidos nos seus limites.

hoje, não foi possível confirmar ou refutar estas hipóteses, não obstante as numerosas críticas tecidas ao trabalho de A. de Almeida Fernandes por parte da esmagadora maioria dos nossos medievalistas. Neste sentido, continuamos a encarar a relação entre *Suberbeno* e Seia como uma coerente perspectiva de trabalho, na sequência do que Jorge de Alarcão defendeu recentemente para este mesmo problema⁵³.

Um outro documento fundamental para o conhecimento da organização cristã peninsular anterior à invasão muçulmana foi escrito já durante a época visigótica. Trata-se da célebre *Divisão de Wamba* (*Divisio Wambae*)⁵⁴, um texto que delimita as capitais diocesanas de época visigótica e cujas referências ao espaço entre o Mondego e a Serra da Estrela são bastante importantes, especialmente quando confrontadas com o *Parochiale* suevo.

Nesta *Divisão* refere-se uma paróquia com o nome “Sena”, uma fórmula toponímica amplamente documentada para os séculos da Baixa Idade Média, que alguns autores identificaram com a actual Seia⁵⁵. Jorge de Alarcão encarou esta identificação com muitas reservas, uma vez que esta Sena de época visigótica aparece como limite da diocese de Egitânia, um facto que levaria essa mesma fronteira diocesana para a vertente ocidental da Serra da Estrela e não, como seria mais natural, a vertente oriental⁵⁶. No entanto, o passo do texto em que se refere Sena é relativo às fronteiras das dioceses e não às suas sedes. Daí que faça todo o sentido que as dioceses de Sena e de Egitania fizessem fronteira, precisamente pela linha montanhosa da Estrela.

Ao contrário das informações constantes no *Parochiale*, em que o território da vertente ocidental da Serra da Estrela aparece repartido por várias paróquias (Seia, Gouveia e ainda, possivelmente, Manteigas), no período visigótico possuímos uma única indicação: Sena. Este facto poderia levar-nos a concluir pela existência de uma

⁵³ Jorge de ALARCÃO, “As origens do povoamento na região de Viseu”, *Op. Cit.*, vol. XXXV, 1996, p.30. No mesmo sentido, veja-se IDEM, “Os nomes de algumas povoações romanas da parte portuguesa da Lusitânia”, *Sociedad y Cultura en la Lusitania romana – IV Mesa Redonda Internacional*, coord. J.-G. Georges y Trinidad Nogales Basarrate, Badajoz, Junta de Extremadura, 2000, p. 170: a Quinta da Nogueira pode tratar-se de “um vicus onde bem poderia ter funcionado a sede da paróquia *Suberbeno*”. Também José MATTOSO, *Seia na Idade das Trevas*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1987, p.13 sugeriu outra correspondência paroquial sueva para a actual cidade de Seia: a paróquia de *Osania*.

⁵⁴ Na verdade, existem alguns indicadores que levam a considerar este documento anterior ao reinado de Wamba. A. de Almeida FERNANDES, *Op. Cit.*, (1968), republ. 1997, p.114, considera ter sido redigido ao tempo de São Frutuoso de Montélios, quando este era já simultaneamente bispo de Dume e de Braga (656-665).

⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, p.125.

hierarquização das estruturas de povoamento nesta região ao longo do século VII, mas o facto é que a informação constante dos dois documentos não pode ser comparável a este nível, na medida em que ambos se aplicam a realidades distintas, a paroquial e a diocesana.

Em todo o caso, se para o século VI se mantêm muitas dúvidas sobre a existência de uma paróquia em Seia, pela impossibilidade de comprovar a relação entre esta cidade e a paróquia *Subverbena*, na centúria seguinte Seia aparece já como sede de diocese, com um território geograficamente delimitado.

Infelizmente, nada podemos saber acerca desse mesmo território dependente a partir dos dois documentos citados. Mesmo em relação às paróquias suevas, não se conhece nenhuma ao longo do rio Alva, desde Seia até Lorvão. Tal como para o período de organização romana deste espaço, também para a Alta Idade Média pré-islâmica as informações são muito vagas e não permitem qualquer aproximação historiográfica ao local onde, em 912, se construiu a igreja de São Pedro de Lourosa.

Verdadeiramente lendária parece ser a notícia de um conde visigótico adversário do rei Rodrigo, de seu nome D. Julião, que seria o Senhor das terras de Seia nos anos finais da monarquia visigótica. O facto vem descrito em vários autores da época moderna, com Fr. Bernardo de Brito à cabeça, e passou aos dicionários corográficos mais importantes de finais do século XIX e inícios do seguinte, não sendo refutada pelo principal autor local que se dedicou à história senense⁵⁷. Mas na verdade, este conde D. Julião é tão enigmático como é hoje, para nós, o tempo em que viveu. Ao que tudo indica, era parente de Witiza e encontrava-se à frente da praça de Ceuta aquando da extraordinária expansão islâmica no Norte de África. Em contacto com esta nova realidade, e aproveitando a estadia do rei Rodrigo em Pamplona, onde tentava sufocar uma rebelião, foi intermediário dos apoiantes de Witiza com as forças muçulmanas na preparação da invasão que se consumaria em 711⁵⁸. Estes são os dados conhecidos acerca da acção deste nobre visigodo no curso da história peninsular, mas nenhuma outra prova mais credível o relaciona com a vertente ocidental da Serra da Estrela.

⁵⁶ Jorge de ALARCÃO, “As origens do povoamento da região de Viseu”, *Op. Cit.*, vol. XXXV, 1996, p.31.

⁵⁷ J. Quelhas BIGOTTE, *Op. Cit.*, 1981, p.52. Este autor aceita como verdadeira a acção e a tutela de D. Julião sobre a região de Seia, baseando os seus argumentos numa outra notícia tão lendária como esta, a de que havia sido este mesmo conde a fundar a localidade de Gouveia no ano de 690.

⁵⁸ Cfr. José ORLANDIS, *História de España – época visigoda (409-711)*, Madrid, Gredos, 1987, p.267.

Também as antigas teorias sobre a continuidade das paróquias suevo-visigóticas pelos arcebispos da Reconquista – estabelecidas por Avelino de Jesus da Costa e aprofundadas por A. de Almeida Fernandes – não se revelam, igualmente, um instrumento viável de identificação. É um facto que José Mattoso já havia referido a impossibilidade de aplicação deste método ao território a Sul do Douro, área onde “a distribuição das paróquias no século VI era demasiado dispersa para dar origem à mesma divisão administrativa”⁵⁹. O problema, para o caso da vertente ocidental da Serra da Estrela, é precisamente esse: por um lado, desconhecemos, por completo, a organização diocesana de época suevo-visigótica; por outro, não conhecemos suficientemente a organização territorial estabelecida pelos condes asturiano-leoneses.

Ainda que, como refere A. de Almeida Fernandes, as escassas vinte paróquias que se identificam a Sul do Douro tenham dado lugar, no século XIII, a mais de quinhentas⁶⁰, é, por enquanto, impossível tentar perceber como esse processo efectivamente se deu. Quais as condições específicas que o determinaram? Por que razão existiram certas paróquias e não outras? Qual, enfim, a evolução do povoamento, dos fluxos migratórios e dos processos de integração civilizacional das comunidades de montanha de toda esta vasta região?

Estas perguntas só começarão a ser respondidas com base documental a partir da primeira metade do século XII, como teremos ocasião de referir no ponto 2.6.1. do presente capítulo. Em todo o caso, possuímos indicadores de que ao longo do Alva, do Seia e do Médio Mondego se estabeleceu uma rede populacional coerente e estrategicamente localizada logo desde o século X. Mas também aqui, como veremos adiante, os testemunhos são demasiado escassos e fazemos votos para que as nossas múltiplas interrogações sejam encaradas no sentido exacto que lhes queremos conferir, ou seja, o de desafiar a nossa nascente Arqueologia Medieval.

Analisados os poucos dados que possuímos acerca da região onde se situa a aldeia de Lourosa durante a ocupação romana e os primeiros séculos de organização cristã, o panorama é desolador quanto à possibilidade de aqui se ter fixado um aglomerado populacional. A proximidade de uma via romana – ou mesmo a sua passagem por Lourosa – e a dependência em relação à cidade de Bobadela, a que se

⁵⁹ José MATTOSO, “A história das paróquias em Portugal”, *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, vol. XVI, 1980, pp.1-15, republ. *Portugal Medieval. Novas interpretações*, 2ªed., Lisboa, IN-CM, 1992, 1980, 2ªed., p.42.

⁶⁰ Como refere A. de Almeida FERNANDES, *Op. Cit.* (1968), republ. 1997, p.18.

pode juntar uma maior atenção dada ao vale do rio Alva pelas potencialidades auríferas, parecem ser bons indicadores dessa suposta existência.

Até que se proceda a um esforço sistemático de prospecção e de análise criteriosa do território, é impossível ver neste espaço aquela “paisagem tardo-romana, suévica e visigótica de casais, granjas e *villae* sem grande integração mas progressivamente polarizada pela fundação de igrejas (...) territórios demarcados que fronteiravam pelas cumeadas dos montes, pelas ribeiras divaguantes ou entestavam nas carrárias antigas”, que Jorge de Alarcão identificou para largas áreas do país a partir da localização da *uilla* medieval de Santa Eulália, referida em 906⁶¹.

2.4. - OS LIMITES DA CONQUISTA E DA (RE)ORGANIZAÇÃO DE AFONSO III

*Et usque ad flumen Tagum
populando producit*⁶²

Durante a ocupação islâmica do centro do futuro território português as informações que temos acerca da vertente ocidental da Serra da Estrela não permitem qualquer conclusão sobre a evolução histórica da região.

Em Seia, José Leite de Vasconcelos admitiu que se tenha celebrado um pacto de capitulação, entre as autoridades da cidade e as tropas muçulmanas, como aconteceu em Coimbra e em Santarém. Mas esta informação carece hoje de demonstração, pela não correspondência de Seia com a “Xea” constante do texto cronístico referido por Vasconcelos⁶³.

Inseridas no mesmo complexo geográfico que Coimbra, poderíamos ser tentados a caracterizar as zonas a Leste desta cidade sob os mesmos pontos de vista, mas como veremos mais adiante, a propósito do moçarabismo de Coimbra, existem substanciais diferenças entre o Baixo e o Alto Mondego durante a(s) época(s) de

⁶¹ Jorge de ALARCÃO, “A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal”, *Conimbriga*, vol. XXXVII, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 1998, p.113. A documentada *uilla* de Santa Eulália foi identificada na actual freguesia de Rio Covo, em Barcelos, por Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, “Ainda o documento XIII dos *Diplomatae et Chartae*”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970, pp.97-107.

⁶² *Crónica de Sampiro (según el Silense)*, ed. Jesus E. CASARIEGO, *Crónicas de los reinos de Asturias y León*, León, Everest, 1985, p.91.

ocupação islâmica, desde logo ao nível da documentação e das informações que chegaram até hoje.

Nessa abordagem superficial, concluiríamos que o poder islâmico negligenciou toda a vasta região para nascente da mais importante cidade do Mondego, ancorando os nossos argumentos na indefinição de fronteiras entre as *kuras* islâmicas em torno da Serra da Estrela, uma indefinição geográfica que testemunhámos já na divisão diocesana de época visigótica⁶⁴. Mas as informações toponímicas coligidas por A. H. de Oliveira Marques sobre a ocupação militar deste amplo território merecem outra reflexão e sugerem outro rumo histórico. Este autor refere mesmo que o vale do Médio Mondego, pela situação geográfica que detinha no espaço inter-fronteiriço, foi um local privilegiado de concentração militar islâmica, comprovando-o uma série de topónimos derivados de estruturas defensivas⁶⁵. No mapa que a seguir apresentamos (**Mapa nº5**) é possível perceber como a linha do Alva, a Norte e a Sul deste rio, foi densamente ocupada por uma rede de castelos e de atalaias secundárias, cujo real número se desconhece por falta de dados arqueológicos, mas cuja importância está atestada toponimicamente.

Obviamente que falta ao mapa apresentado por A. H. de Oliveira Marques a imprescindível visão diacrónica de uma presença islâmica de mais de cinco séculos no território hoje português. Independentemente disso, as informações aqui constantes provam que houve uma efectiva presença islâmica no vale do Alva, antes da conquista de Coimbra de 878 ou depois de resgatada a cidade – e conseqüente região – para o lado muçulmano por al-Mansur, ou ainda em ambos estes períodos.

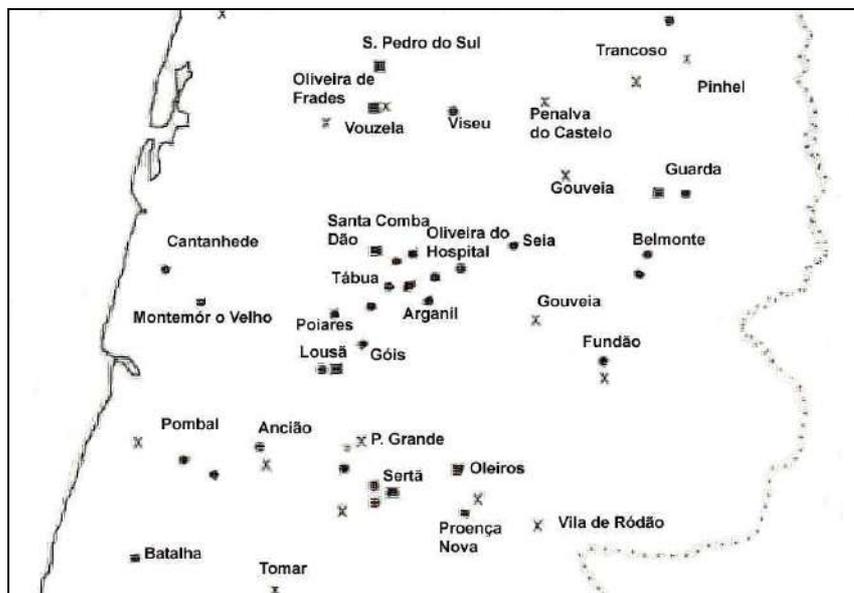
Como e porquê se estabeleceu esta rede de fortalezas a partir do Alva em direcção à Serra da Estrela não podemos hoje saber com segurança. É provável que os antigos recursos auríferos que conferiram importância a esta região durante a época romana estivessem ainda activos, apesar dos escassos dados que possuímos em

⁶³ Cfr. Manuel Luís REAL, “Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe”, *Op. Cit.*, 2000, p.37.

⁶⁴ A. H. de Oliveira MARQUES, “O «Portugal» islâmico”, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, Lisboa, Presença, 1993, p.187 (mapa).

⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, pp.192-198. Para o território que nos interessa, aquele que se situa ao longo do Alva e se prolonga para Leste até à Serra da Estrela, é possível identificar uma linha de castelos e de atalaias entre Poiares e Seia, de que ficou memória nos topónimos iniciados por “Catraia”, derivado de *qal'a al-rāyya*, “o castelo da bandeira”. Os actuais concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua são mesmo os que apresentam maior número de locais actualmente designados por *Catraia*.

relação à exploração de ouro durante a Alta Idade Média serem mais diminutos que os que conhecemos para a época romana⁶⁶.



Mapa n°5
Rede de estruturas defensivas na região do actual centro de Portugal, elaborado por A. H. de Oliveira Marques, 1993, a partir de dados toponímicos (adaptado).

Um dado importante para explicar o porquê desta rede militar muçulmana numa região tão específica é a proximidade da Serra da Estrela e a existência de comunidades de montanha, tradicionalmente avessas a deixarem-se controlar por qualquer poder central mais forte, fosse de natureza islâmica, fosse cristã. Neste ponto, contudo, faltam-nos igualmente dados de caracterização mais exactos. À primeira vista, será lícito concluir num sentido historiograficamente aplicável a outros contextos históricos – como as dificuldades em “romanizar” estas comunidades ou sequer integrá-las no reino asturiano, como no caso dos nobres bascos e navarros logo no século VIII – mas faltar-nos-á sempre a necessária comprovação⁶⁷.

O mais provável, pensamos, é que estejamos perante uma organização militar produzida já no século XI, após a conquista de al-Mansur, e aproveitando as linhas de

⁶⁶ Como lamenta Rachel ARIÉ, *Historia de España*, dir. Manuel Tuñón de Lara, vol. III (La España musulmana), Barcelona, Labor S. A., 1984, pp.235-236, “los geógrafos se muestran sumamente imprecisos acerca de las modalidades de explotación de minas”. Também Miguel CRUZ HERNÁNDEZ, *El Islam de al-Ándalus. Historia y estructura de su realidad social*, Madrid, Agencia española de cooperación internacional, 1996, p.262, ao referir-se aos recursos auríferos da Península não refere qualquer estação no actual território português, sintoma claro da distância que a maior parte da historiografia específica espanhola mantém em relação à realidade mais ocidental.

⁶⁷ Sobre as comunidades de montanha da Serra da Estrela diz-nos José MATTOSO, “A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial”, *Revista Portuguesa de História*, t. XVI (Homenagem ao Professor Doutor Torquato de Sousa Soares), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978, p.143, que se verificam até à primeira metade do século XII. Dedicando-se quase exclusivamente à pilhagem e à pastorícia, caracterizaram-se por “núcleos de habitantes quase independentes, até certo ponto esquecidos dos soberanos e dos potentados da corte”, preferindo “ter aqui fortes pontos de resistência e de agressividade contra os inimigos em vez de prósperos centros produtores de onde pudessem tirar abundantes impostos”.

povoamento cristão aqui estabelecidas no século precedente. Na centúria que antecede o ano mil, o processo de integração deste espaço na coroa de Oviedo-León obedeceu a outros pressupostos estratégicos que a simples e aparentemente linear recusa das comunidades de montanha em aderir civilizacionalmente a um dos lados do confronto não explica. Como teremos oportunidade de referir mais adiante, a propósito do estabelecimento da *civitas* altimedieval de Seia, existem fortes razões estratégicas para que o vale do Alva e, por acréscimo, os seus eixos Oriental e Ocidental, em direcção à Serra da Estrela e a Coimbra, fossem povoados – isto é, organizados civilizacionalmente num complexo cristão.

Do mesmo modo, não pensamos que a presença berbere na cidade nos anos imediatamente após a capitulação de 715-716 e durante parte significativa do século IX tenha sido suficiente para dotar a cidade e a região de uma linha de estruturas defensivas articuladas entre si e operacionalmente activas. A ser assim, como explicar que Afonso II tenha conquistado a cidade no início do seu reinado com aparente facilidade? E como explicar que Ibn Marwan tenha combatido as autoridades berberes dos Banu Danis na região de Coimbra para ser derrotado apenas por al-Mundir, enviado propositadamente de Córdova?

Mas se a presença islâmica nesta região, entre os séculos VIII e IX, pode não ter sido mais que uma mera passagem, sem implantação efectiva, as efémeras conquistas cristãs não passaram de razias saqueadoras e desorganizadoras, preferentemente dirigidas a Coimbra e sem que existam referências a ataques em direcção a núcleos urbanos ou populacionais mais para Leste.

Existe, nestes dados, uma diferenciação evidente entre o mundo peninsular urbano – decididamente mais atractivo para as hostes guerreiras de um e de outro lado da fronteira – e o mundo rural – praticamente ignorado, sem qualquer relevância em termos militares ou sequer estratégicos e simbólicos.

Também as conclusões a que Gerard Pradalié chegou sobre os movimentos populacionais de Coimbra para o Norte, no século VIII, correspondendo a uma fuga deliberada das antigas populações cristãs agora sob domínio islâmico, devem ser encaradas com muitas reservas. Elas baseiam-se, sobretudo, nas informações toponímicas recolhidas por Joseph Piel⁶⁸ e na pretensa forte implantação militar

⁶⁸ Gerard PRADALIÉ, “Du Portugal mozarabe au Portugal romanisé: L'exemple de Coimbre”, *Histoire du Portugal. Histoire Européenne*, Paris, Centre Culturel Portugais / Fundação Calouste

muçulmana nos anos que se seguiram à conquista da cidade, descrita por Pierre David, e apresentam duas graves lacunas para que possam servir de instrumento inequivocamente útil para o nosso trabalho: por um lado, a indefinição cronológica de que se revestem, tanto podendo corresponder a movimentos do século VIII como dos séculos X ou XII; por outro lado, o duvidoso grau de destruição, ou sequer de forte implantação, das autoridades islâmicas durante o século VIII na cidade de Coimbra e sua região, o que dificulta a explicação para uma fuga em massa em direcção ao Norte.

Não sendo, portanto, possível avançar muito mais sobre a organização a que o vale do Alva foi sujeito desde 711 até aos finais do século IX, é no reinado de Afonso III que retomaremos o discurso historiográfico sobre esta zona, e com algumas informações verdadeiramente importantes para o curso médio do Mondego.

Dez anos após a presúria do Porto por Vímara Peres, deu-se a conquista de Coimbra. Com este sucesso, o reino cristão sediado ainda em Oviedo alargava a sua influência no Ocidente peninsular à linha do Mondego, que simultaneamente passava a ser o ponto mais meridional do reino.

Um ano depois, em 879, Afonso III empreendeu a destruição de Idanha e de Cória, ao que tudo indica pontos estratégicos avançados de domínio islâmico⁶⁹. Com estas duas acções destrutivas, a que se pode juntar a que o monarca dirigiu a Mérida em 881, criou-se uma zona de tampão, vulgarmente designada por *terra de ninguém*, cujas populações ficaram perfeitamente independentes de qualquer dos centros políticos civilizacionais em confronto na península.

Em 883, Coimbra é designada como sede de *territorium*, estatuto que lhe adveio, obviamente, do enorme processo de (re)organização cristã empreendido pelos

Gulbenkian, 1987, p.15. Sobre este problema e, de uma maneira geral, sobre a cidade de Coimbra durante os séculos VIII a XI veja-se o que adiante dizemos no ponto 2.5.

⁶⁹ É desta forma que interpretamos a passagem da *Crónica Albeldense* relativa a esta conjuntura. Alguns autores, realçando o facto de se referir um bispo egitanense em 897, de nome Toniando, (Cfr. Fernando de ALMEIDA, *Egitânia*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967, vol. I, p.79), encaram com grande probabilidade que Afonso III, ao invés de destruir a cidade, a tenha verdadeiramente conquistado e tentado organizar (Manuel Luís REAL, “Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe”, *Op. Cit.*, 2000, p.42, entre outros autores). No entanto, pensamos que o texto cronístico é bastante claro a este respeito e diferencia claramente as localidades a Ocidente da Serra da Estrela – que foram (re)organizadas – e as a Oriente – destruídas -: “También son pobladas por cristianos las ciudades seguintes: la primera Braga, la segunda Oporto, la tercera Orense, la cuarta Eminio, la quinta Viseo, y la sexta Lamego. Su victoria asoló y destruyó, consumiéndolas por la espada y por el hambre, Coria, Idanha y los demás confines de Lusitania (...)” (Cfr. versão Albeldense das *Crónicas Asturianas*, ed. J. Fernández, J. L. Moralejo, J. I. Ruiz de la Peña, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1985, pp176-177 e p.251). A ter-se dado uma tentativa povoadora, ela aconteceu anos depois desta acção destrutiva e não no imediato.

condes de Afonso III na região, e que é testemunhado numa série de documentos relativos a todo o entre-Mondego-e-Douro, não apenas de carácter real – como as doações de algumas terras a Santiago de Compostela – mas também de carácter ducal e monacal.

Não é ainda altura para falar da organização deste território, em especial a vertente ocidental da Serra da Estrela, que mais nos interessa, uma tarefa que deixaremos para os pontos seguintes. Neste sub-capítulo específico, dedicado aos limites geográficos da conquista de Afonso III, importa realçar alguns factos que julgamos não terem ainda sido suficientemente tomados em linha de conta pela moderna historiografia peninsular que se dedica a estas temáticas.

Com efeito, julgamos que a acção conquistadora de Afonso III no Ocidente peninsular não se limitou apenas à linha do Mondego e às áreas estratégicas a Sul mais imediatamente relacionadas, como o caso de Soure, ou mesmo de Condeixa⁷⁰. Existem indicadores que apontam para um processo (re)conquistador mais vasto e que pensamos não ter sido ainda explorado, pela manifesta inexistência de informações documentais que o comprovem.

Iniciámos este ponto com um excerto da *Crónica de Sampiro* acerca do real raio de acção que o chamado “repovoamento de Afonso III” atingiu no extremo ocidental da península. Na historiografia asturiano-leonesa, este cronista foi o único a conferir tal amplitude geográfica ao processo, limitando-se os restantes textos cronísticos a parar o repovoamento muito mais a Norte.

Com efeito, a historiografia medieval aceita invariavelmente que o movimento expansionista de Afonso III levou as fronteiras do reino asturiano à linha do Douro, alcançando mesmo a bacia do Mondego no Ocidente peninsular. Esta é uma postura sucessivamente repetida por historiadores e arqueólogos de um e outro lado das

⁷⁰ Rui de AZEVEDO, “Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”, *História da expansão portuguesa no mundo*, dir. António Baião, Hernâni Cidade, Manuel Múrias, vol. I, Lisboa Ática, 1937, pp.25-26, cita uma série de localidades cujas primeiras referências documentais acerca da sua existência situam-se no século X: Taveiro (967); Ameal (967); Seira (973); Azarede (967); Alcabideque (967); Formoselha (915), etc. E segundo o mesmo autor, “ainda outras [localidades], certamente, terão sobrevivido e que por carência das mais antigas fontes só em época posterior nos aparecem mencionadas”. Por exemplo, um contrato de 943, entre Zuleima Abaiud e o Mosteiro de Lorvão refere-se o topónimo Arauz, muito provavelmente situado perto da Serra da Lousã. É, com certeza, em relação a este vasto conjunto de topónimos que Maria Helena da Cruz COELHO, *O baixo Mondego nos finais da Idade Média (estudo de História Rural)*, vol. I, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, p.7, se refere, quando conclui que “Alguns núcleos de povoamento surgiram a Sul, por alturas do século X”.

actuais fronteiras da Península, solidamente alicerçada nas informações constantes do ciclo cronístico asturiano e nos vestígios materiais remanescentes.

Ora são já vários os indícios que permitem concluir de uma acção bastante mais vasta para Sul do Mondego durante o reinado de Afonso III e nas primeiras décadas do século X. Falamos de indicadores, com algumas provas materiais pontuais, mas destituídos de uma visão de conjunto político. Os exemplos que a seguir citaremos não se inserem numa corrente expansionista unitária, nem tão pouco se podem incluir num mesmo espaço geográfico-político. Sem perder de vista a citação da *Crónica de Sampiro* expressa atrás – cujo conteúdo ideológico pode ser interpretado de um ponto de vista propagandístico muito para lá da própria expansão territorial que se verificou⁷¹ –, vejamos então quais os indicadores da presença asturiano-leonesa entre-Tejo-e-Mondego nos anos finais do século IX e princípios do século X.

Cronologicamente, o primeiro momento a indicar uma acção em pleno nesta área é a deposição das relíquias dos mártires Santo Adrião, Santa Natália e demais companheiros no Mosteiro de São Félix de Chelas, num braço de rio do estuário do Tejo a Norte de Lisboa. Este acto foi efectuado pelo conde asturiano Servando (Guisando Braoliz?), encarregue por Afonso III, em 891, de trazer as relíquias dos mártires para serem depositadas na igreja de San Adrián de Tuñón, nas Astúrias⁷².

Num outro trabalho, tivemos já oportunidade de tentar aprofundar esta questão e de relacionar directamente o Mosteiro de Chelas com a igreja de San Adrián de Tuñón⁷³, um templo construído por iniciativa real para uma comunidade beneditina,

⁷¹ Sampiro escreve às portas do ano mil, em pleno período de recessão cristã na Península e de apogeu militar islâmico com al-Mansur, que destruiu León, Compostela, Zamora, Sahagún, etc. Apesar de alguns indícios apontarem para que tenha vivido muitos anos, até ao início da década de 40 do século XI (J. E. CASARIEGO, *Crónicas de los reinos de Astúrias y León*, León, Everest, 1985, pp.81-82), a sua crónica termina com a morte de Bermudo II, precisamente em 999. Foi conselheiro real deste monarca e de seus sucessores e bispo de Astorga. Pelo facto de escrever num período tão desastroso para as tropas leonesas, é provável que tenha pretendido exaltar o passado de maior expansão territorial, precisamente o reinado de Afonso III. Mas esta é uma interpretação linear do conteúdo cronístico. Quando se refere ao povoamento até à linha do Tejo, não está a copiar dados das anteriores crónicas asturianas. E refere que o povoamento chegou à linha do Tejo depois de enumerar as cidades do extremo ocidental (Porto, Braga, Viseu e Chaves). Dado curioso é a omissão de Coimbra, que não se compreende se Sampiro tivesse seguido as anteriores crónicas. De resto, parece-nos que Sampiro teve acesso a outras fontes que não as que estiveram na origem da *Albeldense*, fontes que claramente asseguravam a conquista e o povoamento entre-Tejo-e-Mondego e que Sampiro pretendeu simplificar na sua crónica.

⁷² Cfr. Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.*, (1992), 1995, p.61, nota 127.

⁷³ Paulo Almeida FERNANDES, “O Convento medieval de São Félix e Santo Adrião de Chelas”, *Conventos de Lisboa*, Projecto de investigação no IHA, 2001 (policopiado). Também Paulo Almeida FERNANDES, “A marginalidade do lado cristão: o caso dos moçárabes de Lisboa”, *Homenagem ao*

mas onde o programa político-ideológico de Afonso III está bem patente na temática pictórica da capela-mor, que representa a “Jerusalém-celeste fortaleza”⁷⁴. Ao mesmo tempo que o monarca asturiano reservava para um mosteiro edificado no coração do reino as relíquias do mártir Santo Adrião, parte delas eram depositadas num antigo cenóbio de origem visigótica, ao que tudo indica onde o culto cristão nunca foi interrompido, na cidade mais importante do Ocidente peninsular ou, pelo menos, aquela onde o crescimento populacional mais se fazia sentir. Por esta via reforçavam-se os laços de união religiosa entre as comunidades moçárabes da região de Lisboa e a Igreja asturiana, através de um santo mártir de devoção comum. Paralelamente, colocava-se a cidade na órbita dos conquistadores nortenhos, estabelecidos em Coimbra e com uma rede política estável em todo o Ocidente peninsular, pelo menos até ao Mondego.

A perspectiva de conquista de terras até ao Tejo tomou forma alguns anos mais tarde da deposição das relíquias em Chelas. Em 937, período de intensa crise interna no nascente reino de León, mas que curiosamente foi também a altura em que o reino mais se expandiu no extremo ocidental, o governador islâmico de Santarém revoltou-se contra Abd al-Rahman III e “entregou muitos castelos” a Ramiro II⁷⁵, monarca que aproveitou para lançar ofensivas destrutivas no território imediatamente a Sul, até Lisboa, Évora e mesmo até Mérida.

Este acontecimento permite extrair várias conclusões a diferentes níveis de abordagem. Por um lado, o estatuto praticamente autonómico do governador islâmico de Santarém, que mesmo pertencendo à família califal, revoltou-se contra a autoridade de Córdova e pediu auxílio ao monarca leonês, contando com o apoio da população local. Por outro lado, a realidade de que o reino asturiano-leonês podia ser um parceiro militar equiparado ao poderio islâmico, pelo menos no Ocidente⁷⁶.

Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002 (no prelo).

⁷⁴ Sobre a igreja de Tuñón veja-se Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *San Salvador de Valdediós o la fábrica sencilla de una arquitectura admirable*, Oviedo, Principado de Asturias, 1991, pp.30-32; Isidro BANGO TORVISO, *Op. Cit.*, 1997, p.87; Lorenzo ARIAS PÁRAMO, *Prerrománico asturiano. El arte de la monarquía asturiana*, Gijón, TREA, 1993, pp.235-244, entre outros.

⁷⁵ Damião PERES, “A Reconquista Cristã”, *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, p.42; Cfr. também Hermenegildo FERNANDES, “Em torno de Santarin: posição e funções”, *De Scallabis a Santarém*, catálogo de exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Santarém, 2002, p.52.

⁷⁶ Grande parte da política dos monarcas asturianos em relação às áreas mais meridionais da sua influência foi executada a parir do entendimento com as autoridades autóctones, e não com base numa efectiva presença militar, populacional e administrativa desses territórios. O caso da entrega dos castelos de Santarém é um desses casos. O exemplo mais marcante desta realidade, todavia, é o de al-

Para o estudo que nos interessa, a entrega dos castelos de Santarém ao monarca leonês e as consequentes razias a Sul demonstram uma prática militar comum desde os tempos de Afonso III. Tal como havia acontecido com a conquista de Coimbra e as destruições de Cória e de Idanha, também após a passagem de Santarém para a esfera asturiano-leonesa teve lugar uma série de razias nas zonas imediatamente a Sul, na tentativa de desorganizar os redutos islâmicos mais próximos, neste caso Lisboa, Mérida e Badajoz⁷⁷. O tempo, contudo, era já de recessão de León face ao maior poder militar de Córdoba e os intentos de Ramiro II não foram conseguidos, pela pronta intervenção do califa, que enviou uma expedição ao Garb logo em 938-39, recuperando Santarém e combatendo as tropas do rei cristão em Simancas.

Os dois momentos que acabamos de citar – 891 e 937 – são dois testemunhos diferentes do lugar que o Ocidente peninsular a Norte do Tejo teve nos projectos expansionistas de dois monarcas fundamentais da conjuntura histórica designada por “repovoamento de Afonso III”. Mas não são apenas estes marcos importantes da religiosidade e da história militar altomedieval peninsular que suportam a convicção de uma acção asturiano-leonesa mais vasta pelo entre-Tejo-e-Mondego de finais do século IX e inícios do século X.

Também o estudo de alguns topónimos constantes das *Crónicas Asturianas* pode ser um indicador dessa maior abrangência de que falamos. Uma passagem da versão *Albeldense* narra a conquista do castelo de Denza e a tomada pacífica de Atienza, assolando, em seguida, Coimbra⁷⁸. Martim Velho, contrariando esta

Surumbaqi, caudilho regional que actuou na região de Coimbra na viragem para o século X, e que Eduardo MANZANO MORENO, *La frontera de al-Andalus en época de los Omeyas*, Madrid, CSIC, 1991, p.197, considera ser “un exponente de unas poblaciones indígenas que habitaban en el curso bajo del Duero, y que hasta el siglo IX habían escapado de las hegemonias cordobesa y astur”.

⁷⁷ Nem todas as razias direccionadas para Sul de Santarém e para Sudeste de Coimbra foram destruidoras. Neste ponto, parece que as opções militares de Afonso III e Ramiro II tiveram um conteúdo construtivo e abrangente em relação às localidades excêntricas. Em Idanha-a-Velha, por exemplo, depois de destruída a cidade pelas tropas asturianas e de aqui, presumivelmente, se ter instalado Ibn Marwan, há a notícia de um bispo Toniando, mencionado em 897 (Fernando de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1967, vol. I, p.79). Este facto levou Manuel Luís REAL, 2000, p.42, a refirmar a teoria de sincretismo religioso defendido por Marwan durante as quatro fases da sua revolta. Não pensamos ser esse o caso, pelo menos até que surjam novas e mais concludentes provas (Cfr. o que dizemos atrás na nota 69 deste capítulo). O bispo Toniando aparece referido cerca de dez anos depois de Marwan ter fundado Badajoz, pelo que deve antes estar relacionado com uma hipotética acção repovoadora de Afonso III no actual Leste do território português mais próximo do Tejo, algo posterior à destruição da cidade, por si empreendida. Também a razia de Ramiro II em direcção a Lisboa deve ser encarada com algumas reservas, dadas as efectivas afinidades entre a Igreja asturiana e a comunidade moçárabe desde os finais do século IX.

⁷⁸ *Crónicas asturianas*, ed. 1985, p.250. Os autores desta edição situam Denza a Norte de Soria, conforme proposta de Claudio Sanchez Albornoz, e Atienza ao Norte da Província de Guadalajara.

interpretação tradicional, situou as duas localidades em território ao Sul do rio Mondego, identificando Denza com a actual Lousã e Atienza com Ateanha, pequena localidade a Sul de Conímbriga⁷⁹, conclusão sugestiva sob múltiplos aspectos, até porque todo o passo da crónica em que se referem estas povoações é dedicado ao Ocidente peninsular e não à distante Sória.

Do mesmo modo devem ser interpretadas as extensas propriedades que o mosteiro de Lorvão possuía a Sul do Mondego no século X, especialmente nas zonas de Arouce, Miranda e Condeixa. O património fundiário do cenóbio laurbanense foi minuciosamente estudado por Rui de Azevedo⁸⁰, que a partir dos fundos documentais identificou numerosos topónimos a Sul deste rio, provando que a organização destas zonas, mais meridionais que a tradicional linha de caracterização fronteiriça, foi também efectuada por instituições monacais, actuando em sintonia com os poderes real e condal. Do mapa apresentado pelo autor, realizado a partir das referências documentais constantes em diplomas do século X e não apenas os relacionados com o Mosteiro de Lorvão, não ficam também dúvidas sobre a extensão do povoamento entre os rios Mondego e Vouga ao longo de toda esta centúria.

O último exemplo que aqui citaremos, para provar a acção asturiano-leonesa entre Tejo e Mondego, é o pequeno templo de São Gião da Nazaré. Depois de décadas de catalogação visigótica, assume cada vez maior probabilidade uma datação tardia, já em pleno século X, à semelhança de muitos vestígios tradicionalmente considerados de época visigótica. As primeiras dúvidas quanto à tese visigotista devem-se a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que reconheceu alguns paralelos estilísticos com obras asturianas e pré-românicas, como os arcos mais peraltados que ultrapassados, as portas com lintel e arco de descarga ou a existência de uma *eikonostasis* no cruzeiro. Este mesmo autor partilhou de uma visão conquistadora afonsina mais vasta, tomando

⁷⁹ Martim VELHO, “Coimbra e o topónimo Lousã nas crónicas de Albelda e de Sampiro; a localização de Antânia”, *Proceedings of the 9th Congress of the Union Européenne des Arabisants et Islamisants*, ed. Rudolph Peters, Leyden, E. J. Brill, 1981, p.300: *Dezam Castrum* teria dado Lousã através de “Lenzam”; *Antezam* facilmente se converteria em Ateanha. Para além disso toda esta passagem é relativa ao ocidente peninsular, pelo que não faria sentido citarem-se aqui localidades geograficamente situadas em Soria e em Guadalajara. Pelo texto cronístico não podemos saber se estas acções tiveram lugar antes ou depois da conquista de Coimbra. Em todo o caso, devem ter acontecido praticamente em simultâneo.

⁸⁰ Rui de AZEVEDO, “O Mosteiro de Lorvão na Reconquista cristã”, *Arquivo Histórico de Portugal*, Lisboa, 1933, separata, pp.24-29 (mapa na p.27 assinalando as terras que o Mosteiro detinha entre-Mondego-e-Vouga em finais do século X).

São Gião como exemplo dessa acção em plena Estremadura portuguesa, mas também Odrinhas, já no aro de influência de Sintra e muito próximo de Lisboa⁸¹.

O prosseguimento dos trabalhos em torno desta igreja deve-se, essencialmente, a Manuel Luís Real. Este autor aprofundou algumas das questões suscitadas por Ferreira de Almeida e identificou outras até então não definidas, concluindo pela existência de uma fase de época visigótica e outra já asturiana, provavelmente contemporânea do reinado de Afonso III. Ainda que proferidas numa altura em que o templo não havia sido sujeito aos levantamentos fotogramétricos, as suas palavras não podiam ser mais esclarecedoras quanto a uma actividade asturiana na costa marítima entre Lisboa e a foz do Mondego: São Gião da Nazaré “deve ser assumido, sem receios, como um edifício extremamente insólito para a sua época e um posto avançado na progressão da influência galaico-asturiana”⁸². Esta proposta é ainda suportada pela permanência de um topónimo muito perto – Torre de D. Framondo – que prova ter existido uma estrutura costeira defensiva característica das presúrias de alguns nobres em territórios excêntricos à acção real⁸³.

É esta acção no Entre-Tejo-e-Mondego, até há pouco tão improvável, que preparou o caminho para a conquista definitiva destes territórios quase dois séculos depois e que Gerárd Pradalié sintetizou sem, porventura, reconhecer exactamente o maior alcance cronológico das suas palavras: “a colonização teria precedido, comandado e sem dúvida tornado possível a reconquista”⁸⁴.

⁸¹ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, pp.137-138 e 141.

⁸² Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.*, (1992), 1995, p.61.

⁸³ IDEM, *Ibidem*, p.62. Ainda sobre os defensores de uma datação já em pleno século X, veja-se Cláudio TORRES, Santiago MACIAS, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p.64 e Luis CABALLERO ZOREDA, “Aportación a la arquitectura medieval española. Definición de un grupo de iglesias castellanas, riojanas e vascas”, *V Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. II, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2001, p.226. O debate em torno do compartimentado templo de São Gião ganhou recentemente novo fôlego com o estudo de “Arqueologia da Arquitectura” (levantamentos fotogramétricos integrais e análise da estratigrafia murária) efectuado por Luis Caballero Zoreda e respectiva equipa do CSIC (Madrid). Paralelamente, desenvolvem-se acções que conduzam à realização de uma campanha arqueológica sistemática. O processo está ainda no início, mas o material entretanto já coligido permite adiantar novas conclusões para partes importantes do imóvel. Da correspondência trocada com o Dr. Manuel Luís Real, espera-se, para breve, que este autor volte a investigar o imóvel, com algumas novidades importantes ao nível da compartimentação espacial interior.

⁸⁴ Gerard PRADALIÉ, “Occupation du sol et cultures autour de Coimbra au XIIème siècle”, *Actas de las I Jornadas de Metodología aplicada de las ciencias historicas. II- Historia medieval*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1975, p.86. Gerard Pradalié chega a esta conclusão ao analisar a ocupação do solo em torno de Coimbra e a mancha de povoamento na zona. Aplica-a para o segundo período de dominação islâmica. Por outro lado, refere que o intenso moçarabismo que caracteriza a região de Coimbra no século XII teve origem apenas na segunda metade do século XI. Mais adiante teremos oportunidade de refutar estas ideias, especialmente quanto à origem cronológico-cultural do moçarabismo de Coimbra.

Os moldes como essa «colonização» teve lugar sem passar, de forma clara, pelas fontes escritas, permanecem ainda desconhecidos. De todas as explicações que podem ser avançadas para esta menor visibilidade da conquista entre-Tejo-e-Mondego - desde a efectiva precaridade de um reino asturiano que não podia abarcar todo este território até às não documentadas alianças regionais de agentes asturianos com autoridades islâmicas, mais ou menos independentes de Córdova, passando pelo carácter periférico do Ocidente peninsular para os dois eixos do conflito civilizacional em presença - existe uma que julgamos dever evidenciar: o facto de o processo de expansão e de conquista cristã sob Afonso III – historiograficamente designado por “Repovoamento de Afonso III” - não se ter dado unicamente por intermédio dos nobres, posteriormente encarregues de chefiar um determinado território, ou dos mosteiros.

Com efeito, duas outras forças sociais da máxima importância tiveram o seu espaço no povoamento e organização do território: os “homens livres que se organizavam em comunidades locais, em concelhos, muito antes da época em que começaram a aparecer os forais”⁸⁵ e a “nobreza inferior”, que acompanhou os condes, mas que se desconhece profundamente. A estes há ainda que juntar os aventureiros, que se deslocaram para Sul na tentativa de obter benefícios, terras, protagonismo... e os próprios senhores locais, “antigos caudilhos (...) que o «repovoamento» não eliminou”⁸⁶.

Por esta breve amostra, fácil se torna concluir que a organização territorial emanada do Norte cristão foi tudo menos um processo linear, homogéneo e controlado administrativamente pelo monarca ou pelos seus delegados. À medida que as regiões peninsulares vão sendo objecto de estudos parcelares, necessariamente cada vez mais aprofundados, cresce a convicção de que uma fatia importantíssima do povoamento – por enquanto inquantificável – foi feita através de categorias sociais desconhecidas, cuja organização escapa invariavelmente à documentação⁸⁷.

Uma documentação de natureza essencialmente real e monacal, que se inter-relaciona⁸⁸ e que reflecte as questões relativas aos estratos sociais mais elevados, com

⁸⁵ José MATTOSO, “Sobre a origem do Estado Português...”, *Op. Cit.*, 1979, republ. 1992, 2ª ed., p.97.

⁸⁶ IDEM, *Op. Cit.*, 1982, 3ªed., pp.37-39.

⁸⁷ No mesmo sentido, as palavras de Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.*, (1992), 1995, p.61: a “Reconquista consolidar-se-á, em grande parte, devido às presúrias não oficiais”.

⁸⁸ São numerosos os exemplos de associação de nobres aos mosteiros, numa atitude de clara procura de prestígio social e hierárquico no território. José MATTOSO, *Op. Cit.*, 1982, republ. 1998 (3ªed.), p.96:

ligações à família real, à corte e à grande propriedade no território conquistado. Mas as pequenas aldeias, as que são povoadas por homens livres engajados no (re)povoamento, a documentação não contempla, a não ser em casos de querelas de propriedade dos mosteiros.

Foi o caso de *Alquinitia* e *Pena Cova*, pequenos aglomerados conhecidos a partir de uma demarcação territorial mandada executar pelo Conde D. Ximeno Dias em 936. Este documento, um dos mais citados da época para o território nacional, levou Damião Peres a reconhecer uma *uilla* perto de Lourosa, mas sem grande base de sustentação actual⁸⁹. Ou o caso da povoação de *Ferreirinhos*, vinte anos depois do de *Alquinitia* e *Pena Cova*.

No estado de profundo desconhecimento com que vamos caracterizando a nossa Alta Idade Média (re)conquistadora, a existência destas comunidades de aldeia é um factor importante para que se compreenda, ainda que com enormes lacunas espacio-temporais, o processo de (re)povoamento nos séculos IX a XI. Mas é apenas um indicador válido do que poderá ter sido uma realidade que, necessariamente, foi mais complexa do que a simples existência destas comunidades permite equacionar.

Sobre a sua origem pouco ou nada sabemos. Maria Ângela Beirante equacionou uma continuidade em relação aos “conventos públicos” de época visigótica⁹⁰. Mas com certeza que os ritmos da (Re)conquista e as estratégias locais ensaiadas nos séculos IX a XI foram substancialmente diferentes do que aconteceu na Península antes da invasão muçulmana. O caso de Lourosa parece sintomático a este respeito, pois pode revestir-se de uma função estratégica que pouco tem que ver com a época visigótica, num troço da antiga via romana que ligava a Bobadela e praticamente na margem direita do rio Alva, o primeiro curso de água a partir do Sul que colocava em contacto a Serra da Estrela e o Mondego.

Sobre a intensidade deste fenómeno povoador também pouco ou nada se sabe. É de novo Maria Ângela Beirante quem lançou as primeiras pistas sobre uma possível concentração deste tipo de comunidades entre Douro e Mondego, área “de

“ligação da família a uma comunidade religiosa constituía um importante sustentáculo do seu prestígio”.

⁸⁹ Damião PERES, “A Reconquista cristã”, *Op. Cit.*, vol. I, 1928.; Rui de AZEVEDO, “O Mosteiro de Lorvão...”, *Op. Cit.*, 1933, separata, p.28, nota 1, demonstrou que esta hipótese estava errada. A identificação de uma *uilla* com a igreja de São Pedro de Lourosa é o reflexo da importância que a pequena localidade e, principalmente, a sua igreja tiveram na consciência daquele medievalista, e que, aliás, se encontra amplamente expresso no texto que concebeu para a História de Portugal por si dirigida. Sobre este documento veja-se ainda o que dizemos adiante a respeito da *civitas* de Seia.

⁹⁰ Maria Ângela BEIRANTE, “A «Reconquista» cristã”, *Op. Cit.*, vol. II, 1993, p.289.

considerável população moçárabe” e onde “estas comunidades pareciam gozar de maior autonomia”⁹¹. Ora esta é uma conclusão que não podemos subscrever por inteiro, pelo menos sem que existam factos incontestáveis de um e outro lado do Douro: ainda que a linha de caracterização historiográfica tradicional com que se tem definido o Portugal altimedieval aponte para uma maior população moçárabe nesta zona⁹² e para uma maior autonomia dos poderes locais, o facto é que não podemos assegurar em que zonas a população moçárabe se concentrou para um lapso temporal tão longo (praticamente dois séculos)⁹³. E quanto à maior autonomia das comunidades locais, tal facto deve igualmente ser encarado com reserva. É que, como veremos adiante, o conhecimento acerca da organização territorial do Condado de Coimbra e respectivas *civitates* está invariavelmente comprometido pela falta de indicadores de caracterização.

É assim que podemos perceber a existência de uma aldeia como Lourosa num condado de Coimbra pouco conhecido nas suas relações internas. Nada a liga aos condes ou às suas famílias. Por outro lado, a sua pequenez reflecte mais facilmente uma organização conjuntural, em aldeia, inserida num quadro paisagístico essencialmente determinado pelas condições físicas do terreno e com reduzida densidade populacional⁹⁴. A função inicialmente estratégica – não militar, mas de ocupação de um troço de uma antiga via romana de primeira importância no contexto regional⁹⁵ – foi, assim, consumada por uma pequena comunidade de aldeãos, sem ligações às famílias condais e, aparentemente, sem conexão directa com os diversos poderes delegados da zona (condes e mosteiros).

⁹¹ IDEM, *Ibidem*, p.289.

⁹² José MATTOSO, “Os Moçárabes”, *Revista Lusitana*, nova série, nº6, 1985, pp.5-24, republ. *Fragmentos de uma composição medieval*, 2ªed., Lisboa, Estampa, 1990, pp.29-30: os estudos de Angel Barrios Garcia, sobre a toponímia de origem moçárabe ou a análise dos Foros de Alfaiates, provam que foi na região centro que as comunidades moçárabes mais se fizeram sentir.

⁹³ Embora se encontrem indícios de moçarabismo na região entre Mondego-e-Douro, como em Lafões e em São Pedro do Sul (Cfr. Maria Ângela BEIRANTE, “A «Reconquista» cristã”, *Op. Cit.*, vol. II, 1993, p.321), o facto é que não dispomos de informações suficientemente seguras para caracterizar a população moçárabe aqui residente; faltam-nos dados de carácter geográfico e de carácter diacrónico. À excepção de Coimbra, cujo paulatino conhecimento permite já diferenciar as características gerais da população em dois períodos distintos, tudo o resto permanece desconhecido.

⁹⁴ Seguimos aqui a caracterização genericamente definida por José Angel GARCÍA DE CORTÁZAR, *História rural medieval*, ed. portuguesa Lisboa, Estampa, 1983, pp.17-22, para os séculos IX e X.

⁹⁵ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.140, aponta como principal função estratégica da *civitas* de Seia e, por acréscimo, da aldeia de Lourosa, a ocupação da antiga via romana

2.4.1. A CIVITAS DE SEIA

O chamado “Repovoamento de Afonso III”, a que temos vindo a fazer referência, foi um processo de (re)organização civilizacional de base cristã aplicado pelos delegados reais a todas as áreas ocupadas, segundo fórmulas teóricas muito precisas⁹⁶, mas simultaneamente abrangentes o suficiente para integrar regiões e populações muito distintas, desde a faixa costeira ocidental até aos limites orientais de Castela, passando pelos necessariamente diferentes ritmos de imigração moçárabe.

A estruturação destes territórios assentou em duas realidades essenciais, devidamente hierarquizadas a partir da figura do monarca: os condados, chefiados por condes devidamente investidos pelo monarca, com o qual tinham, normalmente, relações familiares, e as *civitates*, unidades mais pequenas inseridas dentro dos condados, definidas a partir de critérios essencialmente militares e entregues a nobres da confiança directa dos condes, que comandavam o território a partir de um castelo dominante⁹⁷.

Apesar da existência de outros termos para designar estas mesmas realidades político-geográficas – ou outras estruturas de ordenamento do território, contemporâneas ou já posteriores⁹⁸ –, a fronteira meridional do Ocidente peninsular,

Mérida-Braga. Para este efeito chegou-se a Idanha-a-Velha pela mesma altura que se chegava a Coimbra e a Seia.

⁹⁶ O programa operacional definido por Afonso III obedecia a três momentos distintos, recentemente sintetizados, em termos muito gerais, por Virgílio MARTÍNEZ ENAMORADO, “Relaciones entre los omeyas y los núcleos cristianos”, *El esplendor de los Omeyas Cordoveses. La civilización musulmana de Europa Occidental*, vol. I, Granada, Junta de Andalucía / Fundación El Legado Andaluzí, 2000, p.315: num primeiro momento, procedia-se à ocupação das terras ou ao apoio de senhores locais potencialmente em ruptura com o poder de Córdoba; seguiam-se as acções de razia das cidades mais próximas, que obrigavam o Emirato a oferecer paz; finalmente instalavam-se contingentes populacionais nestas áreas, reocupando preferencialmente antigos centros urbanos e colmatando os vazios com estratégias monacais, paroquiais e, certamente, muitas privadas, como tivemos ocasião de pretender demonstrar no ponto anterior.

⁹⁷ Seguimos aqui a definição de *civitas* por Mário BARROCA, “Do castelo da Reconquista ao Castelo românico (sécs. IX a XII)”, *Portugália*, nov. sér., vol.XI-XII, Porto, 1990/91, p.92.

⁹⁸ Na historiografia nacional tem-se gerado alguma confusão entre os conceitos territoriais a utilizar no processo expansionista de Afonso III, pelo facto de aparecerem várias designações na documentação altomedieval. As questões prendem-se, sobretudo, com a real leitura de “Terra” e de “Territorio”, quando inter-relacionadas com “Civitas”. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, em colaboração com Francisco Gaspar Almeida LOPES, “Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a igreja de S. Miguel”, *Portugália*, nova série, vol.2/3, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1981-82, p.133, começou por não fazer qualquer distinção entre *civitates* e *territoria*, referindo-se mesmo aos “*territoria* das *civitates*”. Esta indistinção de termos foi igualmente usada por Maria Ângela BEIRANTE, “A «Reconquista» cristã”, *Op. Cit.*, vol. II, 1993, pp.269-271, que não distingue ainda entre “Terra” e “Territorio”. Mário BARROCA, “Do castelo da Reconquista...”, *Op. Cit.*, vol. XI-XII, 1990/91, p.92, esclareceu que os *territoria* são grandes unidades geográficas “onde se verifica uma coincidência entre as vertentes administrativa, religiosa e militar, apoiando-se em grande parte na divisão diocesana”. Existem assim três *territoria* documentados no actual Norte de Portugal: Braga, Portucale e Coimbra, ao contrário das *civitates*, que são já para cima de dez. Sobre o conceito de

desde 878 até à segunda metade do século X, foi organizada num condado – o de Coimbra – que contou com, pelo menos, cinco *civitates* conhecidas (Santa Maria da Feira, Montemor-o-Velho, Lamego, Viseu e Seia, a que poderemos ainda juntar a duplicidade de estatuto de Coimbra, enquanto sede de Condado, de Diocese e de *Civitas*).

Do outro lado da Serra da Estrela, zona claramente mais inóspita e de povoamento menos consistente, a opção de Afonso III terá sido o de uma certa terra queimada, como as campanhas destrutivas de Cória e de Idanha-a-Velha permitem supor. Em todo o caso, é provável que com a evolução natural dos trabalhos históricos e arqueológicos se possa vir a conhecer melhor a estratégia de povoamento para esta zona. Um caso muito interessante é, com certeza, o de Trancoso, localidade já a Oriente da Serra da Estrela, cujo castelo foi objecto de uma reforma pelos inícios do século X⁹⁹ e ao Norte da qual se localizam as célebres possessões de D. Chamôa Rodrigues, referidas num dos mais citados documentos altomedievais portugueses.

Por este documento – o testamento de D. Chamôa (também conhecida por D. Flâmula) em que deixa várias propriedades ao Mosteiro de Guimarães¹⁰⁰ – é possível verificar como a Beira Interior setentrional estava militarmente controlada e ordenada a partir de pontos estratégicos bem definidos. Com os vestígios pré-românicos do Castelo de Trancoso e o facto de as razias destruidoras cristãs terem sido dirigidas

“Terra”, é já antiga a convicção de que se trata de uma organização do século XI, contemporânea da nova organização do rei Fernando, o Magno. Existiram, contudo, algumas dúvidas a este respeito, nomeadamente por parte de A. de Almeida FERNANDES, *Op. Cit.*, 1968, republ. 1997, p.102, de que se trata de uma unidade política anterior, com aplicabilidade nos séculos IX e X, mas sendo aí designada de forma diferente: *territorium; commissum; comitatum*, etc.). No entanto, é mais uma vez a Mário BARROCA, “Do castelo da Reconquista...”, *Op. Cit.*, vol. XI-XII, 1990/91, pp.115-118, que devemos uma mais correcta definição deste termo, em especial a sua origem (começa a aparecer na documentação na segunda metade do século XI), as suas dimensões (menores que as anteriores *civitates*) e o seu chefe (um nobre local, por oposição aos antigos condos afonsinos).

⁹⁹ O Castelo de Trancoso conserva ainda estruturas pré-românicas, reaproveitadas na torre de menagem, que podem ser atribuídas ao repovoamento de Afonso III, como a feição tronco-piramidal de toda a estrutura da torre, ou a porta de arco ultrapassado ao nível do segundo piso, a que se junta o aparelho não-isódomo, características que a aproximam estilisticamente de opções nortenhas, especialmente da Torre de Covarrubias, em Burgos (Cfr. Mário BARROCA, “Do castelo da Reconquista...”, *Op. Cit.*, vol. XI-XII, 1990/91, p.96, IDEM, “Os Castelos”, *Nos confins da Idade Média*, catálogo de exposição, Porto, IPM, 1992, p.52 e IDEM, “Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior”, *Beira Interior – História e Património* (I Jornadas de Património da Beira Interior, 1 a 3 de Outubro de 1998), Guarda, 2000, pp.216-217).

¹⁰⁰ D. Chamôa Rodrigues, ou D. Flâmula Rodrigues, era sobrinha de Mumadona, a fundadora do Mosteiro de Guimarães e neta de Afonso Betotes, conde de Tui e de Diogo Fernandes. Em 960, estando doente no Mosteiro de Guimarães, fez o célebre testamento àquela instituição. Sobre a localização exacta das fortificações mencionadas no diploma, vejam-se, entre outros, os recentes trabalhos de Mário BARROCA, 2000 e Manuel Sabino PERESTRELO e Maria do Céu Crespo FERREIRA, “Fortificações e caminhos medievais no Médio Côa”, *Mil anos de fortificações na*

para áreas mais a Sul, muito mais próximas da linha do Tejo, o vazio político desta região poderá ser apenas aparente¹⁰¹, fazendo crescer a convicção de que também aqui o ordenamento territorial preconizado por Afonso III se fez sentir¹⁰². A dúvida consistirá, a nosso ver, na sujeição administrativa deste território, geograficamente inserido na área geográfica do Condado de Coimbra, mas doado à maior instituição religiosa do Condado de Portucale, na qual a família condal de Guimarães tinha clara influência¹⁰³. Mas esse é um assunto que não trataremos aqui.

Para o caso que nos interessa, a *civitas* de Seia localiza-se a Sudeste do condado de Coimbra, confrontando a Norte com a de Viseu e a Oeste com os territórios da teórica capital condal. Disfrutando desta condição geográfica única, a sua área de influência e de acção corresponde, por um lado, à extensão natural, para Leste, das férteis planícies do Baixo Mondego, através do curso médio deste rio e dos rios Alva e Seia; por outro lado, é uma zona de fronteira tendo os altos cumes das serras da Estrela, da Gardunha, do Açor e da Lousã como linha delimitadora a Sul e a Sudeste.

Infelizmente, esta *civitas* de Seia é uma das mais desconhecidas unidades políticas do Ocidente peninsular no reinado de Afonso III, razão pela qual certamente António Nogueira Gonçalves não incluiu Lourosa no seu território durante o século

Península Ibérica e no Magrebe (500-1500). Simpósio Internacional sobre Castelos, coord. Isabel Cristina Fernandes, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp.885-886.

¹⁰¹ João Mário SOALHEIRO, “Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, Diocese de Lamego. Breve ensaio sobre o território e as comunidades eclesiais”, *Foz Côa. Inventário e Memória*, 2001, p.38, realça a hierarquia do território não apenas em termos militares, mas também a um nível populacional, pela referência a *villae* e a *populaturas*. Segundo este autor, neste processo desempenharam ainda papel fundamental os mosteiros, - como já Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal – o Românico*, Lisboa, Presença, 2001, p.20, havia evidenciado - ainda que não tenham subsistido referências documentais que o provem, mas cujo acompanhamento do povoamento de Afonso III está já atestado para outras regiões.

¹⁰² Pelos topónimos constantes no testamento de D. Chamôa Rodrigues, parece existir uma certa linha de fronteira entre as actuais Beira Alta e Baixa na faixa interior a Oriente da Serra da Estrela. Trata-se, no entanto, de uma realidade que aguarda melhores indicadores de caracterização. Como nos deu a conhecer Manuel Luís Real, a capela de São Pedro do Fundão, apresenta ainda vestígios de um anterior aparelho pré-românico com reaproveitamento de amplo material romano, características tão comuns à arquitectura do século X. Este facto, pode ser um precioso testemunho que comprova como a organização de Afonso III chegou também mais a Sul do que tradicionalmente se supõe, acompanhando, também no interior beirão, a linha de progressão de Seia e de Coimbra, pelo menos. Mantemos ainda uma atitude prudente sobre se terá efectivamente organizado Idanha-a-Velha.

¹⁰³ Um indício importante que pode ajudar a compreender melhor esta questão é o facto de em 1059 o Mosteiro de Guimarães ter reclamado os bens que haviam pertencido a D. Chamôa Rodrigues no interior beirão, pretensão que acontece logo um ano depois da conquista de Viseu e dois anos após a queda de Lamego. Este facto foi evidenciado por João SOALHEIRO, “Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa...”, *Op. Cit.*, p.40.

X¹⁰⁴. São muito escassas as informações documentais e as que possuímos por resgate arqueológico não confirmam sequer a datação do castelo de Seia neste período. Mesmo assim, são ainda significativos os testemunhos de povoamento nas fraldas ocidentais da Serra da Estrela nos primeiros anos do século X, uma dinâmica organizadora que, entre outros méritos, deu origem à nossa igreja de São Pedro de Lourosa.

Especificamente sobre o território de Seia existem algumas informações documentais que provam a dinâmica de povoamento na região durante a primeira metade do século X. Cronologicamente, o primeiro documento que espelha esta realidade data de 908, quatro anos antes da construção da igreja de São Pedro de Lourosa, e nele se refere a vila de Avô (*uilar avolo*)¹⁰⁵, localidade a Sul do rio Alva e que no século XII fará parte da rede de castelos deste rio.

As restantes notícias documentais surgem a partir do rico fundo monacal de Lorvão e atestam a organização cristã de alguns territórios a Leste do Mondego, muitas vezes a partir de bases comunitárias. De 927 é uma venda de terras numa *uilla* pertencente ao Mosteiro de Lorvão, situada em Villa Cova (não aquela Villa Cova referida dez anos depois e que se situava na margem esquerda do Mondego, mas uma outra Villa Cova, mais para Leste, muito perto de Seia para Sul¹⁰⁶) e efectuada por um presbítero Samuel e mais nove proprietários. Já de meados do século (946) é a doação da villa de Murcella e da igreja de São Martinho (da mesma villa?) ao Mosteiro de Lorvão, pelo presbítero Ismael.

Por estes breves exemplos, conhecidos pela natureza monacal dos seus conteúdos, podemos compreender parcialmente como os primeiros anos do século X foram de franca prosperidade na vertente ocidental da Serra da Estrela inserida na *civitas* de Seia. De resto, à medida que o estudo do povoamento nesta área vai sendo objecto de novos contributos, mais se adensa a convicção de uma dinâmica importante a este nível.

¹⁰⁴ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Inventário Artístico Nacional*, Distrito de Coimbra, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1952, pp.169-176, republ. *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, pp.39-40. Este autor sugeriu que Lourosa integrasse o território de Seia apenas no século XI e depois da campanha das Beiras de Fernando, *o Magno*, posição de que, obviamente, discordamos.

¹⁰⁵ Trata-se de um documento de confirmação de uma anterior doação de três escravos “num passal da igreja de Santa Maria de Vila Meã” (J. Quelhas BIGOTTE, *Op. Cit.*, 1981, p.60).

¹⁰⁶ J. Quelhas BIGOTTE, *Op. Cit.*, 1981, p.60. Rui de AZEVEDO, “O Mosteiro de Lorvão...”, *Op. Cit.*, 1933, separata, p.25, refere que essa Vila Cova situava-se muito próximo da outra Vila Cova referida anteriormente e deve corresponder à actual vila de Penacova. São, contudo, muito confusas as passagens sobre este assunto.

A demarcação territorial entre *Vila Cova* e *Alquinitia* (936) foi já interpretada como uma prova de estabilidade sócio-económica, na medida em que as “questões locais, relativas à extensão do termo das vilas, indicam claramente interesses já arreigados, estabilização”¹⁰⁷. E outros indícios poderemos juntar, como a existência de 22 mosteiros referidos no século X para a actual diocese de Coimbra, entre os quais o de Midões, a Norte de Lourosa muito próximo da foz do rio Seia, mas na mesma área geográfica¹⁰⁸. O estudo da hagiotoponímica assume-se também como um indicador importante para o reconhecimento historiográfico desta realidade. Localidades como Santa Marinha de Seia, São Paio (Oliveira do Hospital), Santa Ovaia ou São Gião são hagiotopónimos que parecem ter correspondência com este passado altimedieval.

Mas será, sem dúvida, o desenvolvimento de um programa sistemático de carácter arqueológico o único instrumento que poderá confirmar ou refutar a dinâmica povoadora de que falamos. A este respeito, a identificação de cemitérios de sepulturas antropomórficas escavadas na rocha parece ser o primeiro passo para o reconhecimento de pequenas comunidades-aldeias entre Coimbra e Seia. Para a área compreendida entre o Alva e o Mondego, conhecem-se cemitérios deste tipo em Midões, Lourosa, Covas e São João da Boavista¹⁰⁹, havendo ainda a notícia de um outros conjuntos em Salgodins¹¹⁰ e em São Bartolomeu de Meruge¹¹¹. Todos estes núcleos são necrópoles compostas por sepulturas escavadas em afloramentos rochosos que podemos atribuir a um lapso temporal bastante dilatado mas que se deve situar entre os finais do século IX e a primeira metade do século XII. O estudo deste tipo de

¹⁰⁷ Damião PERES, “A Reconquista cristã”, *Op. Cit.*, vol. I, 1928, p.450. No mesmo sentido, Aarão de LACERDA, *História da Arte em Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1942, p.159. Sobre esta demarcação veja-se ainda Nelson Correia BORGES, “Os «castros» da região de Penacova”, *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, GAAC, 1979, p.200. Rui de AZEVEDO, “O Mosteiro de Lorvão...”, *Op. Cit.*, 1933, separata, p.28, evidenciou o facto de dois séculos mais tarde, ter havido a necessidade de se proceder a nova demarcação territorial, confirmando-se, genericamente, os antigos limites do século X. Segundo este autor, “a repetição do facto com intervalo de cerca de dois séculos, durante os quais o domínio da zona em questão alternou entre cristãos e muçulmanos, mostra como se manteve inalterável, alheio à luta de raças, o fundo de certos agregados populacionais no seu aspecto económico-social”.

¹⁰⁸ Cfr. Saúl António GOMES, “Mosteiros do território da antiga diocese de Coimbra”, *Semente em Boa Terra*, catálogo de exposição, Coimbra, Diocese de Coimbra, 2000, pp.56-57.

¹⁰⁹ “31b. Sepulturas antropomórficas escavadas na rocha”, mapa inserido no Catálogo de Exposição *Semente em Boa Terra*, 2000, p.71.

¹¹⁰ Vergílio CORREIA, *A igreja de Lourosa da Serra da Estrela*, Lisboa, 1912, p.6.

¹¹¹ Um outro cemitério semelhante, mas, ao que tudo indica, composto por menos sepulturas, encontra-se em São Bartolomeu de Meruge, como refere Tarquínio HALL, “importante estação arqueológica em S. Bartolomeu de Meruge”, *Jornal de Oliveira*, 14 de Dezembro de 1991, republ. *Op. Cit.*, 1998, pp.295-297.

soluções funerárias está já numa fase bem avançada no entre-Douro-e-Minho, graças ao labor de Mário Barroca¹¹², mas para o entre-Mondego-e-Douro não existiu, até ao momento, um trabalho de inventário e de caracterização a esta escala.

Para a área do condado de Coimbra, para além do cemitério associado à igreja de São Pedro de Lourosa, conheciam-se, até há relativamente pouco tempo, outros dois exemplos importantes: os cemitérios da Sé-Velha de Coimbra e de Moreira de Rei (Trancoso), ambos datados de época altimedieval, com certeza anteriores à construção das respectivas igrejas românicas¹¹³. A renovada atenção que estas estruturas funerárias tiveram no nosso país a partir de 1987 tem motivado o aparecimento (reconhecimento) de outros conjuntos importantes, como nas localidades perto de Lourosa. De resto, a continuidade dos trabalhos de prospecção tem revelado a existência de comunidades povoadoras em locais muito distantes entre si e onde nunca havia sido equacionada uma presença de agentes colonizadores nortenhos, como em Cortiçada (Aguiar da Beira), em Santiago de Caçurrães (Mangualde) ou em Queiriga (Vila Nova de Paiva)¹¹⁴, testemunhos que ajudam a superar o vazio de povoamento entre os núcleos de Viseu-Lamego e de Trancoso.

Mais ao Norte, o trabalho em continuidade de Ricardo Teixeira levou à identificação de outros cemitérios associados à acção dos condes de Chaves. Uma das mais interessantes conclusões a que este autor chegou foi a de que alguns destes cemitérios surgem muito próximos de antigos castros¹¹⁵, facto que não apenas revela as marcas de povoamento altimedieval, mas que permite perceber quais os pontos estratégicos da ocupação militar e quais, enfim, as suas características básicas – a manutenção de antigos castros como bases militares operacionais para o século X¹¹⁶ -.

¹¹² Mário BARROCA, *Necrópoles e sepulturas medievais de entre-Douro-e-Minho (séculos V a XI)*, 2 vols., Porto, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.

¹¹³ Sobre o cemitério da Sé-Velha de Coimbra, veja-se o que diz Mário BARROCA, *Ibidem*, vol. I, p.136, nota 129. O cemitério de Moreira de Rei foi objecto de melhor caracterização por este autor, em “Do castelo da Reconquista...”, *Op. Cit.*, vol. XI-XII, 1990/91, p.95, ao referir que no adro da igreja encontra-se o melhor conjunto de sepulturas rupestres de Portugal, englobando alguns núcleos familiares.

¹¹⁴ Estas estações foram reveladas por Jorge Adolfo de Meneses MARQUES, “Contributo para o estudo do povoamento da região de Viseu na Alta Idade Média”, *Máthesis*, nº5, 1996, pp.105-211.

¹¹⁵ Ricardo TEIXEIRA, “Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (séculos IX-XIV)”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500). Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. Isabel Cristina Fernandes, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002, p.465.

¹¹⁶ Característica do povoamento altimedieval também identificada em terras leonesas, como provou José António GUUTIÉRREZ GONZÁLEZ, “Sistemas defensivos y de repoblación en el reino de León”, *III Congreso de Arqueología Medieval Española* (Oviedo, 1989), Oviedo, Universidad de Oviedo, 1989, p.180.

Para a *civitas* de Seia, é igualmente provável a aplicação deste modelo, por exemplo, no castro de São Romão, mas apenas a continuidade das escavações arqueológicas e, especialmente, a sua direcção para contextos altomedievais, poderá trazer novos dados a este respeito.

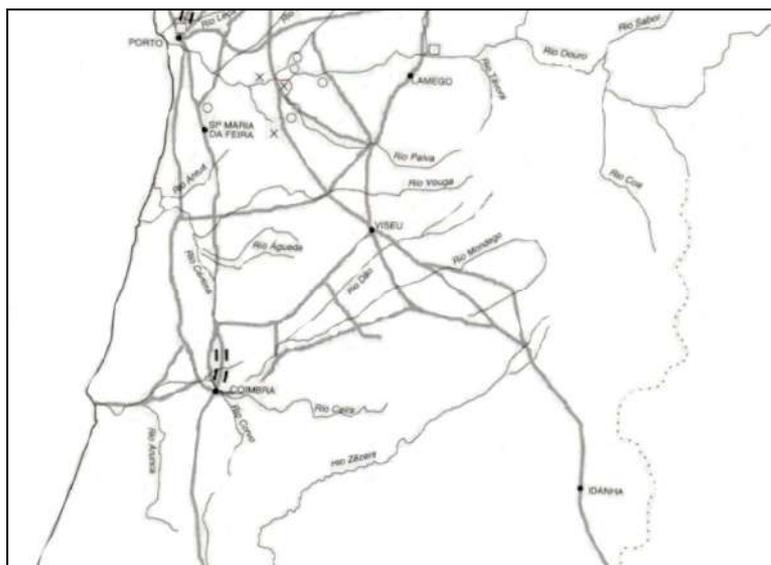
Se o processo de povoamento ainda se apresenta demasiado obscuro para que possamos caracterizar minimamente a *civitas* de Seia – nas várias dimensões que marcam o (re)povoamento de Afonso III: acção de nobres, de mosteiros e de agentes livres actuando mais ou menos de forma independente – foram muito fortes as razões esstratégicas que levaram à integração deste espaço na esfera cristã após a conquista de Coimbra.

Já nos referimos à continuidade natural do Baixo Mondego pelas terras a Oriente até à Serra da Estrela, prolongadas pelos cursos dos rios Alva e Seia. Do ponto de vista geográfico, a ocupação de toda esta região significava o controlo de todas as áreas estruturalmente ligadas a Coimbra e a Viseu até à grande cordilheira central. Existiu, todavia, um outro factor decisivo para que em Seia se tivesse estabelecido uma sede de *civitas*: a *calçada colimbriana*, o troço de estrada romana, ainda activo durante a época medieval, que ligava Coimbra à via da prata, de Viseu a Idanha-a-Velha¹¹⁷. De acordo com o mapa que Maria Ângela Beirante apresenta da rede de estradas medievais mais importantes do Ocidente peninsular entre os séculos IX a XII, esta seria uma via de primeira importância no contexto millitar da altura, cuja relevância está provada, entre outros exemplos, pelo itinerário seguido por Ordonho II no ataque a Évora de 915¹¹⁸.

Com efeito, o acesso a Coimbra por parte de exércitos organizados apenas se poderia dar através das duas estradas que conduziam à cidade, a da Estremadura, vindo directamente de Tomar e de Collipo, por Conímbriga ou por Montemór-o-Velho, e a da Beira, precisamente por Seia e Gouveia até cruzar a via da prata. Como séculos mais tarde viria a ser reconhecido, fechadas as portas de Coimbra pela Estremadura, importava controlar também aquele acesso a Oriente.

¹¹⁷ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.140. Também José MATTOSO, *Op. Cit.*, 1987, pp.11-12, colocou em evidência a importância estratégica desta estrada para a Idade Média.

¹¹⁸ Como refere Eduardo MANZANO MORENO, *Op. Cit.*, 1991, p.185.



Mapa n.º 6
Rede viária altimedieval segundo Maria Ângela Beirante, 1993
(adapt.)¹¹⁹.

Esta *civitas* de Seia teve, assim, uma função estratégica mais importante do que tradicionalmente se poderá supor. Por um lado, permitiu o controlo da estrada romana-medieval que conduzia de Coimbra para Nordeste, pela vertente ocidental da Serra da Estrela até à grande estrada do Interior, que originalmente ligou Mérida a Braga. Por outro lado, foi o principal pólo de atracção e de integração de ancestrais comunidades de montanha que certamente ainda aqui existiam. Por esta dupla via se percebe como os vales do Alva e do Seia foram objecto de atenção por parte dos agentes asturiano-leoneses.

Mais difícil se torna identificar a estrutura hierárquica de comando a que a *civitas* esteve sujeita. Ao contrário do que acontece com outras zonas do actual território nacional, onde conhecemos sumariamente as famílias dominantes, a mancha das suas propriedades e as áreas de dispersão da sua autoridade (Cfr. nota 19 deste capítulo), para a Seia dos séculos IX-X pouco ou nada sabemos. É conhecida a ligação de Diogo Fernandes a Viseu e de seus descendentes que comandaram o

¹¹⁹ Uma breve análise a este mapa revela como ele se encontra simplificado em relação à densidade da rede de estradas romanas conhecidas, em especial a Sul de Coimbra. No entanto, apresenta algumas propostas inovadoras, como a de existir já uma passagem pelo centro da Serra da Estrela, colocando em contacto Seia e Belmonte-Centum Cellas. A ser assim, mais reforçadas se apresentam as condições de Seia como bastião estratégico a Oriente de Coimbra. As escavações arqueológicas realizadas no castelo de Belmonte confirmam a ocupação em pleno período de (re)povoamento de Afonso III, ao mesmo tempo que permitem concluir não existirem fases anteriores, especialmente de natureza islâmica (Cfr. António Augusto da Cunha MARQUES, “O castelo de Belmonte (Castelo Branco: resultados arqueológicos”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500)*. *Simpósio*

condado de Coimbra (em especial Ximeno Dias) ao mosteiro de Lorvão¹²⁰. Mas a região de Seia não aparece referida na documentação existente, aquela documentação que relaciona as estirpes mais importantes do (re)povoamento de Afonso III aos principais mosteiros do país, mas que invariavelmente não contempla as áreas marginais e os agentes secundários de todo este processo.

De acordo com o espólio documental remanescente, seria fácil concluir como a *civitas* de Seia foi entregue a nobres de segunda condição, ligados às famílias condais por laços de fidelidade, mas não de parentesco, dependentes da sua autoridade, mas com autonomia suficiente para efectuarem o povoamento. Assim se poderia explicar, também, por que razão nenhuma notícia documental refere a povoação de Lourosa. Mas o facto é que a documentação remanescente apenas permite caracterizar as estratégias políticas das famílias dominantes e o património fundiário dos principais mosteiros. E mesmo aqui a um nível necessariamente superficial. Neste sentido, será sempre provável que Seia tenha tido um comando militar importante, directamente dependente do conde de Coimbra, mas cujos contornos desconhecemos completamente.

2.4.2. A DEFESA DAS TERRAS DE SEIA: UMA (APARENTE) CONTRADIÇÃO?

O assinalável avanço que caracteriza os estudos específicos sobre casteleologia medieval portuguesa conduzido ao longo das últimas duas décadas evidenciou, entre muitos outros aspectos, a importância do reinado de Afonso III como ponto de partida para o encastelamento no ocidente peninsular. Tem sido invariável o recurso à conjuntura reconquistadora de finais do século IX e inícios do século X para caracterizar o fenómeno vincadamente medieval do aparecimento de castelos.

Internacional sobre Castelos, coord. Isabel Cristina Fernandes, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002, p.487.

¹²⁰ José MATTOSO, “As famílias condais portuguesas dos séculos X e XI”, *Op. Cit.*, 1968-69, republ. *Op. Cit.*, 2001, pp.103-113. Cfr. ainda A. de Almeida FERNANDES, 1973, pp.10-13, 37 e especialmente 40-42, onde o autor esclarece que Diogo Fernandes viveu em Viseu e tinha o comisso de Lafões, onde se situava o Paço de Moçâmedes, o mesmo onde foi criado Ramiro II. Sua mulher, Oneca Lucidis, está intimamente ligada ao mosteiro de Lorvão e todos os documentos conhecidos relativos à filha de ambos, Múnia, referem-se à região de Coimbra.

Para a região que nos interessa, apesar de equacionarmos uma extensão conquistadora bastante mais vasta que a tradicionalmente defendida para o processo expansionista de Afonso III, os testemunhos documentais e materiais acerca da existência de castelos na antiga *civitas* de Seia, durante o século X, são extremamente precários.

Em 1989, já Carlos Alberto Ferreira de Almeida assegurava que havia sido ao Sul do Douro que a mancha de encastelamento se revelava mais visível, indicando que “as presúrias terão sido acompanhadas [pela construção] de recintos defensivos”¹²¹. E se esta conclusão é aplicável a algumas zonas do entre-Mondego-e-Douro, como o notável caso da Beira Interior setentrional, para a região de Seia e da vertente ocidental da Serra da Estrela deparamo-nos com um incongruente vazio de estruturas defensivas.

Possuímos informações mais ou menos seguras acerca do castelo de Seia, localidade onde estava estabelecida a sede da *civitas*. Mas daqui para Ocidente, numa faixa territorial que ía desde a Serra da Estrela até à bacia do Mondego, nada sabemos, à excepção de notícias mais ou menos lendárias, mais ou menos reafirmadas historiograficamente, em qualquer caso sem base material que as confirmem.

Com efeito, é hoje possível identificar uma ampla rede de castelos e de fortalezas situadas ao longo do rio Alva e mesmo mais para Oriente: Arganil, Coja, Avô, Seia, São Romão e Gouveia. Mas quando foram construídos estes castelos? Serviram para a primitiva defesa da *civitas* ou são já de fundação tardia, da primeira metade do século XII, quando documentalmente esta rede aparece já definida¹²²?

A resposta a estas perguntas só pode ser satisfatoriamente obtida por via arqueológica. Do ponto de vista documental, a construção desta linha defensiva recua, no máximo, à campanha das Beiras de meados do século XI, com a excepção de Seia, conquistada por D. Fernando, o *Magno*. Todos os restantes apenas aparecem documentados posteriormente, a maioria mesmo só na primeira metade do século XII, quando todo este território foi objecto de um radical processo de povoamento e de organização das comunidades.

¹²¹ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, “Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII”, *Portugal no mundo. História das fortificações portuguesas no mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989, p.47.

¹²² Cfr., entre outros autores, o recente estudo de Pedro BARBOSA, “Organização defensiva na fronteira beirã oriental: «Extremadura» e Riba Côa até ao século XIII”, *IV Jornadas luso-espanholas de História Medieval – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IIª série, vol.XV, Porto, Universidade do Porto, 1998, p.202.

Os castelos do rio Alva são um claro exemplo do que acabamos de dizer. Apesar dos indicadores seguros de povoamento na primeira metade do século X, desconhece-se “qual fosse a importância daquelas localidades e quais as que começaram a ter fortificação” “no período que vai das conquistas de Afonso III até à assolação de Almançor”¹²³.

Sobre o castelo de Arganil não temos informações seguras. Ao que tudo indica, foi construído na primeira metade do século XII, em algum momento do governo senhorial aqui estabelecido (bispo de Coimbra, que concedeu foral a Arganil em 114 ou de Pedro Uzbertz, que é senhor da vila em 1175¹²⁴). A mesma conclusão chegamos em relação ao castelo de Avô, não obstante figurar como um dos pontos de visita dos Itinerários das *Terras das Mouras Encantadas*¹²⁵ e de, portanto, parecer ser mais antigo que o que se pensa¹²⁶. O de Coja parece remontar aos primeiros anos do século XII, altura em que D. Teresa confirma a sua doação ao bispo de Coimbra, em troca do Castelo de Santa Eulália¹²⁷. Mesmo em relação ao castelo de Seia, que seguramente existiu desde o (re)povoamento de Afonso III, existe uma linha de autores regionais que continuam a colocar a sua construção a partir de D. Fernando, o Magno¹²⁸.

É provável que venham a ser identificadas estruturas militares datadas da Alta Idade Média, assim se promova a prospecção sistemática e a elaboração do catálogo arqueológico desta região. Graças a um trabalho em profundidade desenvolvido ao longo de vários anos, Jorge Adolfo Marques identificou cerca de dez estruturas militares na região de Viseu, existentes no século X mas não referidas na célebre

¹²³ António Nogueira GONÇALVES, “O castelo de Avô”, *Op. Cit.*, nº1, 1933, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.326.

¹²⁴ José MATTOSO, “A região de Arganil...”, *Op. Cit.*, t.XVI, 1978, pp.147 e 150.

¹²⁵ Mário PEREIRA, “II.4. Avô”, *Terras da Moura Encantada*, Porto, Civilização Editora, 1999, pp.61-63.

¹²⁶ Tarquínio HALL, “Avô – a fidalga e nobre vila”, *Op. Cit.*, 1998, p.225, remonta a construção deste castelo à época romana, mas sem base material de sustentação. Também as antigas tradições locais preservadas dão conta de uma construção inicial mais antiga que o século XII. Veja-se a este propósito Agostinho Rodrigues d’ANDRADE, *Chorographia historico-estatistica do Districto de Coimbra...*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, p.141.

¹²⁷ José MATTOSO, *Coja*, Coja, ed. Junta de Freguesia de Coja, 1993, p.13. Em 1122 D. Teresa confia uma rede de castelos da Beira central a D. Fernão Peres de Trava, entre os quais os de Góis e Bordeiro, para além do de Coja.

¹²⁸ J. Quelhas BIGOTTE, *Op. Cit.*, 1981, pp.49-50. De acordo com este autor, D. Fernando, o Magno, teria mandado construir o castelo de Seia por volta de 1055, “sendo encarregado da obra um cavaleiro por nome Pedro de Cêa, natural da Galiza e da casa de Cêa”. Nestes meados do século XI, é natural que tivesse sido efectuada uma reforma da antiga estrutura defensiva de Afonso III, determinada pelas novas condicionantes da Guerra de Cerco, mas o castelo já lá estaria, a testemunhar a sua autoridade de antiga *civitas* do extinto Condado de Coimbra. António Júlio Vaz SARAIVA e José Alberto Ferreira MATIAS, 1999, p.16, situa a construção em 1031.

doação de D. Flâmula ao Mosteiro de Guimarães¹²⁹. Por outro lado, estamos convencidos que muitos castelos reconstruídos de raiz na primeira metade do século XII reocuparam anteriores estruturas de (re)povoamento do século X. Este facto encontra-se largamente identificado para muitos dos nossos castelos, do entre-Douro-e-Minho à Beira Alta, e comprova a sedimentação de distintos processos de povoamento nos mesmos lugares estratégicos ao longo de mais de três séculos.

Ora se não é possível, por agora, definir com exactidão as linhas de fortificações defensivas no interior da *civitas* de Seia, tal impedimento não deve implicar directamente uma menor importância desta unidade territorial no contexto militar dos dois blocos civilizacionais peninsulares entre os séculos X e XI. Mesmo tendo em conta que o desenvolvimento natural da Arqueologia Medieval Portuguesa trará com certeza novos contributos sobre esta região, estamos já convencidos que a importância de Seia e das localidades que lhe estavam adstrictas foi uma realidade. Um dos melhores indicadores que poderemos argumentar neste sentido é o facto de D. Fernando, o Magno, ter iniciado a sua célebre “Campanha das Beiras” pela conquista do castelo de Seia (1055). O controle de Lamego aconteceu dois anos mais tarde e Viseu três; Coimbra só foi definitivamente conquistada para a esfera cristã passados nove anos depois da conquista de Seia.

Pela estratégia adoptada por Fernando, o *Magno*, facilmente se comprova a importância de Seia no contexto das Beiras. A conquista do seu principal castelo (a que certamente estavam ligadas outras fortalezas secundárias)¹³⁰ não só significava o controle da passagem Leste para Coimbra – quer já estivesse definida a estrada Seia-Belmonte, quer ainda se fizesse o percurso pela antiga via romana -, como permitia estabelecer uma linha avançada sobre as últimas terras umbilicalmente ligadas a Coimbra e a Viseu antes da grande cordilheira central. Uma cordilheira que funcionou como verdadeira fronteira natural, cujos cumes de difícil passagem da Estrela e do Açôr – eventualmente ainda da Lousã - foram as melhores muralhas do Condado conimbricense e, por extensão, do próprio reino leonês no Ocidente peninsular.

¹²⁹ Jorge Adolfo de Meneses MARQUES, “Castelos da Reconquista na região de Viseu”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VII (Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica), Porto, ADECAP, 2000, pp.114-117.

¹³⁰ Como refere Mário BARROCA, “Castelos românicos portugueses (séculos XII e XIII)”, *Românico em Portugal e na Galiza*, catálogo de exposição, ed. bilingue português-castelhano, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2001, p.94, “a defesa destes vastos espaços [as *civitates*] não podia ser assegurada apenas a partir da sua sede militar e, por isso, as *civitates* desde relativamente cedo toleraram a presença de outras estruturas militares dentro do seu espaço geográfico”.

Por outro lado, as informações toponímicas coligidas por A. H. de Oliveira Marques a respeito de torres defensivas islâmicas na região do Alva parecem ser o reaproveitamento, em tempo de al-Mansur, da rudimentar linha defensiva da *civitas* de Seia criada na sequência do (re)povoamento de Afonso III.

Desta forma, em vez de falarmos de uma menor importância militar de Seia durante a Alta Idade Média (re)conquistadora, será mais correcto aplicarmos um termo historiográfico menos definitivo, e referirmo-nos a uma menor visibilidade militar desta unidade política no seio do Condado de Coimbra, à luz dos nossos conhecimentos actuais. De resto, se a organização militar do (re)povoamento de Afonso III é ainda largamente desconhecida, tal deve-se aos diminutos recursos de que os povoadores dispuseram nos confins do reino. Como bem definiu Mário Barroca, as *civitas* criadas por Afonso III compunham-se de “um lugar central (...) com uma estrutura militar incipiente, quase sem arquitectura, essencialmente construída com recurso à movimentação de terras e à criação de taludes, com muralhas em pedra seca ou *mamposteria*, sem silhares aparelhados”¹³¹. Foi a estes centros militares que esteve entregue o poder delegado. E foram a estas rudimentares estruturas que foi confiado os processos de povoamento, de organização sócio-económica dos recursos, da defesa e de cobrança de impostos de uma área semelhante em extensão aos actuais distritos portugueses.

2.5. O PROBLEMA DO MOÇARABISMO DE COIMBRA

*Conimbricam ab inimicis possessam heremitauit
et ex Gallecis postea populauit*¹³²

Existe um problema acerca do moçarabismo de Coimbra? Pensamos que sim. Uma conclusão recorrente na historiografia medieval peninsular é a afirmação e reafirmação de Coimbra como principal foco de moçarabismo na região centro do actual território português durante o longo período de dominação islâmica¹³³. O que

¹³¹ IDEM, “Aspectos da evolução da arquitectura militar na Beira Interior”, *I Jornadas de Património da Beira Interior (Beira Interior – História e Património)*, (1998), Guarda, 2000, p.216.

¹³² *Crónica Albeldense, Crónicas asturianas*, ed. 1985, pp.176 e 250-251.

¹³³ Veja-se, a título de exemplo, Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.98; Pierre DAVID, *A Sé-Velha de Coimbra. Das origens ao século XV*, Porto, Portucalense Editora, 1943, p.17; Gerárd

pretendemos agora discutir é até que ponto será permitido esta generalização. Colocada a questão de outra forma, qual terá sido a verdadeira implantação de comunidades moçárabes na cidade e na região envolvente desde 714-15 até 1064?

Esta pergunta, que à primeira vista pode parecer marginal ou secundária no presente trabalho, reveste-se de vital importância para a compreensão do elemento moçárabe no Condado de Coimbra do século X e, por conseguinte, na própria construção da igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa. À semelhança do que concluiremos na Parte III desta dissertação a respeito do elemento artístico moçárabe na nossa igreja, também em termos culturais temos fortes razões para considerar o fenómeno moçárabe na região de Coimbra – acção de cristãos em território muçulmano - como praticamente insignificante até finais do século X. Não só não existem notícias de estabelecimentos de comunidades moçárabes imigradas¹³⁴, laicas ou religiosas, como pensamos que o efectivo esforço de povoamento apenas aconteceu por via cristã no século X e recorrendo a contingentes populacionais preferencialmente oriundos do Norte, como a citação de Sampiro, em epígrafe, é um claro indicador¹³⁵.

Parece-nos, antes de mais, ter de distinguir dois períodos em toda esta longa duração. Um primeiro momento desenvolve-se ao longo dos séculos VIII e IX, mais precisamente desde o pacto de rendição da cidade em 714-15 até à (re)conquista de 878. E um segundo período, desde os anos finais do século X, altura em que al-Mansur obriga as tropas nortenhas a recuar para lá do vale do Douro, até 1064, ano

PRADALIÉ, “Du Portugal mozarabe au Portugal romanisé: L'exemple de Coimbre”, *Op. Cit.*, 1987, p.16; Maria Ângela BEIRANTE, “A «Reconquista» cristã”, *Op. Cit.*, vol. II, 1993, pp.277 e 321; Saúl António GOMES, “6. Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Presença, 1996, p.342 e “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Op. Cit.*, 2000, pp.127-128, entre outros. Manuel Luís REAL, *Op. Cit.*, 1974, recolocou o problema do moçarabismo no Românico de Coimbra, face às teses de António Nogueira Gonçalves que sustentavam a importação artística desse que foi o nosso mais original foco românico.

¹³⁴ Os topónimos que Pedro Cunha Serra identificou na região de Coimbra que podem indicar a imigração de moçárabes (Malga e Grada, citados por Saúl António GOMES, “6. Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”, *Op. Cit.*, vol. III, 1996, p.342) aparecem já muito tardiamente e referem-se a migrações distantes, no caso de Málaga e de Granada (Cfr. Pedro da Cunha SERRA, “Topónimos do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 37, Aveiro, 1971, separata, pp.13-15).

¹³⁵ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.99, refere as provas documentais de colonização galega em Coimbra após a conquista de Afonso III, na linha do que escreve Sampiro. Mas confere-lhe um papel secundário, preferindo evidenciar o moçarabismo da população autóctone. António Nogueira GONÇALVES, “Evocação do XI centenário da primeira reconquista cristã de Coimbra”, *Op. Cit.*, 1978, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.343 aproveita esta mesma passagem cronística (que também consta do *Chronicon Gothorum*) para defender o ermamento da cidade no século VIII e seu consequente povoamento de raiz com Afonso III.

em que Fernando, o *Magno*, resgata definitivamente a cidade para domínio cristão, após uma bem sucedida campanha militar de vários anos.

2.5.1. O PRIMEIRO PERÍODO: 715 - 878

Torna-se muito difícil avaliar o estatuto da cidade de Coimbra durante os dois primeiros séculos de dominação nominal islâmica. Os dados documentais são escassos e não permitem traçar uma linha de continuidade. As informações que chegaram por via cronística são demasiado fragmentárias e espaçadas no tempo. Vejamos, então, o que é possível dizer neste panorama.

Durante o primeiro período de ocupação islâmica no Centro-Norte do actual território português, a cidade de Coimbra era certamente o mais importante pólo populacional, detentor do poder político e religioso de uma vasta região circundante. No pacto de submissão celebrado em 714-715, cujo texto infelizmente se perdeu mas de que conhecemos o sentido original a partir de relatos mais tardios, parece que todo o Ocidente peninsular entre-Tejo-e-Mondego era controlado a partir desta cidade, como se depreende das palavras de Christophe Picard¹³⁶. Aqui existiu um poder político suficientemente organizado pelas anteriores autoridades visigóticas, que permitiu a negociação com os invasores islâmicos¹³⁷ e, ao que tudo indica, o poder religioso estava também fortemente alicerçado, com a recente transferência da sede diocesana de *Conimbriga*¹³⁸. Dois séculos depois, em pleno processo de (re)povoamento e na altura de descrever o Ocidente peninsular, al-Istácri descreve

¹³⁶ Christophe PICARD, *Le Portugal musulman (VIIIe – XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, p.22.

¹³⁷ Este facto foi sublinhado por Saúl António GOMES, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Op. Cit.*, 2000, p.122.

¹³⁸ A transferência da sede diocesana de Conimbriga para Coimbra (antiga *Aeminium*) coincidiu com a aniquilação do reino suevo pelo rei visigodo Leovigildo, como referiu Fernando de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1966, pp.6-7. A antiga cidade romana, contudo, não deixou de ser habitada, havendo claras evidências arqueológicas de sepulturas muçulmanas e de aí ter residido uma comunidade moçárabe activa no século X, datando de inícios desse século (928) a referência a uma propriedade da condessa D. Onega que está, muito provavelmente, na origem do topónimo “Condeixa”. (Sobre a continuidade islâmica e moçárabe em Conimbriga, veja-se Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.* (1992), 1995, p.63 e 2000, p.38). A transferência de diocese para Coimbra foi já entendida como uma prova de vitalidade dos cristãos da antiga *Aeminium*, como afirmaram Pierre David e Avelino de Jesus da Costa.

Coimbra como a cidade mais importante no actual centro do território português, estando Santarém claramente dependente dela¹³⁹.

Não são claros, todavia, os contornos da ocupação islâmica. Sendo o aglomerado urbano mais importante de todo o entre-Tejo-e-Douro, nada mais natural que aí se implantasse uma forte comunidade muçulmana, não apenas de teor militar, dadas as evidentes vantagens económicas que o Baixo-Mondego representava. Mas os testemunhos desta presença são muito desconexos. Logo em 716 há a notícia do primeiro saque praticado por tropas islâmicas na cidade. Por “oposição entretanto declarada entre os cristãos sujeitos, ou por mera alteração do comportamento dos invasores”¹⁴⁰, este saque representa a primeira alteração radical ao pacto de submissão pacífica assinado apenas um ano antes.

A visão tradicional acerca da presença militar islâmica em Coimbra aponta para uma forte implantação nos primeiros vinte-trinta anos de domínio, decaindo em preponderância após 745, pouco depois da revolta berbere no Norte de África (740). A ser assim, o poder islâmico favoreceu uma efectiva ruptura entre dominadores e dominados, como o resultado do saque de 716 permite supor. No capítulo anterior tivemos ocasião de evidenciar que o Islão peninsular, na primeira fase da sua existência e, em especial, depois da revolta berbere, renunciou a partes consideráveis do território setentrional. Pensamos que Coimbra foi um destes casos, pelo menos parcialmente¹⁴¹.

Por um lado, não pensamos que as autoridades berberes tenham efectivamente gerido a cidade, saqueando a cidade e a sua população, provavelmente ao primeiro sinal de revolta ou de divergência com as antigas autoridades cristãs. A revolta de 740, antecedida por anos de luta tribal entre árabes e berberes, certamente contribuiu para uma ainda maior regionalização de poderes, aumentando as zonas autonómicas em detrimento da centralização islâmica de cariz militar¹⁴².

¹³⁹ Cfr. José Garcia DOMINGUES, “Aspectos geográficos da Lisboa muçulmana”, *Revista Municipal*, ano XXVIII, nº112-113, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1967, pp.7-13, republ. *Portugal e o al-Andaluz*, Lisboa, Hugin, 1997, p.120.

¹⁴⁰ Saúl António GOMES, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Op. Cit.*, 2000, p.122.

¹⁴¹ Hugh KENNEDY, *Op. Cit.*, 1996, p.29, assegura que Coimbra foi a cidade mais setentrional que o Islão peninsular dominou no século VIII no Ocidente peninsular, sendo simultaneamente um dos pontos de fronteira. Citamos aqui este autor pela perspectiva ténue do domínio islâmico a Norte do Tejo que perfilha. Em todo o caso, as suas observações devem ser encaradas com algumas reservas, visto partilhar ainda de uma visão historiográfica próxima da teoria de Ermamento protagonizada por Sánchez Albornoz.

¹⁴² O grau de desorganização a que chegou a hierarquia muçulmana na Península na década de 40 do século VIII, em consequência das tensões entre árabes e berberes, levou Anwar G. CHEJNE, *Op. Cit.*,

Por outro lado, não está ainda comprovado que tenha existido uma emigração em grande escala de populações autóctones da zona de Coimbra para o Norte, como já referimos anteriormente¹⁴³. Não só os topónimos enunciados por Pierre David se prestam a discussão etimológica, como não denunciam qualquer indicador seguro acerca da sua cronologia.

Por estes argumentos, pensamos que a presença islâmica na cidade durante o século VIII não foi suficiente para fomentar a islamização da população. Nas décadas que se seguiram à invasão de 711 Coimbra terá desempenhado um papel essencialmente militar e, mesmo a este nível, de forma muito desconexa, com largos lapsos temporais sem informações. Em nenhum momento parece ter havido a preocupação de integrar as anteriores populações cristãs no novo modelo civilizacional proposto. E o violento saque de 716, após uma submissão pacífica do anterior grupo dominante, parece constituir um claro indicador das intenções das autoridades islâmicas.

Mas não é apenas pela menor visibilidade do poder muçulmano em Coimbra, durante o século VIII, que defendemos a manutenção geral do anterior quadro cultural cristão como elemento dominante na cidade, até à conquista de Hermenegildo Guterres. As tentativas de incorporação de Coimbra na esfera asturiana, realizadas ao longo do século IX, são indicadores que julgamos importantes para o que pretendemos demonstrar neste ponto, por evidenciarem uma preocupação constante em atingir a cidade e em dotá-la de estruturas estáveis de poder.

Desde que a monarquia asturiana estabeleceu as bases para o seu futuro crescimento, por volta de finais do século VIII, até ao reinado de Afonso III, Coimbra foi um dos objectivos dos monarcas de Oviedo no Ocidente peninsular. E a história da cidade, neste período, apesar de bastante vaga, contém elementos que apontam para

(1974) 4ªed. esp. 1999, p.23 a afirmar que caso não emergisse a figura de abd al-Rahmann I, o período de dominação islâmica neste amplo território teria certamente chegado ao fim.

¹⁴³ Cfr. Nota 68 deste capítulo. Saúl António GOMES, “6. Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”, *Op. Cit.*, vol. III, 1996, p.342 retoma esta teoria de imigração coimbrã para Norte aplicando-a à totalidade dos períodos de ocupação islâmica da região: “Daquela cidade [Coimbra] terão emigrado moçárabes, até finais do século XI, para terras galaico-leonesas (...) [e] para terras do Entre Douro e Minho, casos que se verificariam na zona do Porto”. Como refere José MATTOSO, “Os Moçárabes”, *Op. Cit.*, 1985, republ. 2ªed. 1990, p.28, os topónimos arabizantes identificados por Pedro da Cunha Serra a Norte do Mondego, “exprime decerto casos suficientemente excepcionais para se oporem ao meio ambiente. Seriam o indício de comunidades que cederam ao islamismo numa região onde se mantiveram longamente outras que ficaram fiéis ao Cristianismo”. A sua existência só pode significar “a origem de comunidades criadas entre o domínio árabe” e, aqui acrescentamos nós, tal só teve verdadeiras condições para acontecer após a conquista de al-Mansur. IDEM, “Portugal no reino

uma presença cristã (de índole asturiana) mais longa e efectiva do que tradicionalmente se supõe.

O primeiro momento aconteceu no reinado de Afonso II, que foi “senhor de Coimbra logo nos primeiros anos do seu reinado”¹⁴⁴. Esta informação tem correspondência com a história árabe, cuja conquista de Coimbra para a esfera cristã teve lugar nos inícios do século IX, governado Hisham¹⁴⁵, e revela como o primeiro monarca asturiano cognominado *o Magno* pretendeu inserir a cidade nos seus domínios numa fase precoce do seu reinado. A história da ocupação asturiana neste momento revela bem o estatuto que Coimbra tinha para as autoridades islâmicas. Pouco depois de inserida na coroa de Oviedo, abd al-Malik ben Mugit atacou a cidade, arrasando a Catedral e o palácio real, mas logo no ano seguinte foi perdida para as forças cristãs¹⁴⁶. As atitudes destrutivas do contingente islâmico revelam, mais uma vez, o carácter secundário e essencialmente militar da urbe: não só não fomentaram qualquer tentativa de integração no quadro islâmico, como arrasaram os dois mais importantes pólos de autoridade cidadina – a Catedral e o Palácio – e a guarnição militar aí deixada para proteger o território não foi suficiente para que a cidade aderisse de novo à monarquia ovetense sem aparente confrontação.

Desconhecemos ainda os dados essenciais desta primeira presença cristã na cidade depois da invasão de 711. Parece certo, contudo, que Coimbra fazia parte daquelas regiões entre os principais núcleos civilizacionais que nenhum lado da contenda pretendeu efectivamente dominar nesta primeira fase. Do lado asturiano, pela evidente dificuldade em abarcar regiões tão longínquas das Astúrias, à excepção de breves períodos de maior fulgor e onde os laços de sujeição hierárquica em relação ao monarca mais se fizeram sentir. Do lado muçulmano, pela recusa de árabes e de berberes em fixar-se nas zonas do Norte peninsular logo a partir de meados do século VIII, o que tornou praticamente impossível a implementação de modelos tributários sobre as populações autóctones, e determinou um modesto grau de islamização.

Coimbra foi, assim, uma cidade praticamente independente, gerida pelos poderes locais herdados de época visigótica, e em constantes alianças a Norte ou a Sul. Verdadeira sociedade de fronteira e ponto mais importante de uma vasta região

asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.473, refere que a fuga de monges de Coimbra para o Entre-Douro-e-Minho acontece apenas nos finais do século X, ante o perigo de al-Mansur.

¹⁴⁴ Saúl António GOMES, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Op. Cit.*, 2000, p.122.

¹⁴⁵ Christophe PICARD, *Op. Cit.*, 2000, p.39.

¹⁴⁶ Saúl António GOMES, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Op. Cit.*, 2000, p.122.

circundante que ia desde o Tejo ao Douro e que ocupava praticamente toda a largura do actual território português, a sua importância foi essencialmente militar. Tratou-se de um estatuto com uma forte carga simbólica, uma vez que as razias sazonais efectuadas no seu território, ao longo do século IX, pautaram-se mais por tendências destruidoras, directamente proporcionais a eventuais tentativas de estabelecimento de comunidades ligadas a Córdoba ou a Oviedo, do que por qualquer intenção estratégica de submeter a região aos complexos civilizacionais de um e de outro lado.

Em 839, Afonso II realizou uma expedição militar à região de Viseu, com certeza para saquear e destruir alguns focos de maior visibilidade muçulmana regional. Nesta data, como facilmente se depreende, já Coimbra não estava ligada à monarquia asturiana. Mas as informações que nos chegaram não provam, pelo contrário, que estivesse sob domínio islâmico¹⁴⁷.

Em 867, data da nomeação do bispo Nausto para o episcopado conimbricense, não é possível ter certezas sobre a situação militar da cidade. Variam muito as opiniões acerca do real poder que geria os destinos de Coimbra nesta data. A opinião mais consensual é a de que se encontraria sob domínio muçulmano, integrada na Marca Inferior e sendo um dos seus pontos mais setentrionais. Não faltam, contudo, outras perspectivas historiográficas que sugerem uma sujeição ao reino cristão das Astúrias, de acordo com a notícia inserida no *Cronicon Conimbricense*, dando conta da conquista da cidade para a esfera cristã em 866¹⁴⁸.

Independentemente destas visões antagónicas sobre a situação de Coimbra na segunda metade do século IX, o que a nomeação do bispo Nausto prova é a vitalidade de uma instituição que se revelou muito mais forte que os poderes asturiano e cordovês na região durante este período: a Diocese de Coimbra e, por acréscimo, a própria organização eclesiástica da Península. Desde meados do século IX, pelo

¹⁴⁷ Christophe PICARD, *Op. Cit.*, 2000, p.63, indica que em Coimbra se estabeleceu um forte contingente berbere no século IX. Em todo o caso, refere também o autor, os avanços asturianos de finais do século provam que a região estava completamente desorganizada militarmente, do ponto de vista islâmico.

¹⁴⁸ Para Torquato de Sousa SOARES, “O repovoamento do norte de Portugal no século IX” (1940), *Op. Cit.*, vol. XXVIII, t.I, 1942, pp.197-201, a nomeação do bispo Nausto em 867 só se compreende por a cidade estar sob domínio cristão. Sabemos hoje que a manutenção do quadro diocesano de origem paleocristã na Península foi independente da situação específica de domínio civilizacional, existindo informações seguras acerca do clero moçárabe até datas muito tardias. Sobre este assunto veja-se ainda Rui de AZEVEDO, “O Mosteiro de Lorvão...”, *Op. Cit.*, 1933, separata, p.20, onde se sintetiza as diferentes opiniões sobre esta data, a eventual conquista de Coimbra em 866 ou em 878 e a sugestão de António de Vasconcelos sobre os diferentes momentos em que se teriam conquistado Coimbra e Conímbriga, fazendo assim coincidir as duas datas em discussão: “No estado presente dêste problema

menos, que a Diocese de Coimbra tinha grande importância no contexto regional. Em 907, é referida uma propriedade que o bispo conimbricense tinha em Águas Santas, localidade do actual concelho da Maia, já em pleno entre-Douro-e-Minho¹⁴⁹. E a continuidade diocesana na cidade, apesar dos largos períodos sem indicações, parece evidente desde o século VIII, quando se refere um bispo Servando (?), até ao século XI¹⁵⁰.

Perante estes dados, parece ser clara a importância das autoridades locais – em especial a força da estrutura diocesana – em detrimento dos poderes delegados islâmico e asturiano durante os séculos VIII e IX. Este facto nunca poderia ter fomentado a aculturação da população local num ou noutro sentido civilizacional. Muito pelo contrário, até à presúria de 878, efectuada por Hermenegildo Guterres, a tendência que é possível traçar, por agora, é a de uma efectiva regionalização, acentuando-se o papel de agentes locais e afastando-se cada vez mais a ideia linear de um território peninsular homogéneo, dominado ora por cristãos ora por muçulmanos, sem espaço para as vias autóctones.

2.5.2. O SEGUNDO PERÍODO: 997 – 1064

Em 878 dá-se a conquista de Coimbra por Hermenegildo Guterres. Ao contrário dos anteriores períodos de dominação cristã do reinado de Afonso II, esta data marca uma clara transformação da natureza do poder dirigente da cidade. Se nos séculos VIII e IX é possível antever uma certa autonomia de agentes locais, que actuam de forma mais ou menos independente, a partir de 878 impõe-se uma estrutura plenamente definida por parte do monarca asturiano, com nobres da corte por si delegados e que exercem os poderes em nome da coroa.

Já abordámos anteriormente, em todo o ponto 2.3. do presente capítulo, as linhas gerais de povoamento e de organização do território entre Coimbra, Seia e a

histórico enfileiro, sem hesitar, entre os autores que admitem a tomada de Coimbra em 878”. Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.98, aponta a data de 866 para a conquista de Coimbra.

¹⁴⁹ Manuel Luís REAL, *Op. Cit.*, 1974, pp.8 e 34, nota 32. Este autor coloca justamente em evidência a importância da Diocese de Coimbra no quadro eclesiástico do Ocidente peninsular antes de restaurada a Sé de Braga.

¹⁵⁰ Uma breve panorâmica acerca dos bispos conhecidos de Coimbra durante a Alta Idade Média pré-românica encontra-se em Saúl António GOMES, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Op. Cit.*, 2000, p.128. Confronte-se esta lista com a de outros autores anteriores, designadamente António de VASCONCELOS, “A catedral de Santa Maria colimbricense – mozarabismo desta região em tempos posteriores”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1941, p.114.

vasta área do entre-Tejo-e-Mondego, no século X. Importa, agora, dar mais algumas informações sobre a situação da cidade que deu nome ao Condado, que era a sua provável capital e onde estava instalada a sede diocesana.

Nos primeiros anos do século X a comunidade cristã cresce no centro urbano de Coimbra, existindo algumas igrejas fora das muralhas que com certeza funcionaram como pólos religiosos e urbanísticos de novos habitantes e de novos bairros. Como a passagem da *Crónica Albeldense*, com que iniciamos este ponto, revela, o grosso do povoamento foi efectuado por populações vindas do Norte, da Galiza, com certeza acompanhando a nobreza delegada, que se instalou à frente das *civitates* e dos castelos, dando assim corpo às palavras de José Mattoso quando se refere à colonização do Sul conquistado/ocupado como um processo de imposição do mais forte¹⁵¹.

Infelizmente, esta matriz nortenha não é hoje muito visível no percurso histórico da cidade. A passagem da *Crónica Albeldense* constitui, mesmo, a melhor expressão desse movimento. Existem, todavia, alguns indícios que permitem concluir pela preponderância de gentes vindas do Norte em detrimento de um tão discutido quanto repetido moçarabismo da população coimbrã nesta altura.

Referimo-nos aos oragos das igrejas e aos ténues testemunhos materiais que restaram dessas construções. Templos dedicados a Santa Cristina, São Salvador ou São Pedro provam a instalação de comunidades ligadas à monarquia de Oviedo. Por outro lado, os dois fragmentos que se conservam na cidade de Coimbra que datam claramente do século X – um fragmento de ajimez e um friso em calcário – são peças relacionáveis com as fórmulas artísticas asturianas¹⁵² e não com eventuais realizações islâmicas de época emiral, realidade artística, aliás, praticamente desconhecida a Norte do Tejo¹⁵³.

Uma das forças mais importantes para o incremento do povoamento de base civilizacional asturiana foi a Diocese. O primeiro bispo que conhecemos neste novo período é Nausto, ele próprio um galego, detentor de várias propriedades na região,

¹⁵¹ José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.498. Sobre este assunto, veja-se o que dizemos na nota 25 do capítulo anterior.

¹⁵² Sobre estas duas peças, pela sua importância no contexto dos regionalismos artísticos que caracterizam o século X no Ocidente peninsular, veja-se o que dizemos na Conclusão deste dissertação.

¹⁵³ Aguardamos a publicação dos resultados das escavações arqueológicas realizadas por Helena Catarino na Universidade de Coimbra. Nas imediações, existiu o palácio das autoridades da cidade, quer fossem islâmicas, quer cristãs, como se encontra atestado por algumas referências documentais ao longo da Alta Idade Média. Neste sentido, o topo da colina genética de Coimbra será um dos pontos fulcrais onde a presença islâmica poderá ter alguma visibilidade material nesta região.

onde os modelos de exploração de terra e de vínculo contratual ensaiados em outras regiões do Norte foram certamente aplicados. E bastará uma breve análise ao mapa que Rui de Azevedo publicou em 1933 sobre o povoamento do entre-Mondego-e-Vouga – onde se contam as principais propriedades afectas ao Mosteiro de Lorvão – para perceber a extensão do fenómeno povoador então produzido pelas forças asturianas ligadas às famílias condaís, aos mosteiros, à nobreza de condição inferior e, claro, aos grupos de homens livres que se organizaram em comunidades de aldeia.

Menos perceptível é a acção da família condal coimbrã. Apesar de se conhecerem alguns documentos onde os condes intervêm em questões patrimoniais de imóveis localizados na cidade – caso da doação de metade da igreja de Santa Cristina ao Mosteiro de Lorvão, sancionada por Ramiro II em 933 – parece que a sua acção desenrolou-se preferencialmente a Norte, especialmente no eixo Lamego-Mozamedes-Viseu-Lorvão, ao longo da antiga estrada romana. Esta é, contudo, uma questão, que terá de aguardar melhores provas. Se é um facto que o Paço de Mozamedes - onde Ramiro II, ainda jovem, foi criado - aparece como a verdadeira capital do Condado¹⁵⁴, dificilmente os condes deixaram de ter em atenção as necessidades políticas, militares e religiosas de Coimbra, a cidade mais populosa dos seus domínios, que deu nome ao Condado e onde estava instalada a Diocese.

Por todos estes indícios, pensamos que é bastante mais forte a perspectiva de um ordenamento civilizacional recorrendo a migrações de Norte para Sul, do que o contrário, num território perfeitamente integrado na monarquia asturiana e onde as provas de moçarabismo monástico, por exemplo, são praticamente inexistentes. De resto, a “arte” – ou os vestígios remanescentes da construção de templos – prova isso mesmo, como no caso dos fragmentos identificados em Coimbra ou na tipologia arquitectónica da nossa igreja de São Pedro de Lourosa, como tentaremos provar na Parte III desta dissertação.

Para o século X, tem sido uma constante a reafirmação do carácter moçárabe da população coimbrã, alicerçada em torno dos Mosteiros de Lorvão e da Vacariça e de, pelo menos, quatro igrejas na cidade. Gerárd Pradalié referiu mesmo que parte da população tem nomes árabes, o que “ne laisset aucun doute sur leur degré d’arabisation”, nem deve pôr em causa “une forte immigration en provenance du Sud

¹⁵⁴ Seguimos aqui a versão geral de A. de Almeida FERNANDES, *Op. Cit.*, 1973, pp.40-42 sobre a vivência da família condal neste paço de Mozamedes.

musulman”¹⁵⁵. Obviamente que não podemos duvidar de uma certa percentagem de imigração moçárabe, que viu na Coimbra asturiana um pólo de atracção. Mas pensamos que, no geral do esforço de povoamento então efectuado, os moçárabes representaram uma minoria¹⁵⁶.

O último argumento em que alicerçamos esta nossa perspectiva relaciona-se com a política seguida por Ibn Abi Amir al-Mansur após a conquista do Condado. Mas antes de aí chegarmos, importa esclarecer que a passagem de Coimbra para o complexo civilizacional asturiano não rompeu com o seu estatuto essencialmente militar, nem a sua região deixou, por isso, de ser uma terra de fronteira.

O século X representou uma lenta inversão de forças no quadro militar da Península. Enquanto do lado cristão as sucessivas disputas condaís em torno dos monarcas leoneses levou ao enfraquecimento das respectivas posições, do lado islâmico deu-se o reagrupamento generalizado, muito se devendo à figura marcante de abd-al Rahmann III, que instituiu o Califado. Existiram, assim, dois ciclos claramente distintos - que no primeiro ponto deste capítulo procurámos caracterizar a partir da data de 912 – limitados pelo reinado de Afonso III, de um lado, e o ano mil da Cristandade e as campanhas militares de al-Mansur, de outro.

O processo de povoamento, pelo contrário, foi sempre em crescendo até finalizar o século. Mas à medida que enfraquecia a autoridade asturiano-leonesa nas regiões meridionais do seu domínio, mais se fizeram sentir as razias muçulmanas. É desta forma que o Condado de Coimbra se transforma, uma vez mais, num campo privilegiado de ataques e de contra-ataques, incursões destrutivas e saqueadoras, realizadas para desorganizar as forças opositoras, obter riquezas e eventualmente escravos e animais, mas, principalmente, para atacar os pólos urbanos mais importantes, onde se sediavam as autoridades delegadas de León e de Córdoba, atingindo assim simbolicamente a própria natureza desses poderes.

¹⁵⁵ Gerárd PRADALIÉ, “Du Portugal mozarabe au Portugal romanisé...”, *Op. Cit.*, 1987, p.16.

¹⁵⁶ Uma das pretensas provas de moçarabismo nesta altura é o tipo de habitação denominada «Corte» (*curtis*), composta por um pátio central em torno do qual se organizam as dependências principais e secundárias, tipologia habitacional que aparece em alguns documentos «portugueses» dos séculos X e XI (Cfr. Maria Ángela BEIRANTE, “A «Reconquista» cristã”, *Op. Cit.*, vol. II, 1993, pp.277 e 297-298) Temos muitas dúvidas quanto a esse moçarabismo. Por ser igualmente o tipo de propriedade comum na cidade de León, capital do reino (Cfr. Cláudio SÁNCHEZ ALBORNOZ, *Una ciudad de la España cristiana hace mil años*, (1965), 17ªed., Madrid, Rialp, 1998) pensamos que esta «Corte» é mais um dos muitos ecletismos culturais que caracterizam o Norte. A adopção de uma tipologia de casa peri-urbana (com espaços de natureza urbana associados a outros de claro apoio ao mundo rural, como celeiros, estábulos e demais dependências) tem a sua justificação primeira no Norte rural e não tanto no Sul urbano.

Em 953-54, aproveitando um desses períodos de menor entendimento entre cristãos, teve lugar uma grande invasão islâmica, que obrigou o conde coimbrão, Ximeno Dias, a refugiar-se para além-Minho, e à defesa activa de Guimarães, capital de Portucale¹⁵⁷. A resposta não se fez esperar e logo no ano seguinte Ordonho reagrupou algumas forças cristãs e conquistou Lisboa. Nesse mesmo ano voltava Ximeno Dias ao Condado de Coimbra.

Este ataque, no entanto, marcava já uma inversão no equilíbrio de forças entre o poderio militar de cristãos e de muçulmanos. Durante toda a segunda metade do século X Coimbra foi constantemente assolada por incursões islâmicas, e os períodos de retorno à ordem cristã criada por Afonso III parece que se resumiram a escassos anos numa conjuntura de décadas. Em 968, com São Rosendo, a cidade é libertada, mas sete anos depois tem lugar uma grande invasão muçulmana que ocupou todo o entre-Mondego-e-Douro, sem aparentes obstáculos¹⁵⁸. Até 981, Coimbra terá estado em poder islâmico, revertendo para a esfera cristã nessa data mas desconhecendo-se por quanto tempo, nem em que moldes. A década de 80 assistiu à reorganização do exército islâmico que, sob o comando de al-Mansur, foi responsável pelo maior recuo da (Re)conquista cristã. Para a zona que nos interessa, duas ofensivas foram dirigidas em 986 e 987, contra Condeixa e Coimbra, respectivamente, caindo a cidade condal em poder islâmico nessa data, com o apoio da então família condal.

A queda de Coimbra às mãos das tropas de al-Mansur, depois de uma série de campanhas militares que provocaram a destruição dos campos do Baixo Mondego e o incêndio de algumas localidades próximas, significou o fim do Condado conimbricense enquanto unidade político-administrativa. Desde o início do processo de expansão de Afonso III, iniciado mais de um século antes, que os retrocessos cristãos não haviam sido tão definitivos, nem as razias muçulmanas haviam provocado consequências tão traumáticas como a que aconteceu em Compostela em 997. Mas este foi um período de franca desorganização cristã. A acção dos poderes

¹⁵⁷ Está hoje suficientemente provado que foi a partir desta incursão que os condes portugalenses resolveram fortificar Guimarães. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, “Castelos e cercas medievais...”, *Op. Cit.*, 1989, p.46, situa a construção do castelo em 968, na sequência de uma incursão militar à região, praticada por muçulmanos ou por normandos. Também Mário BARROCA, “Do Castelo da Reconquista...”, *Op. Cit.*, vol. XI-XII, 1990/91p.94 e “O castelo de Guimarães”, *Patrimonia*, nº1, Cascais, Patrimonia, 1996, p.18. A iniciativa de se construir o recinto fortificado foi, assim, determinada pela necessidade de se defender o Mosteiro de Guimarães.

¹⁵⁸ António Nogueira GONÇALVES, “Evocação do XI centenário da primeira reconquista cristã de Coimbra”, *Op. Cit.*, 1978, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.345. Também Saúl António GOMES, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Op. Cit.*, 2000, p.123.

condais sobre a figura real tinham atingido o limite. Os condes periféricos, como o de Coimbra, agiam como verdadeiros senhores de fronteira, aliando-se ora a Norte ora a Sul; neste caso a Sul. Para além disso as costas do Norte estavam expostas aos perigos normandos, que tantas marcas deixaram, por exemplo, no estuário do Tejo.

Conhecemos ainda muito mal as formas de povoamento e de organização do território então ensaiadas pelos novos poderes islâmicos. No entanto, as indicações que nos chegaram bastam para evidenciar as diferenças em relação às guarnições de berberes que chefiaram o governo de Coimbra durante largos períodos dos séculos VIII e IX. Ao contrário daqueles, al-Mansur fomentou uma clara islamização da região conimbricense, atraindo muitos colonos árabes ou arabizados, dando forma a uma tentativa deliberada de ocupar efectivamente a cidade¹⁵⁹, ponto militar cada vez mais importante dado o progressivo encurtamento das terras de fronteira.

É ao período de al-Mansur e ao segundo governo islâmico de Coimbra que teremos de buscar as origens do Problema moçárabe da cidade, espelhado nos anos finais do século XI e inícios do seguinte, quando o rito litúrgico hispânico foi considerado uma heterodoxia pela reforma romano-cluniacense¹⁶⁰.

José Mattoso, não contrariando o facto de Coimbra ter sido capital do moçarabismo, afirma que esse moçarabismo só “triumfa durante a efectiva ocupação islâmica de 997 a 1064”¹⁶¹.

Alguns trabalhos recentes sobre a figura de al-Mansur coincidem no facto – aparentemente paradoxal – de que as fronteiras do al-Andalus não sofreram praticamente quaisquer mudanças, não obstante as retumbantes vitórias de finais do século X¹⁶². Esta constatação explica-se, em parte, pela diferente atitude em relação aos centros urbanos de primeira importância, como seria certamente Coimbra, e as regiões rurais na sua dependência. Quanto aos primeiros, a política dos Amires foi de

¹⁵⁹ Corroboramos, por inteiro, a caracterização deste período efectuada por Manuel Luís REAL, *Op. Cit.*, 1974, p.13: “Depois de restaurada a cidade, que sofreu certa ruína durante a invasão, tomaram-se providências para uma ocupação efectiva. Chamaram-se colonos e sabe-se que acorreram bastantes a Coimbra depois de 994. Na verdade, a partir de então passam a ser numerosos os documentos em que intervem a população árabe ou arabizada. A toponímia, por seu turno, revela-nos quanto a civilização muçulmana impregnou a vida da região”.

¹⁶⁰ Veja-se o que dizemos a este respeito em “A marginalidade do lado cristão: o breve caso dos moçárabes de Lisboa”, *Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*, 2002 (no prelo).

¹⁶¹ José MATTOSO, *Op. Cit.*, 3ªed., 1998, p.23.

¹⁶² María Jesús VIGUERA MOLINS, “Imágenes de Almanzor”, *Almanzor e los terrores del milenio*, actas do II Curso sobre la Península Ibérica y el Mediterráneo durante los siglos XI y XII, Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del Románico, 1999, p.15. Também Hugh KENNEDY, *Op. Cit.*, 1996, p.120.

clara marca de poder, reconstruindo os palácios urbanos e dotando as cidades de uma estrutura de governo estável¹⁶³. Nas zonas rurais, mais periféricas, a estratégia foi a de tributar as populações não islâmicas, mas não interferindo com o modelo civilizacional já estabelecido.

Desta forma, compreende-se que Fernando, *o Magno*, no momento de consumir as conquistas na célebre campanha das Beiras, tenha integrado as praças da Serra da Estrela não através de um processo de conquista a muçulmanos, mas sim de conquista a descendentes de cristãos, que aqui estavam estabelecidos desde os tempos de Afonso III e que al-Mansur havia respeitado sem outras imposições que não a de se submeterem à sua autoridade¹⁶⁴. Quer isto dizer que nestas regiões, durante os cerca de 60 anos em que o território esteve sob o segundo domínio islâmico, verificou-se uma efectiva comunidade moçárabe, fomentada até pelas autoridades islâmicas da cidade de Coimbra.

Infelizmente, são ainda escassos os testemunhos materiais deste segundo período de domínio islâmico em Coimbra. É provável que os estudos sobre os vários troços de muralha conservados venham a trazer algumas conclusões de um ponto de vista cronológico¹⁶⁵, e assim o esperamos também em relação a escavações no monumental paço que desde há séculos tutela, do alto da colina, toda a cidade e a região envolvente. O próprio urbanismo medieval da cidade, ainda tão marcadamente islâmico na principal encosta, pode, igualmente, ter sido definido neste período, pelas analogias com o perímetro de Lisboa identificadas por Cláudio Torres¹⁶⁶.

¹⁶³ Retomamos aqui, com as devidas reservas proporcionadas pelos diferentes tempos historiográficos, as palavras de António de VASCONCELOS, “A catedral de Santa Maria colimbricense...”, *Op. Cit.*, 1941, pp.115-118: al-Mansur deu especial atenção a Coimbra, “dando as suas ordens para que restaurassem as muralhas, e a cidade se tornasse habitável”. Depois lançou o desafio a populações do Sul para que se deslocassem para Coimbra, acorrendo então quer muçulmanos quer moçárabes.

¹⁶⁴ Christophe PICARD, *Op. Cit.*, 2000, p.125.

¹⁶⁵ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.91, refere que a Porta da Traição da muralha de Coimbra, também designada por Porta de Ben Bodron (Iben Bordon ou ainda Benmadion), pode datar da primeira metade do século XI. Uma primeira abordagem sobre o perímetro amuralhado foi já elaborada por Leontina VENTURA, “A muralha coimbrã na documentação medieval”, *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, GAAC, 1979, pp.43-56, onde a autora coloca a hipótese de uma primitiva muralha ser anterior a 711. Por ter sido realizado a partir de bases documentais, nada se consegue saber sobre o segundo período de dominação islâmica. No entanto, os diplomas que encontrou sobre a Porta da Traição que se lhe referem com a designação árabe de Ben Bordon (de 1094 e de 1281 - Cfr. p.48, nota 2 -), revelam que esta foi uma forma de denominar a porta que se manteve activa por, pelo menos, dois séculos, e a data mais precoce em que aparece, 1094, pode mesmo remeter para esse passado pré-conquista de Fernando, *o Magno*, de que nos fala Ferreira de Almeida.

¹⁶⁶ Cláudio TORRES, “O Garb al-Andaluz”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.397. Este autor realça os três principais núcleos urbanos que se repetem nas duas cidades: “uma alcáçova monumental, com um bairro anexo, dominava o cimo da colina (...). Junto ao rio, no topo da velha ponte romana e ao longo

Não concordamos com Gerárd Pradalié quando se referiu à acção de al-Mansur como uma tentativa de destruir o substracto moçárabe da região. Muito pelo contrário, foi a própria estratégia definida no novo quadro islâmico que permitiu, por um lado, a manutenção dos anteriores modelos civilizacionais de base asturiana nas zonas mais rurais e, por outro lado, a renovação urbana e peri-urbana de centros populacionais mais importantes, com o recurso a população muçulmana.

Tratou-se de um programa de islamização da sociedade do entre-Tejo-e-Douro, ainda muito pouco conhecido nas suas linhas gerais, mas de que subsistiram alguns indícios importantes. Uma islamização, que se alargou, decerto, a todas as zonas do antigo Condado de Coimbra. Ainda que faltem provas conclusivas neste sentido, parece-nos sintomático o facto de aquando da campanha militar do Cadi de Sevilha no vale de Lafões, Abdul-l-Qasim referir existir nesta região uma população que falava árabe¹⁶⁷.

É também essa islamização que está na origem da identificação de muitos topónimos arabizantes do lado oriental da Serra da Estrela, onde sensivelmente um século antes as fronteiras do reino asturiano tinham chegado ao Côa e o ordenamento militar de base cristã é-nos revelado pela doação de D. Flâmula de 960, a que já atrás fizémos referência. Mário Barroca, por exemplo, refere a existência de numerosos topónimos de origem muçulmana, para além da cisterna islâmica de Castelo Rodrigo¹⁶⁸, topónimos que, mesmo que sejam fruto de comunidades moçárabes, apenas se revelam já no século XI.

Outros vestígios poderíamos aqui acrescentar, como a discussão em torno dos «arabismos» dos foros de Alfaiates, estudados por José Mattoso, ou a tentativa de estabelecimento de uma comunidade islâmica dirigente em Zamora, mas tal processo levaria ainda algumas páginas a ser explanado. Apesar da notória simplicidade com

da calçada que seguia para norte, crescera um bairro populoso de pescadores, comerciantes e artesãos, ao qual se tinha acesso pela porta da Almedina. Tal como em Lisboa, os dois conjuntos urbanos tocasse a meio da encosta, unidos hoje no Largo da Sé Velha”. Pelas informações que temos hoje acerca de Lisboa, parece relativamente consensual que o poder islâmico apenas ocupou este último espaço em exclusividade muito tardiamente, pelos finais do século X (Cfr. Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.*, (1992), 1995, pp. 54 e 58 (nota 119), acerca do templo moçárabe no local onde se ergueu a Catedral românica), o que coincide, precisamente, com a investida de al-Mansur sobre o Norte e a atracção de colonos para a cidade de Coimbra. No século XIII ainda se refere uma “Rua da Mouraria” em Coimbra (Cfr. Saúl António GOMES, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Op. Cit.*, 2000, p.126.

¹⁶⁷ Cfr. Jorge Adolfo de Meneses MARQUES, “Castelos da Reconquista na região de Viseu”, *Op. Cit.*, 2000, p.118. Lafões assume um papel ainda mais importante que esta referência, pois foi na área de Viseu-Lafões que existiu o Paço de Mozamedes.

que afloramos a questão da islamização do extinto Condado de Coimbra aquando do governo de al-Mansur, parece-nos clara a linha de evolução do território ao longo dos séculos X e XI.

Mas mesmo sujeita a um (re)povoamento de sentido inverso ao que tradicionalmente se apresenta, Coimbra manteve-se como terra de fronteira, objectivo de senhores locais à primeira oportunidade. O seu território continuou a ser assolado por tropas cristãs, a partir do antigo Condado de Portucale, e por intermédio dos nobres de segunda categoria que procuravam a sua ascensão no quadro político-militar da época, como veio a acontecer a partir do reinado de Fernando, *o Magno*, quando a anterior delegação condal entra em irreparável decadência. Em 1034, Gonçalo Trastemires conquistou Montemor-o-Velho e toda a zona do Baixo-Mondego, repetindo a acção de Mendo Luz, pouco antes de 1019¹⁶⁹.

E aqui chegamos a um dos fundamentos essenciais da estratégia de al-Mansur e de seus governadores locais: o encurtamento das terras de fronteira pela progressiva aproximação de centros civilizacionais de governo antagónico. Se nos séculos VIII e IX Oviedo e Córdova são centros definidores demasiado distantes, a viragem para o século XI representa uma clara inversão desta realidade, multiplicando-se os sub-centros de poder e de influência. Se naqueles séculos não houve uma verdadeira estratégia de fortificar as vias de acesso às principais cidade do centro da Península, o panorama alterou-se profundamente com a expansão de Afonso III e com a militarização de al-Mansur. É neste sentido que tomamos os topónimos de cariz militar na região do Alva, identificados por A. H. de Oliveira Marques, como realizações de inícios do século XI e integrados numa mesma linha defensiva islâmica (Cfr. nota 64 deste capítulo).

Quando Fernando, *o Magno*, conquista Coimbra, encontra na região uma população claramente arabizada, herdeira ainda do (re)povoamento de Afonso III, mas enriquecida pelas vagas de arabização de al-Mansur e dos reinos das taifas. A *Campanha das Beiras*, como ficou conhecida esta conjuntura conquistadora, foi efectuada com o apoio dos nobres portucalenses, aquela franja da Nobreza que actuou inicialmente ao serviço dos condes de Afonso III, mas que progressivamente ascendeu

¹⁶⁸ Mário BARROCA, “Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior”, *Op. Cit.*, 2000, p.218.

¹⁶⁹ José MATTOSO, *Op. Cit.*, 1982, 3ªed., 1998, pp.33 e 51, realça o facto de Mendo Luz ser da família condal, e de ter sido “o único membro” da antiga aristocracia condal “a ter obtido uma vitória

em importância estratégica, política e fundiária, para dar origem às mais importantes famílias que estão na base do reino de Portugal. Tratou-se, assim, de um movimento de Norte para Sul, claramente marcado pela procura de afirmação não apenas do monarca, mas de todos os seus nobres importantes do Ocidente peninsular.

São muito interessantes as notícias que possuímos acerca da presença islâmica na cidade. No ano da conquista, 1064, depois de nove anos de intenso assédio que certamente levou à fuga de algumas comunidades, foram capturados cerca de 5000 muçulmanos, o que prova como nos “séculos X e XI, o número de hispano-muçulmanos que habitavam a região coimbrã seria assaz elevado”¹⁷⁰.

Mas o facto mais marcante do reinado de Fernando, o *Magno*, para a zona de Coimbra foi a entrega do governo da cidade a um moçárabe, D. Sesnando¹⁷¹. Ele próprio, à frente da marca intermédia - que se alargaria a Toledo assim a nova ordem institucional de raiz beneditina cluniacense o permitisse¹⁷² -, certamente fomentou a instalação de outros moçárabes radicados mais a Sul e a Norte, acelerando, “sem dúvida, a moçarabização do distrito”¹⁷³. O bispo por si escolhido para comandar os destinos da diocese, D. Paterno, seria também um moçárabe e radicou-se em Coimbra depois de desempenhar as mesmas funções em Saragoça.

A história dos moçárabes de Coimbra encontra-se bem testemunhada nos anos seguintes. Das três grandes cidades onde estas comunidades desempenhavam papel de relevo imprescindível – Coimbra, Toledo e Lisboa – foi em Coimbra que a resistência

militar na fronteira sul” entre al-Mansur e Fernando, o Magno. Pelo contrário, Gonçalo Trastemires era um nobre de condição secundária da família da Maia.

¹⁷⁰ Saúl António GOMES, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Op. Cit.*, 2000, p.123.

¹⁷¹ Muito já se escreveu sobre esta personagem. Os dados essenciais da sua biografia encontram-se em Avelino de Jesus da COSTA, “Sesnando”, *Dicionário da História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1984, pp.546-547. Sobre as intenções do seu governo, parece claro que pretendeu dominar o entre-Mondego-e-Douro. Como refere José MATTOSO, *Op. Cit.*, 1982, 3ªed. 1998, p.34, Sesnando mostrou-se “pouco disposto a sofrer qualquer oposição nessa zona, mas consciente, provavelmente, de que, a Norte, não poderia rivalizar com os poderes que as famílias outrora protegidas por Fernando Magno aí já exerciam sem dificuldade”. Os próprios bens que possuía a Norte do Douro, vendeu-os a um nobre de segunda linha no contexto hierárquico do Entre-Douro-e-Minho. A sua acção à frente da comunidade moçárabe de Coimbra e da defesa da antiga liturgia hispânica frente à nova ordem cluniacense foi recentemente objecto de detalhado estudo por parte de Maria de Lurdes ROSA, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, *História religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.433-438.

¹⁷² Vinte anos depois da conquista de Coimbra, a tomada de Toledo foi o consumir das teorias reconquistadoras e neovisigotistas da antiga monarquia asturiana mas já sob a capa romano-cluniacense. Afonso V, que comandou as tropas nesta vitoriosa conquista, entregou o governo da cidade a D. Sesnando. As divergências que se seguiram entre este moçárabe de rito litúrgico hispânico e o bispo da cidade, um franco cluniacense, são bem conhecidas.

¹⁷³ Manuel Luís REAL, *Op. Cit.*, 1974, p.17. Também Rui de AZEVEDO, “Período de formação territorial...”, *Op. Cit.*, vol. I, 1937, p.26, conclui que Fernando, o *Magno*, fomentou a moçarabização do território de Coimbra, recorrendo, precisamente, a moçárabes e à figura central de D. Sesnando.

moçárabe hispânica à nova ordem franco-romano-cluniacense mais se fez sentir. Uma resistência à norma cluniacense que se verificou também em outras zonas rurais de Coimbra, como Viseu, Leiria e Santa Marinha de Seia¹⁷⁴.

A instituição mais afectada neste período foi, com certeza, o mosteiro de Lorvão. Como provou Rui de Azevedo, entre 1018 e 1086 não existem documentos saídos do cenóbio. E em 1045, o abade de Vacariça pede ao Mosteiro de Leça que acolha os monges do Lorvão¹⁷⁵. Não só o património fundiário laurbanense havia sofrido um grave revés com a conquista de al-Mansur, como o Mosteiro de São Salvador da Vacariça aparecia agora como o principal pólo espiritual das terras imediatamente ao Norte de Coimbra, facto que, por esta via, prova também a inversão dada na viragem para o século XI.

A correcta percepção do problema do moçarabismo de Coimbra, que se revelou verdadeiramente após o Concílio de Burgos de 1080, não pode ser descontextualizada das vagas de povoamento que tiveram o Mondego por objectivo desde Afonso III. A revolta de 1111, contra o bispo Gonçalo Pais de Paiva, e já sem a componente política de Martim Moniz, é o reflexo de um processo levado a cabo em várias etapas e sobre vários extractos da população.

Nos finais do século IX, e durante praticamente todo o século seguinte, a Coimbra e à sua região aportaram comunidades vindas do Norte, a quem se ficou a dever o papel fundamental na organização do território e no estabelecimento de pólos de vivência quotidiana. Com al-Mansur e um curto período das primeiras taifas, os principais centros urbanos vêem chegar uma população arabizada, islâmica, encarregue de governar o território e de comandar os destinos das circunscrições políticas e militares da região. São a estes delegados califais que a população cristã anterior fica sujeita, por laços de ordem tributária, mas estabelecendo plataformas de convivência e de prosperidade. Na segunda metade do século XI, a miscigenação civilizacional é já uma realidade, esforçando-se Fernando, o *Magno*, por conquistar todo o anterior Condado de Coimbra, mas entregando-o a moçárabes que exercem o poder em nome da coroa. A história da resistência litúrgica no virar para o século XII é já conhecida.

A nossa igreja de São Pedro de Lourosa pertence ao primeiro destes três períodos. E essa filiação asturiana revela-se claramente no plano arquitectónico

¹⁷⁴ Gerárd PRADALIÉ, “Du Portugal mozarabe au Portugal romanisé...”, *Op. Cit.*, 1987, p.17.

¹⁷⁵ Rui de AZEVEDO, “O Mosteiro de Lorvão...”, *Op. Cit.*, 1933, separata, pp.30-31.

adoptado, onde os elementos conotados com a arte islâmica são assimilados por via asturiana.

2.6. A INTEGRAÇÃO NO REINO DE PORTUGAL

Nos finais do século XII a igreja de São Pedro de Lourosa foi objecto de uma campanha reformadora românica que suprimiu partes significativas do templo pré-românico original. Na Parte III desta Dissertação teremos ocasião de apresentar os nossos argumentos acerca das transformações então operadas no edifício. Por agora, importa analisar sumariamente as condições políticas e sócio-económicas a que o território da antiga *civitas* de Seia – agora já designado por *Terras de Sena* – esteve sujeito nos anos que antecederam a instituição de Portugal como reino independente.

Neste período, podemos identificar duas linhas de actuação por parte dos condes e do nosso primeiro monarca que, actuando em antagonismo ideológico, contribuíram, em conjunto, para a ampla dinâmica povoadora que se verificou nesta região. Falamos dos processos de senhorialização (incentivado por D. Teresa) e de autonomia concelhia directamente delegada pelo poder central (outorgada maioritariamente por D. Henrique e por D. Afonso Henriques)¹⁷⁶.

Os privilégios entretanto obtidos, cedo fizeram com que toda a vertente ocidental da Serra da Estrela funcionasse como um campo de expansão senhorial, por excelência, ligada a grandes instituições monacais – de que se destaca o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra¹⁷⁷ – e a feudos laicos importantes, formando uma extensão natural do panorama que se verificava no entre-Douro-e-Minho¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Cfr. as linhas de caracterização para a região centro e para as primeiras décadas do século XII enunciadas por Maria Helena da Cruz COELHO, “2.2. Concelhos”, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Presença, 1996, pp.567-575.

¹⁷⁷ Entre as maiores possessões que o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra possuía na região, avultam os coutos de São Romão de Seia e de Santa Marinha de Seia, propriedades que contribuíram certamente para que Santa Cruz fosse o maior proprietário fundiário da região na viragem para a Baixa Idade Média. Sobre este assunto, veja-se Maria Isabel de Castro PINA, *A encosta ocidental da Serra da Estrela, um espaço rural na Idade Média*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995, publ. Redondo, Patrimonia, 1998, p.60.

¹⁷⁸ Como bem já demonstrou José MATTOSO, “A região de Arganil...”, *Op. Cit.*, t.XVI, 1978, pp.146-147. No mesmo sentido, Maria Isabel de Castro PINA, 1993, p.52: “Desde o início do século XII, que a zona ocidental da Serra da Estrela estava a ser semeada de inúmeros senhorios eclesiásticos que, juntamente com os dos leigos, formavam um conjunto onde predominava o poder senhorial e onde não havia muito lugar para a autonomia concelhia ou para o exercício directo da autoridade do rei”.

2.6.1. A CONQUISTA DEFINITIVA DO TERRITÓRIO E O ORDENAMENTO DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XII

Na primeira metade do século XII assiste-se a um fenómeno de povoamento no território entre o rio Mondego e a Serra da Estrela sem paralelo na história medieval da região. Em boa verdade, a abrangência geográfica deste fenómeno corresponde a uma série de menções documentais referentes ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, numa altura de intensa senhorialização eclesiástica deste território preciso. Daí que tenhamos forçosamente de admitir que o esforço de povoamento na região poder-se-á ter iniciado ainda antes, imediatamente após a conquista definitiva das Beiras por Fernando, o *Magno*, altura em que se terá feito uma primeira demarcação do território que veio dar origem às *Terras de Sena*¹⁷⁹.

Os primeiros diplomas que aludem a esta dinâmica povoadora, contudo, apenas aparecem na primeira metade do século XII, altura em que D. Afonso Henriques procurou estabilizar a fronteira imediatamente a Sul do Mondego¹⁸⁰.

De 1122 é a a demarcação do território de Seia, um documento que revela bem a extensão das *Terras de Sena*: desde a cordilheira ao rio Ceira, e daí até ao Mondego. Na década seguinte, são algo confusas as informações acerca desta antiga *civitas*. É provável que na conjuntura nacional provocada pela Batalha de São Mamede, o governador de Seia, Bermudo Peres, tenha optado pelo partido de seu irmão, o conde Fernão Peres de Trava. Esta opção terá estado, então, na origem de uma violenta acção militar empreendida por D. Afonso Henriques contra o seu castelo, razão pela qual em 1132 a povoação se encontrava bastante arruinada¹⁸¹. Nesse mesmo ano, o monarca doou-a a seu valido, João Viegas Ranha, com a missão de a reconstruir e

¹⁷⁹ Mário BARROCA, “Do castelo da Reconquista...”, *Op. Cit.*, vol. XI-XII, p.115: a organização em *Terras* deve-se a Fernando, o *Magno*. Tratou-se, no entanto, de um processo longo, “operado ao ritmo das necessidades locais” e não tanto centrais, o que faz com que não tenhamos informações precisas acerca dos primeiros tempos de algumas destas unidades político-administrativas. Algumas referências documentais permitem supor de uma vasta acção de povoamento patrocinada por Fernando, o *Magno*, em torno de Seia, certamente aparentada com a que século e meio antes Afonso III tinha fomentado. Antes da constituição do Condado Portucalense, são referidos algumas localidades importantes na região, como Santa Eulália (1090), onde terá mesmo existido um castelo (J. Quelhas BIGOTTE, *Op. Cit.*, 1981, p.494).

¹⁸⁰ Cfr. Maria Alegria Fernandes MARQUES, “1.1.2. A viabilização de um reino”, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Estampa, 1996, p.33.

¹⁸¹ J. Quelhas BIGOTTE, *Op. Cit.*, 1981, pp.59 e 78. Maria Helena da Cruz COELHO, “Seia – uma terra de fronteira nos séculos XII-XIII”, (1986), *Homens, Espaços e Poderes. Sécs. XI-XVI*, vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp.123 e 135, nota 32, esclarece que D. Afonso Henriques doou a

povoar, concedendo-lhe foral quatro anos depois¹⁸². O processo de senhorialização não cessou e em 1142 os crúzios de Santa Cruz de Coimbra conseguem finalmente apoderarem-se da localidade.

Na região, são numerosas as referências documentais da primeira metade do século XII que atestam o incremento do povoamento. São Romão é doado em 1106 a dois presbíteros, para que seja povoada. São Paio, povoação a Norte de Gouveia, surge referida em 1128. Dois anos mais tarde, por ordem de D. Afonso Henriques delimitou-se o couto de São Romão. Os dois forais dados a Arganil (foral particular de 1114) e a Seia (1136) revelam a hierarquização do território aos centros administrativos mais importantes. E a lista de localidades referidas nas décadas de 30 e de 40 comprova finalmente a ampla dinâmica verificada na região¹⁸³.

Mais especificamente sobre o futuro território de Oliveira do Hospital, onde a nossa igreja se localiza, é possível traçar um mesmo panorama de desenvolvimento populacional e de gestão dos recursos. Meruge, a Nordeste de Bobadela, Lagos da Beira, Nogueira do Cravo (anteriormente designada por Couto de Nogueira) e Assamassa (actual Catraia) aparecem documentadas pela primeira vez em 1138. Antes disso, por volta de 1120, D. Teresa havia doado a vila de Oliveira do Hospital à Ordem de Malta.

A aldeia de Lourosa insere-se no mesmo processo de povoamento e de ordenação do território. A 13 de Maio de 1119 D. Teresa doou a povoação à Sé de Coimbra, um documento que ainda não merece inteira credibilidade pelas crítica que lhe mereceu Rui de Azevedo. Dois anos mais tarde, a 8 de Fevereiro de 1121, D. Gonçalo Pais, bispo conimbricense, doou-a ao presbítero Osório, “com a obrigação de este edificar, plantar e povoar”¹⁸⁴. E a 2 de Novembro de 1132, D. Afonso Henriques coutou a povoação, “englobando a metade da Sé com a que pertencia a Pedro Usureis”¹⁸⁵.

antiga *civitas* a João Viegas por os anteriores senhores da região, Aires Mendes e Pedro Pais Carofe se terem revoltado contra o rei.

¹⁸² Sobre o foral veja-se Maria Helena da Cruz COELHO, “Seia. Uma terra de fronteira...”.

¹⁸³ Castelo, Lajeosa, Paramol, Travanca, Torrozel e Vila Cova (todos referidos em 1138); Aldiam e Travancinha (1140); Valexim e Gouveia (1141); Nogueirinha e santa Eulália (1142); Vila Nova, depois designada por Ervedal (1146); Santa Marinha (1147); Sandomil (1148); Paços da Serra (1150); Souto Maior (1152), para citar apenas algumas localidades.

¹⁸⁴ Cfr. Mário BARROCA, *Op. Cit.*, 2000, vol. II, t. 1, p.33.

¹⁸⁵ António Nogueira GONÇALVES, 1952, republ. 1980. Sobre este Pedro de Usureis, supomos ser o mesmo Pedro Uzbertziz identificado por José MATTOSO, “A região de Arganil...”, *Op. Cit.*, vol. XVI, 1978, pp.150-151. Pedro Uzbertziz era filho do Franco Uzberto, que chegou ao Médio Mondego nas

Antes disso, muito provavelmente desde os finais do século XI até 1119, esteve na posse do Mosteiro de Lorvão, como se comprova por um documento de finais do século XII, publicado por Rui de Azevedo, em que se referem os “agravos e usurpações que o Mosteiro de Lorvão sofreu dos Bispos de Coimbra”¹⁸⁶.

Contudo, a campanha românica de que a igreja de São Pedro de Lourosa foi objecto data de 1188, praticamente quatro décadas depois daquele intenso esforço de povoamento. Esta renovação do templo coincide com um segundo momento de organização dos homens no território, já nos primeiros anos do reinado de Sancho I. Este monarca concedeu carta de foral a Gouveia e a Avô, duas localidades que passaram a ombrear em importância com Seia e com Arganil, mas que foram simultaneamente pólos proto-urbanos de atracção de populações e de instituições, contribuindo, assim, para o reforço de povoamento nas linhas de rectaguarda da fronteira.

Uma das conclusões a tirar é a de que já no século XII Lourosa desempenhava um papel secundário no contexto regional, não estando manifestamente na primeira linha dos agentes povoadores e ordenadores do território. Se dois séculos antes a aldeia havia sido fundamental para o estabelecimento de comunidades nortenhas na *civitas* de Seia, no século XII é claramente uma localidade secundária, transferindo-se os principais centros de poder local para a margem esquerda do rio Alva, como se comprova pelo crescimento de Arganil e de Avô.

A campanha românica não se limitou, contudo, a uma actualização estética. Muito pelo contrário. Como teremos oportunidade de demonstrar na Parte III, a fase românica de Lourosa obedeceu a um programa arquitectónico muito concreto, com notórias intervenções na cabeceira e na altura do edifício. É muito provável que se tenha tratado de uma renovação arquitectónica ainda não determinada pela Ordem do Hospital, cuja primeira referência acerca da comenda que possuiu em Oliveira do Hospital data apenas de 14 de Agosto de 1282¹⁸⁷. Ao invés, pensamos que as

primeiras décadas do século XII e que ficou na posse de grandes parcelas fundiárias, como grande parte da Serra da Lousã (1135) ou o grande território de Pedrógão Grande.

¹⁸⁶ Rui de AZEVEDO, “O Mosteiro de Lorvão...”, *Op. Cit.*, 1933, separata, p.60, doc. XXI. Das muitas propriedades que o cenóbio laurbanense reclama da Sé de Coimbra figura “*Laurosa cum sua ecclesia et cum suos dextros illa que fuit de Petro Osoreis*”.

¹⁸⁷ Paula Maria Pinto COSTA, *A Ordem militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, p.52 (quadro). Como refere esta autora, pp.46-48 e 192, são muito vagas as origens da Ordem do Hospital em Portugal. A pretensa doação da vila de Oliveira à Ordem, efectuada por D. Teresa por volta de 1120, é uma data que deve ser tomada com notórias reservas, pois não está provada a presença de Hospitalários no território nacional nessa data, facto tanto mais estranho quando ela se refere a um

alterações então efectuadas ao edifício pré-românico deram-se, essencialmente, por necessidades de carácter litúrgico.

momento em que a nossa igreja de Lourosa havia sido doada pela condessa à Sé de Coimbra. Por outro lado, também alguns diplomas dessa altura devem ser sujeitos a crítica, como a pretensa doação de Idanha (1114), o acordo entre D. Hugo, bispo do Porto, e o abade Martinho do Mosteiro de Leça (1122), e a doação régia de casais não especificados na região de Trancoso (1122). No estado actual da investigação histórica, parece mais consensual a entrada dos Hospitalários em Portugal apenas na década de 30 do século XII.

1 – UMA ARTE SEM NOME: O CONCEITO DE *PRÉ-ROMÂNICO HISPÂNICO*

Ao contrário dos *estilos* definidos internacionalmente para as Idades Média e Moderna na cultura ocidental, o *pré-românico hispânico* não se apresenta como uma unidade estilística evidente, de maneira que os valores semânticos desta actividade construtiva apresentam tantos pontos polémicos que merecem, e merecerão por muito tempo, comentários profundos e tendencialmente mais cuidadosos, com vista a uma mais correcta definição de conceitos.

Vários factores concorreram, e concorrem ainda, para este estado de coisas, desde a imprecisão científica que resulta do agrupamento, sob a mesma designação estilística, de monumentos tão distintos como a igreja monacal de San Miguel de Escalada e o oratório de San Miguel de Celanova - passando ainda pela igreja de São Pedro de Lourosa ou pela capela de São Tomás de Ollas, entre muitas outras que poderíamos citar -, até à evidente dificuldade por parte da comunidade científica especializada em identificar o momento exacto em que a *arte asturiana* cedeu lugar à nova *arte* produzida dos fluxos migratórios no reino das Astúrias, recentemente transformado em reino de León.

Carecendo de elementos artísticos unificadores, mas faltando, sobretudo, um correcto e abrangente modelo historiográfico dirigido a este fenómeno, a arte cristã desenvolvida em território peninsular cristão entre os primeiros anos do século X e a segunda metade do século XI adquiriu um estatuto de menoridade artística que afirmamos estar longe de corresponder à realidade.

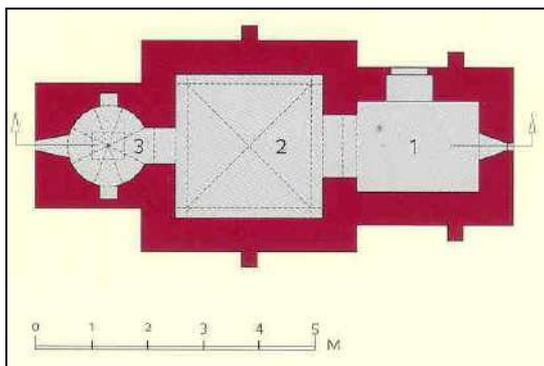


Fig.1
San Miguel de Celanova, Ourense, Galiza (936-946, ou década de 70, segundo Manuel Núñez Rodríguez, 1978), publ. Xavier Barral i Altet, 1997

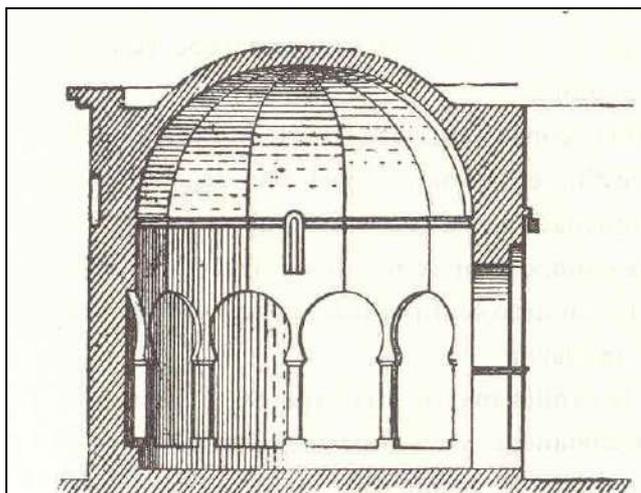


Fig.2
Santo Tomás de Ollas (século X, provavelmente relacionada com a actividade de São Genádio). Perspectiva da capela-mor publ. Manoel Gómez Moreno, 1919

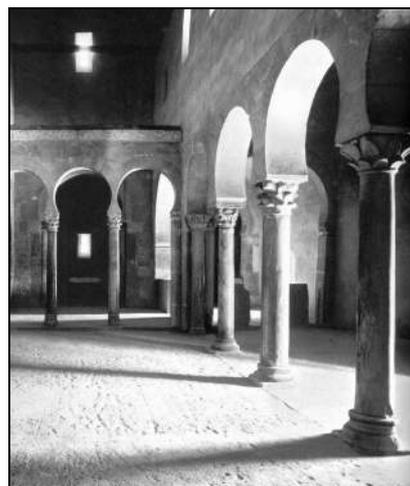


Fig.3
San Miguel de Escalada (c. 913). Panorâmica geral do interior, tirada da nave central para a iconostasis, publ. José Fernández Arenas, 1978

Ao longo das pesquisas que temos vindo a desenvolver sobre este conturbado período da história artística peninsular pensamos que o facto de ainda não se ter encontrado um modelo conceptual que reúna, sob uma mesma designação, todos os fenómenos artísticos verificados durante este cerca de século e meio de História da Arte, está na origem da atenção secundária com que a historiografia tem considerado este largo período.

Este facto, que, à partida, poderíamos considerar de somenos importância para uma realidade histórica cuja compartimentação se justifica por meras comodidades de estudo e de sistematização, assume-se como verdadeiramente decisivo, na medida em que a historiografia artística consagrou o critério estilístico como veículo privilegiado de análise, de interpretação e de divulgação¹.

Ora a arte peninsular cristã realizada entre os séculos X e XI foi longamente considerada uma arte de menor valia, de um período obscuro situado entre a rica *arte asturiana* do século IX e o advento homogeneizador europeu do Românico. Arte

¹ Como bem definiu Valentino PACE, “L’analisi «stilistica» come metodologia storica: possibilità e limiti”, *Artistes, artisans et productions artistique au Moyen Âge*, coord. Xavier Barral i Altet, vol. III, Paris, Picard, 1990, p.513, o “estilo” é a categoria operatória em História da Arte. Neste sentido, trata-se de um recurso conceptual que não pode ser negligenciado pelos historiadores, ainda que caminhemos cada vez mais para a falência de uma História da Arte baseada em estilos, em claro benefício das correntes regionais – sincrónicas e diacrónicas – como as partes que formam o todo. Neste sentido, o panorama construtivo da Península Ibérica durante os séculos IX, X e XI assume-se

menor, dispersa, heterogénea nas suas soluções, conjugando elementos estilísticos de tão distinta proveniência e recorrendo a soluções planimétricas tão incomuns, facilmente se percebe como as tentativas sistematizadoras que ao longo do século XX foram tentadas nos meios científicos espanhóis não tenham vingado até ao momento.

Em 1919, Manoel Gómez Moreno chamou-lhe *arte moçárabe*. Em 1948, José Camón Aznar referiu-se-lhe com a designação de *arte de repovoamento*. Outras propostas foram avançadas ao longo da segunda metade do século XX, mas a verdade é que nenhuma delas foi ainda consensual o suficiente.

A questão que se coloca, e que ao longo das próximas páginas teremos oportunidade de tentar esclarecer, é se existiu algum *estilo* artístico na arte produzida por cristãos em território cristão peninsular desde a morte de Afonso III (910) e o Concílio de Burgos (1080), reunião que abriu caminho à entrada do Românico na Península.

A *arte asturiana*, nas suas três vagas criadoras (reinados de Afonso II, Ramiro I e Afonso III) representa uma unidade estilística perfeitamente delimitada no tempo, no espaço e nas soluções empregues. É uma arte de iniciativa real, utilizando sistematicamente o plano basilical e o abobadamento das estruturas. Para além disso, possui elementos identificadores claros, como a tribuna real, a cabeceira tripartida e escalonada com câmara supra-absidal, a pintura mural do interior... É uma arte com filosofia da arte própria.

Quando a capital do reino se fixa em León, a fronteira chega à linha do Douro e se intensifica o povoamento dos antigos *campos góticos*, a arte muda. No século e meio seguinte, até à introdução do Românico, voltaremos a encontrar edifícios de planta idêntica no vasto território do reino cristão ocidental, mas seguramente os mais importantes exemplos não têm qualquer paralelo nas soluções espaciais encontradas. Passa a haver de tudo um pouco: plano basilical continuador dos modelos asturianos; plano centralizado em torno do cruzeiro; plano basilical com dupla ábside; plano circular; etc...

A explicação para esta enorme variedade de soluções não é clara, mas não temos dúvidas em afirmar que este panorama está longe de corresponder a uma suposta falta de filosofia da arte. Não chegamos a uma arte utilitária; bem pelo

como um campo privilegiado para a identificação de *regionalismos artísticos* em detrimento dos tradicionais *estilos*.

contrário, cada monumento é uma constante renovação e seguramente um passo diferente.

Ao terminar estas palavras introdutórias acreditamos que é precisamente a inexistência de individualidade estilística uma das características essenciais da arte cristã peninsular realizada ao longo dos séculos X e XI. Consequentemente, pensamos que a opção por uma proposta conceptual única e rígida – como foi tentada por Gómez Moreno, mas também pela generalidade dos autores que se seguiram - não pode resolver o problema. O caminho passará, inevitavelmente, por uma proposta abrangente o suficiente para englobar a enorme heterogeneidade de soluções empregues nas construções deste período.

Ao longo deste capítulo pretendemos evidenciar os avanços e limites das propostas historiográficas avançadas desde sensivelmente há um século sobre esta conjuntura histórico-artística peninsular. Limitaremos a nossa análise à Arquitectura Religiosa, não apenas por a igreja de São Pedro de Lourosa ser, efectivamente, um edifício religioso, mas também por ser esta categoria a mais discutida e a que conta com maior número de tipologias. No campo estrito da Arquitectura militar, ou ainda no da pintura mural, as definições de carácter historiográfico são mais pacíficas².

1.1. O SUCESSO DA ARTE MOÇÁRABE

A moderna historiografia dedicada à arte cristã dos reinos do Norte da Península entre finais do século IX e a segunda metade do XI começa, verdadeiramente, em 1919 com a publicação dos dois volumes de *Iglesias Mozárabes. Arte español de los siglos IX a XI*, de D. Manuel Gómez Moreno.

² No âmbito da Casteleologia passou-se mais cedo a uma arquitectura estritamente românica. Este facto é verificável logo a partir de meados do século XI, com o notável avanço das técnicas e materiais militares proporcionado pelo fenómeno reconquistador de Fernando, o *Magno*, ainda que as tipologias arquitectónicas então desenvolvidas possam ainda ser consideradas proto-românicas. Em todo o caso, a passagem de uma guerra de pendor económico para uma guerra de conquista do território e sua manutenção, alicerçada no fenómeno ordenador das *terras*, levou à constituição dos castelos românicos. Sobre a evolução das soluções arquitectónicas militares veja-se Mário BARROCA, “Do Castelo da Reconquista ao castelo Românico (séc. IX a XII)”, *Portugália*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990-91, pp.89-136, em especial as pp.101-124 e IDEM, “Castelos românicos portugueses (séculos XII e XIII)”, *Românico em Portugal e na Galiza*, Catálogo de Exposição, Lisboa, F.C.G., 2001, pp.96-101. Por outro lado, no campo estrito da arquitectura militar, não poderemos falar de qualquer influência moçárabe – na medida em que se encontravam submetidos ao poder islâmico – o que diminui, logo à partida, o grau de discussão acerca das influências e caminhos que a casteleologia incorporou e trilhou neste século e meio de grandes mutações militares.

Nesta primeira tentativa sistematizadora - das muitas que o tema hoje já felizmente possui – o autor partiu de dois pressupostos dogmáticos essenciais e definidores de todo o seu pensamento: primeiro, que as formas muçulmanas patentes na arte cristã dos reinos do Norte da Península no século X definem estilisticamente a arte cristã desse período; segundo, que essas formas foram introduzidas por monges cordoveses que se exilaram no Norte devido à repressão de que foram alvo por parte do Califado. Ficou célebre a sua definição de *arte moçárabe* como uma “hijuela de lo cordobês”, em que as construções do Norte cristão mais não eram que “un perfecto reflejo del ambiente social determinado por el influjo absorbente de la España árabe”³.

O debate historiográfico em torno do rigor conceptual do termo ‘moçárabe’ aplicado às fórmulas artísticas desenvolvidas em território nominalmente cristão neste lapso temporal⁴, tem sido exclusivo da historiografia artística espanhola, mas teve início, curiosamente, num Congresso de História da Arte realizado em Lisboa, em 1948. Já veremos adiante as propostas alternativas que surgiram nessa data e a partir daí, mas primeiro importa compreender o exacto alcance das teorias de Gómez Moreno a este respeito.

O termo *moçárabe* tem um significado muito restrito no campo histórico: é um qualificativo especificamente étnico e aplica-se a todo o cristão que se manteve cristão em território nominalmente dominado por muçulmanos⁵. A sobrevalorização do elemento étnico *moçárabe* para a definição de um tipo específico de arte realizada nos reinos cristãos do Norte ao longo do século X e grande parte do século XI, como nos propõe Gómez Moreno - independentemente do mérito que o seu trabalho constitui, pelo que de inovador, de ruptura e de rigor metodológico trouxe à História da Arte altimedieval -, contribuiu para uma visão redutora de todo o fenómeno.

³ Manuel GÓMEZ MORENO, *Iglesias mozárabes. Arte español de los siglos IX a XI*, reed. Granada, Universidad de Granada, 1998, p.XIV (ed. original Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1919).

⁴ Referimo-nos às fórmulas artísticas associadas à construção de edifícios, com a componente escultórica aplicada e, em muitos menos casos, a vertente pictórica. Deixamos de lado a miniatura, também erradamente designada de *moçárabe*, como sintetizou Isidro BANGO TORVISO, *El arte mozárabe*, Madrid, Historia 16, 1991, p.10.

⁵ Utilizamos aqui a expressão “nominalmente dominado por muçulmanos” para evitar uma outra distinção entre ‘moçárabes’ e ‘cristãos residuais’, enunciada por Enrique CERILLO MARTÍN DE CÁCERES, “Los últimos romanos en la Lusitania. Entre la tradición y el cambio”, *Los últimos romanos en la Lusitania*, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 1995, p.35, e abordada mais adiante a respeito da *arte de reconquista*, mas cuja referência neste momento apenas poderia baralhar mais o que já não se apresenta de forma clara.

Mais que as críticas e as alternativas que posteriormente surgiram a respeito das imprecisões que as suas teses continham⁶, foi a manutenção deste elemento étnico enquanto veículo transmissor das formas artísticas de Sul para Norte - mas, mais importante, enquanto “definidor artístico” de toda a arte do século X da Espanha Cristã, como bem reconheceu Bango Torviso das palavras de Gómez Moreno⁷ -, que reduziu drasticamente o âmbito desta ‘arte’. O que hoje é claramente reconhecido como uma manifestação civilizacional dos reinos cristãos do Norte no lapso temporal considerado, foi entendido como uma mera realização étnica e minoritária, facto que os defensores da manutenção da *arte moçárabe* não parecem ter ainda suficientemente em conta.

Ora o quadro crítico que acabamos de traçar em relação às propostas de Manuel Gómez Moreno baseia-se numa parte do problema: a manifesta falta de rigor que a designação *arte moçárabe* constitui, perante os dados actualmente conhecidos, acerca do complexo processo histórico-artístico que se seguiu à morte de Afonso III. Neste período, a linha de fronteira avançou até ao Douro e, no caso ocidental, até uma vasta região a Sul do Mondego, processo expansionista de que resultou a emergência de muitos poderes regionais, acompanhados de perto pela expansão monástica. A nível artístico, a extraordinária diversificação que caracteriza este período, proporcionou uma multiplicidade de iniciativas construtivas, que claramente se contrapôs à concentração edificadora do ciclo asturiano na figura real.

Mas se, como acabamos de dizer, a base conceptual de Gómez Moreno é redutora e até simplista face ao que hoje se conhece, como explicar que o termo *moçárabe* tenha sido seguido por uma ou várias correntes historiográficas peninsulares até aos dias de hoje?

⁶ Seria fastidioso, nem se adequaria ao objectivo do presente artigo, enumerar aqui a multiplicidade de visões antagónicas expressas na historiografia espanhola ao longo da segunda metade do século XX e que, invariavelmente, recuam às teses de Gómez Moreno. Para uma abordagem às principais divergências para com o conceito de *moçárabe* aplicado às fórmulas artísticas cristãs dos séculos X-XI, por parte de Helmut Schlunk, Camón Aznar, Antonio M. Maravall, Puig y Cadafalch ou Iñiguez Almech, entre outros, veja-se Isidro BANGO TORVISO, “Arquitectura de la décima centuria: repoblación o mozárabe?”, *Goya*, nº122, Madrid, Fundación Lázaro Galdiano, Set-Out. 1974, pp.69-70 e Javier RIVERA BLANCO, “La encrucijada de caminos”, *Encrucijadas. Las Edades del Hombre*, Astorga, Fundación Las Edades del Hombre, 2000, p.57. Sobre o real papel dos moçárabes na formação e desenvolvimento da arte cristã peninsular entre os séculos IX a XI, veja-se, adiante, o ponto 1.2.1.1. O papel dos moçárabes na formação e desenvolvimento da arte cristã peninsular entre os séculos IX a XI.

⁷ Isidro BANGO TORVISO, “Estudio preliminar” à reed. de Manoel GÓMEZ MORENO, *Iglesias Mozárabes. Arte español de los siglos IX a XI*, (Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1919), reed. Granada, Universidad de Granada, 1998, pp.XV-XVI.

A resposta a esta questão, longe de uma mera colagem às teses de Gómez Moreno, encontra-se dispersa por vários campos de investigação e deve-se mais aos objectivos que cada autor delineou para os respectivos textos onde a questão é abordada. Autores que partilham da visão estrita enunciada em 1919 também os há, mas pensamos que no universo historiográfico dos que utilizam ainda a expressão *arte moçárabe*, no sentido que Gómez Moreno lhe conferiu, são minoritários. Vejamos então o porquê da longa duração historiográfica desta *arte moçárabe*.

Em primeiro lugar, aquilo a que chamamos o *Sucesso da arte moçárabe*. Por homenagem ao seu criador, por comodidade de estudo⁸, por efetivamente reconhecer-se nos moçárabes os verdadeiros transmissores das formas artísticas para Norte⁹, ou simplesmente por não ter existido uma reflexão teórica prévia ao problema – por claramente não constituir esse campo um dos objectivos a atingir¹⁰ -, a designação de *arte moçárabe* foi assumida por um grande número de historiadores, historiadores da arte e arqueólogos, sem que outro conceito alternativo fosse vislumbrado.

Incluimos neste grupo uma faixa importante de autores que, concordando com alguns dos argumentos apresentados por Gómez Moreno, mantêm o termo *moçárabe* como conceito operativo, apesar de reconhecerem a simplicidade do termo face ao complexo histórico presente¹¹. Incluimos igualmente um restrito número que utiliza indistintamente e/ou em simultâneo, *arte moçárabe*, *arte de repovoamento* ou outros conceitos alternativos, sem que constitua objectivo a sua definição¹².

⁸ Como Mireille MENTRÉ para o caso da miniatura: *La peinture mozárabe*, Paris, 1984.

⁹ J. PUIG I CADAFALCH, *L'art wisigothique et ses survivances*, Paris, F. de Nobele, 1961, pp.168-169. Também José FERNÁNDEZ ARENAS, *Imagen del arte mozárabe*, Barcelona, Polígrafa S. A., 1978, pp.6-7.

¹⁰ São muitos os autores nestas condições. Por exemplo, Francisco REGUERAS GRANDE, *La arquitectura mozárabe en León y Castilla*, Salamanca, 1990. Em Portugal, Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal*, vol. II (Arte da Alta Idade Média), Lisboa, Alfa, 1986, p.95, aceitou o termo geral *moçárabe*, mas em conjunto com o *de Reconquista*. Veja-se o que dizemos sobre o posicionamento historiográfico deste autor na nota 39 do presente capítulo.

¹¹ Encontra-se neste caso Ramón CORZO, *Visigótico y prerrománico*, Madrid, Historia del Arte 16, 1989, pp.112-113, que conhecendo perfeitamente, as propostas alternativas, opta por continuar a falar em *arte moçárabe*, por reconhecer o protagonismo dos monges cordoveses na transposição de formas artísticas de Sul para Norte. Igualmente Jerrilynn D. DODDS, *Architecture and ideology in early medieval Spain*, Penn State Press, 1990, pp.47-58 e 145-151. Também Rafael BARROSO CABRERA e Jorge MORÍN DE PABLOS, “Nuevas observaciones sobre la decoración pictórica mozárabe de la iglesia de San Quirico de Pedret (Berga, Barcelona)”, *Boletín de arqueología medieval*, nº6, Madrid, 1992, pp.172-173 e Xavier BARRAL I ALTET, *The early Middle Ages*, Colónia, Taschen, 1997, pp.210-214. Cfr. ainda Jacques FONTAINE, *L'art mozárabe*, Paris, 1977.

¹² Fernando de OLAGUER-FELIÚ, responsável por uma das mais recentes sínteses dedicada à Arte peninsular altomedieval, *Arte medieval español hasta el año mil*, 2ªed., Madrid, Encuentro, 1998, pp.234-236, é um dos casos mais flagrantes.

Mas o sucesso da *arte moçárabe* radica ainda num outro aspecto: o efectivo grau de rigor que as propostas alternativas apresentam e se tal mais valia conceptual pode ser suficiente para substituir o modelo sistematizador de Gómez Moreno.

Antes de passar à análise destas propostas, importa distinguir um último factor que contribui para a manutenção do modelo moçarabista: a criação da *segunda arte moçárabe*.

Nos últimos anos, graças a um manancial de informação extraordinário – entrecruzando preferencialmente indicadores documentais e arqueológicos – foi possível provar a vitalidade histórica de muitas comunidades moçárabes sob domínio islâmico. A criação de um novo modelo conceptual operatório veio a revelar-se de extrema importância para a História da Arte altimedieval, simultaneamente por colmatar a lacuna histórica do percurso de um povo cristão submetido e por significar uma nova proposta de interpretação e catalogação de numerosos materiais que vinham sendo entendidos como visigóticos, mas que obviamente não podiam corresponder a cronologias pré-711¹³.

Não sendo este o local para avançar muito mais sobre esta *segunda arte moçárabe*, impõe deixar clara a premissa fundamental em que este novo modelo se baseia: o facto demonstrável de que os cristãos submetidos continuaram a poder construir e efectivamente levantaram novos locais de culto, para lá de renovarem igrejas, quer no Sul da Península, onde o domínio árabe mais se fazia sentir, quer no centro e no Norte, onde o controle islâmico era pouco mais que nominal¹⁴.

Partindo deste princípio, o novo modelo historiográfico preconiza uma clara influência da *arte moçárabe* praticada no al-Andaluz na *arte moçárabe* visível no Norte, chegando mesmo a falar-se na transposição de um estilo regional andaluz – o

¹³ Os trabalhos de Luís CABALLERO ZOREDA, “Un canal de transmisión de lo clásico en la Alta Edad Media española. Arquitectura y escultura de influjo omeya en la Península Ibérica entre mediados del siglo VIII e inicios del siglo X”, *Al-Qantara*, vol. XV, fasc.2, Madrid, 1994, pp.321-348 e vol.XVI, fasc.1, 1995, pp.107-124, “Observations on historiography and change from the 6th to the 10th centuries”, *The archaeology of Iberia – the dynamics of change*, ed. Margarita Díaz-Andreu e Simon Keay, London and New York, Routledge, 1997, pp.234-264 e “Arquitectura visigótica y musulmana. Continuidad, concurrencia o innovación?”, *Ruptura o continuidad. Pervivencias preislámicas en Al-Andalus*, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 1998, pp.145-176, entre muitos outros títulos; Manuel Luís Real “Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade cristã no ocidente peninsular”, *IV Reunião de arqueologia cristã hispânica* (Lisboa, 1992), Barcelona, Institut d’Estudis Catalans / Universitat de Barcelona / Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp.17-68, “Os Moçárabes do Ghab português”, *Portugal islâmico*, catálogo de exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp.35-56, representam a face mais visível desta nova corrente historiográfica.

¹⁴ Sobre a discussão em torno da visibilidade material das comunidades cristãs submetidas veja-se o que adiante dizemos no ponto 1.2.1.1. do presente capítulo.

estilo *moçárabe* – para o reino de León¹⁵. Por uma via completamente diferente, e contestando mesmo um dos aspectos dado como provado por Gómez Moreno, reafirma-se a designação de *arte moçárabe* para a arte cristã dos séculos X-XI nos reinos do Norte, precisamente porque se mantém o mesmo entendimento do papel decisivo que a emigração maciça de moçárabes teve na sua criação, conservando deste modo a interpretação de carácter étnico-cultural defendida por Gómez Moreno.

1.2. AS PROPOSTAS ALTERNATIVAS

A partir da viragem para a segunda metade do século XX as imprecisões histórico-artísticas que *Iglesias mozárabes* continham começaram a fazer-se sentir e as limitações que a *arte moçárabe* representava face ao que paulatinamente ia sendo conhecido das conjunturas altomedievais peninsulares determinou a existência de propostas conceptuais alternativas.

1.2.1. ARTE DE REPOVOAMENTO

Em 1948, no XVI Congrès International d’Histoire de l’Art, realizado em Lisboa, José Camón Aznar referiu-se à arte cristã peninsular do século X sob o título “Arquitecturas mozárabes y de la repoblación”¹⁶. Separando claramente as realizações artísticas das duas Espanhas cristãs, a submetida ao poder islâmico e a congregada em torno de Oviedo-León, Camón Aznar questionou frontalmente o real protagonismo das comunidades moçárabes imigradas no Norte na formação daquele tipo específico de arte que se desenvolveu maioritariamente no vale do Douro ao longo do século X.

Mais adiante falaremos sobre a problemática em torno do peso exacto - técnico, estético e estilístico - que as comunidades moçárabes tiveram neste processo, matéria ainda objecto de discussão alargada pela comunidade científica e cuja inclusão neste ponto resultaria demasiado longa. Neste momento, importa realçar que ao rejeitar o protagonismo moçárabe na formação e desenvolvimento deste tipo de arte, Camón Aznar retirou qualquer conotação étnica aos monumentos que se

¹⁵ Sabine NOACK, “En torno al arte mozárabe”, *II Congreso de Arqueología medieval española*, t.III, Madrid, Comunidad de Madrid, 19987, p.588. Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência: dados recentes...” *Op. Cit.*, 1995, pp.37-38.

¹⁶ José CAMÓN AZNAR, “Arquitectura prerrománica española”, *XVI Congrès International d’Histoire de l’art*, vol. I, Lisbonne-Porto, Minerva, 1949, pp.105-123.

ergueram um pouco por todo o território cristão do Norte da Península durante o século X e, obviamente, tal conjuntura artística não podia continuar a ser designada por *moçárabe*.

Na verdade, o que Camón Aznar fez, para além da rigorosa análise estritamente formal da arquitectura desse período, que o levou a concluir por uma ascendência variada - asturiana, visigótica, bizantina e/ou emiral – de alguns elementos reclamados como califais por Gómez Moreno, foi substituir o carácter étnico da *arte moçárabe* por uma dominante civilizacional característica dos reinos cristãos do Norte, em que grupos distintos de galegos, cantábricos, leoneses, navarros e trans-pirenaicos haviam sido os principais agentes do *repovoamento*, processo esse que, de forma minoritária, contou também com contingentes moçárabes.

A convicção de que “la rica arquitectura del siglo X representa una evolución normal de las formas asturianas, sedimentadas – como también el arte de este siglo – sobre tradiciones visigodas y occidentales”¹⁷ levou o autor a concluir de uma preponderância artística nortenha e exclusivamente cristã, e a optar por uma nova designação, mais de acordo com o que a ciência histórica - impulsionada decisivamente pelos trabalhos de Cláudio Sánchez Albornoz – viria a ‘confirmar’ para as décadas que se seguiram ao reinado de Afonso III: o repovoamento dos territórios despovoados por Afonso I¹⁸.

É desta forma que o conceito de *Arte de Repovoamento* se instituiu no léxico historiográfico como um modelo claramente antagónico ao enunciado por Manuel Gómez Moreno. Em relação àquele, a proposta de Camón Aznar revestia-se de outra abrangência: abarcava a heterogeneidade tipológica que caracteriza as construções levantadas no Norte cristão desde a Galiza à Catalunha entre os finais do século IX e os meados do século XI.

Em 1963, Camón Aznar retomou as mesmas ideias¹⁹, mas a sua proposta conceptual só haveria de triunfar décadas depois, quando foi assumida por alguns dos

¹⁷ José CAMÓN AZNAR, “Arquitectura prerrománica española”, *Op. Cit.*, vol I, 1949, p.115.

¹⁸ Não interessa desenvolver aqui a problemática em torno do conceito historiográfico do ‘Ermamento’, tema sobejamente debatido pela comunidade científica medieval peninsular ao longo das últimas décadas. As teses fundamentais do pensamento de Cláudio SÁNCHEZ ALBORNOZ encontram-se em na sua obra *Despoblación y repoblación del valle del Duero*, Buenos Aires, 1966. O ponto de partida fundamental foi a passagem da *Crónica de Afonso III* que refere textualmente a acção despovoadora de Afonso I, depois de uma série de feitos militares a Norte do Douro (Cfr. *Crónicas Asturianas*, ed. J. Fernández, S. L. Moralejo e Jose Ignacio Ruiz de la Peña, Oviedo Universidad de Oviedo, 1986, p.208 (vers. Rot.), p.209 (vers. A. Seb.).

¹⁹ IDEM, “Arquitectura española del siglo X: mozárabe y de la repoblación”, *Goya*, nº52, Madrid, Fundación Lázaro Galdiano, 1963, pp.206-219

mais importantes historiadores da arte da moderna historiografia artística espanhola. Isidro Bango Torviso encontra-se à frente de todo esse processo e pode mesmo considerar-se o mais acérrimo defensor da manutenção da *arte de repovoamento* como modelo conceptual para todo este complexo artístico²⁰.

Mas o conceito de *arte de repovoamento*, para além das imprecisões que contém em si mesmo e que analisaremos de seguida, está longe de constituir um todo unitário historiográfico. Nem todos os autores que utilizam esta designação a aceitam sem reservas e, tal como vimos para a *arte moçárabe*, também nesta proposta há o sucesso proporcionado pela inexistência de outra designação mais ajustada ao que efectivamente representa a arquitectura cristã do Norte desde finais do século IX a meados do século XI²¹.

São dois os problemas essenciais que o modelo ‘repovoador’ apresenta.

Desde logo a incompatibilidade histórica do termo: ao optarmos por designar a arquitectura deste período como um fenómeno *de repovoamento*, implicitamente teremos de aceitar a prévia existência de um *despovoamento*. E se é certo que até há relativamente pouco tempo podia falar-se ainda de um *ermamento* do vale do Douro, pelo menos para a parte leonesa²², os estudos marcantes de Abilio Barbero e Marcelo

²⁰ Para além dos trabalhos já citados deste autor, veja-se ainda “Arquitectura de repoblación”, *Historia del Arte de Castilla y León*, t.1, Valladolid, Âmbito, 1994, pp.169-216. No mesmo sentido que Bango, Artemio Manuel MARTINEZ TEJERA, “El contraabside en la arquitectura de repoblación: el grupo castellano-leones”, *III Curso de cultura medieval. Seminario: repoblación y Reconquista* (1991), Aguilar de Campoo, Centro de estudios del Románico, 1993, pp.149-161, entre outros trabalhos deste autor.

²¹ Joaquín YARZA LUACES, *Historia del arte hispánico – La Edad Media*, 2ªed., Madrid, Alhambra, 1982, p.56, refere-se indistintamente a *arte moçárabe* e *arte de repovoamento*, reconhecendo previamente que ambas as propostas são inadequadas. Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *San Miguel de Celanova*, s.l., Xunta de Galicia, 1988, p.25, aceita esta designação, manifestando simultaneamente as dificuldades de sistematização estilística de toda esta arte cristã dos territórios do Norte peninsular ao longo do período em questão. Xavier BARRAL I ALTET, *L’art prerománico a Catalunya. Segles IX-X*, Barcelona, 1981, pp.9-11, fala de uma *arte pré-românica*, mas o facto de a maioria destes edifícios serem reconstruções de monumentos antigos situados em territórios recém-conquistados, faz com que Bango Torviso não diferencie a arte catalã surgida neste período da que se verificou na zona leonesa (Cfr. isidro BANGO TORVISO, *Op. Cit.*, 1994, pp.45-46). Certo é que a contaminação *lombarda* que está na origem do românico peninsular faz-se sentir muito mais cedo na Catalunha e em Aragão, pelos meados do século XI (Cfr. Fernando GALTIER MARTI, “La formación del arte aragones, entre la reconquista y la repoblación”, *III Curso de Cultura Medieval – Repoblación y Reconquista*, Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del Románico, 1993, pp.127-134), enquanto que em Castela, Leão, Galiza e território português ela acontecerá décadas mais tarde.

²² As reservas às teses de Sanchez Albornoz fizeram-se sempre sentir muito mais na historiografia portuguesa. Avelino de Jesus da Costa e Pierre David, baseando-se na documentação eclesiástica e em abordagens hagiográficas são exemplos paradigmáticos e contemporâneos do sucesso que tais teorias tiveram na historiografia espanhola. Para uma visão recente sobre esta ‘resistência portuguesa’ veja-se José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.449-451. Neste processo de recusa do “Ermamento”, devemos acrescentar A. de Almeida FERNANDES, *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Viana do Castelo, 1968, republ. Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1997, pp.17-20.

Vigil e Salvador de Moxó determinaram o abandono total da teoria despovoadora²³ e abriram caminho a uma perspectiva menos radical, em que a concentração populacional continuou em habitats mais reduzidos e ruralizados, tipo aldeia²⁴.

Obviamente que a lenta progressão das forças asturiano-leonesas para Sul foi acompanhada pela reorganização civilizacional de base cristã de uma série de unidades populacionais, maiores ou menores, que haviam ficado entregues a si próprias e aos laços de solidariedade comunitária que conseguissem criar. Neste sentido, o *ermamento* a que aludem as crónicas e tantas vezes interpretado como *despovoamento*, deve ser entendido como uma renúncia deliberada por parte do poder cristão sediado em Oviedo-León em controlar administrativamente essas regiões, cujas populações - porque o emergente reino cristão asturiano obviamente não podia abarcar - permaneceram independentes de qualquer poder centralizador.

Por outro lado, quando se deu o processo inverso – de incorporação dessas comunidade-ilhas no reino de León – também não se procedeu a um *repopoamento* no sentido estrito do termo. Não só os locais estavam minimamente povoados, como se verificou uma inserção forçada desses rudimentares aglomerados sócio-económicos nos esquemas administrativos de Oviedo-León, através dos condes e das respectivas famílias que se ligaram ao ordenamento diocesano e monacal²⁵. Este processo levou inevitavelmente a uma sobreposição de estruturas - uma imposição do mais forte –, facto que é bem diverso do estrito *repopoamento* enunciado por Sánchez Albornoz, ou do alcance que o mesmo termo posteriormente adquiriu para se referir ao processo de expansão civilizacional do reino de Oviedo durante o reinado de Afonso III. É óbvio que coube aos novos poderes também (re)povoar, mas sempre numa perspectiva de (re)organização do território.

²³ Não vamos aqui recapitular o que muito já se escreveu, discutiu e problematizou pela História medieval peninsular. Os passos fundamentais da recusa das teses de Cláudio Sánchez Albornoz encontram-se em Abilio BARBERO e Marcelo VIGIL, *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*, Barcelona, Crítica, 1978 e Salvador de MOXÓ, *Repoblación y sociedad en la España cristiana medieval*, Madrid, 1979. Papel importante no desmontar das teses de Sánchez Albornoz desempenhou também Angel BARRIOS GARCIA, “Repoblación de la zona meridional del Duero. Fases de ocupación, procedencias y distribución espacial de los grupos repobladores”, *Studia Historica*, vol. III, nº2, Salamanca, ed. Universidad de Salamanca, 1985, pp.33-82.

²⁴ Sobre as características do povoamento veja-se o sobejamente conhecido trabalho de José Angel GARCÍA DE CORTÁZAR, *Historia rural medieval*, ed. portuguesa Lisboa, Estampa, 1983.

²⁵ Para ampliar este tema veja-se o que adiante dizemos a respeito do conceito de *arte de reconquista*. Sobre o reconhecimento dos poderes delegados pelo rei nas regiões a Sul e a Oeste das Astúrias convém ter em presença as duas fases com que José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano.leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, p.498, caracteriza este processo: primeiramente os condes instalavam-se e organizavam as suas *villae* e fortificações; numa segunda fase, começavam a integrar-se nos antigos *concordia* comunitários e daí passavam a assumir o poder das assembleias.

Para o caso que nos interessa, se em sentido lato esta *reorganização civilizacional de base cristã a partir do Norte* pode continuar a ser entendida como ‘repovoamento’, por comodidade de estudo ou por falta de uma outra proposta terminológica mais ajustada – o termo *colonização* é excessivo e historicamente adquiriu outros contornos significantes que não se aplicam à realidade peninsular dos séculos IX a XI -, o facto é que a designação de *arte de repovoamento* encerra em si mesma uma outra contradição: a ausência de qualquer referente artístico ou estilístico.

Afastada a conjuntura sociológica em que se baseia - porque o *repovoamento* ultrapassa, em muito, os âmbitos sócio-económicos e está longe de se circunscrever ao lapso temporal entre a arte asturiana e o advento do Românico, acompanhando toda a (Re)conquista -, *arte de repovoamento* surge, assim, como uma proposta ainda redutora face ao que verdadeiramente se passou e exagerada sob um ponto de vista cronológico²⁶.

1.2.1.1. O PAPEL DOS MOÇÁRABES NA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE CRISTÃ PENINSULAR ENTRE OS SÉCULOS IX A XI

Passadas em revista as duas principais teses historiográficas sobre a essência da arte dos reinos cristãos do Norte peninsular entre o reinado de Afonso III e o advento do Românico, interessa agora tornar claro qual o real papel dos moçárabes na formação e desenvolvimento deste complexo artístico.

Neste ponto confluem três correntes historiográficas de primeira importância: a *arte moçárabe* e a *arte de repovoamento*, teorizadas por Gómez Moreno e por Camón Aznar, respectivamente e ampliadas por muitos outros autores, e a *segunda arte moçárabe*, a que atrás fizemos referência. São estas três visões antagónicas do

²⁶ Um outro problema deste conceito tem que ver com a problemática encomendadora. Se a arquitectura do ciclo asturiano é uma arquitectura áulica, palaciana e de encomenda exclusivamente real, o século X assiste à dispersão encomendadora pelas mais variadas entidades: o rei, condes, membros das cortes, mosteiros, comunidades populacionais relativamente independentes, etc. Quer isto dizer que o impulso construtivo não resultou todo do fenómeno de repovoamento e em León, ou nas localidades do Norte já perfeitamente integradas na rede de poder asturiano, continuou-se a construir. Isidro BANGO TORVISO, “El arte prerrománico”, *Historia del Arte*, dir. Juan Antonio Ramírez, vol. La Edad Media, Madrid, Alianza ed., 1996, pp.139-140, reconheceu já este facto e sugeriu que todo o complexo artístico hispânico do século X se intitulasse “«arte de repoblación» o «arte condal» para territorio castellano o el catalán”. Ambas as propostas, todavia, não se aplicam à diversidade

que foi a arte peninsular do Norte cristão, entre os finais do século IX e a segunda metade do século XI, que constituem o ponto de partida para o que discutiremos neste ponto.

Durante muitas décadas foi praticamente unânime a inexistência de uma tradição construtiva estritamente moçárabe. Dos muitos argumentos que sustentaram os modelos historiográficos *moçárabe* e *de repovoamento*, esta ausência de capacidade para construir foi um dos poucos pacificamente aceites quer por Gómez Moreno, quer por Camón Aznar, quer ainda por outros autores que se posicionaram de forma diferente a esta polémica, como o caso de Puig i Cadafalch.

Manoel Gómez Moreno, baseando-se na proibição de construir a que os moçárabes estavam sujeitos, evidenciou a inexistência de uma tradição arquitectónica estritamente moçárabe na hora destes emigrarem para o Norte²⁷ e aí se fixarem em monumentos artisticamente diferentes dos asturianos. Desta forma, conferiu uma supremacia artística aos elementos essencialmente cordoveses, transmitidos ao Norte por meio dos moçárabes. Não sendo a sua arquitectura, era a que mais de perto haviam estado.

Curiosamente, Camón Aznar e os adeptos do modelo *de repovoamento* coincidem com Gómez Moreno neste aspecto. Bango Torviso salienta mesmo os praticamente insignificantes casos em que comprovadamente existem construções moçárabes²⁸.

O que separa estas duas propostas conceptuais é o peso dado aos moçárabes enquanto transmissores de fórmulas artísticas exteriores ao seu grupo e respectiva assimilação de certos elementos andaluzes nos reinos do Norte durante, e imediatamente após, o reinado de Afonso III. Enquanto que para os *moçarabistas* os moçárabes imigrados trouxeram consigo o repertório artístico cordovês, detendo um

encomendadora em presença, a que teríamos de juntar uma “arte monacal”, uma “arte paroquial” e até mesmo uma “arte privada”.

²⁷ Manuel GÓMEZ-MORENO, *Op. Cit.*, reed.1998, p.XX.

²⁸ Isidro BANGO TORVISO, *El arte mozárabe*, Madrid, Historia 16, 1991, p.12 e IDEM, *Op. Cit.*, 1994, pp.68-70, aponta apenas três casos como excepções nesta proibição de construir a que os moçárabes estavam sujeitos: a reconstrução de igrejas fora das muralhas de Córdoba em finais do século VIII, a construção dos mosteiros de Tábanos e de Peñalemaria, em princípios do século IX, também em Córdoba, e a acção de um enigmático mestre Zacarias que, no século X, é mandado vir de Córdoba para construir pontes em Coimbra e nos terrenos do Mosteiro de Lorvão. A respeito de nem os moçárabes poderem ser os únicos – ou os mais capacitados – veículos transmissores das formas artísticas de Sul para Norte (pela provável intransigência face a tudo o que representava o muçulmano e pela ausência de tradição construtiva no al-Andaluz), nem a arte dos séculos X-XI ser maioritariamente subsidiária dos modelos andaluzes, veja-se IDEM, *Op. Cit.*, 1994, pp.45-80, 82 e 88-96, entre muitos outros trabalhos, alguns referidos por Bango Torviso nesta obra.

papel preponderante nos processos de repovoamento em torno do vale do Douro, para os que defendem o termo *de repovoamento* os moçárabes foram portadores, com certeza, de alguns elementos artísticos do Sul islâmico, mas no processo de estabelecimento de novos contingentes nas áreas meridionais dos reinos cristãos, os moçárabes tiveram um papel bastante secundário, não se lhes podendo atribuir a preponderância nas novas concepções artísticas então surgidas²⁹. Em ambos os casos, nada é resultado de uma acção genuinamente moçárabe.

Obviamente que ao longo dos últimos anos o argumento de que os moçárabes estavam sujeitos a uma proibição construtiva não foi unânime, conforme se pode depreender através de alguns textos cronísticos³⁰, e a arqueologia tem-lo provado para muitas estações arqueológicas³¹. É assim que às indicações constantes de alguns autores contemporâneos se juntam os dados recolhidos pelo modelo moçarabista da *segunda arte moçárabe*, com clara vantagem para este último, ainda que algumas catalogações devam ser consideradas com notórias reservas.

Em relação aos modelos anteriores, esta nova corrente *moçarabista* reserva para os moçárabes um papel inteiramente diferente na concepção e na evolução da arte cristã do século X. Por se provar que continuaram a construir em território nominalmente dominado por muçulmanos, quando passaram ao Norte levaram consigo o *estilo moçárabe*, que então aplicaram às diversas construções que ergueram junto ao vale do Douro³².

Como podemos facilmente perceber, os diversos modelos historiográficos construídos sobre a arte cristã peninsular entre os séculos X e XI assumem, muitas

²⁹ É muito clara a posição de Isidro BANGO TORVISO, “Arquitectura de repoblación”, *Op. Cit.*, 1994, p.174, sobre a condição fanática da comunidade moçárabe sob domínio islâmico: “Las comunidades religiosas mozárabes, mientras que vivieron en territorio de dominio musulmán, se enquistaron en si mismas y, para sobrevivir frente a una religión enemiga, se vieron obligadas a reafirmarse en sus propias tradiciones, mostrándose lo más refractarias posible a los signos emblemáticos de la otra fe”.

³⁰ Por exemplo, Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Arquitectura prerrománica en Galicia*, s. l., GOAC, 1978, pp.181-182: aos moçárabes “permitieselles, en principio, restauralas [as igrejas], non amplialas, aínda que Eulogio fale de igrexas recién construídas”.

³¹ Manuel Luís REAL, “Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe”, *Visigodos y Omeyas. Un debat entre la Antigüedad Tardia y la Alta Edad Media*, Madrid, CSIC, 2000, pp.39-41, cita oito referências documentais em que se testemunha a continuidade construtora moçárabe em solo muçulmano. A partir de um documento do século X, em que se verifica a consulta de vários juristas islâmicos «para se pronunciarem sobre as conveniências de permitir aos cristãos a edificação de novas igrejas», Real conclui que “no século X (...) a jurisprudência muçulmana ainda defendia que os cristãos pudessem construir novos edifícios nos bairros onde sempre viveram”. Sobre a catalogação *moçárabe* de muitos materiais tradicionalmente classificados como *visigóticos* ou *pré-românicos*, vejam-se os amplamente citados trabalhos de Manuel Luís Real e de Luis Caballero Zoreda ao longo desta dissertação.

³² Cfr. a ideia de transposição de um “estilo regional moçárabe” para o Norte cristãos expressa na nota 15 do presente capítulo.

vezes, posições antagónicas relativas a matérias tão fundamentais como esta do real papel dos moçárabes nesta conjuntura.

Mas este é um debate invariavelmente mais amplo que não se esgota na existência ou inexistência de uma tradição construtiva moçárabe e sua aplicabilidade no espaço cristão setentrional. Matérias como o contacto com as construções visigóticas proporcionado pelo avanço da linha de (Re)conquista para Sul, a discussão acerca da real valia cultural e demográfica que os moçárabes imigrados representaram no cômputo geral dos reinos do Norte, ou as diferentes vagas de emigração e respectivos destinos preferenciais, são outras variantes do problema, proporcionando-se, assim, uma constante discussão nos meios científicos correspondentes e cujas conclusões são ainda demasiado contraditórias para muitos dos casos.

Na impossibilidade de seguir coerentemente todas estas perspectivas no presente estudo, existe, acima de tudo, uma questão de índole geográfica que importa deixar clara. Qual o grau de influência destes moçárabes nas diversas regiões da Península? A resposta é extraordinariamente diferenciada no espaço e no tempo, agravada ainda pela heterogeneidade que certamente caracterizou a população moçárabe em todo o espaço peninsular³³.

Para o reinado de Afonso III, altura que mais nos interessa, por significar a transformação da arte asturiana em outra “arte” diferente, o grau de instalação das comunidades moçárabes foi substancialmente diferente, consoante as zonas de acolhimento se situavam mais próximas ou mais afastadas dos principais centros políticos cristãos. Neste sentido, enquanto que no vale do Douro, imediatamente a Sul da cidade de León, são identificáveis verdadeiros estabelecimentos de monges moçárabes, com exemplos flagrantes em Escalada³⁴, em Castañeda³⁵, no Bierzo, etc.,

³³ Não são muitos os estudos acerca desta matéria, pela evidente impossibilidade em quantificar as comunidades moçárabes e qualificar os seus graus culturais e de islamização. Numa perspectiva exploratória, José FERNÁNDEZ ARENAS, *Op. Cit.*, 1978, pp.6-7, referiu-se à heterogeneidade das populações moçárabes numa perspectiva essencialmente geográfica e subalternizada à conquista islâmica: quanto mais para Norte, mais numerosas são as comunidades moçárabes, mas simultaneamente menos islamizadas. Por outro lado, o próprio autor reconhece que os cristãos antes de 711 não representavam também um grupo homogêneo, existiendo “Hispanorromanos, godos, siervos de varias procedencias y judíos. Cada uno de estos grupos hacía resaltar su existencia con características etnológicas, lingüísticas y religiosas distintas. Al aparecer el nuevo pueblo invasor, con nuevas diferencias propias, el complejo racial español se agrava”.

³⁴ A inscrição fundacional do templo de Escalada desapareceu, mas encontrava-se associada a uma das portas de entrada. Vicente GARCÍA LOBO, *Las inscripciones de San Miguel de Escalada*, Barcelona, Albir, 1982, pp.64-65, dá-nos a seguinte tradução espanhola do original latino: “Este lugar, ya de antiguo consagrado en honor del arcángel Miguel, de reducidas dimensiones, caído en ruína después, permaneció así durante mucho tiempo; hasta que el abad Alfonso que venía de Córdoba, su patria, con su comitiva levantó las ruinas del edificio bajo el eficaz patrocinio del rey Alfonso (...)”. A partir desta

os testemunhos da sua presença no Ocidente peninsular são muito menos verificáveis. À excepção do mosteiro galego de Samos³⁶ e, em certa medida, do fenómeno moçárabe tardio da zona conimbricense – como veremos mais adiante a propósito do moçarabismo de Coimbra – parece que a instalação de moçárabes foi sendo sucessivamente menos intensa, na directa proporcionalidade de Oriente para Ocidente. Aqui, nota-se que o maior esforço de povoamento foi feito por não-moçárabes, um facto bastante claro logo a partir de Astorga³⁷.

Ora, é esta diferenciação entre os principais núcleos de estabelecimento moçárabe, para Norte do Douro, que está na origem da proposta avançada por Manuel Núñez Rodríguez, cuja vantagem em relação à *arte moçárabe* e à *arte de repovoamento*, reside no facto de se adaptar ao que historicamente é demonstrável, e não a uma certa idealização conceptual do que foi esse período.

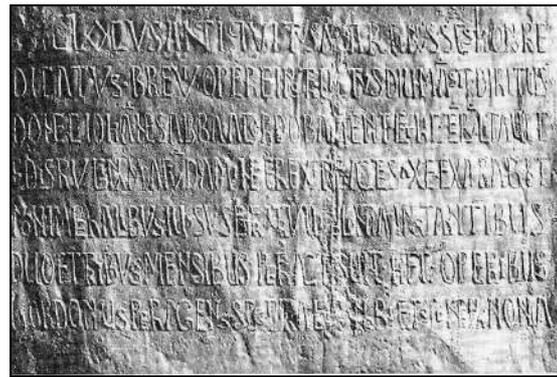


Fig. 4
Lápide fundacional da igreja de San Martín de Castañeda (921), publ. Vicente García Lobo, 1982

Manuel Núñez Rodríguez, reconhecendo a insuficiência dos termos *arte moçárabe* e *arte de repovoamento*, preferiu designar artisticamente o século X como “*A complexa realidade do século X*”, reconhecendo que a arquitectura religiosa então construída foi o resultado de uma síntese sobre vários substractos, em que importa

passagem, muitos autores reconheceram a importância dos moçárabes enquanto construtores e arquitectos, uma vez imigrados no Norte asturiano.

³⁵ Nestes dois mosteiros existem lápides muito parecidas, que referem ter sido as instituições destruídas e reconstruídas pelos monges moçárabes (Cfr. publicação de Manoel GÓMEZ-MORENO, *Op. Cit.*, reed. 1998, pp.141-142 e 168-169).

³⁶ Cfr. Ramón YZQUIERDO PERRÍN, *O século X*, *Galícia*, vol. X, A Coruña, Hécules, 1995, pp.114-115.

³⁷ Torquato de Sousa SOARES, “Carácter e limite do Condado Portucalense (1098-1128)”, *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1975, p.19, reconhecia já que “os povoadores do território Portucalense não acusam os vestígios de moçarabismo que se notam na população leonesa de então”, ainda que atribua esse facto a outras razões que não as que aqui pretendemos evidenciar. Com efeito Torquato de Sousa Soares acreditava que o povoamento portucalense havia sido realizado principalmente a partir do Sul, intuição hoje claramente refutada. Cfr. ainda opinião corrente em Emilio MITRE FERNÁNDEZ, *La España medieval. Sociedades. Estados. Culturas*, Madrid, Istmo, 1979, pp.108-109. José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano...”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.473, nota precisamente a distinção que existe entre as muitas fundações de monges moçárabes em Leão e a praticamente inexistência de fundações idênticas em território hoje português.

evidenciar o passado clássico-visigótico e a interligação de elementos de origem moçárabe, islâmica, asturiana e carolíngia³⁸.

É precisamente esse ecletismo, que se verifica nas soluções arquitectónicas e decorativas empregues, que nos permite reconhecer nos moçárabes um papel relativamente secundário na formação e evolução das conjunturas artísticas do Norte cristão entre o Asturiano e o Românico. Como veremos ao longo deste capítulo, a realidade é bastante mais diversificada do que à partida julgaríamos, e nem a arte pré-românica peninsular pode dispensar os elementos de natureza moçárabe, nem a tradição construtiva moçárabe serve para explicar, por si só, o carácter único das manifestações artísticas cristãs neste período. Mas antes de estabelecermos o nosso contributo para esta questão historiográfica, vejamos outras propostas conceptuais entretanto avançadas sobre este fenómeno.

1.2.2. ARTE DE RECONQUISTA

Alguns autores, trabalhando para cá da falência das teses de Sánchez Albornoz sobre o Ermamento e do modelo histórico que deu corpo à *arte de repovoamento*, equacionaram timidamente a existência de uma *arte de reconquista*³⁹, ainda que

³⁸ Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*, 1978, pp.184-185. As características específicas regionais galegas apontam para uma maior cautela em relação aos grandes monumentos erguidos em terras leonesas no século X e, em muitos casos, as distâncias artísticas são verdadeiramente significantes, impossibilitando a inclusão de obras tão distintas numa mesma sistematização tipológica. Atitude semelhante para a região da Galiza adoptou Ramón YZQUIERDO PERRÍN, “O século X”, *Op. Cit.*, 1995, 114-155, apesar de colocar em confronto as propostas ‘moçárabe’ e ‘de repovoamento’.

³⁹ Luciano HUIDOBRO utilizou o termo por oposição à arte visigótica: “El arte visigótico y de la Reconquista en Castilla. Nuevos descubrimientos”, *Boletín de la Comisión de monumentos históricos y artísticos de Burgos*, nº25, Burgos, Em Portugal, António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Inventário Artístico Nacional*, Distrito de Coimbra, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1952, republ. *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, p.50, utilizou esta *arte de reconquista* por oposição à *arte moçárabe*, concluindo que a igreja de São Pedro de Lourosa é erradamente catalogada como moçárabe, mas deveria sê-lo como monumento da *arte da reconquista*, ainda que não dê quaisquer argumentos conceptuais para esta opção. Também Mário Barroca refere-se-lhe ocasionalmente, mas num sentido indistinto ao que dá à ‘arte moçárabe’ (Cfr., entre outros trabalhos deste autor, “Do castelo da Reconquista...”, *Op. Cit.*, vol. XI-XII, 1990/91, pp.89-136. No CD-Rom que Barroca coordenou em colaboração com Lúcia Rosas, *Do Douro internacional ao Côa. As raízes de uma fronteira*, Porto, Instituto de Documentação Histórica da FLUP, 2000, o período específico que vai do reinado de Afonso III até aos alvares do Românico, é intitulado “período da Reconquista”). Também Luís CABALLERO ZOREDA, “Observations on historiography and change from the 6th to 10th centuries in the north and west of the Iberian Peninsula”, *The archaeology of Iberia – the dynamics of change*, ed. Margarita Díaz-Andreu e Simon Keay, Londres / Nova Iorque, Routledge, 1997, p.259, utilizando o termo por contraponto à *arte moçárabe* em território islâmico, que atrás designámos por *segunda arte moçárabe*. No mesmo texto, refere-se a uma *early mozarabic art* para definir a dinâmica construtiva cristã em território muçulmano (ss. VIII-X) e a uma *full mozarabic art* para as construções erguidas em território cristão ao longo do século X (pp.238-239 e 251-254).

nenhum tenha elaborado, até ao momento, um modelo teórico explicativo⁴⁰. E de todas as propostas alternativas que apareceram ao longo da segunda metade do século XX, esta é a que enfrenta maiores problemas de aplicação.

Por um lado, pelo próprio conceito de *reconquista*. Por outro, pela aplicabilidade do termo como qualificativo artístico.

Sem nos referirmos já à diferenciação entre uma fase *defensiva* e outra *ofensiva*⁴¹, a tradicional visão da *reconquista cristã* como um processo contínuo, desde Peláio aos Reis Católicos, está hoje completamente afastada. Inúmeros factores concorreram para a demonstração deste facto, desde a valorização dos aspectos económicos subjacentes à actividade guerreira até ao afastamento do igualmente tradicional entendimento de uma constante oposição entre cristãos e guerreiros, passando por todos os fenómenos ordenadores da Baixa Idade Média peninsular, como a senhorialização ou a ascensão e decadência de grupos sociais importantes, entre muitas outras variantes do problema.

Ao longo dos próximos parágrafos vamos analisar dois aspectos desta revisão historiográfica em torno do conceito de *reconquista* que julgamos determinantes para a exacta aplicabilidade do termo a partir de determinado momento na História: o neovisigotismo da corte asturiana aplicado às manifestações artísticas da monarquia e os limites da conquista muçulmana.

Da mesma maneira que *repopoamento* implica a aceitação de um anterior *despovoamento*, também *reconquista* implica a existência de uma prévia *conquista*. Essa conquista foi a do reino visigótico pelos muçulmanos, mas a partir de que momento a monarquia asturiana assumiu a continuidade civilizacional em relação ao perdido reino de Toledo? E até quando os reis do Norte ostentaram essa bandeira

⁴⁰ Lugar à parte merece Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Já vimos como em *Op. Cit.*, 1986, pp.95,111 e 147, este autor aceitou o termo *moçárabe* aplicado às formas artísticas do século X. Em todo o caso, reservou também um papel importante para o processo de expansão de Norte para Sul nesta centúria. À arte peninsular do século anterior ao ano mil chamou, então, “Arte moçárabe e da Reconquista”, mas utilizando indistintamente ambos os termos. Característica importante do pensamento deste autor foi a diferenciação que tentou estabelecer entre os séculos X e XI, optando por agrupar o percurso artístico das décadas posteriores ao ano mil sob a designação de “arte pré-românica”, uma proposta que revelava mais um carácter “proto-românico” da arte do século XI do que propriamente a continuidade cultural em relação ao que se passou no século anterior. Anos depois, aquando da publicação póstuma do volume sobre o Românico integrado na *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Presença, 2001, p.17, o complexo artístico dos séculos IX a XI aparece sob uma única designação - “Arte da Reconquista” -, mas, novamente, o autor utilizou indistintamente os qualificativos *de Reconquista* e *moçárabe*.

⁴¹ Enunciada por José Maria MÍNGUEZ, *La Reconquista*, Madrid, 1989 e referida por Maria Ângela BEIRANTE, “A «reconquista» cristã”, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, vol. II, Lisboa, Presença, 1995, p.253.

como fundamento essencial da sua existência e actuação? Textualmente, a primeira referência clara deste facto aparece na *Crónica Albeldense* (c.881) referindo-se à acção construtiva de Afonso II, *o Magno*, na cidade de Oviedo⁴².

É hoje consensual que o ideal restaurador godo identifica-se logo a partir de Afonso II. Alguns autores, entre os quais Isidro Bango Torviso, aplicam esta leitura à própria criação artística asturiana durante este reinado, justificando que “la realidad constructiva del Toledo áulico era perfectamente conocida por la élite que rodeaba al monarca asturiano”⁴³. Outras opiniões situam o ideal neovisigotista em torno da figura de Afonso III, também *o Magno*⁴⁴, precisamente a partir da imigração de moçárabes, únicos agentes em toda esta conjuntura que possuíam a consciência do passado visigótico em oposição ao Islão⁴⁵. Independentemente do momento específico em que o neovisigotismo passou a ser a justificação da existência da corte asturiana⁴⁶, o facto é que os primeiros monarcas de Oviedo não podiam ter a pretensão de conquistar toda

⁴² *Crónicas Asturianas*, ed. 1985, pp.248-249: “... y todo el ceremonial de los godos, tal como había sido en Toledo, lo restauró por entero en Oviedo, tanto en la Iglesia como en el Palacio”. Sobre a importância de Oviedo como continuadora do reino visigótico veja-se, entre outros autores, José M. GÓMEZ-TABANERA, “Los Visigodos en Hispania y la eclosion des «Asturorum Regnum»”, *Los Visigodos y su mundo* (1990), Madrid, Comunidad de Madrid, 1998, pp.163-174.

⁴³ Isidro BANGO TORVISO, *Op. Cit.*, 1994, pp.17-18. Também Ramón CORZO, *Op. Cit.*, 1989, p.96, entre outros.

⁴⁴ Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *San Salvador de Valdediós, o la fábrica sencilla de una arquitectura admirable*, Oviedo, Principado de Asturias, 1991, p.13, reserva um papel fundamental a este ideal neovisigotista como legitimador da acção militar de Afonso III pela posse do território peninsular.

⁴⁵ São muitos os autores que sobrevalorizam o elemento imigrado moçárabe na formação do neovisigotismo asturiano em detrimento da figura anterior de Afonso II. Como síntese, José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.443 e Manuel RECUERO ASTRAY, *Orígenes de la reconquista en el occidente peninsular*, A Coruña, Universidad de Coruña, 1996, pp.56-66. Concordamos com muitas das ideias expressas por este autor, independentemente das críticas que o seu trabalho mereceu a Virgilio MARTÍNEZ ENAMORADO, “Relaciones entre los omeyas y los núcleos cristianos”, *El esplendor de los Omeyas cordobeses. La civilización musulmana de Europa Occidental*, vol. I, Granada, Junta de Andaluzia / Fundación El Legado Andalusi, 2000, p.315, onde o autor critica Recuero por este partilhar de uma visão constituidora da Espanha medieval a partir do confronto contra o mouro infiel.

⁴⁶ Outros factores entram aqui em linha de conta e vêm dar maior credibilidade à tese de Bango Torviso no que diz respeito à questão ideológica; não necessariamente ao problema artístico de continuidade das soluções visigóticas em Oviedo. Um é a querela adopcionista, que colocou em campos opostos as igrejas de Oviedo e de Toledo: a decoração mural de San Julián de los Prados, entendida como um perfeito aniconismo (Cfr. Isidro BANGO TORVISO, “L’«Ordo Gotorum» et sa survivance dans l’Espagne du Haut Moyen Âge”, *Revue de l’art*, nº70, Paris, CNRS, 1985, pp.9-20), é um factor a ter em conta num possível afastamento da Toledo dominada em relação aos valores visigóticos e na sua pronta recuperação em Santullano, Oviedo. Por outro lado, a questão litúrgica: em nenhum momento da nossa digressão conceptual podemos esquecer que a velha liturgia hispânica, definida, nas suas linhas gerais, em tempos visigóticos, manteve-se no Norte cristão até à segunda metade do século XI, facto que permite assegurar uma outra via de continuidade em relação a Toledo, também no campo construtivo, como veremos.

a Península e só com Fernando, o *Magno*, e a conquista de Toledo (1085) poderemos começar a falar nessa pretensão⁴⁷.

Um segundo aspecto decisivo para a aplicabilidade de *reconquista* como conceito operatório artístico, tem que ver com os limites da conquista muçulmana. Há pouco referimo-nos à inserção de comunidade-ilhas na coroa de Oviedo-León em oposição ao conceito de *repovoamento* (nota 25). Vamos agora aprofundar um pouco essa realidade, no que diz respeito ao de *reconquista*.

Num recente estudo sobre a origem da reconquista cristã na área ocidental da Península, Manuel Recuero Astray defendeu a deliberada renúncia islâmica em ocupar e islamizar o vasto território situado a Norte do Douro. Por desconhecimento da geografia peninsular física e humana, por basear a sua conquista numa sucessão de pactos com as populações autóctones ou simplesmente por desinteresse, o domínio islâmico nunca pretendeu substituir-se ao reino visigótico precedente e se hoje não se pode atribuir a Afonso I a amplitude despovoadora que Sánchez Albornoz lhe consagrou, é um facto que este monarca, com as suas acções de guerrilha, contribuiu decisivamente para essa renúncia muçulmana a parte do território peninsular⁴⁸.

Ora esta renúncia do poder invasor é tão mais importante quanto acreditamos ter-se verificado um processo análogo por parte das forças cristãs. A forçada concentração nas Astúrias de um grupo restrito de efectivos levou a que também Oviedo tivesse de renunciar a parte do território e só lentamente o fosse integrando nos seus domínios. O que se passou primeiro na Galiza⁴⁹, e depois um pouco por todo o Ocidente até à linha do Douro, não foi um processo de *reconquista*, nem sequer uma *conquista*, mas tão só a integração de comunidades independentes no modelo

⁴⁷ Vergílio CORREIA, “Notas sobre o pré-românico coimbrão”, *Obras*, vol. II, Coimbra, 1949, pp.31-38, chamou à arte cristã do Norte peninsular entre a monarquia das Astúrias e o advento do Românico *neo-goda*. Esta opção é igualmente restritiva em relação às que anteriormente abordámos. Por um lado, sobrevaloriza o elemento visigótico como prevalente às múltiplas correntes que podemos hoje identificar nos edifícios desta época. Por outro, parte do pressuposto duvidoso de que os promotores e realizadores deste tipo de arte conheciam a realidade construtiva do antigo reino visigótico, premissa que, como foi analisado anteriormente, não é inteiramente sustentável.

⁴⁸ Manuel RECUERO ASTRAY, *Op. Cit.*, 1996, pp.44-54.

⁴⁹ A integração da Galiza na coroa asturiana não foi um processo fácil para os reis de Oviedo. José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.531: ainda que as *Crónicas Asturianas* não o refiram – por estarem imbuídas de um carácter propagandístico óbvio – temos conhecimento de numerosas revoltas durante o primeiro século de ocupação islâmica, facto que permite concluir não ter sido a incorporação desta faixa noroeste da Península nos domínios asturianos “um movimento pacífico e que os chefes que dominavam a região aceitaram com dificuldade a nova ordem política”. Sobre o reconhecimento por parte das comunidades galegas de uma autoridade asturiana ‘herdeira do reino visigótico’ veja-se Ermelindo PORTELA, “Galícia en la época de Alfonso III”, *La época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós* (Oviedo, 1993), Oviedo, 1994, pp.93-95.

civilizacional emanado de Oviedo, proporcionada por uma expansão do reino cristão pela ‘terra de ninguém’.

Atingida a linha do Douro com Afonso III – no Ocidente peninsular bastante mais a Sul, como teremos oportunidade de ver adiante -, o processo expansionista foi limitado pelas lutas internas que fraccionaram as forças cristãs e não por qualquer reacção muçulmana. Do lado islâmico, Abd al-Rahmann desencadeou uma série de ataques aos domínios do Norte cristão, mas o resultado desastroso da Batalha de Simancas, em 939, fez com que o califa renunciasse, também ele, à vasta zona setentrional da Península.

Na segunda metade do século X a vaga fanática que acompanhou al-Mansur fez com que o lado cristão tivesse de comprar a sua sobrevivência política, mas também aqui não houve a intenção de conquistar e dominar os territórios do Norte. A viragem para o século XI anunciou os novos tempos. Apesar das contínuas revoltas dos condes castelhanos, a subida ao trono de Fernando, o *Magno*, inverteu totalmente a geografia político-militar peninsular. As forças cristãs passaram finalmente a uma acção ofensiva em termos militares e só a partir desse momento é que a Reconquista tomou verdadeiramente corpo, com as investidas decisivas rumo a um domínio efectivo do território conquistado ao muçulmano.

Por outro lado, quando a reforma religiosa de Cluny-Roma faz a sua entrada triunfante na Península, em Burgos no ano de 1080, a Reconquista adquire um carácter muito mais de cruzada contra o infiel do que de restauração do antigo reino visigótico. À excepção do caso da conquista de Toledo, escassos cinco anos depois do Concílio de Burgos – e, portanto, ainda largamente conotada com a anterior ordem litúrgica de origem visigótica – os caminhos das monarquias hispânicas rumo aos territórios do Sul baseia-se no ideal de cruzada difundido por Cluny, por Roma, por Cister...⁵⁰

Pelo que acabamos de expor, a Reconquista não é um fenómeno cronologicamente circunscrito ao lapso temporal dos séculos IX a XI e inicia-se muito tarde, na segunda metade do século XI, já nas vésperas do Românico e quando toda a actividade construtiva que caracteriza a arquitectura do período imediatamente a seguir a Afonso III tinha sido abruptamente interrompida no ocidente peninsular. Por

⁵⁰ Sobre a inadequação do termo “Reconquista” à expansão dos reinos hispânicos para Sul da Península, veja-se Josep TORRÓ, “Pour en finir avec la «Reconquête». L’occupation chrétienne d’al-

outro lado, se *arte de repovoamento* é um qualificativo assente numa base sociológica imprecisa, *arte de reconquista* não se apresenta como melhor opção, baseando-se em pressupostos político-militares igualmente duvidosos, faltando a ambas estas propostas um referente estilístico evidente.

1.2.3. ARTE FRONTEIRIÇA

Pita Andrade, outro dos nomes marcantes da historiografia artística altimedieval espanhola, referiu-se a uma *arte fronteiriça* realizada ao Sul de León na primeira metade do século X⁵¹.

É um facto que ao contrário do que havia sucedido ao longo de toda a segunda metade do século IX, em que o centro edificador se circunscrevera à cidade de Oviedo⁵², a viragem para o século X coincidiu com um incremento considerável da dinâmica construtiva para terras entre León e o Douro, facto que comprova a deslocação para Sul e, neste sentido, para áreas mais perto do domínio islâmico. Mas esse facto deveu-se, sobretudo, à regionalização de poderes com que Afonso III dotou o reino em expansão, com a transferência da capital para León, a emergência dos condados e a enorme dinâmica verificada em torno da actividade monástica.

Por outro lado, que fronteira era esta? No século X, antes das ofensivas reconquistadoras de Fernando, *o Magno*, e de a disputa militar se intensificar, para lá do Douro continuava a ‘terra de ninguém’. Apesar da transferência da capital cristã para Sul de Oviedo e da diminuta organização territorial baseada nas marcas islâmicas (Mérida, Toledo e Saragoça)⁵³, “Córdova e León eram centros referenciais demasiado

Andalus, la soumission et la disparation des populations musulmanes (XIIe – XIIIe siècle)”, *Cahiers d’Histoire*, nº78, 1999, pp.79-97.

⁵¹ J. M. PITA ANDRADE, “La Edad Media”, *Castilla la Vieja. León*, Vitória, 1975.

⁵² Excepção feita para as basílicas que respectivamente Afonso II e Afonso III construíram em Santiago de Compostela. Sobre a noção de Santiago de Compostela como centro artístico do reino asturiano-leonês veja-se Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, “La arquitectura como expresión de poder”,

⁵³ Cada marca englobava diversas kuras, unidade administrativa mais pequena e relativamente associada aos condados do Norte cristão. Tal como o conde, o wali, ou governador da kura, era nomeado pelo poder central e estava encarregue do ordenamento territorial.No século X e para a faixa ocidental conhecem-se as kuras de Coimbra, Santarém, Idanha, Lisboa, Alcácer do Sal, Évora, Beja e Ossónoba. Contudo, tratam-se de circunscrições administrativas cuja definição histórica é ainda muito problemática, nomeadamente no que diz respeito aos seus limites geográficos, e sobretudo para regiões imediatamente a Sul do Douro. Para uma visão recente sobre este problema e sobre as perspectivas de trabalho acerca do assunto, veja-se A. H. Oliveira MARQUES, “O «Portugal» islâmico”, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, vol. II, Lisboa, Presença, 1995, pp.184-188.

longínquos para determinarem formas precisas de organização das populações”⁵⁴ e de efectivo controlo sobre elas e respectivo território.

A noção de fronteira no século X é, assim, substancialmente distinta da que aparecerá a partir da segunda metade do século XI: ela é distante, imprecisa e situa-se para lá do limite efectivo de poder que um centro tem do seu território⁵⁵. Verifica-se, assim, o ‘contrário de fronteira’, ou seja, não se identificando os pontos geográficos em que a paisagem muda de dono - quanto mais reconhecer as linhas invíveis da separação do território -, assume-se que determinada localidade, mosteiro, estrutura fortificada, antiga *uilla*, exploração agrícola familiar, etc., está em terras sob jurisdição cristã ou muçulmana pela distância em relação a um centro civilizacional. E até estes centros e subcentros teoricamente antagónicos entrarem em conflito directo pela posse do território terá de se esperar pela segunda metade do século XI e pela abertura europeia que caracterizará os reinos do Norte a partir de então.

A opção por uma *arte fronteira* revela-se, deste modo, igualmente restritiva para a realidade artística que tenta abarcar. Não só a noção de fronteira não se aplica, porque o antagonismo próximo entre civilizações não está provado e porque o reino asturiano podia ainda expandir-se para Sul sem entrar em conflito aberto com os centros islâmicos definidores do território, como o referente geográfico que propõe está longe de corresponder à realidade. Apesar dos grandes monumentos que costumam ser referidos como caracterizadores desta conjuntura se situarem um pouco a Norte da linha do Douro (Escalada, Peñalba, Ollas, Mazote, etc.), é um facto que falamos de uma dinâmica construtiva mais alargada, que teve pleno sucesso em áreas tão a Norte como a Galiza ou os Picos da Europa, e que apenas o estado necessariamente fragmentário dos seus testemunhos não nos permite hoje identificar com rigor o número e a localização exactas das implantações.

O facto de esta proposta se instituir como qualificativo puramente geográfico levou Otto Werckmeister a elaborar uma nomenclatura composta, conjugando o termo *fronteira* com o ‘monasticismo de carácter moçárabe’⁵⁶. Sem aludir já à discussão

⁵⁴ Paulo Almeida FERNANDES, *A Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha*, Lisboa, Centro História das Religiões da Universidade Lusófona de Lisboa, 2001, p.68.

⁵⁵ Hermenegildo FERNANDES, “Fronteiras e Reconquista”, *Portugal islâmico – os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p.270: “As áreas periféricas funcionam como um espaço de transição sobre o qual o poder se irá, em princípio, exercendo de forma cada vez mais frouxa à medida que vai aumentando a distância em relação ao núcleo central ou aos secundários que em torno dele gravitam”.

⁵⁶ Otto WERCKMEISTER, “Art of the frontier: mozarabic monasticism”, *The art of medieval Spain*, Nova Iorque, Metropolitan Museum, 1993, pp.121-166.

sobre o real peso das comunidades moçárabes imigradas na formação desta arte, e da aplicação da noção de ‘fronteira’ atrás explanada, trata-se de uma conjuntura que está longe de ter nas construções monásticas a sua única manifestação. Uma outra força vital nos reinos cristãos do Norte ao longo dos séculos X e XI esteve directamente ligada a esta conjuntura construtiva e não só protegendo as iniciativas monacais, mas também edificando para si e para os núcleos populacionais na sua dependência: os condes.



Fig. 5
San Cebrián de Mazote (primeira metade do século X). Abóbada sobre o cruzeiro, publ. José Fernández Arenas, 1978

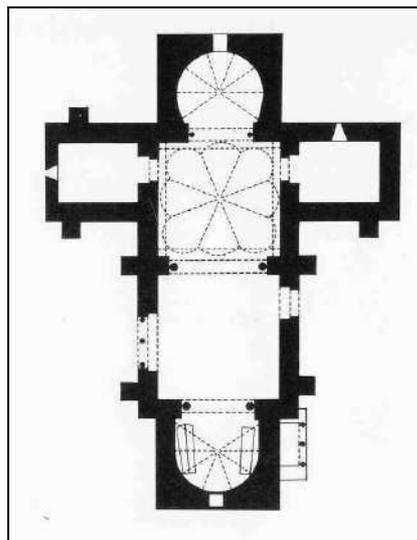


Fig. 6
Santiago de Peñalba (919 – segunda década do séc. X). Planta publ. Manuel Gómez Moreno, 1919

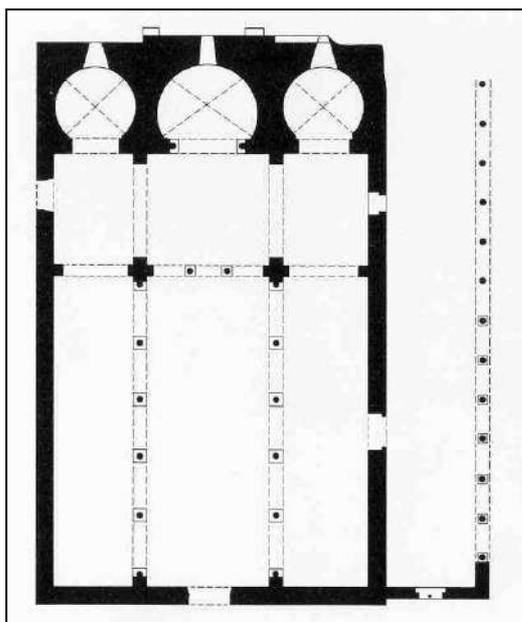


Fig. 7
San Miguel de Escalada (c.913). Planta publ. Manuel Gómez Moreno, 1919

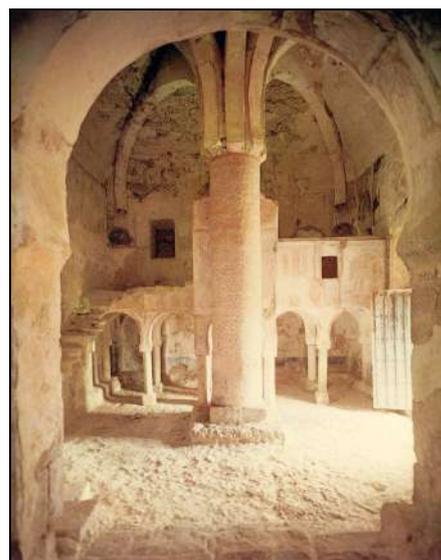


Fig. 8
San Baudel de Berlanga (finais do século X ou inícios do seguinte). Vista parcial do interior, publ. José Fernández Arenas, 1978

1.2.4. ARTE DE ÉPOCA CONDAL

Cronologicamente, a *arte condal* foi a primeira proposta alternativa a surgir depois do trabalho marcante de Gómez Moreno⁵⁷. O facto de historiograficamente ter sido avançada por autores que não construíram um modelo explicativo para toda a arte deste período realizada em território cristão, fez com que o seu eco não chegasse aos grandes debates científicos em torno desta questão e só há pouco mais de dez anos, graças a um artigo de Salvador Andrés Ordax⁵⁸, ela tenha sido encarada como verdadeira alternativa.

Ao retomar uma nomenclatura avançada há décadas e que até então não tinha vingado, Andrés Ordax não se limitou a revalorizar uma proposta. Ele próprio lhe acrescentou um referente cronológico específico: *arte de época condal*⁵⁹. Ao contrário das dominantes étnica, sociológica, político-militar e geográfica que caracterizavam as propostas anteriores, a opção por esta denominação revestia-se de um âmbito temporal específico e adequava-se claramente ao contexto político castelhano, sobre o qual Andrés Ordax escrevia.

De todas as propostas alternativas, *arte de época condal* surgiu como uma opção conceptual francamente mais abrangente que as restantes.

Por um lado, realçava o facto de toda a dinâmica construtiva verificada nos séculos X-XI coincidir com o apogeu do poder condal – segundo poder na hierarquia do reino, imediatamente a seguir ao monarca -, cujo modelo político-administrativo havia sido iniciado com Afonso III e entrara em declínio a partir das invasões de Almançor, acabando definitivamente com a subida ao trono de Fernando, *o Magno*⁶⁰.

⁵⁷ Luciano HUIDOBRO, “Arte condal: iglesia de Santa Maria en San Vicente del Valle (Belorado)”, *Boletín de la Comisión provincial de monumentos históricos y artísticos de Burgos*, nº41, Burgos, 1932, pp.360-365. Também Fr. Justo PÉREZ DE URBEL, “Reconquista y repoblación de Castilla y León”, *La Reconquista española y la repoblación del país*, Saragoça, 1951.

⁵⁸ Salvador ANDRÉS ORDAX, “Arte de época condal”, *Historia de Burgos*, vol. II, t.2, Burgos, Caja de Ahorros Municipal de Burgos, 1987, pp.11-26. Também Sabine NOACK, “En torno al arte mozárabe”, *III Congreso de arqueología medieval española*, t.3, Madrid, Comunidad de Madrid, 1987, p.585.

⁵⁹ Perante as limitações e dificuldades das artes *mozárabe*, *de repovoamento* e *fronteira* em definir exactamente a realidade artística dos reinos do Norte entre os finais do século IX a os inícios do século XI, Salvador ANDRÉS ORDAX, “Arte de época condal”, *Ibidem*, vol. II, t.2, 1987, p.12, preferiu “hacer una referencia epocal simplemente, advirtiendo que tampoco sería conveniente sustantivar el título como hiciera Luciano Huidobro, ya que la propia connotación política podría sugerir una visión parcial de nuestro arte”.

⁶⁰ Em 1029 o Condado de Castela é incorporado no património da monarquia navarra e com Fernando, *o Magno*, passa a Reino conjuntamente com Leão, designando-se, a partir de então, por Reino de Leão e Castela. O caso portugalense foi diferente. Depois da conquista de Coimbra por Almançor, o território ocidental manteve a figura do Conde de Portucale até 1071, mas parece que desde cedo “Fernando *Magno* confirmou a autoridade dos infanções sobre as terras que dominavam de facto,

Este lapso temporal, entre a viragem para o século X e os meados do século XI, correspondem precisamente às balizas cronológicas da conjuntura artística de que nos ocupamos.

Por outro, colocava na dependência do poder condal todas as iniciativas construtivas deste largo período, referindo-se ao topo da pirâmide civilizacional como elemento definidor primordial e não a qualquer minoria étnica e/ou condicionante sociológica. Só a organização territorial proporcionada pela acção dos condes permitira a edificação de igrejas e mosteiros um pouco por toda a área expansionista, processo em que participaram diferentes agentes de proveniência díspar e portadores de culturas materiais necessariamente distintas.

Ora se a nível político e cronológico, a *arte de época condal* adequou-se perfeitamente à realidade histórica, faltou-lhe abranger essa diversidade de soluções construtivas, espaciais, artísticas e estilísticas patentes em toda a arte deste século e meio desenvolvida em solo cristão. Ao referir-se apenas à área castelhana, Salvador Andrés Ordax não contemplou a realidade peninsular em que claramente a arte deste período se desenvolve, nem teve em atenção que as realizações artisticamente mais relevantes situam-se numa parcela de território em que não existia qualquer poder condal.

Ao mesmo tempo abriu o perigoso precedente de limitar a discussão conceptual deste tema a duas áreas geográfico-políticas que, actuando em oposição ao longo do século X e primeira metade do XI, ao unirem-se irão ser responsáveis por todo o percurso do reino nos séculos seguintes: Leão e Castela.

A redução perigosa do âmbito de debate, com base neste pressuposto político-geográfico, teve os seus reflexos na historiografia artística especificamente dedicada ao tema. É neste sentido que interpretamos a recente proposta de denominação avançada por Javier Rivera Blanco: *arte imperial leonesa e condal castelhana*⁶¹. Como Andrés Ordax, limita a arte deste período realizada em território peninsular a duas áreas geográfico-políticas em oposição. Na área leonesa pretende integrar a Galiza, o que já de si é duvidoso pelas características específicas materiais aí remanescentes deste período, mas rejeita à partida o espaço que dará origem ao futuro reino de Portugal.

ligando directamente a figura real aos governadores das terras, sem passar pela figura do Conde” (José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.558).

⁶¹ Javier RIVERA BLANCO, “La encrucijada de caminos”, *Op. Cit.*, 2000, pp.57-59.

Nesta faixa ocidental, onde a linha de Reconquista chegou ao seu ponto mais meridional entre a expansão de Afonso III e o retrocesso provocado por Almançor, os condados de Coimbra e de Portucale assumiram especial importância política ao longo de todo o século X. Por diversas vezes influíram decisivamente na sucessão da coroa leonesa⁶² e só a viragem para as terras orientais e a abertura à Europa que a dinastia navarra representou, a par das acções de al-Mansur, os relegou para uma posição interventiva secundária⁶³.

Por outro lado, a nível artístico é possível reconhecer uma originalidade ocidental que distingue as realizações artísticas dos condados ‘portugueses’ da que caracteriza as áreas leonesa e castelhana. Manuel Luís Real, que ao longo dos últimos anos tem desenvolvido as suas pesquisas neste campo, refere-se a um estilo mais sóbrio na área de influência galaico-portuguesa, em oposição directa “à exuberância do moçarabismo leonês”⁶⁴. E se é certo que até há bem pouco tempo os testemunhos monumentais remanescentes em território português desaconselhavam essa

⁶² Na década de 70 do século IX Afonso III ordenou a reunião de um concílio em Guimarães para definir o povoamento de Portucale. Seu filho, Ordonho deu grande atenção à faixa ocidental, como o prova a delimitação do antigo bispado de Dume em 911 e a sua presença no mosteiro de Crestuma em 922, na companhia da rainha e de dois condes. Em 926 o futuro rei Ramiro II instalou a sua corte em Viseu, cabendo-lhe a parte sudoeste do reino na partilha com seus irmãos, Sancho e Afonso. Depois de aclamado rei em León em 931, não deixou de prestar atenção aos seus antigos territórios, como o prova um documento do mosteiro de Lorvão de 942 que alude à sua presença no cenóbio, e especialmente a íntima relação que desenvolveu com a família condal de Portucale (Hermenegildo Gonçalves e Mumadona), à qual estava ligado por filiação familiar. Ordonho III empreendeu uma violenta vaga destruidora nas Beiras e na Estremadura, provavelmente em consequência do apoio que os condes de Coimbra haviam dado a seu irmão Sancho, futuro Sancho I, na luta pelo trono. Ascendendo este à categoria de monarca, veio a morrer em Viseu, em 966, ao que tudo indica envenenado pelo conde de Coimbra. No início da década de 80 novas revoltas acontecem neste extremo da Península, na tentativa de impor Bermudo II como rei. Mais tarde, quando o perigo militar muçulmano se começou a fazer sentir, Ramiro III viu a sua autoridade ser posta em causa pelos condes ocidentais, aliando-se então o conde de Coimbra a Almançor na tentativa de derrubar o monarca, facto que precipitou o fim do condado e fez com que a larga faixa central do actual território português permanecesse ‘desorganizada’ em termos cristãos até 1064. O caso de Portucale foi diferente. Abalado igualmente pelas vagas destruidoras de Almançor, o fim do condado portucalense deve-se a outra intromissão na sucessão do reino, morrendo o conde em combate na Batalha de Pedroso, contra os caudilhos galegos. Politicamente, a importância dos condes ocidentais é semelhante à dos condes castelhanos, em particular o portucalense. Mas em Castela verificou-se “um comando unitário e uma sucessão prolongada por via masculina, o que permitiu a esta região aceder mais precocemente a uma posição política independente. Em Portugal, pelo contrário, a existência de dois condados rivais entre si e a complexa relação deles com os outros condes da Galiza explicam que só mais tarde se tenha dado uma evolução análoga” (José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.540).

⁶³ Esta íntima ligação à figura real ao longo de todo o século X e o conseqüente distanciamento em relação ao monarca a partir da mudança dinástica protagonizada por Fernando, o *Magno*, foi colocada em relevo por Maria João Violante Branco Marques da SILVA, “Portugal no reino de León. Etapas de uma relação (866-1179)”, *El reino de León en la Edad Media*, vol. IV (La Monarquía (1109-1230)), León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1993, p.561, como uma das principais causas de decadência das grandes famílias condais do Ocidente peninsular em meados do século XI.

⁶⁴ Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência: dados recentes...”, *Op. Cit.*, 1995, p.64.

aproximação à Galiza, os inúmeros elementos trazidos a luz ao longo da última década na densamente povoada região do Entre-Douro-e-Minho⁶⁵, vêm confirmar essa originalidade ocidental a que Real se refere e que alguns autores galegos já reconheceram na distinção que fazem entre as realidades materiais leonesa e galega.

A propositada inserção da Galiza na corrente artística leonesa e a recusa de visibilidade artística nos condados ocidentais de Portucale e de Coimbra, como nos propõe Javier Rivera Blanco, revela-se, deste modo, ainda mais redutora que as anteriores propostas alternativas e não pode ser aceite sem discussão. Para além de reduzir drasticamente os âmbitos político e geográfico em que a arte cristã dos reinos do Norte se desenvolve entre os finais do século IX e a primeira metade do século XI, assume, à partida, uma contraposição entre o monarca e os condes castelhanos para provar a bicefalidade que constituirá o futuro reino de Leão e Castela. Neste sentido, não tem em conta todas as áreas peninsulares onde o poder condal existiu e efectivamente patrocinou a construção de edifícios. Para o caso ‘português’, esta observação é verdadeiramente significativa, pois, como concluiu Manuel Luís Real, os condes de Portucale dificilmente poderiam deixar de estar associados a este movimento construtivo “dado que ele contribuía para a imagem do prestígio que necessitavam impôr”⁶⁶.

⁶⁵ Principalmente através do estudo de Mário BARROCA, “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, Faculdade de Teologia de Braga da Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp.101-145.

⁶⁶ Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência: dados recentes...”, *Op. Cit.*, 1995, p.67. Não se justifica neste momento apresentar uma proposta sistematizadora da arte dos séculos IX-XI remanescente em território português, tarefa evidentemente longa e cuja amplitude não se aplica aos objectivos que delineámos para este trabalho. A enorme quantidade de material que temos vindo a coligir no âmbito do presente projecto de investigação, aponta para a existência de duas correntes estilísticas dominantes no actual território português ao longo do período em questão: por um lado, a sobrevivência das correntes asturianas, que nesta faixa territorial adoptam modelos mais clássicos e um outro rigor construtivo; por outro, uma íntima relação para com a realidade material galega, decisiva para a formação de um grupo estilístico muito próprio, distinto dos que se assinalam em Leão e em Castela, e onde a acção da família condal portugalense terá sido determinante. É óbvio que na esmagadora maioria dos casos estas duas correntes estilísticas não são antagónicas, nem, evidentemente, o poderiam ser em construções tão próximas no espaço e no tempo. Mas isso é matéria para uma abordagem histórico-artística da faixa ocidental peninsular ao longo deste período, e não para o modelo conceptual a que o presente capítulo se cinge. Por agora, importa deixar claro que consideramos a família condal portugalense um dos principais impulsionadores na construção de edifícios religiosos na primeira metade do século X e que, portanto, tudo o que se passou para cá das fronteiras do futuro reino de Leão e Castela tem relevância artística a nível peninsular.

1.3. PRÉ-ROMÂNICO HISPÂNICO: UMA PROPOSTA PARA UM CONSENSO

Como vimos nas páginas precedentes, o problema da denominação a dar ao tipo específico de arte que se desenvolveu nos reinos do Norte da Península entre finais do século IX e a segunda metade do século XI não se apresenta de fácil resolução. “La denominación de prerrománico es la más vaga y ambigua, la de frontierizo es restrictiva al conjunto y inexacta, la de mozárabe excluyente, la de repoblación únicamente sociológica y sólo en parte real. La más acertada parece la de época condal, pero como señalaba Andrés Ordax es sólo histórico-política”⁶⁷.

O problema principal que se coloca hoje à comunidade científica especificamente dedicada à Alta Idade Média peninsular é o seguinte: procura-se sistematizar uma estrutura artística – entre a arte asturiana e o advento do Românico – sem que verdadeiramente se reconheçam características homogêneas suficientes para formular um *estilo*⁶⁸.

As dificuldades em identificar uma via de influência dominante - o que tem conduzido ao extremar de posições sobre a rigorosa originalidade deste fenómeno artístico⁶⁹ -, bem como a distância qualitativa e de soluções empregues em edificações comprovadamente contemporâneas, têm favorecido este impasse, a que novos fenómenos historicamente verificáveis - como a visibilidade construtiva dos cristãos submetidos - não vêm prestar qualquer auxílio clarificador. Por outro lado, as determinantes conjunturais deste largo período, em que se identificam variantes

⁶⁷ Javier RIVERA BLANCO, “La encrucijada de caminos”, *Op. Cit.*, 2000, p.57.

⁶⁸ Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*, 1988, p.25, reconheceu já a dificuldade em individualizar um estilo que incluía “Celanova, Mazote, Peñalba...”, xa que no hai unidade nin regras, «uniformidad nin repetición» tal é a súa singular variedad”. Javier RIVERA BLANCO, “La encrucijada de caminos”, *Op. Cit.*, 2000, p.56, afirma mesmo que “el arte y la arquitectura de los siglos IX al XI no constituyen un «estilo» dada su heterogeneidad morfológica”.

⁶⁹ Neste ponto encontra-se um outro problema que não tivemos oportunidade de referir ao longo do texto mas que não pode ser esquecido nesta digressão historiográfica: o da influência islâmica na arte asturiana e sua repercussão pela arte do século X. Manuel Gómez Moreno dedicou especial atenção a este problema e as abordagens mais recentes apontam para uma influência islâmica decididamente mais vinculada na arte asturiana (Cfr. Luís CABALLERO ZOREDA, “Observations on historiography...”, *Op. Cit.*, 199, pp.254-256) que na erradamente designada *arte moçárabe*. A manutenção do termo *moçárabe* como qualificativo artístico e a sugestão de que foram os moçárabes os veículos transmissores das formas andaluzes, leva alguns autores a considerarem a arte do século X muito mais influenciada pelo Sul que a arte asturiana (Cfr. Mário BARROCA, “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos...”, *Op. Cit.*, vol. I, 1990, p.130). Sem questionarmos, por agora, qualquer destas posições, é um facto que ambas representam visões antagónicas sobre questões fundamentais e qualquer abordagem à arte do século X nelas baseada não poderá deixar de chegar a resultados bem diferentes.

regionais importantes e impulsos construtivos diferenciados no tempo, são ainda vectores decisivos a ter em conta.

Como bem assinalou Isidro Bango Torviso, o conceito de *estilo* enquanto estrutura operativa da História da Arte tem um forte conteúdo formalista, “pues permite disponer las creaciones artísticas en una serie de compartimentos contiguos (...). Los problemas surgen cuando una forma participa de uno o dos compartimentos a la vez, cuando los compartimentos carecen de una clara caracterización estilística”⁷⁰. Ora é precisamente o que se passa com o *pré-românico hispânico*. Por um lado, a inexistência de produtos artísticos remanescentes homogêneos o suficiente para encorparem um *estilo*. Por outro, a multiplicidade de influências artísticas que é possível reconhecer nesta arquitectura, coexistindo elementos que tanto podem ser filiados na arte islâmica califal, como na arte asturiana, como na arte de época visigótica, como ainda nas diferentes vagas de arte mediterrânica, desde Bizâncio ao Norte de África, passando por Roma e pelas costas do Adriático.

Em 1973, Jacques Fontaine publicou o seu primeiro volume dedicado à arte da Alta Idade Média peninsular na colecção Zodiaque. Por forma a abranger os ciclos artísticos identificáveis entre o período paleocristão e a monarquia asturiana, intitulou-o *Le pré-roman hispanique*⁷¹. Hoje, passados quase trinta anos sobre esta data, voltamos a utilizar a denominação de *Pré-românico hispânico* como conceito operatório em História da Arte da Alta Idade Média peninsular. Mas fazêmo-lo num outro contexto cronológico-cultural, diferente do proposto por Jacques Fontaine que, como vimos, se aplicava ao período entre a queda do Império romano do Ocidente e o reinado de Afonso III das Astúrias. Vejamos, então, por que razão pensamos que se trata de um conceito válido para a arte dos reinos cristãos do Norte peninsular dos séculos X e XI.

⁷⁰ Isidro Gonzalo BANGO TORVISO, “Crisis de una Historia del Arte medieval a partir de la teoría de los estilos. La problemática de la Alta Edad Media”, *Revisión del Arte Medieval en Euskal Herria – Cuadernos de la Sección de Artes Plásticas y Monumentales*, nº15, Donostia, 1996, pp.20-21.

⁷¹ Jacques FONTAINE, *Le pré-roman hispanique*, Yonne, Zodiaque, 1973. A edição espanhola deste volume, editada pelas Ediciones Encuentro, 3ªed. espanhola 1992, levou por título apenas *El Prerrománico*. Em 1978 Fontaine publicou o seu segundo volume dedicado à Alta Idade Média espanhola, abrangendo os séculos X e XI, obra que o autor intitulou *Le Mozarabe*, revelando uma clara aceitação do termo conceptual definido por Manoel Gómez Moreno.

1.3.1. O ECLETISMO CULTURAL E A IMPOSSIBILIDADE DE DEFINIÇÃO DE *UM ESTILO*

José Mattoso, integrando culturalmente o século X na mesma dinâmica histórica que a monarquia ovetense do século precedente, definiu esta enorme heterogeneidade como uma característica dominante do percurso cultural que os reinos do Norte trilharam no lento caminho para o ano mil. É uma heterogeneidade que ultrapassa o âmbito restrito da discrepância qualitativa entre as manifestações do centro (Oviedo, a que podemos juntar Compostela e León) e as da periferia (actual território português e, de uma forma geral, todo o Ocidente peninsular), mas que se alarga a todos os campos culturais do reino e até às questões mais imediatas da vivência quotidiana, como a linguagem ou a designação das instituições. Desde o “fascínio pelo luxo islâmico” ao contacto com o passado clássico e visigótico, desde as influências orientais a outras transpirenaicas, “não há, pois, domínio nenhum da vida humana em que não se mostrem as contradições das correntes culturais e as hesitações a que a sua mistura dava lugar, antes de se ir formando qualquer síntese”⁷².

Este “*ecletismo*” cultural, perfeitamente demonstrado por José Mattoso⁷³, teve nas formas artísticas um campo privilegiado de manifestação, e é o principal responsável pelas dificuldades que hoje sentimos em individualizar num único *estilo* a arte peninsular dos reinos do Norte entre os anos finais do século IX e a segunda metade do século XI⁷⁴. Com efeito, não só a distância entre o centro e as periferias é

⁷² José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.511.

⁷³ Deve referir-se aqui uma primeira tentativa de caracterização estilística neste sentido enunciada por António Nogueira GONÇALVES, “Evocação do XI centenário da primeira reconquista cristã de Coimbra”, discurso proferido em 7 de Dezembro de 1978 nas *I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro* e publicado em *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, EPARTUR, 1980, pp.343-355. Neste pequeno texto, o autor reconhece a multiplicidade de fontes artísticas presentes na arte cristã dos séculos X e XI, bem como a variedade tipológica das construções inseridas neste complexo histórico-cultural. Também Aarão de LACERDA, *História da Arte em Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1942, p.153, baseando-se nas conclusões de Manoel Gómez Moreno, concluiu que não há unidade arquitectónica e estilística em todas estas igrejas: cada uma “procura por meios diferentes a satisfação do seu ideal cristão”.

⁷⁴ José Mattoso aponta o templo de São Frutuoso de Montélios como o paradigma deste ecletismo em território português. Apesar de não partilharmos inteiramente da cronologia por si apontada, nomeadamente quanto à inexistência de uma fase visigótica, são nítidas as diversas correntes artísticas aí presentes, seja na tipologia arquitectónica a lembrar a Gala Placídia de Ravena, seja na planta interior das ábsides, cujo plano podemos encontrar na igreja de Bobastro e depois no núcleo leonês do século X – mas que pode recuar mesmo ao mudo tardo-romano e às triplas ábsides dos *martyria* -, passando pela tripla arcada ou os suprimidos ajimezes, elementos situáveis entre a tradição asturiana e as influências do al-Andalus. Mas este ecletismo assume contornos verdadeiramente surpreendentes quando confrontamos Montélios com outros monumentos edificados no mesmo largo período, como Lourosa, Celanova, San Xés de Francelos, Ambía, Escalada, Mazote, Lebeña... Uma rápida análise a todos eles permitirá concluir que à parte uma ampla corrente galega em que se utiliza preferencialmente naves e ábsides únicas (com ábside de planta ultra-semicircular – casos de Vilanova dos Infantes e de

flagrante, como estas raramente seguiram os modelos construídos naquele, adotando soluções próprias e fomentando hoje uma sistematização cronológica de base geográfica muito pouco estilística.

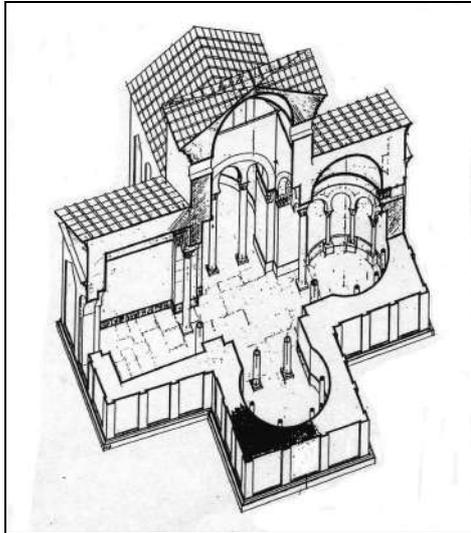


Fig. 9
São Frutuoso de Montélios (fases de época visigótica e de finais do século IX ou inícios do seguinte). Perspectiva do edifício. Arquivo DGEMN

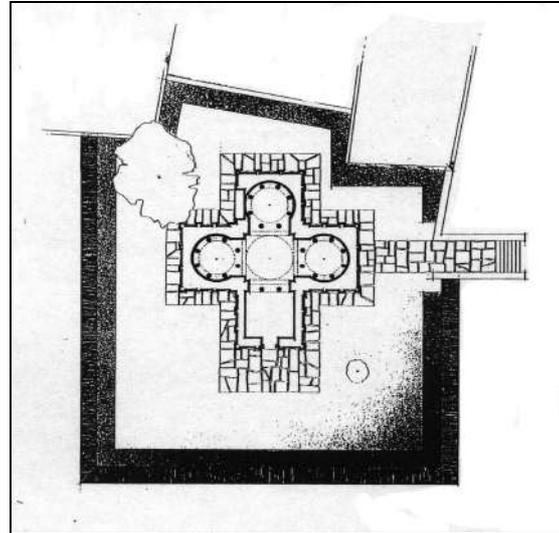


Fig. 10
São Frutuoso de Montélios (fases de época visigótica e de finais do século IX ou inícios do seguinte). Planta e espaço envolvente. Arquivo DGEMN

A nossa opção por um *pré-românico hispânico* pode justificar-se apenas com base neste argumento: na impossibilidade de se definir estilisticamente quase dois séculos de arte peninsular – pela variedade de soluções que radicam em correntes artísticas díspares, em certos casos antagónicas, e pela distância qualitativa entre construções edificadas praticamente ao mesmo tempo – o recurso ao *pré-românico hispânico*, longe de uma solução simplista e vaga, aparece como um compartimento sistematizador que se dirige à enorme heterogeneidade que caracteriza o período em questão, em vez de a tentar reduzir ou individualizar numa corrente dominante que manifestamente não existe⁷⁵.

Mas são mais as razões que nos levam a optar por esta proposta.

Pazó -, ou de planta rectangular – como em Loio e em Ciprés, etc. -), tudo o resto é excepção, sem referentes tipológicos e estilísticos precisos, verdadeiras obras únicas da arte ocidental europeia.

⁷⁵ Alguns autores recorrem ao conceito de *pré-românico* para definir a arte cristã do Norte desde a Invasão de 711 até ao advento do Românico (e. g. Maria Ângela BEIRANTE, “A «Reconquista» cristã”, *Op. Cit.*, vol. II, 1993, p.348, a partir de trabalhos de Manuel Luís Real e de Mário Barroca). O próprio José Mattoso integra culturalmente todo este período num único compartimento historiográfico. Não partilhamos desta sistematização, tanto mais que a grande originalidade da arte cristã do Norte peninsular entre os séculos X e XI assenta na sua diversidade e heterogeneidade a todos os níveis, por oposição a uma arte asturiana claramente homogénea nas soluções estilísticas e tipológicas empregues, unificada ainda pela exclusiva encomenda real.

Em primeiro lugar, a longa duração deste fenómeno eclético, que é indissociável da amplitude geográfica que a arte dos séculos X-XI abrangeu. Se a arte asturiana apresenta características suficientes para a individualizar estilisticamente no âmbito da Alta Idade Média peninsular, as construções do reinado de Afonso III representam um outro passo em relação aos ciclos afonsino (Afonso II) e ramirense (Ramiro I), e anunciam já soluções que identificaremos em construções dos séculos X e XI, até à entrada do românico na Península.

Ao longo da primeira metade do século X dá-se o principal impulso construtivo desta arte *pré-românica hispânica*, coincidindo com a maior extensão para Sul do reino e antes das lutas fratricidas e das acções de al-Mansur terem determinado a redução destas iniciativas edificadoras. San Salvador de León, com a sua capela palatina, Escalada, Mazote, Hornija, S. Facundo de Sahagún, S. Juan de la Peña, Lebeña, Peñalba, San Martín de Mondoñedo, Lourosa e o arquitectonicamente desconhecido mosteiro de Guimarães são alguns dos muitos exemplos que podemos apontar e que revelam bem a extensão geográfica deste fenómeno, cobrindo praticamente todos os territórios cristãos desde o actual território português ao reino de Aragão.

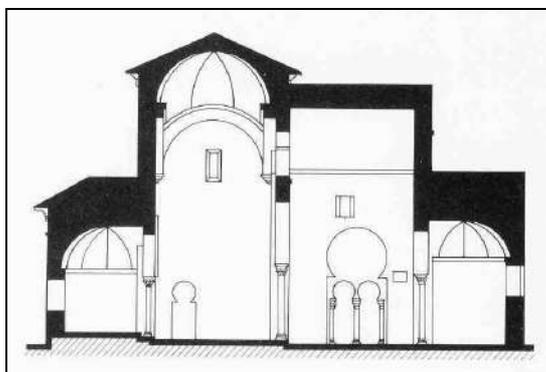


Fig. 11
Santiago de Peñalba (919 – segunda década do séc. X). Alçado publ. Manuel Gómez Moreno, 1919

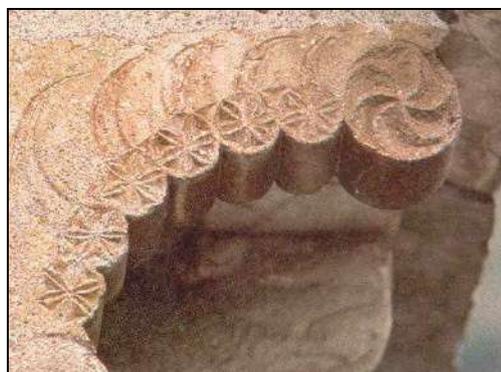


Fig. 12
Santiago de Peñalba (919 – segunda década do séc. X). Pormenor de um modilhão de rolo, publ. José Fernández Arenas, 1978

Não é nossa intenção revisitar aqui os momentos essenciais da arte desenvolvida em território peninsular cristão até ao advento do Românico, mas apenas deixar clara a sua longa duração e as diferentes vagas criadoras a que obedeceu. Deste modo, pelas razões que atrás apontámos, a segunda metade do século X fornece-nos um índice construtivo bem menor que o cerca de meio século que se seguiu ao reinado de Afonso III. Ainda assim, contamos com exemplos tão marcantes como

Celanova, San Millán de la Cogolla ou Berlanga. No século XI, o importante reinado de Sancho III, de Navarra, vai proporcionar uma nova vaga artística, remodelando-se vários edifícios e construindo-se outros de raiz, de que a cripta de San Antolín da Catedral de Palência será um dos exemplos melhor conseguidos.

Ao longo destes dois séculos, a cidade de León, disfrutando do estatuto de capital do reino, será um campo construtivo privilegiado, com sucessivas remodelações nos seus edifícios mais emblemáticos, como San Isidoro e Palaz del Rey. Paralelamente, e à medida que no Ocidente peninsular a visibilidade material desta arte decai, no Oriente acontece precisamente o contrário, com inúmeras construções na Catalunha a seguir à passagem do ano mil. Fernando, o *Magno*, continuará a dinâmica edificadora de Sancho III, incluindo a abertura à Europa, mas só com Afonso VI, já pelos finais do século XI, podemos falar abertamente na entrada do Românico no reino de Leão e de Castela⁷⁶.

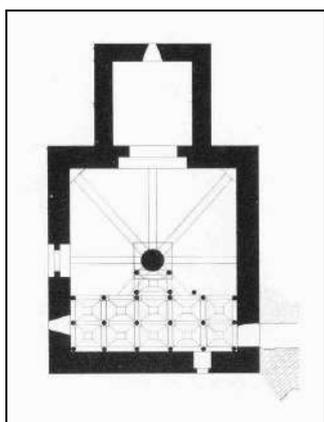


Fig. 13
San Baudel de Berlanga
(finais do século X ou
inícios do seguinte). Planta
publ. Manuel Gómez
Moreno, 1919

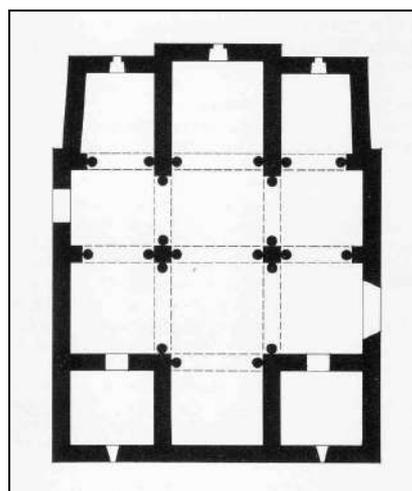


Fig. 14
Santa María de Lebeña (meados do
século X). Planta publ. Manuel
Gómez Moreno, 1919

⁷⁶ Importa ainda deixar aqui uma outra corrente historiográfica, aplicada à escala europeia por um historiador catalão, e que reside no que de há algumas décadas a esta parte se entende por *Primeiro Românico*. Como foi originalmente definida por J. Puig i Cadafalch na passagem para os anos 30 do século XX, este conceito foi dirigido às construções realizadas na Catalunha, França meridional, Itália setentrional e até na costa oriental do Adriático entre a passagem do ano mil e os meados do século XI. Nesta dispersão geográfica reside um dos mais fortes argumentos para que a evolução artística da Catalunha seja diferente das outras regiões cristãs da Península, a que fizémos já referência (Cfr. nota 20 deste capítulo). Sobre este conceito, veja-se J. PUIG I CADAFALCH, *Le premier art roman*, Paris, 1928 e IDEM, *La geografia I els orígens del primer art romaní*, Barcelona, 1930. Uma síntese sobre a aplicabilidade deste conceito em território peninsular encontra-se em Joaquín YARZA LUACES, *Op. Cit.*, 2ªed., 1982, pp.89-106, que opta por integrar neste complexo artístico os domínios ocidentais peninsulares a partir da viragem dinástica para a coroa navarra.

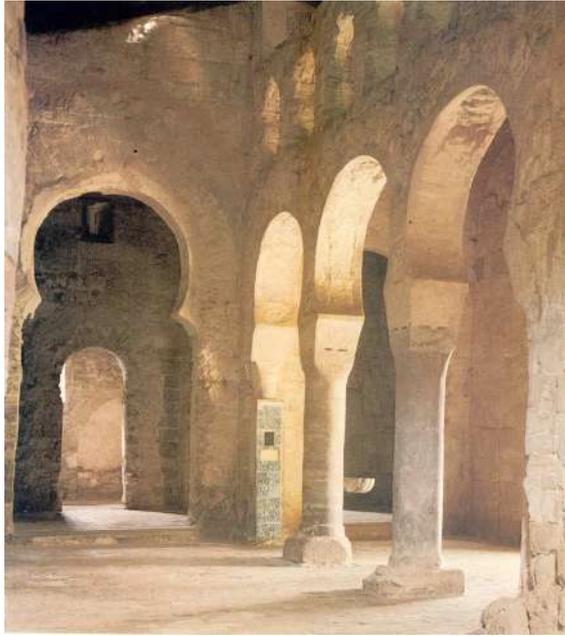


Fig. 15
San Millán de la Cogolla (Segunda metade do século X). Vista geral do interior publ. José Fernández Arenas, 1978

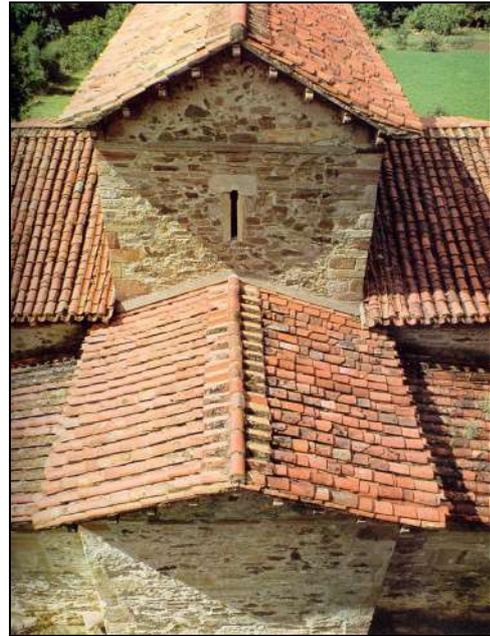


Fig. 16
Santa Maria de Lebeña (meados do século X). Vista parcial do exterior, publ. José Fernández Arenas, 1978



Fig. 17
San Juan de la Peña (primeiras décadas do século X). Vista parcial do interior, publ. Domingo Buesa Conde, 1996

Pela apressada digressão que acabamos de fazer, são notórias as diferentes vagas criadoras que existiram no espaço peninsular cristão ao longo destes quase dois séculos⁷⁷. Iniciativas distintas no espaço e no tempo, que evidentemente tiveram as

⁷⁷ Estas diferentes vagas foram acompanhadas, em alguns casos, de uma forte componente religiosa. Pelos meados do século XI, restaurada a antiga dignidade político-militar do reino asturiano – agora transformado em reino de Leão e Castela -, com Fernando, o *Magno*, existiu uma tentativa reformadora do clero peninsular a partir de León. Visando uma maior disciplina dos agentes eclesiásticos, procurou-se uniformizar todas as comunidades religiosas peninsulares que haviam ficado entregues a si próprias

suas repercussões artísticas. Será lícito aplicar o qualificativo *moçárabe* ou *de repovoamento* à ampliação que Sancho III ordenou em San Millán de la Cogolla, sendo que esta iniciativa se apresenta aos nossos olhos hoje como uma campanha bem distinta artisticamente daquela que aconteceu na primeira metade do século X? Seguramente que não. Por uma via diacrónica, concluímos, assim, da impossibilidade de sistematizar todas estas manifestações num compartimento historiográfico que não tenha em conta esta heterogeneidade.

Em segundo lugar, as características técnicas deste tipo de arte. Alguns dos autores que melhor conhecem a arte asturiana, identificam em Santullano, Naranco, Lillo ou Valdediós algumas características proto-românicas (o abobadamento total dos epaços, a escultura monumental, a conquista em altura...) ⁷⁸. Na passagem dos ciclos asturianos para a complexa realidade do século X e o consequente prolongamento pelo século XI, os edifícios podem ter perdido em qualidade e ganho em variedade tipológica e soluções empregues, mas os artistas envolvidos no espaço peninsular cristão detinham condições técnicas suficientes para praticar uma “arquitectura tecnicamente românica” ⁷⁹.



Fig. 18
Cripta de San Antolín,
Catedral de Palencia
(primeiras décadas do
século X), publ. Ángel
Sancho Campo, 1996



Fig. 19
San Baudel de Berlanga (finais
do século X ou inícios do
seguinte). Porta principal,
lateral à capela-mor

durante largas décadas e que tinham elas próprias servido de modelos a outras instalações posteriores. Este fenómeno foi um dos aspectos (re)organizadores mais tardios na Península, mas em nenhum momento houve a intenção de substituir a liturgia hispânica por outra, como acontecerá poucos anos mais tarde para a totalidade do território.

⁷⁸ Isidro BANGO TORVISO, *Op. Cit.*, 1994, pp.16-17; Carlos CID PRIEGO, *Arte prerrománico de la monarquía asturiana*, Oviedo, Grupo Editorial Asturiano, 1995, pp.356-364.

1.3.2. UMA ARQUITECTURA PARA UMA LITURGIA

A resposta ao porquê de não terem passado a uma arquitectura artisticamente também românica – ou o que se convencionou chamar *primeiro românico* - encontra-se na maior originalidade cultural hispânica de toda a Alta Idade Média: a liturgia hispânica. É com base na liturgia que tentaremos definir com maior precisão a diferença entre *pré-* e *proto-românico* e como estes dois conceitos operatórios a níveis técnico e estilístico não podem ser confundidos⁸⁰. É igualmente com a análise da enorme influência que a liturgia hispânica exerceu no campo construtivo que finalizamos esta nossa viagem historiográfica pela arte dos reinos cristãos peninsulares entre os séculos IX e XI.

Quando analisamos o ordenamento de volumes da igreja de San Salvador de Valdediós, o ritmo dos focos de luz nas naves da ampliada San Millán de la Cogolla ou o jogo de suportes da igreja cantábrica de Santa María de Lebeña, não nos pode deixar de impressionar a extrema semelhança para com soluções plenamente românicas que encontraremos posteriormente em solo peninsular. Mas tratam-se de soluções técnicas que respondem às necessidades artísticas de uma sociedade que, culturalmente, está ainda longe de se transformar em românica.



Fig.20
San Millán de la Cogolla
(Segunda metade do século X). Vista geral do interior publ. Juan Olarte, 1995, vendo-se a ampliação do século XI ao fundo



Fig. 21
Santa Maria de Lebeña
(meados do século X).
Suportes da nave, publ. José Fernández Arenas, 1978

⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, 1994, pp.88-90; Também Kenneth John CONANT, *Arquitectura carolingia y románica (800-1200)*, 2ªed. espanhola, Madrid, Cátedra, 1991, pp.93 e 100.

⁸⁰ Fernando ARCE, “Los monasterios cordobeses de Tábanos y Peñalemara a la luz de los textos y su entorno histórico”, *Boletín de Arqueología Medieval*, nº6, Madrid, Asociación Española de Arqueología Medieval, 1992, p.173, entende o conceito de *pré-românico* no sentido de *proto-românico*, verdadeiro anunciador do românico. Pensamos que esta utilização indistinta entre o que precede e o que anuncia o românico, comum em alguns autores que se dedicaram e dedicam à Alta Idade Média peninsular, não é viável para o debate rigoroso que se pretende, especialmente tendo em conta a realidade tecnicamente românica da arquitectura deste período. Como veremos nos parágrafos que se seguem, existe uma diferença abissal entre os sentidos estritos de *pré-românico* e *proto-românico* sempre que se pretenda referir à originalidade artística hispânica dos séculos X-XI.



Fig. 22
San Salvador de Valdediós (c.893).
Vista geral do exterior, perspectiva
de Sudoeste

O ênfase que aqui colocamos na distinção entre ‘técnica’ e ‘cultura’ – no sentido em que esta última vai determinar as soluções construtivas religiosas – é essencial para o que pretendemos demonstrar: *que o Românico, ao entrar no espaço peninsular, é uma forma cultural radicalmente anti-pré-românica*. O estudo que efectuamos acerca da igreja de São Pedro de Lourosa é disso um claro testemunho, na medida em que as transformações ocorridas na segunda metade do século XII suprimiram estruturas essenciais do século X e adulteraram completamente o espaço original.

Até à segunda metade do século XI, quando a liturgia romana propagada por Cluny e pelo Papa (reformas cluniacense e gregoriana), faz a sua entrada nos reinos peninsulares, Oviedo e León haviam continuado a seguir a velha liturgia hispânica de origem visigótica. Na década de 70 desse século, Afonso VI doou a Cluny alguns mosteiros leoneses para aí se instalar o novo regime eclesiástico. Em 1080, no Concílio de Burgos, a liturgia hispânica foi formalmente substituída pela romana, pondo fim a cerca de cinco séculos de vigência na Península.

Não vamos descrever aqui as características essenciais desta liturgia hispânica, tarefa de resto ainda motivo de amplo debate pela historiografia especializada e cuja real forma ainda se desconhece⁸¹. Pretendemos demonstrar em que é que o românico

⁸¹ Para uma visão recente das várias teses em debate, assim como do percurso que esta liturgia trilhou desde as origens até à actualidade – a velha liturgia hispânica continuou a ser seguida na Toledo reconquistada e foi compilada no século XVI graças ao Cardeal Cisneros -, veja-se Enrique LÓPEZ QUEJIDO, “El rito hispano-visigodo: síntesis y nuevas perspectivas”, *Los Visigodos y su mundo* (1990), Madrid, Comunidad de Madrid, 1998, pp.107-113 e Cristina GODOY FERNÁNDEZ, “Arquitectura cristiana y liturgia: reflexiones en torno a la interpretación funcional de los espacios”, *Espacio, tiempo y forma*, sec. I., t.2, Madrid, Facultad de Xeografía y Historia / Universidad Nacional de educación a distancia, 1989, pp.355-387. Do ponto de vista dos liturgistas, veja-se a notável entrada

que acompanha a introdução da liturgia romana no espaço peninsular é profundamente anti-pré-românico, e em que medida a liturgia influenciou da forma decisiva que enunciamos.

Para esse objectivo, e tendo em conta o espaço útil desta primeira parte do presente capítulo, falaremos de uma das principais diferenças entre as duas liturgias: o *sanctuarium altaris* - altar principal – e a forma como foi entendido⁸². Elemento mais importante de toda a celebração litúrgica, onde grande parte do ofício decorre, e seguramente a sua parte mais importante, o altar das igrejas *pré-românicas hispânicas* está vedado à comunidade de fiéis e só o oficiante a ele tem acesso. Espaço de mistério, em determinados momentos da cerimónia é coberto com cortinas assentes em cancelas, impossibilitando a visão e acentuando o carácter místico de todo o ofício⁸³.

Na liturgia romana, o altar é entendido de forma distinta. Porque a celebração litúrgica se instituiu como um verdadeiro espectáculo, porque as procissões passam a ter outra envergadura e dinâmica e porque os fiéis começam a intervir de alguma forma no acto da celebração para lá da mera presença frente a uma cerimónia misteriosa que, além de não compreenderem, não lhes é, em parte, permitido assistir,

de dicionário de Jordi M. PINELL, “A. Liturgia Hispânica”, *Diccionario de História eclesiástica de España*, vol.II, Madrid, 1972, pp.1303-1320, que contém numerosas indicações bibliográficas. Especificamente sobre a influência da liturgia hispânica na arquitectura altomedieval espanhola, vejam-se os trabalhos citados nas próximas notas. Mais recentemente, Manuel DÍAZ Y DÍAZ, “Otra vez sobre la liturgia hispana”, *Actas del Congreso Internacional «Cristianismo y tradición latina»*, Maio, 2000, publ. internet www.anmal.uma.es/anmal/numero6/Diaz.htm, retomou algumas das antigas questões sobre a origem africana da liturgia hispânica, mas preocupou-se em realçar os múltiplos problemas que enfrentamos actualmente em identificar alguns passos e, especialmente, em datá-los convenientemente.

⁸² São obviamente muitas as diferenças entre a liturgia hispânica e a romana que influíram no rumo da arquitectura e na concepção dos espaços religiosos antes e depois do Concílio de Burgos, cujo cabimento na presente dissertação não se justifica. Para uma primeira abordagem a este problema, e pelas perspectivas que abre nesta matéria, veja-se Isidro BANGO TORVISO, “La vieja liturgia hispana y la interpretación funcional del templo prerrománico”, *VII semana de estudios medievales de Nájera – Siglos oscuros?* (1996), Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1997, pp.61-120.

⁸³ Este encobrimento do altar com cortinas ou cancelas revela um outro carácter da liturgia hispânica: a enorme hierarquização dos espaços. Num templo normal, excluindo já a tribuna real e a câmara supra-absidal, características das construções reais asturianas, a igreja divide-se em três espaços principais: a ábside, onde se celebrava a cerimónia; o coro, único ou tripartido, onde se concentravam os membros do clero, e as naves, onde se situava a congregação de fiéis. Em Santa Cristina de Lena, por exemplo, estes espaços estão divididos em altura, mas o mais comum era serem separados por cancelas e cortinas, *iconostasis* pétreas de que se conservam ainda algumas no espaço espanhol e o exemplo «português» de São Gião da Nazaré. Para uma abordagem a esta hierarquização aplicada a um edifício pré-românico hispânico, veja-se Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*, 1991, pp.126-130 e o anteriormente citado artigo de Isidro Bango, 1997.

o altar passa a estar visível e retiram-se as barreiras ópticas⁸⁴, ao mesmo tempo que se ampliam os espaços de circulação e de permanência.

O que era uma característica da liturgia hispânica vai ser banido pela liturgia romana. O que funcionava como vértice ordenador de todos os espaços internos das igrejas *pré-românicas hispânicas* vai ser abandonado pelo novo estilo internacional que é o Românico.

É neste sentido que entendemos o Românico como radicalmente oposto ao *pré-românico hispânico*. Apesar de, tecnicamente, muitas das soluções empregues na arte peninsular dos reinos cristãos entre os séculos IX e XI serem verdadeiramente *proto-românicas*, quando o Românico ultrapassou os Pirinéus acompanhou a reforma litúrgica que suprimiu a antiga liturgia de origem visigótica, continuada pela monarquia asturiano-leonesa e constituindo mesmo uma das características essenciais da sua espiritualidade.

Ao contrário do que aconteceu em outras regiões da Europa, onde o Românico sucedeu naturalmente às formas autóctones de construir, em solo peninsular instituiu-se como a arte de propaganda das reformas cluniacense e gregoriana. Neste sentido, *foi uma nova arquitectura para uma nova liturgia* e só com base neste binómio arquitectura-liturgia podemos compreender o fenómeno *pré-românico hispânico* e a sua individualização artística.

Não é, pois, por razões de comodidade de estudo ou por mera tentativa simplificadora da complexa realidade artística que estes quase dois séculos representam no contexto cristão peninsular⁸⁵, que optamos pela designação de *arte*

⁸⁴ Como Manuel GUERRA, *Simbología románica*, 2ª reimp., Madrid, Fundación Universitaria Española, 1993, p.334, §461: “En esa oración, coloquio íntimo con Dios, que nos envuelve y, sobre todo, mora dentro de nosotros mismos, si no miramos hacia nuestro interior con los párpados cerrados, nuestros ojos, como los del Maestro Mateo, se fijan en el altar, pero siempre en postura de contemplación, de adoración”.

⁸⁵ Muitos autores referem-se ao *pré-românico* como forma de designar todos os focos artísticos peninsulares entre a Antiguidade tardia e o Românico. Inclui-se sob esta designação genérica a *arte de época visigótica*, a arte asturiana e, obviamente, também o que aqui entendemos por *pré-românico hispânico*. Se é certo que entre os séculos V e XI a liturgia hispânica é invariavelmente seguida pelos cristãos peninsulares, determinando, de forma marcante, as soluções artísticas, não partilhamos desta visão demasiado abrangente. Não só são várias as correntes culturais que encontramos na Hispânia visigótica a determinar soluções artísticas que não mais encontraremos em solo peninsular - a planta em cruz grega ou a cabeceira tripla de ábsides separadas - como a arte asturiana, nos seus diversos ciclos criativos, apresenta elementos artísticos suficientes para a resgatar deste vago conceito de *pré-românico*. Também o momento específico de codificação da liturgia hispânica não é ainda suficientemente claro para que possamos pensar num mesmo grau de influência directa sobre a arquitectura durante a monarquia de Toledo e depois durante a de Oviedo-León. Sem pretender retomar aqui a discussão iniciada por Cristina GODOY FERNÁNDEZ, *Arqueología y Liturgia. Las iglesias hispánicas (siglos IV al VIII)*, Barcelona, Universidad de Barcelona, 1995 e continuada por Isidro BANGO TORVISO, “La vieja liturgia hispana...”, *Op. Cit.*, 1997, pensamos que muito se irá ainda

pré-românica hispânica. Na sua essência, julgamos ter contribuído para o debate historiográfico em torno desta questão ao colocar em evidência alguns pontos que pensamos não terem ainda sido objecto de uma mais coerente análise.

Por um lado, a enorme heterogeneidade das soluções empregues que indubitavelmente radicam em correntes culturais díspares. Por outro, a identificação da liturgia como único denominador comum em todos os momentos desta longa estrutura artística, verdadeiro eixo ordenador, a ponto de a sua substituição implicar também a substituição da *arte*.

escrever sobre o assunto antes de se concluir de um mesmo fenómeno litúrgico a influenciar templos tipologicamente tão distintos como Bande ou Montélios e Santa Cristina de Lena ou Escalada, para lá dos usos funerários que determinaram espaços arquitectónicos semelhantes em igrejas de época visigótica ou do século X – recentemente estudados por Artemio Martínez Tejera numa série de artigos -, mas que obviamente explicam apenas parte das soluções e não a sua totalidade. A sugestão de terem mesmo existido várias liturgias hispânicas activas em simultâneo – provavelmente indiciadas pelas Tradições A e B referidas por Jordi M. PINELL, “A. Liturgia Hispánica”, *Op. Cit.*, vol. II, 1972, 1304-1306 – é uma das mais prováveis realidades, mas cujos contornos ainda são muito ténues no que respeita à influência litúrgica na arte.

1 – UMA PONTE DE MIL ANOS

EM NOME DA LEGIBILIDADE DO EDIFÍCIO

As primeiras abordagens científicas à igreja pré-românica hispânica de São Pedro de Lourosa datam de finais de 1911. Até então desconhecida das figuras cimeiras da nossa nascente História da Arte, a sua *descoberta* significou uma verdadeira revolução nos estudos dedicados à actividade construtiva cristã nos obscuros séculos IX a XI. Uma análise de conjunto da historiografia artística nacional produzida ao longo de todo o século XX deixa facilmente transparecer que o período áureo de dedicação ao pré-românico situou-se precisamente nas cerca de duas décadas e meia que medeiam entre as viagens de Vergílio Correia e de Joaquim de Vasconcelos à igreja de São Pedro de Lourosa e a conclusão do seu restauro.

Razões de ordem ideológica, ou, se se preferir, de “religiosidade nacionalista” aplicada à ciência histórica, estiveram na base desta exagerada atenção que o templo de Lourosa foi objecto pelos especialistas portugueses: erguido numa conjuntura particularmente difícil para os núcleos cristãos peninsulares e onde os testemunhos dessa sobrevivência eram escassos e, por isso mesmo, mais importantes¹, ou construído por populações antepassadas de portugueses². Outros factores determinaram esta sobrevalorização historiográfica de um monumento anterior à nacionalidade, desde questões pessoais entre os diversos agentes neste longo processo, até à controvérsia do plano restaurador a adoptar, passando pelo carácter étnico dos antigos lusitanos que alguns autores vislumbraram na construção deste templo.

¹ Cónego Aguiar BARREIROS, “José Vilaça”, *Ilustração Moderna*, nº41, Mar. 1930, p.70. Esta breve nota sobre a viagem que José Vilaça fez à Galiza constitui um importante testemunho sobre a forma como este período obscuro foi longamente entendido no seio de uma historiografia portuguesa francamente comprometida com pressupostos nacionalistas e religiosos: quase 20 anos depois de *descoberta* a igreja de São Pedro de Lourosa, e passados mais de 10 sobre a obra marcante de Manoel Gómez Moreno, a actividade construtiva cristã entre os séculos IX a XI é descrita como “o mais característico estilo cristão que houve no mundo”.

² *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº55 (Igreja Matriz de Lourosa), Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1949, pp.6-7: apesar deste edifício pertencer ao século X, “pode se dúvida crer-se o mais nobre solar espiritual dos primeiros Portugueses – isto é, dos antepassados daqueles que dois séculos depois deviam arvorar a cruz simbólica do Cristianismo triunfante a bandeira de uma nova pátria – a nossa”.

Nas páginas que dedicamos a todo este período de *descoberta* e de *restauro* de São Pedro de Lourosa teremos ocasião de abordar detalhadamente estes aspectos. Por agora, importa referir que toda a dinâmica verificada em torno deste monumento, de 1911 a 1934, e daqui a 1949, centra-se num único e decisivo ponto de discórdia: *como seria a sua planta primitiva?* Foi esta a questão que se colocou aos nossos historiadores, historiadores da arte e arqueólogos da primeira metade do século, num processo investigador até então sem precedentes no nosso país.

Até ao final da década de 20, quando finalmente foram reunidas as condições ideais para que a igreja de São Pedro de Lourosa fosse restaurada, nenhum outro monumento em território português havia merecido tanta atenção por parte da comunidade científica, mas foi ainda o problema da planta original que se colocou à equipa dirigida por Baltazar de Castro. O plano finalmente adoptado pelos restauradores, por óbvia que fosse a necessidade de intervenção no edifício, fez com que a leitura que hoje temos de todo o conjunto seja substancialmente diferente daquela que os construtores do século X legaram, ou que os autores que visitaram a igreja antes do seu restauro puderam transmitir, não obstante a enorme adulteração desse plano fundacional a que a igreja foi sujeita pelos séculos.

Como veremos ao longo de toda esta segunda parte da dissertação, para que se consiga uma correcta leitura dos elementos que constituem a igreja de São Pedro de Lourosa é tão importante a acção dos restauradores, na viragem para a década de 30 do século XX, como o conhecimento das correntes arquitectónicas altomedievais que estão na origem de um monumento com esta configuração, como já tivemos ocasião de explanar na primeira parte deste trabalho. E isto pelo simples facto de que o que hoje podemos encontrar em São Pedro de Lourosa é tanto fruto da acção dos repovoadores cristãos do século X, sob a bandeira de Oviedo-León, como da imaginação dos restauradores portugueses do século XX. É neste sentido que falamos de *uma ponte de mil anos em nome da legibilidade do edifício*. E em boa verdade, pensamos que qualquer abordagem que hoje se faça à igreja de Lourosa não pode descurar estes dois momentos distanciados no tempo por um milénio.

1.1. 1911 - 1936/49: METODOLOGIA

Na apreciação que fazemos de toda esta conjuntura historiográfica pensamos que a questão da planta fundacional do templo de São Pedro de Lourosa desenvolveu-se em plena actualidade do seu tempo. Ou seja, constata-se uma enorme profundidade de discussão entre os principais protagonistas do meio científico português e até peninsular, mas ultrapassando largamente a esfera redutora e elitista que costuma caracterizar os meios eruditos.

Neste aspecto, o problema da planta original da igreja é também uma excepção na primeira metade do século XX, sendo discutido abertamente e em público, passo a passo, ao ponto de um mesmo autor lhe dedicar vários artigos em diferentes momentos de discussão. Não é ao acaso que o assunto será amplamente abordado nas páginas das duas revistas de maior impacto na primeira metade do século sobre questões relacionadas com o património nacional: a *Arte* (1905-1912) e a segunda série da *Ilustração Moderna* (1926-1932).

Graças a estas duas publicações é hoje possível reconstituir grande parte do discurso historiográfico elaborado em torno da igreja de São Pedro de Lourosa, desde a sua *descoberta* para a História da Arte até ao processo de restauro a que foi sujeita. É também graças a elas que podemos hoje perceber como esse discurso historiográfico foi construído nas próprias páginas que ia engrossando e não dado a conhecer de forma definitiva e absoluta depois de processos pessoais de maturação de ideias. Ao longo dos números em que a questão de Lourosa é debatida, é frequente encontrar nomes como José Pessanha ou Aguiar Barreiros a retomar teorias anteriormente avançadas, questionar opiniões de outros autores, pronunciar-se abertamente sobre as soluções a adoptar.

A importância da *Arte* e da *Ilustração Moderna* na divulgação do património nacional (em especial, o medieval) foi já objecto de análise e de perspectivação histórica e historiográfica³. Apesar da distância cronológica entre uma e outra publicação, são muitos os pontos em comum que podemos identificar. Dois aspectos fundamentais, contudo, assumem-se como eixos definidores de ambas as revistas: o facto de serem editadas pelo mesmo homem, o fotógrafo Marques Abreu, e o facto de obedecerem a uma mesma teoria de entendimento do património medieval português.

³ Continua a ser uma referência obrigatória a pioneira abordagem de José-Augusto FRANÇA, “As revistas de Arte”, *A Arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, Bertand, 1966, pp.111-114 e 443.

Marques Abreu (1879-1958), pela sua condição de não-historiador, tem sido uma figura esquecida nas abordagens às linhas historiográficas dominantes na História da Arte no Portugal da primeira metade do século. O facto de ser o editor das duas revistas de maior divulgação sobre o património artístico nacional nesta época, bem como da pioneira colecção monográfica *A Arte em Portugal*, congregando à sua volta os principais nomes que se dedicavam ao estudo dos fenómenos artísticos no nosso país, faz dele uma figura incontornável nesta conjuntura. Apesar dos poucos textos assinados que nos deixou - são numerosas as notas anónimas inseridas nos números da *Arte* e da *Ilustração Moderna* que lhe pertencem - não temos dúvidas em afirmar que a sua acção no campo ideológico foi determinante para a construção de um entendimento do património “nacionalista” e “interventivo”⁴.

A doutrina teórica que o orientou está claramente patente no prefácio à edição de Joaquim de Vasconcelos de 1917: “chamar apenas a atenção do público criterioso, a dos Conselhos de Arte e Arqueologia, sem esquecer a dos poderes constituídos para uma riqueza até agora desconhecida ou desestimada em Portugal (...) [porque] inadiável é acudir à maior parte dos monumentos em questão”⁵. Reflectindo uma ideologia basicamente integralista, em que o “Portugal medieval [havia sido] a fase de maior perfeição na sociedade”⁶, são numerosas as páginas da *Arte* e da *Ilustração Moderna* em que a ideologia patrimonial defendida por Marques Abreu está presente, dedicando-se preferencialmente ao património medieval românico, contemporâneo da fundação da nacionalidade.

Num texto ideológico (e não assinado) sobre a acção de Marques Abreu no “estudo e investigação do passado”, coloca-se em evidência essa continuidade programática entre a *Arte* e a *Ilustração Moderna*, no subtítulo do artigo: “Recordando o passado - a obra realizada”⁷. Este passado não é mais que uma

⁴ Sobre toda a acção de Marques Abreu no estudo, preservação e divulgação do património construído português, veja-se Paulo Almeida FERNANDES, “«O culto dos Monumentos»: Marques Abreu e a historiografia artística nacionalista” (em preparação).

⁵ Marques ABREU, “Prefácio”, Joaquim de VASCONCELOS, *Arte romanica em Portugal*, Porto, Marques Abreu, 1918, p.2.

⁶ António Costa PINTO, *Os Camisas Azuis*, Lisboa, Estampa, 1994, p.28; Maria João Baptista NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)*, vol. I, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, p.226, aborda esta filiação integralista mais numa linha patrimonial, de defesa “das características nacionais da arte portuguesa”, abrindo caminho para a discussão em torno da *nacionalidade em arte*, que caracteriza grande parte da nossa historiografia do século XX, e de que falaremos mais adiante.

⁷ “O culto dos monumentos”, *Ilustração Moderna*, nº40, Porto, Marques Abreu, Fev. 1930, pp.27-30.

referência precisa a todo o trabalho anterior de Marques Abreu, centrado na revista *Arte*, na exposição de fotografia dedicada à Arte Românica realizada no Ateneu Comercial do Porto, em Janeiro de 1914, e na publicação em fascículos da *Arte Românica em Portugal*, com texto de Joaquim de Vasconcelos, em 1917.

O facto de Marques Abreu perfilhar uma ideologia comum orientadora das páginas da *Arte* e da *Ilustração Moderna*, separadas por mais de quinze anos, não nos deve surpreender, num país em que as ideias acerca do património nacional se revelaram francamente resistentes a novidades durante mais de um século. Desde a segunda metade do século XIX, em que as teorias de Viollet-le-Duc entram em Portugal, até cerca de 1960, quando a orientação teórica da DGEMN sofre as primeiras mudanças significativas, o património nacional e consequente preservação foi entendido sistematicamente da mesma forma, suprimindo nos edifícios medievais qualquer vestígio de *historicidade* introduzido nas épocas moderna ou contemporânea⁸.

Por outro lado, uma análise cuidada aos lapsos temporais em que ambas as publicações estão activas, revela-nos também dois momentos políticos bem precisos da realidade histórica portuguesa. De um lado, a implantação da República; de outro, o advento da segunda República, onde os princípios que constituirão o Estado Novo a partir de 1933 estão em perfeita gestação. Por antagónicos que estes dois momentos históricos possam hoje parecer aos nossos olhos, porque evidentemente um aconteceu para acabar com outro, existe uma enorme semelhança ao nível do entendimento do património nacional.

Para o caso que nos interessa nesta dissertação, por relevante que seja o enquadramento teórico das opções restauradoras vigentes em Portugal nas primeiras décadas do século XX, não é certamente esse o caminho a seguir a partir daqui. O restauro a que a igreja de São Pedro de Lourosa foi submetida no início da década de 30 foi precedido e acompanhado de uma questão que influiu directamente na disposição espacial que hoje podemos observar: *qual a sua disposição original?* E se

⁸ Como bem demonstrou Maria João Baptista NETO, *Op. Cit.*, vol I, 1995, pp.240 e ss., existem duas linhas condutoras essenciais dos homens que teorizaram acerca do património nacional medieval, e sua respectiva conservação, ao longo de toda a segunda metade do século XIX: as perspectivas de Viollet-le-Duc, mais ou menos assimiladas, com as vozes contrárias a não terem qualquer expressão real, e um traço inquestionável de Romantismo na forma como os monumentos são entendidos. Ao longo de todo este período reforça-se a ideia de *nacionalidade* aplicada ao mundo português medieval, numa

as directivas restauradoras são importantes num estudo estrito de História do Restauro, a questão fundamental sobre a planta fundacional do templo e o resultado encontrado para esse problema assume foros de maior importância para o estudo monográfico que desenvolvemos agora. Em primeira e última análise, é a acção restauradora sobre a planta do edifício que legitima a inclusão destas páginas no presente estudo.

A tentativa para se reconstruir a planta original da igreja foi tentada por vários especialistas ao longo destas primeiras décadas do século XX e desenrolou-se ao longo de dois períodos. Por comodidades metodológicas, mas também pela coerência que encontramos entre os diversos pontos de um mesmo período, optamos por segmentar esta matéria em “ciclos”. Assim, o primeiro período, doravante designado por “Ciclo da *Arte*”, desenrola-se entre 1912 e 1927. O segundo, “Ciclo da *Ilustração Moderna*”, entre 1929 e 1934/49.

2 – CICLO DA ARTE (1911-1927)

Como deixámos expresso no final do ponto anterior, o ciclo que chamamos da *Arte* ultrapassa, em muito, o período de vigência da revista editada por Marques Abreu entre os anos 1905 e 1912. Com maior propriedade, inicia-se precisamente em finais de 1911, altura em que saem as primeiras notícias de existência da igreja de São Pedro de Lourosa. No outro extremo, termina em 1927, data do marcante estudo de José Pessanha, *Arquitectura pré-românica em Portugal*, quando a segunda série da *Ilustração Moderna* era já uma realidade⁹.

Esta discrepância cronológica, entre o que aqui designamos por ciclos e os períodos de publicação a que cada revista corresponde, obedece a um princípio metodológico com o qual pensamos identificar uma coerência de entendimento do edifício. Com efeito, desde os trabalhos pioneiros de Joaquim de Vasconcelos e de Vergílio Correia, em 1911, até 1927, podemos identificar uma mesma conjuntura historiográfica em torno da igreja de São Pedro de Lourosa.

É o período pré-restauro, em que o estudo do edifício é efectivamente sistemático, nele se envolvendo um significativo número de especialistas portugueses e espanhóis, mas assenta em pressupostos pouco precisos quanto à planta original do templo, por falta de sondagens arqueológicas, que apenas o início do processo de restauro poderia motivar. Trata-se de uma fase de conhecimento parcial do edifício, em que os acrescentos que o monumento sofreu ao longo de cerca de mil anos são ainda obstáculo à reconstrução da planta original.

As circunstâncias científicas pouco rigorosas que caracterizam este período manifestam-se invariavelmente no conhecimento que historiadores, arqueólogos e demais especialistas tiveram do templo sem que se procedessem aos trabalhos de arqueologia e de sondagem, que estarão posteriormente na base das propostas de reconstrução integral pelos finais da década de 20. Numa frase, desde a altura em que Vergílio Correia ou Joaquim de Vasconcelos descobrem para a História da Arte em

⁹ Em 1928 saiu a monumental *História de Portugal* dirigida por Damião Peres. A igreja de São Pedro de Lourosa é tratada no primeiro volume da obra, mas em capítulo dedicado ao processo de Reconquista, não merecendo especial atenção no campo restrito da História da Arte.

Portugal a igreja de São Pedro de Lourosa, até ao estudo de José Pessanha, estamos numa fase anterior ao restauro, em que o conhecimento original do edifício é tentado com o recurso a um método comparativo e de aproximação tipológica, tendo por base alguns elementos francamente duvidosos.

Mas este conhecimento parcial da igreja não significa uma menor atenção por parte destes autores. Muito pelo contrário. Desde a sua descoberta, a igreja de Lourosa gozou de um estatuto ímpar na historiografia nacional. O facto de ser uma construção rigorosamente datada de um período anterior à formação da nacionalidade foi determinante para este estado de coisas. A sua importância deveu-se, assim, mais ao momento historiográfico que se vivia no país, que aos problemas e méritos histórico-artísticos que colocava à nossa comunidade científica.

A igreja de São Pedro de Lourosa aparece, aos olhos dos nossos historiadores da arte de inícios do século XX, como um testemunho notável do povo lusitano, essa raça de homens valorosos que sobreviveu às vagas sucessivas de romanos, bárbaros e muçulmanos e que deu origem ao povo português. Não foi ao acaso que Damião Peres, em 1928, dedicou um considerável número de páginas a provar que a igreja de Lourosa foi construída já sob domínio cristão. Esta perspectiva insere-se numa corrente historiográfica herdada do século XIX e que marcou ainda profundamente a a historiografia do Estado Novo, como já definiu José Mattoso¹⁰.

Esta tendência historiográfica teve também uma leitura específica no campo da História da Arte. Como nos indicou Maria João Baptista Neto, se a erudição romântica do século XIX valorizou o Gótico, os inícios do século XX em Portugal trarão a valorização do Românico e das formas artísticas imediatamente anteriores – que, em boa verdade, não se diferenciavam assim tanto da noção de Românico -¹¹.

Começemos pela descoberta da igreja.

¹⁰ José MATTOSO, “Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)”, *Revista de História económica e social*, nº9, Lisboa, 1982, pp.148-152. Sobre este assunto, veja-se também Maria João Violante BRANCO, “Portugal no reino de León. Etapas de uma relação (866-1179)”, *El reino de León en la Edad Media*, vol. IV (La Monarquía (1109-1230)), León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1993, pp.537-538.

¹¹ Regina ANACLETO, “Arquitecturas medievais. Memória e retorno”, *O Neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos Descobrimentos*, catálogo de exposição, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p.73, citando José-Augusto França e Pierre Leglise-Costa: “Com efeito, era aquele estilo que pulsava em uníssono com a formação da nacionalidade, o «fascinante período da construção do reino», altura em que pululavam, no vale do Douro e nos talvegues minhotos, as donairosas e maneirinhas igrejas, verdadeiros ‘evangelhos de pedra’, erguidas por mãos carinhosas de homens devotados, através da lança ou do breviário, à emergente causa nacional”.

2.1. JOAQUIM DE VASCONCELOS E VERGÍLIO CORREIA: A DISPUTA PELA PRIMAZIA NA *DESCOBERTA* DO MONUMENTO

“Avisado por um amigo da região de que eu havia estado em Lourosa, o sr. Joaquim de Vasconcelos apressou-se sofregamente a correr lá e a publicar a descrição na «Arte» do Porto, vindo mais tarde a acusar-me de falta de originalidade. O meu trabalho, saído no jornal citado [Folha de Oliveira], justifica-me cabalmente de tal graçola. O facto veio, porem, demonstrar que o sr. Joaquim de Vasconcelos é da espécie do José Leite...”¹².

Com estas palavras, inseridas unicamente na versão de 1919 do trabalho sobre a igreja de Lourosa¹³, Vergílio Correia alimentou uma querela com Joaquim de Vasconcelos pela primazia na *descoberta* do monumento pré-românico. Esta disputa, de que a historiografia artística guardou especial relevo para quem se havia afinal referido primeiro ao templo, reveste-se de outros aspectos científicos e pessoais, certamente mais importantes para o esclarecimento da distância que existiu entre estas duas figuras cimeiras da nascente História da Arte em Portugal.

Em Agosto de 1911 Vergílio Correia esteve em Lourosa e publicou as suas impressões no jornal regional de Oliveira do Hospital, *A Folha de Oliveira*, a partir de 17 de Dezembro desse ano¹⁴. Em Outubro foi a vez de Joaquim de Vasconcelos, que apesar de conhecer a igreja de Lourosa desde inícios de 1909, através de fotografias de

¹² Vergílio CORREIA, “A Igreja de Lourosa da Serra da Estrela”, *Monumentos e Esculturas*, Lisboa, Ferín, 1919, p.25.

¹³ Das quatro versões que *A Igreja de S. Pedro de Lourosa* teve em escassos treze anos (1911, 1912, 1919 e 1924) apenas uma vez Vergílio Correia introduziu uma crítica tão violenta ao comportamento de Joaquim de Vasconcelos. Em 1911 e 1912, a referência aos artigos de Vasconcelos saídos na *Arte* de Outubro e Novembro de 1911 aparece da seguinte forma: “Quando este estudo já estava em publicação fui informado de que a «Arte» do Porto trazia uns artigos sobre o mesmo assumpto. Não me preocupei com isso e continuei o meu trabalho como o tinha delineado, imperfeito, decerto, mas independente”. Em 1924, na hora de publicar a 2ª edição de *Monumentos e Esculturas*, Vergílio Correia, inexplicavelmente, retira qualquer tom crítico à acção de Vasconcelos neste assunto, realçando apenas que o seu trabalho “nada deve” ao artigo da *Arte* (1924, p.25).

¹⁴ Foram cinco os artigos que Vergílio Correia dedicou a Lourosa neste semanário regional: “Uma igreja do seculo nono. Lourosa”, *A Folha de Oliveira*, nº5 (17/12/1911), p.3, nº6 (24/12/1911), p.3, nº9 (14/1/1912), p.2, nº11 (28/1/1912), pp.2-3 e nº16 (10/3/1912), p.3.

Marques Abreu¹⁵, só a conseguiu visitar mais de 2 anos depois, iniciando uma série de três artigos no número da *Arte* datado de Outubro de 1911.

Logo aqui surge o primeiro sinal de discrepância cronológica: as mais antigas palavras de Vasconcelos, que o autor teve o cuidado de datar como sendo de inícios de Novembro, saiu no número da *Arte* de Outubro, sintoma de que a revista viu retardado o seu normal ritmo de publicação. Quarenta anos depois, António Nogueira Gonçalves, que manteve viva a discussão em torno da primazia pela *descoberta* do templo, assegurou que o artigo de Vasconcelos para a *Arte* que tem a data de 1911 “é de publicação um pouco posterior, como é habitual acontecer em tais publicações”¹⁶, mas também não foi inteiramente correcto na sua apreciação, já que são dois os artigos de Joaquim de Vasconcelos sobre Lourosa que saíram na *Arte* em 1911 (nº82 e 83, datados de Outubro e Novembro, respectivamente)¹⁷.

Da sucessão de factos que aqui deixamos parece inferir-se a seguinte conclusão: o primeiro a visitar Lourosa foi Marques Abreu, que em 1908, 1909 ou na Primavera de 1911, tirou as primeiras fotografias. Vergílio Correia esteve na localidade em Agosto de 1911, mas só começou a publicar o seu estudo a partir de Dezembro. Joaquim de Vasconcelos deslocou-se lá em Outubro, iniciando logo uma série de artigos, cujo primeiro data de Novembro. Aparentemente foi assim que as coisas se passaram, e disso dão testemunho as sucessivas referências ao assunto dos dois autores em causa: Joaquim de Vasconcelos reclama para si a primazia na publicação das primeiras linhas sobre a igreja¹⁸, ao passo que Vergílio Correia o faz somente quanto à deslocação à localidade¹⁹.

¹⁵ Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a architectura romanica em Portugal IV. Presbyterio de Lourosa”, *Arte*, nº82, Porto, Marques Abreu, Out. 1911, p.78, informa-nos que Marques Abreu lhe mostrou as primeiras fotografias do templo em inícios de 1909, data que o próprio fotógrafo contraria, no célebre discurso diante da igreja em 1930, afirmando que as primeiras fotografias por si tiradas remontam à primavera de 1911 (Marques ABREU, «Exposição histórica», “Igreja de Lourosa. Uma jornada memorável”, *Ilustração Moderna*, nº44, Porto, Marques Abreu, 1930, p.140; Manuel de Aguiar BARREIROS, *A igreja de S. Pedro de Lourosa*, Porto, Marques Abreu, 1934, p.53). José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, p. 76, fornece-nos ainda outra data para a viagem de Marques Abreu: 1908.

¹⁶ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa da Serra da Estrela”, *Diário de Coimbra*, ano XXII, nº7138 (12/3/1952), p.1, parcialmente republicado no artigo “Lourosa” para o *Inventário artístico do Distrito de Coimbra*, vol. IV, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1953, pp.169-176.

¹⁷ Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a architectura romanica em Portugal V. Presbyterio de Lourosa”, *Arte*, nº83, Porto, Marques Abreu, Nov. 1911, pp.82-88.

¹⁸ Joaquim de VASCONCELOS, *Op. Cit.*, 1918, p.74: na altura de comentar o trabalho de Vergílio Correia sobre Lourosa, reunido em volume em Janeiro de 1912, Joaquim de Vasconcelos é peremptório ao afirmar que “já então havia eu publicado na *Arte* os meus estudos sobre Balsemão (...) e Lourosa”.

¹⁹ É em relação à deslocação a Lourosa que se deve entender a citação que fazemos na abertura deste ponto. Nunca Vergílio Correia reclama a primazia na publicação, facto que reafirma em Julho de 1924

No entanto, a questão reveste-se de maior complexidade e a lista de contradições é maior que as breves referências que os dois autores deixaram sobre a questão. Marques Abreu, na “Nota do Editor” à bibliografia do livro de Aguiar Barreiros de 1934, que atrás já citámos, refere-se ao trabalho de Vergílio Correia como “sem dúvida, a primeira notícia que modernamente aparece acêrca da igreja de Lourosa”²⁰. Tratando-se esta frase de uma afirmação categórica quanto à primeira publicação sobre o templo, Marques Abreu contraria abertamente o que Joaquim de Vasconcelos repetidamente reclamou para a sua pessoa, facto que vem recolocar a dúvida manifestada por António Nogueira Gonçalves sobre se os artigos que Vasconcelos publicou na *Arte* ainda em 1911 não foram escritos, efectivamente, já em 1912²¹.

Toda esta série de factos e de informações contraditórias atesta bem a importância que a questão da *descoberta* da igreja de São Pedro de Lourosa teve na nascente e dinâmica História da Arte portuguesa. No entanto, uma análise do registo escrito de toda esta polémica está longe de confirmar a radicalidade com que habitualmente se toma o afastamento pessoal entre Joaquim de Vasconcelos e Vergílio Correia. Nas notas que cada autor dedica a outro é frequente encontrar sinais de deferência e de respeito mútuo, colocando as divergências num campo muito pouco pessoal.

À excepção da nota à edição de “A igreja de Lourosa da Serra” de 1919, com que abrimos este ponto do trabalho, e a pequena observação bibliográfica de Vasconcelos ao estudo de Vergílio Correia inserido na *Arte Romanica em Portugal* de 1918 - que certamente terá motivado a defesa do Professor de Coimbra em matéria de “originalidade” -²², as críticas mais veementes devem-se a um homem que já referimos atrás e que teve grande importância no panorama historiográfico português de toda a primeira metade do século: Marques Abreu. Os erros que Joaquim de

quando, instado a responder a uma série de críticas, afirma que foi “a Lourosa antes dele [Joaquim de Vasconcelos] e isso não me engrandece nem o diminui” (Vergílio CORREIA, “Resposta a outra critica”, *Terra Portuguesa*, nº39, Lisboa, Jul. 1924, p.61).

²⁰ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.53.

²¹ Também José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, p.76, data de 1912 os artigos de Joaquim de Vasconcelos saídos na *Arte*, afirmando, no entanto, que “A igreja de Lourosa foi revelada aos estudiosos pelo sr. Joaquim de Vasconcelos”.

²² Joaquim de VASCONCELOS, *Op. Cit.*, 1918, p.74: referindo-se a *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Janeiro de 1912, Joaquim de Vasconcelos afirma tratar-se de um trabalho “que não se funda em nenhum exame independente, nem no estudo da planta. Já então havia eu publicado na *Arte* os meus estudos sobre (...) Lourosa”.

Vasconcelos entende “importantes” no estudo de Vergílio Correia, Marques Abreu considera-os “deploráveis”²³. Às afirmações de Nogueira Gonçalves sobre o facto de ter sido Vergílio Correia o primeiro a revelar a “igreja para o mundo dos historiadores de Arte”, o fotógrafo responde dizendo que “o padre [Nogueira Gonçalves] até parece que perdeu o juízo”²⁴.

Existiram razões para que Joaquim de Vasconcelos e Vergílio Correia não disfrutassem da melhor relação, mas parece-nos que tal facto está longe de se dever a questões pessoais. Pensamos mesmo que a disputa que ambos protagonizaram no caso de Lourosa decorre mais de ‘pretensas’ divergências acerca do caminho que a ciência-História da Arte deveria seguir no nosso país, que propriamente de posições opostas em relação à igreja.

Da produção escrita de estes autores sobre São Pedro de Lourosa, o único ponto em que verdadeiramente divergem é em relação à conjuntura política em que o monumento foi construído, se sob domínio muçulmano, como pensava Joaquim de Vasconcelos, se sob domínio cristão, para Vergílio Correia. Neste caso, no entanto, em nenhum momento entram em confronto directo²⁵.

E sobre o caminho a seguir pela História da Arte em Portugal, por antagónicas que possam hoje parecer as posições de Joaquim de Vasconcelos e de Vergílio Correia, temos razões para afirmar que os pontos de contacto entre ambos são mais numerosos que habitualmente se identificam. Julgamos mesmo que, apesar de caminhos diversos e aproveitando publicações distintas, quer um quer outro trabalharam no mesmo sentido de inventariação, catalogação, problematização e divulgação de alguns dos patrimónios nacionais.

Para o esclarecimento desta questão, por obviamente significar uma abordagem diferente em relação à forma como se tem vindo a inserir estes autores na historiografia da arte em Portugal, importa aqui recordar os pontos essenciais de relacionamento científico e pessoal entre ambos. Felizmente, possuímos hoje já um

²³Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.53; Joaquim de VASCONCELOS, *Op. Cit.*, 1918, p.74.

²⁴Carta de 17/6/1953, dirigida a Henrique Gomes da Silva e que se conserva no processo de restauro de *S. Pedro de Lourosa* (DGEMN). António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa da Serra da Estrela”, *Op. Cit.*, ano XXII, nº7138 (12/3/1952), p.1.

²⁵A confrontação de teses apresentadas por Joaquim de Vasconcelos e por Vergílio Correia quanto ao domínio do território quando o templo de Lourosa foi construído foi efectuada apenas por Damião PERES, “A Reconquista cristã”, *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, pp.447-450, e não por nenhum dos dois autores que as produziram.

conjunto de estudos especificamente dedicados à actividade de Joaquim de Vasconcelos e de Vergílio Correia no campo histórico-artístico, o que permite reconstituir as linhas básicas como ambos entenderam as questões fundamentais acerca dos diversos patrimónios portugueses, seu estudo e conseqüente preservação.

Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) é hoje unanimemente considerado o “verdadeiro fundador da História da Arte em Portugal, ciência cujo tratamento (...) podemos (...) dividir em dois períodos nitidamente delineáveis, antes e depois do seu labor”²⁶. Homem de sólida formação germânica, a sua acção na identificação, catalogação e divulgação do património artístico nacional foi incansável ao longo de mais de quatro décadas, permanecendo depois disso, e até falecer, como figura tutelar de toda uma escola de historiadores da arte que se filiam na sua obra.

As opções e tendências ideológicas que estão na base da sua actividade no campo histórico-artístico foram já objecto de análise²⁷, pelo que resultaria despropositado revisitar toda a história e acção desta figura pioneira na História da Arte em Portugal. Para o objectivo que nos interessa, importa agora identificar os pontos de divergência com que Vergílio Correia fundamentou as suas críticas a Joaquim de Vasconcelos, e de que forma essa confrontação foi alicerçada em diferentes métodos e/ou diferentes entendimentos do património nacional.

Homem de uma segunda geração de historiadores da arte portugueses, Vergílio Correia foi igualmente determinante na divulgação das manifestações artísticas, arqueológicas, etnográficas... nacionais, como o prova os mais de duzentos e cinquenta trabalhos que deixou. Imbuído de um espírito essencialmente (neo)positivista, na linha de acção de Sousa Viterbo, interessam-lhe os estudos monográficos como forma de atingir a *verdade* da obra de arte: a identificação exacta do autor que a criou, do momento em que foi criada e conseqüente relação com outros tempos e espaços. Em última análise, tem por objectivo “inventariar monumentos, (...) arquivar, pela fotografia e pelo desenho, aspectos e plantas, (...) recolher

²⁶ José-Augusto FRANÇA, “Joaquim de Vasconcelos e a História da Arte portuguesa”, *A Arte em Portugal no século XIX*, vol. II, Lisboa, Bertrand, 1966, p.115.

²⁷ A par da já citada abordagem de José-Augusto França, veja-se Jorge RODRIGUES, “Joaquim de Vasconcelos e a Arte Nacional no cinquentenário da morte do primeiro historiador de arte português”, *O Estudo da História*, IIª série, nº2, Lisboa, APH, 1986-87, pp.87-92 e Nuno ROSMANINHO, *A historiografia artística portuguesa: de Raczyński ao dealbar do Estado Novo (1846-1935)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

abundantes espécies nos Museus (...)”, sempre partindo da prova documental, único instrumento que valida tudo o resto²⁸.

Em Março de 1912, numa fase ainda francamente precoce da sua carreira, mas em que as tensões com Joaquim de Vasconcelos já se vislumbravam a respeito de Lourosa, não deixa de criticar o velho mestre portuense pela inexistência de um esforço científico e rigoroso a toda a História da Arte portuguesa, “que bem podia ter evitado que um estrangeiro [Walter Crum Watson] se adeantasse num trabalho que de direito lhe competia”²⁹. No mesmo texto queixa-se das limitações a que a ciência está confinada no nosso país, “estratificada nos cerebros dos sábios e dos artistas, mas não escrita nem acessível”³⁰.

As críticas a uma certa imobilidade da História da Arte nacional compreendem-se numa conjuntura ainda fortemente confusa dos meios específicos, mas não deixa de ser surpreendente face a algumas afirmações justificativas, muito anteriores a esta data, do próprio Joaquim de Vasconcelos. Sobre a falta de uma *História da Arte em Portugal*, há muito que o primeiro historiador da arte português tinha abandonado essa tarefa, desgostado que estava com o meio científico nacional³¹. Sobre a acusação de elitismo em que os principais agentes pela ciência histórico-artística no país se fechavam, afirmara claramente, embora num outro contexto, que “o meu gabinete não é uma arca de segredos nacionaes”³².

Vergílio Correia critica um estado de coisas, um ponto de chegada na História da Arte nacional. Mas não chega a colocar em causa o método proposto por

²⁸ Qualquer análise da obra e acção de Vergílio Correia não pode, evidentemente, ser resumida neste breve parágrafo. Seguimos, assim, de perto as observações gerais de Nuno ROSMANINHO, “A historiografia artística de Vergílio Correia”, *Revista da Universidade de Aveiro - Série Letras*, nº12, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1995, pp.161-185. Por constituir até à data o mais rigoroso esforço científico de abordagem ao pensamento com que Vergílio Correia pautou toda a sua acção no campo histórico-artístico, o recurso às ideias gerais aí contidas justifica-se plenamente neste ponto do trabalho. Em todo o caso, como teremos oportunidade de esclarecer mais adiante, consideramos manifestamente redutora a caracterização que o autor faz da corrente historiográfica personificada por Vergílio Correia na primeira metade do século XX português.

²⁹ Vergílio CORREIA, “Estudos arqueológicos e artísticos no Distrito de Coimbra I”, *Folha de Oliveira*, nº19, 31/3/1912, p.2.

³⁰ IDEM, *Ibidem*, 31/3/1912, p.2. O facto de dar a conhecer as suas primeiras impressões sobre Lourosa numa publicação regional e não numa obra de maior alcance público, não será deixado sem referência por Marques Abreu, em nota bibliográfica à obra de Vergílio Correia, no livro de Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.53, nota 1: “O sr. Dr. Vergilio Correia limitou-se a publicar um artigo num jornal de província”.

³¹ Num célebre desabafo escrito em 1895, depois retomado por José-Augusto FRANÇA, “Joaquim de Vasconcelos e a História da Arte”, *Op. Cit.*, 1966, p.117, Joaquim de Vasconcelos confessava: “Há 25 anos que imprimo no País, viajo no País, prelecciono no País à minha custa, e dou o que não me querem comprar”.

Vasconcelos que, em boa verdade, aprofundará, englobará e fará escola. Em 1929, escrevendo no octogésimo aniversário do velho Mestre - no *Instituto*, por certamente não ter sido convidado a escrever no número comemorativo que a *Ilustração Moderna* dedicou a essa data -, pode ler-se: “Infelizmente o seu exemplo, tanto no caso da inventariação, como no da verdadeira posição da arte portuguesa no concêrto europeu, não foi seguido nem compreendido no tempo em que êle semeava às mãos cheias as leivas removidas. (...) Em carta de 4 de Maio de 1912, (...) dizia-me Joaquim de Vasconcellos que não deixasse nunca de estudar a arte paralela dos nossos vizinhos espanhóis, os mestres, os grandes e fecundos guias. (...) Nunca me esqueci destas frases”³³.

Obviamente que existiram diferenças de objectivos entre um e outro. Nuno Rosmaninho coloca-os em lados opostos da historiografia artística nacional, representando duas tendências “concorrentes: uma, de pendor nacionalista, procura na arte as manifestações da grandeza pátria; outra, influenciada pela metodologia positivista, desenvolve a catalogação de obras de arte e procura estabelecer, com base na pesquisa de arquivos e respectiva publicação de fontes, cronologias e autorias exactas”³⁴. A enorme riqueza individual que caracteriza ambos não nos parece que possa motivar a imediata inserção em duas teorias historiográficas concorrentes. As noções de “Centro e Periferia” aplicadas por Vergílio Correia no contexto artístico europeu radicam-se no mesmo entendimento que levou Vasconcelos a identificar o “ruralismo” no nosso Românico; e nem a crítica problematizante está ausente na obra de Vergílio Correia, nem o conceito de ‘nacionalidade em Arte’ é verificável em toda a acção de Joaquim de Vasconcelos³⁵.

Perante dois percursos ímpares no panorama histórico-artístico nacional da primeira metade do século, a tentação da linearidade interpretativa está longe de

³² Joaquim de Vasconcelos, *Arte*, nº37, Porto, Marques Abreu, Jan. 1908.

³³ Vergílio CORREIA, “Joaquim de Vasconcellos”, *O Instituto*, vol. 77 (4ª série, vol. 6), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, pp.125-126.

³⁴ Nuno ROSMANINHO, “A historiografia artística de Vergílio Correia”, *Op. Cit.*, 1995, p.161; IDEM, *Op. Cit.*, 1993, p.17.

³⁵ O conceito de “nacionalidade em Arte” corre um sério perigo de ser generalizado, e aplicado indistintamente a toda a conjuntura historiográfica que se desenvolve entre os anos finais do século XIX e os meados do século XX. Como já demonstrámos noutra local, homens como Joaquim de Vasconcelos e Marques Abreu, apesar de partilharem de uma relação profissional a todos os títulos exemplar, entendem de forma diferente este conceito. Como bem notou Nuno ROSMANINHO, “A historiografia artística de Vergílio Correia”, *Op. Cit.*, 1995, pp.178-179, Vergílio Correia e Joaquim de Vasconcelos - a que podemos nós acrescentar José Pessanha - são a excepção nesse panorama exacerbadamente patriótico e celebrativo da ideia de “Nação” nascida em tempos medievais.

constituir um caminho inteiramente correcto. Ao analisar a produção de ambos os autores a respeito da igreja de São Pedro de Lourosa, e em especial as menções recíprocas, em nenhum momento encontramos argumentos fundamentados em questões de método ou de entendimento dos patrimónios nacionais. Bem pelo contrário, a sensação que fica de toda esta disputa é que ela decorre mais de vaidades científicas transpostas para o campo pessoal³⁶, que propriamente de qualquer divergência de fundo. Perante o velho mestre iniciador da verdadeira História da Arte em Portugal, longamente habituado a lidar com o património nacional, encontramos o jovem e impetuoso Vergílio Correia, recentemente formado e imbuído de uma legítima aspiração ao seu próprio espaço no panorama científico português.

Mais que eventuais divergências quanto ao estatuto e caminho da História da Arte, as críticas de Vergílio Correia em relação a Joaquim de Vasconcelos reflectem uma estratégia e um modo de agir perante o património e as necessidades científicas do momento. Não se trata de divergir abertamente de um método de trabalho - que evidentemente não se podia revestir da análise que hoje possamos fazer a esse nível -; apenas de procurar o seu próprio espaço, a que será justo acrescentar a distinta formação de um e de outro.

Só desta forma se explica o caminho que Vergílio Correia escolheu a partir de 1916, com a revista *Terra Portuguesa*. Ao contrário da *Arte*, esta nova publicação, produzida em Lisboa, recusa abertamente o conceito de “patriotismo na arte”, dirigindo-se preferencialmente para aspectos etnográficos e pretendendo alcançar um público mais vasto³⁷; no fundo, uma linha de acção que se pode radicar nas críticas que Vergílio Correia fazia já em Março de 1912.

³⁶ É um dado comprovado que as disputas científicas ocuparam uma significativa parte na esfera pessoal nestes tempos de vivência exacerbada da História da Arte. As querelas alimentadas por Vergílio Correia com outros notáveis da classe científica nacional estão bem ilustradas nas páginas da secção “Crónica” dos números da *Terra Portuguesa* de 1924 e 1925. E se é possível identificar no jovem director literário desta revista uma certa propensão para a polémica, também Joaquim de Vasconcelos entrará em confronto científico-pessoal com o seu amigo José Pessanha a propósito de duas publicações deste último. No célebre artigo “Defendo-me...”, *Terra Portuguesa*, nº25-26, Ago-Set. 1918, pp.46-48, José Pessanha ilustra bem a forma como por esta altura as críticas assumem sempre um carácter científico e outro pessoal, começando no primeiro aspecto e invariavelmente terminando com uma nota de apreciação menos rigorosa.

³⁷ “Duas palavras...”, *Terra Portuguesa*, nº1, Lisboa, Fev. 1916, p.1. As diferenças de objectivos e de entendimento da arte nacional estão bem patentes quando colocadas lado a lado os números da *Arte* e da *Terra Portuguesa*: ao contrário da revista de Marques Abreu, que se situava muito em torno do património medieval do Norte, verdadeiro bastião da nacionalidade, a de Vergílio Correia e Sebastião Pessanha dedicar-se-á muito detalhadamente aos aspectos etnográficos, e em particular à etnografia do

Mas embora Joaquim de Vasconcelos colaborasse assiduamente nas páginas da *Arte*, a revista era dirigida por Marques Abreu, precisamente o homem que mais acerrimamente criticará Vergílio Correia no caso da descoberta de São Pedro de Lourosa. E neste ponto devemos questionar a forma como Joaquim de Vasconcelos entendia o conceito de “patriotismo” ou “nacionalidade em Arte”: longe de uma atenção cingida às grandes manifestações nacionais, Vasconcelos propõe o termo “arte nacional” aplicado às artes decorativas e populares. Neste sentido dedicar-se-á ao estudo destas manifestações, tal como Vergílio Correia o fará nas páginas da *Terra Portuguesa*. O que os diferencia é a perspectiva de futuro que Joaquim de Vasconcelos possui e que falta claramente a Vergílio Correia, essa “Antropologia artística”³⁸, não verificada nas grandes obras do passado, mas possível ainda de construir e de fomentar na malha anónima social portuguesa.

Se numa primeira abordagem o advento da *Terra Portuguesa* representa uma linha divergente do método de Joaquim de Vasconcelos, uma análise mais atenta e rigorosa do que foram as publicações e os agentes envolvidos nesta conjuntura permite concluir que a clivagem introduzida pela *Terra* é feita em relação à *Arte*. Numa palavra, uma oposição da acção ideológica de Vergílio Correia só pode encontrar-se na figura de Marques Abreu que, como atrás já vimos, não sendo historiador, fomentou uma linha ideológica e historiográfica bem precisa à frente da *Arte*, da *Ilustração Moderna* e da colecção de estudos monográficos por si editados, *A Arte em Portugal*.

2.2. - PRIMEIRAS TENTATIVAS DE RECONSTITUIÇÃO DA PLANTA DE SÃO PEDRO DE LOUROSA: O MARCO PLANIMÉTRICO VISIGÓTICO

A primeira tentativa de reconstituição da planta original da igreja de São Pedro de Lourosa deve-se a Joaquim de Vasconcelos. Em Outubro de 1911, no seu primeiro artigo sobre o edifício, apresenta uma planta nitidamente filiada no plano de São

Sul do país. O próprio Vergílio Correia dará o exemplo desde o início, com uma série ininterrupta de artigos sobre etnografia alentejana.

³⁸ Utilizamos aqui a feliz expressão de Jorge RODRIGUES, “Joaquim de Vasconcelos no cinquentenário da morte do primeiro historiador de arte português”, *Op. Cit.*, 1986-87, p.90.

Pedro de Balsemão (Figs. 25 e 26), monumento já anteriormente estudado por si e datado entre finais do século IX e inícios de X.

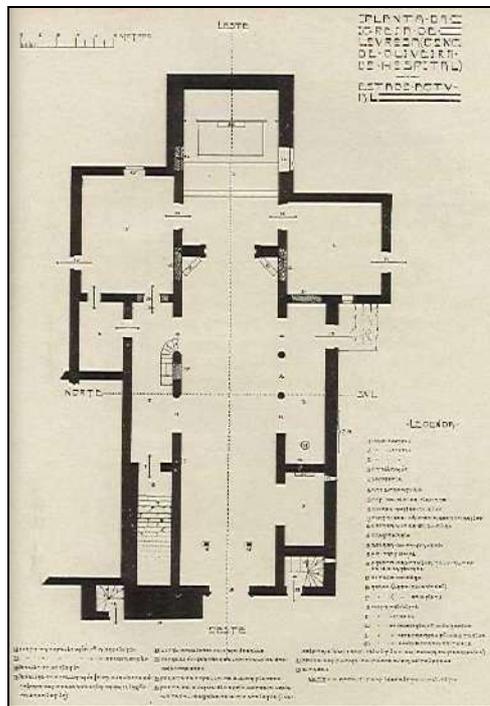


Fig. 23
São Pedro de Lourosa. Planta antes de se iniciar o restauro, publ. José Pessanha, 1916 e 1927

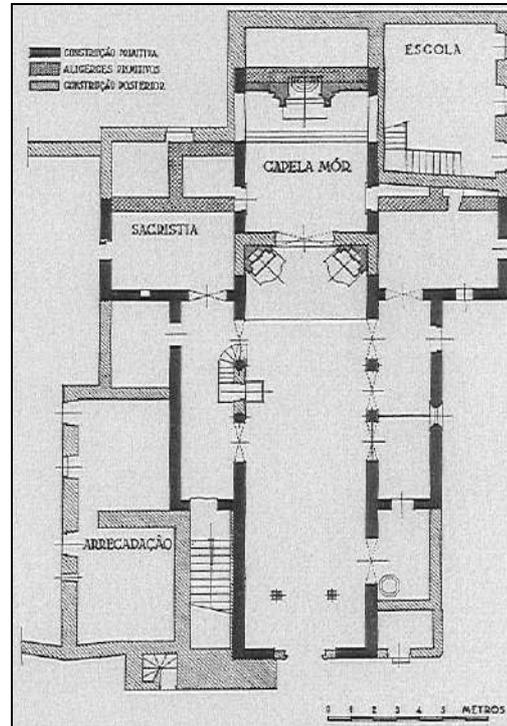


Fig. 24
São Pedro de Lourosa. Planta antes de iniciado o restauro. Arquivo DGEMN, publ. 1949

Apesar das claras diferenças de escala entre uma e outra igreja, que o autor não tentou esconder colocando-as lado a lado numa mesma página³⁹, é notória a influência que Balsemão teve nesta tentativa reconstituidora de Lourosa: três naves, sendo a central mais ampla, e cabeceira composta por uma única capela, quadrangular e profunda.

Tendo em atenção os estudos anteriores de Joaquim de Vasconcelos sobre a pequena capela perto de Lamego, em que propôs uma datação bastante mais avançada que a que tradicionalmente se vinha estabelecendo para o edifício⁴⁰, a solução que encontrou para Lourosa poderá dizer-se que é o produto imediato das ideias que

³⁹ Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a architectura romanica portuguesa IV - Presbyterio de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº82, Out. 1911, p.78. A planta que Joaquim de Vasconcelos traça para o caso de Lourosa apresenta ligeiras diferenças para com o plano de Balsemão: naves bastante mais compridas, sendo as colaterais mais estreitas e capela-mor não tão profunda. Em todo o caso, o aspecto global é de uma enorme semelhança.

⁴⁰ Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a architectura romanica portuguesa II - Igreja de Balsemão”, *Arte*, Porto, Marques Abreu, nº39 (Mar. 1908), pp.21-24; nº40 (Abr. 1908), pp.26-32 e nº48 (Dez. 1908), pp.94-96.

defendera para Balsemão. Ou seja, ao situar ambas as construções em momentos muito próximos, nada mais natural que pensar numa planta genericamente comum.

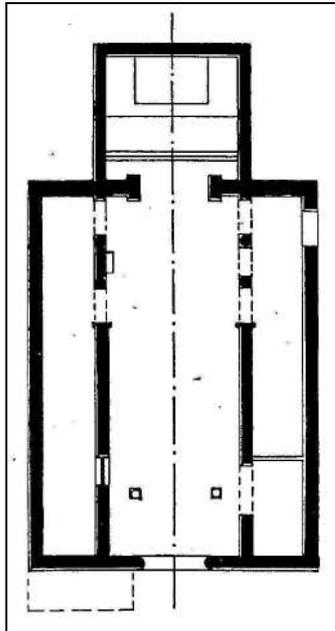
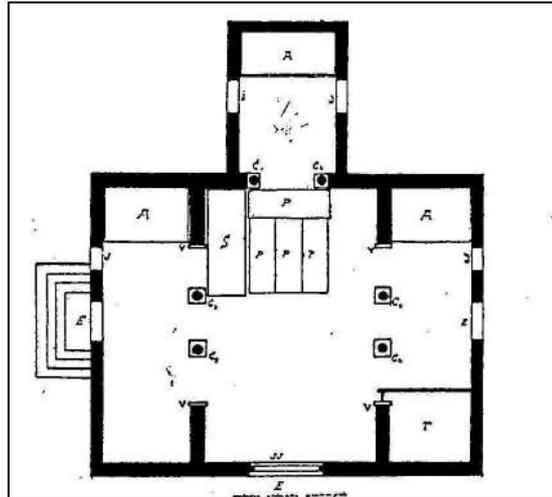


Fig. 25
São Pedro de Lourosa.
Planta de reconstituição
original proposta por
Joaquim de Vasconcelos,
Out. 1911

Fig. 26
São Pedro de Balsemão. Planta apresentada por
Joaquim de Vasconcelos, Out. 1911, como
paralelo mais imediato da igreja de Lourosa



Não é este certamente o momento para analisar os avanços e recuos historiográficos produzidos acerca da igreja de São Pedro de Balsemão. Por agora, importa reter que em relação a uma proposta cronológica entre os séculos IX e X Joaquim de Vasconcelos é um homem isolado. Depois da sua série de estudos de 1908, Vicente Lampérez y Romea e José Pessanha situaram a igreja em plena época visigótica⁴¹. Mesmo Vergílio Correia, que num primeiro momento parece aceitar a cronologia proposta por Vaconcelos para Balsemão, optará pela catalogação visigótica, quando confrontado com as observações de Lampérez y Romea⁴².

Mas se a catalogação visigótica de Balsemão implica uma distância de cerca de três séculos em relação ao momento de construção da igreja de Lourosa, tal facto não impediu que os nossos primeiros historiadores da arte identificassem um mesmo programa em ambos os monumentos. Nesta perspectiva é muito interessante verificar

⁴¹ Vicente LAMPÉREZ Y ROMEA, artigo republicado na *Arte*, nº84, Dez.1911, pp.94-96, com o título “A igreja de Balsemão perante a crítica espanhola”; José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, pp.20-21.

⁴² Se em *Op. Cit.*, 1912 Vergílio Correia não tece nenhum comentário sobre a cronologia de Balsemão, na reedição de 1919, p.35, cita expressamente a posição de Lampérez y Romea.

as posições de Vergílio Correia. Apesar de situar a capela de São Pedro de Balsemão no século VII, não deixa de afirmar que entre ela e Lourosa o plano é “idêntico”, realçando apenas a maior extensão desta última⁴³. Dava-se assim pleno sentido à convicção de que “a arte dos séculos V ao X (...) subordina-se aos mesmos princípios e tendências”⁴⁴, o mesmo estilo *latino-bizantino*, dividido apenas em três sub-grupos cronológicos: visigótico, moçárabe e asturiano.

Nas várias reedições de *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, Vergílio Correia não nos fornece nenhuma planta reconstitutiva do plano original da igreja. Em boa verdade, os comentários que tece sobre este ponto particular revelam-se sistematicamente confusos e evasivos⁴⁵. Se sobre outros aspectos do seu texto de finais de 1911, o autor terá oportunidade de actualizar dados e inserir novas contribuições, sobre a planta de São Pedro de Lourosa manterá uma incompreensível dualidade: por um lado, afirma a semelhança com a capela-mor única de Balsemão; por outro, refere o modelo basilical perfeito de San Julián de los Prados ou San Salvador de Priesca, templos com cabeceira tripartida.

O facto de Vergílio Correia falar em “plano” para se referir às semelhanças entre Lourosa e Balsemão e em “corpo principal” para colocar lado a lado os templos ‘portugueses’ com Santullano e Priesca, só acentua essa convicção dúbia em relação à sua verdadeira posição acerca da cabeceira primitiva de Lourosa, fazendo crer que entende “plano” de uma forma mais abrangente - a totalidade do templo - e “corpo principal” numa asserção mais restrita - designando apenas as naves -. Mesmo no ponto da sua confusa passagem em que afirma que a capela-mor de Lourosa “completa” a de Balsemão, em nenhum momento deixa transparecer uma ideia concreta e definida sobre a disposição fundacional do templo - se com cabeceira tripartida, se com capela-mor única -, nem tão pouco explica em que medida entende este “completar” de elementos planimétricos.

⁴³ Vergílio CORREIA, *Op. Cit.*, 1912, p.19.

⁴⁴ IDEM, “Arte visigótica”, *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, p.367.

⁴⁵ IDEM, *Op. Cit.*, 1912, p.19, referindo-se às igrejas de Lourosa e de Balsemão: “O plano das duas é idêntico, mas o tamanho de Lourosa maior: ha tambem outras diferenças importantes como por exemplo nas respectivas capelas-mor. Uma completa a outra. (...) A disposição do côrpo da igreja em ambos os santuarios encontra-se em monumentos espanhoes da mesma epoca, como seja em San Julian de los Prados (Santullano) (...) e cujo plano até ao cruzeiro é igual ao das nossas duas igrejas, podendo bem considerar-se o tipo perfeito de basilica latina de 3 naves e 3 absides (...). O mesmo se dá com S. Salvador de Priesca”.

Anos depois, em 1939, já depois do restauro a que foi sujeito, dirá que o monumento “aparece-nos hoje reconstituído nos seus elementos fundamentais”, descrevendo-o então claramente com uma “cabeceira de três absides rectangulares”⁴⁶. Da leitura que fazemos de todos os trabalhos do autor em relação à igreja de Lourosa, anteriores ao restauro, pensamos que Vergílio Correia nunca identificou uma cabeceira tripartida, referindo-se invariavelmente à capela-mor e sacristia. Neste sentido, em nada contraria a proposta avançada por Joaquim de Vasconcelos. Aceita o marco planimétrico com base na arte visigótica - ponto de partida essencial na definição do estilo *latino-bizantino* - e acentua ainda mais as semelhanças para com São Pedro de Balsemão.

Sobre a tentativa de reconstituição original do templo, que uma década e meia depois iria ser a questão mais importante a resolver no processo de restauro, Vergílio Correia em nada avança face às perspectivas abertas por Joaquim de Vasconcelos. É neste contexto que devemos encarar as críticas que este último faz em relação ao seu trabalho, ao não se fundar no estudo da planta do edifício⁴⁷.

Mas não foi apenas em relação à disposição fundacional da igreja que Vergílio Correia foi omissos. Na realidade, ao longo das quatro reedições do seu estudo, entre 1912 e 1924, não teceu qualquer comentário às propostas planimétricas avançadas por Joaquim de Vasconcelos, José Pessanha ou Manoel Gómez Moreno, que também estudaram o edifício na segunda década do século. A este respeito, devemos acrescentar que entre os dois autores que primeiro se dedicaram à igreja de São Pedro de Lourosa, o problema da planta fundacional só se colocou verdadeiramente a Joaquim de Vasconcelos.

Este último, para além das observações que produz em relação à cabeceira, não deixa de notar uma certa estranheza no excessivo comprimento da nave central, facto que em Outubro de 1911 atribuiu a um acréscimo levado a cabo provavelmente no século XII, mas que em Março do ano seguinte admitiu como fazendo parte do

⁴⁶ IDEM, “A vila e a igreja de Lourosa”, CORREIA, Vergílio, GIRÃO, A. de Amorim, SOARES, Torquato de Sousa, *Excursões no centro de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Instituto para a Alta Cultura, 1939, p.28.

⁴⁷ Cfr. nota 21 desta PARTE II.

programa original, devendo então as naves ser separadas entre si por arcadas de seis arcos em ferradura, e não apenas três⁴⁸.

Com as referências à cabeceira e ao excessivo comprimento das naves, num fundo programático idêntico ao de São Pedro de Balsemão, Joaquim de Vasconcelos apresentou-nos, assim, um trabalho acabado, definitivo. Admite a necessidade de se proceder ao levantamento de uma planta mais rigorosa, “não para tirar duvidas - nenhuma tenho nos pontos essenciaes - mas para convencer o leitor não especialista”⁴⁹. Todavia, não reconhece a importância que as duas sacristias efectivamente tinham para a correcta identificação do programa original a que a construção do templo obedeceu. E um pouco à semelhança de Vergílio Correia, também Joaquim de Vasconcelos não voltará a dedicar-se ao caso de Lourosa, alheio às novas perspectivas avançadas ainda na mesma década em que a igreja foi *descoberta*.

Como vimos até aqui, solucionadas as questões a Ocidente pela identificação da porta principal original, o problema planimétrico colocado a Joaquim de Vasconcelos centrou-se na cabeceira da igreja. Quatro anos depois, contudo, José Pessanha voltaria a questionar todo o conjunto ocidental do templo, desconfiando desse excessivo comprimento das naves e atribuindo a actual localização do ajimez e da inscrição que data a igreja de 912 a “uma ampliação mais ou menos tumultuaria, como tantas outras”⁵⁰.

Passado algum tempo sobre os ‘apressados’ artigos de Joaquim de Vasconcelos e de Vergílio Correia, o estudo que José Pessanha empreendeu sobre São Pedro de Lourosa, a partir de Maio de 1916, revelou-se decisivo sob múltiplos pontos de vista e constitui mesmo a abordagem mais rigorosa ao monumento elaborada neste “Ciclo da *Arte*”. José Pessanha é o primeiro autor a propor uma cabeceira tripartida para o edifício (**Fig. 27**), afastando assim a relação estabelecida anos antes para com o plano da capela de São Pedro de Balsemão. Reafirma, contudo, o marco planimétrico visigótico influenciador do programa de São Pedro de Lourosa, pela análise que faz de

⁴⁸ Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a architectura romanica portuguesa VI - Presbyterio de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº87, Mar.1912, p.27: “A volta de cantaria, que fica superior ao arco da entrada, representa, sem duvida, a porta visigothica, primitiva (...). E por isso estou disposto a renunciar á ideia expendida em anteriores artigos de que o templo foi augmentado no seu comprimento primitivo”.

⁴⁹ IDEM, “Ensaio sobre a architectura romanica portuguesa V - Presbyterio de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº83, Nov.1911, pp.84-86.

outros monumentos peninsulares, designadamente com a igreja de San Pedro de la Nave (Fig. 28).

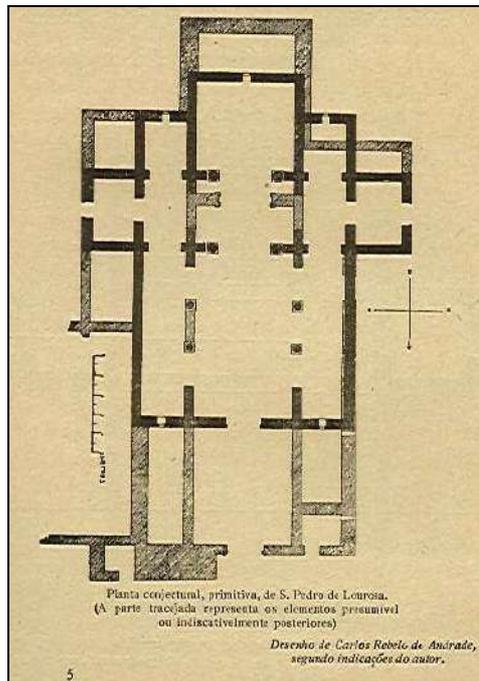


Fig. 27
São Pedro de Lourosa. Planta de reconstituição original proposta por José Pessanha, 1916 e 1927

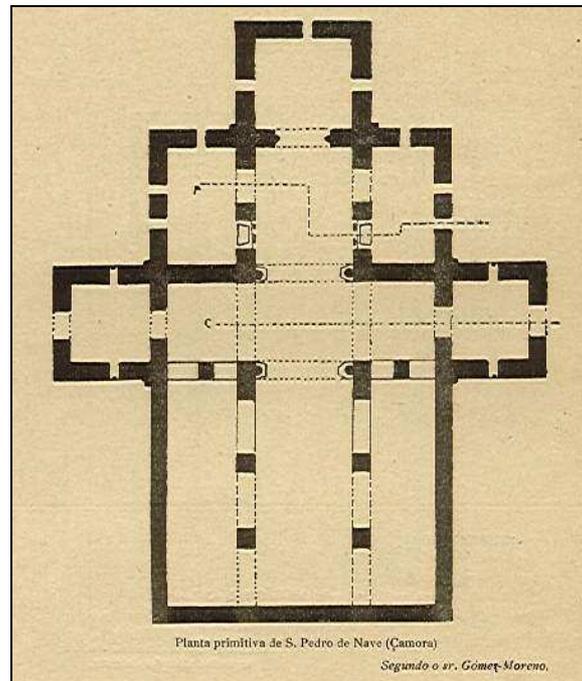


Fig. 28
San Pedro de la Nave. Planta apresentada por José Pessanha, 1916 e 1927, como paralelo da igreja de Lourosa

É certo que no momento em que o Professor de Lisboa escreve já haviam sido feitas algumas sondagens nas paredes das sacristias da igreja, pondo a descoberto vestígios de arcos em ferradura que Joaquim de Vasconcelos e Vergílio Correia, obviamente, não puderam detectar. A reconstituição que faz então da planta original de Lourosa, contudo, revela uma notável faculdade de observação e de dúvida constante acerca da pretensa simultaneidade entre as paredes originais e as estruturas posteriores. Como podemos observar na planta nº4 em anexo, José Pessanha não faz coincidir partes consideráveis primitivas com a disposição espacial que encontrou no templo, divergindo quanto à parede oriental da capela-mor, absidiolos, tramos do transepto e, principalmente, acerca do arco triunfal, que situou mais para nascente.

Neste ensaio reconstitutivo, José Pessanha contou com um poderoso auxiliar: o estudo de Manoel Gómez Moreno sobre a igreja visigótica de San Pedro de la Nave,

⁵⁰ José PESSANHA, “A arquitectura pre-românica em Portugal”, *Terra Portuguesa*, nº10/11, Nov-Dez. 1916, p.106 (republ. *Op. Cit.*, 1927, p.59).

publicado sucessivamente em 1905/1906, 1909 e 1911⁵¹. O resultado final, analisados cuidadosamente todos os vestígios de elementos datáveis da época fundacional do templo, foi, assim, o de uma extrema proximidade entre o monumento ‘português’ e la Nave⁵²: cabeceira tripartida escalonada e transepto saliente. Afastando-se claramente da proposta de Joaquim de Vasconcelos, José Pessanha reafirma, por outra via, a origem visigótica do esquema planimétrico de São Pedro de Lourosa.

Com o estudo de José Pessanha completou-se o primeiro ciclo de abordagens de autores portugueses à igreja de S. Pedro de Lourosa, antes do complexo processo de restauro iniciado em 1929.

Outro contributo veio ainda a público antes desta data, pela mão da figura mais marcante de toda a historiografia peninsular dedicada à Arte da Alta Idade Média ao longo do século XX, Manoel Gómez Moreno. Escrevendo em 1919, a reconstituição planimétrica que efectua do monumento de Lourosa introduziu duas novidades essenciais em relação aos planos propostos por Joaquim de Vasconcelos e por José Pessanha - que a seu tempo se viriam a revestir de extrema importância -: 1) teria a porta principal de acesso à igreja sido precedida por um *narthex*? 2) Existiria uma *eikonostasis* a separar o coro - delimitado pelo cruzeiro e pela nave transversal – do corpo da igreja?

Não acreditando numa nave central tão longa, como defendia Joaquim de Vasconcelos, Gómez Moreno propôs a existência de uma tribuna alta com base ainda na “excesiva amplitud - tres metros - de su arco de entrada y una ventana encima, que parece acreditar la existencia de tribuna alta”⁵³. Como podemos perceber são dois os espaços que Gómez Moreno admite terem existido inicialmente: um *narthex* e uma tribuna. Não só recusa a proposta de o edifício ter sido aumentado para Ocidente em determinado momento da sua história, como defende que a escadaria existente na nave Norte só faz sentido se ligando o piso térreo a essa tribuna (Fig. 29).

Oito anos depois, no momento de comentar a teoria de Gómez Moreno para a parte ocidental da igreja, José Pessanha retomaria alguns dos argumentos de Joaquim de Vasconcelos, concluindo que a escadaria não poderia corresponder à época

⁵¹ Manoel GÓMEZ MORENO, “San Pedro de la Nave, iglesia visigoda”, *Boletín de la Sociedad Castellana de Excursiones*, t. II, 1905/1906, pp.365-373.

⁵² José PESSANHA, “A arquitectura pre-românica em Portugal”, *Op. Cit.*, nº10/11, Nov-Dez. 1916, pp.108-109 (republ. *Op. Cit.*, 1927, pp. 66-67).

fundacional do edifício, pelas diferenças óbvias entre o ritmo dos seus degraus e o local em que deveria existir o vão de acesso à tribuna⁵⁴.

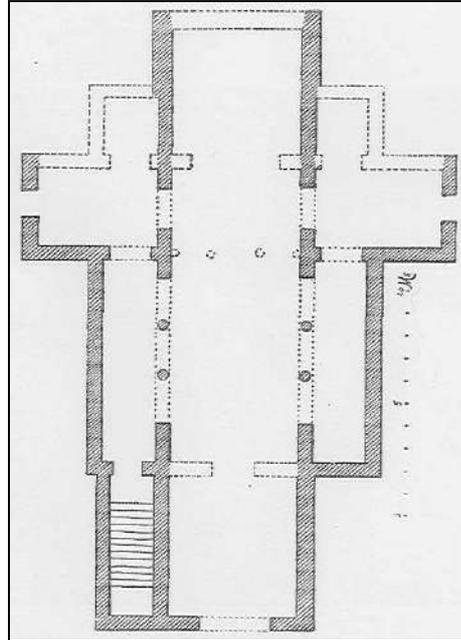


Fig. 29
São Pedro de Lourosa. Planta de reconstituição original proposta por Manoel Gómez Moreno, 1919

Sobre o *narthex*, apesar de não terem sido identificados elementos comprovativos da sua existência, revelou-se uma estrutura de construção pacífica, num tempo em que o ideal restaurador tinha por objectivo uma suposta pureza inicial, tantas vezes idealizada e subordinada a um programa teórico definidor de estilo⁵⁵. Quanto à tribuna, parece que não passou de uma abordagem claramente precipitada, fruto de uma análise exploratória do edifício, não voltando Gómez Moreno a referir-se a esta dependência, nas numerosas referências que dedica a Lourosa nos primeiros anos da década de 30.

Mas não foi apenas acerca de toda a parte ocidental da igreja que o autor espanhol introduziu novidades na pretensa planta original do templo. Também em relação à cabeceira as suas teorias viriam a revelar-se inovadoras e decisivas quanto ao projecto final de restauro adoptado. Mantendo sérias dúvidas em relação à

⁵³ Manoel GÓMEZ MORENO, *Iglesias mozárabes. Arte español de los siglos IX a XI*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1919, reed. Granada, Universidad de Granada, 1998, p.101.

⁵⁴ José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, p.61.

⁵⁵ IDEM, “A igreja de Lourosa”, *Ilustração Moderna*, nº40, Fev. 1930, p.34: “Nenhum elemento apareceu que justifique o projectado *narthex*. Êste anexo, porém, que, aliás, existe em monumentos espanhóis ante-românicos (...) compensaria, em certo modo, o espaço roubado à igreja pelo encurtamento da nave, - o que é muito de considerar”. Para além disso, era convicção dos nossos historiadores da arte que toda a arquitectura peninsular cristã posterior à Reconquista e até ao advento definitivo do Românico tinha um *narthex* para penitentes e catecúmenos (Manuel de Aguiar BARREIROS, *Elementos de Arqueologia e Belas-Artes*, 2ªed., Braga, Opus Dei, 1931, p.163).

configuração exacta das capelas que ladeiam a capela-mor, Gómez Moreno equacionou a existência de um cruzeiro, “tal vez mediante la interposicion de un *eikonostasis*, como en Escalada”⁵⁶.

Na Parte III da presente dissertação teremos oportunidade de analisar as implicações estilísticas e conceptuais da leitura que Gómez Moreno efectuou do templo de Lourosa, entre a “inovação moçárabe” e a “resistência asturiana”. Por agora, importa salientar que o autor espanhol, ao contrário de Joaquim de Vasconcelos e de José Pessanha, não nos fornece um modelo planimétrico específico em que o monumento se filia.

É um facto que, excluindo o corpo ocidental, constituído por *narthex* e escadaria a Norte de acesso à tribuna, a planta reconstitutiva que apresenta denota claras semelhanças com a que José Pessanha já havia elaborado, a partir do modelo de San Pedro de la Nave. Contudo, apenas refere a igreja visigótica perto de Zamora no momento de se referir às portas laterais do templo⁵⁷. Referência conjuntural e destituída de um sentido programático modelar, a relação que Gómez Moreno entende existir entre Lourosa e la Nave aparece, assim, sem a importância que anos antes José Pessanha tinha equacionado e voltaria a frisar em 1927.

Mas este distanciamento em relação aos modelos ‘visigóticos’ de inspiração à igreja de São Pedro de Lourosa, defendidos por Joaquim de Vasconcelos e por José Pessanha, não implica que Gómez Moreno tivesse uma proposta diferente. Apesar dos inúmeros paralelos que estabelece com outros tantos monumentos altomedievais da Península, num leque variado de obras do século VI ao X, concluirá que, a não existir a inscrição de 912, “el fechar esta iglesia suscitaria controversias, pues quizá se buscasen argumentos para creerla goda”⁵⁸. Facto que só poderia acontecer pelas semelhanças planimétricas para com modelos datados de época visigótica.

As primeiras pesquisas sobre a planta original da igreja de São Pedro de Lourosa estão, assim, longe de ser conclusivas. A este respeito, não deixa de ser sintomático que José Pessanha, no momento em que se fecha o “Ciclo da *Arte*”, considere a sua reconstituição planimétrica como uma hipótese lançada “a mêdo no

⁵⁶ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.103.

⁵⁷ IDEM, *Ibidem*, p.104: “Puertas laterais así hacen recordar San Pedro de la Nave, como acertadamente alegó el sr. Pessanha”.

⁵⁸ IDEM, *Ibidem*, p.104.

papel”, sem que tivessem existido “sondagens no terreno” e sem que se tivesse posto “a descoberto a silharia das paredes”⁵⁹, retomando, sem qualquer modificação, uma afirmação que já havia proferido em 1916.

Sem meios para proceder às necessárias obras de sondagem, Pessanha alicerçou a sua proposta reconstitutiva em três pontos francamente modestos para o conhecimento total do edifício, como o próprio bem definiria em 1930: “1.º - A existência de quatro arcos primitivos (...) nas extremidades superiores dos colaterais e nas paredes perpendiculares àquela em que se abre o moderno arco triunfal. 2.º - A presença de vestígios apreciáveis de dois arcos (...) um na parede setentrional da sacristia e outro na parede meridional da dependência do lado oposto (...). 3.º - A anomalia resultante da desigual extensão das naves e a impossibilidade de considerar as laterais primitivamente mais extensas do que as duas arcarias (...)”⁶⁰.

A conclusão a que então chegou, no fim de um período que se prolongou por mais de 15 anos, foi de uma extrema semelhança para com a planta da igreja visigótica de San Pedro de la Nave. Esta aproximação, acompanhada pela de Joaquim de Vasconcelos em relação a São Pedro de Balsemão, e, em certa medida, pela de Gómez Moreno acerca das características visigóticas do templo de Lourosa, haveria de ser determinante nos estudos de restauro que caracterizam o “Ciclo da *Ilustração Moderna*”, e é simultaneamente revelador de um momento historiográfico preciso, que podemos agora concluir com o resumo enunciado dos seguintes pontos:

1 - A noção de *arte visigótica* como tutelar à praticada pelas comunidades cristãs peninsulares até ao advento do Românico, seguindo a teoria de Lampérez y Romea, a que já nos referimos⁶¹, e que teve em Manuel de Aguiar Barreiros e em José Pessanha seguidores à altura no nosso país⁶². Mesmo Manoel Gómez Moreno, a quem devemos a ruptura conceptual motivada pela individualização estilística da *arte*

⁵⁹ José PESSANHA, “A architectura pre-românica em Portugal”, *op. Cit.*, nº 10/11, Nov-Dez. 1916, p.110 (republ. *Op. Cit.*, 1927, p.68).

⁶⁰ IDEM, “A Igreja de Lourosa”, *Ilustração Moderna*, nº40, Porto, Marques Abreu, Fev. 1930, pp.31-32.

⁶¹ Cfr. nota 41 desta Parte II.

⁶² José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, pp.XI-XII, caracteriza, do seguinte modo, a arte desenvolvida por moçárabes e asturianos: “arte moçárabe, (...), arte de hispano-godos que viviam submetidos e isolados (...). Assim, a arquitectura mantém inalterado (...) o fundo tradicional visigodo (...). Ao norte, os cristãos não submetidos (...) levantam, no decorrer do século IX, numerosas igrejas, fundamentalmente idênticas às visigóticas...”. Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 2ªed., 1931, pp.159-166, refere-se já a um período “*pre-românico* ou *românico de formação*”, onde integra os monumentos de Lourosa e de Balsemão, mas frisando que “depois da reconquista, continuou a arte *visigótica*”, cujo “estilo é conhecido pelo nome de *visigótico, gótico antigo e asturiano*”.

moçárabe, em relação às posições de Lampérez y Romea, não deixa de reconhecer um fundo visigótico em todo o processo de normalização estilística de várias correntes antagónicas que caracteriza essa ‘historiograficamente nova arte’⁶³. Este marco planimétrico visigótico haveria de estar na origem de algumas abordagens visigotistas à igreja de Lourosa ensaiadas ao longo da segunda metade do século XX.

2 - Manutenção de um ideal restaurador e interpretativo à luz de premissas teóricas definidoras de ‘Estilo’, subalternizando a *historicidade* do edifício. Como Nuno Rosmaninho bem caracterizou este princípio, “uma voga restauracionista que (...) se rege menos pelo objectivo de rigorosa restituição do monumento (...) do que pela pretensão de os reverter a uma pureza original que pode nunca ter existido mas se coaduna com a *memória* que se retém do estilo artístico e da época que o erigiu”⁶⁴. Esta *memória* não deve ser entendida como a *historicidade do edifício*, como à primeira vista as palavras de Rosmaninho poderiam sugerir; ela é a idealização de uma noção de *estilo*.

⁶³ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.XIX.

⁶⁴ Nuno ROSMANINHO, *Op. Cit.*, 1993, pp.112-113.

3 – CICLO DA *ILUSTRAÇÃO MODERNA* (1929 - 1934/49)

Com a publicação da segunda série da *Ilustração Moderna* abre-se um novo ciclo na forma como os diversos agentes nacionais envolvidos no restauro monumental e no progresso da História da Arte entenderam a igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa. Simultaneamente, o seu aparecimento representa um novo, e decisivo, fôlego na acção de Marques Abreu em prol do património arquitectónico português.

Mas quer a renovada atenção que a igreja de Lourosa vai ser objecto a partir de 1929, quer o aprofundamento ideológico em torno do património românico português, que podemos testemunhar nas linhas dominantes com que Marques Abreu orientou as páginas da *Ilustração Moderna*, decorre de uma outra situação, bem mais vasta e importante, que ocorreu no nosso país em Abril de 1929: a criação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). É com o aparecimento desta instituição que podemos finalmente falar na existência de um plano restaurador nacional a médio e longo prazo. É também com o aparecimento desta instituição que as discussões em torno da generalidade do nosso património vão sair da esfera redutora da teorização e adquirir um carácter finalmente interventivo.

Não é este o local para recordar os passos fundamentais da criação e actividade da DGEMN, tarefa, de resto, já levada a cabo⁶⁵. Neste momento, importa aqui colocar em paralelo os princípios orientadores da sua linha de acção com os que a *Ilustração Moderna* seguiu. Uma breve análise dos números publicados desta revista revela uma comunhão evidente: o apoio inequívoco de Marques Abreu, e dos autores que com ele colaboram, a toda a acção da DGEMN, do Arquitecto Chefe dos Monumentos Nacionais do Norte, Baltazar de Castro; do seu Director-Geral, Henrique Gomes da Silva - de quem Marques Abreu foi amigo -, e dos ministros que tutelaram toda esta acção, Alfredo de Magalhães e Antunes Guimarães, dando-se corpo ao ambiente

⁶⁵ Maria João Baptista NETO, *Op. Cit.*, 3 vols., 1995. Da mesma autora, veja-se ainda “A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico nacional. 1929-1999”, *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN, 1999.

cultural do Norte do país como um dos principais núcleos impulsionadores do restauro monumental nesses tempos de afirmação da DGEMN.

A grande maioria dos números da segunda série da revista dão ampla cobertura a trabalhos de restauro da responsabilidade da DGEMN no Norte do país, e, em última análise, é a dinâmica restauradora empreendida pela Direcção-Geral, definida programaticamente pelo próprio Henrique Gomes da Silva em 1935⁶⁶, que proporciona a Marques Abreu a realização do seu ideal “interventivo” no património nacional⁶⁷.

Sediada no Porto, à semelhança da sua antecessora *Arte*, a *Ilustração Moderna* vai dedicar especial atenção ao Românico do Entre-Douro-e-Minho, área onde as intervenções da DGEMN foram mais numerosas e onde se verificou, efectivamente, uma completa “renovação” do estado dos monumentos. Não é ao acaso que o Noroeste do país foi o campo privilegiado de acção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Com uma grande concentração de pequenas igrejas românicas, o Entre-Douro-e-Minho detinha ainda um significado simbólico evidente em toda a ideologia nacionalista subjacente à acção restauradora deste período.

A nova situação no restauro de monumentos no nosso país, a partir de 1929, teve em Lourosa um capítulo importante, dos numerosos exemplos que podemos citar nesta matéria. Mas Lourosa merece destaque especial pelo envolvimento pessoal de Marques Abreu, circunstância que teve o conseqüente reflexo nas páginas da *Ilustração Moderna* e que explica a manifesta sobrevalorização do monumento pré-românico em relação a tantos outros restaurados pela mesma altura.

O “Ciclo da *Ilustração Moderna*” corresponde, assim, ao período em que se empreendeu o restauro da igreja de São Pedro de Lourosa. Inicia-se em 1929, ano em que se procederam às primeiras sondagens no edifício, já a cargo da DGEMN. Passa por todo o complexo processo, com as muitas vicissitudes que ocorreram, e termina em 1934, data em que se publica o primeiro estudo monográfico do monumento já restaurado.

Nestes escassos cinco anos deu-se pleno sentido a um projecto de restauro que contou com duas forças motrizes vitais: de um lado, a DGEMN, chefiada localmente

⁶⁶ Henrique Gomes da SILVA, “Monumentos Nacionais. Orientação técnica a seguir no seu restauro”, *Igreja de Leça do Bailio*, Boletim da DGEMN, nº1, Lisboa, MOP, 1935, pp.5-19.

⁶⁷ Sobre a relação entre Marques Abreu e a acção da DGEMN veja-se Paulo Almeida FERNANDES, “«O culto dos Monumentos». Marques Abreu e a historiografia artística nacionalista” (em preparação)

por Baltazar de Castro; de outro, Marques Abreu e a sua equipa da *Ilustração Moderna*. Aos primeiros cabia institucionalmente a intervenção no edifício. Aos segundos, o estudo rigoroso e científico do monumento, incluindo a definição da planta final a adoptar.

Mais adiante teremos oportunidade de analisar as razões que levaram à quebra desta parceria totalmente inovadora no panorama histórico-artístico e restaurador português. Por agora, importa adiantar que a partir do Verão de 1931, ou possivelmente um pouco antes, Baltazar de Castro e Marques Abreu entram em ruptura, nunca se interrompendo as obras de restauro, mas prosseguindo já sem o consenso das partes anteriormente envolvidas.

É graças a essa ruptura que possuímos hoje duas visões do que foi o restauro da igreja de São Pedro de Lourosa. Daí as datas distintas que propomos para a conclusão deste “Ciclo da *Ilustração Moderna*”. Em 1934, ligado a Marques Abreu, Aguiar Barreiros publicava o estudo monográfico da igreja restaurada. Em 1949, passados quase vinte anos sobre a conclusão dos trabalhos, a DGEMN trazia finalmente a público o Boletim correspondente a esta intervenção⁶⁸, significando igualmente esta data, por outra via, o fecho do que designamos por “Ciclo da *Ilustração Moderna*”.

A passagem de uma fase pré-restauro, caracterizadora do período 1911-1927, para uma fase decididamente interventiva, enunciada nesta breve exposição sobre o lapso temporal 1929-1934/49, justifica a distinção em “Ciclos” que optámos por seguir. Esta diferenciação, contudo, se aplicada apenas ao caso de São Pedro de Lourosa resulta manifestamente redutora. Com efeito, trata-se de uma compartimentação que tem pleno sentido nacional, uma comodidade metodológica que se revela efectiva e demonstrável para tudo o que se passa com o património

⁶⁸ Esta data é importante para que percebamos por que razão a DGEMN publicou tão tardiamente o Boletim respectivo ao restauro de Lourosa. Tendo sido uma intervenção tão polémica, criticada logo em 1934 por um dos mais conceituados historiadores da arte da altura e num formato de monografia, é estranho que a justificação desta actuação – o Boletim de restauro – tenha saído quinze anos depois de concluído do restauro. No entanto, como nos indicou Maria João Baptista Neto, os finais da década de 40 foram muito conturbados para a DGEMN. Não só o Regime político vigente é alvo de uma forte onda de contestação, que se alastra à própria intervenção no património cultural edificado (ccm críticas de Adriano de Gusmão às opções tomadas no caso de São Pedro de Rates, onde se suprimiram partes proto-góticas), como coincide com o afastamento de Baltazar de Castro das funções que havia desempenhado ao longo de vinte anos. Neste sentido, pensamos que a publicação deste Boletim se deve a uma dupla vontade – da DGEMN e de Baltazar de Castro – em publicar as principais intervenções de restauro conduzidas pelo até então Director dos Monumentos do Norte, no momento em que era afastado do cargo.

monumental medieval português. Não são apenas os exercícios reconstitutivos com que se tentou definir a planta original da nossa igreja pré-românica que dão lugar à necessidade de um plano de restauro a adoptar. Em Portugal, passa-se da teorização geral sobre o património edificado e da intervenção em grandes monumentos para uma dinâmica restauradora a grande escala, subordinada a um verdadeiro programa global.

3.1. PROJECTOS DE RESTAURO DA IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSA

No curto período que medeia entre o início das sondagens arqueológicas (1929) e o arranque definitivo das obras de restauro (1931) conceberam-se três projectos distintos para a igreja de São Pedro de Lourosa. Esta situação teve várias motivações e decorreu de diferentes momentos no próprio processo de restauro. Levada ao extremo, significou uma ruptura a nível pessoal entre os agentes envolvidos, obedecendo então a objectivos distintos e a visões antagónicas acerca do que devia ser o restauro de uma igreja tão complexa como a de Lourosa.

Devemos realçar, todavia, que a estranha situação de se sobrepor três projectos de restauro para um mesmo edifício, num lapso temporal tão curto, é uma excepção no panorama restaurador português até então, onde só por si a existência de um plano significa já um contributo inovador face ao empirismo que costuma caracterizar as obras levadas a cabo pela DGEMN nesta altura, e pelos anos seguintes.

Duas forças essenciais fizeram-se sentir nestes conturbados anos: Marques Abreu e Baltazar de Castro. Muitas vezes colocados em planos opostos na questão do restauro de São Pedro de Lourosa, o facto é que são numerosos os pontos em que ambos convergiram, não dispensando o ‘ideal interventivo’ de Marques Abreu de um homem como Baltazar de Castro, cuja personalidade e ritmo de trabalho se ajustavam claramente aquela necessidade de intervenção urgente no património monumental português. Ao longo dos números da *Ilustração Moderna* a acção restauradora comandada por Baltazar de Castro é objecto de sucessivos elogios, sendo o Director dos Monumentos Nacionais do Norte caracterizado como “amigo dedicado e trabalhador incansável”, autor de uma “escrupulosa investigação” no solo de

Lourosa⁶⁹. A ruptura pessoal entre ambos dá-se depois, quando o restauro da nossa igreja se complexifica e corre mesmo o risco de ser interrompido.

Com todas as diferenças que possamos hoje reconhecer entre um e outro, existe uma comunhão ideológica evidente naquilo que era mais importante à altura: o restauro da generalidade dos nossos monumentos. No caso de Lourosa, por envolver um edifício planimetricamente confuso, bastante diferente dos monumentos românicos do Entre-Douro-e-Minho, onde Baltazar de Castro estava habituado a intervir, mas também pela relação de afectividade que Marques Abreu estabeleceu com a igreja beirã, as diferentes posições tomadas decorrem de visões distintas a nível programático e não ideológico. Sobre a necessidade de se intervir não restam dúvidas. O que os separa é o plano a seguir, a metodologia a adoptar para que se obtenha um produto final idêntico à planta fundacional do templo.

3.1.1. UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EXEMPLAR

Da leitura que fazemos de todo o envolvimento de Marques Abreu no restauro de São Pedro de Lourosa não temos dúvidas em afirmar que, em Portugal, é a si que devemos o primeiro verdadeiro *projecto integrado de intervenção num monumento*. Caracterizada desta forma, pensamos que a acção que desenvolve e coordena nos cinco anos em que se processou o restauro da igreja reveste-se de uma enorme actualidade, sobretudo pela interdisciplinariedade que podemos identificar no concurso de homens de formação científica distinta para um mesmo fim.

Neste sentido, o que à partida poderia ser entendido como uma expressão desajustada no tempo em relação a uma iniciativa restauradora, revela-se, de facto, um *projecto integrado de acção*, com todas as características que hoje em dia tão acerrimamente se reclama nos meios ligados à gestão do património.

Ao longo das páginas da *Ilustração Moderna* e da monografia do cónego Aguiar Barreiros de 1934 podemos seguir os passos essenciais desta estratégia concertada, coordenada por Marques Abreu. O problema fundamental colocado, agora

⁶⁹ Manuel de Aguiar BARREIROS, “O culto dos monumentos”, *Op. Cit.*, nº40, Fev. 1930, p.28; “Igreja de Lourosa. O estado dos trabalhos de restauração”, *Op. Cit.*, 47, Nov. 1930, p.203. E dos muitos artigos da *Ilustração Moderna* que elogiam a acção de Baltazar de Castro, o de José LUSO, “Em Paço de Sousa. Uma linda festa em homenagem ao Arq. Baltazar de Castro”, *Ilustração Moderna*, nº17,

que era necessário iniciar uma campanha de restauro integral, e praticamente irreversível, foi ainda o da planta original. Depois dos ensaios reconstitutivos de Joaquim de Vasconcelos, de José Pessanha e de Manoel Gómez Moreno, tornava-se imperioso identificar correctamente o plano fundacional do templo, de modo a revertê-lo a essa “pureza primitiva” de que nos fala Henrique Gomes da Silva e cujo conceito está no espírito de todos os que se envolveram no restauro de monumentos por esta altura.

Com o objectivo de apresentar “um plano seguro de restauração” - como o próprio editor e fotógrafo definiu⁷⁰ -, uma planta idêntica à original do século X, que fosse depois seguida por Baltazar de Castro nas obras de restauro, Marques Abreu estabeleceu um programa de acção que se desenvolveu ao longo de três fases essenciais:

1 - *Identificação da planta original do templo.* Para este fim, Marques Abreu deslocou-se diversas vezes a Lourosa, acompanhado por José Vilaça e Manuel de Aguiar Barreiros. Logo após a primeira viagem, em Novembro de 1929, concluiu-se da precaridade dos estudos reconstitutivos anteriormente apresentados. Iniciados os trabalhos de sondagem, de eliminação de rebocos e de levantamento do pavimento, reuniram-se então as condições para se identificar rigorosamente o programa fundacional do monumento, facto até então impossível. José Pessanha, cujo último estudo sobre São Pedro de Lourosa remontava a apenas dois anos antes (1927), encarregou-se de revelar as conclusões dessa visita e em que é que as novas informações vinham corroborar e/ou contrariar a análise anteriormente efectuada (**Fig. 30**)⁷¹.

2 - *Projecto de José Vilaça.* Concluídos os trabalhos de sondagem e identificados os pontos fundamentais da planta original, coube a um ‘arquitecto’ a elaboração de um projecto de restauro integral para a igreja. O que se passou a seguir levou Vilaça a efectuar dois projectos, num processo recriador extremamente complexo e cujas interrogações nunca deixaram de se fazer sentir. Nas páginas que se seguem analisaremos este complicado período, mas importa deixar já expresso que

Porto, Marques Abreu, 1927, pp.417-420 não deixa dúvidas sobre a convergência de ideais entre Marques Abreu e o Director dos Monumentos do Norte na acção interventiva sobre os monumentos.

⁷⁰ Marques ABREU, «Exposição histórica», “Igreja de Lourosa. Uma jornada memorável”, *Op. Cit.*, nº40, Jun. 1930, p.142.

⁷¹ José PESSANHA, “A igreja de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº40, Fev. 1930, pp.31-34.

todo o trabalho de José Vilaça, em 1929 mas também em 1931, procurou a elaboração de um projecto concensual que fosse depois seguido por Baltazar de Castro e a equipa da DGEMN.

3 - *Monografia final do monumento restaurado*, por Aguiar Barreiros. Concluídos os trabalhos de restauro, dava-se à estampa um estudo final, que contemplasse a história do edifício, a sua relevância artística e todo o processo de intervenção, concluindo-se então, definitivamente, das opções tomadas.

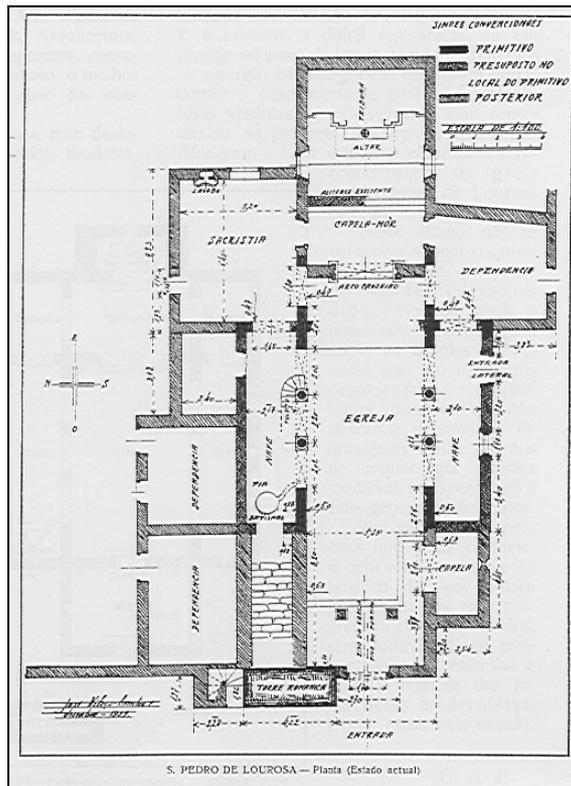


Fig. 30
São Pedro de Lourosa. Planta antes de iniciado o restauro, desenhada por José Vilaça, sobre a qual o autor elaborou o seu primeiro projecto de reconstituição (1929)

Para melhor seguir este plano de restauro Marques Abreu fez parte da Comissão administrativa de obras, procurando, por esta via, estar em contacto permanente com o andamento dos trabalhos e simultaneamente com o rigor científico com que todo o processo deveria ser conduzido.

Desconhecemos hoje, e provavelmente nunca chegaremos a saber, se todo este coerente programa de acção obedeceu a uma planificação consciente e prévia da parte de Marques Abreu. Analisando a produção escrita sobre o restauro de São Pedro de Lourosa, entre 1929 e 1934, parece-nos que existe uma coerência evidente em todos os passos dados pela equipa de investigação congregada em torno da *Ilustração Moderna*. O facto de a revista dar constante atenção às obras que se iam realizando na

igreja, apresentando nas suas páginas os projectos de José Vilaça, é um sólido indicador nesse sentido.

Mantemos algumas dúvidas sobre se a intenção de se publicar uma monografia final estaria contemplada nesse projecto de acção delineado anteriormente ao restauro⁷². Manuel de Aguiar Barreiros, no momento de fechar o ciclo de restauro, justifica o aparecimento da sua monografia como veículo público de dar conhecimento daquela “diversidade de impressões conseguida antes, no decorrer e depois das obras de reconstituição”⁷³. O autor coloca em evidência o numeroso espólio que as sondagens e as intervenções arqueológicas foram revelando, circunstância que terá contribuído decisivamente para a publicação de um livro. Não cremos, todavia, que Marques Abreu nunca tivesse equacionado a publicação de um ou mais trabalhos sobre o monumento restaurado, talvez mesmo nas páginas da *Ilustração Moderna*, se a revista tivesse continuado... Fosse como fosse, a compilação de “tôda essa documentação exuberante” só pôde ser realizada através de um constante acompanhamento das obras e de uma rigorosa catalogação das fases de acção, procedimentos que apenas a definição de um plano interventivo coerente anterior a todo o restauro poderia possibilitar.

Mesmo a ruptura entre Marques Abreu e Baltazar de Castro, a partir do Verão de 1931, ter rompido definitivamente com a interdisciplinariedade que caracterizava todo o processo até aí, não foi certamente suficiente para se abandonar um projecto operacional definido pelo editor da *Ilustração Moderna* no momento em que a DGEMN decidiu intervir no edifício.

Questionamos as bases teóricas, as sólidas convicções científicas no campo do Restauro, que obviamente faltavam a Marques Abreu. A este respeito, o modelo de intervenção delineado foi seguramente fruto de um entendimento empírico de como deveria ser o restauro de monumentos em Portugal.

Mas mesmo partindo de uma base empírica e pragmática, o *projecto integrado de intervenção* na igreja de São Pedro de Lourosa, coordenado por Marques Abreu,

⁷² “Igreja de Lourosa. Subsídios para a sua restauração. O projecto de José Vilaça”, *Ilustração Moderna*, nº53, Porto, Marques Abreu, Nov-Dez. 1931, p.360. Não deixa de ser interessante verificar que só nesta data relativamente tardia, posterior à ruptura entre Marques Abreu e Baltazar de Castro e no momento em que José Vilaça apresenta o seu segundo projecto de restauro, se faz a primeira menção à publicação de um volume “no qual se fará uma análise imparcial e justa à marcha dos estudos e trabalhos de restauração”.

⁷³ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, pp.14-15.

foi seguido nas suas linhas gerais ao longo dos anos em que se procederam às obras, reforçado pela amplitude das descobertas no moroso processo de sondagem e de remoção das paredes modernas, e significa hoje, para quem se dedica a estas matérias, um projecto exemplar de interdisciplinariedade e de rigor científico aplicado ao restauro patrimonial⁷⁴.

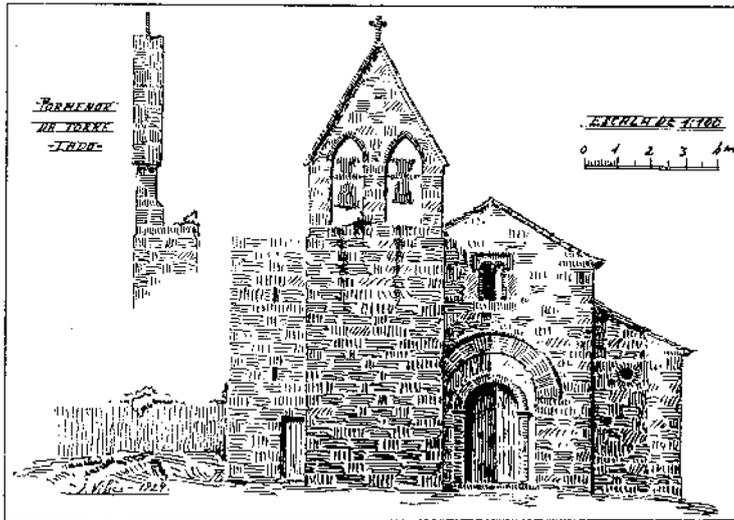


Fig. 31
São Pedro de Lourosa.
Fachada principal da igreja
antes de iniciado o restauro,
desenhada por José Vilaça,
1929

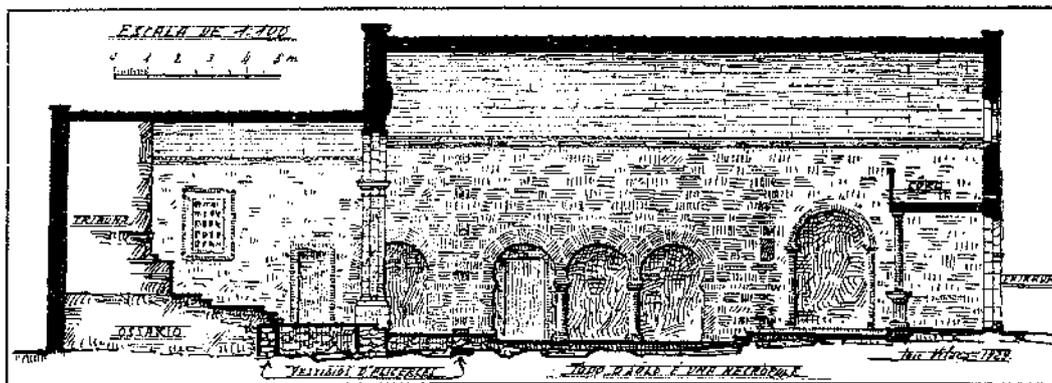


Fig. 32
São Pedro de Lourosa. Corte longitudinal antes de iniciado o restauro, desenhado por José Vilaça, 1929

⁷⁴ Na verdade, o que hoje louvamos em relação ao projecto de Marques Abreu no estudo, restauro e valorização da igreja de Lourosa não foi assim entendido por Baltazar de Castro. A prática corrente na DGEMN foi nunca recorrer a pessoas exteriores à instituição, como referiremos mais adiante, e como até já evidenciámos em relação ao restauro da controversa mesquita de Idanha-a-Velha, na década de 50 do século XX. Como nos deu a conhecer Maria João Baptista Neto, ao longo das sessões de orientação desta dissertação, Baltazar de Castro e os arquitectos da DGEMN consideravam-se os verdadeiros profissionais do restauro patrimonial. Neste sentido, qualquer contributo vindo do exterior foi sistematicamente encarado como uma ingerência nos assuntos da instituição. No caso de Lourosa, esta perspectiva está claramente presente quando do exterior intervinha Marques Abreu, um fotógrafo de profissão, e José Vilaça, homem sem qualificações académicas para determinar as soluções a seguir por parte dos profissionais da DGEMN.

3.1.1.1. RECONSTITUIÇÃO I: O PRIMEIRO PROJECTO DE JOSÉ VILAÇA (1929)

No programa de acção definido por Marques Abreu na reconstituição da igreja de São Pedro de Lourosa a intervenção de José Vilaça revelava-se fundamental. Quer a correcta definição da planta original, quer sobretudo o plano restaurador a adoptar necessitavam da colaboração de um homem com formação que não em História da Arte, cuja credibilidade no campo da reconstituição arquitectónica fosse decisiva. No Outono de 1931, numa altura em que o restauro da igreja se complicara bastante, José Vilaça aparece descrito como “entre nós o homem melhor preparado (...) para a obra de restauração dos nossos antigos monumentos”⁷⁵, não sendo, todavia, licenciado em arquitectura.

Conhecemos muito pouco do trabalho e da personalidade deste homem. As notas biográficas inseridas nas páginas da *Ilustração Moderna* são invariavelmente laudatórias para com o seu carácter, a sua inteligência e preparação para a tarefa de elaborar o plano de restauro da igreja. Sabemos que trabalhou com Aguiar Barreiros nos livros dedicados à *Catedral de Santa Maria de Braga* (1922) e *Igrejas e Capelas românicas da Ribeira Lima* (1926), e que, já nas páginas da *Ilustração Moderna*, dedicou-se ao restauro da Matriz de Barcelos⁷⁶.

Mas foi sem dúvida no caso do restauro de São Pedro de Lourosa que este “artista experimentado (...) observador reflectido (...) e reconstituídor consciente” - como o caracteriza Aguiar Barreiros⁷⁷ - mais se empenhou. O primeiro projecto de reconstituição da igreja foi elaborado logo após a primeira visita ao monumento, de 21 a 24 de Novembro de 1929, tendo-se então deslocado a Lourosa na companhia de Marques Abreu e de Aguiar Barreiros.

Escrevendo em Fevereiro do ano seguinte, José Pessanha enumera as conclusões a que então se chegou, revelando-se a parte da cabeceira uma verdadeira surpresa. Sem dúvidas quanto à extensão e configuração das naves, estabelecidas com segurança logo em 1916, os alicerces postos a descoberto pelas sondagens arqueológicas na zona da cabeceira revelaram-se de vital importância: não só a sua

⁷⁵ “A caminho de Lourosa. A restauração do vetusto monumento”, *Ilustração Moderna*, nº52, Porto, Marques Abreu, Set. Out. 1931, p.343.

⁷⁶ “A matriz de Barcelos”, *Ilustração Moderna*, nº20, Porto, Marques Abreu, 1928, p.46.

⁷⁷ Cónego Aguiar BARREIROS, “Arquitecto José Vilaça”, *Ilustração Moderna*, nº40, Porto, Marques Abreu, Fev. 1930, p.30.

existência implicava uma drástica redução do espaço interno da igreja, como conduziam a uma organização planimétrica totalmente nova em relação às tentativas reconstitutivas de Vasconcelos, Gómez Moreno e do próprio Pessanha.

Escavações na Sacristia (que corresponde ao absidiolo do lado Norte) haviam posto a descoberto dois vestígios de parede - “uma no prolongamento do muro exterior da igreja e outra na direcção da ábside” -, informação tomada como indicador seguro dos limites exteriores dos absidiolos, partindo do princípio que ambos teriam a mesma forma. À entrada da capela-mor descobrira-se um alicerce, “devendo a parede que sôbre ele se levantava ser a extrema do lado oriental”⁷⁸.

Com estes dois dados, o projecto então elaborado por José Vilaça (Fig. 33) suprimia o transepto definido por José Pessanha e por Manoel Gómez Moreno e colocava em estreita correspondência os absidiolos com as naves. Para além disso, presumia a comunicação entre capelas e mantinha as entradas modernas abertas nas naves laterais.

Estas foram as soluções possíveis tendo em conta os restos arqueológicos identificados. Duas outras estruturas, de que não havia vestígio, figuravam ainda nesta primeira planta: o *narthex* (Fig. 34), sugerido por Gómez Moreno, e um pequeno presbitério (Fig. 35), desenvolvendo-se por trás da capela-mor.

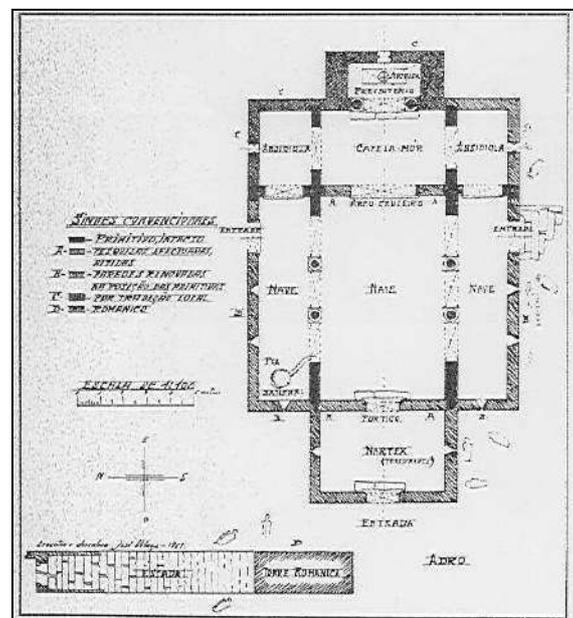


Fig. 33
São Pedro de Lourosa. Planta de reconstituição, apresentada por José Vilaça (primeiro projecto de restauro, Nov.-Dez. 1929)

Rompendo com o aspecto demasiado quadrangular do plano, Vilaça introduziu estes dois espaços sem que se possuísse qualquer indicador seguro da sua existência,

⁷⁸ José PESSANHA, “A igreja de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº40, Fev. 1930, pp.32-33.

desconhecendo-se, evidentemente, dimensões e forma. Quanto ao *narthex*, tivémos já ocasião de analisar as contradições da sua existência num projecto de reconstituição, nesta altura do processo (1929)⁷⁹. Sobre o presbitério, apenas uma vaga tradição oral “de que a antiga capela-mor era de exíguas dimensões, e tão baixa, que o celebrante, à elevação, quási tocava com o cálice na abóbada”⁸⁰ justificava a sua inclusão no plano restaurador.

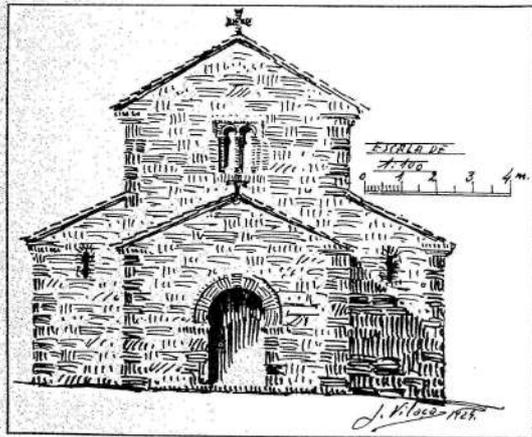


Fig.34
São Pedro de Lourosa. Fachada principal proposta por José Vilaça, 1929 (com *narthex* correspondendo à nave central)

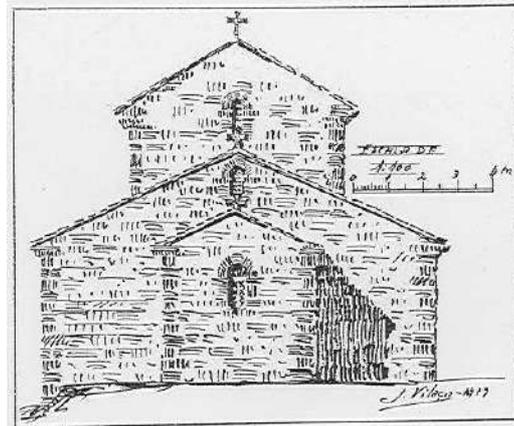


Fig. 35
São Pedro de Lourosa. Cabeceira proposta por José Vilaça, 1929 (cabeceira tripartida e pequeno presbitério a nascente da capela-mor)

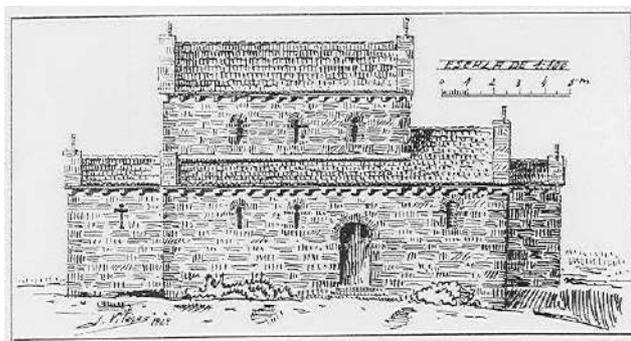


Fig. 36
São Pedro de Lourosa. Alçado lateral Sul proposto por José Vilaça, 1929 (*narthex*, corpo com nave central mais elevada e desenvolvendo-se até ao arco triunfal; cabeceira tripartida mais baixa e presbitério correspondendo ao prolongamento da capela-mor, mais baixo que a cabeceira)

Com base nestes elementos arqueológicos, na tradição local sobre a existência de um presbitério e ainda nos planos reconstituidores de José Pessanha e de Manoel Gómez Moreno, José Vilaça elaborou um projecto que considerou provisório, uma conclusão assente em estudos preliminares, “fazendo louvavelmente depender os definitivos da observação directa de alguns monumentos congéneres da Espanha”⁸¹. Com este objectivo, partiu para a Galiza no início de 1930, visitando os templos de

⁷⁹ Cfr. nota 54 desta Parte II.

⁸⁰ José PESSANHA, “A igreja de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº40, Fev. 1930, p.33.

⁸¹ IDEM, *Ibidem*, p.34.

San Pedro de Rocas, Santa Comba de Bande e San Miguel de Celanova. Dessa “perigração de arte e de estudo” dão notícia uma nota não assinada - de que retiramos esta citação - e um artigo de Manuel de Aguiar Barreiros, ambos na *Ilustração Moderna*⁸². Como Marques Abreu publicamente defenderia diante da igreja de Lourosa, a viagem à Galiza justificava-se plenamente para eliminar “pequenas dúvidas que haviam surgido ao ser elaborado aquele estudo”⁸³. Desconhecemos a que dúvidas se referia Marques Abreu no seu emocionado discurso, mas a verdade é que em nenhum dos monumentos galegos visitados Vilaça encontrou elementos relevantes que pudesse colocar em paralelo com a sua reconstituição para Lourosa.

A conclusão a que Aguiar Barreiros chegou, no final desta viagem, é elucidativa a este respeito. Reforçando o estilo elogioso com que invariavelmente se refere a José Vilaça, Barreiros descreve as características principais dos monumentos galegos, para concluir de forma vaga e muito pouco objectiva em relação a paralelismos com o monumento de Lourosa: “Se as [características das igrejas galegas] relacionarmos com Lourosa, temeridade seria julgá-las despiciendas (...) algumas há, até, que vem, a propósito, sancionar o levantamento da planta (conjectural) primitiva que o mencionado artista fez (...) Outras, todavia, não deixam de ser auxiliares preciosos de que há lançar mão, numa perspectiva agradável de futura reconstituição”⁸⁴.

Ora foi precisamente esta *perspectiva agradável de futura reconstituição*, com o recurso aos escassos indicadores arqueológicos identificados, o vector principal que presidiu ao primeiro projecto que José Vilaça efectuou para o restauro da igreja de São Pedro de Lourosa. Nas partes em que as sondagens se revelaram infrutíferas, Vilaça, com o apoio de Aguiar Barreiros, optou por uma solução harmoniosa, dando

⁸² “José Vilaça”, *Ilustração Moderna*, nº41, Porto, Marques Abreu, Mar. 1930, p.70 e Manuel de Aguiar BARREIROS, “Uma viagem de estudo”, *Ilustração Moderna*, nº42, Porto, Marques Abreu, Abr. 1930, pp.92-95.

⁸³ Marques ABREU, «Exposição histórica», “Igreja de Lourosa. Uma jornada memorável”, *Op. Cit.*, nº40, Jun. 1930, p.142.

⁸⁴ Manuel de Aguiar BARREIROS, “Uma viagem de estudo”, *Op. Cit.*, nº42, Jun. 1930, pp.94-95. Das duas versões que o segundo projecto de José Vilaça teve, como veremos mais adiante, apenas uma única vez podemos identificar o recurso a esses auxiliares preciosos galegos, referidos por Aguiar Barreiros: a inserção do arco triunfal num alfiz, como acontece em S. Miguel de Celanova, na versão provisória de Julho de 1931 (Fig. nº19). Mas tratou-se de uma solução de menor importância e prontamente recusada por Manoel Gómez Moreno, não figurando já na versão definitiva desse segundo projecto (Fig. nº20).

ao *narthex* uma forma mais pequena que a extensão das naves identificada por José Pessanha, mais de acordo com a dimensão daquele presbitério imaginado a nascente.

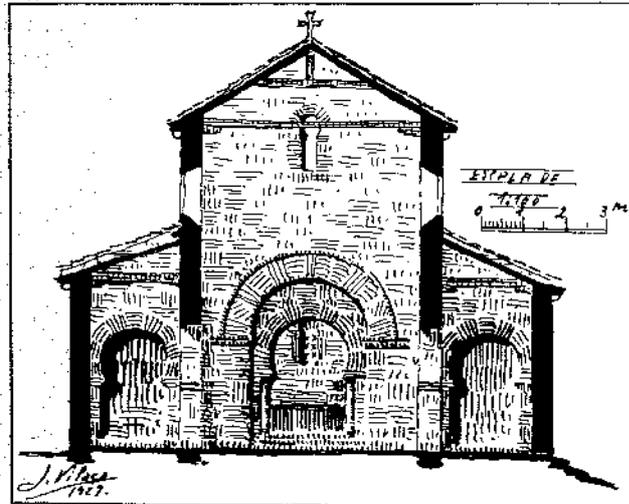


Fig. 37
São Pedro de Lourosa. Corte transversal da igreja proposto por José Vilaça, 1929, ao nível do arco triunfal e arcos das capelas laterais, vendo-se, em segundo plano, o arco do presbitério, de menores dimensões que o triunfal

À distância de sete décadas, com a segurança que a história posterior nos fornece, torna-se óbvio dizer que José Vilaça elaborou este primeiro projecto baseando-se em conclusões claramente precipitadas. Deslocando-se à localidade pela primeira vez desde que as obras preliminares no solo da igreja haviam começado, os vestígios postos a descoberto correspondiam a estruturas comprovadamente originais, mas faltava ainda escavar-se no exterior das paredes modernas, mais para nascente. O que em Novembro de 1929 Vilaça, Barreiros e Abreu identificaram como pertencente aos absidiolos eram, afinal, muros do transepto e a tradição oral da existência de um presbitério, de que nos fala Pessanha, é uma informação que futuras escavações não vieram confirmar.

Logo no Verão do ano seguinte, continuando as sondagens, verificou-se que o projecto apresentado não correspondia à disposição de todos os alicerces encontrados. Nessa campanha, Baltazar de Castro cavou mais fundo na capela-mor e não encontrou quaisquer vestígios desse presbitério que “o sr. Cónego Aguiar Barreiros imaginou”. Pela mesma altura, novos alicerces identificados na zona da cabeceira permitiram definir com segurança “a posição da parede terminal da ábside”, bem como do transepto⁸⁵.

⁸⁵ “Igreja de Lourosa. O estado dos trabalhos de restauração”, *Ilustração Moderna*, nº47, Porto, Marques Abreu, Nov. 1930, p.203.

Com a necessidade de rectificação total da primeira planta proposta por José Vilaça o plano de acção delineado por Marques Abreu para o restauro da igreja sofria o primeiro contratempo. Ao longo de praticamente um ano, desde o Outono de 1929 ao Verão de 1930, assistimos a uma dinâmica preparatória ao início dos trabalhos de restauro, que haveria de culminar com o célebre discurso proferido pelo editor da *Ilustração Moderna* diante do monumento de Lourosa.

Neste período existe um coerente programa de acção que começa no envolvimento de José Vilaça, como autor do provisório projecto reconstituído, passa por uma fase de credibilização do próprio projecto, em que se insere a viagem à Galiza, e termina no início do Verão de 1930, altura em que as entidades competentes dariam o seu aval à proposta de José Vilaça, passando o seu projecto provisório a definitivo.

Essa aprovação formal haveria de ser feita diante da igreja de São Pedro de Lourosa, a 1 de Junho de 1930. Neste dia, Alfredo de Magalhães, Henrique Gomes da Silva, Baltazar de Castro, Marques Abreu, Manuel de Aguiar Barreiros e José Vilaça integram uma extensa comitiva que visita a igreja, aí se juntando diversas personalidades da região.

As palavras que Marques Abreu então proferiu dificilmente poderiam ser mais esclarecedoras a respeito da existência desse plano de acção. Depois de se referir à descoberta da igreja e às viagens e estudos de Joaquim de Vasconcelos, com extensas citações do velho mestre portuense, Marques Abreu enumera os passos dados - a visita que Vilaça e Barreiros fizeram ao monumento a 21 de Novembro de 1929; a elaboração de uma planta sujeita à aprovação de José Pessanha e a viagem de Vilaça à Galiza para resolver pequenas dúvidas - para concluir que apenas estes procedimentos permitiram a existência de um “projecto de restauração, por enquanto provisório, mas que após esta visita se tornará definitivo, sendo executado pelo sr. Director dos Monumentos Nacionais do Norte, em cuja região fica êste monumento incluído”⁸⁶.

A partir desta data, somente questões de financiamento e de gestão de verbas a cargo da DGEMN poderiam atrasar a obra. Para Marques Abreu, o problema do plano a seguir encontrava-se resolvido, identificada que estava a planta original do templo e a “agradável reconstituição” das partes em falta.

⁸⁶ Marques ABREU, «Exposição histórica», “Igreja de Lourosa. Uma jornada memorável”, *Op. Cit.*, nº40, Jun. 1930, p.143.

3.1.2. REINTEGRAÇÃO. O PROJECTO DE BALTAZAR DE CASTRO

Abandonado o primeiro projecto de José Vilaça, Baltazar de Castro chamou a si a condução dos estudos a desenvolver. Esta mudança, para além de constituir uma das características principais da prática da DGEMN, justificava-se ainda pelo facto de ter sido o próprio Baltazar de Castro a revelar os erros do projecto elaborado no seio da *Ilustração Moderna* em 1929. A 1 de Junho do ano seguinte o plano então delineado passou a definitivo e só a continuação das escavações por parte de Baltazar de Castro para lá dessa data permitiram identificar arqueologicamente o transepto e a verdadeira dimensão da capela-mor.

Muito se tem duvidado da existência de um projecto efectuado por Baltazar de Castro para o restauro de São Pedro de Lourosa. Conhece-se o seu empirismo como método de trabalho, o hábito de não desenhar plantas e alçados, mas antes traçar com a bengala no pó da obra a solução a dar aos problemas. Esta característica, à partida estranha para um arquitecto, é absolutamente surpreendente num homem que foi o expoente máximo de acção da DGEMN no Norte do país, restaurando dezenas de igrejas no curto espaço de uma década, e fazendo do seu método o principal motivo de sucesso na visibilidade política que tinha de ser dada à acção restauradora monumental.

Numa das mais críticas passagens com que a *Ilustração Moderna* se referiu ao restauro de Lourosa, Marques Abreu desconfia abertamente da existência de tal projecto, condenando a forma empírica como Baltazar de Castro dirigia as obras⁸⁷. É um facto que estas palavras são escritas num momento particularmente tenso entre ambos e constituem o argumento decisivo para que José Vilaça e Manuel de Aguiar Barreiros voltem a debruçar-se sobre o templo, como veremos no ponto seguinte. Mas é também um facto que as poucas plantas e desenhos de alçados assinados por

⁸⁷ “Igreja de Lourosa. Ainda a visita do sr. Professor Gomez Moreno. Esclarecimento oportuno”, *Ilustração Moderna*, nº55, Porto, Marques Abreu, Mar-Abr. 1932, p.412: “E como, na falta de tal projecto, a restauração haveria de ser feita a cálculo e à tã, ou teriam de paralisar as obras”... Marques Abreu entra também em contradição, pois em Outubro de 1931 havia-se referido à existência de um plano de Baltazar de Castro que acabou por não reunir o consenso.

Baltazar de Castro que constam do processo de restauro mantido na DGEMN datam precisamente de 1932.

Não podemos assegurar que até essa data Baltazar de Castro não tenha desenhado uma única planta reconstitutiva, tanto mais que a existência de uma Comissão administrativa encarregue de zelar pelo bom andamento das obras e, especialmente, pela visita que Gómez Moreno fez ao templo, necessariamente determinaram a existência de um qualquer plano de restauro elaborado pelo Director dos Monumentos Nacionais do Norte.

Pensamos, todavia, que a planta a adoptar (**Fig. 38**) estaria delimitada desde o final do Verão de 1930 ou inícios do ano seguinte, quando se terminaram os trabalhos arqueológicos preparatórios. E resolvido este problema, sem dúvida o mais importante para o restauro da igreja, todas as restantes questões seriam solucionadas à medida que se fossem colocando. A definição da planta por Baltazar de Castro dava ao templo um aspecto bastante ‘românico’, com cabeceira tripartida escalonada e transepto saliente. Neste sentido, as decisões a tomar quanto à altura das naves e configuração dos telhados possuíam já suficientes pontos de referência por todo o Norte do país, onde existisse uma igreja românica.

Mas não é apenas nestes termos que se pode caracterizar a acção de Baltazar de Castro no restauro de Lourosa. Como podemos observar no alçado da cabeceira que desenha em 1932 (**Fig.39**), não havia ainda solução conveniente a dar às janelas da capela-mor e da parte superior do cruzeiro virada a nascente.

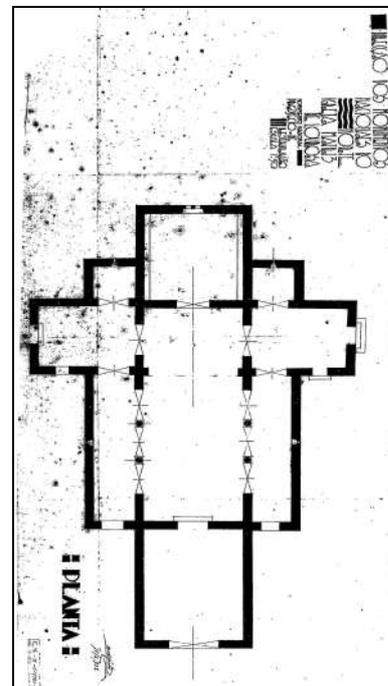


Fig. 38
São Pedro de Lourosa. Planta de reconstituição desenhada por Baltazar de Castro, 1932. Arquivo DGEMN

Depois dos projectos de José Vilaça e das sugestões de Manoel Gómez Moreno a esse respeito, parece que Baltazar de Castro ainda não se decidira totalmente. Os ajimezes que hoje podemos observar nesta zona da cabeceira foram copiados do modelo

existente na fachadprincipal, único elemento deste tipo comprovadamente original, o que atesta também acerca do rigor arqueológico com que Baltazar de Castro conduziu o processo de restauro, por oposição à invenção de José Vilaça, que preconizava a construção de uma janela tripla para a cabeceira.

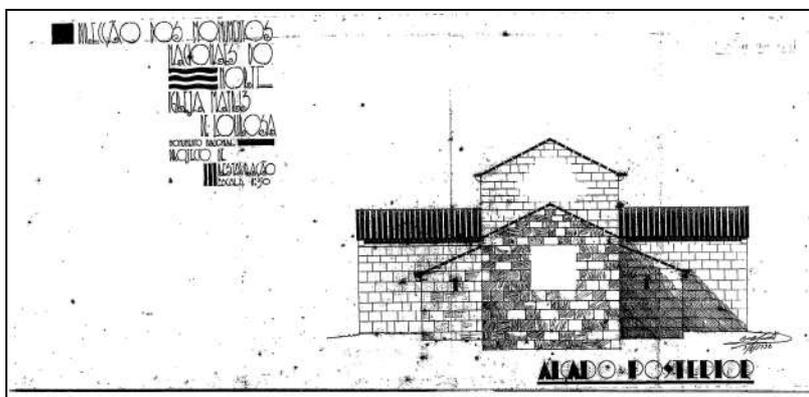


Fig. 39
São Pedro de Lourosa.
Alçado nascente
proposto por Baltazar
de Castro, 1932.
Arquivo DGEMN

Este rigor arqueológico de que falamos pensamos estar longe do rigor restaurador que homens como Raul Lino iriam defender e até introduzir nos modos de procedimento da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e depois com o aprofundamento de discussão internacional em torno dos conceitos de restauro a partir de inícios da década de 60.

No momento em que Baltazar de Castro trabalha, o conceito de “Restauro” implica uma reintegração de cariz violletiano, mas adquire no vocabulário da DGEMN uma vertente operacional evidente. Perante um património moribundo e cuja perspectiva imediata era a de ruir, a sua acção vai utilizar o termo “restauro” também como forma de tornar o edifício intervencionado operacional, ao serviço da comunidade e na sequência de uma acção restauradora que apenas o Estado-Novo e a DGEMN puderam levar a cabo.

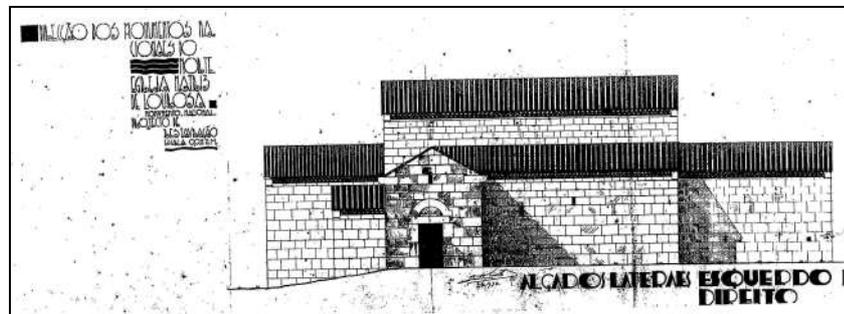
Este conceito de operacionalidade integra ainda uma terceira vertente: o tempo útil. Como facilmente podemos hoje perceber, o período áureo de acção da DGEMN obedeceu a tempos de intervenção bem balizados, subordinados a objectivos propagandísticos evidentes, como Antunes Guimarães bem defenderia na Assembleia Corporativa: num regime que se filia numa ideia de tradição nacional, “não teríamos força moral para apontar o exemplo da nossa história, se por todo o País se encontrassem num abandono completo todos os monumentos que comemoram os

factos mais notáveis dessa mesma história”⁸⁸. Neste sentido, o trabalho de Baltazar de Castro por todo o Norte do país faz dele um restaurador, obviamente, mas também um gestor de património monumental a restaurar.



Fig. 40
São Pedro de Lourosa. Fachada principal e alçado ocidental proposto por Baltazar de Castro, 1932. Arquivo DGEMN

Fig. 41
São Pedro de Lourosa. Alçado Norte proposto por Baltazar de Castro, 1932. Arquivo DGEMN



Reverter o monumento à sua pureza original, numa linha de acção claramente violetiana, foi a razão de existência da DGEMN, mas subordinada a outros dois princípios fundamentais: por um lado, a revitalização do edifício para uso comunitário, instituindo-se como um símbolo da História nacional, mas agora também como um símbolo do Estado-Novo; por outro, o tempo útil e o orçamento colocados à disposição dos restauradores para executar a obra.

Dentro destas determinantes restauraram-se os monumentos em Portugal desde 1929 até ao final da década de 50, sensivelmente. E é seguramente neste complexo conceito de “restauração”, seguido a uma escala bem mais operacional que os pressupostos teóricos de Viollet-le-Duc, que se encontra também explicação para o facto de as suas teorias não terem sido totalmente absorvidas pela DGEMN.

⁸⁸ Antunes Guimarães (*Diário das Sessões da Assembleia Corporativa*, nº45, 10/4/1935, p.965), cit. por Maria João Baptista NETO, *Op. Cit.*, vol. I, 1995, p.483.

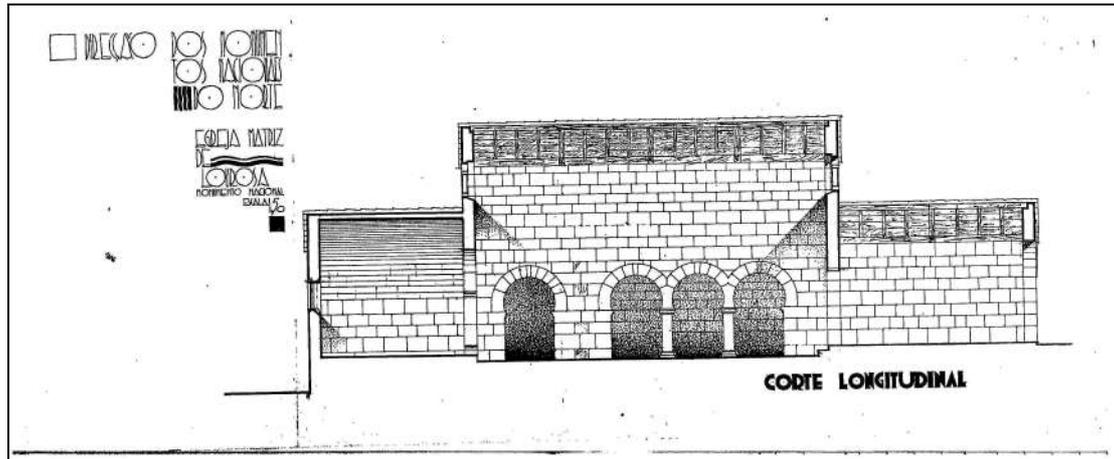


Fig. 42
São Pedro de Lourosa. Corte longitudinal proposto por Baltazar de Castro, 1932.
Arquivo DGEMN

3.1.3. RECONSTITUIÇÃO II: O SEGUNDO PROJECTO DE JOSÉ VILAÇA

Como vimos anteriormente, o primeiro projecto de José Vilaça para o restauro de São Pedro de Lourosa continha deficiências marcantes e o prosseguimento das sondagens arqueológicas determinou o seu abandono. A tarefa de se elaborar nova planta foi então confiada a Baltazar de Castro. Estando no terreno em constante contacto com o andamento das obras, nada mais natural que chamar a si esta tarefa, procedimento, de resto, mais de acordo com a prática da DGEMN, que raramente recorreu a arquitectos exteriores à instituição para resolver este tipo de problemas, como já vimos atrás.

Analisado o que foi este projecto de Baltazar de Castro, a proposta que então apresentou, com as vantagens evidentes em relação ao primeiro projecto de 1929, não reuniu também o consenso de todos os envolvidos neste processo, e continuando os trabalhos arqueológicos no Verão de 1931, verificou-se que também este plano não “condizia (...) com a realidade, tam abundantes e de tal importância foram os novos elementos que apareceram”⁸⁹.

Desconhecemos exactamente o que se passou a seguir. Pelas informações contidas na *Ilustração Moderna*, parece que Baltazar de Castro ficou encarregue de

⁸⁹ “A caminho de Lourosa. A restauração do vetusto monumento”, *Op. Cit.*, nº52, Set-Out. 1931, p.343.

elaborar novo plano, facto que nunca veio a concretizar-se e que originou mesmo uma das mais violentas críticas inseridas nas páginas da revista de Marques Abreu. Referindo-se ao período em que também o projecto de Baltazar de Castro se revelara inadequado, este texto não assinado é elucidativo quanto à situação criada: “Por essa altura, e já depois de iniciados os trabalhos de restauração, observou o director desta revista, como membro da comissão administrativa das obras, que estas prosseguiam sem um projecto de restauração, que deveria ser apresentado pela entidade oficial responsável, que era o sr. Baltazar de Castro, director dos Monumentos Nacionais do Norte. (...) o director desta revista pediu ao sr. José Vilaça o favor de realizar nova viagem, que contribuisse para elaboração do projecto definitivo”⁹⁰.

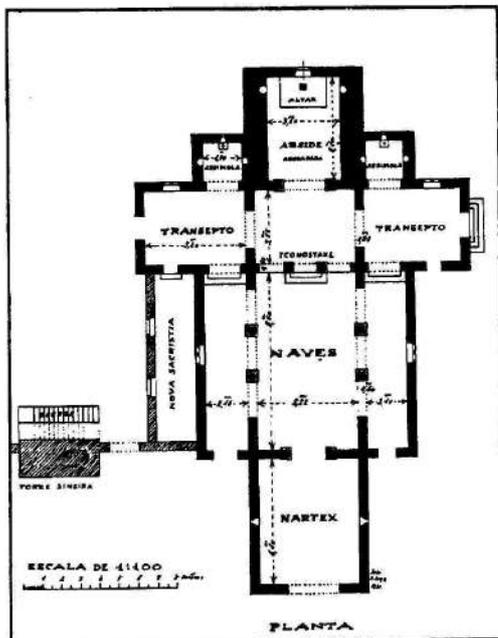


Fig. 43
São Pedro de Lourosa. Planta de reconstituição original proposta por José Vilaça, Julho de 1931

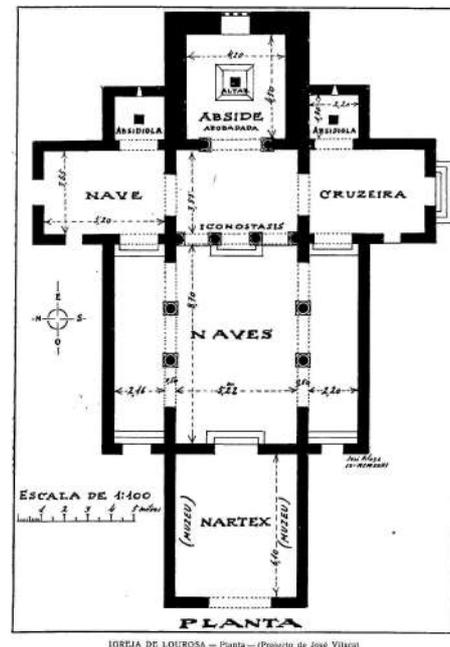


Fig. 44
São Pedro de Lourosa. Planta de reconstituição original proposta por José Vilaça, Set. 1931

É um facto que esta crítica é posterior à ocorrência dos factos e num período particularmente tenso entre Marques Abreu e Baltazar de Castro, em que as relações se agudizaram a propósito do envolvimento de Manoel Gómez Moreno no restauro da igreja, como mais à frente teremos oportunidade de referir. Neste sentido, poderá conter incorrecções e até alguns excessos, não se reportando às circunstâncias com

⁹⁰ “Igreja de Lourosa. Ainda a visita do sr. Professor Gomez Moreno. Esclarecimento oportuno”, *Op. Cit.*, nº55, Mar-Abr. 1932, p.412.

integral rigor. Todavia, não deixa de constituir uma informação preciosa acerca do contexto em que José Vilaça e Aguiar Barreiros são de novo chamados a intervir.

A tarefa de se elaborar novo plano foi executada com relativa rapidez, estando concluída em Julho (primeiro estudo) e Setembro (projecto definitivo) de 1931. Dois anos depois do primeiro contributo, José Vilaça efectuou um plano restaurador substancialmente diferente, introduzindo as novas informações de proveniência arqueológica e dando especial ênfase a questões não directamente relacionadas com a planimetria, como o caso da altura a dar a cada dependência, ou a solução para os telhados.

A “Memória Justificativa do projecto de restauração da igreja de São Pedro de Lourosa”, publicada no último número da *Ilustração Moderna* de 1931⁹¹, é um plano de intervenção seguramente sem precedentes no panorama restaurador português até à altura. Não só constitui o mais rigoroso estudo efectuado sobre o restauro da igreja nos agitados anos em que o edificio esteve em obras, como representa uma atitude inovadora na forma como foi apresentado publicamente - nas páginas de uma revista especializada e não percorrendo os trâmites da administração central - e colocado à consideração da comunidade científica peninsular⁹².

Na arquitectura do projecto, Vilaça começa por mencionar as suas fontes de inspiração por ordem de importância: “o próprio monumento e o seu inédito e preciosíssimo museu (...) o estudo do notável livro *Historia de la Arquitectura Cristiana Española*, de D. Vicente Lamperez (...) e do célebre livro *Iglesias Mozárabes*, de D. Manuel G. Moreno, e a correspondência directa que com êste ilustre catedrático mantem o autor (...) o valioso livro *S. Pedro de Lourosa*, do Ex.mo

⁹¹ José VILAÇA, “Memória justificativa do projecto de restauração da igreja de S. Pedro de Lourosa”, *Ilustração Moderna*, nº53, Porto, Marques Abreu, Nov-Dez. 1931, pp.361-364. O texto que nesta data se publica é já a versão definitiva do projecto de José Vilaça. Uma versão provisória havia sido elaborada em Julho desse ano e enviada a Manoel Gómez Moreno, facto que levará um texto não assinado da *Ilustração Moderna* a referir a existência de três estudos de José Vilaça para o restauro do monumento (“Igreja de Lourosa. A visita do sr. Professor Gomez Moreno e o projecto de restauração do sr. J. Vilaça”, *Ilustração Moderna*, nº54, Porto, Marques Abreu, Jan-Fev. 1932, p.400). Desse primeiro estudo concluído em Julho subsiste a planta que integramos em anexo, onde é possível verificar que a grande diferença para com o plano definitivo é a construção de uma nova Sacristia ao longo da fachada Norte do corpo da igreja e a transposição da torre do campanário para uma zona a Norte do templo, ligando-se ao edificio através de um arco em ferradura.

⁹² “Igreja de Lourosa. Subsídios para a sua restauração. O projecto de José Vilaça”, *Op. Cit.*, nº53, Nov-Dez. 1931, pp.360-361: referindo-se ao projecto em causa, este pequeno texto não assinado deixa claro que “Vilaça apresenta-o como simples subsídio particular para a restauração do vetusto monumento. Prontifica-se, por isso, a fazer ainda quaisquer modificações que lhe sejam aconselhadas pelos arqueólogos peninsulares, a cuja apreciação o submete”.

professor e arqueólogo sr. D. José Pessanha, certas comparações de monumentos coevos na Galisa e judiciosos pontos de vista do Reverendíssimo Sr. Cónego Aguiar Barreiros”. Refere-se, de seguida, aos elementos estruturantes do edifício (planta, fachadas, janelas e portas e organização dos interiores), terminando com a solução a dar às coberturas (madeiramentos, abóbadas e cornijas).

A planta final encontrada não foi propriamente uma surpresa (Figs. 43 e 44). Depois de identificados arqueologicamente todos os alicerces, que possibilitaram a elaboração do projecto de Baltazar de Castro, José Vilaça acaba por propor uma solução praticamente idêntica, diferindo em aspectos essencialmente decorativos, logo menos importantes no contexto restaurador vigente.

No seu conjunto, este projecto representa uma síntese em relação a todas as grandes questões que se vinham arrastando ao longo do restauro. Neste sentido, reforça a procura de uma solução consensual, notavelmente ilustrada no pormenor do arco de entrada na igreja, adintelado e com arco de descarga, síntese evidente das diferentes portas do templo.

De resto, mantém-se aquela *perspectiva agradável de reconstituição* que já identificámos no projecto de 1929: desconhecendo-se a altura exacta das dependências, em especial do *narthex*, optou-se por uma solução “bem proporcionada e elegante, e (...) em relação com o conjunto”⁹³. O cuidado com uma altura que se desconhecia por completo, que levou a que a configuração a dar à cabeceira fosse extremamente próxima da do *narthex* - uma dependência de que, lembramos, nem sequer havia vestígios no solo escavado -, só pode ser entendido à luz desse conceito subjectivo de reconstituição⁹⁴ (Figs. 45 e 46).

Um outro elemento claramente subsidiário desta determinante harmoniosa haveria ainda de caracterizar este segundo projecto de José Vilaça: a existência de uma *eikonostasis* a separar o cruzeiro da nave central (Figs. 47 e 48). Tratou-se de uma solução que já havia sido equacionada por Gómez Moreno na sua primeira referência à igreja de São Pedro de Lourosa em 1919⁹⁵. Verificando a existência de alicerces

⁹³ José VILAÇA, “Memória justificativa do projecto de restauração da igreja de S. Pedro de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº53, Nov-Dez. 1931, p.362.

⁹⁴ O mesmo princípio orientou a colocação e disposição das janelas: IDEM, *Ibidem*, p.363, “Na distribuição de luz houve o propósito de não exagerar a sua abundância, mantendo, como era de uso, luz discreta e distribuída misticamente”.

⁹⁵ Cfr. nota 55 desta Parte II.

neste local, como depois Aguiar Barreiros bem assinalou no seu livro⁹⁶, Vilaça concebeu uma *eikonostasis* integralmente baseada no modelo de San Miguel de la Escalada, impossível que era o recurso a qualquer elemento proveniente das sondagens arqueológicas de Lourosa.

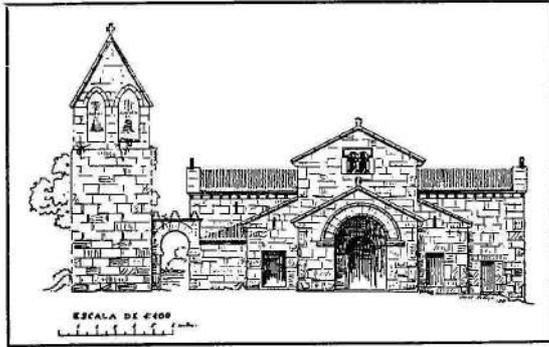


Fig. 45
São Pedro de Lourosa. Fachada principal proposta por José Vilaça, Jul. 1931, vendo-se a ligação do edifício ao campanário, junto a uma sacristia a Norte, através de um arco em ferradura construído de raiz.

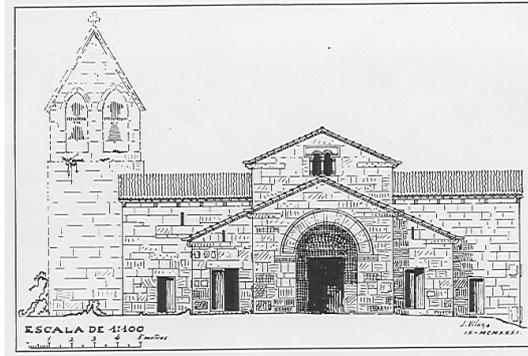


Fig. 46
São Pedro de Lourosa. Fachada principal proposta por José Vilaça, Set. 1931. O campanário é relegado para uma zona a nascente da igreja e o telhado do *narthex* é alteado.

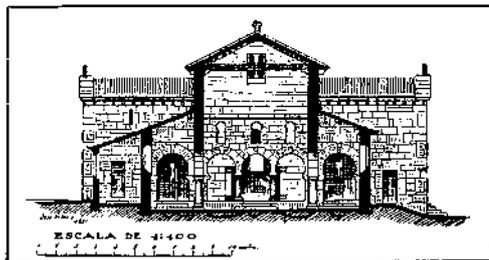


Fig. 47 – Corte transversal sobre o arco cruzeiro, com o perfil de *eikonostasis* proposto por José Vilaça, Jul. 1931

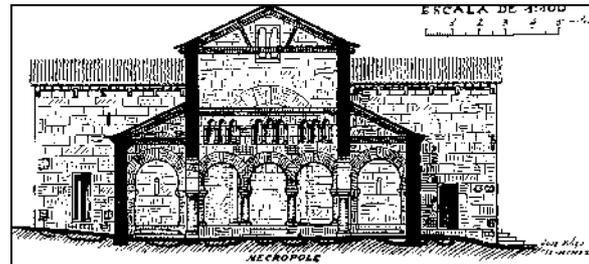


Fig. 48 – Corte transversal sobre o arco cruzeiro, com o perfil da *eikonostasis* proposto por José Vilaça, Set. 1931

À semelhança da igreja leonesa, o projecto de José Vilaça propôs uma arcada de três arcos em ferradura, como as que dividem as naves, mantendo-se o aspecto geral rude e atarracado que caracteriza os elementos construtivos de Lourosa, por oposição a um certo refinamento e elegância destes suportes em Escalada. E como na igreja espanhola a *eikonostasis* termina abruptamente numa secção rectangular sem chegar ao tecto, Vilaça concebeu ainda uma solução superior a esta arcada, constituída por três sequências de outros tantos arcos, “com colunas, de dimensões e tipo dos

⁹⁶ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, est. 49.

ajimezes, porém cegos, quer dizer não vasados, que lhe emprestam um certo ar de leveza e decoração”⁹⁷.

Como nas soluções em altura, é na proposta da configuração da *eikonostasis* que se testemunha novamente aquela *perspectiva de agradável reconstrução* constante em todo o projecto de José Vilaça. Desta ideia diria Gómez Moreno ser demasiado perigosa, não vendo claros indícios da sua existência nos muros nem nos fragmentos revelados arqueologicamente⁹⁸. Todavia, Vilaça não a abandonou e na restante correspondência trocada com o Professor de Madrid percebe-se que perante a posição irredutível de Vilaça, provavelmente expressa numa carta não publicada pela *Ilustração Moderna* no Verão de 1931, Gómez Moreno tentará minimizar a situação ao propor que os fragmentos de arcaria cega encontrados sejam colocados a coroar a *eikonostasis*, independentemente de não existir qualquer indicador da sua associação a qualquer estrutura do templo⁹⁹.

A proposta de uma *eikonostasis* de pré-existência duvidosa, a par do que se passara já com o *narthex*, revela as intenções claras deste projecto: reverter o monumento à sua pureza primitiva de acordo com uma teoria que privilegia o ideal estilístico em prejuízo do que realmente subsistiu ou terá existido. Quer isto dizer que, mesmo não se tendo identificado qualquer vestígio de um *narthex* ou de uma *eikonostasis* no plano original, nada mais natural que acrescentar estes elementos no restauro, pois a generalidade dos monumentos desta época remanescentes em Espanha confirmam a sua existência.

Esta teoria, a que já fizémos referência no final do “Ciclo da *Arte*”, que é generalizada em toda a comunidade científica contemporânea e que encontramos também em certa medida no trabalho de Gómez Moreno, foi transposta para o restauro de São Pedro de Lourosa neste projecto de José Vilaça. Este facto, ainda que

⁹⁷ José VILAÇA, “Memória justificativa do projecto de restauração da igreja de S. Pedro de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº53, Nov-Dez. 1931, p.364.

⁹⁸ Manoel Gómez Moreno, em carta dirigida a José Vilaça de 2 de Agosto de 1931, e publicada na *Ilustração Moderna*, nº55, Mar-Abr. 1932, p.416. Esta informação contraria abertamente um dos argumentos que Vilaça utilizou para se construísse esta secção superior da *eikonostasis*: o facto de alguns elementos a utilizar serem de proveniência arqueológica. As reservas de Gómez Moreno, todavia, são justificadas face às próprias contradições do discurso de José Vilaça: ao referir-se apenas a aproveitamento de “colunas, capitéis e bases” (IDEM, *Ibidem*, p.364), o autor do projecto de restauro não relaciona directamente estes elementos com qualquer *eikonostasis*, nem sequer com a configuração dos arcos propostos, devendo tratar-se antes de material proveniente de janelas.

⁹⁹ Carta de Manoel Gómez Moreno a José Vilaça, de 18 de Agosto de 1931, publ. *Ibidem*, Mar-Abr. 1932, p.417.

de forma inconsciente à altura, representa uma das diferenças mais marcantes para com o projecto de Baltazar de Castro, decididamente mais pragmático nas soluções a dar aos diversos problemas identificados.

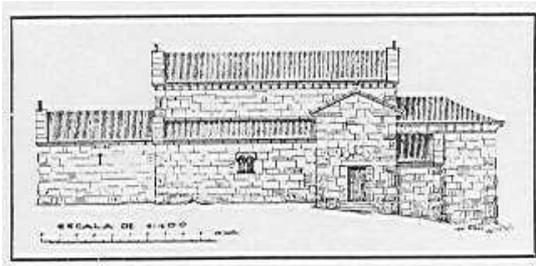


Fig. 49
São Pedro de Lourosa. Alçado lateral Sul proposto por José Vilaça, Jul. 1931

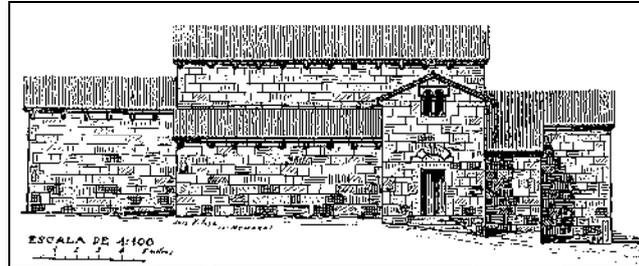


Fig. 50
São Pedro de Lourosa. Alçado lateral Sul proposto por José Vilaça, Set. 1931, onde se suprimiu o ajimez ao centro da nave lateral.

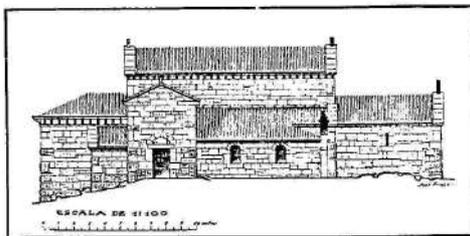


Fig. 51
São Pedro de Lourosa. Alçado lateral Norte proposto por José Vilaça, Jul. 1931

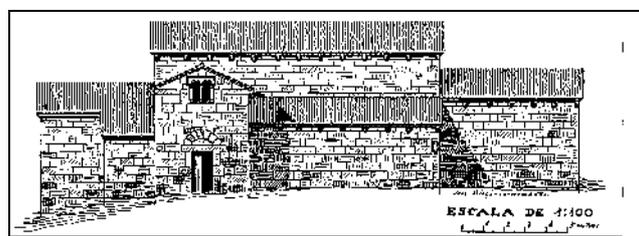


Fig. 52
São Pedro de Lourosa. Alçado lateral Norte proposto por José Vilaça, Set. 1931

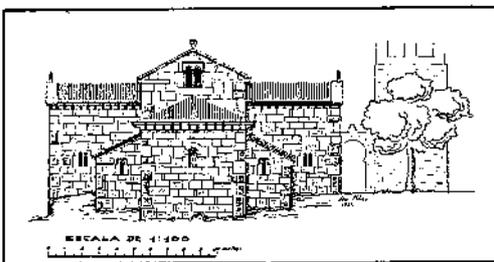


Fig. 53
São Pedro de Lourosa. Alçado nascente proposto por José Vilaça, Jul. 1931

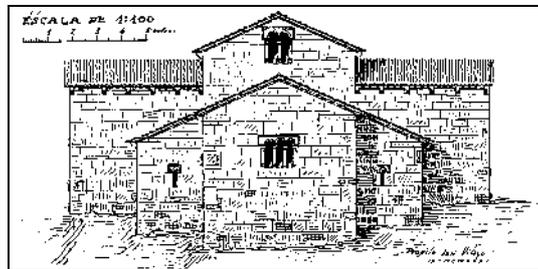


Fig. 54
São Pedro de Lourosa. Alçado nascente proposto por José Vilaça, Set. 1931

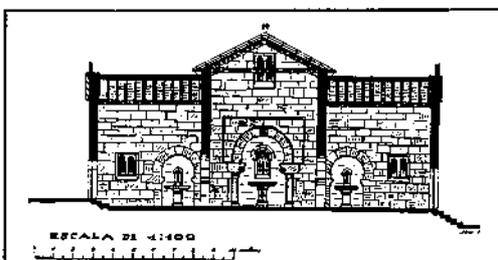


Fig. 55
São Pedro de Lourosa. Corte transversal ao nível do arco triunfal proposto por José Vilaça, Jul. 1931

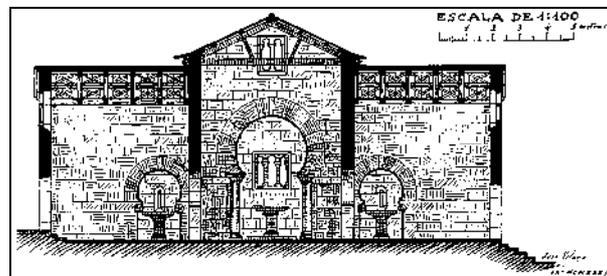


Fig. 56
São Pedro de Lourosa. Corte transversal ao nível do arco triunfal proposto por José Vilaça, Set. 1931, alterando-se os focos de iluminação e o arco triunfal.

3.2. A PROCURA DE UM CONSENSO DEFINITIVO.

Do segundo projecto de José Vilaça tiraram-se três cópias. Duas foram entregues à DGEMN, ao cuidado do Director-Geral, Henrique Gomes da Silva, e do Director dos Monumentos Nacionais do Norte, Baltazar de Castro. A terceira seria enviada a Manoel Gómez Moreno, acompanhada de uma carta de José Vilaça convidando-o a visitar São Pedro de Lourosa¹⁰⁰. A maioria das alterações sugeridas foi integrada no estudo, elaborando-se, então, o projecto definitivo que a *Ilustração Moderna* traria a público no último número de 1931.

Com a garantia de qualidade que a autoridade científica de Gómez Moreno representava, ainda que nem todas as suas sugestões tivessem sido levadas em linha de conta - como vimos no caso da *eikonostasis*¹⁰¹ -, Vilaça e Marques Abreu dotaram finalmente a igreja de São Pedro de Lourosa de um projecto de restauro coerente com as suas convicções restauradoras: o registo arqueológico, identificado anteriormente por Baltazar de Castro, e o ideal estilístico que deveria presidir a todos os processos de restauro.

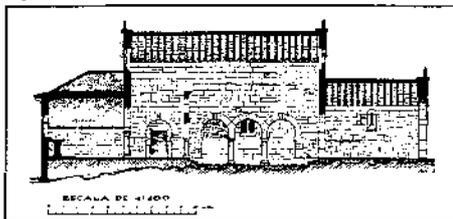


Fig. 57
São Pedro de Lourosa. Corte longitudinal proposto por José Vilaça, Jul. 1931

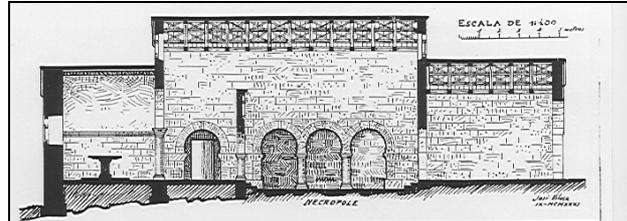


Fig. 58
São Pedro de Lourosa. Corte longitudinal proposto por José Vilaça, Set. 1931

Definida rigorosamente a planta e suprimidas as dependências acrescentadas, os elementos decorativos que Vilaça introduziu, bem como algumas soluções em altura, haveriam de ditar a sua recusa por parte de Baltazar de Castro. Na verdade, por esta altura, pensamos que por inteiramente consensual que fosse o projecto

¹⁰⁰ A aparente contradição em todo este processo explica-se pelo facto de Vilaça ter enviado a Gómez Moreno o primeiro estudo elaborado em Julho de 1931. No final do ano, todos os desenhos que a *Ilustração Moderna* publica datam já do mês de Setembro, indicador claro de que o autor, confrontado com as sugestões de Gómez Moreno, corrigiu o seu projecto e aproveitou, com mais tempo e maior segurança das opções a tomar, para traçar as plantas e os alçados definitivos.

¹⁰¹ Apesar de na primeira carta de José Vilaça a Gómez Moreno se assegurar que a opinião do Professor de Madrid sobre o projecto seria “seguida escupulosamente” (Carta de José Vilaça a Manoel Gómez Moreno, de 28 de Julho de 1931, publ. *Ilustração Moderna*, nº55, Mar-Abr. 1932, p.414).

apresentado por José Vilaça, Baltazar de Castro não o seguiria, profundo que era já o conflito que mantinha com Marques Abreu.

Uma outra diferença fundamental separa os dois lados do restauro da igreja de Lourosa: ao contrário do Director dos Monumentos Nacionais do Norte, que para elaborar o seu projecto cinge-se aos dados de proveniência arqueológica sem se preocupar em identificar as fontes para as restantes soluções, Vilaça e Abreu ultrapassam esta esfera, introduzindo uma reconstituição baseada ainda num ‘ideal estilístico’ que dificilmente o monumento de Lourosa alguma vez possuiu.

De um lado encontramos o pragmatismo interventivo e a rapidez de acção característicos da DGEMN; de outro aquela *perspectiva agradável de reconstituição*, subalternizando-se o edifício aos elementos definidores de ‘Estilo’. Radicalizado o processo de restauro entre estas duas visões antagónicas - não duas ideologias restauradoras distintas como veremos mais à frente -, quer Baltazar de Castro quer José Vilaça e Marques Abreu procuraram validar cientificamente as suas propostas. E assim vamos encontrar Manoel Gómez Moreno envolvido no restauro da nossa igreja pré-românica.

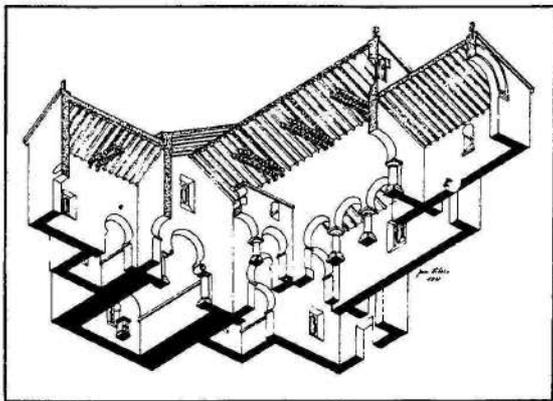


Fig. 59
São Pedro de Lourosa. Perspectiva da igreja proposta por José Vilaça, Jul. 1931

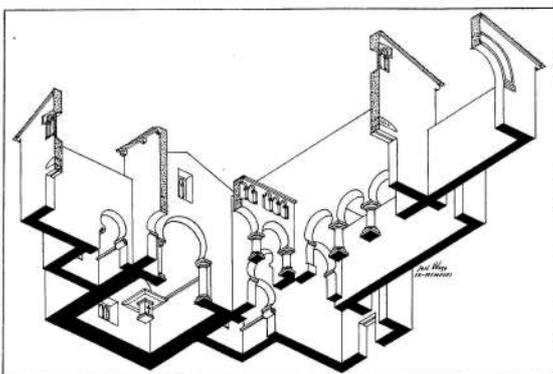


Fig. 60
São Pedro de Lourosa. Perspectiva da igreja proposta por José Vilaça, Set. 1931

3.2.1. RESTAURO. A INTERVENÇÃO DE GÓMEZ MORENO: SOLUÇÃO FINAL PARA A IGREJA DE S. PEDRO DE LOUROSA E IDEOLOGIA RESTAURADORA

“Tanto o sr. José Vilaça como a direcção desta revista estavam convencidos de que a colaboração do grande sábio espanhol devia considerar-se definitiva”¹⁰². Com este propósito, Vilaça havia enviado o seu projecto de restauro a Manoel Gómez Moreno, em carta de 28 de Julho de 1931 que a *Ilustração Moderna* publicaria integralmente no segundo número de 1932.

Em resposta (2 de Agosto de 1931), o Professor de Madrid elogia o trabalho efectuado, aprovando “en su tendencia general” o “discretissimo proyecto”. Todavia, não deixa de se manifestar contrário a algumas soluções propostas, nomeadamente quanto à colocação da torre do campanário e a construção da nova sacristia (Fig. 45).

Da análise da incompleta correspondência trocada entre ambos publicada na *Ilustração Moderna* - deu-se primazia às cartas de Gómez Moreno em detrimento das de José Vilaça - existe uma divergência evidente sobre o conceito de restauro. Para o restaurador da igreja de Lourosa já vimos como o ‘ideal estilístico’ se sobrepõe a qualquer outra opção. Para o Catedrático madrileno, a *historicidade* do edificio é um dado a preservar e, ainda que não abertamente, refere-se em situações distintas a termos como *restauro* e *reconstituição*.

É muito interessante verificar que dois dos três pontos principais sobre os quais Vilaça pede orientação imediata inserem-se numa perspectiva estilística idealizada e terão fortes resistências da parte de Gómez Moreno: a solução a dar à torre do campanário e o facto de se deverem ou não fazer de novo aduelas rusticadas em falta¹⁰³. Se o abobadamento da cabeceira representa uma solução pacífica, consensual e generalizada no restauro de monumentos medievais em toda a Europa, os dois restantes pontos merecerão respostas decididas da parte de Gómez Moreno:

¹⁰² “Igreja de Lourosa. A visita do sr. Professor Gómez Moreno a Portugal e o projecto de restauração do sr. J. Vilaça”, *Op. Cit.*, nº54, Jan-Fev. 1932, p.400.

¹⁰³ Carta de José Vilaça a Manoel Gómez Moreno, de 28 de Julho de 1931, publ. *Ibidem*, Mar-Abr. 1932, p.414. O próprio argumento que Vilaça utiliza para justificar estas dúvidas é um indicador claro quanto a essa convicção totalmente reconstitutiva e idealizada de um processo de restauro: “É que em Portugal não é bem conhecido o estilo e formas desta época”.

não às aduelas rusticadas e não à colocação da torre do campanário em comunicação com o templo¹⁰⁴.

Do ponto de vista estrito da História do Restauro, esta carta de Gómez Moreno constitui um verdadeiro tratado definidor da sua prática e ideologia restauradora. Argumenta que “Aquí en España no nos atrevemos a hacer grandes restituciones en los edificios venerables, ante el peligro de que se tergiverse irremediamente el carácter del edificio, aunque haya de dejarlo mutilado”, aconselhando mesmo que a nova sacristia seja construída como obra moderna, mas não deixa de estabelecer soluções francamente subjectivas em relação a pormenores cuja existência é duvidosa, como o facto de não deverem existir portas à entrada do *narthex*, ou a proposta de rebaixar a torre do campanário “para que no desentone con las proporciones chatas del monumento”¹⁰⁵.

Certamente influenciado pela teoria de Camilo Boito no campo do restauro monumental, Gómez Moreno reclama o mínimo de intervenção nos edificios, mas paradoxalmente será o próprio a definir e comandar o plano de transladação da igreja de San Pedro de la Nave (com o arquitecto Ferrant), equacionando mesmo o convite a José Vilaça, Marques Abreu, Baltazar de Castro e Moura Coutinho para se deslocarem àquela igreja visigótica onde “se pone en práctica nuestro nuevo sistema de restauraciones”¹⁰⁶.

Esta contradição entre a objectividade *boitiana* e a prática, em certa medida, *violletiana*, fá-lo situar-se numa linha de intervenção patrimonial de claro compromisso: por um lado, resiste abertamente a critérios reconstitutivos de intervenção, no qual o projecto de José Vilaça se filiava; por outro, actua

¹⁰⁴ Carta de Manoel Gómez Moreno a José Vilaça, de 2 de Agosto de 1931, publ. *Ibidem*, Mar-Abr. 1932, p.416: “No me parecen convenientes ni justificado el uso de «aduelas rusticadas» en los arcos. La colocación de la torre y de la sacristia (...) a mi me parecería conveniente quitarles visibilidad respecto del antiguo”.

¹⁰⁵ IDEM, *Ibidem*, p.416.

¹⁰⁶ Carta de Manoel Gómez Moreno a José Vilaça, de 11 de Outubro de 1931, publ. *Ibidem*, Mar-Abr. 1932, p.419. De acordo com Luis CABALLERO ZOREDA e Fernando ARCE, “La iglesia de San Pedro de la Nave (Zamora). Arqueología y Arquitectura”, *Archivo Español de Arqueología*, nº70, Madrid, 1997, pp.256-257, o restauro e transladação desta igreja teve dois momentos fundamentais: um primeiro, em que se considerou a aplicação da *unidad de estilo* como método adequado; e um segundo, em que se resolveu preservar parcialmente as paredes originais e dotar as partes novas com materiais facilmente distinguíveis dos antigos. Os autores deste artigo atribuem esta inversão de planos a Ferrant, mas é provável que já aqui se tenha feito sentir a ideologia restauradora de Gómez Moreno que tão bem explanou no caso de Lourosa.

integralmente sobre os monumentos, colmatando partes em falta e reiventando alturas e volumetrias, numa pura linha de busca de um arquétipo.

Tal circunstância contraditória, que levou Javier Rivera Blanco a considerá-lo muito próximo das teorias francesas¹⁰⁷ e Antón Capitel a não integrar o seu nome no capítulo que dedica a Camilo Boito¹⁰⁸, tem uma explicação evidente cujo eco se fez também sentir em Portugal: a dificuldade que o restauro de templos pré-românicos representava. Sem modelos pré-existentes, sem certezas quanto à realidade histórica dos edifícios, muitas vezes constituindo ruínas de um tempo distante e demasiado desconhecido... cada igreja pré-românica é um caso isolado cujo restauro se impõe de forma dedutiva e francamente empírica por parte do restaurador. Neste sentido, Manoel Gómez Moreno retomou o conceito de “arquitecto-restaurador-criativo” praticado por Viollet-le-Duc¹⁰⁹, mas pensamos que o fez como último recurso em processos de restauro. A complexidade da sua ideologia restauradora não pode, assim, ser definida linearmente como decorrente da escola francesa; a proximidade em relação às teorias de Camilo Boito, ainda que menosprezadas pela historiografia contemporânea espanhola, é uma evidência no pensamento do ‘criador’ da *arte moçárabe* e está perfeitamente expressa nas cartas que escreve a José Vilaça a respeito de Lourosa.

Em relação à nossa igreja pré-românica, o que José Vilaça apresenta a Manoel Gómez Moreno é um plano restaurador integralmente reconstitutivo¹¹⁰, facto que não passará sem críticas por parte do professor espanhol, à luz da distância ideológica que os separa a nível restaurador, como acabamos de demonstrar. Não obstante, ambos trabalham em conjunto ao longo de cerca de três meses (de Julho a Outubro de 1931). Da diversidade de opiniões então produzida dá testemunho o número da *Ilustração Moderna* de Março e Abril de 1932, fazendo acompanhar a correspondência trocada entre ambos de reproduções do primeiro estudo que José Vilaça havia executado em Julho e do projecto definitivo de Setembro.

¹⁰⁷ Javier RIVERA BLANCO, “La restauración histórica de la arquitectura de la Alta Edad Media”, *La intervención en la arquitectura prerrománica asturiana*, Oviedo, Universidade de Oviedo, 1997, pp.60-61.

¹⁰⁸ Antón CAPITEL, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Madrid, Alianza Forma, 1992, pp.31-37.

¹⁰⁹ Utilizamos aqui a expressão de Maria João Baptista NETO, *Op. Cit.*, vol. I, 1995, p.78.

¹¹⁰ “Igreja de Lourosa. Ainda a visita do sr. Professor Gómez Moreno - esclarecimento oportuno”, *Op. Cit.*, nº55, Mar-Abr. 1932, p.412, não deixa dúvidas sobre a intenção do projecto de José Vilaça: “reconstituição, quanto possível rigorosa e exacta” do templo.

O confronto entre estes dois ensaios permite concluir que à excepção da *eikonostasis*, todas as restantes sugestões de Gómez Moreno foram introduzidas no projecto definitivo: a supressão das janelas nas naves laterais, já que “en las naves laterales no debió de haber ventanas grandes”; a colocação de ajimezes nos braços do transepto, pois “En los brazos de crucero, sobre las puertas, conviene poner ventanas grandes”; a configuração tripartida da janela da cabeceira, uma “ventana (...) de tres arcos pero estrechos”¹¹¹...

Vilaça aceita e integra praticamente todas as correcções de Gómez Moreno, mas fá-lo porque reconhece no autor espanhol a autoridade científica que garantia a qualidade do seu projecto. Ainda que hoje seja possível reconhecer divergências ideológicas entre ambos no campo conceptual do restauro, não pensamos que José Vilaça alguma vez se tenha apercebido desse facto. Os pormenores decorativos que Gómez Moreno pretende introduzir foram entendidos pelo restaurador português como decorrentes de uma análise científica dos arquétipos pré-românicos, significando, por isso, uma continuidade reconstitutiva de acordo com o ‘ideal estilístico’.

Ora é precisamente nestes pequenos pormenores de índole decorativa que Gómez Moreno revela a sua faceta *violletiana*, mas parece-nos que sempre como último recurso de restauro. Esgotadas as informações que o edificio podia fornecer, e mostrando-se impraticáveis as analogias com outros templos coevos, parte-se então finalmente para um processo recriador que permita concluir o restauro. Esta derradeira opção, contudo, é o produto final de uma racionalidade aplicada ao edificio. Ao contrário da *perspectiva agradável de reconstituição*, Gómez Moreno analisa objectivamente o templo para concluir da verosimilhança dos elementos construtivos e decorativos. É assim que a comparação com obras contemporâneas está sempre presente, como na solução de caixotões a dar ao tecto, por analogia com San Julián de los Prados. É assim também que as partes francamente duvidosas são deixadas em aberto, como no facto de não se abrirem janelas na nave central - ainda que a escassa altura das arcarias que dividem as naves possa ser um indicador em sentido contrário - , ou como no conhecido caso da *eikonostasis*.

¹¹¹ Carta de Manoel Gómez Moreno a José Vilaça, de 18 de Agosto de 1931, publ. *Ibidem*, p.417.

Quando José Vilaça e Manoel Gómez Moreno tinham praticamente chegado a um consenso acerca do projecto definitivo para o restauro de São Pedro de Lourosa, uma circunstância inteiramente imprevisível haveria de ditar o futuro da nossa igreja pré-românica. Escrevendo a Vilaça em 11 de Outubro de 1931, Gómez Moreno dá conta da recepção de uma carta de João de Moura Coutinho, convidando-o a visitar São Frutuoso de Montélios na companhia de Baltazar de Castro.

O Director dos Monumentos Nacionais do Norte dava assim o primeiro passo na tentativa de obter do Professor Catedrático de Madrid a anuência ao seu projecto de restauro para a igreja de Lourosa. Desconhecemos a carta que Gómez Moreno então enviou a Moura Coutinho, mas pelas palavras que escreveu nessa data, deixa claro que só viria a Portugal de acordo com José Vilaça e com Marques Abreu¹¹².

Não é possível saber exactamente o estado em que se encontravam as obras de restauro de São Pedro de Lourosa pelo final do Verão de 1932, mas pensamos que a perspectiva era a de se paralizar o estaleiro. Fazendo Marques Abreu parte da Comissão administrativa de obras e sabendo-se da amizade que o ligava a Henrique Gomes da Silva, nada mais natural que pretendesse parar as obras até existir um plano de restauro definitivo. Daí a rapidez com que José Vilaça trabalhou nesse Verão de 1932. E daí também a decisão de Baltazar de Castro em colocar-se em contacto directo com Gómez Moreno, reconhecidamente a única autoridade científica aceite pela equipa da *Ilustração Moderna* no caso de Lourosa.

Gómez Moreno viria a Portugal, mas não na companhia de José Vilaça e de Marques Abreu. Uma pequena entrevista que Moura Coutinho deu ao jornal *A Voz* de 21 de Março de 1932 elucida-nos sobre todo o processo¹¹³: debatendo-se o entrevistado com problemas no restauro de São Frutuoso de Montélios, comunicou a Baltazar de Castro o desejo que o monumento fosse visitado por Gómez Moreno¹¹⁴. Esta descrição dos factos revela-nos que, num primeiro momento, a visita do professor da Universidade de Madrid nada tem que ver com Lourosa. Só mais tarde,

¹¹² Carta de Manoel Gómez Moreno a José Vilaça, de 11 de Outubro de 1931, publ. *Ibidem*, p.419.

¹¹³ A., M. de, “O monumento de S. Frutuoso, que está a ser restaurado, é uma verdadeira joia artistica, sem par em toda a Peninsula. A visita do ilustre professor Gomez Moreno a Portugal e o que a proposito nos diz o distinto architecto sr. Moura Coutinho”, *A Voz*, 21/3/1932, pp.1 e 3.

¹¹⁴ Sobre o restauro do templo de São Frutuoso de Montélios veja-se Maria Mónica BRITO, “Fases do restauro de S. Frutuoso de Montélios” (em preparação), a quem agradecemos as preciosas informações cedidas.

quando a viagem já estava confirmada e “havia também o desejo que (...) fosse a Lourosa”, Baltazar de Castro faz um convite oficial a Gómez Moreno.

Esta é a versão contada por Moura Coutinho. Na *Ilustração Moderna* de Março e Abril de 1932, Marques Abreu dá-nos outro motivo principal para a vinda de Gómez Moreno a Portugal: sabendo que José Vilaça preparava novo e definitivo projecto para o restauro de São Pedro de Lourosa, Baltazar de Castro “desprezou a valiosa documentação que se lhe oferecia e resolveu pôr-se em contacto directo com o sr. Professor Gómez Moreno”¹¹⁵.

Independentemente das reais motivações que levaram ao contacto entre Baltazar de Castro e Gómez Moreno, é provável que a carta de Moura Coutinho de 22 de Setembro tenha encontrado alguma resistência por parte do professor espanhol, dada a sua impossibilidade de se ausentar de Madrid até Novembro e, especialmente, pelo facto de pretender vir a Portugal para se encontrar com Vilaça e Marques Abreu. “Mas o sr. Baltazar de Castro insistiu, socorreu-se de altas influências, foi a Madrid, conseguiu ser apresentado ao Mestre, instou e obteve do sr. Professor Gómez Moreno a promessa de vir a Portugal. E o sr. Gómez Moreno veio, convencido de que não havia equívocos nem mal entendidos”¹¹⁶.

Na sua digressão por Bragança, Braga, Coimbra e Lourosa viajou com Moura Coutinho, Alberto Feio, Vergílio Correia, Pedro Vitorino e Rui Serpa Pinto. Durante todo o seu percurso foi acompanhado por Baltazar de Castro, que se deslocou ao seu encontro em Madrid e ainda o acompanhou a Salamanca, terminada a jornada portuguesa.

A visita a Lourosa teve por objectivo validar as opiniões de Baltazar de Castro em detrimento do projecto apresentado por José Vilaça¹¹⁷. A entrevista de José de Moura Coutinho ao Diário *A Voz* é esclarecedora quanto a este propósito, concluindo

¹¹⁵ “Igreja de Lourosa. Ainda a visita do sr. Professor Gómez Moreno - esclarecimento oportuno”, *Op. Cit.*, nº55, Mar-Abr. 1932, p.412.

¹¹⁶ *Ibidem*, pp.412-413.

¹¹⁷ *Ibidem*, p.413. Neste artigo explica-se por que Marques Abreu e José Vilaça não compareceram em a Lourosa, apesar da insistência de Gómez Moreno para o acompanhassem: “Mas o director desta revista já então não se encontrava em relações pessoais com o sr. Baltazar de Castro; e o sr. José Vilaça tinha de ressentir-se da afronta de ver enfeitada uma colaboração oferecida com tanto desinteresse e lealdade”.

a comitiva encabeçada por Baltazar de Castro e por Gómez Moreno da falta “de elementos para uma reintegração integral”¹¹⁸.

Com esta conclusão estava aberto o caminho para que o projecto de Baltazar de Castro triunfasse e fosse seguido sem novos contratemplos. Em relação às propostas de José Vilaça, o plano defendido pelo Director dos Monumentos Nacionais do Norte revelava-se bastante mais objectivo. Recusa-se a reconstituição integral por falta de elementos, abandonando-se estruturas e funções acerrimamente defendidas na *Ilustração Moderna*, como a *eikonostasis* ou a criação de um museu no *narthex*.

Como hoje podemos perceber, para além das razões pessoais bem expressas ao longo das páginas da *Ilustração Moderna*, existiu uma divergência de estratégia entre Vilaça e Baltazar de Castro quanto ao plano de restauro definitivo a adoptar. Estas duas visões assumem hoje proporções ideológicas em relação ao conceito de restauro, mas não pensamos que à altura os agentes portugueses envolvidos no processo tenham possuído consciência desse facto.

Vilaça propõe uma reconstituição integral à luz de um ideal estilístico pré-românico, ainda não totalmente definido à escala peninsular. Baltazar de Castro executará uma reconstituição parcial, apoiando-se nos elementos de proveniência arqueológica. *Rejeita o ideal estilístico levado ao extremo de erudição em benefício da operacionalidade por que se deve orientar uma acção de restauro*. Mas não se afasta do corpo teórico *violletiano* que, em boa verdade, preside a toda a acção da DGEMN, ainda que por via empírica e pragmática.

Como bem demonstrou Maria João Baptista Neto, “a DGEMN nunca elaborou um corpo teórico, definindo princípios concretos de intervenção em monumentos”¹¹⁹. As palavras de Henrique Gomes da Silva em 1935 são um enunciado vago de um programa de acção e não podem considerar-se princípios concretos de intervenção. Por outro lado, a enorme autonomia de que Baltazar de Castro beneficiou à frente da Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte fez com que se movimentasse à vontade entre os monumentos a restaurar, adoptando um pragmatismo e um empirismo decorrentes do contacto directo com as obras, em claro detrimento de qualquer *corpus* ideológico aplicado ao restauro, que obviamente não possuía.

¹¹⁸ A., M. de, “O monumento de S. Frutuoso, que está a ser restaurado, é uma verdadeira joia artistica, sem par em toda a Peninsula. A visita do ilustre professor Gomez Moreno a Portugal e o que a proposito nos diz o distinto architecto sr. Moura Coutinho”, *Op. Cit.*, 21/3/1932, p.3.

¹¹⁹ Maria João Baptista NETO, *Op. Cit.*, vol. I, 1995, p.433.

D. João de Castro, na altura de publicar o *Boletim da DGEMN* relativo a Lourosa, caracteriza bem a objectividade e o pragmatismo que nortearam a acção de Baltazar de Castro: “trabalhando com serenidade e prudência, mas sem irresolução nem timidez - e tão longe de certos preconceitos vulgares como de certos extremismos eruditos; mentendo sempre o propósito de nunca sacrificar (...) «aquilo que devia ter sido àquilo que devia ser»”¹²⁰.

Adoptando estratégias distintas - *reconstituição* e *restauração* -, Vilaça e Castro representam uma mesma corrente ideológica *violletiana*: ambos aspiram à *reintegração integral* dos edifícios. Mas enquanto para o primeiro a unidade estilística deriva da subordinação do edifício intervencionado a um arquétipo, um modelo que pode nunca ter existido na sua totalidade, o segundo partilha de uma visão mais objectiva, reintegrando apenas o que comprovadamente terá existido, já que a prioridade e a causa de qualquer intervenção prende-se com a necessidade de tornar o edifício de novo operacional e em tempo útil.

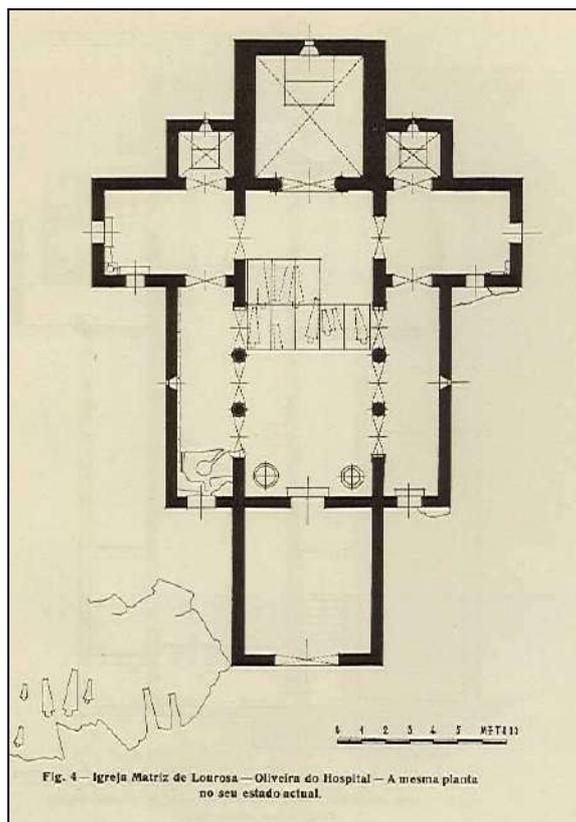


Fig. 61
São Pedro de Lourosa. Planta final adoptada por Baltazar de Castro

3.3. CONCLUSÕES

¹²⁰ D. João de CASTRO, “Igreja Matriz de Lourosa. I - Antes da restauração”, *Igreja Matriz de*

Restaurar um edifício pré-românico não é o mesmo que restaurar um monumento Românico ou Gótico. Este facto, que hoje pode parecer pouco objectivo dadas as linhas gerais dominantes com que se encara todo o restauro monumental independentemente da época ou do estilo, teve grande importância nos finais do século XIX e inícios do século XX, quando o restauro de monumentos dava os primeiros passos. Sem modelos planimétricos e volumétricos aplicados a todo e qualquer monumento pré-românico, a dificuldade em definir o ‘Estilo’ foi acompanhada por um outro problema suplementar: a necessidade de se proceder a escavações arqueológicas na maior parte dos edifícios.

Por estas razões, o modelo *violletiano* de reintegração integral não foi inteiramente possível de seguir na generalidade dos monumentos pré-românicos peninsulares, realidade civilizacional, de resto, distante da que caracteriza as regiões transpirenaicas no caminho para o ano mil. Antes de se estabelecer uma regra geral de restauro de templos anteriores ao Românico, tornava-se necessário definir, com alguma margem de segurança, em que consistia artisticamente esse período.

Em Espanha, um homem como Manoel Gómez Moreno veio colmatar, em certa medida, essa distância entre cientificidade e restauro. Arqueólogo, historiador da arte e restaurador, Gómez Moreno participou com as suas sugestões e planos na maioria dos restauros de monumentos pré-românicos espanhóis, estudando-os simultaneamente numa perspectiva de conjunto até então não equacionada.

No ponto anterior colocámos em confronto as estratégias de José Vilaça e de Manoel Gómez Moreno para o restauro de São Pedro de Lourosa. Esta metodologia, por evidente que seja à luz do registo escrito que ambos deixaram sobre este processo, pode parecer maniqueísta na economia global desta dissertação e adquirir um carácter francamente redutor que estamos longe de lhe atribuir.

Na verdade, quer Gómez Moreno quer José Vilaça representam atitudes inovadoras face ao panorama restaurador português, especialmente pela forma como a questão vai sair das esferas de uma minoria interessada e ser discutida abertamente nas páginas de uma revista especializada. Mas simultaneamente representam atitudes de continuidade *violletiana*, não necessariamente na mesma proporção. Tais continuidades são reforçadas pelo facto de se intervir num edifício sem arquétipo. Como Javier Rivera Blanco demonstrou, a busca de um arquétipo no qual inserir o

restauro de um edifício pré-românico é uma atitude que encontramos até relativamente tarde na ideologia restauradora vigente: invariavelmente, na falta de um dado arqueológico certo, opta-se pela procura de um arquétipo¹²¹.

Reintegração, Reconstituição e Restauro representam, assim, três estratégias de acção distintas e não três ideologias incompatíveis. Por outro lado, apenas José Vilaça e Manoel Gómez Moreno entram em confronto científico acerca do caminho a seguir; a opção de Baltazar de Castro revelar-se-ia praticamente decalcada das sugestões e ideias de Gómez Moreno, já que o conceito de *Restauração* praticado pelo Director dos Monumentos Nacionais do Norte, que tentámos definir atrás, adquire uma vertente bastante mais operacional que teórica.

Provavelmente sem ter plena consciência disso, e da proximidade para com a Carta de Atenas, Baltazar de Castro seguiu uma linha de acção muito *boitiana*, mas na dependência das ideias de Manoel Gómez Moreno: “En punto de restauraciones és lo más prudente que toda reconstrucción hecha sobre datos incompletos se realice con la mayor sencillez posible, sin decoraciones caprichosas ni elementos innecesarios”¹²².

Mas apesar desta cautela, o programa de acção levado a cabo por Baltazar de Castro não se afastou do tradicionalmente praticado pela DGEMN: desconstrução e reconstrução integral do edifício, desde as fundações. Este sistema de trabalho, que implicava grandes gastos e obras intermináveis, foi uma prática seguida indistintamente pela DGEMN e manteve-se até muito tarde.

Processo radical, mas indispensável à imagem restaurada que a totalidade do edifício deveria apresentar durante muitos anos, por forma a significar também um símbolo do Estado-Novo, não deixou de merecer críticas à época, em especial por parte dos sectores políticos mais ligados à Igreja. Sobre o caso de Lourosa, como identificou Maria João Baptista Neto, Pacheco Amorim foi o mais acérrimo crítico da acção levada a cabo na nossa igreja, apontando a necessidade de se fazerem novos elementos “de modo que nunca possam confundir-se com os antigos”¹²³. Mas longe de qualquer postura ideológica no campo estrito do restauro monumental, o que

¹²¹ Javier RIVERA BLANCO, “La restauración histórica de la arquitectura de la Alta Edad Media”, *La intervención en la arquitectura prerrománica asturiana*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1997, p.66.

¹²² Manoel Gómez Moreno, em carta dirigida a José Vilaça, de 18 de Agosto de 1931, publ. *Ilustração Moderna*, nº55, Mar-Abr. 1932, p.417.

¹²³ Maria João Baptista NETO, *Op. Cit.*, vol. I, 1995, p.482, cit. *Diário das Sessões da Assembleia Corporativa*, nº45, 10/4/1935).

Amorim critica é mais o “radicalismo do sistema prestado”¹²⁴, conotado que estava com a Igreja, instituição claramente prejudicada pela longa e generalizada acção da DGEMN por todo o país.

De resto, o restauro a que São Pedro de Lourosa foi sujeita, teve a virtude de não adoptar o plano reconstitutivo de José Vilaça. Escrevendo em 1952, para o *Inventário Artístico Nacional*, António Nogueira Gonçalves diria que a solução encontrada “(temos de o afirmar em toda a verdade) foi a mais sóbria das que se propunham e a mais aceitável”¹²⁵, não obstante ter sido este autor quem primeiro criticou o restauro em altura efectuado.

¹²⁴ IDEM, *Ibidem*, p.483.

¹²⁵ António Nogueira GONÇALVES, “S. Pedro de Lourosa”, *Inventário artístico nacional*, vol. IV (Distrito de Coimbra), Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952, republ. *Estudos de Arte Medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, p.51.



Fig. 62
Lourosa, 1930

Sessão de arranque das obras de restauro, devendo estar a discursar Marques Abreu, cujo conteúdo foi posteriormente publicado na *Ilustração Moderna*. Da esquerda para a direita: Baltazar de Castro; Henrique Gomes da Silva; Alfredo de Magalhães; Manuel de Aguiar Barreiros e José Vilaça

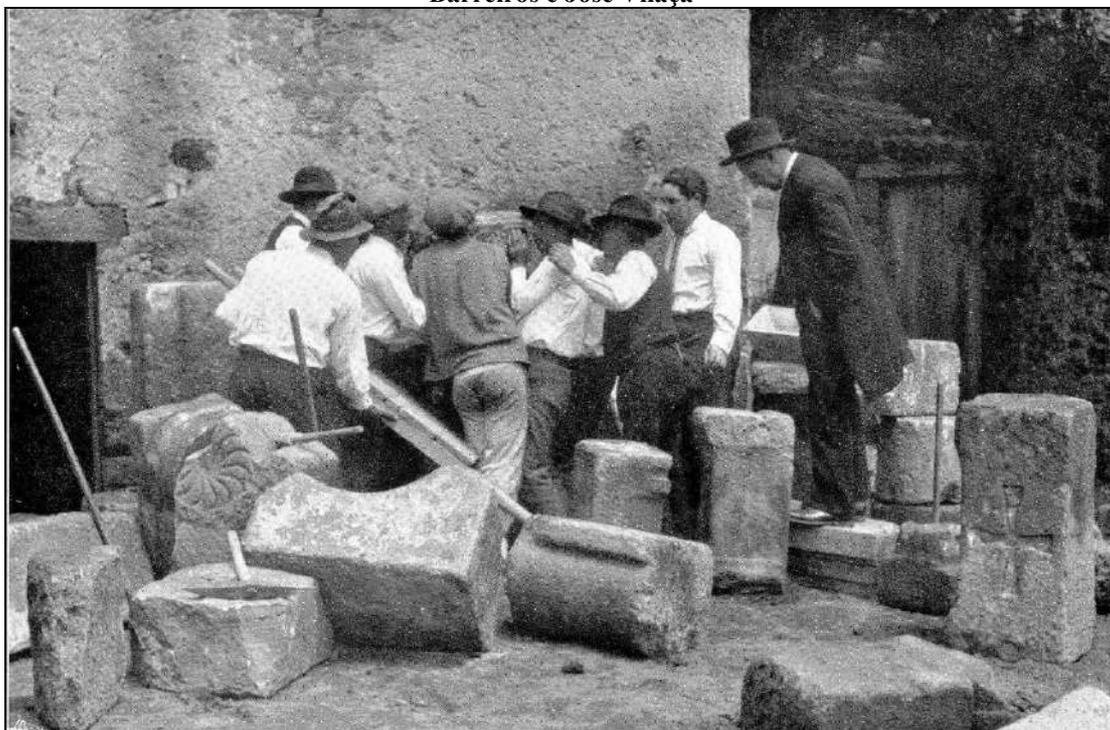


Fig. 63

Aspecto da condução dos trabalhos de restauro. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934Fot. Marques Abreu



Fig. 64

São Pedro de Lourosa. Material avulso resgatado durante o restauro, vendo-se, ao centro, o mainel do ajimez que devia fazer parte do friso da torre cruzeira. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu



Fig. 65

São Pedro de Lourosa. Outra perspectiva do abundante material identificado aquando do restauro. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros; Fot. Marques Abreu

PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO DO ALÇADO NASCENTE

1. ALTURA

1.1. CAPELA-MOR

Elevada em relação à actual. Pretendeu-se dotar a capela-mor de uma altura semelhante à das cabeceiras asturianas, permitindo a existência de câmara supra-abisal. A cota alcançada relaciona-se com a altura da nave central, que como vimos, pode não corresponder à altura original.

1.2. CAPELAS LATERAIS

Aquando do restauro, a linha do telhado das capelas laterais passou a estar no prolongamento da empena da capela-mor, ainda que nem José Vilaça, nem Baltazar de Castro tenham apresentado desenhos com esta opção. Nesta proposta, optou-se por diferenciar claramente as linhas do telhado da capela-mor das capelas laterais. Também se optou por uma ligeira inversão do declive, sendo a linha destes telhados não tão pronunciada como a da capela-mor. A altura encontrada situa-se num meio termo entre a altura das naves laterais e a da capela-mor. O modelo seguido foi o das cabeceiras asturianas, de San Julián de los Prados a San Salvador de Priesca.

1.3. BRAÇOS DA NAVE TRANSVERSAL

Sem referentes exactos acerca desta parte do edifício, optou-se por elevar os braços da nave transversal à mesma linha do telhado da nave central, fazendo com que os quatro volumes que confrontam com os alçados da torre cruzeira estejam lançados a uma mesma altura. O modelo adoptado relaciona-se com o resultado obtido em San Miguel de Lillo, se bem que com algumas diferenças importantes. Importante também a igreja de São Frutuoso de Montélios, onde a planta em cruz grega determinou que os volumes em redor da torre cruzeira estivessem todos à mesma altura.

1.4. TORRE CRUZEIRA

Dimensão em altura de acordo com as proporções da torre de São Frutuoso de Montélios. Em planta, existem diferenças assinaláveis entre estas duas construções,

mas em altura pensamos que podem ter existido maiores afinidades do que tradicionalmente se supõe. Telhado a quatro águas.

2. ELEMENTOS DECORATIVOS

2.1. AJIMEZ DA CAPELA-MOR

Seguiu-se o que se encontra hoje, reelaborado a parit do da fachada principal aquando do restauro. Optou-se, no entanto, por rebaixá-lo, ligeiramente, em relação à cota a que actualmente se encontra. A hipótese de a capela-mor ter tido uma câmara supra-absidal a isso determinou. Em todo o caso, a tradição de que a capela-mor era muito baixa permite supor que o foco de luz original – um ajimez ou outra solução até ao momento não identificada – encontrava-se a uma cota mais baixa na parede fundeira.

2.2. ILUMINAÇÃO DAS CAPELAS LATERAIS

Na actualidade, estas janelas são meras frestas de secção rectangular dispostas verticalmente. A opção aqui tomada justifica-se pela identificação, durante o restauro, de janelas de arco em ferradura com moldura toreada superior, semelhante à do ajimez da fachada principal.

2.3. FRISO DA TORRE CRUZEIRA

Desenhado de acordo com a reconstituição efectuada por Manuel Luís Real, 1995. Integrou-se o ajimez ao centro do alçado e os fragmentos de material nas extremidades, como arranque do conjunto. Quanto às dimensões, seguiu-se a escala proposta por Real.

2.4. FRONTÕES

Linha inferior do frontão da torre já desenhada por Manuel Luís Real, 1995. As modenaturas deste tipo seguem indicações de material já identificadas em Melque, Montélios e Idanha-a-Velha. A feição triangular do frontão da capela-mor justificou-se pela proximidade das modenaturas com a solução encontrada em Melque.

2.5. MODILHÕES

Os pontos de apoio aos telhados foram desenhados a partir da identificação de dois modilhões estriados aquando do restauro, que seguiam o modelo de San Julián de los Prados. Por indicação de Manuel Luís Real, optou-se por manter este tipo de modilhões nas extremidades dos volumes, sendo a linha de beiral suportada, nas restantes partes, por frisos que tanto podiam ser de pedra (como em Naranco ou Valdediós), ou de madeira (como em Priesca).

PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO DO ALÇADO NORTE

1. ALTURA

1.1. *NARTHEX*

Altura do *narthex* seguida a partir das indicações de Manuel de Aguiar Barreiros, 1934 (Figs. 91 e 92). O arranque do telhado manteve-se, praticamente, à mesma altura do da nave lateral, mas a empena é menos pronunciada que nas restantes partes do edifício. Linha de beiral assente em modilhões, no topo ocidental e repousando em frisos lisos, de pedra ou de madeira, solução adoptada para a generalidade dos volumes da igreja.

1.2. NAVES

Altura da nave lateral encontrada de acordo com os cálculos de Aguiar Barreiros, 1934, sendo ligeiramente mais baixa que a que foi depois construída por Baltazar de Castro. Altura da nave central ligeiramente mais rebaixada que a actual, de acordo com os vestígios de suporte das asnas que ainda se conservam no edifício (mas que podem não corresponder ao programa fundacional).

2. ELEMENTOS DECORATIVOS

2.1. ILUMINAÇÃO DA NAVE CENTRAL

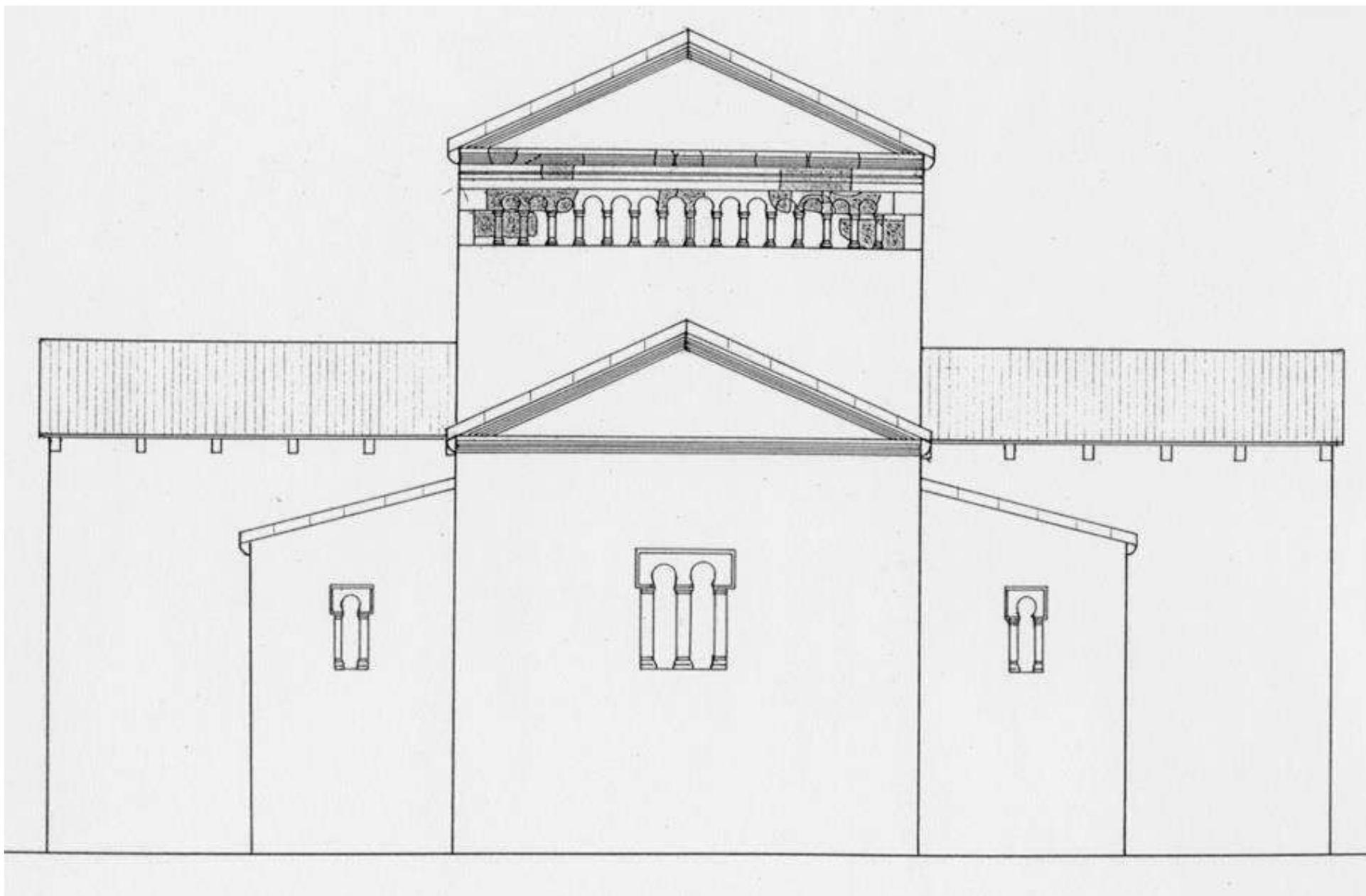
Solução proposta a partir da identificação de janelas de arco em ferradura com moldura toreada superior, semelhantes às que propomos para o alçado nascente das capelas laterais, mas de vão maior, como se encontram nas fotografias que Marques Abreu efectuou do restauro da igreja (Figs. 146 e 147). O número de três em cada alçado lateral é aleatório, mas relaciona-se com o número de arcos das arcarias formeiras que dividem as naves. A disposição das janelas, nesta proposta, segue o eixo vertical dos fechos de arco do interior, razão pela qual parecem estar ligeiramente desviadas para Este.

2.2. Frontão do topo da nave transversal

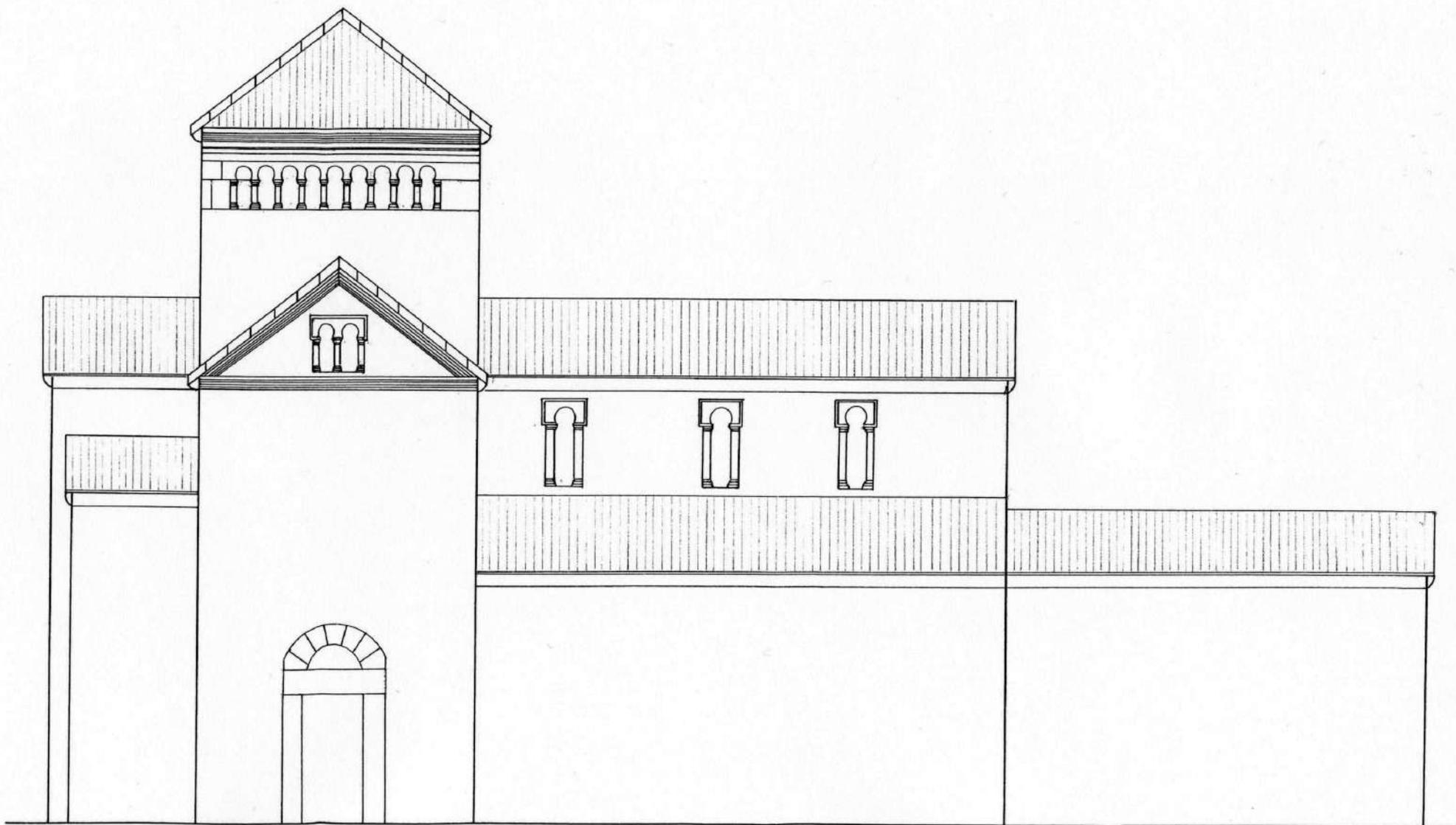
Idêntico ao da capela-mor que apresentámos na proposta de reconstituição do alçado nascente. Integra um ajimez, ao centro, mal proporcionado em relação ao espaço triangular disponível devido à inexistência de qualquer indicador material que o certifique. Neste sentido, optou-se por dimensionar este foco de luz a partir do ajimez da fachada principal, sendo certo que devia ter existido um elemento de filtração de luz para o interior nos dois topos da nave transversal.

2.3. Friso da torre

Desenhado de acordo com a proposta de Manuel Luís Real, 1995. A feição rectangular desta torre – com os lados nascente e poente maiores e os Norte e Sul menores – determinou que a proposta daquele autor tenha sofrido aqui uma redução das partes médias, uma vez que a totalidade das pedras identificadas não cabiam neste alçado. Mantiveram-se, contudo, o ajimez ao centro e os silhares de arranque nas extremidades.



**S. Pedro de Lourosa.
Proposta de reconstituição do alçado nascente**



São Pedro de Lourosa.
Proposta de reconstituição do alçado Norte

1 – A PRIMITIVA IGREJA DE SÃO PEDRO DE LOUROSA: OS RECURSOS E OS INSTRUMENTOS PARA UMA RECONSTITUIÇÃO

Durante a primeira metade do século XX, poucos monumentos foram tão debatidos pela comunidade científica portuguesa como a igreja de São Pedro de Lourosa.

Às sucessivas visitas aqui efectuadas por nomes tão marcantes da nossa nascente História da Arte, como Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia, José Pessanha e Manuel de Aguiar Barreiros, juntaram-se as que Manoel Gómez Moreno e Helmut Schlunk fizeram. A sua descoberta foi minuciosamente relatada nas páginas da mais importante revista da especialidade à altura, a *Arte*, sediada no Porto. A década de 30 trouxe a acção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). A importância do monumento para a comunidade científica nacional, e a relação de afectividade que alguns autores estabeleceram com a igreja, conduziram ao envolvimento de Marques de Abreu, o fotógrafo que mais e melhor documentou o nosso Românico e editor e director científico de revistas e de vários trabalhos dedicados ao património nacional. Com Marques Abreu estiveram José Vilaça, autor de três projectos para o restauro do edifício, José Pessanha e Manuel de Aguiar Barreiros, responsáveis por algumas monografias sobre o monumento antes e depois do seu restauro. Os avanços e recuos da intervenção da DGEMN foram objecto de análise constante, de crónicas de viagem e de opiniões avulsas sobre este ou aquele pormenor na segunda série da revista *Ilustração Moderna*, editada precisamente por Marques Abreu.

De todo este rico processo resultou um dos mais importantes acervos documentais sobre o restauro monumental em Portugal na primeira metade do século XX. No entanto, apesar das divergências de acção e de rumo a dar a elementos encontrados aquando das demolições, são muitas as questões deixadas em aberto nessa altura. A principal razão para este facto é a de que quer Baltazar de Castro quer José Pessanha e Aguiar Barreiros entenderam muitos elementos românicos como

originais do século X. Nesse sentido, não se processou uma discussão tão alargada e profícua como a que se poderia julgar, permanecendo muitos aspectos sem crítica.

Baltazar de Castro executou um projecto de restauro baseado em duas premissas fundamentais: as indicações colhidas em sondagens no solo e a aplicabilidade do templo restaurado para a comunidade de Lourosa. Neste sentido, menosprezou elementos importantes originais, como as marcas da *eikonostasis* nos pés-direitos do arco que separa a nave central do cruzeiro e os possíveis indícios da altura de alguns espaços, entre os quais o *narthex*.

Obviamente que pela igreja haviam passado muitas vagas de renovação. Algumas construções tinham sido adossadas aos seus muros originais. Vãos iniciais haviam sido suprimidos, assim como algumas paredes e, principalmente, praticamente toda a construção em altura. As opções não se apresentavam muito claras a nenhum dos intervenientes, como o provam os vários projectos de José Vilaça. Mas o restauro efectuado foi selectivo. Não só não foi possível identificar a planta correcta do templo, como a solução final adoptada revestiu-se de um excessivo pendor *românico*, tomando como modelo de restauro as muitas igrejas românicas do Norte do país em que a DGEMN – e muito particularmente o seu Director de Monumentos do Norte, Baltazar de Castro – intervinha.

A progressiva individualização do processo de restauro foi também outro factor que levou à supressão ou não integração de muitos elementos. À medida que a equipa em torno de Marques Abreu se afastou do projecto, por incompatibilidades pessoais com Baltazar de Castro, mais se acentuou esse carácter «românico» de que falamos. Logo em 1934 Manuel de Aguiar Barreiros apresentou uma longa lista de erros praticados por Castro, muitos deles relativos às partes altas do edifício. Chamou-lhes, então, “descuidos, êstes e ainda outros, lamentáveis, por certo, tanto mais que não faltou ocasião de preveni-los”¹.

Se hoje em dia, a opinião consensual é a de que o restauro efectuado foi um mal menor, tal deve-se ao facto de se compararem os vários projectos delineados na altura e que sintetizámos na expressão: *Reintegração. Reconstituição. Restauro*.

Com efeito, José Vilaça, fortemente apoiado por Aguiar Barreiros e por José Pessanha, elaborou três projectos de *reconstituição*, em que amplas partes do templo seriam reconstruídas ao abrigo de um arquétipo estilístico, mesmo não existindo

¹ Manuel de Aguiar BARREIROS, *A igreja de São Pedro de Lourosa*, Porto, ed. Marques Abreu, 1934, p.49.

elementos seguros da sua existência no plano original. A intervenção de Manoel Gómez Moreno, apesar de concordar, genericamente, com Vilaça, pautou-se por uma intenção de *restauro* mais prudente, pretendendo suprimir alguns excessos propostos. Com as informações prestadas pelo Professor de Madrid, Baltazar de Castro pôde levar por diante o seu projecto de *reintegração*, “reintegrando” o edifício na sua (pretensa) pureza original, sem elementos excessivos, mas dando-lhe um carácter operacional evidente, consumando-se assim as palavras de D. João de Castro já citadas anteriormente, de como Baltazar de Castro manteve o “propósito de nunca sacrificar (...) aquilo que devia ter sido àquilo que devia ser”².

As vozes críticas em relação ao restauro final adoptado fizeram-se sentir desde muito cedo e não apenas pelo círculo de autores ligados a Marques Abreu. António Nogueira Gonçalves foi um dos mais incisivos, especialmente em relação ao restauro em altura. Nas últimas décadas, as críticas deram lugar à historicidade do edifício, lamentando-se invariavelmente os autores sobre muitas das opções então tomadas.

Neste panorama, o extraordinário manancial de informação coligido ao longo das três décadas de *descoberta* e de *restauro* da igreja, revela-se demasiado redutor para as dúvidas que actualmente se colocam a respeito do monumento. Faltam informações sobre o registo arqueológico e os contextos de identificação da maioria das peças. Mas faltam, sobretudo, informações acerca das partes altas. Neste ponto, o facto de quer Baltazar de Castro, quer Aguiar Barreiros e José Pessanha não terem questionado as possíveis alterações que o Românico imprimiu ao Pré-românico, revelou-se nefasto para o melhor conhecimento do edifício.

Mas se o processo de restauro não responde satisfatoriamente a muitas das dúvidas que actualmente se colocam, constitui ainda o mais importante fundo para todo o trabalho de reconstituição virtual da igreja do século X.

Outros elementos, que poderiam trazer respostas sobre partes específicas do templo, não são indicadores fiáveis. Para dar um exemplo concreto do que acabamos de dizer, analisaremos sumariamente dois dos mais importantes testemunhos da parte ocidental da igreja: o local onde se encontrava a inscrição relativa à provável sagração do templo nos inícios do século XX e o cemitério de sepulturas escavadas na rocha que se encontra a Noroeste do edifício.

² D. João de CASTRO, “Igreja Matriz de Lourosa. I – antes da restauração”, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº55 (Igreja Matriz de Lourosa), Lisboa, MOP, 1949, p.22.

De acordo com José Pessanha, a inscrição de 912 (Fig. 66) estava incrustada na parede do coro, por cima da porta principal, ao nível do pavimento dessa dependência superior³. Manuel de Aguiar Barreiros sugeriu que esta inscrição tivesse sido transferida para aqui no século XVIII, “o qual situaram a meio da face interna do enchimento da alvenaria entre êstes dois arcos [o do *narthex*, original, e o do século XVIII] – a fim de autenticar a antiguidade espantosa da igreja aos que lha recusassem”⁴.



Fig.66
São Pedro de Lourosa. Inscrição fundacional do templo, colocada sobre o lintel da porta principal da igreja.

Existe aqui uma clara contradição entre as informações prestadas por Pessanha e por Barreiros quanto ao local onde a inscrição foi encontrada. Se para o primeiro, ela estava escondida, a ponto de o próprio Joaquim de Vasconcelos não a ter visto nas suas primeiras visitas⁵, para o segundo ela encontrava-se à vista, num local privilegiado e como instrumento de propaganda da ancestralidade do templo.

Em ambos os casos, contudo, não é possível aceitar que a inscrição se encontrasse no seu local original. Fosse qual fosse a sua localização e visibilidade aquando da *descoberta* do monumento, é certo que havia sido transferida, no século XVIII ou antes, provavelmente no mesmo impulso reformador que levou a fachada principal da igreja até ao limite ocidental do *narthex*. Neste sentido, não constitui qualquer auxílio em relação a um dos nossos maiores problemas: a existência segura do *narthex* e respectivas altura e dimensões no plano inicial.

A tipologia de sepulturas escavadas na rocha que se encontram a NO. da igreja poder-nos-ia dar pistas mais seguras sobre eventuais campanhas que se sucederam no edifício. No entanto, os marcos temporais para estas estruturas funerárias são ainda demasiado vagos para o que pretendemos, situação agravada pelo deficiente registo efectuado do núcleo de Lourosa. Num dos primeiros estudos sobre a igreja, José

³ José PESSANHA, “A arquitectura pre-românica em Portugal”, *Terra Portuguesa*, (1916-17), republ. *Arquitectura pré-românica em Portugal. S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1927, p.51.

⁴ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.39.

⁵ Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a arquitectura romana em Portugal. VI - Presbyterio de Lourosa”, *Arte*, nº87, Porto, Marques Abreu ed., Mar. 1912, p.27: no plano original da igreja, esta

Pessanha referiu a existência de mais sepulturas deste tipo, antes que o terreno fosse regularizado⁶. Infelizmente, não nos deu a localização precisa das estruturas posteriormente suprimidas pelo remeximento dos terrenos, informação que apenas seria prestada por Vergílio Correia anos depois⁷, mas já sem a consequente importância ao nível do restauro.

O conjunto encontra-se hoje bastante adulterado nas zonas anexas às paredes da igreja. No século XII, o maciço de pedra que suportava o alto campanário foi construído sobre parte do cemitério e, nos anos 30 do século XX, a acção destrutiva – para de seguida se volta a construir – da DGEMN levou ao remeximento constante dos terrenos nesta secção.

Assim, mantém-se a dúvida sobre a efectiva continuidade do cemitério inicial para S., nomeadamente em direcção ao *narthex* e ao afloramento rochoso do extremo ocidental da nave Norte, onde se localiza o suporte do baptistério. Vergílio Correia, em 1912, teve a impressão que as sepulturas se prolongavam para Sudeste, em direcção ao templo e que continuavam por baixo deste⁸. A ser assim, as sepulturas escavadas na rocha seriam anteriores a 912, algo que Mário Barroca entende ser uma hipótese verdadeiramente importante para o nosso país, dada a cronologia precoce dessa possibilidade⁹.

Por outro lado, sabemos que na Baixa Idade Média, depois da reforma românica do templo, o interior da igreja e, muito particularmente, o espaço da nave central que antecede o cruzeiro, foi objecto de várias tumulações em sepulturas antropomórficas¹⁰. Infelizmente, não se elaborou um mapa dos vestígios identificados

incrição foi concebida para figurar em plano destacado e bem visível “e não, como actualmente [1912], tão escondida que é difícil dar com ella”.

⁶ José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, p.69.

⁷ Vergílio CORREIA, “O cemitério medieval da Sé-Velha”, *Obras*, vol.I, Coimbra, 1946, p.101: “Originalmente, as sepulturas eram quinze, alguma sobrepostas pelo campanário gótico”. Tarquínio HALL, “A igreja moçárabica de Lourosa”, *Munda*, nº26, Coimbra, GAAC,1993, p.48, sustenta que aquando do restauro descobriu-se que a igreja assentava sobre uma necrópole. Mas referir-se-á ao cemitério exterior que se prolonga para o interior do templo, ou a sepulturas posteriormente efectuadas no interior da igreja? Não o sabemos.

⁸ Vergílio CORREIA, *A igreja de Lourosa da Serra da Estrela*, Lisboa, 1912, p.7: “Para o lado direito da igreja prolongava-se o cemitério, e, embora muito deteriorados, reconhecem-se claramente cinco leitos sepulcraes. Como todos parecem sahir de sob as paredes da igreja é natural a pré-existencia do cemiterio, sendo o templo edificado sobre ele muito posteriormente”.

⁹ Mário BARROCA, *Necrópoles e sepulturas medievais de entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*, Porto, Provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p.107.

¹⁰ IDEM, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1995), publ. Lisboa, FCG; FCT, 2000, vol. II, t.1, p.476.

aquando do restauro, o que impossibilita qualquer conclusão acerca desta (segunda?) necrópole, em especial a sua relação com o cemitério exterior a NO. do templo.

A questão da necrópole escavada no afloramento rochoso a Noroeste do templo reveste-se ainda de maior complexidade. Se a planta que José Pessanha elaborou sobre esta parte do edifício, antes de iniciado o restauro, mostra como se sobrepuseram várias estruturas sobre parte da necrópole (Fig. 67), em 1929, no momento de efectuar o seu primeiro projecto de restauro, José Vilaça incluiu algumas informações sobre um número muito restrito de sepulturas (Fig. 68). Ainda que nunca tenha existido qualquer intenção de registar estas estruturas, a planta de José Vilaça constitui o mais importante testemunho acerca da necrópole de Lourosa na altura do restauro do edifício. O dado mais interessante aqui evidenciado é o aparecimento de sepulturas a Sul do *narthex*, se bem que com uma orientação distinta das que caracterizam o núcleo principal do cemitério.

A confirmar-se, algum dia, que as sepulturas a Sul do *narthex* pertencem ao mesmo período que as que se encontram a Noroeste, então teremos de aceitar que o *narthex* veio ocupar parte da necrópole, o que fará recuar a cronologia deste cemitério. No entanto, esta é uma hipótese que apenas revela o precário estado de conhecimento que possuímos acerca deste assunto e não constitui qualquer via de trabalho mais consistente. É que desconhecemos ainda a extensão do primitivo cemitério e sua eventual ligação com as estruturas da igreja, podendo a comunidade ter continuado a sepultar os seus mortos em torno do templo e não apenas no local onde o afloramento rochoso é, hoje, mais relevante. Neste sentido, a continuidade de enterramentos para Sul não implica a inexistência de um *narthex* no plano original da igreja. No estado actual dos nossos conhecimentos, a relação entre necrópole ao ar livre e *narthex* é, até, algo irrelevante, na medida em que não constitui qualquer auxílio à reconstituição original da parte ocidental igreja.

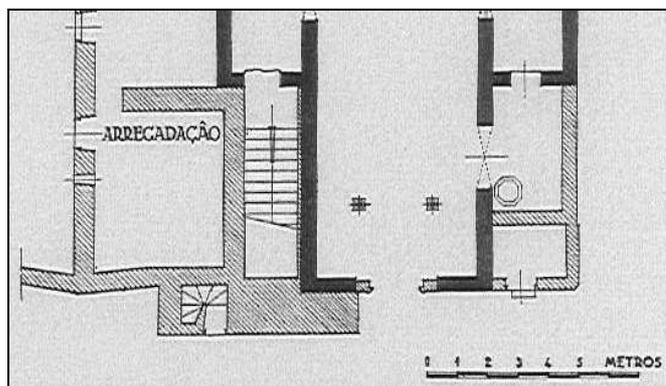


Fig. 67
São Pedro de Lourosa. Planta da parte ocidental da igreja apresentada por José Pessanha, 1916 e 1927

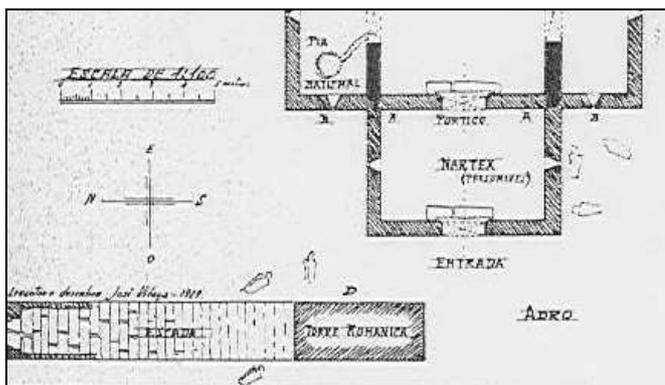


Fig. 68
São Pedro de Lourosa. Planta da parte ocidental da igreja apresentada por José Vilaça no seu primeiro projecto de reconstrução, 1929

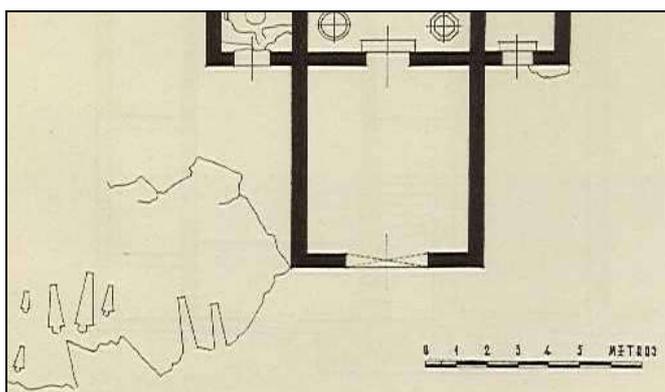


Fig. 69
São Pedro de Lourosa. Planta da parte ocidental da igreja apresentada pela DGEMN, no final dos trabalhos de restauro, onde se observa a delimitação geral do afloramento rochoso a NO. do templo. Arquivo DGEMN

Como facilmente se percebe a partir da breve análise que efectuámos, são muitos os problemas que actualmente se colocam em relação ao plano inicial da igreja de São Pedro de Lourosa. As reformas efectuadas ao longo dos séculos, incluindo a campanha *reintegradora* da DGEMN, adulteraram, por completo, muitos elementos que poderiam ser fundamentais para um mais rigoroso conhecimento do monumento. Se sobre a inscrição que data a construção original não é possível ter qualquer certeza acerca do local onde inicialmente foi colocada, sobre o cemitério escavado na rocha a sua condição é ainda demasiado problemática, como concluiu Mário Barroca¹¹.

Os recursos e os instrumentos para a reconstrução da igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa são, assim, muito escassos e resumem-se, quase exclusivamente, à documentação coligida durante o restauro. Trata-se de uma documentação de natureza quase exclusivamente fotográfica, que, ao contrário da maioria das intervenções da DGEMN, não se limitou a ilustrar o antes, o durante e o depois do restauro. A parceria estabelecida entre o fotógrafo e editor Marques Abreu e os historiadores da arte José Pessanha e Manuel de Aguiar Barreiros, permitiu o

¹¹ IDEM, *Op. Cit.*, 1987, p.107: “Desconhece-se o número exacto de sepulturas e suas tipologias, e a possibilidade de as relacionar com a estrutura (...) [do templo] merecia uma análise mais profunda, tanto mais que, se se viesse a confirmar a anterioridade de algumas sepulturas antropomórficas em relação ao ano de 912, isso seria um elemento particularmente importante para Portugal?”. À questão da

levantamento fotográfico de muitos aspectos considerados importantes, como os vestígios do *narthex* ou da *eikonostasis*, tão invocados na monografia de Aguiar Barreiros de 1934. É ainda graças a essa parceria que conhecemos muitos elementos resgatados mas que posteriormente se perderam, em circunstâncias ainda mal conhecidas, caso dos três altares elaborados a partir de aras romanas.

Resta ainda o método comparativo de base estilística. Esta metodologia constitui um dos mais importantes recursos para o trabalho em Alta Idade Média, dada a natureza extremamente fragmentária do acervo conservado e a descontextualização de muitas peças. Mas este é também um dos instrumentos de análise mais perigosos, pelo frequente exagero formalista a que conduz e a que é conduzido. Já aludimos aos perigos desta metodologia em outro local¹², diferenciando aí entre *filiação temática* e *paralelo estilístico-formal imediato*. Por esta via, pensamos ter contribuído para um melhor entendimento das potencialidades deste método analítico, separando claramente o que são características estruturantes comuns a determinada/s conjuntura/s artística/s e o que é fruto de relações de modelo-cópia ou de influência formal entre diferentes realizações.

A proposta de reconstituição da torre cruzeiro que apresentamos resulta de uma dupla conclusão alicerçada nos vestígios do friso e dos frontões de Lourosa e na torre cruzeiro do pequeno templo de São Frutuoso de Montélios (informações que podem ser integradas no tal *paralelo estilístico-formal imediato*), a que juntamos outros elementos comparativos provenientes de Santa Maria de Melque, de Santiago de Peñalba, de Lebeña, do grupo de igrejas asturianas do reinado de Afonso III e das construções califais de Córdoba (elementos que contribuem para a definição de uma *filiação temática*).

Trata-se de uma reconstituição que reflecte a ideia dominante de analogias estilísticas referidas ao longo desta dissertação. Representa, assim, um contributo fundado na noção de *Estilo* que actualmente possuímos desta conjuntura histórico-artística e nas vias de influência mais directas - os ciclos asturianos, as correntes artísticas do Norte cristão na primeira metade do século X e a arte califal -. Como deixámos bem expresso no primeiro capítulo deste trabalho, é uma noção vaga de

necrópole exterior de Lourosa voltaremos mais adiante quando analisarmos o *narthex* e suas possíveis dimensões e estrutura originais.

¹² Paulo Almeida FERNANDES, “Visigótico ou moçárabe? O núcleo de Alta Idade Média da cidade de Lisboa”, *Museu Arqueológico do Carmo – Roteiro da colecção permanente*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2002 (no prelo).

Estilo, heterogénea do ponto de vista sincrónico e abrangente numa perspectiva diacrónica. É um *Estilo* estilisticamente indefinível. Mas é também o que é possível estabelecer neste momento, com o recurso aos paralelos estilístico-formais imediatos.

2 – A REFORMA ROMÂNICA

Nos finais do século XII, na mesma altura em que D. Sancho I tentava dar novo impulso ao povoamento da região, mas em que o país vivia numa profunda crise pelo avanço almoadá, a igreja de São Pedro de Lourosa foi objecto de uma campanha remodeladora. Desconhece-se quase tudo a respeito desta reforma. Não possuímos informações acerca dos seus promotores, dos agentes envolvidos, nem tão pouco das modificações então realizadas. Até a data precisa nos escapa. Intuímos que tenha sido realizada por volta de 1189, ano constante de uma lacónica inscrição que actualmente se conserva num silhar reaproveitado como imposta no primeiro arco formeiro do lado Sul da nave central, com a face inscrita virada para a nave lateral (Fig. 70). Mas trata-se de uma aproximação evidentemente discutível, pela inexistência de dados seguros que o comprovem.

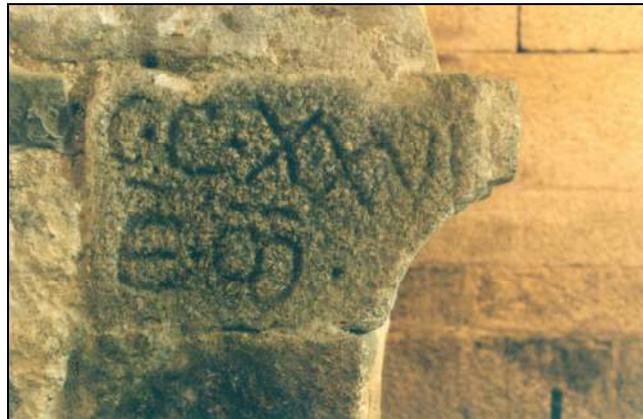


Fig. 70
 São Pedro de Lourosa. Inscrição da reforma românica do templo, reaproveitada como imposta de arco formeiro a separar as naves central e lateral Sul.

Faltam, acima de tudo, elementos materiais estilisticamente românicos, como capitéis, frisos, aduelas ou vãos de arco pleno. Das numerosas fotografias realizadas durante o restauro, é flagrante essa ausência, facto tanto mais estranho quanto pensamos hoje ter sido a campanha românica de Lourosa uma reforma de alguma amplitude e de claro impacto sobre o edifício pré-românico. Esta ausência de vestígios materiais datáveis do século XII não invalida que o edifício tenha sido objecto de reforma. Pelo contrário. Como veremos sumariamente neste ponto – e mais em detalhe ao longo do ponto 3 desta Parte III – pensamos que foram muitas as modificações então operadas, confirmando como, também nesta igreja, as

determinações litúrgicas romano-cluniacenses actuaram sobre o espaço pré-românico hispânico.

Mário Barroca, ao analisar a inscrição de 1189, equacionou uma campanha essencialmente estrutural¹³, em detrimento de aspectos artísticos estilisticamente relacionados com o panorama que então se verificava no nosso país: a dispersão das escolas românicas de Coimbra para Sul e para Norte; o arranque de um núcleo tardio em torno das bacias dos rios Ave e Sousa - conhecido, desde os trabalhos de Manuel Monteiro, como o “Românico Nacionalizado” – e o início de um Românico de resistência, cantonado nas regiões periféricas, como Trás-os-Montes e a Beira Interior, que continuou a arquitectura românica em Portugal por todo o século XIII e mesmo pelos inícios do XIV.

As indicações que possuímos – a maioria delas revestida de um carácter provisório, dadas as posteriores transformações da época moderna – apontam nesse sentido: uma intervenção preferencialmente dirigida para os aspectos litúrgico-estruturais, secundarizando-se os elementos artísticos, que, em boa verdade, a terem existido, não chegaram até nós¹⁴.

Em todo o caso, foi uma intervenção a uma escala considerável. Entre as obras então efectadas, estamos convictos da redução generalizada em altura, suprimindo-se as partes altas da nave central, da nave transversal e da cabeceira, a que será necessário acrescentar a destruição da torre sobre o cruzeiro. Internamente, adulterou-se o espaço, com a supressão da *eikonostasis* e certamente terão existido outras alterações hoje não identificáveis.

¹³ Mário BARROCA, *Op. Cit.* (1995), publ. 2000, vol. II, t.1, p.476: “a comunidade cristã devia dispor, na altura, de meios económicos bastante restritos, o que levou a que esta reforma fosse mais estrutural que estilística”.

¹⁴ José Pessanha, em momentos diferentes dos seus estudos sobre a igreja de Lourosa, refere dois elementos aparecidos aquando do restauro que, aparentemente, apontam para o período românico. Tratam-se de fragmentos de uma “depressão rectangular, cujo fundo é constituído por um enxadrezado, em que os losangos são, alternadamente, salientes e reentrantes” (José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, p.50) e de uma imposta biselada “que, tendo claramente por fim encaminhar as águas pluviais para o telhado dêsse colateral [absidiolo Norte], marca, com absoluta segurança, a altura dêle” (José PESSANHA, “A igreja de Lourosa”, *Ilustração Moderna*, nº30, Porto, ed. Marques Abreu, 1930, p.33). Das buscas que fizemos no sentido de encontrar estes fragmentos – no local e na ampla documentação fotográfica remanescente – não conseguimos identificar qualquer destes elementos. Em todo o caso, pensamos que existem fortes possibilidades de corresponderem à fase românica de Lourosa, pela gramática decorativa que exibem. Face à inexistência de melhores provas, aqui ficam estas indicações como prováveis testemunhos da modéstia decorativa que caracterizou a campanha de finais do século XII. Em todo o caso, há que tomar estes indicadores com notórias cautelas, uma vez que peças decoradas com motivos enxaquetados aparecem durante os séculos X e XI, como já referiu Manuel Luís REAL, “O românico condal em São Pedro de Rates e as transformações beneditinas do século XII”, *Boletim Cultural – Póvoa do Varzim*, vol. XXI, nº1, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal de Póvoa do Varzim, 1982, p.26.

Se o registo material não permite avançar com dados seguros sobre esta reforma, existe ainda um outro factor que contribuiu decisivamente para este estado de coisas: a negligência dos vários agentes envolvidos no restauro da década de 30 do século passado em relação à fase românica de São Pedro de Lourosa. José Pessanha, Manuel de Aguiar Barreiros e Baltazar de Castro nunca questionaram a cronologia de algumas estruturas aparecidas, em particular sob a cabeceira, que todos pensaram ter sido remodelada apenas no século XVIII, mas mantendo a planimetria original.

Apesar de Baltazar de Castro ter executado um restauro «ao românico», nenhum elemento foi considerado do século XII. Ora, sendo o processo de restauro o instrumento de maior importância para a reconstituição da igreja, não deve causar estranheza que nada conste a este respeito na abundante documentação fotográfica então produzida. Naquela altura, a fotografia documental privilegiou os elementos da estrutura do templo, precisamente aqueles sobre os quais pensamos que o Românico actuou. Mas os levantamentos fotográficos então realizados são constantemente omissos em relação aos alicerces. De resto, quando nos finais do século XII se deu a reforma do edifício, os mesmos silhares da construção pré-românica foram reaproveitados, o que dificulta hoje a tentativa de diferenciar partes atribuíveis a um período e a outro. Por estes motivos, o Românico não aparece. E, ao que tudo indica, os elementos que flagrantemente significariam a ruptura para com o Pré-românico – capitéis, janelas de arco de volta perfeita, modilhões figurativos e vegetalistas... - não foram contemplados na reforma do século XII.

No período gótico, provavelmente no século XIII ou já na centúria seguinte, deu-se nova campanha construtiva, que parece ter sido um mero acrescento ao já edificado, ou uma reforma estética de algum espaço em particular. Desse momento, conserva-se um capitel no actual *narthex* (Figs. 71 e 73) e há indicação de se ter encontrado um outro aquando do restauro do edifício¹⁵ (Fig. 72?), mas que não chegou até hoje preservado no local. Perante os dados de que dispomos, não é possível indicar o/s espaços/s sobre os quais actuou a campanha gótica. Manuel de Aguiar Barreiros sugeriu que, durante o século XIII, as intervenções efectuadas teriam sido pouco mais que pontuais, “não muito de molde, certamente, a desvirtuar-lhe [ao templo] o arranjo da traça primitiva”¹⁶. Mas Barreiros referia-se à campanha românica, datada pela

¹⁵ Cfr. Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.24. Também António Borges COELHO, *Comunas ou Concelhos*, 2ªed., Lisboa, Caminho, 1986, p.91.

¹⁶ IDEM, *Ibidem*, 1934, p.38.

inscrição de 1226 (1188 da Era Hispânica) e não à gótica. Pelos escassos vestígios identificados, pensamos que se terá tratado de um acrescento, provavelmente uma capela privada ou uma dependência secundária de cariz utilitário.

Neste complexo panorama, vejamos então o que é possível dizer sobre a fase românica de Lourosa.



Fig. 71
São Pedro de Lourosa. Capitel gótico identificado aquando do restauro, publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934. Fot. Marques Abreu



Fig. 72
São Pedro de Lourosa. Segundo capitel gótico (ou uma diferente perspectiva do capitel anterior), publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934. Fot. Marques Abreu



Fig. 73
São Pedro de Lourosa. Capitel gótico actualmente conservado no *narthex* da igreja, vendo-se já o desgaste de uma das faces em relação à fotografia publicada em 1934 (Fig.71)

2.1. – UM NOVO TEMPLO PARA UMA NOVA LITURGIA: AS ALTERAÇÕES AO EDIFÍCIO PRÉ-ROMÂNICO

Como expressámos no início deste capítulo, pensamos que o projecto românico da igreja de São Pedro de Lourosa definiu uma campanha interventiva essencialmente estrutural. É provável que os construtores de finais do século XII tenham encontrado a igreja em adiantado estado de degradação. O facto de, aparentemente, Lourosa não ter feito parte do primeiro grande impulso ordenador do território, verificado na passagem do Condado Portucalense para o Reino de Portugal,

permite equacionar esta hipótese, ainda que não existam quaisquer dados seguros que a indiquem.

São quatro os pontos essenciais onde pensamos que a reforma do século XII incidiu: a fachada principal – e toda a parte ocidental do templo -; a arquitectura em altura; a cabeceira e o espaço interno. Ao longo dos próximos parágrafos, analisaremos os principais argumentos em que baseamos estas afirmações. No entanto, algumas das alterações enunciadas serão melhor explicadas ao longo do capítulo seguinte, onde passaremos em revista os espaços do edifício pré-românico.

Começamos pela fachada principal. Quando foi descoberta para a História da Arte, a igreja de São Pedro de Lourosa ostentava um corpo muito longo, com uma nave central de seis tramos e duas naves laterais com metade do comprimento da central. Estas desenvolviam-se, sensivelmente, do meio do corpo do templo para Oriente, sendo o seu prolongamento, para Ocidente, ocupado por uma capela privada da época moderna, a Sul, e a escadaria de acesso ao campanário, a Norte, este último adossado à fachada principal.

Esta estranha organização de estruturas e de espaços causou a Joaquim de Vasconcelos impressões contraditórias. Num primeiro momento concluiu que toda a parte ocidental do templo havia sido transferida para o local onde se encontrava antes do restauro, duplicando-se, assim, o espaço da nave central e ocupando-se o prolongamento das naves laterais com outras dependências¹⁷. Posteriormente, ao analisar com maior detalhe a parede onde se inscrevia a entrada principal, pensou que as naves tinham tido originalmente seis tramos, plano inicial que entretanto se perdera fruto das muitas reformas da época moderna¹⁸.

Perante estas impressões díspares, coube a José Pessanha a afirmação de que a fachada principal do templo, tal como se encontrava nas primeiras décadas do século XX, não podia corresponder ao plano original. Em determinado momento da história do edifício havia-se refeito esta parte alguns metros mais a Ocidente, com os antigos elementos pré-românicos, nomeadamente o arco em ferradura da entrada, o ajimez e a

¹⁷ Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a arquitectura românica em Portugal IV. Presbyterio de Lourosa”, *Arte*, nº82, Porto, ed. Marques Abreu, Out. 1911, p.80: É possível que no século XII já tenham aumentado o corpo do edifício “ficando portanto apenas um nucleo central, primitivo, nas arcarias citadas”.

¹⁸ IDEM, “Ensaio sobre a arquitectura românica em Portugal VI. Presbyterio de Lourosa”, *Arte*, nº87, Porto, ed. Marques Abreu, Março de 1912, p.27: arco da entrada principal atesta a porta “visigothica, primitiva”, por definir um arco em ferradura. Por isso Vasconcelos está “disposto a renunciar á ideia expendida em anteriores artigos de que o templo foi augmentado no seu comprimento primitivo”.

inscrição que data a construção de 912¹⁹. Atribuiu, então, essa alteração à reforma de finais do século XII, uma opinião que tem, ainda hoje, pleno cabimento perante os dados que possuímos²⁰.

Um dos indícios que aponta para que esta alteração se tenha dado no século XII é a posição que o campanário ocupava antes de se iniciar o restauro (Fig. 74). Pela sua feição, trata-se de uma obra datável do período românico tardio, com arcos sineiros a já quebrados e aparelho isódomo de boa qualidade. Nos inícios do século XX encontrava-se adossado à fachada principal, ocupando parte do alçado correspondente à nave central e o espaço do prolongamento para Ocidente da nave Norte.



Fig. 74
São Pedro de Lourosa. Aspecto da fachada principal antes do restauro, com o campanário dos séculos XII-XIII adossado. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934. Fot. Marques Abreu

É conhecida a solução românica de adossar torres-campanário às fachadas principais das igrejas, uma opção que conta com muitos exemplos no nosso país e que se testemunha até numa perspectiva diacrónica ao longo de toda a Idade Média, como o provam algumas torres-campanário manuelinas. Por outro lado, as torres-campanário pré-românicas raramente se adossaram às fachadas principais das igrejas, sendo mais fortes os indícios que apontam para estruturas independentes²¹, ou

¹⁹ José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, pp.57-60: “Vasconcelos tinha razão quando considerava extensão máxima da igreja de Lourosa a das naves laterais”.

²⁰ Apenas António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Inventário Artístico Portugal*, vol. IV (Distrito de Coimbra), Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952, republ. *Estudos de Arte Medieval*, Coimbra, EPARTUR, 1980, pp.50-51, considera que a remodelação da fachada principal teve lugar no século XVII e não logo nos finais do século XII.

²¹ Jesús CANTERA MONTENEGRO, “Las torres campanario del prerrománico español”, *Anuario de Estudios Medievales*, nº16, Barcelona, CSIC, 1986, p.50, acredita que a grande maioria das torres campanários asturianas estariam adossadas às igrejas, “a los pies del edificio y a un lado de la fachada”. Mas desse período apenas se conserva a torre da igreja de Santa Maria de Bendones, que é afastada do templo. Do século X, Cantera Montenegro cita alguns exemplos, mas todos na Catalunha ou nos limites orientais dos Pirinéus, áreas artísticas onde a contaminação carolíngia foi bastantee mais efectiva. O único exemplo mais conotado com a monarquia leonesa que cita é a torre de San Millán de Segovia, estrutura localizada junto ao cruzeiro. Por outro lado, o panorama de torres pré-românicas

integradas em outras partes dos edifícios, como o cruzeiro, os extremos das naves transversais ou mesmo a câmara supra-absidal.

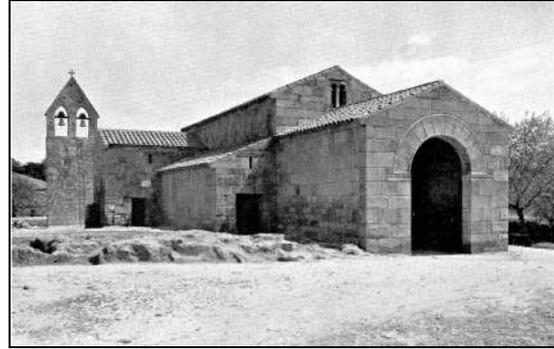


Fig. 76
São Pedro de Lourosa. Localização do campanário depois do restauro. Arquivo DGEMN

Fig. 75
São Pedro de Lourosa. Outra perspectiva da fachada principal antes de iniciado o restauro, publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934. Fot. Marques Abreu

Ora a localização de uma torre-campanário no extremo Noroeste da igreja de Lourosa, adossada à fachada principal, atesta a cronologia românica tardia da sua construção. Uma sugestão que é ainda reforçada pela feição maciça da sua estrutura e pelo tipo de aparelho e de solução dos vãos sineiros. Perante estes dados, a hipótese mais provável acerca do prolongamento para Ocidente da nave central aponta para a reforma românica, altura em que se terá alargado o espaço do corpo da igreja para seis tramos. Com este prolongamento, reconstruiu-se parcialmente a fachada principal pré-românica uns metros mais a Ocidente, integrando-se o arco principal, o ajimez e a inscrição de 912. Ao invés de elementos criados de raiz, designadamente um novo arco de entrada, de volta perfeita com arquivoltas assentes em capitéis e em colunas adossadas, a reforma românica readaptou a antiga composição original a uma nova fachada, provando-se, também por esta via, o carácter preferencialmente estrutural desta campanha.

Mas a existência do campanário a Norte da fachada principal é ainda importante para explicar parte do problema que se relaciona com a necrópole anexa

remanescentes é tão escasso, que a posição mais consensualmente aceite hoje em dia aponta para uma minoria de igrejas que possuíam este tipo de estruturas associadas (integradas ou independentes do

ao templo. A sua construção destruiu parcialmente este conjunto²², um facto que prova como as sepulturas escavadas na rocha a Noroeste da igreja não possuíam já qualquer função ou simbolismo relevantes para os construtores românicos e para a população de Lourosa. Na viragem para o século XIII, ou mais plausivelmente no século XIV, foi no interior do templo que os habitantes de Lourosa se fizeram sepultar – mais concretamente na sua nave central, diante do cruzeiro –, ficando aquela necrópole ao ar livre como um testemunho do passado, mas sem qualquer aplicabilidade funcional para a comunidade.

A maior mudança que a campanha românica trouxe ao edifício foi a supressão de alguns elementos em altura. No momento de encerrar a nossa dissertação de mestrado, não temos dúvidas em afirmar que, nos finais do século XII, prescindiu-se da arquitectura em altura pré-românica original, ao nível do cruzeiro, certamente, e, muito possivelmente, na cabeceira, nos extremos da nave transversal e no *narthex*.

O primeiro autor que perspectivou uma campanha românica deste género foi António Nogueira Gonçalves. A descrição que então efectuou do topo Norte da nave transversal, que não fôra objecto de um restauro tão definitivo, revela bem este entendimento: ao nível da porta, identifica-se muito material romano reaproveitado, mas na parte alta existem já modilhões românicos e todo este sector deve ser atribuído à segunda metade do século XII²³.

Nogueira Gonçalves perspectivou uma campanha românica tão radical quanto o restauro do século XX. Sendo o primeiro autor a sugerir a existência de uma torre sobre o cruzeiro no plano original, equacionou a sua supressão aquando da reforma românica, assim como a adulteração dos alçados das naves acima das arcadas divisórias do interior²⁴.

As críticas ao restauro em altura não eram novas. Logo em 1934, no momento em que se encerrava a acção da DGEMN no monumento, Manuel de Aguiar Barreiros havia chamado a atenção para muitos “descuidos” quanto à altura de alguns espaços,

edifício principal) (Cfr. Javier RIVERA BLANCO, “La encrucijada de caminos”, *Encrucijadas – Las edades del hombre*, Astorga, Fundación Las Edades del Hombre, 2000, p.63).

²² Cfr. *Op. Cit.*, nº55, 1949, p.12.

²³ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.45. A descrição é relativa ao alçado Oeste do topo Norte do transepto: “Nas fotografias das obras vê-se ao lado e acima da porta um sarcófago usado como material de construção, e mais para dentro e mais alto, no empilhamento mais regular (do séc. XII?) alguns modilhões”.

²⁴ IDÉM, *Ibidem*, republ. 1980, pp.45, 47 e 50. IDÉM, “A arte medieval em Coimbra séc. X – séc. XV. Aspectos gerais”, *Inventário artístico de Portugal*, vol. IV (Distrito de Coimbra), Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952, republ. 1980, p.58: “A parte alta da nave, acima dos arcos, pertence já ao século XII”.

designadamente em relação ao *narthex* e à altura das naves laterais (Cfr. nota 1 desta parte III). Mas as palavras de Nogueira Gonçalves surgiam num outro tempo. Ainda que se tenha empenhado em provar a primazia de Vergílio Correia na *descoberta* da igreja, e por esta via ter sido parte do complexo historiográfico anterior, este autor possuía uma perspectiva inteiramente diferente do momento histórico-artístico em que o templo de Lourosa foi erguido. Alguns dos mais importantes impasses que hoje enfrentamos no estudo deste monumento recuam precisamente ao seu texto de 1952, como a possível existência de uma torre-cruzeiro ou a planta original da cabeceira.

A questão da torre cruzeira assume um papel fundamental, pelas referências posteriores de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e de Manuel Luís Real, com a proposta de reconstituição para o friso que a deveria decorar elaborada por este último autor. No ponto 3.2.1. desta Parte III procuraremos demonstrar a sua existência segura. Por agora, importa deixar claro que a campanha românica actuou sobre os espaços em altura. A supressão da torre-cruzeiro parece ser a face mais visível desta reforma, mas outros espaços foram também objecto de reformulação. Mantemos em aberto a diminuição de altura da nave central, dos braços da nave transversal e da cabeceira. Quanto ao *narthex*, o prolongamento da nave central para Ocidente afectou também as suas iniciais proporções em altura.



Fig. 77
São Pedro de Lourosa.
 Prolongamento do corpo ocidental do templo original, publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934. Fot. Marques Abreu

Um último aspecto que se relaciona com a fisionomia exterior do edifício é a planta da sua cabeceira. É nossa convicção que a estrutura tripartida escalonada, adoptada aquando do restauro, não corresponde ao impulso construtivo original, em especial a extrema saliência da capela-mor em relação às capelas laterais. No ponto

3.1.4. teremos ocasião de deixar os nossos argumentos a respeito da configuração da primitiva cabeceira. Neste momento, importa esclarecer que quando os construtores de finais do século XII chegaram à localidade, encontraram uma igreja com cabeceira tripartida, com capelas praticamente idênticas e sobre uma mesma parede fundeira a Oriente. O prolongamento da capela-mor apresentava-se, assim, como uma solução absolutamente necessária, não apenas de um ponto de vista funcional – pela conquista de espaço em torno do altar -, mas também numa perspectiva simbólico-litúrgica, pela maior relevância que a liturgia romana-cluniacense consagrou à capela-mor, no fundo, o espaço para onde convergiam todas as atenções durante as cerimónias e fora delas.

Para iluminar lateralmente a capela-mor, houve que prolongar as suas paredes Norte e Sul para Oriente, uma vez que, no seu estado original, qualquer janela que se abrisse lateralmente daria para as capelas laterais. Assim se fez e quando os *descobridores* do templo a encontraram, há um século atrás, lá estavam as duas janelas laterais, abertas precisamente onde os primitivos alicerces orientais destas capelas. Eram já janelões rectos dispostos verticalmente, de feição barroca, mas colocamos ainda a hipótese de que tal solução possa recuar ao Românico.

O prolongamento da capela-mor para Este confere à campanha do século XII da igreja de Lourosa um estatuto ímpar na arte românica portuguesa. Até ao momento, as poucas igrejas românicas erguidas em território nacional com cabeceira tripartida escalonada possuem capela-mor e absidiolos circulares (exteriormente ou interiormente, ou em ambos os casos). Assim acontece em São Pedro de Rates, nas Sés de Coimbra e de Lisboa, em Pombeiro, em Ganfei, em Castro de Avelãs e em Paço de Sousa²⁵, a que devemos juntar ainda outras igrejas que não chegaram íntegras até nós²⁶. Em Lourosa aplicou-se uma cabeceira escalonada mas com capela-mor e absidiolos rectos.

Esta opção é tanto mais estranha quanto sabemos tratar-se de uma tipologia que teve particular sucesso no ciclo cisterciense²⁷, para cronologias mais ou menos

²⁵ Cfr. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, “Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – série História*, Porto, Universidade do Porto, 1972, p.43.

²⁶ Manuel Luís REAL, “A organização do espaço arquitectónico entre beneditinos e agostinhos, no séc. XII”, *Arqueologia*, nº6, Porto, 1982, pp.119-123, enumera o elenco de templos inseridos nesta tipologia. Deve-se a este autor a sistematização de um tipo específico de arquitectura patrocinada pelos beneditinos no Portugal do século XII. As suas conclusões levaram à identificação de uma igreja-tipo organizada em três naves de três tramos e transepto, e cabeceira tripartida escalonada.

²⁷ Cfr. Manuel Luís REAL, “A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média”, *Arte de Cister em Portugal e na Galiza*, catálogo de exposição, s.l., Fundação Calouste Gulbenkian / Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1999, p.95.

contemporâneas da reforma românica de Lourosa, como o Mosteiro de São João de Tarouca. Mas mesmo tendo em conta que o plano-tipo cisterciense integrou parcialmente o beneditino, como explicar que em São Pedro de Lourosa se tenha adoptado uma cabeceira tão pouco ortodoxa para o panorama do Românico no restante território nacional?

A resposta, em nossa opinião, deve-se à matiz essencialmente estrutural da campanha românica de São Pedro de Lourosa. Perante a necessidade de se prolongar para Oriente a capela-mor, nada mais simples que levantar uma parede fundeira idêntica uns metros mais adiante. Esta solução estaria, assim, em sintonia com os modestos recursos à disposição dos reformadores do século XII, ao mesmo tempo que se reforça a vertente essencialmente prática e estrutural da intervenção, realizada num terreno distante dos principais centros de arte românica e onde os testemunhos desse capítulo da arte ocidental são extremamente precários.

Esta explicação, contudo, reveste-se de um carácter provisório. Faltam elementos arqueológicos que datem, com rigor, os alicerces da parede fundeira identificada por Baltazar de Castro. E faltam paralelos que impeçam que a igreja de Lourosa passe a ser a primeira, e única, igreja românica portuguesa de cabeceira tripartida escalonada de capela-mor e absidiolos rectos fora do ciclo construtivo cisterciense.

A este respeito, será sempre mais provável equacionar uma campanha românica da cabeceira diferente da que aqui propomos, sendo os alicerces que suportam a actual parede fundeira da capela-mor fruto da obra barroca de que a igreja foi objecto, como teremos ocasião de tentar demonstrar mais adiante.

Uma alteração semelhante deu-se na igreja asturiana de Santiago de Gobiendes, construída no reinado de Afonso III. Aqui, a primitiva cabeceira tripartida sobre uma mesma parede fundeira foi ampliada nos séculos XVII ou XVIII²⁸ (Fig. 78), dando-lhe o aspecto escalonado que podemos observar também em Lourosa. Mas o caso de Gobiendes, se por um lado é um forte indicador para que reconheçamos no plano original de Lourosa uma cabeceira tripartida não escalonada, por outro não permite extrair qualquer conclusão em matéria cronológica. A este respeito, os dois templos seguiram processos históricos diferentes e as alterações que sofreram foram

²⁸ Cfr. Lorenzo ARIAS PÁRAMO, *Prerrománico asturiano. El arte de la monarquía asturiana*, Gijón, TREA, 1993, p.270.

determinadas por múltiplas circunstâncias, sem o mínimo ponto de contacto entre ambos.

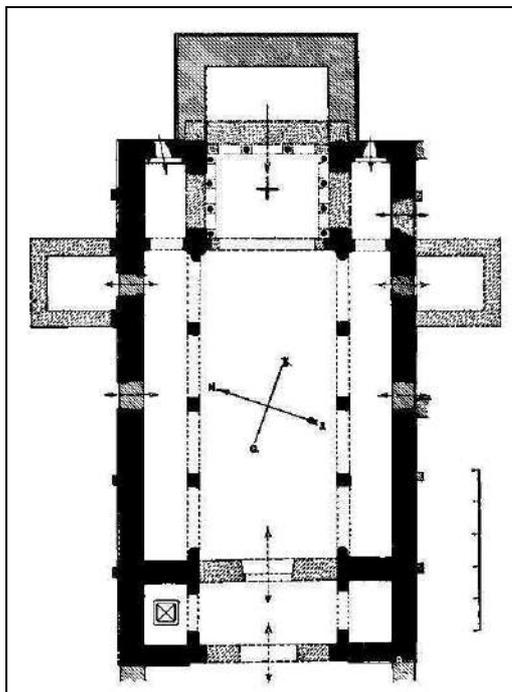


Fig. 78
Santiago de Gobiendes. Planta do templo reconstituindo a parede fundeira original da capela-mor e a que foi refeita na época barroca, segundo Joaquín Manzanares, publ. Victor Nieto Alcaide, 1989

Numa apreciação geral do que terá sido esta reforma românica aplicada ao exterior do edifício, podemos dizer que, nos finais do século XII, a igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa foi normalizada do ponto de vista arquitectónico. Suprimiram-se os elementos em altura considerados desnecessários e que conferiam menor solidez às paredes. Conquistou-se espaço a Ocidente e, presumivelmente, também a Oriente, para que o templo respondesse convenientemente às exigências do “novo tempo” da Igreja peninsular e às necessidades da própria comunidade de Lourosa. Foi uma reforma de cunho essencialmente prático, característica que se encontra na base da matriz estrutural e muito pouco decorativa desta campanha. Mas foi também uma reforma de grande alcance litúrgico, como veremos agora.

A normalização arquitectónica da igreja de São Pedro de Lourosa foi acompanhada por uma normalização litúrgica dos espaços. Ao longo desta dissertação temo-nos referido às questões de liturgia como fundamentais para a compreensão da natureza *pré-românica* e *hispânica* da arquitectura religiosa cristã dos séculos X e XI realizada em solo peninsular. Voltamos aqui a fazer esta distinção, pelo impacto que o Românico teve no templo pré-românico de São Pedro de Lourosa.

Segundo José Pessanha, a inscrição de 1189 foi identificada por Joaquim de Vasconcelos estando associada a um altar, segundo uma tradição recolhida no local²⁹. Referências posteriores não confirmaram esta indicação e, o facto de o seu suporte pétreo estar hoje reaproveitado como saimel de um arco da nave lateral Sul, certamente relegou para um plano de mero indicador cronológico esta inscrição. Mas a confirmarem-se as palavras de Pessanha, este elemento tem um valor bastante mais importante, indicando, com grande probabilidade, que se trata de uma data comemorativa de sacração de um altar da igreja.

Com base naquela tradição recolhida por Joaquim de Vasconcelos, nos finais do século XII havia-se sagrado um altar junto à parede fundeira da nave lateral Sul. Ora, mantemos muitas dúvidas sobre esta explicação, que contraria claramente a axialidade procurada pelo espaço religioso românico. A ser verdadeira a associação desta inscrição a um altar, pensamos que deverá corresponder ao altar-mor românico, no fundo, a razão e o objectivo de toda a campanha reformadora desta altura.

Esta explicação, contudo, acarreta outros problemas de difícil resolução. A ter correspondido ao altar-mor, como explicar que tenha aparecido como saimel de um arco da nave lateral? Não temos resposta para esta pergunta, mas o facto de a inscrição parecer estar truncada, como referiu António Nogueira Gonçalves³⁰, pode ser um indicador de posterior reaproveitamento.

Mas a reforma românica do interior de São Pedro de Lourosa foi bastante mais que a (possível) sacração de um novo altar. Ela implicou a radical adulteração da anterior organização pré-românica. Já nos referimos ao prolongamento da nave central para Ocidente e da capela-mor para Oriente, esta última com algumas reservas. Pelo meio, extinguiu-se a primitiva hierarquização espacial, tão claramente definida pelas naves do corpo, nave transversal e cabeceira. O facto mais notório desta reforma do interior deu-se na passagem da nave central para o cruzeiro – que se poderia alargar à passagem das naves laterais para os braços da nave transversal -, onde se

²⁹ José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, p.50: “Segundo tradição recolhida pelo sr. J. de Vasconcelos, esta data, 1226, que representa, como se sabe, o ano de 1188 da nossa era, refere-se a um altar que estava encostado ao lugar onde se acha gravada”.

³⁰ Esta é uma hipótese que deve ser encarada com claras reservas, como se depreende das palavras deste autor. António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.38: “«C.C.XXVI / E M» (que poderia ter tido um ou dois traços a mais, como a fractura sugere a dúvida (...)). Mário BARROCA, *Op. Cit.*, 1995, republ. 2000, vol. II, t.1, pp.475-476, pensa que a inscrição encontra-se no local original, sendo mesmo a sequência invertida das suas regras uma “curiosa adaptação ao espaço disponível e à forma de secção lateral da imposta”. No entanto, refere também que a inscrição “tinha pelo menos mais um I, hoje parcialmente destruído por fractura”.

suprimiu a *eikonostasis*³¹, elemento litúrgico claramente dissonante para a nova ordem.

No Concílio de Burgos, celebrado em 1080, o reino de León rejeitou a antiga liturgia hispânica e abraçou as determinações litúrgicas defendidas pela Roma papal e pela Ordem de Cluny. As consequências ao nível da arquitectura e da arte em geral não tardaram em fazer-se sentir. No primeiro capítulo desta dissertação referimo-nos à arte românica como uma arte profundamente anti-pré-românica no espaço peninsular. E José Mattoso realçou já os principais pontos de reformulação então definidos, “fazendo abandonar a compartimentação dos espaços, abrindo a iconóstase, elevando o altar e dando-lhe maiores dimensões, criando espaços para a circulação das procissões. O ambiente misterioso da celebração dá, portanto, lugar a uma participação dos fiéis no ritual, embora de uma maneira passiva”³².

Foi o que aconteceu na igreja de São Pedro de Lourosa. O eixo fundamental de religiosidade, definido de Ocidente para Oriente, deixou de ter qualquer elemento divisor. Paralelamente, alargaram-se os espaços, em especial o da nave central, que passou a ter o dobro do comprimento original. Na capela-mor, ampliou-se o espaço disponível, conferindo a este compartimento a monumentalidade interior que não havia sido contemplada no projecto original. E outros espaços pré-românicos foram simplesmente suprimidos ou integrados na nova construção, como o *narthex*, local de importância fundamental para a sociedade pré-românica, que deixou de fazer sentido no século XII com essas mesmas funções.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, referindo-se ao panorama artístico do entre-Douro-e-Minho, sustentou que o Românico fez ao Pré-românico o que o Barroco depois fez a esse Românico. A substituição das igrejas pré-românicas, em toda a Península a partir do Concílio de Burgos, e mesmo um pouco antes, deu-se num contexto de renovação dos costumes litúrgicos. No nosso país, possuímos o caso exemplar de D. Pedro, bispo de Braga. Mas o monumento onde estas transformações se encontram melhor estudadas é São Pedro de Rates. Aqui, a construção de finais do

³¹ São vários os autores que atribuem a supressão da *eikonostasis* à época românica: Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.143; José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.488; Mário BARROCA, *Op. Cit.*, vol. II, t.1, 2000, p.476; Paulo PEREIRA, *2000 anos de arte em Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, p.123.

³² José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p.554.

século XI, patrocinada pelos condes portucalenses, foi substituída por outra, já no século XII, facto que Manuel Luís Real atribuiu a “questões litúrgicas”³³.

³³ Cfr. Manuel Luís REAL, “O românico condal em São Pedro de Rates...”, *Op. Cit.*, vol. XXI, nº1, 1982, pp.15 e 38.

3 – O ESPAÇO E A ARQUITECTURA

Ao longo de praticamente um século de historiografia dedicada à igreja de São Pedro de Lourosa, tem sido quase exclusivo o recurso à planta de San Pedro de la Nave – monumento catalogado de época visigótica, mas que deve antes corresponder ao século X – para explicar as suas soluções planimétricas³⁴. A desconstrução desta teoria, como julgamos poder aqui afirmar, determina a análise que agora passaremos a fazer acerca dos espaços e das arquitecturas da igreja de Lourosa. Ao rejeitarmos uma cabeceira tripartida escalonada de ângulos rectos, demos o primeiro passo para desmistificar essa filiação exclusiva.

A subordinação do templo de Lourosa a San Pedro de la Nave arrastou o monumento «português» para um restauro duvidoso, o qual já António Nogueira Gonçalves lamentava em 1952³⁵. Mas ela justifica-se – pelo menos parcialmente – num outro contexto cronológico; isto é, se considerarmos a igreja de la Nave como produto do século X e não do século VII. Alguns dos elementos que aparecem em Lourosa repetem-se em la Nave, ou vice-versa. No entanto, não são decisivos para que exista essa subordinação planimétrica da igreja «portuguesa», apontando antes para uma mesma corrente artística que actuou sobre os dois edifícios. De resto, como veremos mais adiante, a influência primordial para o plano de São Pedro de Lourosa encontra-se a Norte, mais propriamente nas Astúrias.

Um dos elementos que melhor singulariza a igreja de Lourosa é a existência de portas de lintel recto com arco de descarga. Antes do restauro, este tipo de vãos havia sido utilizado nas portas dos braços da nave transversal, respectivamente a Sul e a Norte. Pelo impacto que esta solução teve nos restauradores do templo, acabou por aplicar-se também esta tipologia à entrada principal da igreja, definindo-se então um tímpano reentrante entre o lintel e o arco de descarga, onde hoje se observa a inscrição que data o monumento de 912.

³⁴ Cfr. ponto 2.2. da Parte II.

³⁵ Referindo-se ao restauro da cabeceira, António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.43, conclui que a solução adoptada para esta parte do edifício foi “pensada sobre a de certa igreja peninsular” – só podendo estar a referir-se a la Nave -.

Esta é uma opção (ainda considerada como) pouco frequente na arquitectura pré-românica, mas que encontra interessantes paralelos em diversos edifícios do século X. Com efeito, é possível identificar, até ao momento, cinco ou seis monumentos essenciais onde esta solução foi sistematicamente utilizada. O dado mais interessante é que três deles encontram-se em território hoje português e num raio geográfico próximo: São Pedro de Lourosa (Fig. 79); a controversa mesquita de Idanha-a-Velha³⁶ e a pequena igreja de São Gião da Nazaré. O quarto monumento é a igreja de Santa Maria de Melque (Toledo) (Fig. 80), templo moçárabe construído também no mesmo paralelo regional que os monumentos «portugueses». Um quinto é Santiago de Peñalba, onde um grande arco de descarga se desenvolve sobre o alfiz da entrada principal.



Fig. 79
São Pedro de Lourosa. Alçado
Norte do braço da nave
transversal



Fig. 80
Santa Maria de Melque. Vista geral do
conjunto, com porta de lintel recto e arco
de descarga, publ. José Fernández Arenas,
1978

O número de exemplos onde esta solução aparece não se restringe, apenas, a estes casos. Carlos Alberto Ferreira de Almeida apontou como analogia a porta

³⁶ Neste edifício não está ainda assegurada a existência deste tipo de portas. Em outro local já nos referimos a esta hipótese, aceitando-a como perspectiva de estudo viável, dada a manutenção de lintéis rectos sobre algumas portas. (Cfr. Paulo Almeida FERNANDES, *A Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha*, Lisboa, Centro de Estudos em Teologia / Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2001, p.66).

principal de San Ginés (San Xes) de Francelos (Galiza)³⁷. E nas escavações efectuadas por Manuel Luís Real no Convento da Costa de Guimarães identificaram-se algumas aduelas aparentadas com outras de Lourosa, que podem indiciar uma solução deste tipo³⁸. Arcos semelhantes aparecem também em San Millán de la Cogolla, mas tal deve corresponder já à fase patrocinada por Sancho, *el Mayor*, na primeira metade do século XI³⁹. E podem considerar-se ainda outros casos, como Santa Lucía de el Trampal (Cáceres) e os distantes monumentos do pré-românico aragonês de Serrablo⁴⁰.

A existência de porta de lintel com arco de desgarca de volta perfeita, como característica fundamental de construção, testemunha-se, em nosso entender, apenas nos cinco monumentos citados. Mas podemos apontar um sexto exemplo: precisamente San Pedro de la Nave (!)

A existência de portas adinteladas com arco de descarga tem sido uma característica longamente entendida de forma que consideramos incorrecta. Manoel Gómez Moreno referiu-se-lhe como uma “derivación de la tendencia al monolitismo propia de este periodo”⁴¹. E António Nogueira Gonçalves considerou esta solução como um reflexo do carácter excessivamente rural e de pouca qualidade do templo. Ficaram célebres as suas opiniões acerca das portas dos extremos da nave transversal de Lourosa como uma solução que revelava o “mau tipo de construção local que ainda hoje se vê nas construções utilitárias de mais baixo nível”⁴². Este juízo crítico foi

³⁷ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.144. Francelos é uma das mais importantes igrejas pré-românicas hispânicas da Galiza. Depois de décadas de catalogação marginal e, até, rural, Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *História da Arquitectura galega – Arquitectura prerromânica*, s.l., COAG, 1978, p.171, conclui que “a xuzgar pola calidade dalgúns dos seus elementos, [a construção da igreja] non debéu ser de segunda orde, se o comparamos con outros templos de Galicia”. A gelosia que ornamenta a fachada principal é bem o testemunho dessa qualidade construtiva.

³⁸ Manuel Luís REAL, “O Convento da Costa (Guimarães). Notícia e interpretação de alguns elementos arquitectónicos recentemente aparecidos”, *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, 1981, pp.464, nota 7, e 466. Neste conjunto, foi ainda identificado um arco de descargo em forma de mitra (Manuel Luís REAL, “Santa Marinha da Costa: notícia histórica”, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº130 (Pousada de Santa Marinha da Costa), Lisboa, MOP, 1985, p.19).

³⁹ Cfr. Isidro BANGO TORVISO, *Alta Edad Media. De la tradición hispanogoda al Románico*, Madrid, Sílex, 1994, pp.89 e 92.

⁴⁰ Luis CABALLERO ZOREDA, “Pervivencia de elementos visigodos en la transición al mundo medieval. Planteamiento del tema”, *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, (Oviedo, 1989), Oviedo, Universidad de Oviedo, 1989, p.120.

⁴¹ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.104.

⁴² António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.45. E mais adiante, pp.51-52.

repetido por este autor em várias ocasiões ao longo da sua vida⁴³ e deu origem a um dos dogmas historiográficos mais perigosos na avaliação histórico-artística do templo de Lourosa: o seu pretensão ruralismo, como já nos referimos na introdução a esta tese.

Mas a existência de portas adinteladas com arco de descarga não pode ser caracterizada desta forma. Acima de tudo, ela é um dos mais interessantes testemunhos de como São Pedro de Lourosa fez parte de uma corrente específica da arquitectura peninsular do século X e que tem na adopção de elementos classicizantes o seu denominador comum⁴⁴.

Trata-se de uma solução que encontramos longinquamente no Templo da Roca em Jerusalém e em basílicas cristãs tardo-antigas da Síria, como na de Santa Cruz, em Resafa. Posteriormente, este elemento passou à arquitectura peninsular por via do Mediterrâneo islamizado, como tantos outros elementos construtivos. Na Península, ela aparece com grande destaque na Mesquita de Córdoba, como referiu Carlos Alberto Ferreira de Almeida⁴⁵, em particular na Porta de San Esteban, cujo tímpano é reentrante.

Durante a época visigótica, estamos em crer que se tratou de uma opção pouco frequente, ou mesmo inexistente. Não obstante as palavras de Luis Caballero Zoreda terem apontado para uma continuidade pré-românica a partir de testemunhos dos séculos V a VII, pensamos que os exemplos que o autor cita devem corresponder já aos séculos IX e X⁴⁶. Na arte asturiana, este tipo de solução tem também alguns testemunhos importantes, desde logo em San Julián de los Prados, aplicada a janelas e

⁴³ IDEM, “A arte medieval em Coimbra. Séc. X – Séc. XV” *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.58: “A única igreja (...) da primeira reconquista existente no centro do país é dum nível artístico baixo, com aproveitamento excessivo de cantarias clássicas e sem método construtivo; arte de ocupação ainda precária do território e não de desenvolvimento normal”. Antes disso já Aarão de LACERDA, *História da Arte em Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1942, p.158, havia declarado como arcaísmos o rude reaproveitamento de materiais romanos na igreja de Lourosa.

⁴⁴ Referindo-se precisamente a este tipo de portas, Fernando A. MARÍN VALDÉS e Juana GIL LÓPEZ, *San Julián de los Prados o el discurso de las dos ciudades*, Oviedo, Principado de Astúrias, 1989, p.32, reconheceram os seus antecedentes clássicos, dando como exemplo a fachada principal da basílica tardo-romana de Santa Eulália de Bóveda, na Província galega de Lugo.

⁴⁵ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.144. Também Cláudio TORRES e Santiago MACIAS, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p.64.

⁴⁶ Luis CABALLERO ZOREDA, “Pervivencia de elementos visigodos...”, *Op. Cit.*, 1989, p.120. Caballero aponta como exemplos visigóticos de arcos de descarga sobre lintel recto as igrejas de El Trampal, Melque, La Nave e São Gião da Nazaré. Não cabe, nesta dissertação, o estudo monográfico de cada uma delas, mas ao longo deste trabalho temo-nos referido a estes monumentos como *pré-românicos* e não como *de época visigótica*. Por outro lado, este texto de Caballero foi redigido numa fase de clara transição historiográfica do próprio autor, concluindo em sentidos que hoje já não partilha, como a datação visigótica dos templos Trampal e de Melque, este último após as conclusões de Sally Garden expressas em 1992 (Cfr. Luis CABALLERO ZOREDA, “Un canal de transmisión a lo clásico

a vãos decorados das naves laterais⁴⁷ (Fig. 81). No palácio de Naranco, concluído nos finais da década de 40 do século IX, a sua utilização está também comprovada, figurando em alguns vãos com passagem inferior, com a particularidade de não se encontrarem ao nível das impostas, conferindo aos arcos um ar peraltado. Ao longo de todo o século IX, este tipo de solução aparece nas Astúrias, na Câmara Santa de Oviedo, em Bendones⁴⁸ (Fig. 82), em San Pedro de Nora⁴⁹..., mas nunca com o sucesso que terá no grupo de construções do século X.

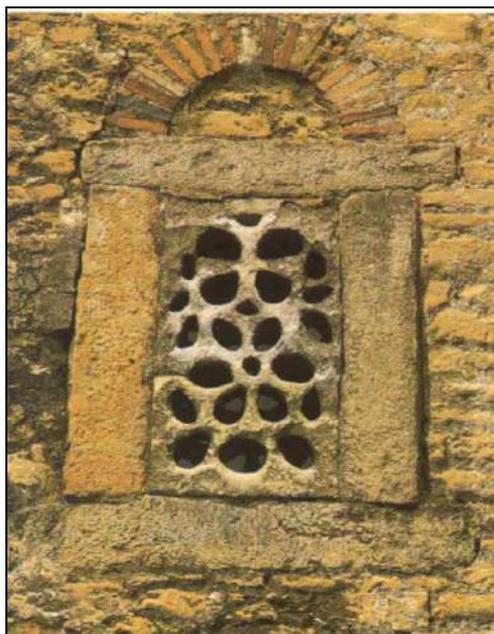


Fig. 81
San Julián de los Prados (Santullano).
Janela da cabeceira (capela lateral Norte),
publ. Victor Nieto Alcaide, 1989

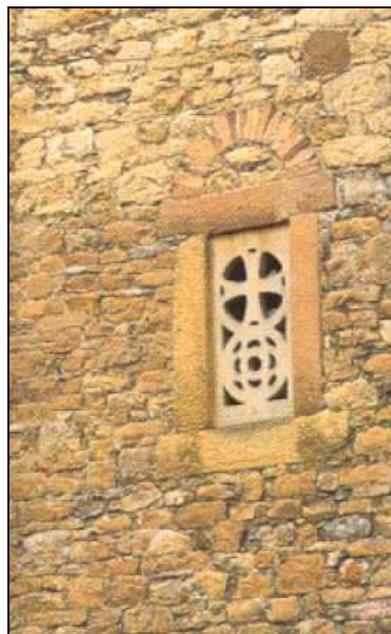


Fig. 82
Santa Maria de Bendones.
Pormenor de uma janela da
cabeceira

Em Lourosa, Nazaré, Melque e la Nave, o arco de descarga de volta perfeita⁵⁰ sobre lintel recto atinge uma tal relevância que se institui mesmo como uma característica identificadora, não apenas em termos construtivos, mas, sobretudo,

en la Alta Edad Media española...”, *Al-Qantara*, vol. XV, fasc.2, Madrid, 1994, pp.339-342, onde o autor realça os problemas de datação deste templo perto de Toledo).

⁴⁷ É curioso notar esta solução pictórica, que poderá ser um dos antecedentes dos lintéis rectos associados a arcos de descarga da arquitectura pré-românica hispânica do século X.

⁴⁸ Nestes dois casos em janelas. Também Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Op. Cit.*, 1986, p.143, havia chamado a atenção para as analogias com Santullano.

⁴⁹ Na pequena igreja de San Pedro de Nora o arco de descarga encontra-se em portas das fachadas laterais. No entanto, o estudo desta igreja é ainda bastante problemático, pela radicalidade do restauro efectuado e pela ausência de respostas adequadas a alguns elementos em altura. Por exemplo, uma porta (hoje janela) da fachada lateral Sul, que possui arco de descarga, apresenta-se hoje sem qualquer funcionalidade, destituída do prolongamento de estruturas para que certamente abria.

⁵⁰ Vergílio CORREIA, *A igreja de São Pedro de Lourosa da Serra da Estrela*, 1912, p.11, viu na porta Norte da nave transversal vestígios de um arco em ferradura sobre o lintel, sugestão que sondagens futuras não vieram comprovar.

numa perspectiva estética. Ele é o denominador comum de todo este grupo e é mais um dos muito classicismos que caracterizam estes edifícios.

Obviamente que a Nave integra este grupo apenas parcialmente, uma vez que algumas das soluções de maior qualidade aí adaptadas não se repetem nas restantes igrejas: o complexo programa iconográfico que ainda hoje é matéria de discussão contrasta flagrantemente com a deliberada ausência de decoração das restantes igrejas; e o facto de ter sido totalmente abobadada, de acordo com as mais recentes investigações de Luis Caballero e de Fernando Arce – com o recurso ao levantamento fotogramétrico integral do edifício⁵¹ – só tem paralelo com Melque.

Ao contrário do que escreveu Georges Gaillard, a partir das conclusões de Gómez Moreno, de 1919, a igreja de São Pedro de Lourosa não está isolada entre Portugal e Espanha⁵². Antes se insere numa corrente artística definida, com princípios de arquitectura e de planimetria próprios, referências ideológicas e litúrgicas bem vincadas e modelos decorativos específicos.

Vejamos, então, de que maneira.

3.1. – COMPARTIMENTAÇÃO. O ESPAÇO DA LITURGIA HISPÂNICA

O primeiro autor a sugerir uma leitura do espaço da igreja de São Pedro de Lourosa foi Fortunato de Almeida, que baseou a sua descrição na Basílica de Constantino. As palavras deste autor, proferidas num contexto historiográfico manifestamente deficitário em trabalhos litúrgicos dedicados à Península, baseou-se numa premissa que considerou comum ao longo de toda a Alta Idade Média ocidental: a de que o modelo interior dos templos seguia (senão totalmente, pelo menos em termos gerais) a organização da primitiva basílica de Constantino⁵³.

Fortunato de Almeida deu-nos uma descrição idealizada dos espaços interiores, levada ao extremo de erudição, como o espaço específico para o bispo durante as cerimónias, que evidente não podia existir em Lourosa, dado o seu estatuto

⁵¹ Luis CABALLERO ZOREDA e Fernando ARCE, “La iglesia de San Pedro de la Nave (Zamora). Arqueología y arquitectura”, *Archivo Español de Arqueología*, nº70, Madrid, 1997, pp.260-264.

⁵² Georges GAILLARD, “Aspects de l’art roman portugais”, *Bracara Augusta*, vols. 16-17, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1964, p.130: “O carácter dominante da arte românica portuguesa (à parte as Catedrais) parece ser, então, com simplicidade, a recusa das influências (...). São Pedro de Lourosa (como escreveu Gómez Moreno), permanece isolada nos dois países”.

⁵³ Fortunato de ALMEIDA, “Monumento cristão da civilização moçárabe”, *Ilustração Moderna*, nº49, Porto, Marques Abreu, Jan-Fev.1931, p.258.

paroquial. No entanto, os trabalhos que hoje possuímos acerca da liturgia hispânica apontam cada vez mais para Bizâncio⁵⁴ (como parece indicar a própria existência de *eikonostaseis*⁵⁵) e, quase paradoxalmente, as intuições de Fortunato de Almeida revelam-se genericamente correctas em relação à hierarquia espacial do espaço pré-românico hispânico. Quer isto dizer que a clara separação entre naves, coro e ábside, que este autor formulou, confirma-se ainda hoje, apesar de ligeiras diferenças de função⁵⁶.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida relacionou a compartimentação espacial de Lourosa com a proporção do espaço interior de algumas igrejas asturianas, em particular San Julián de los Prados⁵⁷. E é, de facto, às Astúrias e ao espaço religioso da liturgia hispânica, que teremos de buscar as características do interior da nossa igreja de São Pedro de Lourosa.

O espaço da liturgia hispânica encontra-se ainda numa fase precoce de caracterização. Conhecemos os dados fundamentais da hierarquização interior das igrejas, mas faltam-nos muitas informações de pormenor e, especialmente, as respostas para os templos que não seguem uma certa ortodoxia: aquela que decorre

⁵⁴ Encontra-se longe de terminada a discussão acerca da liturgia hispânica. A posição mais consensualmente aceite na actualidade aponta para uma mescla de influências, entrecruzando-se testemunhos provenientes do Norte de África, de Roma, de Bizâncio e de toda a Europa Ocidental. Por outro lado, a codificação da liturgia característica da Península Ibérica durante a Alta Idade Média foi um fenómeno que se processou ao longo de vários séculos, incorporando-se novas tradições e passos litúrgicos específicos em momentos diferentes da História, sendo justo destacar o período áureo da monarquia visigótica como ponto fundamental de estabelecimento. Para uma visão actual acerca desta complexa questão, vejam-se as indicações bibliográficas constantes do ponto 1.3.2. da Parte I desta dissertação.

⁵⁵ Como reconheceram Fernando A. MARÍN VALDÉS e Juana GIL LÓPEZ, *Op. Cit.*, 1989, p.46, a *eikonostasis* de Santullano – e, em geral, da arquitectura pré-românica hispânica –, denota analogias interessantes com o carácter áulico de barreiras semelhantes em templos bizantinos. Em ambas as civilizações é permitido, ao monarca, assistir às cerimónias litúrgicas, para além dos oficiantes e do clero. Uma curiosa contaminação bizantina no mundo ocidental é a que acontece em Aix-la-Chapelle, em que o trono carolíngio disfruta do mesmo estatuto que as câmaras ocidentais das igrejas da monarquia asturiana. (Sobre esta componente espacial e estrutural veja-se o que adiante dizemos no ponto 3.2.2.). Também Isidro BANGO TORVISO, “La vieja liturgia hispánica...”, *Op. Cit.*, 1997, p.102, realçou o facto de a barreira que separa a nave central do cruzeiro ser denominada *eikonostasis*, pelas analogias que denota com o mundo bizantino.

⁵⁶ Fortunato de ALMEIDA, “Monumento cristão da civilização moçárabe”, *Op. Cit.*, nº49, Jan-Fev. 1931, p.259, dá-nos a seguinte divisão espacial: três naves “separadas por balaustradas: ao fundo o *pronaos*, destinado aos catecúmenos; em seguida o *chorus*, onde tinham lugar os cantores, instrumentistas, exorcistas, etc.; finalmente ao cimo o *sacrarium*, lugar do altar, junto do qual se sentavam os diáconos e subdiáconos. Na ábside ou *presbiterium* estavam os presbíteros em bancada circular (*consistorium*), interrompida no meio por um logar mais elevado (*suggestus*), reservado ao bispo. As naves laterais (*plaga* ou *porticus*) eram destinadas aos assistentes: a nave direita para os homens, a esquerda para as mulheres. Finalmente, a maior parte das basílicas eram precedidas de um *atrium* ou *narthex*, vestibulo com uma cobertura sustentada por colunas”.

⁵⁷ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.142. Também Paulo PEREIRA, *Op. Cit.*, 2000, p.123 relacionou a compartimentação interior com a arte asturiana.

da sucessão de naves, coro e ábside. Uma mesma liturgia poderia ser celebrada em templos de funções distintas – igrejas paroquiais, monacais, palatinas... - mas existem detalhes que certamente determinaram algumas organizações internas verdadeiramente únicas que nos escapam por completo.

A questão é ainda agravada pelas diferenças regionais que podemos intuir terem desempenhado um papel decisivo. Já nos referimos às Tradições *A* e *B* desta liturgia, e outras serão com certeza identificadas, à medida que o estudo específico desta realidade for sendo efectuado. Como referiu Enrique López Quejido, estas duas tradições resultam de uma tentativa de sistematização sobre dados muito imprecisos: não existe qualquer unidade entre as antigas províncias romanas, que a partir do colapso da organização imperial sofreram influências díspares e bastante diferenciadas. Neste sentido, deve antes falar-se em múltiplas especificidades litúrgicas, apesar de a documentação não permitir destrinçar historiograficamente essas diferenças⁵⁸.

Mas a esta disparidade regional há que juntar a perspectiva diacrónica, própria de uma liturgia codificada paulatinamente, desde a entrada dos Visigodos na Península, ou ainda antes, até aos finais do século XI⁵⁹. Uma longa duração que testemunha a sobrevivência da liturgia hispânica por mais de seis séculos e passando por, pelo menos, três vagas civilizacionais distintas: época visigótica; mundo islâmico peninsular e reino asturiano-leonês.

Perante a complexidade desta matéria, compreende-se como o espaço da liturgia hispânica é ainda um campo de investigação com poucos dados seguros⁶⁰.

⁵⁸ Enrique LÓPEZ QUEJIDO, “El rito hispano-visigodo: síntesis y nuevas perspectivas”, *Los Visigodos y su mundo*, (Madrid, 1990), Madrid, Comunidad de Madrid, 1998, p.111.

⁵⁹ Retomamos aqui a perspectiva de Cristina Godoy Fernández. Esta autora reconhece diferenças entre práticas litúrgicas hispânicas de época visigótica e da época do reino asturiano-leonês. Isidro BANGO TORVISO, “La vieja liturgia hispana y la interpretación funcional del templo prerrománico”, *VII Semana de Estudios Medievales de Nájera – Los siglos oscuros*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1997, pp.63-64, criticou profundamente esta perspectiva, argumentando que faltam os textos de época visigótica para se poder concluir nesse sentido, e que os textos da monarquia de Oviedo-León são um claro testemunho de neovisigotismo. Em todo o caso, este mesmo autor sustenta que a liturgia hispânica não foi uma compilação estática, dando como exemplo os possíveis contactos entre a Península e o Império carolíngio, para concluir que no século XI, todavia, ambas se encontram bem longe uma da outra.

⁶⁰ Para além de todos os problemas que enunciámos, existem outros que se revelam tão decisivos quanto aqueles. Javier RIVERA BLANCO, “La encrucijada de caminos”, *Op. Cit.*, 2000, p.63, realça o facto de o espaço da liturgia hispânica obedecer a “circulaciones jerarquizadas”, tanto no interior, como no exterior, fruto do complexo jogo de orações e cânticos e das diferentes procissões que se realizavam neste espaço. A este respeito, supomos que o carácter diferenciado de algumas procissões poderá estar na origem de soluções verdadeiramente únicas em termos planimétricos e arquitectónicos de alguns edifícios religiosos deste período.

Este facto constitui igualmente um problema à rigorosa classificação de muitas igrejas, visto o espaço de época visigótica ser praticamente o mesmo (ou poder ser o mesmo) do século X⁶¹.

Quer a arquitectura asturiana, quer a arquitectura pré-românica hispânica, (quer parte considerável da de época visigótica) conceberam o espaço religioso de igual forma: à base de “unidades espaciais articuladas por um sistema (...) que produce una impresión de laberinto”⁶². Esta opção identifica-se logo em Pravia (Fig. 83), e, de forma mais efectiva, em Santullano (Fig. 84), as primeiras igrejas da monarquia asturiana que chegaram até nós de forma mais ou menos íntegra, numa perspectiva de reconstituição do espaço original.

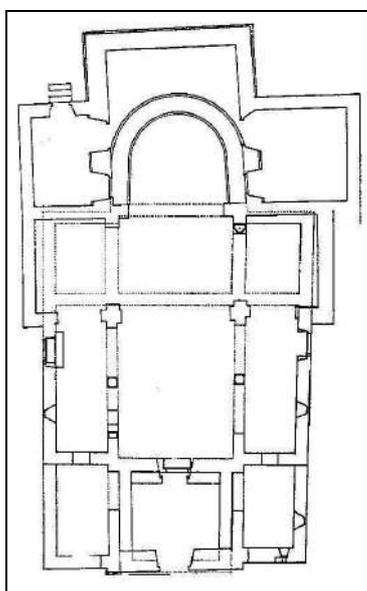


Fig. 83
Santa Maria de Pravia.
Planta de reconstituição da igreja original, publ. Victor Nieto Alcaide, 1989

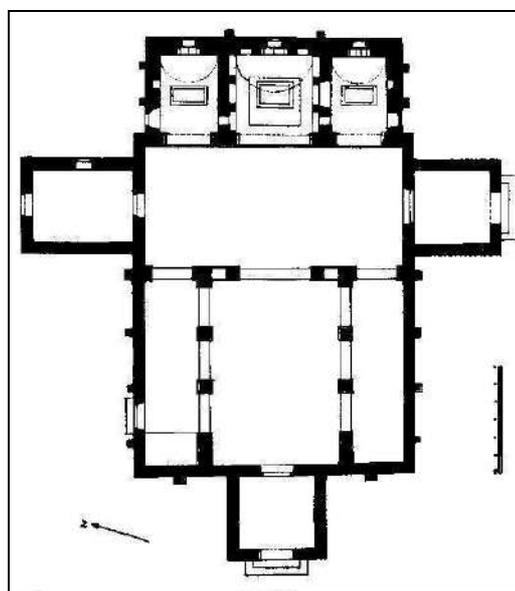


Fig. 84
San Julián de los Prados (Santullano).
Planta do templo, contendo as principais divisões espaciais, publ. Fernando Marín e Juana Gil López, 1989

⁶¹ Não pretendemos insistir demasiado nas várias perspectivas cronológicas que actualmente se equacionam para alguns monumentos controversos, pelo desvio que tal tarefa implicaria no nosso objectivo final. Mas importa deixar claro que o que até agora vinha sendo catalogado como de época visigótica, pode antes corresponder ao século X. Já nos referimos ao caso de San Pedro de la Nave, igreja que conta com algumas características que apontam claramente para o período imediatamente a seguir à transferência da capital do reino cristão para León. Outro templo importantíssimo que deve ser igualmente do século X é a igreja de Quintanilla de las Viñas, um dos monumentos pré-românicos hispânicos que revela maior compartimentação. Para o caso que agora nos interessa neste ponto, pensamos ser importante reter as palavras de Ramón CORZO SÁNCHEZ, *Visigótico y Prerrománico*, Madrid, Historia 18, 1989, p.28, que se refere às construções edificadas durante os séculos V-VII como um produto com inúmeras variantes arquitectónicas, sem unidade do ponto de vista planimétrico, arquitectónico ou litúrgico.

⁶² Santiago SEBASTIÁN, *Mensaje simbólico del arte medieval*, 1994, p.213.

Esta última igreja representa o modelo principal de filiação espacio-arquitectónica da monarquia de Oviedo, sendo ainda hoje bastante discutidas as opções então ensaiadas. De forma genérica, compõe-se de um *narthex* de câmara única, que antecede um corpo constituído por três naves. Segue-se uma nave transversal, que se separa das naves longitudinais através de uma *eikonostasis*, ligando-se a dois espaços extremos, a Norte e a Sul, mais pequenos, e que se salientam do prolongamento natural das paredes que delimitam as naves laterais. A cabeceira é tripartida, com parede fundeira comum, sendo a capela-mor ligeiramente mais larga que as capelas laterais, tipologia esta que constitui o paradigma para a maioria das igrejas asturianas do século IX.

Este é o primeiro esquema claramente definido pela monarquia ovetense. Uma ordem arquitectónica que será parcialmente repetida, quase um século depois, por Afonso III na igreja de San Salvador de Valdediós (Fig. 85). Mas as diferenças de planimetria testemunham-se claramente também nas Astúrias do século IX. Ainda que o plano basilical seja genericamente seguido, igrejas como San Miguel de Lillo ou, mais especificamente, Santa Cristina de Lena, adoptam variantes importantes ao nível arquitectónico. Mantêm, no entanto, as características essenciais do espaço interno, em especial a sua hierarquização subordinada a determinações litúrgicas associadas ao estatuto real da construção.

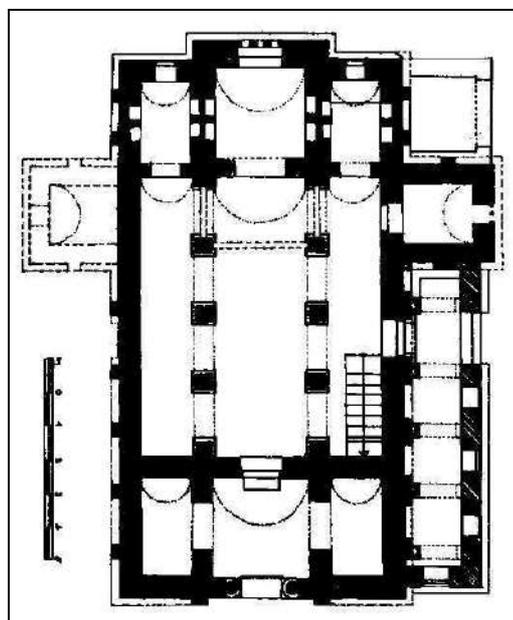


Fig. 85
San Salvador de Valdediós. Planta do templo, publ. Manuel Núñez Rodríguez, 1991

A passagem para o século X implicou uma radical alteração de planimetria. Alguns templos continuaram a seguir o modelo basilical, desta vez decalcado genericamente da planta de Valdediós. Lourosa será um desses casos, como veremos mais adiante. Mas a regra da arquitectura religiosa do século X peninsular é a ausência de regra. “Si hemos de emplear la ya clásica división del terreno en formas basilicales, cruciformes o redondas, hallamos que los tres tipos son empleados en la construcción de los espacios mozárabes [pré-românico e moçárabe hispânicos], casi

indiferentemente y sin poder encontrar una especial inclinación a una forma u a outra, ni cronológica ni geográficamente”⁶³.

No entanto, mantem-se a mesma organização geral dos espaços, com o seu carácter labiríntico de tendência rectangular ou quadrangular bastante compartimentado. Como bem definiu Fernández Arena, “El ángulo recto, como ley fundamental, lo rige todo. El plano es rectangular, con tendencia al cuadrado”⁶⁴.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida sintetizou as principais ideias que actualmente se consideram definidoras do espaço religioso asturiano e pré-românico hispânico, quando concluiu que a arquitectura religiosa dos séculos IX-X se encontrava “cheias de espaços, social e sacralmente diferenciados (...), tão própria de uma liturgia de mistério”⁶⁵. Ora foi precisamente essa liturgia que determinou a organização de espaços da igreja de São Pedro de Lourosa. Mas antes de concluirmos acerca da filiação planimétrica da nossa igreja, vejamos, em pormenor, a sua organização.

A proposta parcial de reconstituição da igreja de Lourosa, que aqui fazemos, não dispensa a análise rigorosa dos diferentes espaços que compõem o templo. Uma imposição metodológica que se justifica ainda pelo enorme desconhecimento que temos acerca dos elementos que constituem o templo.

3.1.1. – O *NARTHEX*

A discussão sobre se a igreja pré-românica de Lourosa possuía *narthex* tem sido um dos pontos mais focados ao longo da historiografia dedicada ao edifício. Lembramos que há sensivelmente um século, quando o templo foi descoberto para a História da Arte, toda a sua parte ocidental estava integrada numa mesma estrutura tripartida que seguia o alinhamento da divisão em três naves: a Norte, a escadaria de acesso ao coro e ao campanário; a Sul, a capela barroca dedicada a Nossa Senhora da Piedade; ao centro, o prolongamento da nave central, que lhe conferia o dobro do comprimento que originalmente possuía.

Manoel Gómez Moreno, que primeiro se referiu à hipótese de o templo possuir um *narthex*, concluiu que a “excesiva amplitud – tres metros – de su arco de

⁶³ José FERNÁNDEZ ARENA, *Imagen del arte mozárabe*, Barcelona, Polígrafa, 1978, p.10.

⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, p.11.

entrada” devia fazer com que a igreja terminasse numa antecâmara⁶⁶. A proposta deste autor, contudo, não se limitou a esta constatação. Gómez Moreno concebeu a parte ocidental da igreja de Lourosa como parcialmente decorrente das igrejas asturianas de carácter real, com *narthex* e tribuna ocidental superior. Mais adiante, ao analisarmos a arquitectura em altura, veremos quais os argumentos que podem ser invocados para justificar uma tribuna superior. Quanto ao *narthex*, Gómez Moreno colocou a hipótese de se ter tratado de uma estrutura assimétrica, composta por dois espaços distintos: ao centro, correspondendo à largura da nave central, o *narthex* propriamente dito; a Norte, no prolongamento da nave lateral, uma escadaria de acesso à suposta tribuna superior.

Depois desta referência, as perspectivas acerca da existência desta estrutura enveredaram por caminhos antagónicos.

Na visita efectuada em Novembro de 1929, quando já se havia iniciado o restauro, José Pessanha concluiu pela inexistência de qualquer *narthex*, alicerçando as suas opiniões no facto de as paredes que prolongavam as naves para Ocidente terem maior espessura que os alicerces originais, serem compostas por silharia muito mais irregular e ostentarem ainda um pavimento diferente⁶⁷. Reconhecendo que se tratava de um espaço com antecedentes na arquitectura peninsular altimedieval (Baños e Balsemão), Pessanha concluiu que Lourosa seria diferente neste ponto específico.

Na parte dedicada à *descoberta* e ao *restauro* da igreja já vimos por que razão Baltazar de Castro optou por construir um *narthex* e qual a justificação de o conceber proporcional apenas à largura da nave central e não à totalidade da fachada ocidental. Ele justificou-se por razões de ordem logística, mas também porque se tratava de uma estrutura com muitos antecedentes na arquitectura peninsular altimedieval. Mas também, e sobretudo, porque as observações de José Pessanha haviam-se mostrado erradas, perante a análise das paredes aquando do início da sua desmontagem.

No segundo projecto de restauro da igreja, elaborado por José Vilaça e datado de Julho de 1931, já consta o *narthex*. O motivo desta inversão deve-se à consciência dos restauradores e da equipa em torno de Marques Abreu de que o “arco do *narthex* e

⁶⁵ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal. O Românico*, Lisboa, Presença, 2001, pp.28-29.

⁶⁶ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.101.

⁶⁷ José PESSANHA, “A igreja de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº30, Fev. 1930, pp.32 e 34: “Nenhum elemento apareceu que justifique o projectado *narthex*”. Pessanha, no entanto, admite a sua construção de raiz, facto que “compensaria, em certo modo, o espaço roubado à igreja pelo encurtamento da nave, - o que é muito de considerar, visto como seja de supor que o antiqüíssimo templo continuará afecto ao culto”.

o seu cunhal Noroeste são de construção primitiva”⁶⁸, conclusão a que chegaram após sondagens no interior da parede Norte (Figs. 86 e 87).



Fig. 86
São Pedro de Lourosa. Entrada principal na igreja antes do restauro (arco do *narthex*), vendo-se a moldura toreada original. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu

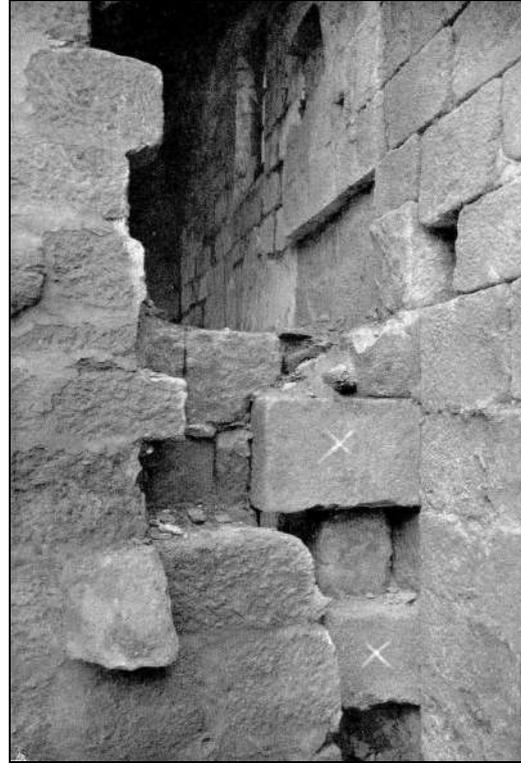


Fig. 87
São Pedro de Lourosa. Juntouros da parede original do *narthex*, junto à fachada principal do templo, antes do restauro. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu

Em alguns historiadores da segunda metade do século XX foi notória a convicção de que a igreja teve originalmente um *narthex*. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, por exemplo, ao referir-se ao restauro, considera que o *narthex* foi objecto de uma “reconstituição (...) possível”, em virtude de estar “muito transformado”⁶⁹. Bastante mais incisivo foi António Nogueira Gonçalves que, em nenhum momento, colocou em causa a existência desta estrutura, referindo mesmo que o seu plano – compartimento quadrangular adossado apenas à nave central – foi “encontrado com rigor” aquando do restauro do edifício. A convicção deste último autor na construção original deste *narthex* levou-o mesmo a concluir que na campanha românica,

⁶⁸ José VILAÇA, “Memória justificativa do projecto de restauração da igreja de S. Pedro de Lourosa”, *Ilustração Moderna*, nº53, Porto, Marques Abreu, Nov.-Dez. 1931, p.362. E mais adiante, p.363: do *narthex* existem as “dentações terminais na parede norte”.

⁶⁹ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.142. Posteriormente, *Op. Cit.*, 2001, p.29: “O restauro restabeleceu-o quase totalmente, a partir de restos e dentro das indicações, então descobertas”.

enquanto as partes altas eram modificadas, este espaço ter-se-ia mantido inalterado, chegando no seu estado original até ao século XVII⁷⁰.

Esta insuspeitada existência, longamente amadurecida ao longo dos últimos cinquenta anos, deve-se, em grande medida, à monografia de Manuel de Aguiar Barreiros, de 1934. Nela, o autor evidenciou os pontos de arranque deste espaço, mais especificamente os juntouros primitivos do lado Norte⁷¹ (Fig. 88), junto à fachada principal onde se inscreve o arco de acesso ao interior, e até à sua secção mais a Ocidente, no local onde a fachada principal da igreja se encontrava nos inícios do século XX (Fig. 87).



Fig. 88
São Pedro de Lourosa. Juntouros da parede original do *narthex* junto à nave lateral Norte. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu

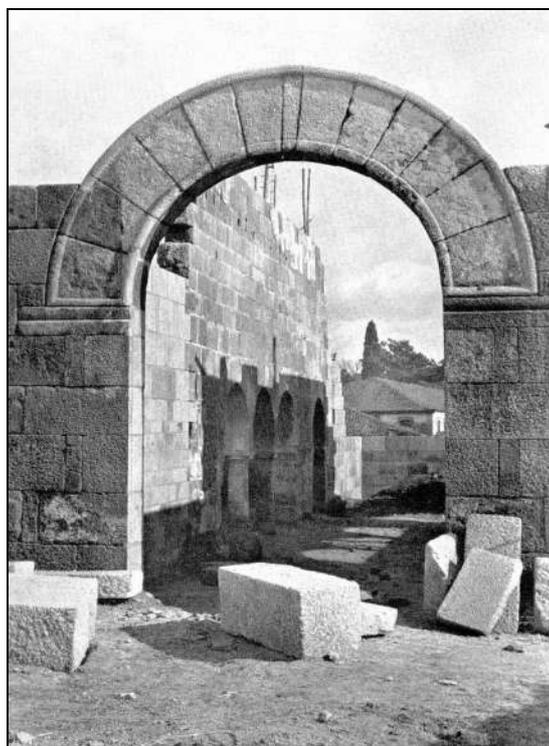


Fig. 89
São Pedro de Lourosa. Panorama do restauro da igreja, vendo-se, em primeiro plano, o arco do *narthex*. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu

⁷⁰ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, pp.48 e 50-51: “No séc. XII (...) reformaram toda a parte alta da nave (...) mas não tocariam na galilé”. Tal só aconteceu no século XVII, “data de 1677 (...). Seriam elas que modificariam a galilé, que destruiriam a fachada da nave (...)”.

⁷¹ As conclusões de Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.41, a este respeito são bastante incisivas: “Quanto ao *narthex*, não havia [que] duvidar da primitividade dos ângulos, opostos, da frontaria; da desigualdade manifesta da mais antiga e recente disposição das fiadas de silhares; e da autenticidade do abonado arco de entrada, agindo independentemente do macisso campanário – para que, sem astúcias culposas, ou fantasias desvairadas, êste apêndice impressionante da igreja se prestasse a voltar à prisca feição dos seus dias primeiros”.

No momento de encerrarmos este trabalho concordamos com a existência do *narthex*, nos moldes gerais enunciados por Aguiar Barreiros. Mas fazêmo-lo, apenas, quanto à configuração planimétrica geral: planta quadrangular (com as dimensões actuais ou outras que desconhecemos) correspondente à nave central (não necessariamente à sua total largura). Mantemos alguma prudência em relação a outros aspectos igualmente decisivos, como a feição original do arco de ingresso ao interior e, principalmente, a altura deste compartimento.



Fig. 90
São Pedro de Lourosa.
Fachada principal da igreja,
com o arco de entrada do
narthex em primeiro plano

Sobre o primeiro aspecto, o arco no alçado ocidental do *narthex* (Figs. 89 e 90), é exemplar único de uma das quatro tipologias de arcos que coexistem na igreja de Lourosa (três distintas no exterior). É o único que adopta a forma de volta perfeita, formado por aduelas cuidadosamente talhadas, delimitadas, superior e inferiormente, por uma moldura toreada uniforme que confere ao conjunto um estatuto artístico de qualidade. Para além disso, é o que detém maior amplitude de vão, rasgando-se a uma largura bastante superior que os restantes.

Parecem não restar muitas dúvidas sobre a originalidade da sua volta perfeita, ao contrário do usual arco em ferradura, que melhor caracteriza a arquitectura cristã peninsular deste período. Concordamos com José Vilaça, quando concluiu que ele nunca poderia ter sido em ferradura, “como o prova o tóro que circunda os dois dorsos”⁷². De facto, este arco constitui um dos testemunhos estilísticos mais marcantes do templo de Lourosa, revelando, logo no primeiro elemento de abordagem do edifício para quem nele entrasse, o carácter classicizante da sua construção. A este «revivalismo» classicizante voltaremos mais adiante.

⁷² José VILAÇA, “Memória justificativa...”, *Op. Cit.*, nº53, Nov.-Dez. 1931, p.362.

Mas o mesmo não podemos dizer em relação à dimensão do seu vão. António Nogueira Gonçalves refere que quando a igreja foi *descoberta*, os pés-direitos deste arco “excediam a perpendicularidade da parte interna do arranque, isto é, o seu vão era mais apertado”⁷³. Esta informação é importante para avaliarmos a verdadeira extensão do restauro efectuado pela DGEMN neste edifício. À frente dos trabalhos, Baltazar de Castro não se limitou a desconstruir para reconstruir a seguir. Remodelou e acrescentou, à medida que o avanço no terreno determinava a necessidade de se optar. Neste sentido, a maior abertura do arco do *narthex* é um exemplo prático do empirismo que caracterizou a acção deste homem à frente do restauro monumental, ao mesmo tempo que testemunha a procura de uma monumentalidade desejada, mas que possivelmente nunca existira. Como primeira porta de acesso ao templo, aquela com que o visitante primeiro se deparava, nada mais natural que fosse dotada de maior monumentalidade.

Estas observações acerca do trabalho de Baltazar de Castro aplicam-se também ao restauro em altura efectuado nesta parte específica da igreja. Estamos convencidos que Castro alteou o *narthex* até à sua cota limite, precisamente aquela que colocava a linha da empena axial praticamente justaposta com o ajimez, e este à maior altura possível, tendo já previamente alteado consideravelmente a nave central.

No momento de desenhar o *narthex*, José Vilaça reconheceu não possuir indicações para a correcta altura da estrutura, concluindo ter optado por uma solução “bem proporcionada e elegante, e (...) em relação com o conjunto”⁷⁴. Baltazar de Castro seguiu esta perspectiva, mas alteou todas as paredes que podia. O resultado final, que hoje encontramos ao olhar para o *narthex* de Lourosa, não pode deixar de parecer forçado. Por um lado, todo este compartimento possui um ar «novo», como que inventado no restauro. Por outro, as proporções do arco e da altura da linha de empena, não podem deixar de se considerar pouco naturais.

Esta sensação poderia ter sido evitada caso o Director dos Monumentos do Norte da DGEMN tivesse seguido as indicações de Manuel de Aguiar Barreiros. Ao analisar o alçado ocidental desta estrutura, Barreiros concluiu por um limite superior ligeiramente mais baixo que o depois adoptado, conseguindo identificar o modilhão Norte onde assentava o beiral e um silhar rectangular, com um rasgo superior ao

⁷³ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.48.

⁷⁴ José VILAÇA, “Memória justificativa ...”, *Op. Cit.*, nº53, Nov-Dez. 1931, p.362. Cfr. nota 88 da Parte II.

centro, onde descarregava a asna longitudinal que suportava o telhado⁷⁵ (Figs. 91, 92 e 93).



Fig. 91
São Pedro de Lourosa. Modilhão que determinava a altura do *narthex*. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu



Fig. 92
Silhar rectangular que determinava a altura do *narthex*. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu

Segundo estas indicações, a altura original do *narthex* de Lourosa era bastante mais baixa que a actual, desenvolvendo-se a forma em empena triangular do telhado, imediatamente acima da porta principal e terminando, nas extremidades, a uma cota em que se lançava já grande parte do vão do arco.

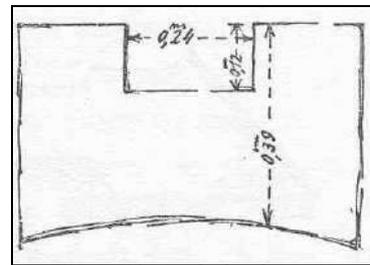


Fig. 93
São Pedro de Lourosa. Desenho e dimensões do silhar sobre o arco do *narthex*. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934

Um último problema relativo a esta parte do edifício relaciona-se com a planta original do *narthex*. Já vimos como antes do restauro toda esta zona apresentava uma planta tripartida, correspondendo a um prolongamento para Ocidente das três naves. No entanto, apenas foram identificados indícios seguros quanto a um *narthex* aplicado à nave central.

No panorama da arquitectura asturiana, onde esta solução claramente se filia para o caso de Lourosa, apenas a igreja de San Julián de los Prados possui um *narthex* de câmara única, restando ainda a dúvida sobre Santa Maria de Pravia. Pensamos que

⁷⁵ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, Est.60, fots. 1 e 2.

na nossa igreja esta deveria ser a solução original. É um facto que do lado Sul, onde séculos depois de implantou a Capela de Nossa Senhora da Piedade, não parece terem existido sondagens rigorosas de análise do aparelho construtivo para dissipar esta dúvida. Mas do lado Norte, onde se localizava a necrópole de sepulturas escavadas na rocha, a câmara desse eventual *narthex* tripartido iria destruir parte do cemitério, como a construção do campanário no século XII veio a determinar. A equacionarmos um *narthex* com três compartimentos, como seria mais usual, dados os antecedentes da arquitectura asturiana, teríamos de catalogar o cemitério anexo como anterior à construção original da igreja, o que não nos parece viável. Mais, teríamos ainda que concluir que na altura de construir o templo, esta necrópole já não teria qualquer valor simbólico para a comunidade de Lourosa.

Na liturgia hispânica, o *narthex* é um compartimento de grande importância. Ele representa a duplicidade das autoridades religiosas, enquanto observadoras das condutas espirituais e temporais de cada paroquiano.

Ao contrário do *narthex* românico, que antecede a entrada no templo e se institui como ante-câmara preparatória à entrada no templo casa-de-Deus⁷⁶, o *narthex* pré-românico desempenha uma função diferente, funcionando como poder judicial paralelo. Ele destina-se a albergar os penitentes, indivíduos cuja conduta errada determinou a sua punição pelas autoridades civis. No entanto, a assistência às cerimónias litúrgicas está reservada aos eleitos, sendo estes penitentes relegados para as câmaras do exterior da igreja durante a totalidade da cerimónia ou apenas por um período parcial⁷⁷. Esta realidade de duplicidade da autoridade do clero altimedieval não está ainda provada para a Península, mas encontra um claro testemunho em terras italianas, como provou Oronzo Giordano⁷⁸.

Neste sentido, o *narthex* pré-românico das igrejas hispânicas não se limita à função de espaço acolhedor dos viajantes⁷⁹. Ele possui um claro sentido punitivo,

⁷⁶ A visão do *narthex* como espaço de transição entre dois mundos, tão ao gosto do Românico, foi entendida para o caso de Santullano por Fernando MARÍN VALDÉS e Juana GIL LÓPEZ, *Op. Cit.*, 1989, p.36.

⁷⁷ Partilhamos aqui da possibilidade enunciada por Isidro BANGO TORVISO, “La vieja liturgia hispana...”, *Op. Cit.*, 1997, p.75, quando se refere à importância das câmaras penitenciais em relação com o rigor da Igreja hispânica em matéria de culpa e de expiação pública dos pecados.

⁷⁸ Oronzo GIORDANO, *Religiosidad popular en la Alta Edad Media*, (1979), ed. espanhola Madrid, Gredos, 1995, p.146, refere-se a “jornadas de penitencia tarifada”, conforme uma gradação de pecados cometidos, cuja efectivação pública era efectuada à entrada das igrejas.

⁷⁹ Como defendeu Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.142: “Sabemos que as igrejas desta época tinham uma certa obrigação de proporcionar abrigo aos viandantes. É possível que a amplitude deste nártex, numa igreja que ficava junto da importante estrada que ia de Coimbra para

ainda que se possam equacionar outras funções, dependendo, certamente, do estatuto das igrejas. Manuel Núñez Rodríguez, a respeito do *narthex* tripartido de Valdediós, em especial as duas reduzidas dependências a N. e a S., equaciona múltiplas possibilidades para adoptar uma atitude bem prudente⁸⁰. Esta atitude justifica-se pelo elevado grau de desconhecimento que temos em relação à sociedade, ao papel da Igreja enquanto instituição reguladora também em casos civis, e até em relação à própria liturgia. Por exemplo, Santiago Sebastián retomou a hipótese de ser nestas câmaras penitenciais que se iniciava a missa⁸¹, o que contraria claramente a visão que mais ou menos consensualmente possuímos sobre a distância dos vários públicos em relação aos oficiantes. A acesa discussão sobre a sua origem e transmissão à Península – ao que tudo indica por via norte-africana nos inícios da Alta Idade Média – deve também motivar alguma prudência quanto à generalização de uma função penitencial de expiação pública para todos os *narthekes* existentes.

3.1.2. – AS NAVES

O corpo da igreja de Lourosa encontra-se estruturado em três naves de igual comprimento, mas de largura e altura distintas. A nave central, mais elevada, tem o dobro da largura das laterais, e separa-se destas através de duas arcarias formeiras de três arcos em ferradura cada. Depois de um breve período em que se equacionou a existência de seis arcos de cada lado a separar as naves da igreja⁸², foi consensual a sua igual extensão, em especial depois de iniciado o restauro⁸³.

Existe, nesta organização do espaço, uma clara axialidade, determinada pela proeminência da nave central, que relega as naves laterais para um plano secundário e até marginal. Na verdade, em Lourosa testemunha-se uma dupla axialidade, que tem nas naves central e transversal os seus eixos definidores, ambas caracterizadas por

Castela, tenha algo a ver com esta prática”. Pensamos que esta posição, partilhada também por Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, para outras igrejas do século X com *narthex*, generaliza, um tanto forçadamente, uma realidade que se aplica ao mundo românico das peregrinações e não tanto o pré-românico peninsular.

⁸⁰ Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *San Salvador de Valdediós o la fabrica sencilla de una arquitectura admirable*, Oviedo, Principado de Asturias, 1991, pp.136-137: “fueron destinados, como anticipó Quadrado, para los penitentes?, erán útiles como câmaras de albergue para refugio de peregrinos? (Gómez Moreno), se relacionaban con el rito procesional de entrada que, previamente a la misa, discurría por la nave del Evangelio? Carecemos de datos para la certeza”.

⁸¹ Santiago SEBASTIÁN, *Op. Cit.*, 1994, p.213, citando Alfonso Rodríguez de Ceballos, 1965.

⁸² Opinião expressa por Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a arquitectura romanica portuguesa VI - Presbyterio de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº87, Mar.1912, p.27.

uma mesma proporção volumétrica⁸⁴. Mais adiante referir-nos-emos a esta característica, cuja adopção marca indelevelmente as distintas funções litúrgicas destes dois espaços ordenadores do interior do templo e ajuda a filiar planimetricamente o plano original da nossa igreja.

Para o caso das naves do corpo, importa acentuar que a maior largura da nave central originou uma certa desproporcionalidade entre os vários espaços, sobressaindo a sensação de um corpo excessivamente largo e, em oposição, escassamente comprido. Alguns autores notaram esta aparente incongruência⁸⁵ que, à partida, poderíamos considerar estranha à época. Mas não o será perante a disparidade de soluções planimétricas em que a arquitectura religiosa peninsular do século X foi tão rica. E não o é, decididamente, quando analisamos a igreja de San Julián de los Prados, cujas características do corpo são praticamente idênticas às de Lourosa.

Com efeito, é novamente à capela palatina de Afonso II, nos arredores de Oviedo, que teremos de buscar o paralelismo planimétrico imediato para a organização do corpo de São Pedro de Lourosa. Secundarizando alguns aspectos construtivos, que teremos de considerar como fruto da evolução artística verificada no espaço asturiano ao longo dos cerca de cem anos que separam as duas construções – como a passagem dos arcos a pleno centro de Santullano para os arcos em ferradura de Lourosa –, existem, entre estes dois edifícios, analogias suficientes para explicar a aparentemente estranha organização da nossa igreja. Fernando Marín Valdés e Juana Gil López, no estudo que efectuaram sobre los Prados, filiaram as curtas dimensões das suas naves nas tradições construtivas sírias e visigóticas⁸⁶. O visigotismo desta igreja asturiana tem sido um argumento constante ao longo das últimas décadas, radicado em vários aspectos de inegável validade científica, desde uma hipotética fase visigótica, até ao neovisigotismo da corte de Afonso II, que pretendeu fazer de Oviedo a nova Toledo⁸⁷. No presente caso, mais que buscar as origens desta solução,

⁸³ José PESSANHA, “A igreja de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº30, Fev. 1930, p.32.

⁸⁴ Como já reconheceu Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 2001, p.29.

⁸⁵ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.122.

⁸⁶ Fernando A. MARÍN VALDÉS e Juana GIL LÓPEZ, *Op. Cit.*, 1989, p.29.

⁸⁷ Sobre estas perspectivas, veja-se, entre outros autores que poderíamos citar, Achim ARBEITER, “Sobre los precedentes de la arquitectura eclesiástica asturiana en la época de Alfonso II”, *III Congreso de Arqueología medieval española*, (Oviedo, 1989), Oviedo, Universidad de Oviedo, 1992, p.161, onde o autor sintetiza os argumentos principais de aproximação à arquitectura visigótica. Esta síntese deve, contudo, ser encarada com algumas reservas, na medida em que Arbeiter radica algumas opiniões numa perspectiva de arquitectura visigótica que poderá não corresponder inteiramente à realidade, como a melhor catalogação de alguns templos tradicionalmente considerados dos séculos VI e VII vem hoje provar.

interessa tentar perceber qual a razão que motivou, praticamente cem anos depois e em plena vertente ocidental da Serra da Estrela, que se tenha optado por uma solução tão próxima à da capela palatina que Afonso II mandou construir no seu paço periurbano de Oviedo.

A resposta a esta questão está, quanto a nós, nas características litúrgicas e funcionais da ampla nave transversal, segundo eixo ordenador do espaço de Lourosa e cuja amplitude é apenas ultrapassada pela nave transversal de Santullano. Em nenhum outro monumento do mesmo raio de influência, à excepção de Santa Maria de Bendones e, por outras vias, de Santa Cristina de Lena, encontramos uma igreja de plano basilical com uma nave transversal tão pronunciada como em Lourosa. Nem sequer em Valdediós. Mais adiante iremos ver as possíveis razões que determinaram esta organização. Por agora, importa deixar claro que pensamos que as reduzidas dimensões das naves, numa perspectiva axial longitudinal, deve-se a prevalência da nave transversal sobre a central. Prevalência construtiva, como assinalou Nieto Alcaide, ao atribuir a maior largura da nave central de Santullano à intenção de equilibrar o empuxo da nave transversal⁸⁸. Mas também prevalência litúrgica e funcional, como veremos ao tratar do coro e do valor da nave transversal.

Mas a filiação do plano das naves de Lourosa na planta de Santullano não põe fim a outros problemas relativos a esta parte do templo.

Um dos mais recorrentes é a altura das naves. Neste ponto, possuímos alguns indicadores interessantes, identificados aquando do restauro, que constituem testemunhos preciosos acerca da arquitectura em altura do corpo da igreja. Quanto à nave central, ela foi alteada por opção de Baltazar de Castro, existindo ainda, no interior, os pontos de apoio das asnas de suporte ao telhado (Fig. 94). No entanto, na altura de se iniciar o restauro, existiam dois modilhões estriados (Figs. 95, 96 e 97), que em 1929 se encontravam nos limites ocidentais das naves⁸⁹.

Com base nestes elementos, teria sido consensual a manutenção desta altura, tomando-a como a original, embora ela pudesse corresponder ao templo da reforma românica e não ao impulso construtivo do século X. No entanto, não foi essa a opção da DGEMN, que ao optar por altear o *narthex*, teve forçosamente de aumentar também a altura da nave central.

⁸⁸ Víctor NIETO ALCAIDE, *Arte prerrománico asturiano*, Salinas, Ayalga Ediciones, 1989, p.80.



Fig. 94
São Pedro de Lourosa. Interior da nave central, alçado Norte, vendo-se os pontos de apoio das asnas do tecto antes da solução adoptada no restauro



Figs. 95 e 96
São Pedro de Lourosa. Duas perspectivas do modilhão estriado que sustenta o telhado na nave Sul.

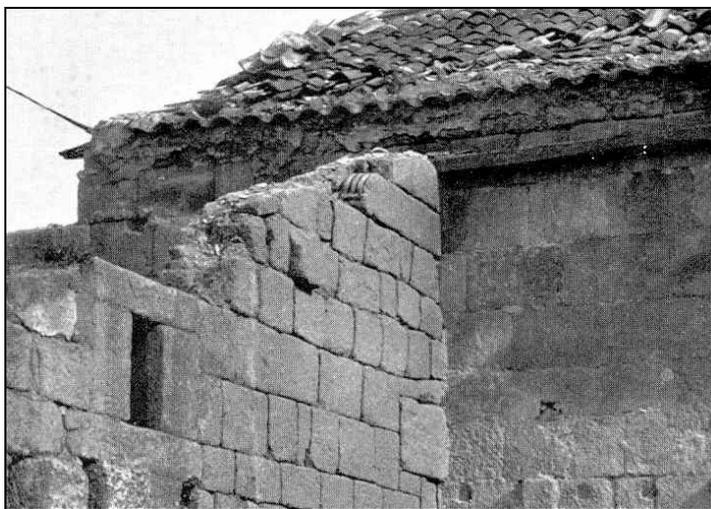


Fig. 97
São Pedro de Lourosa. Modilhão reaproveitado no topo da nave lateral Norte, junto à nave transversal. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu

Este tipo de modilhão estriado, que se conserva em Lourosa, é igualmente importante para filiar estilisticamente o templo. Ele constitui uma reminiscência da arte asturiana e, muito particularmente, do ciclo construtivo de Afonso II⁹⁰ (Fig. 98).

⁸⁹ José PESSANHA, “A igreja de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº30, Fev. 1930, p.33: “por debaixo do beirado da nave média existem dois modilhões muito simples, ornamentados apenas com duas estrias no tampo, o que permite reconstruir a cachorrada que corria sob o beirado, a toda a extensão da nave”.

⁹⁰ Como já referiu Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.144.

No século X, a preferência dos construtores centrou-se nos modilhões de rolos, produto artisticamente mais conotado com soluções árabes e nunca ensaiado nas Astúrias do século IX⁹¹. No entanto, em Lourosa adoptou-se um modelo com quase um século de existência, cuja continuidade nos ciclos construtivos de Ramiro I e de Afonso III não está completamente provada – na medida em que não aparece em Naranco, em Lena ou em Valdediós -, mas que, paradoxalmente, foi aplicado à nossa igreja quando o caminho deste tipo de soluções apontava já para uma acentuada arabização.



Fig. 98
San Julián de los Prados (Santullano). Modilhão da nave Sul

Neste sentido, também aqui é à grande obra de San Julián de los Prados que teremos de buscar os paralelos mais imediatos.

Mas são mais os problemas que se relacionam com o corpo da igreja de Lourosa. A solução da altura das naves laterais foi também uma opção de Baltazar de Castro. Na origem, ou, pelo menos, antes de se iniciar o restauro, Manuel de Aguiar Barreiros conseguiu identificar a sua altura, a partir de um modilhão fragmentado na extremidade ocidental da nave Norte⁹² (Fig. 99).

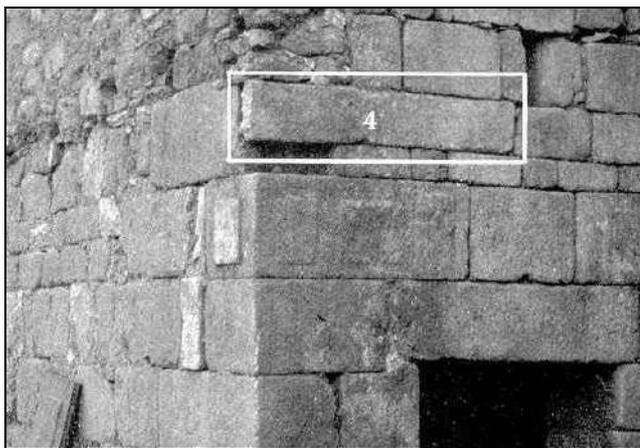


Fig. 99
São Pedro de Lourosa. Modilhão truncado existente na nave Norte, no seu alçado ocidental. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros; Fot. Marques Abreu

O próprio aparelho nesta parte do edifício, antes de ser desmontado, revelava essa altura como a original, sendo constituído até aí por silhares regulares de bom

⁹¹ Cfr. Mário BARROCA, “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos do Entre-Douro-e-Minho”, *IX centenário da dedicação da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, p.138.

⁹² Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, Est.60, nº4.

recorte e algumas pedras almofadadas, e desse ponto para cima por fiadas desalinhas, com muitos cotovelos e pedra miúda para colmatar as falhas.

Mais complexo era o portal principal. Aquando da reforma românica ter-se-á suprimido este elemento, ficando o do *narthex* como entrada mais importante no edifício. Durante o restauro, coube, mais uma vez, a Manuel de Aguiar Barreiros a identificação de elementos que poderiam corresponder ao portal, desta vez na casa paroquial⁹³. Os indicadores recolhidos apontavam para uma solução intermédia entre as entradas laterais da nave transversal (com o seu lintel recto sobrepujado por arco de descarga) e o arco do *narthex* (com moldura toreada). A solução adoptada foi, desta forma, algo forçada, aplicando-se conclusões acerca de elementos não identificados *in situ*. Parece-nos, no entanto, que se manteve aqui a perspectiva enunciada por Aguiar Barreiros, já anteriormente sugerida, em linhas gerais, por Gómez Moreno, quando este autor se referiu ao portal principal como de arco em volta perfeita e não em ferradura⁹⁴.

No interior, mantêm-se alguns problemas de difícil resolução. Carlos Alberto Ferreira de Almeida realçou já a escassa dimensão das arcadas divisoras das naves, facto que contribui para acentuar a sensação maciça das paredes da nave central⁹⁵ (Fig. 100).

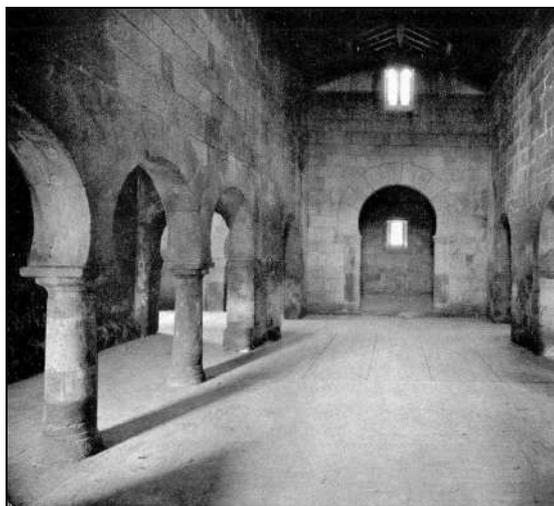


Fig. 100
São Pedro de Lourosa. Aspecto interior do corpo da igreja, em direcção da capela-mor, após a conclusão do restauro. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu

⁹³ IDEM, *Ibidem*, p.13, nota 1, refere que parte da porta principal foi encontrada aquando da demolição da casa do pároco. “Por êle verificou-se a forma adintelada desta porta (...) particularizada, todavia, por um toro de minguido relêvo, tal como o que se conspecta nas aduelas do arco do *narthex*”. Não se tratou, portanto, de um fragmento encontrado *in situ*, mas deslocado, em altura incerta, para a residência paroquial vizinha.

⁹⁴ Manoel GÓMEZ MORENO, “Carta de 18 de Agosto de 1931 enviada a José Vilaça”, publ. *Ilustração Moderna*, nº55, Porto, ed. Marques Abreu, 1932, p.417: “En cuanto a su puerta insisto en que no debe llevar arco ni columnasm sino ser adintelada, como las del crucero”.

⁹⁵ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.124.

Este autor atribuiu tal característica à inexistência de focos de iluminação na nave central. Ao longo do presente trabalho, mantivemos muitas dúvidas sobre a real organização das paredes altas da nave central. A conclusão a que chegámos, como apresentaremos mais detalhadamente ao analisar a iluminação do templo (ponto 3.2.3. desta parte), é a de que existiam vários focos de luz sobre as arcadas. Neste sentido, o relativo atarracamento das arcarias formeiças parece-nos apenas ilusório, na medida em que os diversos vãos de iluminação alargariam o espaço em vez de o estreitar, como acontece actualmente.

Em todo o caso, houve, com certeza, a necessidade de adequar estes elementos – arcadas e vãos superiores de iluminação – à altura das paredes, que era ligeiramente mais baixa que a que se verifica hoje, como já vimos. Neste caso, a feição pouco ultrapassada dos arcos em ferradura de Lourosa pode ser uma opção ditada pelo espaço em altura disponível, e não necessariamente um indicador de menor qualidade construtiva, como se poderia depreender das palavras de Ferreira de Almeida numa primeira abordagem. O atarracamento das arcarias decorre mais, em nosso entender, do desproporcionado fuste das colunas que sustentam os arcos, demasiado largo para a sua altura.

A existência de arcos em ferradura a separar as naves da igreja de Lourosa é uma característica clara da cronologia e da corrente artística em que o templo se insere. Se até aqui a maioria dos elementos analisados aponta para o projecto da igreja de San Julián de los Prados, a feição destas arcadas afasta-se do rico século IX asturiano, e integra-se perfeitamente na arquitectura religiosa cristã de inícios do século X.

Um dos mais interessantes aspectos destas arcadas é a utilização de saiméis gigantesco (Fig. 101), comuns ao arranque dos arcos médios. Carlos Alberto Ferreira de Almeida entendeu este facto como vincadamente do século X⁹⁶ e são vários os exemplos que poderemos citar que comprovam esta ideia. O mais próximo geograficamente – e, com grande probabilidade, também cronologicamente – é a discutida mesquita de Idanha-a-Velha. Há algum tempo, ao analisarmos este edifício, concluímos precisamente pela proximidade entre Idanha e Lourosa neste aspecto, que se afasta claramente de soluções, pensamos, mais visigóticas, como o caso de San Juan de Baños⁹⁷.

⁹⁶ IDEM, *Ibidem*, p.125. Também em *Op. Cit.*, 2001, p.29.

⁹⁷ Paulo Almeida FERNANDES, *A Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha*, 2001, p.65, nota 106.

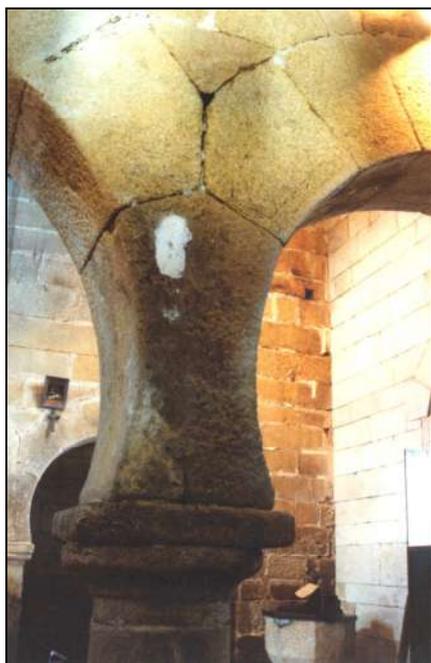


Fig. 101
São Pedro de Lourosa. Saimel
de um dos arcos médios das
arcadas formeiras que separam
as naves.

Ainda sobre o visigotismo de algumas soluções de Lourosa, importa referir a opinião de Ramón Corzo acerca da cronologia e referentes estilísticos dos arcos que apresentam parte do tardo vertical. Este autor entendeu esta solução como filiada em soluções de época visigótica⁹⁸. Não querendo enveredar por uma linha de caracterização redutora, pensamos que as conclusões de Corzo basearam-se, sobretudo, num modelo catalogador visigotista que não corresponde ao que hoje defendemos. Quer isto dizer que a utilização destes arcos pode tanto corresponder aos séculos VI-VII como ao X, sem que se possam reconhecer diferenças assinaláveis em matéria de registo material. Esta, contudo, é uma questão que deixaremos em aberto, pela impossibilidade de avaliar, *in situ*, as palavras de Ramón Corzo.

O pavimento das naves e sua organização em altura é outro dos aspectos mais problemáticos da igreja de Lourosa. Aquando das sondagens de restauro, não se identificou qualquer vestígio do pavimento original, facto agravado pela conversão do interior da nave central em cemitério no século XII. A solução então adoptada foi, novamente, uma opção dos restauradores, a partir do segundo projecto de José Vilaça, que concebeu “estrados móveis de madeira, nada característicos, é certo, mas inevitáveis” devido à quantidade de sepulturas existentes no sub-solo⁹⁹. A definição do pavimento a dar às naves implicava a resolução de um outro problema: a hierarquia dos espaços da igreja ao nível do solo. Manuel de Aguiar Barreiros

⁹⁸ Ramón CORZO SÁNCHEZ, *Op. Cit.*, 1989, p.116.

⁹⁹ José VILAÇA, “Memória justificativa...”, *Op. Cit.*, nºNov.-Dez. 1931, p.364.

baseando-se na natureza hierárquica dos diversos espaços do templo, segundo uma regra canónica não muito definida, discordou da solução proposta por Vilaça, sugerindo que existissem degraus a separar as principais dependências¹⁰⁰.

Em San Julián de los Prados, os indícios encontrados apontam para uma solução de *opus signinum*¹⁰¹, disposta homoganeamente nos diversos espaços da igreja¹⁰². Mas a hierarquização espacial ao nível do solo existe em outros templos deste período, particularmente em igrejas do século X.

No Convento da Costa, os espaços do interior do templo encontravam-se separados por degraus: um degrau da capela-mor para o cruzeiro (ou pseudo-transepto) e três degraus deste para a nave¹⁰³. O caso mais sintomático de uma organização deste tipo pode ser a igreja de Santa Maria de Lebeña, que mantém ainda vestígios importantes sobre a sua estrutura original ao nível do solo. Aqui, o espaço interior está separado em três níveis sequenciais, sendo mais elevado o pavimento da cabeceira, mais baixo o do coro e mais baixo ainda o do corpo da igreja¹⁰⁴.

É muito provável que Lourosa seguisse uma organização interior deste tipo, embora se possam citar templos contemporâneos que não possuíam qualquer elemento divisor ao nível do solo. Este foi, todavia, um dos campos de intervenção onde o restauro actuou com maior negligência. É um facto que grande parte do subsolo havia sofrido alterações, com a adaptação a cemitério e com as grandes obras barrocas. Mas nenhum esforço foi empreendido para identificar rigorosamente possíveis vestígios desta realidade.

O último ponto que focaremos ao analisar a zona das naves de São Pedro de Lourosa é o topo ocidental da nave Norte, onde se situa o suporte do baptistério (Fig.

¹⁰⁰ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, pp.45-48: “Do *narthex* descia-se (não menos de dois degraus) para a igreja, que era esta a regra invariável que diríamos canónica (...) mas, condizendo com o *narthex* o nível do cruzeiro, o pavimento dêste elevava-se sôbre o das naves (...). De sorte que eram dois planos: o do corpo principal formado pelas naves, inferiormente, e o do transepto incluindo o cruzeiro, mais elevado”.

¹⁰¹ Lorenzo ARIAS PÁRAMO, *Op. Cit.*, 1993, p.55. Também Fernando A. MARÍN VALDÉS e Juana GIL LÓPEZ, *Op. Cit.*, 1989, p.34. Idêntica solução, colorida de vermelho com ornamentação a negro, existia em Santianes de Pravia, uma das primeiras igrejas da monarquia asturiana e implantada, ao que tudo indica, sobre uma antiga *villa* romana (Cfr. Carlos CID PRIEGO, *Arte prerrománico de la monarquía asturiana*, Oviedo, GEA, 1995, pp.48 e 53, entre outros).

¹⁰² Como provou Luis CABALLERO ZOREDA, “Pervivencia de elementos visigodos...”, *Op. Cit.*, 1989, p.121, a opção por solos em *opus signinum* está identificada para toda a Alta Idade Média peninsular, com exemplos marcantes em Recópolis, em Santullano, em Melque e em Escalada, a que poderia juntar outros exemplos.

¹⁰³ Manuel Luís REAL, “Santa Marinha da Costa...”, *Op. Cit.*, 1985, p.22.

¹⁰⁴ Cfr. Enrique CAMPUZANO RUIZ, *Santa Maria de Lebeña. Iglesia mozárabe del siglo X*, Santillana del Mar, Museo Diocesano, 1998, p.38.

102), escavado toscamente no afloramento rochoso que se prolonga deste o cemitério anexo.

Este tipo de solução tem paralelos no mundo hispânico dos séculos IX e X, sendo a principal referência o baptistério da igreja asturiana de San Juan Evangelista de Santianes de Pravia, construída mais de um século antes que a de Lourosa. Nesta igreja, sede da primitiva corte asturiana antes de se instalar em Oviedo, o baptistério situava-se no extremo ocidental da nave Sul, ocupando sensivelmente o mesmo local relativo que o baptistério de Lourosa¹⁰⁵.

Em Santa Comba de Bande, um templo a que nos referiremos bastante ao longo deste capítulo, é também provável que existisse uma solução deste tipo, ocupando o mesmo espaço no interior da igreja que em Pravia, mas não é ainda certo¹⁰⁶.



Fig. 102
São Pedro de Lourosa. Suporte do baptistério escavado no afloramento rochoso. Extremo ocidental da nave Norte

Ao longo da Alta Idade Média, a estrutura do baptistério foi sendo sucessivamente limitada. Se nos primeiros tempos do Cristianismo peninsular encontramos baptistérios que são, eles próprios, estruturas arquitectónicas independentes da igreja – com claro destaque para os baptistérios das basílicas paleocristãs e de época visigótica – à medida que o baptismo por imersão foi sendo abandonado, o baptistério perdeu monumentalidade e foi paulatinamente integrado nos interiores das igrejas, a maioria das vezes em locais secundários.

A excepção, neste panorama evolutivo genérico, aconteceu na basílica de Santiago de Compostela, onde existiu um corpo Norte saliente, colocado sensivelmente a meio do corpo do edifício, especificamente destinado a conter o

¹⁰⁵ Existem algumas diferenças que atribuímos ao cuidado posto na construção da igreja de Pravia que não encontramos na nossa igreja de Lourosa. Naquela, o espaço de apoio para o baptistério é quadrado e integra-se exactamente ao centro da nave numa perspectiva longitudinal. Nesta, trata-se de um espaço escavado de planta circular irregular; como irregulares são também as condutas que permitiam o escoamento de água para fora da bacia.

¹⁰⁶ Agradeço ao Dr. Manuel Luís Real esta indicação.

baptistério ao centro¹⁰⁷. Esta opção, em data tão tardia, revela como o passo prévio à entrada na comunidade de fiés – o baptismo – era ainda importante para as populações e, acima de tudo, para as autoridades eclesiásticas e civis que estiveram na origem da construção. Ainda que o caminho fosse o da perda de relevância no contexto da liturgia hispânica, o carácter iniciático desta prática era reforçado no próprio local onde havia sido descoberto o túmulo de Santiago.

Em Lourosa confirma-se a tendência para a perda de relevância e, logo, de monumentalidade. O baptistério desta igreja era uma peça exenta, apoiada num buraco circular mal talhado. Para além disso, encontrava-se na zona mais escura e marginal da igreja, no extremo ocidental de uma nave lateral, ocultada até dos fiéis que penetravam no templo, pela ampla imposta onde repousa o primeiro arco formeiro. Se esta localização se justifica, pela distância que devia existir entre o baptistério e o âmbito eucarístico das cerimónias, já a estrutura em que se apoia não deixa dúvidas quanto ao seu carácter essencialmente utilitário e muito pouco estético-artístico. Mantem-se como determinação canónica, mas segue a tendência geral de perda de importância do próprio ritual de baptismo como momento iniciático imprescindível à aceitação na comunidade cristã.

3.1.2.1. AS COLUNAS

A adopção de colunas monolíticas, de diâmetro considerável, é uma opção determinada pela reutilização de material romano, muito provavelmente oriundo de Bobadela¹⁰⁸.

O recurso a elementos provenientes de antigas estações romanas foi uma prática bastante comum durante toda a Alta Idade Média peninsular, testemunhando-se quase ininterruptamente desde a época visigótica ao século XII, passando ainda

¹⁰⁷ Cfr. Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, “Era para los cristianos lo que para los musulmanes la cava de la Meca”, *Santiago, la catedral y la memoria del arte*, ed. cient. Manuel Núñez Rodríguez, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago, 2000, pp.26-27: é esta a origem da Catedral dupla de Santiago durante a monarquia asturiana: “mientras una iglesia se destina a albergar reliquias y posee valor de santuario, la segunda se destina a la función religiosa previa al bautismo”. Em Santa Maria de Oviedo, catedral da capital asturiana, deve ter existido também um baptistério, mas desconhece-se a sua forma.

¹⁰⁸ José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, p.44, refere que algumas colunas deste tipo se encontravam reaproveitadas em casas particulares e tudo indica que fossem provenientes de uma localidade denominada Carvalhal. Já nos referimos a esta passagem na Parte II da nossa dissertação, concluindo, então, que não existem hoje dados concretos que relembram para segundo plano a possibilidade de todo este material proceder de Bobadela. A este respeito, apenas o melhor conhecimento do território desta antiga cidade romana – em concreto a sua rede de *villae* dependentes - pode trazer novos dados.

pelo mundo islâmico. Como veremos mais adiante, essa reutilização de materiais clássicos está na origem de um dos mais interessantes rumos artísticos do Ocidente europeu continental durante a época altomedieval, contribuindo para acentuar os focos de maior classicismo em épocas específicas.

No entanto, os construtores da igreja de São Pedro de Lourosa não se limitaram a reaproveitar material de outras construções e de outra época. O produto final foi um todo estilisticamente coerente, com vias de influência perfeitamente definidas mas adquirindo contornos de originalidade artística notáveis. Como salientou António Nogueira Gonçalves, muito material romano não foi apenas reaproveitado; foi também reelaborado, como no caso de algumas aduelas rusticadas (Fig. 103).



Fig. 103
São Pedro de Lourosa.
Pormenor das aduelas dos
arcos que formam a
arcaria formeira Sul.
Publ. Manuel de Aguiar
Barreiros, 1934; Fot.
Marques Abreu

Na altura de construir a igreja de São Pedro de Lourosa, os seus arquitectos procuraram, acima de tudo, dotar o edifício de um ar clássico, facto conseguido no exterior e no interior do templo, ainda que algumas dessas opções sejam hoje conhecidas graças a reconstituições virtuais e não a elementos conservados *in situ*. Sobre o exterior, referir-nos-emos, mais adiante, ao friso da torre cruzeira e aos frontões triangulares que ornamentavam alguns alçados. No interior, é nas arcarias que dividem as naves que essa característica classicizante mais se faz sentir.

Tratou-se de uma opção que resultou numa certa incoerência em relação às ordens clássicas. Por exemplo, no plano original figuravam várias tipologias de peças romanas, como bases áticas e toscanas ao lado de colunas dóricas¹⁰⁹. Mas a procura de uma matiz clássica – sóbria e estruturalmente sólida - situou-se numa ideia de

¹⁰⁹ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.47.

antiguidade a que bastava o reaproveitamento e a reelaboração de materiais antigos. Neste sentido, não deve causar qualquer estranheza a relativa incongruência identificada por Nogueira Gonçalves. A disparidade de elementos de ordens distintas aplicava-se, perfeitamente, à intenção com que estes eram integrados nos edifícios.

No caso das colunas monolíticas, de fuste baixo e até atarracado, esta é uma solução que encontramos em outras igrejas asturianas e do século X¹¹⁰. Elas começam a aparecer em obras da monarquia de Oviedo a partir de Ramiro I (*eikonostasis* de Santa Cristina de Lena) (Fig. 104), e assumem maior protagonismo no ciclo construtivo de Afonso III¹¹¹ (Fig. 105). No entanto, a sua utilização sistemática a outros espaços que não a cabeceira, aconteceu apenas no século X, como a igreja de Lourosa é um exemplo, e como o são também Escalada, Lebeña, Mazote, Peñalba, Idanha-a-Velha, Balsemão, etc., variando a qualidade do material e as suas dimensões. No período asturiano, é bem conhecida a tendência para que as arcarias divisoras das naves fossem suportadas por pilares quadrangulares de robusta secção, terminando em capitéis quadrados, de secção relativamente maior que os pilares, decorados horizontalmente por modenaturas estriadas de feição clássica.

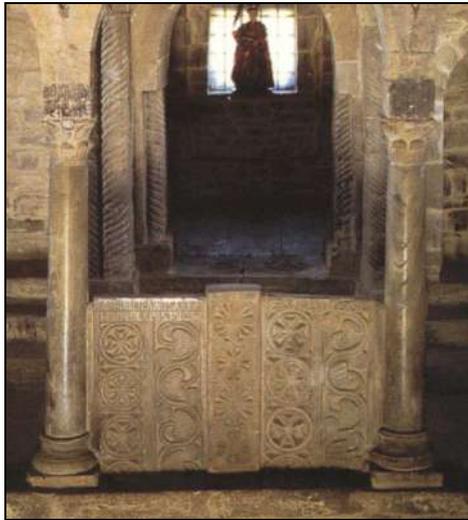


Fig. 104
Santa Cristina de
Lena. Secção central
da *eikonostasis*

Fig. 105
San Salvador de
Valdediós. Coluna do
arco triunfal

No essencial, a utilização deste tipo de colunas no corpo da igreja de Lourosa é uma solução com curiosos antecedentes no mundo asturiano do século IX, mas que ganhou real valor enquanto suporte preferencial apenas no século seguinte. Tratou-se de uma busca deliberada de materiais antigos com um duplo fim: garantir a qualidade

¹¹⁰ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.101, referiu já as colunas de São Pedro de Lourosa como um ponto de contacto com as igrejas leonesas do século X, de tipo basilical, com antecedentes asturianos.

da construção e, mais importante, dotar o edifício de uma sobriedade artítica, característica dos princípios estéticos então definidos para um conjunto considerável de templos cristãos peninsulares.

Os capitéis revelam ainda mais essa sobriedade deliberadamente procurada. Manoel Gómez Moreno ligou-os à reconstrução tardia de San Millán de la Cogolla, efectuada já na segunda metade do século XI por Sancho, el Mayor¹¹². Mas nem será preciso buscar paralelos tão tardios. Capitéis sem decoração encontram-se em Idanha-a-Velha e no Prazo (Fig. 106), muito próximo geograficamente e para cronologias relativamente semelhantes¹¹³. Mas esta é uma solução que permanece como característica marcante de um número restrito de construções. Em território nacional, ela testemunha-se essencialmente nestes três monumentos citados, como já referiu Manuel Luís Real¹¹⁴, e permanece relativamente ausente em outros edifícios do século X hispânico. Institui-se, assim, como marca que reforça ainda mais o classicismo de algumas construções, para lá do que foi comum na altura no raio de influência da coroa de León.

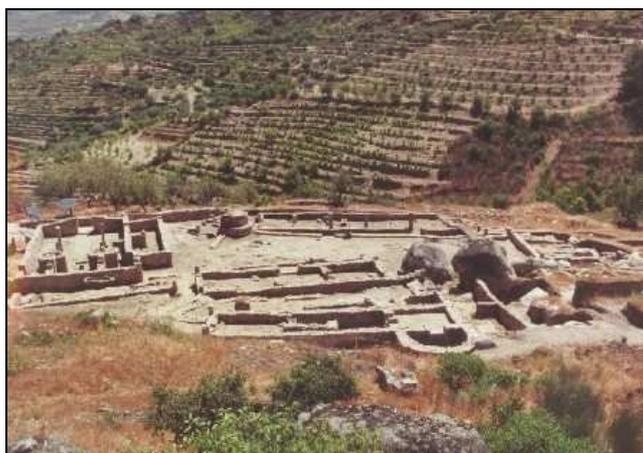


Fig. 106
Sítio arqueológico do Prazo. Vista geral do conjunto, vendo-se a igreja dos séculos IX-X à esquerda.

¹¹¹ Por exemplo, nas colunas de mármore resgatadas dos restos do Palácio que este monarca mandou construir na capital e recolhidas no Museu Arqueológico de Oviedo. Aparecem depois nos arcos triunfais de Valdediós e de Tuñón e na parde fundeira da capela-mor de Priesca.

¹¹² Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.101.

¹¹³ Na mesquita de Idanha-a-Velha, este facto foi já salientado por Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.*, (1992), 1995, p.66. Na recém-descoberta igreja do Prazo, datável de inícios do século X, apareceram colunas deste tipo com capitéis clássicos (Cfr. António Sá COIXÃO, *Um projecto, a investigação, a musealização e um circuito. Freixo de Numão, 1980-1996*, Numão, Câmara Municipal de Numão, 1997, p.), o que demonstra o reaproveitamento destas estruturas a partir de um antigo centro rural romano sobre o qual a (Re)conquista implantou uma estrutura de povoamento. Agradecemos ao Professor Doutor Mário Barroca as primeiras indicações sobre esta estação arqueológica.

¹¹⁴ Manuel Luís REAL, “O disco de Sabante e a influência da arte asturiana na área galaico-portuguesa”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p.268.

Mas esta corrente não pode ser avaliada apenas pela feição dos seus capitéis. As colunas e as bases são também elementos importantes a ter em conta no fenómeno de retorno ao clássico do século X peninsular. Sobre as colunas já nos referimos aos antecedente asturianos e à sua maior utilização no século X. Quanto às bases, em Lourosa, elas são capitéis invertidos, opção que, como já referiu Manoel Gómez Moreno, vamos encontrar em outras obras do século X, como em São Pedro de Balsemão e na cripta da Catedral de Palência¹¹⁵.

Como podemos facilmente perceber, estas analogias são apenas indicativas e não pretendem abarcar todo o raio de construções em que se testemunham, tarefa, de resto, para a qual não estamos devidamente preparados. Elas demonstram, acima de tudo, como a igreja de São Pedro de Lourosa se encontra inserida numa corrente artística mais vasta que teve na reutilização e reelaboração de materias romanos uma dos seus denominadores comuns mais efectivos.

3.1.3. – A NAVE TRANSVERSAL, O CORO E O VALOR DA *EIKONOSTASIS*

A passagem das naves do corpo da igreja para a nave transversal – o transepto românico – faz-se através de um espaço em que a sucessão das arcadas das naves é interrompida, dando lugar a um maciço pétreo muito robusto de ambos os lados da nave central. O prolongamento natural em altura das naves laterais é aqui interrompido, dando lugar a altas paredes, que se desenvolvem até ao tecto sobre o arco em ferradura que permite o acesso aos braços da nave transversal. Da nave central acede-se ao cruzeiro, hoje sem qualquer elemento divisor; aqui estaria implantada a *eikonostasis*, mas a sua supressão fez com que, da entrada principal do templo, não se vislumbre qualquer separação entre a nave central e o cruzeiro.

Na nave transversal, cruzeiro e tramos extremos encontram-se separados por uma arcada de arco único em ferradura, de idênticas dimensões aos das naves, sobre a qual se desenvolve a parede até ao tecto, como na passagem das naves laterais para a nave transversal.

A utilização destes arcos diafragma (Figs. 107 e 108), a compartimentar visualmente e espacialmente os espaços a N. e a S. do cruzeiro, e a grande

¹¹⁵ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.101.

proeminência dos pés-direitos do corpo da igreja que antecede esta parte (Fig. 109), fazem com que exista, neste ponto, uma estrutura bastante robusta, formada por grandes maciços pétreos que, no caso das paredes da nave central, correspondem a duas impostas de dimensões consideráveis, que sustentam o primeiro arco das arcadas das naves e o arco que permite o acesso do cruzeiro para os braços da nave transversal. Esta organização, por exemplo, impede a visão da capela-mor a quem se encontra nas naves laterais, mas acentua também a separação espacial das naves para o cruzeiro e para a nave transversal e, daquele para os tramos nas extremidades desta.



Fig. 107
São Pedro de Lourosa. Arco diafragma de passagem do cruzeiro para a extremidade Sul da nave transversal



Fig. 108
São Pedro de Lourosa. Extremidade Norte da nave transversal durante o restauro, vendo-se a elevação das paredes sobre os arcos dafragma. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu



Fig. 109
São Pedro de Lourosa. Impostas na passagem da nave Sul para a extremidade da nave transversal

Uma estrutura assim robusta contrasta, hoje, com a inexistência de qualquer divisão entre a nave central e o cruzeiro, fazendo com ele praticamente não se distinga do eixo axial que conduz à capela-mor. A este facto voltaremos ao analisar as hipóteses que se colocam quanto à forma e dimensão da *eikonostasis*. A estrutura robusta em torno do cruzeiro explica-se por razões arquitectónicas – na medida em que existia uma torre cruzeiro que aqui descarregava – mas também por razões de carácter litúrgico e de hierarquia do espaço interior. Era neste espaço específico que se marcava a separação do corpo da igreja, reservado aos assistentes, e da cabeceira, reservada ao clero e aos oficiantes, aquele “santuário resguardado para o desenrolar da liturgia sagrada em ambiente misterioso”, para retomar aqui a expressão de Carlos Alberto Ferreira de Almeida¹¹⁶.

Referir-nos-emos primeiro à nave transversal. Em Lourosa, ela constitui um segundo eixo axial, com duas portas a N. e a S. confluindo para o cruzeiro; na relação planimétrica dos espaços, possui uma amplitude apenas superada pela nave central, mas encontra-se projectada a uma escala bem superior que as naves laterais, não apenas em largura, como em altura. Na confluência dos dois eixos de maior amplitude, existe o cruzeiro, o local onde se situavam os cantores que acompanhavam o ofício religioso, e elemento articulador de todos os espaços necessários ao desenrolar da liturgia¹¹⁷. Carlos Alberto Ferreira de Almeida sugeriu já que a excessiva largura das naves obedeceu à subordinação do corpo da igreja em relação a esta nave transversal¹¹⁸. No momento de fecharmos esta dissertação, pensamos que essa subordinação deu-se, essencialmente, em relação ao cruzeiro e não na dependência da nave transversal como um todo.

A planta de Lourosa segue uma tipologia que podemos classificar como asturiana. Ela filia-se no plano de San Julián de los Prados, igreja que, posteriormente, veio a servir de modelo aos templos construídos no reinado de Afonso III, como Valdediós, Tuñón (Fig. 110), Priesca (Fig. 111) ou Gobiendes. Neste grupo de templos, cronologicamente o último núcleo da arte asturiana, a nave transversal tem grande importância planimétrica, mas não constitui um elemento independente do espaço interior. Neste ponto específico, estas quatro igrejas afastam-se de Santullano, embora

¹¹⁶ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.125.

¹¹⁷ Seguimos aqui a interpretação funcional deste espaço efectuada por Isidro BANGO TORVISO, “La vieja liturgia hispánica...”, *Op. Cit.*, 1997, pp.96-97.

mantenham a organização geral dos espaços. Ora Lourosa, apesar de manter uma clara proximidade em relação a este último grupo, que é praticamente contemporâneo da sua construção, segue mais de perto o plano de San Julián de los Prados. A prova desta relação encontra-se nas proporções da nave transversal em cada um destes templos. Ao contrário do ciclo construtivo do reinado de Afonso III, em que a nave transversal funciona como terceiro ou quarto tramo formeiro das naves, em Lourosa e em Santullano ela é claramente independente do corpo da igreja, estando projectada a uma escala até mais imponente.

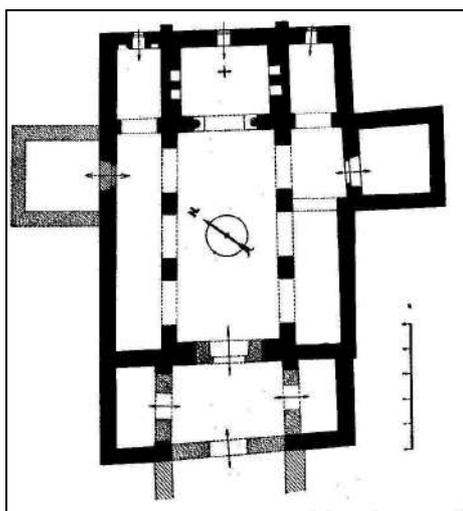


Fig. 110
San Adrián de Tuñón. Planta original,
publ. Victor Nieto Alcaide, 1989

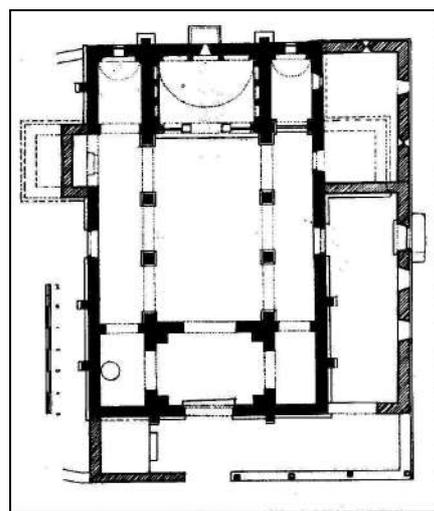


Fig. 111
San Salvador de Priesca. Planta
original, publ. V. Nieto Alcaide, 1989

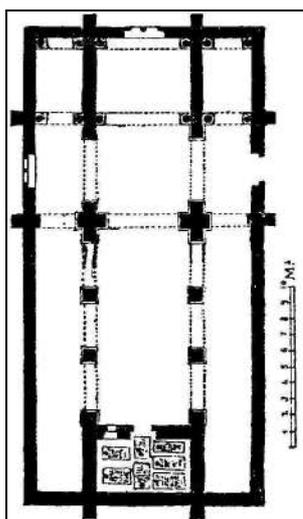


Fig. 112
Santa Maria de Oviedo. Planta original

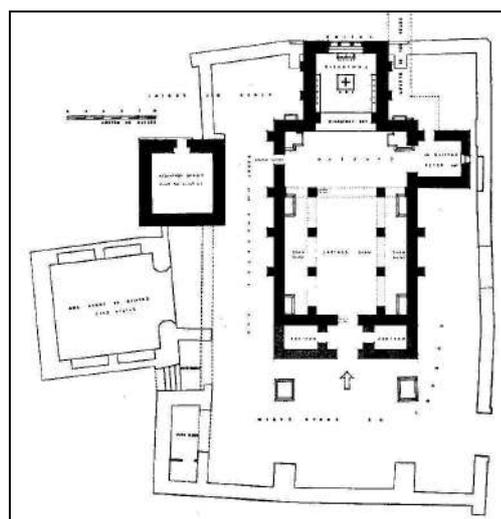


Fig. 113
San Tirso de Oviedo. Planta original

¹¹⁸ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.142: “Esta largura [da nave central] estará, sobretudo, relacionada com a amplitude dada ao coro, no qual a arquitectura da época coloca especiais cuidados arquitectónicos”.

Muito se tem discutido acerca da planta de San Julián de los Prados. Ela diferencia-se das igrejas imediatamente anteriores, sendo a sua nave transversal oposta à nave transversal da catedral de San Salvador de Oviedo (esta última não saliente do prolongamento rectangular das naves e de menores dimensões que as naves laterais). A igreja de Santa Maria de Oviedo (Fig. 112), panteão régio da monarquia asturiana, parece desempenhar aqui um papel importante, na medida em que a sua nave transversal, ainda que não se saliente do rectângulo do edifício, apresenta uma solução mais próxima à planta de Santullano, pelas maiores dimensões dadas a esta nave e a clara preponderância dada ao cruzeiro. A esta igreja de Santa Maria voltaremos quando analisarmos a torre cruzeiro de Lourosa. Em San Tirso de Oviedo (Fig. 113) temos a primeira aproximação real ao plano de Santullano, tendo a sua nave transversal proporções praticamente idênticas à nave central e uma dependência na extremidade Sul saliente.

A generalidade dos autores que se referiu à igreja de San Julián de los Prados foi unânime em reconhecer a importância da sua nave transversal. Víctor Nieto Alcaide considerou-a como “un *elemento interpolado* que interrompe la continuidad espacial y compositiva entre la cabecera e las naves”¹¹⁹. E Joaquín Yarza fala mesmo de uma igreja dentro de outra igreja¹²⁰.

Obviamente que entre Lourosa e Santullano existem diferenças substanciais neste espaço. Para além das condicionantes próprias de duas construções distantes no tempo e de patrocínio distinto, a mais importante é a existência da câmara régia no braço Norte da igreja régia de los Prados. A esmagadora maioria dos autores concluiu, mesmo, que a excessiva amplitude da nave transversal deveu-se à necessidade de construção da capela régia superior¹²¹. Até ao momento, não foram identificadas outras razões de carácter litúrgico ou processional, se bem que a perspectiva de uma câmara real dentro da igreja monopoliza praticamente todo o debate.

Pensamos que a proximidade entre as naves transversais destas igrejas explica-se pela subordinação de Lourosa a um plano previamente definido, com razões de ordem litúrgica incorporadas. Se em Santullano as duas dependências laterais são

¹¹⁹ Víctor NIETO ALCAIDE, *Op. Cit.*, 1989, p.85.

¹²⁰ Joaquín YARZA LUACES, *Historia del arte hispánico. II La Edad Media*, Madrid, Alambra, 1980, p.29.

¹²¹ Citem-se, como exemplo, Lorenzo ARIAS PÁRAMO, *Op. Cit.*, 1993, p.50, entre outros autores; Víctor NIETO ALCAIDE, *Op. Cit.*, 1989, p.85: “la presencia de esta gran nave transversal de crucero obedece a la exigencia de aislar un núcleo hermético en el interior del edificio, destacándolo jerárquicamente, con la intención de proyectar la iglesia con un *espacio reservado para el rey*”.

assimétricas entre si e correspondem ao espaço saliente do prolongamento natural para E. das paredes que delimitam as naves, em Lourosa elas correspondem a esse espaço saliente, mas também ao prolongamento das naves laterais, formando dois compartimentos transversais que contrariam a axialidade de todo o conjunto.

A confirmar-se que a amplitude da nave transversal de Santullano foi determinada apenas pela câmara régia superior, então o plano de Lourosa encontra explicação nessa subordinação a um modelo planimétrico já existente, mas com dimensão litúrgica e/ou processional por enquanto desconhecida.

Infelizmente, as indicações que possuímos acerca da função da nave transversal para a liturgia hispânica são ainda muito escassas. Manuel Núñez Rodríguez, ao tratar da igreja de San Salvador de Valdediós, retomou uma hipótese de o espaço tripartido da sua nave transversal corresponder a uma separação entre leituras distintas durante as cerimónias: a leitura da Profética (efectuada por um leitor) e as leituras da Epístola e do Evangelho (da responsabilidade do diácono), ficando o coro disponível para a condução da cerimónia propriamente dita¹²². Para além disso, sabemos que nas igrejas monásticas existia uma separação entre o masculino e o feminino dentro dos templos, com espaços reservados aos monges e outros às monjas. Por outro lado, não deixa de ser provável que as extremidades da nave transversal fossem concebidas como espaços de apoio às cerimónias, estando então, obviamente, veladas à visão da comunidade de fiéis.

Mas se as razões de ordem litúrgica não são (por enquanto) decisivas quanto à razão de ser das naves transversais, existem outras razões para que em Lourosa se tenha adoptado um espaço deste tipo. Uma decorre de questões estruturais; a outra, relaciona-se com a corrente classicizante que se testemunha na arquitectura pré-românica hispânica do século X. Ambas estas explicações são, contudo, indicativas do que poderá ter acontecido e em nenhum momento inviabilizam a natureza litúrgica da maior relevância dada ao coro e aos extremos da nave.

Razões estruturais, na medida em que sobre o cruzeiro existia uma torre de secção idêntica ao cruzeiro, cujos pontos de descarga necessitavam de apoios relativamente espaçados e solidamente construídos. Razões de natureza estilística, uma vez que a nave transversal constitui um elemento com múltiplos antecedentes romanos, como demonstraram Fernando Marín Valdés e Juana Gil López a respeito

¹²² Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*, 1991, p.126, citando Alfonso Rodríguez de Ceballos, 1965.

de Santullano e Luis Caballero Zoreda¹²³. Esta última explicação pode ter chegado a Lourosa por via indirecta, dada a adopção do plano de los Prados, mas testemunha como, na nossa igreja das fraldas da Serra da Estrela, a nave transversal era considerada um elemento espacial de prestígio e de monumentalidade da construção.

Esta subordinação a um modelo anterior testemunha-se em planta; em altura, a questão da influência da arquitectura ao tempo de Afonso II no projecto original da igreja de Lourosa dilui-se e podem encontrar-se outras formas de influência, como veremos mais adiante.

Ao contrário do que tem sido corrente afirmar-se na historiografia artística portuguesa, a nave transversal da igreja de São Pedro de Lourosa não se filia em modelos visigóticos. Esta sugestão foi inicialmente avançada por José Pessanha, que concluiu por uma cabeceira tripartida escalonada e nave transversal saliente.¹²⁴ Dava-se, assim, início ao que designamos por “marco planimétrico visigótico” para explicar as opções ao nível da planta de Lourosa.

Ora a análise da nave transversal de Lourosa, como acabamos de efectuar, prova, também por esta via, a influência dominante asturiana. O modelo mais próximo, de um ponto de vista formal, encontra-se na igreja palatina que Afonso II mandou construir nos arredores de Oviedo. Mas durante o ciclo construtivo de Afonso III, em finais do século IX e inícios do seguinte, a nave transversal saliente foi uma opção comum à maioria das igrejas, mantendo-se como característica imprescindível enquanto variava o número de tramos nas naves.

Referir-nos-emos, agora, à *eikonostasis* que se encontrava a separar a nave central (e também as laterais?) do cruzeiro (e dos braços da nave transversal?). Manoel Gómez Moreno colocou a hipótese da sua existência em Lourosa, por analogia com outros monumentos que conhecia em Espanha¹²⁵.

¹²³ Não vamos aqui enveredar por um debate em torno das origens do plano de San Julián de los Prados, tarefa que conta já com muitos passos historiográficos e com argumentos contraditórios. Sobre a origem romana da sua nave transversal (chegada às Astúrias por via carolíngia, bizantina, paleocristã e/ou islâmica), Fernando A. MARÍN VALDÉS e Juana Gil LÓPEZ, *Op. Cit.*, 1989, p.53, referiram os antecedentes clássicos do Baixo Império, realçando o seu “ámbito imperial de cerimonia y (...) espacio honorífico”. Luis CABALLERO ZOREDA, “Pervivencia de elementos visigodos...”, *Op. Cit.*, 1989, p.121, numa perspectiva mais material, evidenciou as influências tardo-antigas e norte-africanas da planta em *tau*, que caracteriza alguns dos monumentos peninsulares do período que estudamos.

¹²⁴ José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, pp.62-67.

¹²⁵ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.103.

A ideia da sua reconstrução foi depois assumida por José Vilaça nos projectos de restauro que efectuou para o templo. Numa das visitas por si efectuadas, certamente na companhia de Marques Abreu e de Aguiar Barreiros, foram identificados os pontos de apoio da *eikonostasis* nos pés-direitos daqueles maciços pétreos que separam a nave central do cruzeiro, concluindo que existem “vestígios claros nas paredes da nave central, no prolongamento das paredes correspondentes à cabeceira das naves laterais, onde se observa a penetração de silhares, e mais ainda pelos vestígios nítidos dos alicerces cortados na rocha”¹²⁶.

No entanto, a sua proposta de reconstrução foi mal recebida por Baltazar de Castro e encarada com certa relutância por parte de Gómez Moreno¹²⁷. Vilaça baseou-se em dados de proveniência arqueológica discutida (como parte do friso de arcos cegos que é hoje consensualmente atribuído à torre cruzeira ou a outra parte exterior do edifício), juntamente com outros de carácter estilístico, recorrendo, neste ponto, ao modelo de *eikonostasis* da igreja de San Miguel de Escalada.

A sua proposta, contudo, revelou-se demasiado inventiva. Constava de uma *eikonostasis* a dois registos, sendo o primeiro composto por uma arcaria de três arcos em ferradura, repetindo o modelo da divisão das naves, mas com arcos de menor vão, e o segundo com três séries de arcarias, cada uma contendo três arquinhos geminados, à maneira de janela tripla asturiana, cujos suportes médios eram duas pequenas colunas. A *eikonostasis* terminava abruptamente, em lintel recto, permitindo vislumbrar, do lado da capela-mor, parte do arco triunfal e o ajimez aberto no alçado E. do cruzeiro. Em alternativa, Vilaça desenhou um segundo registo para a *eikonostasis* constituído por três janelas de arco em ferradura, seguindo o mesmo eixo axial dos arcos do registo inferior. Com esta solução, Vilaça integrava na *eikonostasis* os arcos que separam as naves laterais da nave transversal, fazendo com que existisse uma barreira óptica a toda a largura do corpo da igreja no seu limite oriental.

Pensamos que foi devido a esta exagerada invenção do que terá sido a divisão espacial da igreja de São Pedro de Lourosa no seu plano inicial, que a *eikonostasis* nunca foi construída. Ao contrário do *narthex*, onde os testemunhos da sua existência

¹²⁶ José VILAÇA, “Memória justificativa...”, *Op. Cit.*, nº53, Nov.-Dez. 1931, p.363. Também Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, pp.44-45. Este autor aponta como indícios a “penetração dos silhares nas paredes da nave central e no mesmo alinhamento da cabeceira das naves laterais; os dois silhares salientes – um de cada lado – nesta verticalidade, integrados nos muros junto do alicerce, cavado na rocha, em tôda a largura da nave principal”. Aponta ainda as arcadas cegas, à semelhança de Vilaça, mas cuja incorporação num friso exterior da torre cruzeira é hoje mais consensualmente aceite.

¹²⁷ Cfr. notas 93 e 94 da Parte II.

se mostravam mais ténues no momento de Baltazar de Castro concluir o restauro do edifício, a *eikonostasis* possuía indicadores seguros de ter efectivamente existido. Aos vestígios nos pés-direitos da nave central, juntavam-se os fragmentos daquele friso de arcos cegos que Vilaça e Barreiros entenderam ter pertencido à *eikonostasis*.

A recusa desta opção, que certamente traria mais custos ao longo processo de restauro – perante uma prática empírica da DGEMN também ao nível dos recursos financeiros colocados à disposição de Baltazar de Castro -, insere-se na dinâmica restauradora final adoptada. Esta, como vimos na Parte II, rejeitou a reconstituição proposta por Vilaça, em benefício de um conceito restaurador que teve a dupla vertente de não inventar demasiados elementos artísticos, mas de reformular algumas partes, especialmente em altura, no sentido de se obter maior monumentalidade.

Como Baltazar de Castro a deixou, sem qualquer barreira óptica, a igreja de Lourosa parece não ter cruzeiro, nem nave transversal, para quem se encontra na entrada principal. A leitura que a generalidade dos autores faz actualmente do interior do templo não prescinde da *eikonostasis*. Manuel Monteiro assegurou mesmo que a sua não construção “determina, hoje em dia, a anomalia nas dimensões das naves”¹²⁸.

E para quem visitar o monumento, lá encontrará os pontos de apoio nas paredes laterais da nave central que antecedem o cruzeiro¹²⁹ (Fig. 114).

A evidência de que Lourosa possuía uma *eikonostasis* no seu plano original é apenas o início do problema relativo a este elemento específico. A partir daqui, desconhecem-se as formas e as dimensões iniciais, os seus elementos constituintes e a sua real amplitude no espaço da igreja.

José Vilaça equacionou a hipótese de a *eikonostasis* de Lourosa se prolongar pelas naves laterais. Não faltam, contudo, perspectivas opostas. Carlos Alberto Ferreira de Almeida sugeriu que a *eikonostasis* de Lourosa aplicava-se apenas à nave central¹³⁰, na linha do que concluiu José Pessanha, a partir da identificação de vestígios somente nos pés-direitos da nave central.

¹²⁸ Manuel MONTEIRO, “L’Art pré-roman au Portugal”, *XVI Congrès International d’Histoire de l’art*, vol. I, Lisboa, 1949, pp.125-140, republ. *Dispersos*, Braga, ASPA, 1980, p.407. Na linha do que já havia escrito Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, pp.44-45: ao não se ter construído a *eikonostasis* “voltou-se à anomalia, que se pretendeu corrigir, da desigualdade de comprimento das naves – isto é: no século XVIII era o *narthex* a fazer parte da nave meã, agora é o cruzeiro invadido por esta”.

¹²⁹ Mário BARROCA, *Op. Cit.*, vol. II, t.1, 2000, p.476: “Com estas soluções ao nível do transepto seria impensável que Lourosa não possuísse uma *eikonostasis*”. Ainda Helmut SCHLUNK, “la iglesia de S. Gião, cerca de Nazaré...”, *II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1971, p.517, entre outros autores da segunda metade do século XX.

¹³⁰ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.143.



Fig. 114
São Pedro de Lourosa. Vestígios do encaixe da *eikonostasis* ao nível do pavimento actual



Fig. 115
São Pedro de Lourosa. Vestígios do encaixe da *eikonostasis* ao nível do arranque do arco da nave Sul

Pensamos que os arcos em ferradura que limitam as naves laterais a Oriente, sobre os quais se desenvolve uma alta parede, impõem-se como elementos claramente divisores. A juntar a este argumento, há as diferentes funcionalidades das naves laterais e das dependências extremas da nave transversal. Enquanto que as primeiras deverão ser reservadas para a assistência, ou para os penitentes – com a excepção do topo ocidental da nave Norte onde se situa o baptistério -, as segundas são compartimentos de apoio às cerimónias e deveriam estar circunscritas a membros do clero. Um último aspecto a focar neste ponto é a existência de vestígios no arco da nave lateral Sul (Fig. 115), que podemos associar, ainda que com grandes reservas, a esse hipotético prolongamento da *eikonostasis* pelas naves laterais.

Um outro problema é o das suas dimensões e forma. O modelo de Escalada foi a primeira referência para os autores que se dedicaram a este problema, surgindo assim a tripla arcada como a forma mais correcta¹³¹. Sobre a sua altura, não existem também dados que possibilitem uma melhor resolução do problema. Ferreira de Almeida sugeriu que em Lourosa pode ter existido uma solução análoga à divisão espacial que encontramos na igreja de São Gião da Nazaré, onde a *eikonostasis* se

¹³¹ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.103, depois seguido por José Vilaça nos seus projectos de reconstituição.

eleva até ao tecto¹³². Achamo-lo improvável. No mapa das *eikonostaseis* remanescentes do *asturiano* e do *pré-românico hispânico*, a opção mais comum foi a de uma barreira elevada acima da curvatura dos arcos das naves, mas que não vai até ao tecto.

Neste ponto, pensamos que as diferenças de liturgia determinaram muitas das soluções empregues. Por exemplo, a igreja onde a barreira visual é mais acentuada data de meados do século IX e tem um cunho claramente real: Santa Cristina de Lena. Aqui, a *eikonostasis* não se prolonga até ao tecto, mas encontra-se a uma altura bastante mais elevada que a cota da nave, impedindo completamente a visão da ábside. Durante os séculos IX e X, é difícil encontrar duas *eikonostaseis* iguais – isto é, duas *eikonostaseis* que sigam um mesmo modelo formal e dimensional -. Claro está que o panorama é demasiado fragmentário para que possamos extrair conclusões definitivas. No entanto, parece existir uma certa tendência para a diversidade. Diversidade que tem origem nos diferentes momentos de construção, nos distintos modelos de financiamento e de patrocínio, mas, também, nas ligeiras diferenças de natureza litúrgica. Está ainda por explicar a grandiosidade da *eikonostasis* de São Gião da Nazaré, que tão claramente se afasta dos modelos mais próximos cronologicamente de Lena e de Escalada.

Mas a questão deverá ainda ser mais complexa. Nos textos litúrgicos que suportam a liturgia hispânica há a referência a dois tipos de cancelas: as que cerram o cruzeiro e as que fecham o altar. Existem, assim, pelo menos duas situações distintas que determinaram a compartimentação espacial em direcção à ábside. Mas todas as perguntas que poderemos formular a partir daqui debatem-se com a impossibilidade de provar seja o que for.

Igualmente complexa é a localização do *Púlpito* e do *Tribunal* no espaço litúrgico hispânico. Do púlpito, descreve Santo Isidoro tratar-se um local onde o leitor efectuava leitura de salmos, sendo, nesse momento, visto por todos os que se encontravam no templo. Do tribunal, sabemos que se encontra em local elevado, pois é a ele que o sacerdote sobe para ditar as regras de comportamento. Destes espaços, diz Isidro Bango Torviso que se acedia através do coro¹³³. São, no entanto, elementos

¹³² Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 2001, p.29. Também Mário BARROCA, *Op. Cit.*, vol. II, t.1, 2000, p.476.

¹³³ Isidro BANGO TORVISO, “La vieja liturgia hispana...”, *Op. Cit.*, 1997, pp.98 e 101. Um terceiro elemento litúrgico que se pode relacionar com o púlpito e o tribunal é o *analogium*, ao que tudo indica mais um espaço onde se lêem os sermões. Como refere Bango Torviso, na época isidoriana referem-se

concebidos em altura, muito provavelmente acima do limite superior da *eikonostasis* do arco cruzeiro, pois só assim seriam visíveis a toda a comunidade.

A existência, em altura, de espaços litúrgicos próximos do coro, poderá explicar a exagerada altura das naves asturianas e algumas do pré-românico hispânico. Mas não explica outras questões, como o porquê de algumas *eikonostases* serem elevadas até ao tecto, fazendo com que púlpito e tribunal não fiquem visíveis para todos os elementos que se encontram na cerimónia.

Perante estes dados, cada vez se torna mais difícil perspectivar a *eikonostasis* de São Pedro de Lourosa. A analogia com outros exemplos também não é fácil, dada a disparidade cronológica e até funcional dos elementos que se conservam e, acima de tudo, a escassez do acervo conservado: em San Julián de los Prados, uma capela palatina e, ao que tudo indica, monacal, a *eikonostasis* foi já comparada a um arco de triunfo romano; em Lena, uma igreja de patrocínio régio construída no mesmo ciclo asturiano, mas cerca de trinta-quarenta anos depois de Santullano, a *eikonostasis* é bem distinta, assim como único é o seu plano arquitectónico no contexto da arquitectura asturiana; em Escalada, uma igreja monacal de inícios do século X, a *eikonostasis* parece constituir um prolongamento da sucessão das arcarias que dividem as naves; em São Gião da Nazaré, um templo que deve corresponder ao século X – mas que conserva ainda partes de época visigótica – a *eikonostasis* eleva-se até à linha do tecto. Nesta última igreja, parece haver um retorno, periférico e bastante espaçado no tempo, ao modelo de *eikonostasis* de San Julián de los Prados. A ser assim, temos mais uma prova da influência que a igreja de Afonso II exerceu sobre as opções construtivas do século X, na sequência desse retorno ao passado que caracterizou o ciclo construtivo de Afonso III¹³⁴. Mas teremos de aguardar mais dados de caracterização antes de avançarmos com qualquer conclusão.

Igualmente impossível de definir são as partes constituintes da *eikonostasis* de Lourosa. Já vimos como José Vilaça optou pela tripla arcada vazada nas partes superiores, de acordo com os fragmentos de friso. Mas logo no seu projecto definitivo, esta solução foi abandonada, em benefício de janelas únicas de arco em ferradura. No entanto, abordagens posteriores refutaram esta relação. Em 1934,

três *analogia*, mas no Antifonário de León ele aparece reduzido a um só. No entanto, não sabemos ainda se se tratou de um espaço independente; as versões mais consensualmente aceites apontam para que tenha sido uma peça de mobiliário disposta algures perto do coro.

¹³⁴ Assim se refere Victor NIETO ALCAIDE, *Op. Cit.*, 1989, à etapa construtiva do reinado de Afonso III: “o valor do passado”.

Manuel de Aguiar Barreiros sugeriu que a única peça que provavelmente faria parte da *eikonostasis* encontrava-se amontoada entre os vários destroços resgatados¹³⁵.

Em nosso entender, podem identificar-se ainda dois outros fragmentos que, por exclusão de partes, fariam parte da *eikonostasis* (Figs. 116 e 117). Tratam-se de dois pequenos pilares, de secção quadrangular, esquecidos nas fotografias que Marques Abreu fez do conjunto de peças resgatadas do processo de desconstrução efectuada pela DGEMN. As reduzidas dimensões destas peças permitem apenas supor que seriam elementos secundários da composição, muito provavelmente das suas partes altas. Constituem, no entanto, um testemunho interessante de como em Lourosa não se utilizaram apenas colunas reaproveitadas e/ou reelaboradas a partir de material romano, mas também pilares quadrangulares¹³⁶.



Figs. 116 e 117. São Pedro de Lourosa. Fragmentos de pilastrinhas

Do que ficou dito em relação à organização da nave transversal de Lourosa fica a única conclusão passível de ser tirada: entre a nave central e o cruzeiro existiu uma *eikonostasis*. Dela provavelmente fizeram parte dois pequenos pilares, mas a estrutura inferior seria, certamente, muito maior e mais complexa. O cruzeiro foi tratado como espaço primordial de todo o interior, local para onde convergiam as naves central e transversal. Era, também, o espaço mais abundantemente iluminado, como veremos adiante, ao tratar a arquitectura em altura.

¹³⁵ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, Est.60, nº5.

¹³⁶ Seriam as estas peças que alguns autores se referiram como elementos de época visigótica?

3.1.4. – A CABECEIRA

A reconstituição da cabeceira original da igreja de São Pedro de Lourosa tem sido um dos principais pontos de debate ao longo dos quase cem anos de historiografia dedicada ao monumento. Numa primeira fase, em que a analogia entre as plantas de Lourosa e de São Pedro de Balsemão se assumia como praticamente definitiva, Vergílio Correia assegurava que as diferenças que se detectavam em ambas serviam para completar uma e outra¹³⁷, numa clara aceitação de um modelo de influência comum.

O primeiro autor a propor a existência de uma cabeceira tripartida escalonada foi José Pessanha que, em 1916, concebeu uma planta do templo com três naves, transepto saliente e capela-mor bastante maior que as capelas laterais¹³⁸. A maioria das abordagens posteriores aceitou a proposta de Pessanha, com maiores ou menores reservas quanto à sua planta exacta, mas algumas das mais recentes referências ao templo pautam-se por uma prudente aproximação a este problema.

António Nogueira Gonçalves caracterizou a cabeceira de Lourosa como um fruto das “obras actuais”, baseadas em “alguns trajectos de alicerces, em disposição regular, e que teremos de classificar de época indefinida”¹³⁹. E no último texto saído a público sobre este edifício, Carlos Alberto Ferreira de Almeida optou por não fazer qualquer referência estilística em relação à cabeceira, preferindo evidenciar as muitas reformas por que passou esta parte do monumento¹⁴⁰.

Como já vimos ao analisar a reforma românica do edifício, pensamos que a cabeceira tripartida original não era escalonada, mas sim sobre uma mesma linha delimitadora a nascente, comum às três ábsides.

¹³⁷ Vergílio CORREIA, *Op. Cit.*, 1912, p.19. Também Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a architectura romanica...V”, *Op. Cit.*, nº83, Nov. 1911, p.86, considerou as plantas de Lourosa e de Balsemão como praticamente idênticas, se não na totalidade, pelo menos em parte, pela divisão do corpo em três naves separadas por arcarias de três arcos em ferradura cada. Joaquim de Vasconcelos considerou a igreja de Balsemão como contemporânea da de Lourosa, ao contrário da opinião dominante sobre este pequeno templo perto de Lamego à altura, que o dava como de época visigótica. Vergílio Correia aceitou esta datação para São Pedro de Balsemão, pelo que, para estes dois autores, a proximidade planimétrica entre os dois monumentos justificava-se, também, por razões cronológicas.

¹³⁸ José PESSANHA, “A architectura pre-românica em Portugal”, *Terra Portuguesa*, 1916, p.109, republ. *Op. Cit.*, 1927.

¹³⁹ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol.IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.43. Também do mesmo autor, 1952, republ. 1972 e 1980, p.58: “de nenhuma forma se pode saber como foi (...) a orgânica da cabeceira”.

¹⁴⁰ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 2001, p.29: “A cabeceira com três capelas quadrangulares, tal como se encontra, resulta do restabelecimento de um restauro muito voluntarioso, feito a partir de poucos restos e de vestígios de alicerces. Toda esta parte havia sido profundamente remodelada na Época Moderna”

Em 1930, relatando detalhadamente os vestígios arqueológicos identificados aquando do início do restauro, José Pessanha descreveu um alicerce debaixo do segundo degrau da capela-mor, “devendo a parede que sôbre ele se levantava ser a extrema do lado oriental (...) ou, em continuação dela, um presbitério, referindo-se neste caso a esse elemento a tradição local de que a antiga capela-mor era de exíguas dimensões, e tão baixa, que o celebrante, à elevação, quási tocava com o cálice na abóbada”¹⁴¹.

Até ao momento não foi possível localizar cronologicamente esta tradição, embora nos pareça que ela não se deve referir ao templo inicial. Pensamos que uma informação deste género, transmitida geracionalmente na localidade de Lourosa, deve corresponder a um lapso de tempo relativamente curto, tomando como universo temporal a história da igreja de São Pedro de Lourosa. Neste sentido, pensamos que esta tradição constitui um indicador de que a primitiva cabeceira pré-românica se manteve intacta até à época barroca, sendo, só nessa altura, substituída por outra maior. No ponto 2.1. desta Parte III, tivemos já ocasião de referir as dúvidas que mantemos sobre o prolongamento da cabeceira para Este logo na campanha românica, facto que poderá adquirir novos contornos a confirmar-se, por via documental, uma cronologia para a tradição da capela-mor demasiado pequena e baixa.

A partir das conclusões de José Pessanha, José Vilaça executou o seu primeiro projecto de restauro. Nele consta uma ábside rectangular de reduzidíssimas dimensões e bastante mais baixa que a actual capela-mor. No entanto, o alargamento das áreas de sondagem, efectuado por Baltazar de Castro, veio a revelar uma outra cabeceira, essa, sim, tripartida, escalonada e de ângulos rectos, que foi depois assumida, praticamente sem reservas, pela equipa em torno de Marques Abreu¹⁴².

Terão as primeiras sondagens identificado a capela-mor pré-românica e as segundas a capela-mor românica, ou, mais provavelmente, barroca? Pensamos que sim.

A existência de um alicerce sob o segundo degrau da capela-mor é um dado demasiado importante para ser aqui negligenciado. Ainda que, na altura em que foi identificado, nenhum desenho tenha sido realizado, desconhecendo-se, assim, as suas dimensões e o tipo de aparelho utilizado, não restam dúvidas de que aqui tenha

¹⁴¹ José PESSANHA, “A igreja de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº 40, Fev. 1930, p.33.

¹⁴² Cfr. projecto definitivo de José Vilaça, realizado a partir das informações de Baltazar de Castro para a cabeceira. Também Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.41.

existido uma parede. Resta saber se corresponderia à caixa murária delimitadora da cabeceira ou a um muro parcial, que permitia a passagem para uma capela-mor ainda mais pequena que a que equacionamos.

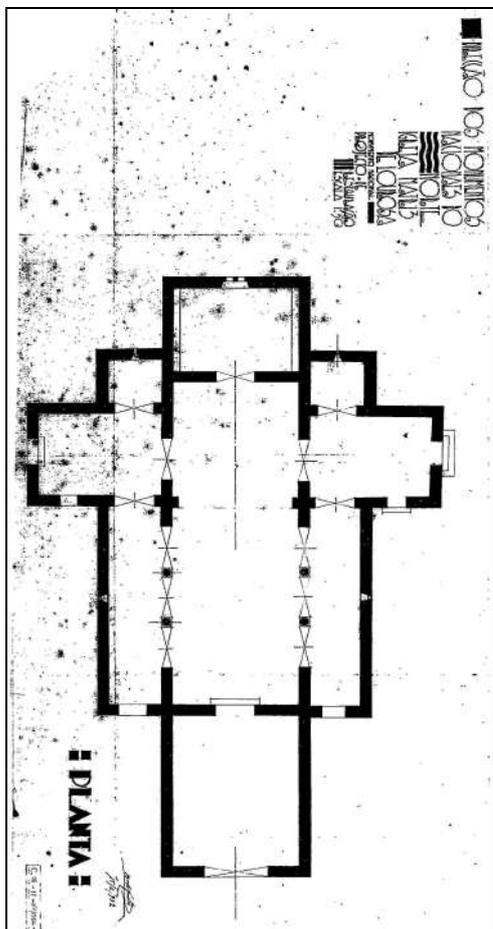


Fig. 118
São Pedro de Lourosa. Planta com cruzeiro quadrado e arco triunfal ligeiramente mais recuado. Executada sobre a planta da DGEMN, a partir de uma proposta inédita de Manuel Luís Real

Muitos anos depois, a sugestão de uma capela-mor mais pequena e com um arco triunfal situado ligeiramente mais a nascente do que o actual, foi formulada por Manuel Luís Real, numa proposta ainda inédita, mas que aqui reproduzimos com o seu consentimento (Fig. 118). Nesta planta, uma das várias propostas que o autor mantém em aberto acerca do monumento, aceita-se o o escalonamento da cabeceira e

A questão da existência de um diminuto “presbitério”, saliente para E. da linha de cabeceira, foi, inicialmente, colocado por José Pessanha em Novembro de 1930. No entanto, as sondagens posteriores de Baltazar de Castro determinaram o abandono da ideia¹⁴³ e o próprio José Vilaça, confrontado com as novas indicações, admitiu que “a abside e as absidíolas foram projectadas sôbre os alicerces bem visíveis”¹⁴⁴.

No entanto, ele figura no primeiro projecto de José Vilaça, embora numa fase em que nem sequer se tinha equacionado a existência de uma nave transversal e quando o modelo planimétrico de Balsemão era ainda genericamente entendido como o produto estilisticamente mais próximo do plano de Lourosa.

¹⁴³ “Igreja de Lourosa. O estado dos trabalhos de restauração”, *Ilustração Moderna*, nº47, Porto, marques Abreu, Nov. 1930, p.203. Nesta nota diz-se ainda que foi José Pessanha, quem estando em Lourosa a 7 de Outubro de 1930, definiu exactamente o limite oriental da capela-mor.

¹⁴⁴ José VILAÇA, “Memória justificativa...”, *Op. Cit.*, nº53, Nov.-Dez. 1931, p.362.

perspectiva-se uma capela-mor de menores dimensões, com um arco triunfal mais recuado em relação à actual linha de acesso à capela-mor e às capelas laterais.

Mantemos em aberto a perspectiva de o alicerce sobre o segundo degrau da capela-mor não corresponder a uma parede contínua, mas apenas aos pés-direitos de um hipotético arco triunfal. No entanto, pensamos que é mais forte a possibilidade de ser, efectivamente, a parede fundeira da capela-mor pré-românica. Manuel Luís Real apresentou esta proposta por desconfiar de uma torre cruzeira sobre um espaço rectangular. Neste sentido, o recuo do arco triunfal para nascente, era a única hipótese de o cruzeiro ter tido, alguma vez, planta quadrada, figura geométrica mais facilmente abobadável para fazer face ao peso da torre cruzeira.

Mais adiante, teremos ocasião de argumentar sobre a hipótese de o cruzeiro ter sido sempre rectangular. Por agora, importa deixar claro que, a confirmar-se uma cabeceira tripartida praticamente edificada sobre um mesmo alicerce a nascente – com as três capelas sobre a mesma parede ou, em alternativa, com a capela-mor ligeiramente saliente em relação às capelas laterais – o plano original da igreja de São Pedro de Lourosa passará a filiar-se claramente nos esquemas asturianos.

A cabeceira tripartida asturiana aparece, pela primeira vez, em San Julián de los Prados, (e, plausivelmente na igreja de Santa Maria de Oviedo) muito provavelmente depois de uma primeira experiência ensaiada na catedral de San Salvador de Oviedo, durante o reinado de Fruela I¹⁴⁵. Foi aqui que se estabeleceu um modelo planimétrico de igreja régia, mas, acima de tudo, um modelo que não tem paralelos, até ao momento, na arquitectura peninsular. No reinado de Afonso III, imediatamente anterior à construção da nossa igreja de São Pedro de Lourosa, a cabeceira tripartida de tipo asturiano é um dos elementos que se repete sistematicamente na maioria de templos então construídos.

A sugestão de a igreja de Lourosa ter possuído uma cabeceira deste tipo, como tivemos ocasião de argumentar, justifica-se, ainda, pelas já numerosas analogias que pudemos identificar entre este templo e o modelo inaugurado em San Julián de los

¹⁴⁵ É esta a perspectiva de Victor NIETO ALCAIDE, *Op. Cit.*, 1989, p.36, a partir de uma inscrição que relaciona a construção empreendida por Fruela I em San Salvador de Oviedo com a mesma tipologia depois adoptada por Afonso II para o mesmo templo. “Si esto fuera una referencia a sus formas constructivas, habría que buscar aquí el inicio de un lenguaje arquitectónico que, al igual que la corte, adquiere bajo Alfonso II su creación definitiva”. A maioria dos autores aponta para uma origem tardo-antiga (síria e/ou norte-africana) para o modelo de cabeceira asturiana, cujos paralelos mais próximos em solo peninsular encontram-se em basílicas do arquipélago das Baleares em datas a rondar os séculos V e VI (Cfr. Fernando A. MARÍN VALDÉS e Juana GIL LÓPEZ, *Op. Cit.*, 1989, p.30, entre outros).

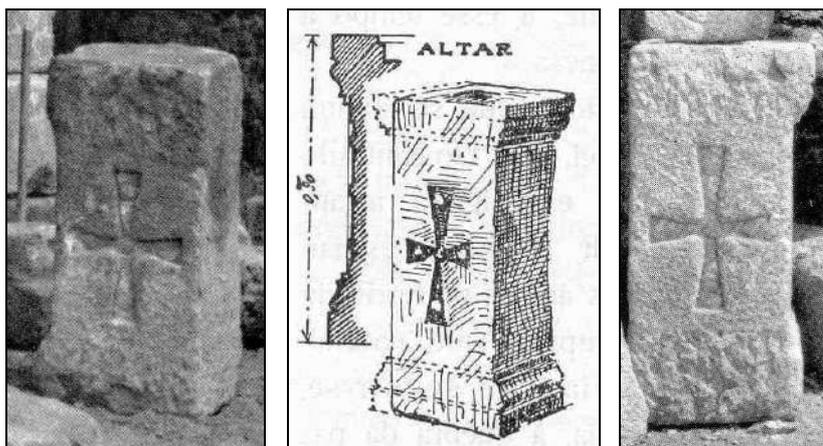
Prados. A cabeceira é mais um a juntar a esse conjunto de características, sendo mesmo um dos elementos de maior proximidade estilística, pela relevância deste tipo de solução na monarquia asturiana (em particular nos ciclos construtivos dos dois monarcas de Oviedo cognominados de *o Magno*: Afonso II e de Afonso III).

Neste sentido, se Santullano era já o templo mais próximo planimetricamente de Lourosa, a possibilidade de uma cabeceira tripartida de tipo asturiano vem reforçar ainda mais essa analogia, colocando, definitivamente, a nossa igreja na dependência de um influxo ovetense. De resto, não se deve estranhar esta permanência de modelos asturianos no século X. Lembramos que San Julián de los Prados foi o monumento que primeiro definiu uma ideia de arquitectura religiosa especificamente ligada à monarquia asturiana. Um século depois, Afonso III retomou esse mesmo modelo e aplicou-o às construções por si patrocinadas, como o demonstra claramente Valdediós. Nos primeiros anos do século X, este modelo estava perfeitamente veiculado pelo mundo civilizacional de Oviedo-León, chegando a Lourosa – até ao momento o ponto mais meridional e excêntrico, onde uma solução destas foi adaptada -, mas também à Galiza, como se comprova pela construção de Santa Maria de Mixós¹⁴⁶, e a outras regiões do país.

A ligação aos modelos ensaiados por patrocínio da monarquia asturiana, durante grande parte do século IX e primeiros anos do século X, materializa-se, ainda, nos altares originais da igreja de Lourosa. Apesar de actualmente se encontrarem esquecidos, sem qualquer visibilidade para quem visite o monumento, eles constituem, a nosso ver, o testemunho mais evidente de uma dependência da igreja de Lourosa em relação à monarquia de Oviedo. E esta é uma dependência que se alarga, também, aos seus construtores e à própria comunidade que determinou a sua construção.

O registo fotográfico executado ao longo do restauro revelou a existência de três altares que “cristianizaram” outras tantas aras romanas (**Figs. 119, 120 e 121**). São peças monolíticas, de secção quadrangular, dispostas verticalmente e ostentando, numa das faces, o símbolo de maior alcance dos reis de Oviedo: a cruz.

¹⁴⁶ Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*, 1978, p.205. Este autor chama a atenção para a transcendência de Valdediós e do ciclo construtivo de Afonso III como modelo planimétrico de sucesso durante os primeiros anos do século X. Um sucesso que se testemunha na manutenção de igrejas de três naves e cabeceira tripartida, seja no mundo asturiano-leonês, como em Escalada, seja no mundo marcadamente moçárabe, como Bobastro (p.189).



Figs. 119, 120 e 121
São Pedro de
Lourosa. Altares
originais do templo,
resgatados aquando
do restauro. Publ.
Manuel de Aguiar
Barreiros; Fots.
Marques Abreu

A cruz asturiana é o principal emblema desta monarquia. Associada à lenda da Batalha de Covadonga, em que os exércitos árabes foram derrotados nos Picos da Europa, a cruz passou a ser um símbolo de vitória, mas também de supremacia do Cristianismo e, por acréscimo, de legitimação da própria dinastia sediada em Oviedo. Associada à divisa “*Hoc signo vincitur inimicus*”¹⁴⁷, a cruz foi o símbolo do carácter sagrado da monarquia asturiana.

No reinado de Afonso II executou-se a *Cruz dos Anjos*, uma peça de ourivesaria destinada à catedral ovetense e que, actualmente, se conserva na Câmara Santa da mesma cidade¹⁴⁸. Cem anos depois, em 908, Afonso III decidiu ordenar a feitura de outra cruz, a *da Vitória*, em memória do centenário daquela mandada executar por Afonso II, mas também para a celebrar a consolidação da dinastia. Em todas as obras de seu patrocínio, a cruz aparece com grande destaque, simbolizando a autoridade régia sobre a construção, sobre o território em que se encontra, e sobre as populações a que servem.

A cristianização de aras romanas é um fenómeno amplamente documentado na arquitectura religiosa da Alta Idade Média peninsular. Um exemplo muito próximo encontra-se na igreja de Santa Comba de Bande¹⁴⁹, onde foi reutilizada uma ara

¹⁴⁷ Esta divisa foi, depois, repetida na *Cruz da Vitória*: “*Hoc signo tuetvr pius. Hoc signo vincitur inimicus*”.

¹⁴⁸ Victor NIETO ALCAIDE, *Op. Cit.*, 1989, p.69, realça o facto de uma inscrição na catedral de Oviedo referir-se directamente ao ataque de normandos, razão pela qual Afonso II mandou fortificar a cidade. Neste sentido, a *Cruz dos Anjos*, doada à catedral pelo monarca, assume-se como verdadeiro símbolo de “permanencia del reino”. O mesmo autor evidencia os paralelos italianos (especialmente a cruz de Santa Giulia de Brescia) desta obra para colocar como hipótese a sua feitura por artistas daí oriundos.

¹⁴⁹ Luis CABALLERO ZOREDA, “Sobre Santa Comba de Bande (Ourense) y las placas de Saamasas (Lugo). Algunos problemas de historiografía, análisis estructural y estilístico y atribución cronológico-cultural”, *Galicia no Tempo*, s.l., Xunta de Galicia; Conselleria de Cultura de Xuventude; Arcebispo de Santiago de Compostela – Diocese de Galicia, 1991, pp.95-97.

romana como altar principal do templo. Citamos esta ara de Bande pelas semelhanças com as peças de Lourosa, repetindo-se, em ambas, as mesmas modenaturas clássicas, progressivamente salientes na base e no topo, opção que repete o mesmo esquema dos frontões que existiram no templo de Lourosa e no remate do friso reconstituído por Manuel Luís Real.

Os altares de Lourosa, mesmo ocultados por trás da *eikonostasis*, eventualmente de cancelas no arco triunfal e nos arcos das capelas laterais, são o mais eloquente testemunho do marco asturiano em que a igreja foi construída. Às analogias planimétricas com San Julián de los Prados e com o ciclo construtivo de Afonso III, que fomos referindo neste capítulo, junta-se a cruz asturiana como símbolo tutelar, espiritual e temporal, do contexto civilizacional específico em que foi erguida.

Ao contrário da generalidade das obras do reinado de Afonso III, em que a cruz aparece logo na fachada principal e em posição elevada (Fig. 122), em Lourosa ela encontra-se associada aos altares, no fundo, os pontos primordiais de todo o interior, razão de ser da igreja e da comunidade de crentes que invoca o sacrifício de Jesus.



Fig. 123
San Julián de los Prados. Cruz asturiana constante do programa pictórico do interior da igreja



Fig. 122
San Salvador de Valdediós. Cruz asturiana da fachada principal, sob o ajimez da tribuna real.

O espaço tripartido das cabeceiras asturianas repete-se em Lourosa. Imediatamente após a existência de um segundo eixo axial, materializado na nave transversal, a cabeceira retoma a axialidade do corpo da igreja, correspondendo ao prolongamento natural das naves central e laterais. A sua organização hierárquica está também facilmente demonstrada nas diferenças espaciais de uma capela-mor mais ampla, onde se encontra o *sanctuarium altaris* e duas ábsides laterais menores, cujos

altares são denominados de *tituli*. Ainda que se continue a discutir a função destes espaços secundários¹⁵⁰, não restam dúvidas sobre a manutenção do triplo altar no mundo religioso asturiano, de que Lourosa também faz parte.

Os problemas em torno da cabeceira de São Pedro de Lourosa não terminam com a hipótese de reconstituição que aqui propomos a partir do modelo de cabeceira asturiana. Igualmente problemáticas são as questões em altura, que teremos ocasião de abordar no ponto seguinte. No interior, desconhece-se a forma original dos arcos triunfal e laterais, nomeadamente quais os tipos de suporte e se existiam cancelas que ocultavam parcialmente as ábsides.

No seu segundo projecto de restauro, José Vilaça refez o arco triunfal, montando-o “sobre colunas, bases e capitéis que existiam no museu” e ficando a proporção a cargo das indicações de Gómez Moreno. Quanto aos arcos das capelas laterais, foram idealizados a partir dos arcos fronteiros – que delimitam as naves laterais da nave transversal – “sobre impostas de rolos em espirais, existentes no museu”¹⁵¹. As opções de Vilaça quanto a estas partes do templo contrastam com a feição dos restantes arcos da igreja, em particular os das naves, assentes em ábacos quadrangulares ou em impostas côncavas, sem qualquer decoração.

Nas várias fotografias efectuadas ao longo do restauro, o arco triunfal (ou um dos arcos das capelas laterais) foi parcialmente montado (Figs. 124 e 125). Posteriormente, as impostas do arco triunfal foram desenhadas para a monografia de Manuel de Aguiar Barreiros de 1934 (Figs. 126, 127, 128 e 129).

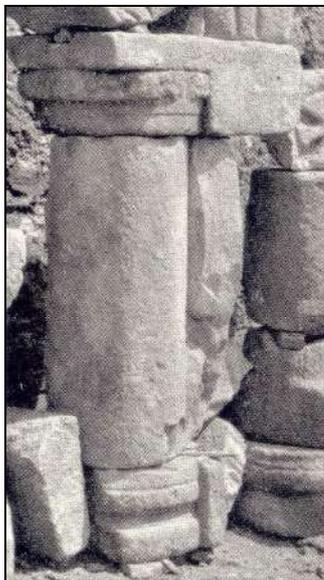
A convicção acerca deste arco triunfal era a de que ele se compunha de duas colunas monolíticas, mais baixas e de menor secção que as colunas das naves, adossadas aos pés-direitos do arco, sobrepujadas por capitéis tripartidos em altura e sem decoração, semelhantes aos restantes das naves. Sobre estes capitéis repousavam duas grandes impostas, contituídas por dois silhares de pedra dispostos horizontalmente e decorados, nas extremidades interiores do arco, com círculos de

¹⁵⁰ Desconhecem-se, ainda, as funções exactas dos altares secundários. Pensa-se que poderiam ser altares de preparação à Eucaristia, sendo depois o pão e o vinho levados em procissão para o altar principal. Por outro lado, poderão ser igualmente altares de veneração de relíquias (Cfr. Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*, 1991, pp.129-130, onde o autor elabora uma síntese das opiniões em presença). Isidro BANGO TORVISO, “La vieja liturgia hispana...”, *Op. Cit.*, 1997, p.93, considerou que um dos altares laterais corresponderá ao *preparatorio*, um termo que tem origem em antigas tradições pagãs de Toledo, e que é constituído por uma mesa. Bango contrariou a interpretação tradicional para este termo, que o encarou como uma sacristia. A confirmar-se este facto, então a organização tripartida da cabeceira asturiana poderá filiar-se nos modelos visigóticos dos templos da capital goda.

¹⁵¹ José VILAÇA, “Memória justificativa...”, *Op. Cit.*, nº53, Nov.-Dez. 1931, p.363.

baixo relevo, preenchidos com motivos radiais. Só então se sucediam as aduelas do arco propriamente ditas.

Este arco nunca foi reconstruído aquando do restauro e não fossem as fotografias de Marques Abreu ter-se-ia perdido a sua memória. No entanto, ele constitui um dos mais importantes testemunhos decorativos da igreja. Não só permite compreender que a capela-mor era mais baixa que actualmente, como nos informa aquela tradição sobre a dificuldade dos sacerdotes em efectivar as cerimónias, como impõe ao templo de Lourosa um cunho estilístico com outros paralelos artísticos muito próximos. Com efeito, a solução deste arco encontra uma analogia evidente nas impostas do arco triunfal da igreja de São Pedro de Balsemão, datável igualmente de inícios do século X.



Figs. 124 e 125
São Pedro de Lourosa. Colunas e capitéis de juntouro encontrados aquando do restauro e parcialmente remontados. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu

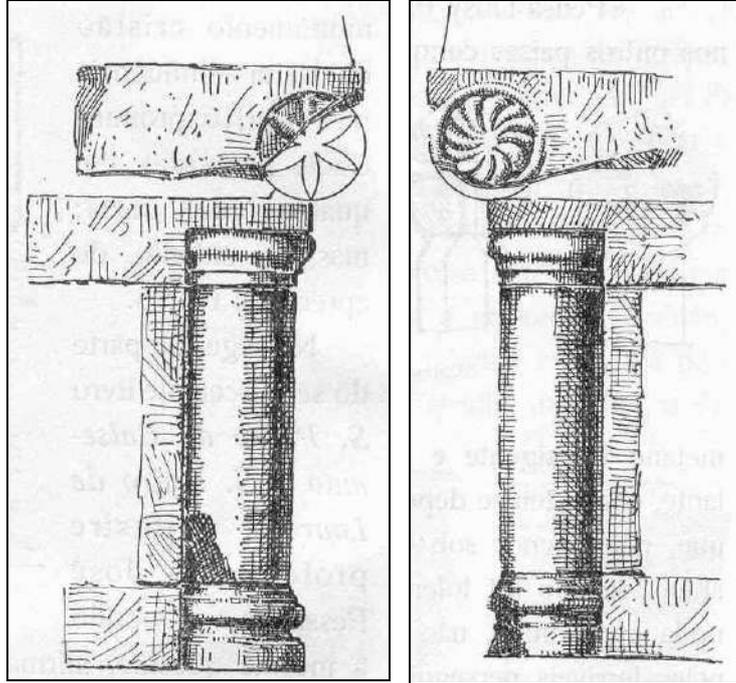
Desde os primeiros trabalhos sobre esta igreja que as impostas de rolos, que antecedem as aduelas do arco triunfal de Balsemão, foram entendidas como uma sobrevivência de modelos asturianos filiados, de alguma forma, na arte autóctone pré-romana característica da Península¹⁵². Carlos Alberto Ferreira de Almeida atribuiu este facto ao ressurgimento de técnicas locais antigas, conservadas graças à memória geracional, quando o vazio artístico de carácter erudito permite a existência de formas mais populares¹⁵³. E José Mattoso viu, na associação destas impostas a capitéis

¹⁵² A título de exemplo, veja-se Vergílio CORREIA, *Op. Cit.*, 1912, pp.20-21; Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, republ. 1998, p.97; José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, pp.13-14; Manuel MONTEIRO, “L’Art pré-roman au Portugal”, 1949, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.406; Simão Morais BOTELHO, *A igreja de São Pedro de Balsemão*, 1977, p.6; Paulo PEREIRA, *Op. Cit.*, 2000, p.118, Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 2001, p.30, entre outros.

¹⁵³ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.136.

clássicos, o paradigma do ecletismo cultural, materializado na “associação de correntes divergentes, não assimiladas mas apenas justapostas”¹⁵⁴.

Figs. 126 e 127
Desenhos das colunas e impostas de rolos que deveriam formar o arco triunfal. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934



Figs. 128 e 129
São Pedro de Lourosa. Impostas do arco triunfal fotografadas durante o restauro. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros; Fot. Marques Abreu

Fosse como fosse, é certo que este tipo de solução está amplamente testemunhado no mundo asturiano, sendo até aqui, mais que à longínqua realidade da Península pré-romana, que teremos de buscar aqueles paralelos estilísticos e formais imediatos, que explicam a ocorrência destas soluções na igreja de Balsemão. Neste sentido, o arco triunfal de Lourosa integra-se na mesma corrente asturiana que está na origem da edificação da igreja de Balsemão. Se o avanço normal dos estudos sobre a arte da Alta Idade Média em Portugal teve o mérito de afastar planimetricamente estes dois templos, depois de Joaquim de Vasconcelos e de Vergílio Correia os terem integrado num mesmo modelo, a proximidade entre ambos renova-se na análise de alguns dos elementos constituintes do arco triunfal de Lourosa. Ainda que sujeitos a esquemas arquitectónicos distintos, é possível reconhecer nestes monumentos

¹⁵⁴ José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, vol. I, 1992, p.526.

elementos artísticos comuns, que lhes conferem a unidade estilística e cronológica tantas vezes postas em causa.

As analogias com o templo de Balsemão são ainda maiores do que à partida poderíamos julgar. Manuel Luís Real referiu-se, recentemente, a esta igreja dos arredores de Lamego como o exemplo mais conclusivo de como, em Portugal, a arquitectura pré-românica não dispensou a utilização de discos decorativos, à semelhança do rico foco asturiano¹⁵⁵. Em Lourosa, foi identificada uma peça que pensamos poder relacionar com uma decoração deste género¹⁵⁶ (Figs. 130, 131 e 132), precisamente um círculo com decoração vegetalista de carácter radial. Infelizmente, não é possível ter qualquer certeza sobre o local onde estaria colocada no plano fundacional da igreja de Lourosa, como em Balsemão ela aparece também descontextualizada, mas pensamos que as paredes das naves ou da nave transversal seriam os pontos mais indicados. Sem poder responder, por enquanto, a esta dúvida, a existência de discos, ou medalhões, decorativos em Lourosa é um exemplo mais do contexto criativo asturiano em que o templo se filia, sendo esta peça um reflexo tardio e, claramente, de menor qualidade doos ricos medalhões de Lillo e de Naranco.



Fig. 130
São Pedro de Lourosa. Disco identificado aquando do restauro. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros; Fot. Marques Abreu

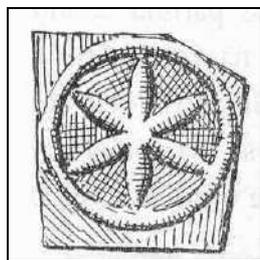


Fig. 131
São Pedro de Lourosa: Desenho do mesmo disco publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934



Fig. 132
São Pedro de Lourosa. Disco ou medalhão de carácter asturiano actualmente conservado no *narthex*

Outro problema prende-se com a solução dada ao tecto das partes constituintes da cabeceira. Sem nos referirmos já àquela tradição que dava conta de uma capela-mor muito baixa, uma das muitas críticas que mereceu o trabalho restaurador de Baltazar de Castro foi a opção da abóbada de canhão na capela-mor e capelas laterais,

¹⁵⁵ Manuel Luís REAL, “O disco de Sabante...”, *Op. Cit.*, vol. I, 1999, p.263.

¹⁵⁶ Esta analogia é partilhada por Manuel Luís Real, que primeiro nos referiu esta hipótese.

“quando a forma ultra-semicircular dos exemplares visigóticos e *moçárabes* da Espanha estavam naturalmente indicada”¹⁵⁷.

Um último ponto prende-se com a informação de que a capela-mor tinha, originalmente, arcos cegos ao longo das paredes fundeira e laterais. Esta hipótese foi avançada por Ramón Corzo¹⁵⁸, sem que tenham existido anteriores referências. Pensamos que este autor baseou-se em alguma informação mal transmitida, não confirmada por registos fotográficos anteriores ao restauro ou durante o processo.

Esta característica constituiria uma aproximação a um grupo restrito de igrejas datadas de inícios do século X, como Priesca ou Ollas. Mas esta solução radica, novamente, na igreja de San Julián de los Prados, sendo depois transmitida aos restantes ciclos construtivos da monarquia ovetense. As arcarias cegas no triplo santuário das igrejas asturianas representa, de acordo com a opinião de Helmut Schlunk, um dos mais interessantes modelos palacianos que sobreviveram desde a Antiguidade até às Astúrias do século IX¹⁵⁹. A matriz clássica da igreja de São Pedro de Lourosa tem sido um argumento recorrente ao longo desta dissertação, mas pensamos que o projecto original não contemplava arcarias cegas nos espaços interiores da cabeceira. As palavras de Ramón Corzo, neste sentido, devem referir-se aos fragmentos do friso que decorava a secção superior da torre cruzeira, onde aparecem, efectivamente, arcarias cegas, e não a qualquer elemento das ábsides.

3.2. – A ARQUITECTURA EM ALTURA

A reconstituição da altura original dos espaços da igreja de São Pedro de Lourosa é um dos pontos mais difíceis de ser alcançado com sucesso. Simultaneamente, constitui uma abordagem imprescindível no presente trabalho. Se, planimetricamente, o modelo adoptado em Lourosa filia-se na obra marcante de San Julián de los Prados, na arquitectura em altura do templo, podemos encontrar outras vias de influência.

Esta abordagem, contudo, enfrenta dois grandes problemas que se revelam, em alguns casos, verdadeiramente inultrapassáveis face aos dados de que dispomos. Por um lado, as múltiplas transformações ao longo dos séculos, de que convém destacar

¹⁵⁷ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, pp.48-49.

¹⁵⁸ Ramón CORZO, *Op. Cit.*, 1989, p.117.

¹⁵⁹ Fernando A. MARÍN VALDÉS e Juana GIL LÓPEZ, *Op. Cit.*, 1989, p.48, citando Helmut Schlunk.

as reformas românica e barroca do edifício. Por outro, a radicalidade do restauro efectuado na década de 30 do século XX pela DGEMN.

Se para o primeiro aspecto tivemos já ocasião de referir as possíveis transformações românicas, realçando, então, as escassas notícias que chegaram até nós e os diminutos vestígios conservados, para o período do restauro possuímos algumas informações mais detalhadas, mas nem por isso decisivas para muitas das questões que gostaríamos de ver resolvidas.

No segundo projecto de José Vilaça, onde as questões da altura dos espaços foram minuciosamente estudadas, o autor cita dois elementos essenciais para as suas opções: as cavidades da cornija nas naves laterais, onde existia um modilhão no ângulo Noroeste da nave lateral Norte, e os vestígios nas paredes exteriores da nave central¹⁶⁰. Com estes elementos, Vilaça concluiu que a altura das naves laterais nunca poderia ser inferior à linha de cornijamento e que o transepto seguiria a mesma altura da nave central. No entanto, como o próprio refere, não existiam quaisquer indícios acerca da altura da nave central, nem tão pouco da capela-mor e das capelas laterais, que Vilaça aproximou da altura adoptada para o *narthex*¹⁶¹. “Quanto a detalhes, subordinei-me por completo à teoria de G. Moreno, expressa em carta”¹⁶².

Desta forma, Vilaça escudava as suas opções nas indicações que Gómez Moreno havia dado. Mas que indicações eram essas? Da leitura da correspondência trocada entre ambos e publicada na *Ilustração Moderna*, Vilaça aceitou todas as propostas em relação à altura a dar ao edifício, à forma dos madeiramentos e das asnas de suporte aos telhados – que Gómez Moreno refaz recorrendo às estruturas dos tectos de Santullano e de Priesca, que se conservavam -, à colocação dos focos de iluminação, em especial os ajimezes, e à feição das cornijas. Por aqui se compreende como as preocupações de José Vilaça tiveram muito pouco que ver com a altura a dar ao edifício, concentrando-se preferencialmente nos aspectos artísticos a reconstituir.

O modelo posteriormente adoptado, parcialmente decalcado das indicações de Gómez Moreno, foi o possível, tendo em conta a normalidade “românica” que caracterizou a esmagadora maioria dos restauros da DGEMN no Norte do país e,

¹⁶⁰ José VILAÇA, “Memória justificativa...”, *Op. Cit.*, nº53, Nov.-Dez.1931, p.362.

¹⁶¹ IDEM, *Ibidem*, 1931, p.363. Sobre a nave central, Vilaça acabou por se basear na altura do *narthex*, uma vez que a altura da nave “está subordinada à colocação dos ajimezes, sobre os telhados do *narthex* e da capela-mor”. Ora só depois de definir a altura destes limites ocidental e oriental do templo é que pôde delimitar a nave central. Sobre os elementos da cabeceira, Vilaça apresenta aumentos algo confusos, justificando as suas opções “em comparação com similares, e, mais, como resultado do desenvolvimento das abóbadas das absides e das absidiolas”.

especialmente, os que Baltazar de Castro comandou. À semelhança da cabeceira, reconstruída “ao românico”, também a arquitectura em altura da restaurada igreja de São Pedro de Lourosa obedeceu aos cânones do Românico do Entre-Douro-e-Minho, assim como a solução dada aos telhados e aos madeiramentos das asnas do tecto, tendo Baltazar de Castro rejeitado as indicações de Gómez Moreno sobre este último ponto¹⁶³. A opção da DGEMN caracterizou-se, acima de tudo, por um alteamento generalizado e optimizado ao máximo em todas as partes do monumento, sem perder organicidade volumétrica românica. Assim sucedeu com o *narthex* e com a nave central, não tendo sido identificados elementos suficientes quanto aos restantes espaços.

A primeira grande crítica ao restauro em altura foi feita por Manuel de Aguiar Barreiros, como já vimos, em relação à altura a dar ao *narthex* e às naves laterais. Posteriormente, António Nogueira Gonçalves alargou essa crítica à generalidade do edifício, para além da solução planimétrica dada à cabeceira, como vimos anteriormente. Referindo-se ao transepto, Nogueira Gonçalves concluiu que a sua caracterização é muito problemática, na medida em que “desconhecemos o alçado da cabeceira e o espaço do cruzeiro”, posição que assumiu também em relação à altura das naves e à altura da fachada principal e respectivo *narthex*¹⁶⁴.

Na actualidade, o desconhecimento das partes altas da igreja é um obstáculo intransponível a um mais concreto conhecimento da estrutura original. Carlos Alberto Ferreira de Almeida entendeu que, não obstante as campanhas românica e da DGEMN, “é bem plausível que o seu aparato geral não se distancie muito do primitivo, a não ser sobre a ponta nascente da nave central, onde, ao que parece, devia existir uma torre cruzeira”¹⁶⁵.

Não partilhamos desta visão optimista. No momento de concluirmos esta dissertação, pensamos mesmo que o Românico e o Restauro «ao Românico» de que o templo foi alvo suprimiu outros elementos em altura que não apenas a torre cruzeira.

¹⁶² IDEM, *Ibidem*, p.363.

¹⁶³ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.48, lamenta precisamente esse facto, caracterizando o tecto de Baltazar de Castro como “lançado, à míngua de modelo característico, como se não existissem, coevos de Lourosa, os de tipo asturiano de Priesca e Santullano (o primitivo), com os quais importava confrontar-se”.

¹⁶⁴ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, pp.44-45 e 48. CONFIRMAR A CITAÇÃO. Também do mesmo autor, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.58, referindo-se a todo o conjunto edificado: “de nenhuma forma se pode saber como foi o seu alçado alto”.

¹⁶⁵ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.121.

Da leitura que fazemos do monumento, é nossa convicção que, pelo menos a cabeceira tinha outra altura original, mantendo-se ainda a dúvida sobre os braços da nave transversal, em especial o braço Sul. Por outro lado, quer o *narthex*, quer as naves laterais eram ligeiramente mais baixas, como provou Aguiar Barreiros.

Vejamos então o que é possível dizer sobre esta matéria e quais os argumentos em que baseamos as nossas convicções.

3.2.1. – A TORRE CRUZEIRO

O primeiro autor que sugeriu a existência de uma torre lanterna sobre o cruzeiro foi António Nogueira Gonçalves, que chegou a esta conclusão “de acordo com os indícios encontrados nas paredes”¹⁶⁶, facto também vincado por Ferreira de Almeida¹⁶⁷. Para trás, antes e durante o restauro, a questão foi colocada, mas de forma muito vaga, e partindo-se do princípio de que não tinha sido contemplada uma solução deste tipo no projecto original do século X¹⁶⁸. Baltazar de Castro não parece ter-se preocupado, alguma vez, com esta questão, assumindo, à partida, que não deveria ter existido qualquer construção deste género. No entanto, também aqui houve a negligência em relação ao que a campanha românica poderia ter destruído do plano pré-românico.

No momento actual da historiografia, são vários os indícios que certificam a existência de uma torre cruzeira no projecto fundacional do templo.

Os maciços pétreos das paredes que limitam a nave central junto ao cruzeiro justificam-se pela inclusão da *eikonostasis* nesse ponto específico, mas também pela necessidade de reforçar a estrutura central da igreja para suportar a torre. Por outro lado, a separação das dependências dos braços da nave transversal para o cruzeiro é

¹⁶⁶ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, pp.45-46: “Na linha da parede do transepto encontraram-se os dentados do que deveria ser parede com grande arco central, parede que seguia até ao alto (podendo formar-se lanterna nesse espaço rectangular do cruzeiro)”.

¹⁶⁷ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.124: “Reparemos no pedaço de muro em que se apoiam a primeira e a segunda arcadas, o qual servia para o cruzamento de arcadas que fechavam as naves e o coro, era uma das bases da primitiva torre cruzeira”.

¹⁶⁸ Cfr. as palavras de Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.45: “não há lograr cabimento á hipótese que, porventura, se aventasse de um lanternim: Em primeiro lugar, porque as reentrâncias dos silhares, cujos sinais, como ficou dito, vão apenas até determinada altura, não bastariam a consolidar a parede que forçosamente teria de se levantar aqui, a ultrapassar o telhado na proporção exigida pelo corpo de luzes; acresce ainda a deficiente espessura dos muros da quadra que o lanternim haveria de cobrir; e desta, por último, a irregularidade da forma, exageradamente rectangular, em vez de quadrangular”.

feita a partir de arcos diafragma, desenvolvendo-se, superiormente a estes, uma parede homogénea até ao tecto, solução igualmente empregue sobre os arcos que permitem o acesso das naves laterais aos espaços extremos da nave transversal. Ambos estes indicadores demonstram o cuidado posto na edificação de toda a estrutura que envolve o cruzeiro. Pretendeu-se dotar este espaço de uma robustez que não encontra paralelo em outras partes do edifício, facto que apenas se pode justificar pela maior construção em altura sobre este espaço.

Sobre o arco triunfal, a parede seria igualmente homogénea até ao telhado do cruzeiro, encontrando-se, hoje, rebaixada em relação à sua provável altura original, e com um ajimez refeito a partir do modelo do da fachada principal. Resta, finalmente, a dúvida sobre a parede que se desenvolvia acima da *eikonostasis*. A aceitarmos as informações de Nogueira Gonçalves que atrás citámos (nota 167 deste capítulo), aqui desenvolvia-se um grande arco. É provável que tenha sido assim, desenvolvendo-se a *eikonostasis*, neste caso, até à altura do fecho desse arco, ou muito próximo. Do lado ocidental, definia-se, por este meio, a altura da nave central, cujos modilhões estriados identificados nos topos ocidentais constituem o melhor indicador. Do lado oriental, elevava-se a parede da torre cruzeira.

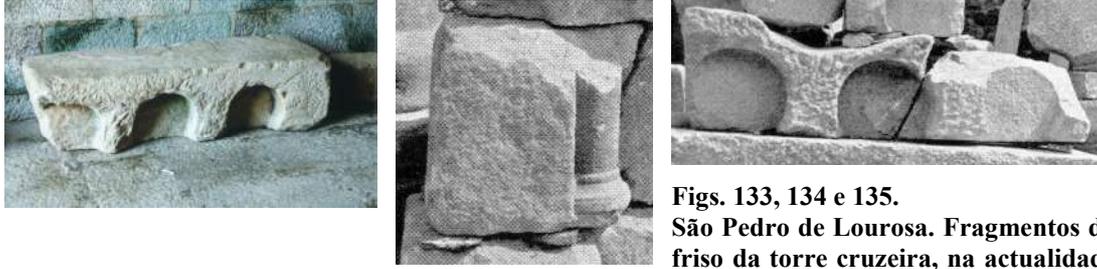
Se as características estruturais em torno do cruzeiro parecem não deixar grandes dúvidas sobre a existência de uma torre, o principal elemento que a certifica é o friso, de arcarias cegas de arcos em ferradura e ajimez central com mainel de dupla coluna, de que se conservam ainda importantes fragmentos.

Depois de José Vilaça ter pensado que estas peças teriam pertencido à *eikonostasis*¹⁶⁹, foi Carlos Alberto Ferreira de Almeida quem chamou a atenção para estes fragmentos, concluindo que deviam ter pertencido a essa torre cruzeira, seguindo o mesmo esquema do friso de São Frutuoso de Montélios¹⁷⁰ (Figs. 133, 134 e 135). Manuel Luís Real foi mais longe neste ponto e conseguiu reconstituir parte do friso, que posteriormente deu a conhecer na IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, realizada em 1992¹⁷¹ (Fig. 136).

¹⁶⁹ José VILAÇA, “Memória justificativa...”, *Op. Cit.*, Nov.-Dez. 1931, p.364: “... e sôbre os arcos tríplexes assentei então uma série de arquinhos com colunas, de dimensões e tipo dos ajimezes, porém cegos (...). Êstes arquinhos e colunas cegas estão em parte no museu”. Também Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.45.

¹⁷⁰ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, pp.121, 124 e 144 e 2001, p.29. Também Mário BARROCA, “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos...”, *Op. Cit.*, 1990, pp.111 e 123

¹⁷¹ Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.* (1992), 1995, p.44.



Figs. 133, 134 e 135.
 São Pedro de Lourosa. Fragmentos do friso da torre cruzeira, na actualidade e fotografados durante o restauro. Os dois últimos publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu

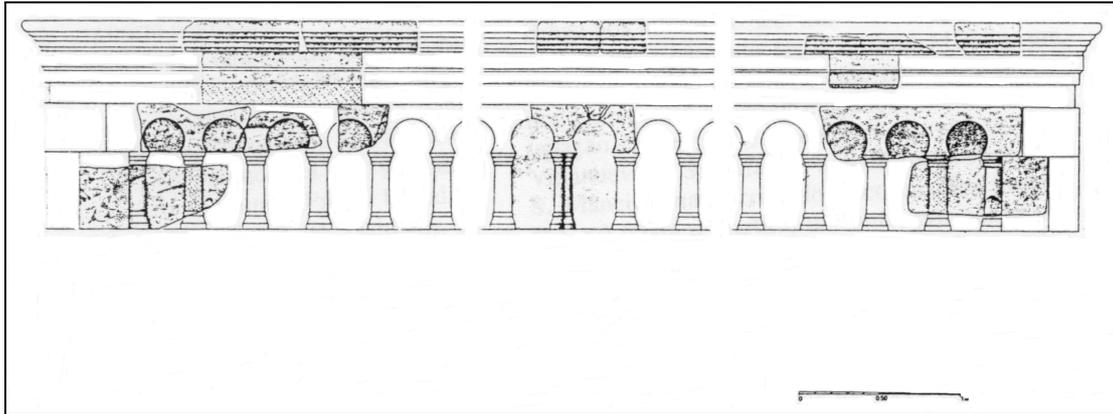


Fig. 136

São Pedro de Lourosa. Reconstituição do friso da torre cruzeira proposta por Manuel Luís Real, (1992) 1995

Algumas peças deste friso desapareceram, mas parte dele encontra-se ainda disperso no *narthex* e em torno da igreja. Mais uma vez, foi graças às fotografias de Marques Abreu que a maioria das suas partes constituintes foram “preservadas” na memória do edifício, o que permitiu a sua reconstituição, mau grado o desaparecimento de muitas das peças.

O friso de Lourosa é um precioso auxílio para a reconstituição original do templo do século X. Por um lado, é mais um dado que permite concluir da existência de uma torre cruzeiro. Todos os autores que, depois de Ferreira de Almeida se referiram a este friso, foram unânimes em reconhecer a extrema proximidade para com a torre cruzeira do templo de São Frutuoso de Montélios (Figs. 137 e 138). Na campanha do século X deste pequeno monumento dos arredores de Braga, o friso foi identificado aquando do restauro, mas a linha de conduta seguida pela DGEMN no seu restauro, apoiada nas conclusões de Moura Coutinho, pelo menos num primeiro momento, era claramente visigotista, e o friso acabou por nunca ser reconstituído¹⁷².

¹⁷² Sobre o problemático restauro de Montélios e as suas fases de acção e de paralização, veja-se Maria Mónica BRITO, “As fases do restauro da capela de S. Frutuoso de Montélios. A fragilidade da

Assim, o que hoje vemos, na torre cruzeira de São Salvador de Montélios, é apenas a parte superior desse friso, faltando os elementos de suporte às arcadas, estas apresentando uma curiosa sucessão de arcos ultrapassados, intercalados com arcos em mitra.

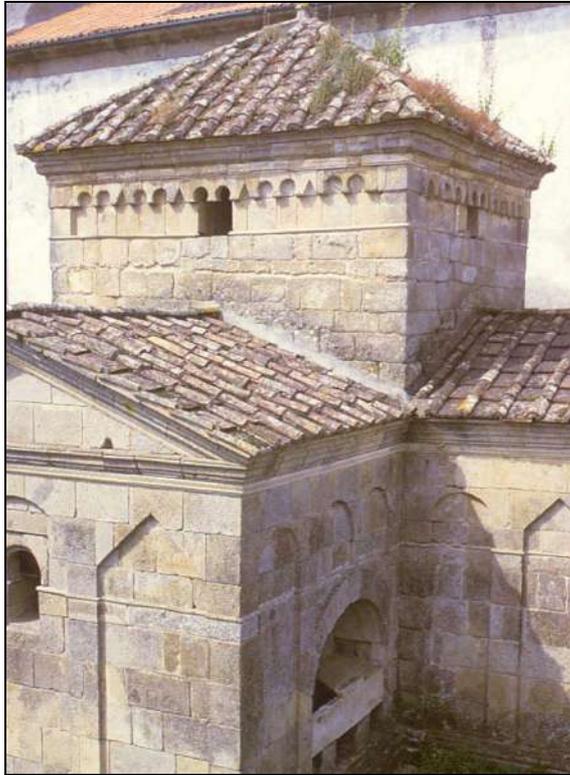


Fig. 137
São Frutuoso de Montélios. Aspecto actual da torre

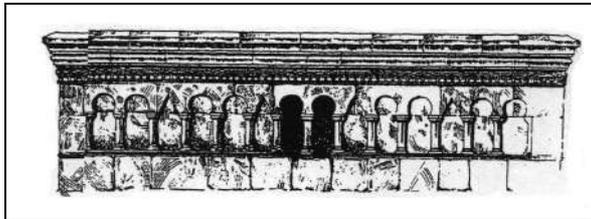


Fig. 138
São Frutuoso de Montélios. Friso desenhado por Moura Coutinho e nunca reconstruído

Por outro lado, é um elemento que revela algo mais sobre as influências artísticas presentes na nossa igreja. Carlos Alberto Ferreira de Almeida traçou uma linha evolutiva deste tipo de soluções, filiando-a na arte clássica e sua posterior difusão pela arte mediterrânica da Alta Idade Média, até chegar à arquitectura

reintegração nacionalista face à evolução historiográfica”, *Museu*, IV Série, nº10, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2001, pp.223-277.

emiral¹⁷³. Com efeito, os paralelos mais próximos para este tipo de solução situam-se em alminares, como o de São João de Córdoba, ainda do século IX¹⁷⁴.

Este percurso poderá levar à conclusão de que Lourosa é o produto de uma via de influência dominante sulista e, por isso mesmo, de um grupo de moçárabes. Pensamos, no entanto, que esta é uma conclusão precipitada e que não tem valor efectivo para a complexa realidade do século X. Quer Montélios, quer Lourosa são o resultado de uma vontade conotada com o mundo asturiano, ainda que alguns dos seus elementos artísticos possam ser considerados como importações do Sul árabe.

O templo de São Frutuoso de Montélios (ou a sua fase pré-românica) parece ser ligeiramente anterior à igreja de Lourosa, devendo datar dos anos finais do século IX¹⁷⁵, altura em que o terceiro ciclo artístico das Astúrias estava em pleno curso e numa altura em que o fenómeno imigrador moçárabe não era tão efectivo. Pensamos que a solução de frisos, em Montélios e em Lourosa, corresponde aos frisos de modilhões de rolos que caracterizam outras igrejas do século X peninsular. Entre estas duas soluções existem analogias próprias de se tratarem de elementos que antecedem a linha de beiral de partes importantes dos edifícios, ao mesmo tempo que podem ter, praticamente, a mesma altura. Numa das várias propostas de reconstituição para o templo de Lourosa, que Manuel Luís Real tem em aberto, o friso de arquinhos aplica-se às paredes da nave central com a mesma função que os frisos de modilhões de rolos de la Cogolla, de Lebeña ou de Celanova.

Neste sentido, os frisos de Lourosa e de Montélios não são mais que a solução de qualidade encontrada, perante as influências díspares que iam chegando ao Norte cristão peninsular. Se em outras áreas do pré-românico hispânico os modilhões de rolos, ou os conjuntos de capitéis, são marcas de qualidade artística de um mundo que assimilou várias influências e as reproduziu, nas duas igrejas “portuguesas” essa marca é dada pelos frisos que, além do mais, integram-se em torre cruzeiras, como os dos alminares islâmicos. Por outro lado, onde existem modilhões de rolos não

¹⁷³ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.127: Mesquita de Córdoba. A progressiva complexificação desta solução levará ao friso de arcos entrecruzados da Giralda de Sevilha, já de finais do século XII. Também IDEM, *Op. Cit.*, 2001, p.30.

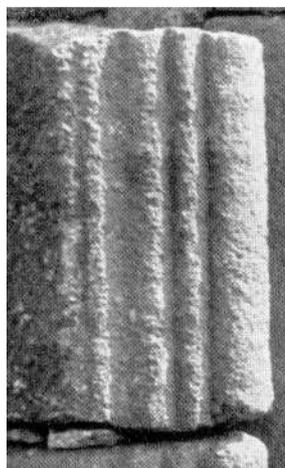
¹⁷⁴ Mário BARROCA, “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos...”, *Op. Cit.*, 1990, p.111 e *Op. Cit.*, vol. II, t.1, 2000, p.476. Também Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.* (1992), 1995, p.46.

¹⁷⁵ De acordo com Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.*, (1992), 1995, p.66, em 883 o presbítero Cristóvão doou o templo a Santiago de Compostela. Em 911, na delimitação da diocese de Dume, refere-se já a igreja de São Salvador. Neste sentido, a construção (ou reconstrução) deve situar-se entre estas duas balizas.

parecem existir frisos deste género e vice-versa, o que pode indicar tratarem-se de duas soluções para um mesmo problema: o coroamento de torres antes de se atingir a linha de beiral.

Temos, aqui, mais uma prova do ecletismo que marcou a arquitectura deste período nos reinos do Norte da Península, sem que se tenha criado uma corrente específica e homogénea à generalidade da actividade construtiva.

Ecletismo que se testemunha, ainda, nos frontões triangulares ou nas linhas de cornijamento, que sobrepujavam o friso de Lourosa, e que eram constituídos por cornijas de modenaturas horizontais, como os que restam ainda em tantos elementos dispersos pelo local (Figs. 139 e 140). Também por esta via se acentua o classicismo de Lourosa e as analogias estéticas para com São Frutuoso de Montélios¹⁷⁶.



Figs. 139 e 140
São Pedro de Lourosa. Fragmentos dos frontões classicizantes que decoravam o exterior da capela-mor e dos topos do transepto

A utilização de frisos em torres cruzeiras é, até ao momento, exclusivo desta corrente que se desenvolveu no Ocidente peninsular e que coloca em contacto as obras marcantes de Lourosa e de Montélios, ainda que planimetricamente sejam muito distintas, como já vimos em relação a um terceiro monumento “português”: São Pedro de Balsemão. No entanto, é possível que tenham existido outros templos onde esta solução tenha sido empregue. No mosteiro galego de Samos apareceu um painel com uma típica cruz asturiana, com as letras do *alfa* e do *ómega* pendentes dos braços, assente em dois restos de arcos cegos. Infelizmente, esta peça encontra-se truncada na parte inferior, o que não permite perceber se se trata de parte de um friso como o que foi possível identificar em Lourosa e em Montélios. Em todo o caso, aqui fica este testemunho, como um indício mais de outro friso a decorar uma eventual torre ou outras partes altas de outros espaços deste conjunto monástico.

¹⁷⁶ Cfr. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 2001, p.30, a respeito dos frisos moldurados classicizantes de Lourosa.

Mas a existência de uma torre sobre o cruzeiro de São Pedro de Lourosa abre outro tipo de problemas, de que se salienta a sua altura e tipo de cobertura originais. Da informação constante do processo de restauro, não foi possível apurar qualquer indicador acerca da primitiva altura deste espaço. Também as primeiras informações dadas por Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e José Pessanha, nas várias visitas que fizeram ao local, não referem qualquer indício útil para resolver esta questão. Pelo que deixámos expresso no ponto 2.1. desta parte da dissertação, pensamos que a torre pré-românica foi suprimida logo nos últimos anos do século XII, altura em que se procedeu à reforma românica.

Perante a ausência de qualquer indicador, a proposta de reconstituição que apresentamos baseia-se nas proporções da torre de São Frutuoso de Montélios, em relação aos telhados dos braços da sua planta em cruz. Trata-se de uma proposta aproximada, sem um ponto de referência exacto, e destinada, apenas, a transmitir uma ideia de como seria esta torre e qual a sua relação com os restantes volumes da igreja.

Ora, o problema da altura da torre cruzeira arrasta o da altura dos braços da nave transversal. Se adoptámos as mesmas proporções que em Montélios, tivémos que decidir qual a altura a dar aos braços da nave transversal.

António Nogueira Gonçalves assegurou que o topo Norte desta nave transversal não foi refeito aquando do restauro, sendo uma das poucas partes que permaneceram inalteradas perante a radicalidade do processo conduzido pela DGEMN. Segundo o mesmo autor, esta zona do edifício apresenta um aparelho diferente, muito pouco regular, “somente um empilhamento sem método de material anterior (...) silharia romana”¹⁷⁷. É conhecido o entendimento que Nogueira Gonçalves teve acerca dos méritos artísticos da igreja de Lourosa, considerando-a, sistematicamente, como uma construção de menor qualidade. Pensamos que as suas palavras sobre o topo Norte da nave transversal devem ser entendidas neste contexto apreciativo. É que a DGEMN, efectivamente, desconstruiu e voltou a construir esta parte. Assim o prova o fragmento de sarcófago romano que estava reaproveitado na

¹⁷⁷ António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.45. O topo Sul do transepto, segundo a opinião deste autor, seria constituído por este tipo de aparelho.

face ocidental do braço Norte da nave transversal, apeado aquando do restauro e depois desaparecido em altura incerta¹⁷⁸.

Na mesma monografia de Aguiar Barreiros, foram publicadas algumas fotografias que permitem visualizar a parte Norte da nave transversal antes de ser desconstruída¹⁷⁹. Por elas é possível verificar a diferença de aparelho na parede ocidental e os pontos de apoio das asnas do telhado (Fig. 141). Mas, até que ponto, estes indícios não correspondem ao templo legado pela reforma românica? Um dos indícios mais interessantes para que reconheçamos neste ponto a altura do edifício românico é o foco de luz circular que existe sobre o arco em ferradura da nave lateral Sul para a nave transversal¹⁸⁰ (Fig. 142). Este óculo, que plausivelmente também existiria na nave lateral Norte, dificilmente daria para o exterior, o que determinaria uma nave transversal praticamente à mesma altura que as naves laterais. A partir deste elemento, pensamos que os braços da nave transversal elevavam-se à mesma altura que a nave central, situação mais de acordo com o que julgamos ter sido o projecto inicial de São Pedro de Lourosa. Este facto, daria aos volumes que directamente ligavam com a torre cruzeira uma mesma altura, restando apenas a dúvida sobre a cabeceira, que veremos no ponto seguinte. Mas esta é uma conclusão, invariavelmente, sujeita a crítica ou a confirmação, dados os escassos elementos de caracterização que possuímos neste momento.



Fig. 141
São Pedro de Lourosa. Aspecto da cabeceira durante o restauro, vendo-se o óculo que existe ainda sobre o arco que permite o acesso da nave Sul à nave transversal

¹⁷⁸ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, Est.60, nºs. 3 e 6, dá-nos duas fotografias desta peça, a primeira ainda inserida na parede e a segunda já retirada do muro e disposta no chão perto da igreja.

¹⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, Est.35-39.

¹⁸⁰ Um óculo circular deste género aparece em Santa Maria de Melque, na parede do cruzeiro, que dá para o exterior. Mas a maior concentração deste tipo de soluções aparece nas Astúrias, mais concretamente no ciclo artístico do reinado de Afonso II (Santullano, mais uma vez, e Bendones e Nora). Todos estes óculos filtram luz para o exterior do edifício. Lourosa parece ser, até ao momento, caso único em que um óculo, na nave lateral, dá para outro espaço interior, ainda que este último seja mais iluminado. Em todo o caso, não foi possível fazer um rigoroso inventário deste tipo de óculos na arquitectura da Alta Idade Média peninsular, pelo que ainda mantemos em aberto a possibilidade de o óculo de Lourosa ter dado, efectivamente, para uma das dependências extremas da nave transversal.



Fig. 142
São Pedro de Lourosa. Vista
aproximada do óculo, a partir da
fotografia anterior

Um último problema relativo à torre cruzeira prende-se com a opção do seu abobadamento. Afastada a hipótese de um tecto de madeira, solução que não é frequente encontrar-se na arquitectura peninsular contemporânea para espaços tão elevados, pensamos que, na igreja de Lourosa, o espaço do cruzeiro foi abobadado com uma abóbada de arestas, dada a sua planta rectangular. Perante os dados de que dispomos, não pensamos que alguma vez tenha havido a regularização do espaço, por forma a criar uma figura geométrica quadrada e assim optar-se por uma abóbada de canhão, como em Lebeña, ou por uma cúpula, como em Melque e em Mazote. No caso do cruzeiro rectangular de Lourosa, a abóbada de arestas pouco pronunciadas, como aparece em San Millán de la Cogolla ou na dependência média de Celanova, não obstante esta ser uma solução com poucos testemunhos no panorama do pré-românico hispânico¹⁸¹.

3.2.2. – A CÂMARA SUPRA-ABSIDAL E A TRIBUNA

OCIDENTAL

A câmara supra-absidal e a tribuna ocidental são dois dos mais emblemáticos espaços da arquitectura religiosa asturiana, constituindo um “*sistema de composición bilateral contrapuesta*” no espaço religioso, como bem definiu Victor Nieto Alcaide¹⁸². Elas aparecem, pela primeira vez, em San Julián de los Prados, se bem que

¹⁸¹ José FERNÁNDEZ ARENAS, *Op. Cit.*, 1978, p.24, ao referir-se aos templos que utilizam abóbadas de cruzaria com nervuras, conclui que esta é uma solução tardia e que revela a influência directa de modelos cordoveses. Aceitemos estas indicações, por enquanto, dados os poucos monumentos em que tal solução aparece. Em todo o caso, mantenhamos uma margem de crítica razoável, pois Celanova não é, com certeza, um monumento tardio no panorama do pré-românico hispânico.

¹⁸² Victor NIETO ALCAIDE, *Op. Cit.*, 1989, p.184.

com outra disposição¹⁸³. Posteriormente, em Lillo e em Lena, estão já definidas as suas posições relativas, alcançando maior dimensão no projecto de Valdediós, onde a tribuna ocidental tanto permite a visão do interior da igreja, como do exterior.

A tribuna ocidental, nos dois ciclos asturianos em que aparece (reinados de Ramiro I e de Afonso III), é o espaço real, por excelência. Elevada em relação às naves, onde se situa a comunidade de fiéis, esta tribuna simboliza o carácter divino da monarquia e do seu monarca, uma característica que é comum a um número considerável de civilizações altomedievais: Ravena; Constantinopla; Império carolíngio; etc.¹⁸⁴. Até ao momento, apenas as igrejas de função palatina ostentam este tipo de tribuna ocidental, não faltando, contudo, alguns indícios de que em outros templos tenha sido contemplada uma solução deste tipo¹⁸⁵.

No caso de São Pedro de Lourosa, foi Gómez Moreno quem primeiro colocou a hipótese de ter existido originalmente uma tribuna alta a Ocidente. Esta proposta baseou-se essencialmente em dois aspectos, para além do *narthex* que já anteriormente vimos: a existência de uma janela superior, “que parece acreditar la existencia de tribuna alta”, e a escadaria a Norte, que servia o campanário românico e cuja existência inicial apenas se compreende em conexão com essa tribuna ocidental¹⁸⁶ (Fig. 143). No entanto, no ponto 3.1.1. desta parte III, já vimos como

¹⁸³ Em Santullano, definiu-se a cabeceira tripartida escalonada em altura que caracteriza o asturiano, mas não a tribuna ocidental, que aqui aparece no braço Norte da nave transversal, depois de ultrapassada a *eikonostasis* “triumfal” da igreja. Isidro BANGO TORVISO, *Op. Cit.*, 1994, pp.23-24, atribuiu esta estranha localização da tribuna real à personalidade de Afonso II (rei-monge), que escolheu o espaço reservado ao clero devido à sua sólida formação religiosa.

¹⁸⁴ Seguimos aqui as indicações fundamentais de Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*, 1991, pp.62-64 e 77, sobre este espaço. O mesmo autor realçou os antecedentes imperiais desta solução, concluindo mesmo que a filiação do modelo de tribuna ocidental de Valdediós na igreja de Corvey, datada de 873, encontra como uma das explicações o facto de também essa igreja ser de ordem imperial. Também Victor NIETO ALCAIDE, *Op. Cit.*, 1989, p.88, a propósito da tribuna de Santullano, evidenciou a união directa entre o rei e o sagrado, realizada a dois metros do solo. Nas cerimónias litúrgicas, existia uma específica dedicada ao rei – *laudes regiae* -, em que se pedia a sua salvação, razão também da existência desta tribuna nos monumentos palatinos.

¹⁸⁵ Permece, como caso verdadeiramente problemático, o de São Gião da Nazaré onde, ao que tudo indica, existiu uma tribuna sobre a porta principal (cfr. síntese de Jacques FONTAINE, *El prerrománico*, (1973), 3ªed. espanhola, Madrid, Encuentro, 1992, p.453, a partir das conclusões visigóticas de Helmut Schlunk, expressas em 1971. Posteriormente, à medida que o templo foi sendo considerado de época asturiana ou já do século X, manteve-se a ideia de que existiu aqui uma tribuna). Ao que tudo indica, São Gião da Nazaré nunca foi de patrocínio real ou construída como capela palatina dos reis de Oviedo ou de León. Neste sentido, parece que a sua tribuna pode explicar-se pela vontade de imitar um carácter real do templo por um grupo avançado da (Re)conquista, na linha do que definiu Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.*, (1992), 1995, pp.61-62. Fosse como fosse, este é o mais elucidativo exemplo de como a tribuna ocidental característica das igrejas palatinas das Astúrias ultrapassou as suas fronteiras geográficas e cronológicas originais para se instituir como uma marca de poder real em outros contextos construtivos peninsulares. Isto, claro está, se considerarmos que as únicas funções desta tribuna ocidental eram as de ser um espaço real.

¹⁸⁶ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, pp.101-103.

Gómez Moreno preconizou uma fachada ocidental a dois registos, com o *narthex* em baixo e o ajimez elevado, sugerindo a existência dessa câmara alta, uma suposição que acabaria de se revelar inadequada face aos dados recolhidos aquando do restauro.

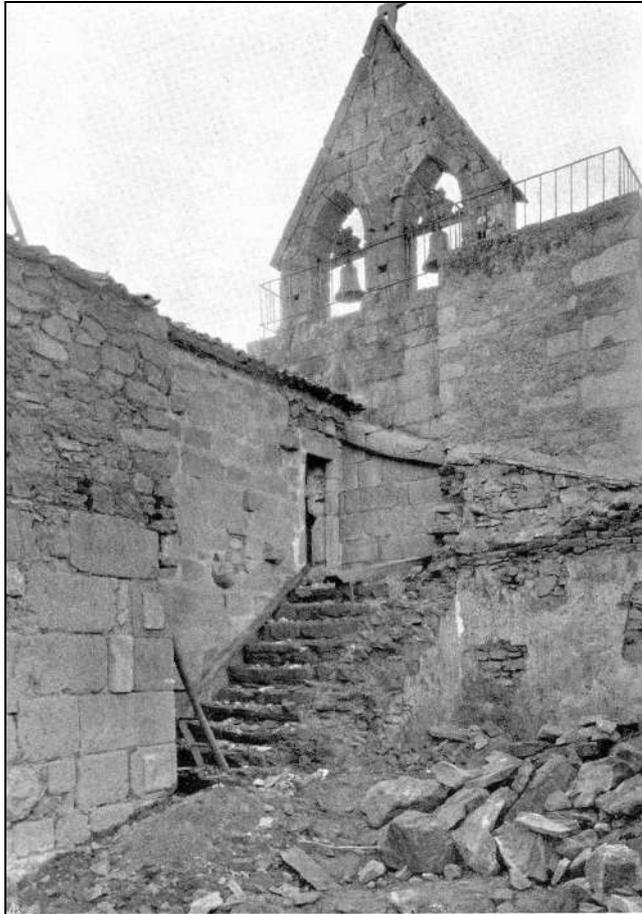


Fig. 143
São Pedro de Lourosa. Escadaria que se encontrava no prolongamento ocidental da nave Norte, e que dava acesso ao campanário. Antes do restauro. Publ. Manuel de Aguiar Barreiros, 1934; Fot. Marques Abreu

As primeiras críticas a esta hipótese foram avançadas por José Pessanha, ainda com o edifício no estado em que se encontrava na viragem para a segunda década do século XX. Este autor rejeitou a relação da escadaria a Norte com a suposta tribuna, uma vez que a diferença de cota, entre o patim superior da escadaria e o piso da tribuna, era de mais de 1,70m, o que, decididamente, retirava espaço de manobra à proposta de Gómez Moreno¹⁸⁷.

Na verdade, o que as observações de José Pessanha rejeitaram foi a ligação da escadaria a Norte com a tribuna; não a sua hipotética existência. De resto, a análise que fez à altura do arco de entrada e à (im)possibilidade de se desenvolver superiormente uma tribuna foi baseada nos limites superiores da igreja como os originais, algo de que duvidamos francamente¹⁸⁸.

¹⁸⁷ José PESSANHA, *Op. Cit.*, 1927, pp.60-61.

¹⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, pp.60-62. Toda esta parte constitui um acrescento ao texto original de 1916.

A questão da tribuna ocidental não pode ser dissociada da altura original do *narthex*. Manuel de Aguiar Barreiros, graças a um acompanhamento constante das obras, definiu, com grande clareza, esta questão, assim como a da planta original do espaço que antecedia a entrada principal. A altura máxima deste *narthex*, em relação axial com o arco principal, encontrava-se mais abaixo que a que Baltazar de Castro definiu, imediatamente acima do fecho do arco. Assim o mostra um silhar rectangular cortado ao centro na parte superior, rasgo “em que descansava a trave, ou traves, do cume do telhado”¹⁸⁹. Do mesmo modo, foi possível identificar dois modilhões no limite ocidental do *narthex*, colocados à mesma altura que as aduelas mais elevadas do arco de entrada¹⁹⁰.

No momento de concluir o restauro, Baltazar de Castro estava, assim, na posse das cotas a que se desenvolvia a inclinação do telhado do *narthex*. Mas não as seguiu. A sua opção foi a de altear ao máximo esta estrutura, até ao ponto em que se adossava praticamente ao ajimez da fachada principal, ele próprio colocado no ponto mais alto possível. Por esta via, a solução do Director dos Monumentos Nacionais do Norte pretendia dotar também este *narthex* de alguma monumentalidade, tarefa evidentemente impossível pelo escasso espaço de manobra em altura de que dispunha.

Perante estes dados, temos muitas dúvidas em sugerir a existência de uma tribuna alta ocidental, à maneira asturiana, na nossa igreja de Lourosa. Pensamos mesmo que ela nunca foi contemplada no seu plano original e são várias as razões que apontamos para este facto, para além da altura do *narthex* definida por Aguiar Barreiros.

Em primeiro lugar, a grande amplitude longitudinal do *narthex*, que se diferencia das soluções para estes espaços na arquitectura religiosa asturiana, preferencialmente recorrendo a espaços de reduzidas dimensões.

Por outro lado, a função específica da tribuna ocidental no contexto da arquitectura asturiana e sua continuidade pelo mundo *pré-românico hispânico*. Se a tribuna de São Gião da Nazaré aparece como uma notável excepção, heterodoxa do ponto de vista político-religioso e, aparentemente, sem paralelos específicos no raio geográfico-cultural em que se integra, o facto é que no século X, muito provavelmente acompanhando o declínio da monarquia leonesa, a tribuna ocidental deixou de existir nas construções religiosas então patrocinadas pelos monarcas. Por

¹⁸⁹ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, Est.60, nº2.

¹⁹⁰ IDEM, *Ibidem*, Est.60, nº1

este facto, renova-se o carácter real, e até imperial, deste tipo de solução, que tão bem caracterizou os ciclos construtivos asturianos.

Ora, não sendo Lourosa uma construção palatina, mais difícil se torna a possibilidade de ter sido construída uma tribuna ocidental sobre o *narthex*. No entanto, dadas as profundas alterações por que passou o edifício ao longo dos séculos, com a edificação de uma torre campanário a Norte do *narthex* e a construção de um coro em madeira durante a época barroca, a sugestão que aqui deixamos quanto à inexistência de um segundo andar sobre o *narthex* terá de aguardar melhores indicadores antes de ser definitivamente rejeitada, como pensamos.

Diferente parece ser o caso da câmara supra-absidal, um compartimento de discutida função mas que aparece na esmagadora maioria dos monumentos áulicos da monarquia asturiana do século IX e que é parte integrante do modelo de cabeceira definida em San Julián de los Prados. Arquitectonicamente, esta câmara ocupa o mesmo espaço que a capela-mor, sendo igualmente abobadada. A sua originalidade reside no facto de não possuir qualquer comunicação com o interior da igreja, estando a parede sobre o arco triunfal sempre fechada. Na fachada nascente, contudo, é normal a existência de uma janela, que desde Santullano adoptou a forma tripartida, igualmente sem comunicação com o solo ou com outras partes constituintes dos templos. Muito se tem discutido acerca da função desta câmara. As respostas, todavia, não são conclusivas e permanecem como hipóteses sem grande possibilidade de confirmação¹⁹¹.

Ao defendermos que a igreja de Lourosa foi concebida com uma cabeceira que planimetricamente seguia a tipologia de cabeceiras asturianas, assumimos, como hipótese mais provável, que este fosse o esquema seguido também em altura¹⁹². Neste

¹⁹¹ Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*, 1991, p.95, aludiu ao equilíbrio volumétrico que esta câmara supra-absidal proporcionava em relação à nave central dos templos. Ramón CORZO, *Op. Cit.*, 1989, p.102, realçou o desgaste material em algumas janelas destas câmaras, identificando-o com uma corda de um sino, sinal de que a sua função poderia estar relacionada com um campanário, entre muitas outras formulações. Pensamos que existe, nesta dependência uma relação efectiva entre liturgia terrestre e liturgia celeste, como aparece num fôlio da *Bíblia de León*, mas este é um assunto que não cabe aqui ser tratado.

¹⁹² De facto, não possuímos qualquer indicador acerca da altura da cabeceira. Joaquim de VASCONCELOS, “Ensaio sobre a arquitectura romanica... IV”, *Op. Cit.*, nº82, Out. 1911, p.80, refere-se que os vestígios da altura original do templo se encontram ainda junto ao arco triunfal. Todavia, referências posteriores não confirmaram esta afirmação, nem o elenco fotográfico realizado aquando do restauro a permite elucidar. Em todo o caso, Vasconcelos pode ter identificado uma antiga linha de tecto que dificilmente corresponderia à fase fundacional do templo, pelas sucessivas campanhas artísticas que se sucederam.

caso, a capela-mor teria dois andares, denunciados exteriormente através de duas janelas, de gelsias ou de frestas¹⁹³, mas impossíveis de vislumbrar do interior, pela homogeneidade da parede sobre o arco triunfal. Esta era a solução unanimemente adoptada nas igrejas asturianas do século IX (com excepção para a de Santa Cristina de Lena). Na viragem para o século X, em pleno reinado de Afonso III, esta tipologia foi adoptada não apenas no projecto real de Valdediós, mas também num conjunto de igrejas rurais, como Tuñón, Priesca ou Gobiendes.

Perante estes dados, assume clara possibilidade um corpo central da cabeceira de Lourosa mais elevado que os restantes e organizado a dois registos, com câmara superior inacessível. Um outro argumento é dado pelas proporções da torre e pela altura dos braços da nave transversal e da nave central. Ao referirmo-nos à torre cruzeira e à sua provável dimensão inicial, fizémos referência à altura da nave central, de que se conhecem os seus limites menores, pela identificação de modilhões aquando do restauro. Pensamos que a altura dos braços da nave transversal deveria ser a mesma da nave central. Ora, se partirmos do princípio que estes três espaços que ladeiam a torre cruzeira podiam estar lançados à mesma altura, pensamos que o mesmo se deveria aplicar quanto à capela-mor¹⁹⁴, ficando as capelas laterais com uma elevação semelhante à das naves laterais. A velha tradição de que a capela-mor era demasiado baixa encontra, também aqui, materialização relativa, pois só com um espaço muito baixo em torno do altar, poderia haver uma câmara superior.

A ser assim, a igreja de São Pedro de Lourosa possuía uma hierarquia tripartida também dos seus volumes, sobressaindo a torre cruzeira como espaço mais elevado, onde se situava o friso, seguindo-se os quatro espaços confinantes, para terminar nas naves e nas capelas laterais. Infelizmente, não é possível, por agora, confirmar esta proposta, uma vez que apenas temos indicadores mais ou menos seguros relativos à nave central. O plano geral asturiano adoptado em Lourosa, no entanto, permite reconhecer validade suficiente a esta hipótese.

E ainda que a cabeceira tripartida asturiana seja uma característica da arquitectura religiosa ovetense do século IX, existem alguns exemplos do século X.

¹⁹³ Existem também casos de cabeceiras tripartidas, cuja câmara supra-absidal não têm qualquer foco de iluminação para o exterior. Supomos ser o caso de Santa Maria de Mixós, Ourense, Galiza, cuja proposta de reconstituição de Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*, 1978, p.203, realça a incongruência entre o baixo interior da capela-mor e a sua grande altura exterior.

¹⁹⁴ Uma situação muito próxima à que Helmut Schlunk defendeu para o caso da câmara supra-absidal de San Pedro de la Nave e retomada por Rafael BARROSO CABRERA e Jorge MORÍN DE PABLOS, *La iglesia visigoda de San Pedro de la Nave*, Madrid, Ediciones B.M.M. & P., 1997, p.35.

Como nos indicou Manuel Luís Real, a câmara supra-absidal não é um elemento exclusivo da arte asturiana, logo arte real da monarquia de Oviedo. Ela aparece no século X numa igreja da área burgalense, designadamente em Santa Cristina de Barrio Suso, onde existe uma torre campanário sobre a capela-mor, e, provavelmente, em San Salvador de Destriana Na Galiza, Santa Maria de Mixós pode ser outro exemplo de como a câmara supra-absidal continuou a ser utilizada no mundo pré-românico hispânico, fechado o terceiro ciclo asturiano. Uma outra parece ter existido em Santa Comba de Bande, mas nada resta hoje. E ela surge ainda em San Pedro de la Nave¹⁹⁵, possivelmente mais um indicador a juntar aos que já fizémos referência, e ainda a outros, que apontam para uma cronologia mais avançada deste templo do que tradicionalmente foi aceite.

3.2.3. A ILUMINAÇÃO

Se a tarefa de reconstituição das partes altas da igreja de São Pedro de Lourosa se apresenta demasiado problemática, a questão da iluminação original é ainda mais difícil de estabelecer. A feição harmónica das naves, com a central mais alta que as laterais, é um ponto assente. Mas desconhece-se claramente quais as cotas originais. Neste sentido, como identificar o local exacto onde se situavam as janelas que iluminavam o corpo da igreja?

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, referindo-se à iluminação do templo, concluiu que as naves são “hoje certamente mais escuras que primitivamente”, acreditando ainda que as janelas das naves de Lourosa seriam “mais estreitas que as asturianas, mas talvez mas amplas que as de Escalada ou de Mazote”¹⁹⁶.

A transmutação da arte asturiana em arte pré-românica hispânica marca uma alteração ao nível da iluminação dos templos. Ao contrário do esquema único palatino patrocinado anteriormente, a multiplicidade de funções das igrejas do século X obrigou a uma maior heterogeneidade de soluções ao nível da iluminação, ela própria determinada pela organização espacial e arquitectónica dos volumes.

¹⁹⁵ Sobre a câmara supra-absidal desta igreja, veja-se Ramón CORZO SÁNCHEZ, *San Pedro de la Nave. Estudio histórico y arqueológico de la iglesia visigoda*, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos, 1986, p.82: “El espacio interior de la capilla se divide en dos cámaras superpuestas mediante una bóveda de cañón”.

¹⁹⁶ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.127.

Não existe, assim, uma linha de caracterização homogéna, na medida em que o mesmo esquema de iluminação ensaiado em Lourosa não é o mesmo de Celanova, e estes diferem claramente do de Berlanga, ou do de Lebeña¹⁹⁷.

Em São Pedro de Lourosa, existe uma hierarquia dos espaços que tem reflexo na própria iluminação do interior. A partir da proposta de reconstituição que aqui fazemos, para a torre cruzeira e para o alçado lateral de toda a igreja, é possível verificar essa hierarquização espacial ao nível da luz filtrada para o cruzeiro, para a capela-mor, para as naves, para os braços transversais e para as capelas laterais. Mas antes de nos referirmos a essa organização, vejamos o que podemos dizer acerca dos elementos constituintes da iluminação original do templo.

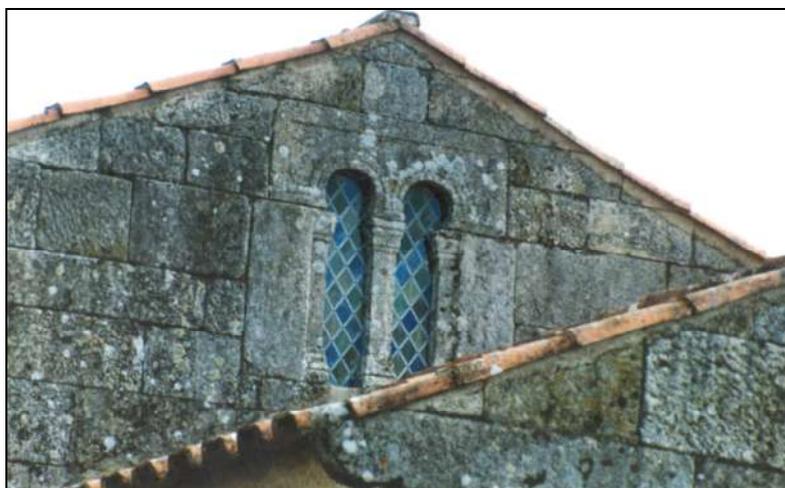


Fig. 144
São Pedro de Lourosa.
Ajimez da fachada principal



Fig. 145
São Pedro de Lourosa.
Alçado nascente visto do
topo do campanário, no
seu estado actual. Ajimez
sobre a capela-mor refeito
a partir do da fachada
principal

¹⁹⁷ José FERNÁNDEZ ARENAS, *Op. Cit.*, 1978, pp.28-29, tentou definir uma iluminação comum à arquitectura peninsular dos reinos do Norte durante os séculos X e XI, efectuada à base de pequenas aberturas nas partes altas dos edificios. Designou-a, então, como uma iluminação “subterrânea, cueviforme”. Concordamos, no essencial, com esta caracterização, embora pensemos que os espaços eram iluminados de forma diferente, consoante a sua importância. Isso mesmo veremos acerca de Lourosa.

Nas primeiras referências à igreja de Lourosa, o ajimez da fachada principal assumiu-se como o principal indicador de caracterização da iluminação do monumento (Fig. 144). Esta convicção foi transmitida até ao processo de restauro, mas com algumas cautelas, decorrentes da monumentalidade que esta estrutura tinha e que, por conseguinte, não poderia ser adoptada indistintamente a todas as partes do edifício, mas apenas a dois ou três pontos de maior relevância arquitectónica.

Quando foi identificado, faltava o mainel, um sintoma claro de alterações ao longo dos tempos, e de prováveis readaptações a outros locais, como estamos em crer que aconteceu¹⁹⁸. Notícia surpreendente é a prestada por Aguiar Barreiros sobre o aparecimento de “5 ajimezes além do da fachada principal”¹⁹⁹, uma informação que contrasta claramente com a que o *Boletim* da DGEMN dá em 1949: “são dois, sendo o da fachada ocidental o único original”²⁰⁰. Parece-nos que Manuel de Aguiar Barreiros referiu-se indistintamente a cinco focos de iluminação, que não são forçosamente ajimezes. Com efeito, restam ainda fragmentos de três frestas de arcos ultrapassados²⁰¹ (Figs. 146 e 147), cuja localização original se apresenta hoje muito problemática, mas que a juntar aos dois ajimezes encontrados no restauro levam ao número de cinco janelas contabilizadas por Aguiar Barreiros. Resta um, que corresponderá, provavelmente, ao ajimez integrante do friso, com mainel composto por dupla coluna. A estes fragmentos recorreremos para propor a solução de iluminação da nave central e das capelas laterais.

O ajimez da fachada principal da igreja de São Pedro de Lourosa compõe-se de dupla janela em arco de ferradura, moldurada interiormente por uma linha de contorno, que se prolonga pelas extremidades, formando uma secção rectangular superior. Os capitéis seguem o mesmo modelo dos das naves, sem decoração e definidos a três registos. Do segundo ajimez restam dois fragmentos, mas foi executada uma réplica para se adaptar à parede Este do arco triunfal, colocada axialmente sobre a cobertura da capela-mor e revelando uma clara intenção de simetria com o ajimez da fachada principal.

¹⁹⁸ O mainel haveria de ser localizado logo no início do restauro, como informa José PESSANHA, “A igreja de Lourosa”, *Op. Cit.*, Fev. 1930, p.33. No entanto, não esclarece em que local específico das sondagens entretanto iniciadas, se junto à fachada principal que o templo possuía quando foi descoberto, se mais para nascente.

¹⁹⁹ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.13.

²⁰⁰ “Igreja Matriz de Lourosa”, *Op. Cit.*, nº55, 1949, p.11.

²⁰¹ Cfr. Mário BARROCA, “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos...”, *Op. Cit.*, 1990, p.123.

A linha de contorno da moldura exterior do ajimez de Lourosa, ao ser delimitada por um duplo toro que se funde num único, recorda, em certa medida, o alfiz em torno de alguns arcos ultrapassados do *pré-românico hispânico* e mesmo do período califal²⁰². Ela filia-se nas obras do reinado de Afonso III, lembrando claramente os ajimezes da cabeceira da igreja de Valdediós, embora aí a moldura toreada seja mais elaborada²⁰³. A presença de um ajimez deste tipo na igreja de Lourosa constitui mais um indicador seguro da corrente artística em que se insere. Como bem concluiu Mário Barroca, é no reinado de Afonso III que este elemento de origem árabe²⁰⁴ passou à arquitectura asturiana, sendo então utilizado de forma sistemática no ciclo construtivo contemporâneo da passagem da capital de Oviedo para León. Curiosamente, depois deste período, a sua utilização decaiu consideravelmente, sendo escassos os exemplos pré-românicos hispânicos de aplicação de ajimezes²⁰⁵. Neste sentido, os ajimezes de Lourosa integram-se perfeitamente na última arte asturiana, não apenas de um ponto de vista cronológico, mas, especialmente, numa perspectiva estilística, confirmando, também por esta via, o marco artístico dominante de carácter asturiano patente na nossa igreja.

Falemos agora dos restantes elementos de iluminação no templo de São Pedro de Lourosa. Aos três ajimezes identificados – o da fachada principal, o segundo resgatado aquando do restauro, cujo local original não é possível identificar, e o do friso –, juntam-se outros tantos fragmentos de janelas de arco em ferradura, com moldura toreada e parte superior rectangular. Estes fragmentos conservam-se, apenas, no registo fotográfico efectuado na primeira metade do século XX, tendo

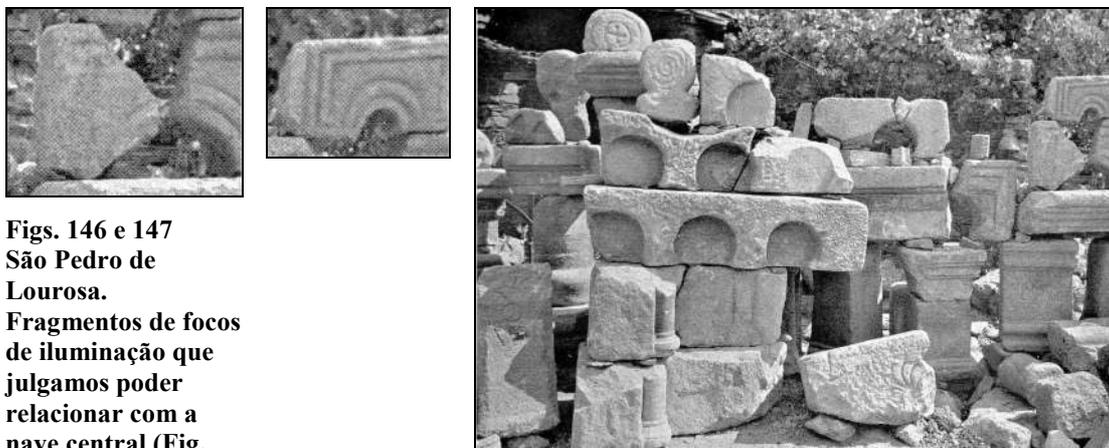
²⁰² Como já referiu IDEM, *Ibidem*, p.123.

²⁰³ José PESSANHA, 1927, p.45, reclamou analogias com ajimezes idênticos em Valdediós e em Bedriñana. Na mesma *Op. Cit.*, linha, Aarão de LACERDA, 1942, p.158.

²⁰⁴ IDEM, *Ibidem*, p.54, reclamou analogias califais para o ajimez de Lourosa, em especial o do átrio ducal de Mérida. Alguns autores reconheceram o carácter muçulmano do ajimez enquanto elemento aplicado à arquitectura. Em todo o caso, a generalidade reconheceu que os paralelos mais evidentes encontram-se nas Astúrias (Cfr. Ramón CORZO SÁNCHEZ, *Op. Cit.*, 1989, p.117, entre outros).

²⁰⁵ Mário BARROCA, “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos...”, *Op. Cit.*, 1990, pp.129-130, identifica, como exemplos mais antigos de ajimezes, os da mesquita de Tudela, datados de meados do século IX. Deve-se a este autor a prova da inexistência deste tipo de elementos durante a época visigótica. Luis CABALLERO ZOREDA, “Un canal de transmisión de lo clásico en la Alta Edad Media española... (I)”, *al-Qantara*, vol. XV, fasc.2, Madrid, 1994, pp.347-348, referiu a importância dos ajimezes de la Nave e de Baños neste processo revisionista de índole cronológica. Neste sentido, a inexistência de este tipo de soluções em época visigótica, poderá arrastar os ajimezes destas últimas igrejas para cronologias posteriores que as tradicionalmente defendidas. Para o caso de la Nave, são já vários os indícios que apontam para uma construção em pleno século X, como já nos referimos em relação às portas adinteladas com arco de descarga, e como pensa, também, Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.*, (1992), 1995, p.45, nota 65, e Luis Caballero Zoreda. O caso de Baños aparece como mais problemático, pelo que terá de ser deixado aqui em aberto.

posteriormente desaparecido. Ainda que a análise que hoje fazemos não possa ser comprovada *in situ*, é possível distinguir duas tipologias distintas nestes fragmentos, variando as dimensões dos arcos em ferradura.



Figs. 146 e 147
São Pedro de Lourosa.
Fragmentos de focos de iluminação que julgamos poder relacionar com a nave central (Fig. 146) e com as capelas laterais (Fig. 147)

Assim, pensamos que os arcos de menores dimensões correspondem às janelas das capelas laterais, enquanto que os maiores a janelas da nave central. Infelizmente, nenhuma informação do local original em que se encontraram estes fragmentos foi prestada pelos agentes envolvidos no restauro. Mesmo nos dois projectos de José Vilaça não se mencionam estas peças, devendo-se as opções seguidas às sugestões de Manuel Gómez Moreno. No entanto, estes fragmentos têm, hoje, um valor imprescindível a qualquer proposta de reconstituição.

O espaço do cruzeiro era, sem dúvida, o mais iluminado. A confirmar-se que o friso de arcos cegos com um ajimez ao centro corria ao longo das quatro faces da torre cruzeira, o espaço central de todo o templo era iluminado a partir de quatro pontos de luz, compostos por janelas duplas. Como estes ajimezes se encontravam muito acima da altura do nosso eixo visual, a iluminação do cruzeiro era diáfana, indirecta, contribuindo para iluminar o seu espaço de forma homogénea.

No entanto, se o cruzeiro era o espaço mais iluminado, não significa forçosamente que era o que tinha uma luz mais intensa. Neste caso, estava a capela-mor, com o seu ajimez de maiores dimensões, imediatamente por trás do altar. Em Lourosa, repete-se o modelo da arquitectura religiosa asturiana e, muito particularmente, o do ciclo construtivo de Afonso III. Manuel Núñez Rodríguez referiu-se à igreja de Valdediós como uma “arquitectura óptico-distante”, que tem como função principal conduzir o olhar para nascente, em direcção à transbordante

luz por trás do altar²⁰⁶. Assim, enquanto o cruzeiro permanecia como espaço abundantemente iluminado, a capela-mor enchia-se de uma luz que impedia, em algumas partes do dia, a visão nítida do seu espaço real e do que se aí se passava.

Manoel Gómez Moreno, na hora de comentar o projecto de José Vilaça, sugeriu a opção por uma “ventana (...) de tres arcos pero estrechos”²⁰⁷, certamente inspirado no modelo de arquitectura de Valdediós. A solução depois tomada no restauro foi a de um ajimez semelhante ao da fachada principal, numa tentativa de dotar as principais partes do edifício com uma mesma tipologia de vãos de iluminação.

Bastante diferente era a iluminação das naves. No projecto definitivo elaborado por José Vilaça para o restauro da igreja, foram introduzidas as observações que Manoel Gómez Moreno havia sugerido para esta parte, suprimindo-se, então, as janelas das naves laterais, uma vez que “en las naves laterales no debió de haber ventanas grandes”²⁰⁸.

As naves laterais eram mais baixas que a solução adoptada pela DGEMN, como logrou identificar Aguiar Barreiros, e como já vimos anteriormente. Assim, não parece plausível que aqui tenham existido janelas, ou sequer frestas, percepção que é reforçada pela análise de outras igrejas do mesmo período, quer conotadas com as soluções asturianas, quer com o pré-românico hispânico.

No entanto, elas existiram sobre a nave central, imediatamente por cima das arcarias que dividem o interior do corpo. Assim pensamos, ao analisar alguns fragmentos de janelas de arcos em ferradura atrás citadas. Ainda que o número destas janelas identificados aquando do restauro seja diminuto, estamos convencidos que existiram seis vãos de iluminação sobre a nave central, três em cada parede alta, e axialmente relacionados com o fecho de arco de cada arco formeiro.

A confirmar-se esta hipótese, Lourosa segue, mais uma vez, o modelo de igrejas asturianas, mas também o de outras igrejas dos séculos X e XI peninsular, como será o caso marcante de San Millán de la Cogolla, ou da mesquita de Idanha-a-Velha.

²⁰⁶ Manuel NÚÑEZ RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*, 1991, p.93.

²⁰⁷ Carta de Manoel Gómez Moreno a José Vilaça, de 18 de Agosto de 1931, publ. *Ilustração Moderna*, p.417.

²⁰⁸ IDEM, *Ibidem*, p.417.

CONCLUSÃO

A igreja de São Pedro de Lourosa não é um edifício facilmente individualizável numa corrente única da arte peninsular da primeira metade do século X. Como tivémos ocasião de referir ao longo da Parte III desta dissertação, são duas as principais vias de influência patentes nesta igreja: de um lado, o modelo planimétrico asturiano; de outro, a arquitectura em altura, característica de um número restrito de construções do século X, levantadas um pouco por todo o Norte cristão.

Mas Lourosa não pode ser caracterizada apenas com base nesta dupla influência. O produto final insere-se numa corrente classicizante, que teve no Ocidente peninsular da primeira metade do século X, materialização efectiva e estilisticamente homogénea.

A igreja de Lourosa é, desta forma, um lugar de encontros, de sincretismo formal, mas também de diferentes respostas a diferentes objectivos. À importação do plano asturiano, trazido pelos construtores que se instalaram no Condado de Coimbra após a conquista desta cidade por Afonso III, juntou-se uma organização volumétrica que se testemunha mais claramente na arquitectura do século X. Paralelamente, houve a preocupação de retornar ao clássico, como tantos outros ciclos artísticos da Alta Idade Média o fizeram, na busca de uma marca de poder e de qualidade construtiva.

Nestas três vias de criação artística há uma característica comum que se repete constantemente em Lourosa: o eruditismo da construção. A San Julián de los Prados, buscou-se o plano arquitectónico. Ao *pré-românico hispânico*, a marca de prestígio proporcionada pela arquitectura em altura. Ao classicismo, o retorno a uma arquitectura de excelente qualidade, igualmente testemunho de poder e de prestígio para as élites regionais

Vejamos, então, mais detalhadamente, estes três aspectos.

1. SAN JULIÁN DE LOS PRADOS. UM (O) MODELO BASILICAL ASTURIANO COMO PRINCIPAL FONTE DE INFLUÊNCIA

Manoel Gómez Moreno, na hora de classificar evolutivamente a igreja de São Pedro de Lourosa, concluiu que o templo “acusa (...) todo ello más de tradicionalismo que de evolución andaluza”¹. Esta conclusão surge na sequência da análise aos elementos decorativos, em especial as colunas e capitéis das naves. Alguns autores, que posteriormente se referiram a esta igreja, basearam-se nesta apreciação de Gómez Moreno para provar o seu visigotismo.

Já vimos como o autor de *Iglesias mozárabes* atribuiu aos moçárabes o principal papel na evolução artística da arte do reino asturiano na viragem para o século X. Neste sentido, chegando a Lourosa, onde “nada (...) há que se assemelhe à exuberância do moçarabismo leonês”², a caracterização de Gómez Moreno explica-se à luz de um tempo historiográfico específico, mas não pode hoje continuar a aceitar-se linearmente.

Uma das conclusões a que chegamos ao encerrar a nossa dissertação é o da filiação do plano de Lourosa na arquitectura asturiana e, muito especialmente, na igreja de San Julián de los Prados, construída quase um século antes. Esta é uma característica que tem sido realçada pela maioria dos autores, de Vergílio Correia a Manuel Luís Real, mas, pensamos, não com o ênfase que o assunto merece. É que Lourosa, apesar de, plausivelmente, ter sido iniciada ainda durante o reinado de Afonso III, não se integra totalmente no grupo de igrejas asturianas suas contemporâneas: Valdediós; Tuñón; Gobiendes ou Priesca. Ao invés, segue fielmente o esquema planimétrico ensaiado em Santullano, numa relação de quase modelo-cópia.

O aspecto principal que revela a proximidade para com a igreja palatina que Afonso II construiu nos arredores de Oviedo, é a relevância consagrada à nave transversal em ambos os templos. Em Santullano, a nave transversal constitui uma igreja dentro de outra igreja, erguida paralelamente ao *sanctuarium altaris*, para lá da *eikonostasis*, verdadeiro arco triunfal, e com a função de ser o espaço religioso para o monarca. Em altura, esta nave transversal é contínua, englobando, à mesma cota, o cruzeiro e os braços Sul e Norte, situando-se neste último a câmara real, em andar superior.

Em Lourosa, não existe um carácter áulico deste género. Mas as dimensões planimétricas da nave transversal apenas têm paralelo em San Julián de los Prados.

¹ Manoel GÓMEZ MORENO, *Op. Cit.*, 1919, p.101.

² Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência...”, *Op. Cit.*, (1992), 1995, p.64.

Ao contrário de Valdediós, de Priesca ou de Tuñón, onde a nave transversal corresponde ao tramo das naves mais próximo da cabeceira, não se diferenciando daqueles em dimensões, em Lourosa a nave transversal constitui um eixo axial claramente independente, que faz mesmo com que o corpo da igreja (o que se desenvolve da *eikonostasis* até à porta de entrada na nave central) seja menor que a cabeceira (o espaço do cruzeiro e da capela-mor e respectivas dependências laterais).

Outros aspectos relacionam mais de perto a igreja da vertente ocidental da Serra da Estrela com a capela palatina rural de Afonso II. Um deles é o *narthex*. Também ao contrário dos *narthekes* do ciclo construtivo de Afonso III (tripartidos e justapondo-se à fachada principal a toda a sua largura, definindo logo aí a organização interior em três naves), em Lourosa existe um *narthex* de espaço único, correspondendo apenas à nave central. Esta opção encontra apenas paralelo em Santullano, mas não se repete na arquitectura asturiana para lá do reinado de Ramiro I³.

A relação de proximidade entre San Julián de los Prados e Lourosa, que aqui evidenciamos, encontra materialização em aspectos de ordem aparentemente secundária, como a utilização de modilhões estriados nas extremidades dos volumes. Este facto, que à primeira vista poderíamos considerar de menor importância, revela-se, contudo, um indicador muito importante para perceber as vias de influência patentes na nossa igreja. Em 912, em plena região de fronteira no Ocidente peninsular, não se escolheram os modilhões de rolos (que tão bem caracterizam o *pré-românico hispânico* mais erudito da área leonesa). Também não se optou unicamente pelos frisos pétreos lisos de suporte aos beirais, como aparece em Valdediós e em outras igrejas do último ciclo asturiano. A solução foi recuar à primeira metade do século anterior e, mais uma vez, à igreja palatina de Afonso II e às que este monarca construiu, como San Tirso de Oviedo ou San Pedro de Nora.

Por esta breve análise, é lícito concluir que o plano basilical asturiano foi transposto para a igreja de São Pedro de Lourosa. Mas não se tratou de um plano basilical indistinto, comum a várias igrejas do século IX e inícios do século X. Muito pelo contrário. Em Lourosa, rejeitou-se o esquema planimétrico comum à altura, em

³ Duas outras construções asturianas possuem *narthex* único. Uma é a igreja de Santianes de Pravia, cronologicamente a primeira igreja asturiana actualmente conservada e que, em certa medida, serviu de modelo ao projecto de San Julián de los Prados. Outra, é a capela de Santa Cristina de Lena, construída no reinado de Ramiro I, já depois de Santullano, mas que se apresenta para a História da Arte actual como um verdadeiro *unicum* artístico, sem paralelos aparentes no século IX asturiano.

benefício de um outro, mais antigo e com objectivos distintos. Em Lourosa, houve a intenção clara de copiar o modelo régio de Afonso II. Fora esse modelo que, quase um século depois, Afonso III havia assumido para as igrejas que construiu, mas, ainda assim, com diferenças assinaláveis, como já referimos em relação à nave transversal e ao *narthex*.

A razão por que, na pequena localidade de Lourosa, se repetiu, praticamente, a mesma planta de Santullano, não é ainda conhecida. Durante algum tempo, pensámos que, da mesma forma que Afonso III havia adoptado a herança arquitectónica de Afonso II como modelo construtivo oficial, também em Lourosa havia o sucesso próprio de uma monarquia asturiana que, constantemente, voltou atrás, em celebração dos feitos passados. Neste sentido, julgámos ver, em Lourosa, a materialização de uma arquitectura paroquial asturiana, simultaneamente marca de uma herança construtiva, solidamente alicerçada nos contextos da monarquia e seus mais directos dependentes, e marca de poder desse mundo civilizacional, assinalado na paisagem através das igrejas.

A continuação da investigação, contudo, levou-nos a afastar, por agora, essa hipótese. Não apenas o universo de construções paroquiais asturianas é ínfimo, escasseando os dados arqueológicos que confirmem, sequer, a sua real existência, enquanto programa coerente e efectivamente seguido, como, principalmente, a dependência directa da nossa igreja em relação ao plano arquitectónico da áulica San Julián de los Prados inviabilizava essa perspectiva.

Presentemente, pensamos que houve a determinação clara de se repetir o plano de Santullano, muitos anos depois e muitos quilómetros a Sul. É provável que as questões litúrgicas possam trazer, algum dia, alguma luz sobre esta circunstância, uma vez que a maior relevância da nave transversal pode ter explicação em alguma das muitas variantes litúrgicas que pensamos terem existido ao longo dos séculos IX a XI e no vasto território regionalizado em que se havia transformado a Península altimedieval.

A hipótese mais razoável, no momento, parece-nos ser a de uma imposição das autoridades dirigentes. Obviamente que faltam indicadores de caracterização sobre a organização do território abrangido pelo Conde de Coimbra, após a conquista da cidade por Hermenegildo Guterres. A defender-se esta perspectiva, ter-se-á de reconhecer, em Lourosa, um eruditismo arquitectónico e simbólico que não está provado para a esmagadora maioria das cidades condais de Afonso III. Em todo o

caso, como explicar esta relação de quase modelo-cópia sem ser por um processo que teve à frente um dos condes afonsinos ou outro qualquer elemento da corte ovetense? Fosse como fosse, a intenção dos construtores de São Pedro de Lourosa foi vincar o edifício à autoridade asturiana. Assim aconteceu com o plano arquitectónico adoptado. E assim aconteceu com a cristianização das aras romanas e seu aproveitamento como altares. Numa das faces laterais destas aras inscreveu-se a cruz asturiana, símbolo máximo da monarquia de Oviedo face ao Islão, mas também face à sua desejo de legitimação.

2. ENTRE A INFLUÊNCIA ASTURIANA E A CRIAÇÃO DO PRÉ-ROMÂNICO HISPÂNICO. A ARQUITECTURA EM ALTURA

Se ao nível da planta a igreja de Lourosa segue fielmente o esquema definido em San Julián de los Prados, a organização dos volumes que compõem os seus espaços internos, filia-se numa outra via de influência.

Em boa verdade, não é possível ter qualquer certeza absoluta sobre a totalidade da organização em altura da igreja de Lourosa. As indicações de Manuel de Aguiar Barreiros, prestadas na hora de criticar as opções restauradoras de Baltazar de Castro, aplicam-se apenas à altura do *narthex* e das naves laterais. Quanto aos restantes volumes (a nave central, a torre cruzeira, os braços da nave transversal, a capela-mor e as capelas laterais), é impossível estabelecer as suas alturas originais.

A proposta que apresentámos para os alçados Norte e Sul baseou-se num compromisso entre a influência asturiana e alguns exemplos de igrejas do século X. Constitui uma aproximação do que poderá ter sido a arquitectura em altura da igreja, mas não uma certeza.

A existência de uma torre cruzeiro é o facto mais importante deste ponto. É o ponto mais elevado da construção. Mas é também o local onde se situa o friso de arquinhos cegos intercalados, ao centro, por um ajimez, que filtra a luz para o interior. E é ainda o espaço mais importante de todo o interior, nele confluindo os olhares, os eixos de circulação interna e a luz.

A torre cruzeira é uma construção característica do século X. Realizada a partir dos alminares islâmicos, de que Lourosa claramente adopta o modelo do friso (Figs. 148 e 149), ela constitui uma das mais interessantes inovações que o pré-românico

hispanico dotou a arquitectura do século X peninsular, sendo mesmo um dos eixos ordenadores da organização volumétrica de igrejas como São Frutuoso de Montélios, Santa Maria de Lebeña, Santiago de Peñalba, San Millán de la Cogolla (Fig. 150), ou, ainda, San Pedro de la Nave (Fig. 151).

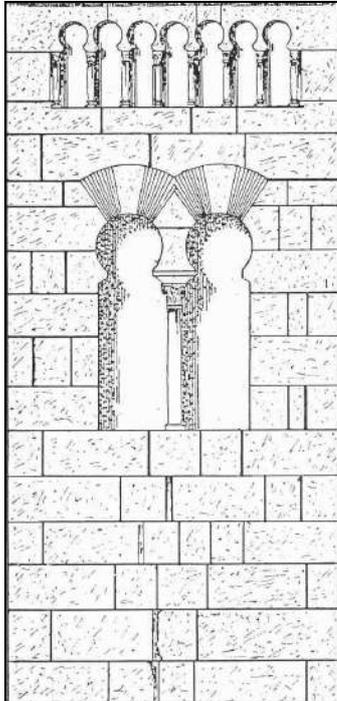


Fig. 148
Alminar de San Juan de Córdoba, publ. Borrás Gualix, 1994

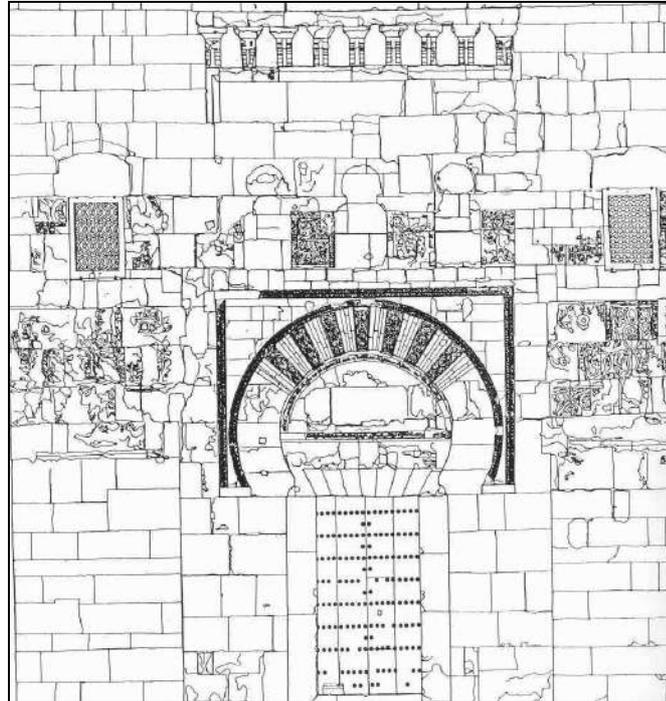


Fig. 149
Porta de San Esteban da Mesquita de Córdoba. Levantamento fotogramétrico publ. Borrás Galix, 1994

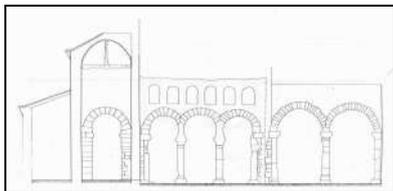
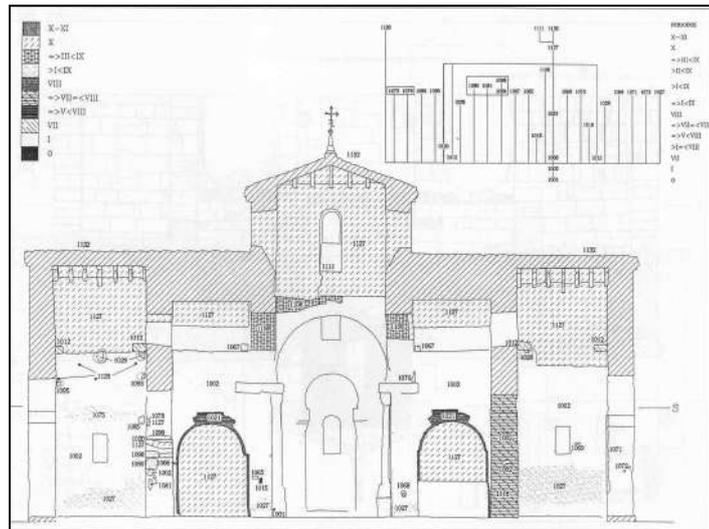


Fig 150
Alçado lateral de San Millán de la Cogolla, publ. Puertas Tricas, 1979

Fig. 151
Alçado lateral de San Pedro de la Nave. Levantamento fotogramétrico publ. Caballero



A torre cruzeira não é inteiramente desconhecida da arquitectura asturiana. Ela aparece em San Miguel de Lillo (apesar da organização em altura hoje não reflectir inteiramente esse elemento) e, mais concretamente, em Santa Maria de Oviedo (Fig. 152). No panteão régio da monarquia ovetense, construído durante o reinado de

Afonso II, a torre cruzeira e, por acréscimo, toda a organização volumétrica dos espaços que formam a igreja, está bem próxima da solução que viremos a encontrar nas igrejas do século X. Neste sentido, a solução de elevar o espaço sobre o cruzeiro, pode ter as suas origens mais imediatas na arquitectura asturiana, ainda que os templos do século IX, que chegaram até aos nossos dias, não contemplem maioritariamente esta opção.

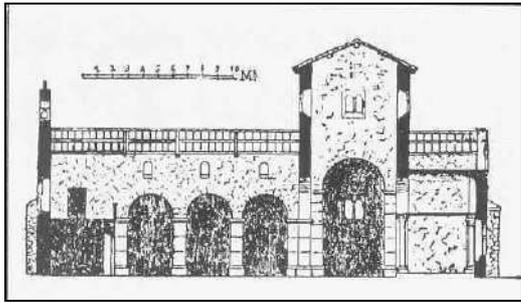


Fig. 152
Alçado lateral da igreja de Santa Maria de Oviedo, publ Nieto Alcaide, 1989

Em todo o caso, é na primeira metade do século X que se vai divulgar um plano específico de construção em altura: corpo das naves tripartido e escalonado; torre cruzeira; braços da nave transversal à mesma altura da nave central ou, em alternativa, à mesma altura das naves laterais e capela-mor, com ou sem câmara supra-absidal e, por isso, com maior ou menor altura. Lourosa integra-se claramente neste esquema, como as semelhanças para com o plano fundacional de San Millán de la Cogolla revelam.

Já o friso que coroa a torre cruzeira não tem antecedentes na arte asturiana. Ele é o produto da influência islâmica, herdeira da tradição clássica mediterrânica. Já nos referimos a este elemento no ponto 3.2.1. da Parte III, chamando então a atenção para o facto de a sua presença nas torres de Lourosa e de Montélios ser equivalente ao recurso a frisos de modilhões de rolos, também de carácter islâmico, em algumas igrejas do século X da área leonesa.

Sobre a cabeceira original de São Pedro de Lourosa pouco podemos dizer. A nossa proposta de uma cabeceira asturiana alicerça-se em dois argumentos principais. Por um lado, a existência de um alicerce sobre o segundo degrau da capela-mor. A confirmar-se, algum dia, que correspondia a uma parede, como parece provável, então teríamos as paredes fundeiras da capela-mor e das capelas laterais da igreja praticamente sobre uma mesma linha limitadora. Por outro lado, a tradição de que o espaço interior da capela-mor era muito baixo, o que permite colocar a hipótese de ter

existido uma câmara supra-absidal, à maneira asturiana, mas que se testemunha ainda em outras igrejas do século X.

3. SÃO PEDRO DE LOUROSA E A CORRENTE CLASSICIZANTE NA ARTE CRISTÃ DO SÉCULO X NA PENÍNSULA IBÉRICA

Com este título, concebemos um capítulo para a parte III desta dissertação que não chegámos a escrever, por falta de tempo. Na verdade, com este título, poderíamos começar a escrever uma nova dissertação, tal a importância da corrente classicizante no *pré-românico hispânico* da área ‘portuguesa’.

O classicismo da igreja de São Pedro de Lourosa tem sido uma característica constantemente reafirmada na historiografia específica que se dedicou ao estudo deste monumento. Desde Manuel de Aguiar Barreiros⁴, numa altura em que se falava ainda de estilo latino-bizantino, até à actualidade, quando o pré-românico surge como um período artístico claramente autónomo e diferente do ciclo asturiano, que se evidencia o classicismo de Lourosa como característica marcante da construção⁵.

Grande parte desse ar clássico decorre da numerosa reutilização de material romano, muito provavelmente de Bobadela. Para além das colunas, existem pedras almofadadas, silhares e até parte de um sarcófago romano, que antes do restauro se encontrava junto à porta Norte da nave transversal⁶.

Mas o classicismo de Lourosa é mais que um mero reaproveitamento de materiais anteriores. Ele é uma opção estética, conscientemente adoptada pelos seus construtores, e que encontra notáveis paralelos em outras igrejas do século X, a maioria das quais construídas no mesmo paralelo geográfico.

Vejam, primeiro, os elementos classicizantes da igreja de São Pedro de Lourosa.

1- *Portas adinteladas com arco de descarga*. Também o aparelho, à base de pedras bem talhadas e dispostas em fiadas horizontais regulares foi já entendido como

⁴ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.44.

⁵ Para citar alguns autores, Manuel MONTEIRO, “L’art pre-roman au Portugal”, *Op. Cit.*, 1949, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.403, realça o “fácies dórico” da construção. José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, 1992, vol. I, p.525, conclui que Lourosa vive entre a tradição clássica (arco de volta perfeita do portal principal e aparelho) (...). Maria Ângela BEIRANTE, “A «Reconquista» cristã”, *Op. Cit.*, 1993, vol. II, p.349, classifica-a como um revivalismo classicista na arquitectura pré-românica.

uma característica que recorda melhor a arte romana que propriamente a altimedieval⁷.

2- *Reaproveitamento de colunas e de capitéis*, mas também reelaborados, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Manuel Luís Real. Como já atrás afirmámos, ao analisar estes elementos, é óbvia a filiação clássica destas opções, que podemos testemunhar em numerosas construções realizadas no Norte cristão pela monarquia asturiana e pela multiplicidade de construções do século X. Com efeito, a reutilização de material romano foi uma constante. Em Lourosa, como em Montélios, e como em outras igrejas que revelam um considerável número de características classicizantes comuns, não se procedeu a uma simples reutilização de materiais. Na maioria dos casos reelaboraram-se outras peças à maneira clássica, como aduelas e capitéis.

3- *Frontões de modenatura clássica* que Aguiar Barreiros pretendeu que se tivessem introduzido no monumento, a marcar a linha de abobadamento da cabeceira⁸.

4- *Pedras almofadadas*. Em Lourosa, aparecem alguns exemplos de feitura de novas pedras almofadadas, característica que prova a inspiração dos construtores e canteiros do século X em modelos clássicos⁹.

5- Portal do *narthex*, composto por aduelas cuidadas e inscrito em duas molduras toreadas, como referiu Carlos Alberto Ferreira de Almeida¹⁰.

Outros elementos filiam-se ainda na arquitectura romana, como o friso de arcos cegos.

A individualização de uma corrente classicizante na arte peninsular do século X deve-se, para o território nacional, a Carlos Alberto Ferreira de Almeida e a Manuel Luís Real.

⁶ Cfr. António Nogueira GONÇALVES, “Lourosa”, *Op. Cit.*, vol. IV, 1952, republ. *Op. Cit.*, 1980, p.45.

⁷ Ramón CORZO SÁNCHEZ, *Op. Cit.*, 1989, p.116.

⁸ Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.49.

⁹ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, 1986, p.144. Também em *Op. Cit.*, 2001, p.30: “Em Lourosa é evidente o revivalismo do aparelho almofadado, à romana, o qual não resulta de meros reaproveitamentos de silhares antigos. Vêmo-lo, frouxo, em aduelas das arcadas internas e em impostas e, mais notoriamente, nos silhares dos cunhais, com formas e soluções que nos garantem ter sido feito nesta época”. Manuel de Aguiar BARREIROS, *Op. Cit.*, 1934, p.44, havia já chamado a atenção para algumas aduelas dos arcos das naves que “trazem consigo a denúncia patente de uma imitação”.

¹⁰ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, pp.121 e 127 e *Op. Cit.*, 2001, p.29. Também José MATTOSO, “Portugal no reino asturiano-leonês”, *Op. Cit.*, 1992, vol. I, pp.524 e 525.

Ela vem provar como o retorno ao clássico, um fenómeno essencialmente áulico das monarquias e cortes altomedievais, foi efectivo para zonas que consideramos periféricas, como o caso do Ocidente peninsular. Obviamente que nesta periferia da Península existem poderes delegados, que actuam por imitação de comportamento dos poderes real e califal. Neste sentido, o classicismo da arte do século X ter-se-á que buscar nos fenómenos classicizantes do reino das Astúrias e do califado de Córdoba. Mas também estes têm explicação no classicismo enquanto marca de poder e de prestígio das cortes carolíngia e bizantina (e das respectivas delegações regionais) e de toda a tradição construtiva mediterrânica. Por aqui se compreende, um pouco, a falta de tempo em inserir aqui um texto coerentemente estruturado nesta multiplicidade de perspectivas de estudo.

Mas o que o fenómeno classicizante da arte peninsular do século X vem igualmente provar é a recorrência deste retorno à Antiguidade quer no *pré-românico hispânico*, quer no *moçárabe*. Por aqui também se explicam alguns daqueles “dogmas historiográficos” em relação ao pretenso moçarabismo de Lourosa, como o da ausência de decoração como um reflexo do contacto com o Islão¹¹. Não só a inexistência de figuração humana se encontra nas Astúrias, na decoração pictórica anicónica de San Julián de los Prados, como o depuramento artístico tanto é verificável de um lado das regiões de fronteira, como do outro.

A área hoje inserida no território português constitui um campo privilegiado para o reconhecimento dessa corrente classicizante. Devemos a Manuel Luís Real a definição geral deste complexo artístico e suas vias de penetração. Ela testemunha-se logo em São Frutuoso de Montélios, em pleno coração do Condado de Portucale, mas também no Convento da Costa e em São Torcato de Guimarães, obras mais directamente relacionadas com as figuras condais. Mais a Sul, no Condado de Coimbra, elementos classicizantes aparecem na nossa igreja de Lourosa, mas também em Balsemão. O caso da igreja do Prazo, em Numão, permanece como um exemplo isolado dos dois centros de poder mais importantes do Ocidente peninsular do século X, provando, também no Alto Douro, como a corrente classicizante de que falamos chegou às periferias do poder asturiano-leonês. Na área geográfica de Lourosa, dois

¹¹ Cfr. Jorge RODRIGUES, “O mundo românico”, *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p.188: “Deste contacto estreito com o universo mental e religioso do Islão, em que a figuração plástica não tolerava a representação do homem, ficou, no entanto, um género artístico em que aos modelos arquitectónicos herdados do Cristianismo primitivo (...) se associou um grande depuramento decorativo”.

templos evidenciam estas características: a controversa mesquita de Idanha-a-Velha e a igreja de São Gião da Nazaré. Em plena área de influência islâmica, a construção tardia de Santo Amaro de Beja, numa altura de claro retrocesso moçárabe na cidade após as sucessivas revoltas de finais do século IX, prova, como também do lado moçárabe, esta foi uma corrente artística de enorme sucesso¹².

A partir destes dados, a que teremos de juntar o que se passou nas regiões mais centrais da Península, onde avulta o templo de Santa Maria de Melque, estaríamos em condições de escrever o derradeiro capítulo desta tese. Naquele plano que não chegámos aqui a concluir, este último ponto intitulava-se “*ECCLETISMO, CLASSICISMO E REGIONALISMO. ALGUMAS IDEIAS SOBRE CENTRO E PERIFERIA NO SÉCULO X PENINSULAR E A ARTE DAS CORTES CONDAIS*”. Este é, sem dúvida, o corolário do complexo artístico em que São Pedro de Lourosa se insere e a ele contamos voltar num futuro próximo.

Uma última palavra vai para a arte de Coimbra no século X. Conhecemos ainda muito mal as correntes artísticas patrocinadas pelos condes desta cidade. Ao contrário do Condado de Portucale, cujas linhas gerais estão hoje razoavelmente definidas, graças ao trabalho de Manuel Luís Real em Santa Marinha de Guimarães, e depois deste autor, em colaboração com Mário Barroca, por todo o entre-Douro-e-Minho, a região de Coimbra mantém-se algo anacrónica nas suas opções artísticas.

Há que ter em conta, em primeiro lugar, a multicefalidade do Condado. Se Coimbra era teoricamente a capital, Viseu foi, durante muito tempo, a cidade mais importante, onde Ramiro II teve o seu palácio e onde a família condal viveu a maior parte do tempo. Por outro lado, também a região do Vouga e as praças fortes de Lamego e de Montemor-o-Velho foram centros regionais de importância. A tudo isto há que juntar as sedes de *civitates*, onde certamente se desenvolveram opções arquitectónicas e artísticas análogas às principais obras do território – por imitação e/ou por transferência de artífices.

Conhecemos algumas igrejas do século X em Coimbra, templos cujos oragos não deixam dúvidas sobre a influência asturiano-leonesa: Santa Cristina (referida pela primeira vez em 907 ou 924-927¹³); São Salvador (citada já no século XI¹⁴); São

¹² Veja-se a recente abordagem a este assunto efectuada por Manuel Luís REAL, “O disco de Sabante e a influência da arte asturiana na área galaico-portuguesa”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp.261-274.

¹³ Manuel Luís REAL, *Op. Cit.*, 1974, p.8: situava-se fora das muralhas, junto à porta de Almedina, como se refere num documento de 933, em que Ramiro II doa metade da igreja ao Mosteiro de Lorvão.

Cucufate (esta última de provável origem paleocristã e referida pela primeira vez em 957¹⁵). Outras igrejas do século X são as de São Bartolomeu (referida pela primeira vez em 957¹⁶), de São Vicente (referida em 972)¹⁷ e de São Pedro (mencionada em 970¹⁸). Por outro lado, existiam os mosteiros de Lorvão e da Vacariça, o primeiro com maior fulgor no século X e o segundo no século XI.

Infelizmente, de toda esta dinâmica construtiva possuímos dois testemunhos comprovadamente do século X na cidade: um fragmento de ajimez, que se conserva no Museu Machado de Castro, e um friso em calcário, procedente da igreja de São Pedro e recentemente referido por Manuel Luís Real.

O fragmento de ajimez insere-se numa tipologia que repete fórmulas identificadas por essa altura em Córdova¹⁹. Trata-se de uma decoração “em roseta de seis pontas e enquadrada em círculo”, associada inferiormente a um tema vegetalista de três folhas. Apesar de descontextualizado, este fragmento é importante para um melhor conhecimento das vias de influência presentes na arte do condado de Coimbra. Carlos Alberto Ferreira de Almeida relacionou esta peça com a arte leonesa do século X e com outras obras do entre-Douro-e-Minho, como é o caso de São Torcato de Guimarães²⁰. O prosseguimento do estudo em relação a esta peça, e às suas analogias estilístico-formais imediatas, é importante ainda para datar rigorosamente algumas das peças aparecidas no amplo território de Coimbra e que se mantêm catalogadas como de época visigótica. Falamos do espólio de Eira Pedrinha, mas também de frisos de Conímbriga, de Lorvão e do ajimez de Soure. Há pouco tempo, dedicámo-nos a este conjunto estilisticamente homogêneo, reafirmando, então, a sua datação visigotista na dependência da evolução artística de Conímbriga²¹. Pensámos, na altura, que o friso

De acordo com as investigações deste autor, seria a primitiva igreja de São Tiago, orago que adoptou depois da conquista da cidade por Fernando, o Magno.

¹⁴ IDEM, *Ibidem*, p.12: aparece documentada num inventário do Mosteiro da Vacariça, o que prova a sua existência anterior à conquista de 1064.

¹⁵ IDEM, *Ibidem*, pp.9 e 32, nota 22: situada nos arrabaldes da cidade, este templo foi deixado em testamento ao mosteiro de Lorvão em 957.

¹⁶ IDEM, *Ibidem*, p.8: esta igreja teve como primeiro orago São Cristóvão e foi doada a 2 de Novembro de 957 ao Mosteiro de Lorvão.

¹⁷ IDEM, *Ibidem*, p.10: é provável que se situasse no arrabalde.

¹⁸ IDEM, *Ibidem*, p.10: situava-se dentro das muralhas, sendo citada num documento de 970 em que um tal Crescónio deixa ao abade Primo, de Lorvão, uma série de prédios. Maria Ângela BEIRANTE, 1993, p.277, admite que esta igreja se situasse fora das muralhas, não referindo qualquer igreja de São Pedro no interior.

¹⁹ Mário BARROCA, “Contribuição para o estudo...”, *Op. Cit.*, 1990, p.123. Cfr. Manuel NÚÑEZ, *Op. Cit.*, 1978, p.121, fig. 26.

²⁰ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *Op. Cit.*, 1986, p.144.

²¹ Paulo Almeida FERNANDES, “O ajimez moçárabe reaproveitado no castelo de Soure”, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb*

de Conímbriga, que tutela estilisticamente todo este núcleo, estava perfeitamente contextualizado arqueologicamente, tendo sido identificado numa unidade estratigráfica específica. As indicações que, posteriormente, Manuel Luís Real nos forneceu estão longe de confirmar esta ideia, o que faz com que aquele friso permaneça numa situação atemporal, sem contexto arqueológico específico. Neste sentido, está aberta a hipótese para uma datação mais tardia, muito provavelmente em pleno século X. E uma conclusão é certa: a confirmar-se esta datação tardia, também as peças de Lorvão e de Soure acompanharão essa transferência cronológica, pela relação de modelo-cópia que existe entre todo este núcleo.

Quanto ao friso da igreja de São Pedro de Coimbra, segue uma tipologia que recua à época castreja e que conta com interessantes testemunhos na arte do século X, designadamente em São Pedro de Balsemão, mas também em São Pedro de Lourosa, como vimos a respeito do medalhão que se conserva no *narthex*. Estilisticamente, as obras mais aparentadas situam-se no pré-românico paroquial do Entre-Douro-e-Minho, como nos “frisos das portas de Briteiros, Vermoim ou Arentim”²², o que reforça as ligações entre os dois condados ao nível da arquitectura religiosa.

É, pois, no quadro dos regionalismo que devemos buscar as respostas para o desafio de caracterizar o *pré-românico hispânico* do século X peninsular, como Manuel Luís Real tem vindo a defender nos seus trabalhos. Lourosa, contudo, permanece como um monumento relativamente excepcional neste panorama. Se é um facto que acompanha as características principais daquela corrente classicizante da arte peninsular do século X, constituindo mesmo um dos edifícios principais desta realidade, não deixa de surpreender a filiação clara no plano arquitectónico de San Julián de los Prados, algo que nem mesmo o rico ciclo construtivo de Afonso III conseguiu efectivar.

(500-1500), coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp.796-801.

²² Manuel Luís REAL, “O disco de Sabante...”, *Op. Cit.*, 1999, p.270, nota 4.

“A caminho de Lourosa. A restauração do vetusto monumento”, *Ilustração Moderna*, nº52, Porto, Marques Abreu ed., Set-Out. 1931, pp.333-343

A., M. de, “O monumento de S. Frutuoso, que está a ser restaurado, é uma verdadeira joia artística, sem par em toda a Península. A visita do ilustre professor Gomez Moreno a Portugal e o que a proposito nos diz o distinto arquitecto sr. Moura Coutinho”, *A Voz*, 21/3/1932, pp.1 e 3

ALARCÃO, Jorge de, *Portugal roman*, vol. II, fasc. 1, Worminster, Aris & Phillips ldt., 1988

IDEM, LOPES, Maria da Conceição, MOURA, Maria Helena, “As origens do povoamento na bacia do Alva”, *Arqueologia*, nº12, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (GEAP), 1985, pp.184-194

IDEM, “O Domínio romano”, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 1 (coord. Jorge Alarcão), Lisboa, Estampa, 1990,

IDEM, “As origens do povoamento da região de Viseu”, *Conimbriga*, vol. XXXVII, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 1996, pp.5-35

IDEM, “A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal”, *Conimbriga*, vol. XXXVII, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 1998, pp.89-119

IDEM, “Os nomes de algumas povoações romanas da parte portuguesa da Lusitânia”, *Sociedad y Cultura en la Lusitania romana – IV Mesa Redonda Internacional*, coord. J.-G. Georges y Trinidad Nogales Basarrate, Badajoz, Junta de Extremadura, 2000, pp.165-172

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Problemas da arquitectura do século X no norte de Portugal”, *Colóquio Internacional «São Rosendo e o seu século»*, Santo Tirso, 8 a 11 de Outubro de 1970, publ. resumos, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso, 1970, pp.42-43

IDEM, LOPES, Francisco Gaspar de Almeida, “Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a igreja de S. Miguel”, *Portugália*, nova série, vol.2/3, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1981-82, pp.131-140

IDEM, “Arte da Alta Idade Média”, *História da Arte em Portugal*, vol.2, Lisboa, Alfa, 1986

IDEM, “Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII”, *Portugal no mundo. História das fortificações portuguesas no mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989

IDEM, BARROCA, Mário, *História da Arte em Portugal – o Românico*, Lisboa, Presença, 2001

ALMEIDA, Fernando de, *Egitânia. História e Arqueologia*, Lisboa, 1956

ALMEIDA, Fortunato de, “Monumento cristão da civilização moçárabe”, *Ilustração Moderna*, nº49, Porto, Marques Abreu ed., Jan-Fev. 1931, pp.258-259

AMARAL, A. Eugénio do, “Escavações arqueológicas na Bobadela”, *Mundo da Arte*, nº3, Coimbra, Epartur, 1982, pp.29-35

IDEM, “Considerações preliminares acerca do Forum II de Bobadela”, *Munda*, nº4, Coimbra, GAAC, Mai. 1983, pp.3-14

ANDRADE, Agostinho Rodrigues d’, *Chorographia historico-estatistica do Districto de Coimbra baseada em documentos officiaes e coordenada com auctorização do Ex.mo Sr. Conselheiro António das Neves Oliveira e Sousa Governador civil do Districto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896

ANDRÉS ORDAX, Salvador, “Arte de época condal”, *Historia de Burgos. Edad Media*, vol. II, t.2, Burgos, 1987, pp.11-26

ARBEITER, Achim, “Sobre los precedentes de la arquitectura eclesiástica asturiana en la época de Alfonso II”, *III Congreso de Arqueología medieval española*, (Oviedo, 1989), Oviedo, Universidad de Oviedo, 1992, pp.161-173

IDEM, NOACK-HALEY, Sabine, “The kingdom of Asturias”, *The art of medieval Spain. a.D. 500-1200*, New York, The Metropolitan Museum of Art, 1993, pp.113-119

ARCE, Fernando, “Los monasterios cordobeses de Tábanos y Peñamelaria a la luz de los textos y su entorno histórico”, *Boletín de Arqueología Medieval*, nº6, Madrid, Asociación Española de Arqueología Medieval, 1992, pp.157-170

ARIAS PÁRAMO, Lorenzo, “Geometría y proporción en la arquitectura prerrománica asturiana”, *III Congreso de Arqueología medieval española*, (Oviedo, 1989), Oviedo, Universidad de Oviedo, 1992, pp.27-37

IDEM, “Metrología, modulación y proporción en la iglesia prerrománica de Santa Cristina de Lena (Asturias)”, *IV Reunião de Arqueologia cristã hispânica* (Lisboa, 1992), Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, 1995, pp.223-231

IDEM, “San Miguel de Liño. Arte prerrománico asturiano (estudio sobre la proporción de las pilastras de San Miguel de Liño)”, *Revista de Arqueología*, nº87, Madrid, 1988, pp.29-35

IDEM, *Prerrománico asturiano. El arte de la monarquía asturiana*, Oviedo, Trea, 1993

IDEM, *San Salvador de Valdediós*, Gijón, Trea, 1996

ARIÉ, Rachel, *Historia de España (La España musulmana)*, dir. Manuel Tuñón de Lara, vol. III, Barcelona, Labor S. A., 1984

AZEVEDO, António de, *O mausoléu de S. Frutuoso de Braga. Guimarães, 1961-1964*, Braga, 1964

AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de, *Toponímia moçárabe em Portugal*, 2 vols., Coimbra, Almedina, 1997

AZEVEDO, Rui de, “O mosteiro de Lorvão e a Reconquista cristã”, *Arquivo Histórico de Portugal*, vols. I e II, Lisboa, 1933, pp.183-239. Separata

IDEM, “Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”, *História da expansão portuguesa no mundo*, dir. António Baião, Hernâni Cidade, Manuel Múrias, vol. I, Lisboa Ática, 1937, pp.7-62

IDEM, “A presúria e o repovoamento entre Minho e Lima no século X”, *Revista portuguesa de História*, nº3, Coimbra, 1945, pp.257-270

IDEM, “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997 e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016”, *Revista portuguesa de História*, nº14, Lisboa, 1973, pp.73-93

BANGO TORVISO, Isidro, “Arquitectura de la décima centúria: repoblación o mozárabe?”, *Goya*, nº122, Madrid, Fundación Lázaro Galdiano, 1974, pp.68-75

IDEM, “L’Ordo gotorum et la survivance dans l’Espagne du Haut Moyen Age”, *Revue de l’Art*, nº70, Paris, Centre de la Recherche scientifique, 1985, pp.9-20

IDEM, *El arte mozárabe*, Madrid, Historia 16, 1991

IDEM, “Arquitectura de repoblación”, *Historia del Arte de Castilla y León*, t.1, Valladolid, Ámbito, 1994, pp.169-216

IDEM, *Alta Edad Media. De la tradición hispano goda al Románico*, Madrid, Sílex, 1994

IDEM, “La cultura artística de la monarquía astur, la última manifestación de la Antigüedad”, *Astures (Pueblos y culturas en la frontera del Imperio romano)*, Gijón, 1995

IDEM, “El arte prerrománico”, *Historia del Arte*, dir. Juan Antonio Martínez, vol. La Edad Media, Madrid, Alianza ed., 1996

IDEM, “Crisis de una Historia del Arte medieval a partir de la teoría de los estilos. La problemática de la Alta Edad Media”, *Revision del Arte Medieval en Euskal Herria – Cuadernos de la sección de Artes Plásticas y Monumentales*, nº15, Donostia, 1996

IDEM, “La vieja liturgia hispana y la interpretación funcional del templo prerrománico”, *VII Semana de estudios medievales – Nájera (Los siglos oscuros)*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1997, pp.61-119

BAPTISTA, José David Lucas, *O Povoamento da Serra da Estrela de 1055 a 1223 e outros estudos*, Lisboa, 1988

BARBERO, A., VIGIL, M., *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*, Barcelona, 1978

BARBOSA, Pedro, “Organização defensiva na fronteira beirã oriental: «Extremadura» e Riba Côa até ao século XIII”, *IV Jornadas luso-espanholas de História Medieval – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IIª série, vol.XV, Porto, Universidade do Porto, 1998, pp.199-212

BARRAL I ALTET, Xavier, *L’art prè-romanica a Catalunya, siècles IX-X*, Barcelona, Ediciones 62 s/a, 1981

IDEM, *Early Middle Ages*, Colónia, Taschen, 1997

BARREIROS, Manuel de Aguiar, “José Vilaça”, *Ilustração Moderna*, nº41, Porto, Marques Abreu ed., Mar. 1930, p.70

IDEM, “Arquitecto José Vilaça”, *Ilustração Moderna*, nº40, Porto, Marques Abreu ed., Fev. 1930, p.30

IDEM, “Uma viagem de estudo”, *Ilustração Moderna*, nº42, Porto, Marques Abreu ed., Abr. 1930, pp.92-95

IDEM, *Elementos de Arqueologia e Belas-Artes*, 2ªed., Braga, Opus Dei, 1931

IDEM, *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, Porto, Marques Abreu ed., 1934

BARRIOS GARCIA, Angel, “Repoblación de la zona meridional del Duero. Fases de ocupación, procedencias y distribución espacial de los grupos pobladores”, *Studia Historica*, vol. III, nº2, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1985, pp.33-82

BARROCA, Mário, *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V-XV)*, Porto, Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987

IDEM, “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, Faculdade de Teologia de Braga da Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primaz de Braga, 1990, pp.101-145

IDEM, “Do castelo da Reconquista ao Castelo românico (sécs. IX a XII)”, *Portugália*, nov. sér., vol.XI-XII, Porto, 1990-91, pp.89-136

IDEM, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, Porto, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, publ. Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

IDEM, “Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior”, *Beira Interior – História e Património (I Jornadas de Património da Beira Interior, 1 a 3 de Outubro de 1998)*, Guarda, 2000, pp.215-238

IDEM, “Armamento medieval português. Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs”, *Pera Guerrejar – Armamento Medieval no*

espaço português, Catálogo de Exposição, Lisboa, Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp.37-76

IDEM, “Castelos românicos portugueses”, *Românico em Portugal e na Galiza*, catálogo de exposição, Fundación Pedro Barrié de la Maza / Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp.89-111

BARROSO CABRERA, Rafael, MORÍN DE LOS PABLOS, Jorge, “Nuevas observaciones sobre la decoración pictórica mozárabe de la iglesia de San Quirico de Pedret (Berga, Barcelona)”, *Boletín de Arqueología medieval*, nº6, Madrid, Asociación española de Arqueología Medieval, 1992, pp.171-184

BEIRANTE, Maria Ângela, “A “Reconquista” cristã”, SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H, Oliveira, dir., *Nova História de Portugal*, vol.II, Lisboa, Presença, 1993, pp.253-365

BIGOTTE, J. Quelhas, *Monografia da vila e concelho de Seia*, Seia, ed. autor, 1981

BONET COREA, A., *Arte prerrománico asturiano*, Barcelona, 1967, reed. 1980

BORGES, Nelson Correia, *Coimbra e região*, col. Novos Guias de Portugal, Lisboa, Presença, 1987

IDEM, *Arte monástica em Lôrvão. Sombras e realidade*, 2 vols., Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992

BORRÁS GUALIX, Gonzalo, *El Islma de Córdoba al Mudéjar*, Madrid, Sílex, 1994

BRANCO, Maria João Violante, “Portugal no reino de León. Etapas de una relación (866-1179)”, *El reino de León en la Alta Edad Media*, vol. IV, León, Centro de Estudios y Investigaciones «San Isidoro», 1993, pp. 533-625

BRITO, Maria Mónica, “As fases do restauro da capela de S. Frutuoso de Montélios. A fragilidade da reintegração nacionalista face à evolução historiográfica”, *Museu*, IV Série, nº10, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2001, pp.223-277

CABALLERO ZOREDA, Luis, “Visigodo o asturiano? Nuevos hallazgos en Mérida y otros datos para un nuevo marco de referencia de la arquitectura y escultura altomedieval en el norte y oeste de la Península Ibérica”, *XXXIX Cordo di Cultura sull’arte ravennate e bizantian*, Ravenna, 2-12 de Abril de 1992, pp.139-190

IDEM, “Un canal de transmisión de lo clásico a la Alta Edad Media española. Arquitectura y escultura de influjo omeya en la Península Ibérica entre el siglo VII y inicios del siglo X”, *Al-Qantara*, Madrid, CSIC, vol. XV, fasc. 2, 1994, pp.321-348 e vol. XVI, fasc. 1, 1996, pp.107-124

IDEM, “Observations on historiography and change from the 6th to the 10th centuries in the north and west of the iberian peninsula”, *The archaeology of Iberia. The dynamics of change*, ed. M. Díaz-Andreu e S. Keay, Londres / Nova Iorque, Routledge, 1997, pp.235-264

IDEM, “Arquitectura visigótica y musulmana. Continuidad, concurrencia o innovación?”, *Ruptura o continuidad. Pervivencias preislámicas en al-Andalus*, Merida, Museo Nacional de Arte Romano, 1998, pp.143-176

IDEM, “Aportación a la arquitectura medieval española. Definición de un grupo de iglesias castellanas, riojanas y vascas”, *V Congreso de Arqueología Medieval Española* (Valladolid, 1999), vol. I, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2001, pp.221-233

IDEM, SÁEZ LARA, Fernando, “Santa Lucía del Trampal en Alcuéscar (Cáceres): un asentamiento mozárabe de época emiral”, *V Congreso de Arqueología*

Medieval Española (Valladolid, 1999), vol. II, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2001, pp.681-692

CABAÑERO SUBIZA, Bernabé, “Elementos para el estudio de la influencia islámica en el arte del reino de Asturias en los siglos IX y X”, *Aragón en la Edad Media – Homenaje a la Profesora Carmen Orcástegui Gros*, 1999

CAETANO, Pe. Laurindo Marques, *A 3ª invasão francesa e as terras do concelho de Oliveira do Hospital*, Oliveira do Hospital, s. ed., 1989

CAMÓN AZNAR, José, “Arquitectura prerrománica española”, *XVI Congrès International d’Histoire de l’art*, vol. I, Lisboa, Minerva, 1949, pp.105-123

IDEM, “Arquitectura española del siglo X: mozárabe y de repoblación”, *Goya*, nº52, 1963, pp.206-219

CANTERA MONTENEGRO, Jesús, “Las torres campanario del prerrománico español”, *Anuario de Estudios Medievales*, nº16, Madrid, CSIC, 1986, pp.41-65

CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Madrid, Alianza Forma, 1992

CASA MARTÍNEZ, Carlos de la, “Despoblación y repoblación de los *extrema durii*”, *III Curso de Cultura Medieval – repoblación y Reconquista*, Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del Románico, 1993, pp.89-94

CASARIEGO, Jesus E., *Crónicas de los reinos de Asturias y León*, León, Everest, 1985

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, “Los últimos romanos en Lusitania. Entre la tradición y el cambio”, *Los últimos romanos en Lusitania*, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 1995, pp.13-48

CHEJNE, Anwar G., *Historia de la España musulmana*, (1974), 4ªed. espanhola Madrid, Cátedra, 1999

CID PRIEGO, Carlos, *Arte prerrománico de la monarquía asturiana*, Oviedo, GEA, 1995

COELHO, António Borges, *Comunas ou Concelhos*, 2ªed., Lisboa, Caminho, 1986

COELHO, Fernando Dias, *Bobadela, entrecruzilhada de dívidas*, Coimbra, ed. autor, 1970 (policopiado)

COELHO, Maria Helena da Cruz, *O baixo Mondego nos finais da Idade Média (estudo de História Rural)*, 2 vols., Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983

COIXÃO, António do Nascimento Sá, “O Sítio pré-histórico, romano e medieval do Prazo”, *Um Projecto, a investigação, a musealização e um circuito - Freixo de Numão, 1980-1996*, Freixo de Numão, Câmara Municipal, 1997

CONANT, Kenneth John, *The early architectural history of the Cathedral of Santiago de Compostela*, Cambridge, 1926 (ed. espanhola, 1983)

CORREIA, Vergílio, “Uma igreja do século nono. Louroza”, *A Folha de Oliveira*

IDEM, *A igreja de Lourosa da Serra da Estrela*, Lisboa, Jan. 1912

IDEM, “Estudos arqueológicos e artísticos no Distrito de Coimbra”, *A Folha de Oliveira*, Oliveira do Hospital, nº19 (31/3/1912), p.2; nº20 (7/4/1912)

IDEM, “A igreja de Louroza da Serra da Estrela”, *Monumentos e Esculturas*, 1ªed., Lisboa, Ferín, 1919, pp.25-38 (2ªed., 1924)

IDEM, “Resposta a outra crítica”, *Terra Portuguesa*, nº39, Lisboa, Jul. 1924, p.61

- IDEM, “Arte visigótica”, *História de Portugal*, dir. damião Peres, vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, 1928
- IDEM, “Joaquim de Vasconcellos”, *O Instituto*, nº77 (4ªsér., vol. 6), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, pp.125-126
- IDEM, “A vila e a igreja de Lourosa”, CORREIA, Vergílio, GIRÃO, A. de Amorim, SOARES, Torquato de Sousa, *Excursões no centro de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Instituto para a Alta Cultura, 1939, pp.25-30
- IDEM, “Coimbra pré-românica” (1943), *Obras*, vol. I, Coimbra, 1946, pp.51-56
- IDEM, “Igrejas pré-românicas de Coimbra” (1942), *Obras*, vol. I, Coimbra, 1946, pp.47-50
- CORZO SÁNCHEZ, Ramón, *Visigótico y prerrománico*, Madrid, Historia del Arte 16, 1989
- COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1959
- IDEM, “Sesnando”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1984, pp.546-547
- COSTA, Paula Maria Pinto, *A Ordem militar do Hospital em Portugal (sécs. XII-XIV)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993
- COUTINHO, João de Moura, *S. Frutuoso de Montélios: as artes pré-românicas em Portugal*, Braga, ASPA, 1978
- Crónicas asturianas*, ed. J. Fernández, Serafin L. Moralejo, Ignacio Ruiz de la Peña, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1986
- CRUZ HERNÁNDEZ, Miguel, *El Islam de al-Andalus. Historia y estructura de su realidad social*, Madrid, Agencia española de cooperación internacional, 1996
- DAVID, Pierre, *A Sé-Velha de Coimbra. Das origens ao século XV*, Porto, Portucalense Editora, 1943
- IDEM, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du Vie aux XIIe siècle*, Lisboa,, Bertrand, 1947
- DIAS, António, “História e lenda da fundação da cidade de Sena”, *Beira Alta*, ano VII, nºI e II, Viseu, Junta Provincial da Beira Alta, 1948, pp.67-79
- DODDS, Jerelynn D. *Architecture and Ideology in early medieval Spain*, Pensilvânia, Penn State Press, 1990
- IDEM, “Islam, Christianity, and the problem of religious art”, *The art of medieval Spain. a.D. 500-1200*, New York, The Metropolitan Museum of Art, 1993, pp.27-37
- DOMINGUES, José Domingos Garcia, “Invasão e conquista da Lusitânia por Muça ben Noçair e seu filho Abdalaziz”, *Primer Congreso de Estudios Árabes y Islámicos*, 1964, pp.215-230, republ. *Portugal e o al-Andaluz*, Lisboa, Hugin, 1997, pp.51-64
- IDEM, “Aspectos geográficos da Lisboa muçulmana”, *Revista Municipal*, ano XXVIII, nº112-113, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1967, pp.7-13, republ. *Portugal e o al-Andaluz*, Lisboa, Hugin, 1997, pp.119-130
- “Dr. Helmut Schlunk. A sua visita à igreja moçárabe de Lourosa”, *Ilustração Moderna*, nº58, Porto, Marques Abreu ed., Nov-Dez. 1932, p. 500
- DUARTE, Luís Miguel, “O Vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações”, *Douro. Estudos & Documentos*, nº2, Porto, GEHVID / Afrontamento, 1996, pp.57-69

DURAND, Robert, “Communautés, Villageoises et Seigneurie au Portugal (Xe.-XIIIe.)”, *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. Oliveira Marques*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1982, pp.119-136

FABIÃO, Carlos, “A romanização do actual território português”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992

IDEM, “Lomba do Canho (Arganil)”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. II (O mundo luso-romano), coord. Victor Gonçalves, Lisboa, Ediclube, 1998, pp.190-192

FEIO, Alberto, “S. Torcato de Guimarães. Restos de uma igreja moçárabe”, *Correio do Minho*, Braga, 21/1/1950, reed. *Coisas memoráveis de Braga*, Braga, Biblioteca Pública de Braga, 1984, pp.150-154

FERNANDES, A. de Almeida, *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Viana do Castelo, 1968, republ. Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1997

IDEM, *Território e política portugalenses (séculos VI-XII)*, Porto, 1972

IDEM, *Portugal no período vimaranense (868-1128)*, sep. *Revista de Guimarães*, Barcelos, Ed. Minho, 1973

IDEM, *A Nobreza na época Vimarano-Portugalense*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1981, separata de *Revista de Guimarães*, vol. LXXXVII, Barcelos, Editora do Minho, 1978

IDEM, *Adosinda e Ximeno (problemas históricos dos séculos IX e X)*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1982, separata da *Revista de Guimarães*, vol. XCI, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1983

IDEM, *Toponímia portuguesa. Exame a um dicionário*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1999

FERNANDES, Hermenegildo, “Fronteiras e reconquista”, *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, catálogo de exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp.269-276

IDEM, “Em torno de Santarém: posição e funções”, *De Scallabis a Santarém*, catálogo de exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Santarém, 2002, pp.47-59

FERNANDES, Luís da Silva, “A população romana de Ferreira do Zêzere”, *Munda*, nº34, Coimbra, GAAC, 1997, pp.37-48

FERNANDES, Paulo Almeida, *A Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha*, Lisboa, Centro de História das Religiões da Universidade Lusófona, 2001

IDEM, “Visigótico ou moçárabe? O núcleo de escultura da Alta Idade Média da cidade de Lisboa”, *Museu Arqueológico do Carmo – catálogo da exposição permanente*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2002 (no prelo)

IDEM, “O convento medieval de São Félix e de Santo Adrião de Chelas”, *Conventos de Lisboa – projecto investigação do IHA da FLUL* (policopiado)

FERNÁNDEZ ARENAS, José, *Imagen del arte mozárabe*, Barcelona, Polígrafa S. A., 1978

FIGUEIREDO, Moreira de, “Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras V”, *Beira Alta*, Viseu, Junta de Província da Beira Alta, ano 12, nº1, 1953, pp.47-63 e ano 12, nº2-3, pp.153-186

FONTAINE, Jacques, *L’art pre-romanique hispanique*, Yonne, Zodiaque, 1973, ed. espanhola, *El Prerrománico*, Madrid, Encuentro, 1978

IDEM, *L’art mozarabe*, Yonne, Zodiaque, 1977, ed. espanhola *El Mozárabe*, Madrid, Encuentro, 1978

FONTES, Luís Oliveira, *S. Frutuoso de Montélios*, Braga, Região de Turismo do Verde Minho, 1989

FRADE, Helena, CAETANO, José Carlos, PORTAS, Clara, MADEIRA, José Luís, “Notas para o estudo do urbanismo da cidade romana de Bobadela”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35 (I Congresso de Arqueologia peninsular), fasc. 4 (actas VIII), Porto, Sociedade de Antropologia e Etnologia, 1995, pp.221-241

FRANÇA, José-Augusto, “As revistas de Arte”, *A Arte em Portugal no século XIX*, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1966

IDEM, “Joaquim de Vasconcelos e a História da Arte portuguesa”, *A Arte em Portugal no século XIX*, vol. II, Lisboa, Bertrand, 1966

GALTIER MARTI, Fernando, “La formación del arte románico aragones entre la Reconquista y la Repoblación”, *III Curso de Cultura Medieval – repoblación y Reconquista*, Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del Románico, 1993, pp.127-134

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel, *História rural medieval*, ed. portuguesa Lisboa, Estampa, 1985

IDEM, “De una sociedad de frontera (el valle del Duero en el siglo X) a una frontera entre sociedades (el valle del Tajo en el siglo XII)”, *Las sociedades de frontera en la España medieval*, Saragoça, 1993, pp.51-68

GARCÍA LOBO, Vicente, *Las inscripciones de San Miguel de Escalada*, Barcelona, Albir, 1982

GIL LÓPEZ, Juana Maria, MARÍN, Fernando, *Santa Maria de Naranco. San Miguel de Lillo*, Oviedo, Consejería de Educación, Cultura y Deportes del Principado de Asturias, 1988

GODOY FERNÁNDEZ, Cristina, “Arquitectura cristiana y liturgia: reflexiones en torno a la interpretación funcional de los espacios”, *Espacio, tiempo y forma*, sec. I, t.2, Madrid, Universidad Nacional de Educación a la Distancia, 1989, pp.355-387

IDEM, *Arqueología y liturgia. Iglesias hispánicas (siglos IV al VIII)*, Barcelona, 1995

GOMES, Saúl António, “6. Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”; *nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III (coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Lisboa, Presença, 1996, pp.309-383

IDEM, “Coimbra: centro das religiões abraâmicas”, *Semente em boa terra – raízes do Cristianismo na Diocese de Coimbra*, catálogo de exposição, Coimbra, Diocese de Coimbra, 2000, pp.120-133

GÓMEZ MORENO, Manoel, “San Pedro de la Nave, iglesia visigoda”, *Boletín de la Sociedad castellana de Excursiones*, tºII, 1905/06, pp.365-373

IDEM, *Iglesias mozárabes. Arte español de los siglos IX a XI*, Madrid, Cento de Estudios Históricos, 1919, reed. Granada, Universidad de Granada, 1998

GÓMEZ-TABANERA, José M., “Los Visigodos en Hispania y la eclosion del «Asturorum Regnum»”, *Los Visigodos y su mundo* (1990), Madrid, Comunidad de Madrid, 1998, pp.163-174

GONÇALVES, António Nogueira, “O castelo de Avô”, *Arte e arqueologia*, nº1, Coimbra, 1933, republ. *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, pp.325-333

GONÇALVES, António Nogueira, “Lourosa”, *Inventário Artístico Nacional*, Distrito de Coimbra, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1952,

pp.169-176, republ. *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, pp.37-53

IDEM, “A arte medieval em Coimbra. Séc. X – Séc. XV” (1952), *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, pp.55-98

IDEM, “Lourosa da Serra da Estrela”, *Diário de Coimbra*, ano XXII, nº7138 (12/3/1952), pp.1 e 5

IDEM, “As pontes do Mestre Zacarias de Córdova no século X”, *Ocidente*, vol. LXXII, Lisboa, 1967, republ. *Estudos de História da Arte medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, pp.99-116

IDEM, “Evocação do XI centenário da primeira reconquista cristã de Coimbra”, *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, 1978, republ. *Estudos de História da Arte medieval*, Coimbra, Epartur, 1980, pp.343-355

GUICHARD, Pierre, “Les relations des pays d’Islam avec le monde latin (milieu Xe – milieu XIIIe siècle)”, *Cahiers d’Histoire*, nº78, 1999, pp-9-35

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José António, “Sistemas defensivos y de repoblación en el reino de León”, *III Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1989

HALL, Tarquínio, “A igreja moçarábica de Lourosa”, *Munda*, nº26, Coimbra, GAAC, 1993, pp., republ. *Concelho de Oliveira do Hospital – subsídios para a sua história*, Oliveira do Hospital, s. ed., 1998, pp.127-131

IDEM, “Avô – a fidalga e nobre vila”, *Concelho de Oliveira do Hospital – subsídios para a sua história*, Oliveira do Hospital, s. ed., 1998, pp.221-265

IDEM, “Abundantes e valiosos testemunhos pré-históricos, romanos e visigóticos no coração de S. Paio de Gramaços”, *Correio da Beira Serra*, 28 de Outubro de 1991, republ. *Concelho de Oliveira do Hospital – subsídios para a sua história*, Oliveira do Hospital, s. ed., 1998, pp.291-293

IDEM, “Importante estação arqueológica em S. Bartolomeu de Meruge”, *Correio da Beira Serra*, 4 de Agosto de 1989, republ. *Jornal de Oliveira*, 14 de Dezembro de 1991, republ. *Concelho de Oliveira do Hospital – subsídios para a sua história*, Oliveira do Hospital, s. ed., 1998, pp.295-297

IDEM, “Sepulturas rupestres – necessidade de um inventário e consequentes medidas que visem a sua preservação” (intervenção na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital – 30 de Abril de 1993), publ. *Concelho de Oliveira do Hospital – subsídios para a sua história*, Oliveira do Hospital, s. ed., 1998, pp.304-305

IDEM, “Pontes romanas do concelho de Oliveira do Hospital”, *Munda*, nº30, Coimbra, GAAC, 1995, pp., republ. *Concelho de Oliveira do Hospital – subsídios para a sua história*, Oliveira do Hospital, s. ed., 1998, pp.197-200

HUIDOBRO, Luciano, “El arte visigótico y de la Reconquista en Castilla. Nuevos descubrimientos”, *Boletín de la Comisión de monumentos históricos y artísticos de Burgos*, nº25

IDEM, “Arte condal: iglesia de Santa Maria en San Vicente del Valle (Belorado)”, *Boletín de la Comisión de monumentos históricos y artísticos de Burgos*, nº41, Burgos, 1932, pp.360-365

“Igreja de Lourosa. Uma jornada memorável”, *Ilustração Moderna*, nº44, Porto, Marques Abreu ed., Jun. 1930, pp.139-144

“Igreja de Lourosa. O estado dos trabalhos de restauração”, *Ilustração Moderna*, nº47, Porto, Marques Abreu ed., Nov. 1930, pp.201-203

“Igreja de Lourosa. Subsídios para a sua restauração. O projecto de José Vilaça”, *Ilustração Moderna*, nº53, Porto, Marques Abreu ed., Nov-Dez. 1931, pp.358-361, republ. 1943

“Igreja de Lourosa. A visita do sr. Professor Gómez Moreno a Portugal e o projecto de restauração do sr. J. Vilaça”, *Ilustração Moderna*, nº54, Porto, Marques Abreu ed., Jan-Fev. 1932, pp.400-401

“Igreja de Lourosa. Ainda a visita do sr. Professor Gómez Moreno - esclarecimento oportuno -”, *Ilustração Moderna*, nº55, Porto, Marques Abreu ed., Mar-Abr. 1932, pp.411-419

Igreja matriz de Lourosa, Boletim da DGEMN, nº55, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1949

KENNEDY, Hugh, *Muslim Spain and Portugal. A political history of al-Andalus*, Londres, Longman, 1996

KRUS, Luís, “Tempo de Godos e tempo de Mouros. As memórias da Reconquista”, *O Estudo da História*, IIª série, vol. 2, Lisboa, APH, 1986-87, pp.59-74

LACERDA, Aarão de, *História da Arte em Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1942

LADERO QUESADA, Miguel-Angel, “Reconquista y definiciones de frontera”, *IV Jornadas de História Medieval*, publ. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IIª série, vol. XV, Porto, Universidade do Porto, 1998, vol. I, pp.655-691

LAVAJO, Joaquim Chorão, “Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, *História religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), vol. I (Ana Maria Jorge e Ana Maria Rodrigues), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.91-133

LÉVI-PROVENÇAL, Émile, “El califato omeya de Córdoba (912-1031)”, *Historia de España*, dir. Ramón Menéndez Pidal, 3ªed., t. IV, Madrid, Espasa-Calpe, 1967

LÓPEZ ALSINA, Fernando, “Aproximación histórica: a Galiza e a Idade Média”, *Galícia no Tempo*, Catálogo de exposição, Santiago de Compostela, Xunta de Galícia / Arcebispado de Compostela / Diócesis de Galícia, 1990, pp.163-169

LÓPEZ QUEJIDO, Enrique, “El rito hispano-visigodo: síntesis y nuevas perspectivas”, *Los Visigodos y su mundo* (1990), Madrid, Comunidad de Madrid, 1998, pp.107-113

“Lourosa”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XV, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda., s.d., pp.514-515

MACIEL, Manuel Justino, *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, ed. autor, 1996

MANTAS, Vasco, “Vias romanas da região de Tomar: os miliários”, *O espaço rural na Lusitânia. Tomar e o seu território* (1989), Tomar, 1992, pp.31-46

IDEM, “A rede viária romana do território português”, *História de Portugal*, dir. João Medina, vol. II (O mundo luso-romano), coord. Victor Gonçalves, Lisboa, Ediclube, 1998, pp.213-230

MANZANO MORENO, Eduardo, *La frontera de al-Andalus en época de los Omeyas*, Madrid, CSIC, 1991

MARÍN, Fernando, GIL LÓPEZ, Juana Maria, *San Julián de los Prados, o el discurso de las dos ciudades*, Oviedo, Consejería de Educación, Cultura y Deportes del Principado de Asturias, 1989

MARQUES, Augusto da Cunha, “O castelo de Belmonte (Castelo Branco): resultados arqueológicos”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002

MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, “Contributo para o estudo do povoamento da região de Viseu na Alta Idade Média”, *Máthesis*, nº5, Viseu, Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa, 1996, pp.205-211

IDEM, “Castelos da Reconquista na região de Viseu”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VII (Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica), Porto, ADECAP, 2000, pp.113-127

MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio, “Relaciones entre los omeyas y los núcleos cristianos”, *El esplendor de los Omeyas cordobeses. La civilización musulmana de Europa Occidental*, Granada, Junta de Andalucía / Fundación El Legado Andalusi, 2001, pp.310-319

MARTÍNEZ TEJERA, Artemio Manuel, “De nuevo sobre áreas cerimoniales y espacios arquitectónicos intermedios en los edificios hispánicos (ss.IV-X)”, *Boletín de Arqueología medieval*, nº7, Madrid, Asociación española de Arqueología Medieval, 1993, pp.163-215

IDEM, “El contraábside en la ‘arquitectura de repoblación’: el grupo castellano-leonés”, *III Curso de Cultura medieval: Seminario Repoblación y Reconquista*, (1991) Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del Románico, 1993, pp.149-161

MATOS, Vítor, CUNHA, Eugénia, “A necrópole do Prazo no contexto das necrópoles medievais portuguesas”, *Coavisão*, nº1, 1999, pp.45-51

MATTOSO, José, “As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI”, *Studium General*, nº12, 1968-69, pp.59-115, republ. 1986 e *A Nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp.75-117

IDEM, “A Nobreza de Entre Douro e Minho na história medieval portuguesa”, *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, Lisboa, Academia da História, 1975, pp.37-62, republ. *A Nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp.213-231

IDEM, “A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial”, *Revista Portuguesa de História*, nº16, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978, pp.143-158

IDEM, “Sobre a origem do Estado Português. A ideia de Portugal”, *História*, nº6, 1979, pp.44-53, republ. *Portugal Medieval. Novas interpretações*, 2ªed., Lisboa, IN-CM, 1992, pp.87-99 (com alguns acrescentos)

IDEM, “As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI”, *A Nobreza medieval portuguesa, a família e o poder*, Lisboa, 1982, pp.101-157

IDEM, *Identificação de um país*, 2 vols., 5ªed., Lisboa, Estampa, 1995

IDEM, “A Nobreza medieval portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XII”, *Revista de História económica e social*, nº10, 1982, pp.29-47, republ. *Portugal Medieval. Novas interpretações*, 2ªed., Lisboa, IN-CM, 1992, pp.197-223

IDEM, “Da comunidade primitiva ao município. O exemplo de Alfaiates”, *I Jornadas sobre o Município ibérico* (Santo Tirso, 1985), *Fragmentos de uma composição medieval*, 2ªed., Lisboa, Estampa, 1990, pp.35-48

IDEM, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 3ªed., Lisboa, Guimarães Editores, 1998

IDEM, “Os Moçárabes”, *Revista Lusitana*, nova série, nº6, 1985, pp.5-24, republ. *Fragmentos de uma composição medieval*, 2ªed., Lisboa, Estampa, 1990, pp.19-34

IDEM, *Seia na Idade das Trevas*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1987

IDEM, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, MATTOSO, José, dir., *História de Portugal*, 1º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp.439-565

- IDEM, *Coja*, Coja, ed. Junta de Freguesia de Coja, 1993 (conferência proferida a 21/11/1993)
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la época musulmana (s. VIII-XV)*, Granada, Almed, 2000
- MERÊA, Paulo, *De Portucale (civitas) ao Portugal de D. Henrique*, Porto, Portucalense, 1967
- MITRE FERNÁNDEZ, Emilio, *La España medieval*, Madrid, Istmo, 1979
- MONTEIRO, Manuel, “L’Art pré-roman au Portugal”, *XVI Congrès International d’Histoire de l’art*, vol. I, Lisboa, 1949, pp.125-140, republ. *Dispersos*, Braga, ASPA, 1980, pp.400-417
- IDEM, “S. Frutuoso de Montélios”, *Dispersos*, Braga, ASPA, 1980, pp251-279
- MONTEMAYOR, Julián, “O sonho imperial”, *Toledo, séculos XII-XIII. Muçulmanos, Cristãos e Judeus: o saber e a tolerância*, (ed. francesa original Paris, Autrement, 1991), Lisboa, Terramar, 1996, pp.48-61
- MOXÓ, Salvador de, *Repoblación y sociedad en la España cristiana medieval*, Madrid, 1979
- NETO, Maria João Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)*, 3 vols., Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, republ. parcialmente em *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001
- IDEM, “A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos nacionais e a intervenção no património arquitectónico nacional. 1929-1999”, *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN, 1999, pp.23-43
- NIETO ALCAIDE, Victor, *Arte prerrománico asturiano*, Madrid, Ayalga ediciones, 1989
- NOACK, Sabine, “En torno al arte mozárabe”, *III Congreso de arqueología medieval española*, t.3, Madrid, Comunidad de Madrid, 1987, pp.582-588
- IDEM, “Tradición e innovación en la decoración plástica de los edificios reales asturianos”, *III Congreso de Arqueología medieval española* (Oviedo, 1989), Oviedo, Universidad de Oviedo, 1992, pp.174-184
- NÚÑEZ RODRÍGUEZ, Manuel, *História de la Arquitectura gallega – arquitectura prerrománica*, Madrid, GOAC, 1978
- IDEM, “Arquitectura asturiana en Galicia bajo el reinado de Alfonso III”, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos (BIDEA)*, año XXXII, nº93-94, Oviedo, Diputación Provincial de Oviedo, 1978, pp.315-322
- IDEM, *San Miguel de Celanova*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1989
- IDEM, *San Salvador de Valdedios o la fábrica sencilla de una arquitectura admirable*, Oviedo, Principado de Asturias, 1991
- IDEM, “Era para los cristianos lo que para los musulmanes la cava de la Meca”, *Santiago, la Catedral y la Memoria del Arte*, ed. Manuel Núñez Rodríguez, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago, 2000
- “O Culto dos Monumentos”, *Ilustração Moderna*, nº40, Porto, Marques Abreu ed., Fev. 1930, pp.27-29
- OLAGUER-FELIÚ, Fernando, *Arte medieval español hasta el año mil*, 2ªed., Madrid, Encuentro, 1998

- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, “O «Portugal» islâmico”, *Nova História de Portugal*, dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, vol. II, Lisboa, Presença, 1995
- ORLANDIS, José, *Historia de España – época visigoda (409-711)*, Madrid, Gredos, 1987
- PACE, Valentino, “L’analisi «stilistica» come metodologia storica: possibilità e limiti”, *Artistes, artisans et productions artistiques au Moyen Âge*, coord. Xavier Barral i Altet, vol. III, Paris, Picard, 1990, pp.513-523
- PALOL, Pere de, *Arte hispánico de la época visigoda*, Barcelona, Polígrafa, 1968
- PEREIRA, Mário, “II.4 Avô”, *Terras da Moura encantada*, Porto, Civilização Editora, 1999, pp.61-63
- PEREIRA, Paulo, *2000 anos de arte em Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2001
- PERES, Damião, “A Reconquista cristã”, *História de Portugal*, dir. Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 1928
- PERESTRELO, Manuel Sabino, FERREIRA, Maria do Céu Crespo, “Fortificações e caminhos medievais no médio Côa”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500). Simpósio internacional sobre castelos*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002
- PÉREZ DE URBEL, Fr. Justo, “Reconquista y repoblación de Castilla y León”, *La Reconquista española y la repoblación del país*, Saragoça, 1951
- PESSANHA, José, “A arquitectura pre-românica em Portugal”, *Terra Portuguesa*
- IDEM, *A arquitectura pré-românica em Portugal. S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927
- IDEM, “A igreja de Lourosa”, *Ilustração Moderna*, nº40, Porto, Marques Abreu ed., Fev. 1930, pp.31-34
- IDEM, “A igreja de Lourosa”, *Revista de Arqueologia*, 1936, pp.9-15 e 42-45
- PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIIIe – XIIIe siècle). L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000
- PIEL, Joseph Manuel, “A propósito do nome do bispo Nausto de Coimbra (867-912)”, *Revista Portuguesa de História*, t.III, Coimbra, 1947
- PINELL, Jordi M., “A. Liturgia hispânica”, *Diccionario de História eclesiástica de España*, vol.II, Madrid, 1972, pp.1303-1320
- PITA ANDRADE, J. M., “La Edad Media”, *Castilla la Vieja*, León, Vitória, 1975
- PORTAS, Clara, “Bobadela – escavações arqueológicas de 1982”, *Munda*, nº6, Coimbra, GAAC, 1984, pp.32-42
- IDEM, “Bobadela – escavações arqueológicas de 1983”, *Munda*, nº8, Coimbra, GAAC, Mai. 1985, pp.37-46
- IDEM, FRADE, Helena, “Oliveira do Hospital. Anfiteatro romano de Bobadela”, *Informação Arqueológica*, nº9, Lisboa, IPPAR, 1994, pp.54-55
- PORTELA, Ermelindo, “Del Duero al Tajo”, *Organización social del espacio en la España medieval. La corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Barcelona, Ariel, 1985, pp.85-122
- PUERTAS TRICAS, Rafael, *Planimetría de San Millán de Suso*, Logroño, 1979

PUIG I CADAVALCH, J., *L'art wisigothique et ses survivances*, Paris, F. de Nobele, 1961

PRADALIÉ, Gerard, "Occupation du sol et cultures autour de Coimbre au XIIème siècle", *Actas de las I Jornadas de Metodlogia aplicada de las ciencias historicas. II- Historia medieval*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1975

IDEM, "Du Portugal mozarabe au Portugal romanisé: L'exemple de Coimbre", *Histoire du Portugal. Histoire Européenne*, Paris, Centre Culturel Portugais / Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp.15-17

REAL, Manuel Luís, *A arte românica de Coimbra (novos dados – novas hipóteses)*, Porto, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1974

IDEM, "O Convento da Costa (Guimarães). Notícia e interpretação de alguns elementos arquitectónicos recentemente aparecidos", *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, 1981, pp.461-476

IDEM, "O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do século XII", *Boletim Cultural – Póvoa do Varzim*, vol. XXI, nº1, Póvoa do Varzim, 1982, pp.5-75

IDEM, "Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular", *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, (Lisboa, 1992), Barcelona, Institut d'estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp.17-68

IDEM, "Os Moçárabes do Gharb português", *Portugal Islâmico*, Catálogo de Exposição, Lisboa, Museu nacional de Arqueologia, 1998, pp.35-56

IDEM, "O disco de Sabante e a influência da arte asturiana na área galaico-portuguesa", *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp.261-274

IDEM, "Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe", *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la alta Edad Media* (Mérida, Abril de 1999), *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, vol. XXIII, Madrid, CSIC, 2000, pp.21-75

RECUERO ASTRAY, Manuel, *Orígenes de la Reconquista en el Occidente peninsular*, A Coruña, Universidad de Coruña, 1996

REGUERAS, Fernando, *La arquitectura mozárabe en León y Castilla*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1990

IDEM, "Sobre el gesto martirial de la cabecera de San Cebrián de Mazote", *Boletín de arqueología medieval*, nº7, Madrid, Asociación española de Arqueología Medieval, 1993, pp.217-228

RIVERA BLANCO, Javier, "La restauración histórica de la arquitectura de la Alta Edad Media", *La intervención en la arquitectura prerrománica asturiana*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1997, pp.

IDEM, "La encrucijada de caminos", *Encrucijadas – Las edades del hombre*, Astorga, Fundación Las Edades del Hombre, 2000, pp.51-73

RODRIGUES, Jorge, "Joaquim de Vasconcelos e a Arte Nacional no cinquentenário da morte do primeiro historiador de arte português", *O Ensino da História*, 2ª série, nº2, Lisboa, APH, 1986-87, pp.87-92

IDEM, "O mundo românico", PEREIRA, Paulo, dir., *História da Arte Portuguesa*, vol.1, 1995

ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, *História religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira Azevedo), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.423-510

ROSMANINHO, Nuno, *A historiografia artística portuguesa: de Raczyński ao dealbar do Estado Novo (1846-1935)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993

IDEM, “A historiografia artística de Vergílio Correia”, *revista da Universidade de Aveiro - Série Letras*, nº12, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1995, pp.161-185

SAEZ SANCHEZ, Emilio, “Ramiro II, rey de «Portugal» de 926 a 930”, *Revista portuguesa de História*, t. III, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947, pp.271-290

SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio, *Despoblación y repoblación del valle del Duero*, Buenos Aires, 1966

IDEM, *Una ciudad de la España cristiana de hace mil años* (1965), 17ª ed., Madrid, Rialp, 1998

SCHLUNK, Helmut, “La iglesia de San Julián de los Prados (Oviedo) y la arquitectura de Alfonso, el Casto”, *Estudios sobre la monarquía asturiana* (1942), Oviedo, 1949, pp.405-465

IDEM, “El arte asturiano en torno al 800”, *Actas del Symposium para el estudio de los codices del «Comentario al Apocalipsis de Beato de Liébana»*, Madrid, 1980, t.2 (pp.135-164) e t.3 (pp.87-120)

IDEM, HAUSCHILD, Theodore, *Hispania antiqua. Die Denkmaler der fruhchristlichen und westgotischen Zeit*, Mainz, 1978

SERRA, Pedro Cunha, *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste peninsular*, Porto, 1967

SILVA, Henrique Gomes da, “Monumentos Nacionais. Orientação técnica a seguir no seu restauro”, *Igreja de Leça do Bailio*, Boletim da DGEMN, nº1, Lisboa, MOP, Set. 1935, pp.5-

SILVA, Joaquim Candeias, BATISTA, Álvaro, “Romanização da margem esquerda do Zêzere. Abordagem sumária”, *O espaço rural na Lusitânia. Tomar e o seu território* (1989), Tomar, 1992, pp.71-78

SOALHEIRO, João, “Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, Diocese de Lamego. Breve ensaio sobre o território e as comunidades eclesiais”, *Foz Côa. Inventário e Memória*, 2001

SOARES, Torquato de Sousa, “A inscrição tumular do bispo Nausto de Coimbra (867-912)”, *Revista Portuguesa de História*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1941, pp.144-148

IDEM, “O repovoamento no norte de Portugal no século IX”, *Congresso do Mundo Português*, vol. 2, Lisboa, 1940, republ. *Biblos*, nº18, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1942

IDEM, “Carácter e limites do Condado Portucalense”, *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1975

IDEM, “Despovoamento e repovoamento no Norte de Portugal nos séculos VIII ao XI”, *Revista Portuguesa de História*, nº19, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982

TEIXEIRA, Ricardo Jorge, *De Acquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996

IDEM, “Castelos e fortificações da região de Chaves entre a «Reconquista» e a Baixa Idade Média”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VII (Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica), Porto, ADECAP, 2000, pp.89-107

IDEM, “Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (séculos IX-XIV)”, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp.463-476

TORRES, Cláudio, “A Sé Catedral da Idanha”, *Arqueologia Medieval*, nº1, Lisboa, Afrontamento, 1992, pp.169-178

IDEM, “O Garb al-Andaluz”, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, Lisboa Círculo de Leitores, 1992

IDEM, “A Igreja de Santo Amaro”, *Núcleo Visigótico - Museu Regional de Beja*, 1993

IDEM, MACÍAS, Santiago, “A arte islâmica no ocidente andaluz”, PEREIRA, Paulo, dir., *História da Arte Portuguesa*, vol.I, Círculo de Leitores, 1995, pp.151-177

IDEM, MACÍAS, Santiago, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998

TORRÓ, Josep, “Pour en finir avec la «Reconquête». L’occupation chrétienne d’al-Andalus, la soumission et la disparation des populations musulmanes (XIIe – XIIIe siècles)”, *Cahiers d’Histoire*, nº78, 1999, pp.79-97

“Uma escola em Lourosa”, *Ilustração Moderna*, nº58, Porto, Marques Abreu ed., Nov-Dez. 1932, pp.501-502

VASCONCELOS, Joaquim de, “Ensaio sobre a architectura romanica em Portugal. IV - Presbyterio de Lourosa”, *Arte*, nº82, Porto, Marques Abreu ed., Out. 1911, pp.75-80

IDEM, “Ensaio sobre a architectura romanica em Portugal. V - Presbyterio de Lourosa”, *Arte*, nº83, Porto, Marques Abreu ed., Nov. 1911, pp.82-88

IDEM, “Ensaio sobre a architectura romanica em Portugal. VI - Presbyterio de Lourosa”, *Arte*, nº87, Porto, Marques Abreu ed., Mar. 1912, pp.25-28

IDEM, *A Arte romanica em Portugal*, Porto, Marques Abreu, 1918 (prefácio de Marques Abreu)

VAZ, João Luís de Inês, “Breves notas para o estudo da viação antiga das Beiras”, *Beira Alta*, nº35, vol. 3, Viseu, Junta Provincial da Beira Alta, 1976, pp.343-380

VELHO, Martim, “Coimbra e o topónimo Lousã nas crónicas de Albelda e de Sampiro; a localização de Antânia”, *Proceedings of the 9th Congress of the Union Européenne des Arabisants et Islamisants*, ed. Rudolph Peters, Leyden, E. J. Brill, 1981, pp.296-303

IDEM, “Ibn Marwan (Ibn al-Djilliki) e Sa ‘Dun Surunbāqui”, *Proceedings of the 9th Congress of the Union Européenne des Arabisants et Islamisants*, ed. Rudolph Peters, Leyden, E. J. Brill, 1981, pp.270-287

VENTURA, Leontina, “A muralha coimbrã na documentação medieval”, *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, GAAC, 1979, pp.43-56

VIGUERA MOLINS, Maria Jesus, “Imágenes de Almanzor”, *Almanzor y los terrores del milenio*, Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del Románico, 1999

VILAÇA, José, “Memória justificativa do projecto de restauração da igreja de S. Pedro de Lourosa”, *Ilustração Moderna*, nº53, Porto, Marques Abreu ed., Nov-Dez. 1931, pp.361-364

YARZA LUACES, Joaquín, *Arte y arquitectura en España, 500-1250*, Madrid, Alhambra, 1979

YZQUIERDO PERRÍN, Ramón, “O Século X”, *Galicia*, dir. Francisco Rodríguez Iglesias, vol. IX, A Coruña, Hércules, 1995, pp.114-155

WERCKMEISTER, Otto, “Art of the frontier: mozarabic monasticism”, *The art of medieval Spain. a.D. 500-1200*, New York, The Metropolitan Museum of Art, 1993, pp.121-132